3º
Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Suely Vilela • Reitora
Franco Maria Lajolo • Vice-Reitor

PRÓ-REITORIA DE CULTURA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Sedi Hirano • Pró-Reitor de cultura e Extensão Universitária
Pablo Rubén Mariconda • Assessor Técnico de Gabinete da PRCEU
Sonia Maria Vanzella Castellar • Assessora Técnica de Gabinete da PRCEU
Cecílio de Souza • Assistente Técnico de Direção
Marilena Pires • Assistente Técnico de Direção

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA

Sérgio Adorno • Coordenador Científico
Nancy Cardia • Coordenadora Adjunta
Paulo de Mesquita Neto • Coordenador de Monitoramento de Direitos Humanos
Maria Fernanda Tourinho Peres • Coordenadora de Pesquisa

3º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil

2002 > 2005

Sumário

Apresentação 7
Agradecimentos 8

Brasil 9
Direitos humanos em recesso 11

Região Sudeste 21
ESPÍRITO SANTO 23
MINAS GERAIS 41
RIO DE JANEIRO 63
SÃO PAULO 91

Região Sul 119
PARANÁ 121
RIO GRANDE DO SUL 143
SANTA CATARINA 163

Região Centro-Oeste 179
DISTRITO FEDERAL 181
GOIÁS 195
MATO GROSSO 207
MATO GROSSO DO SUL 229

Região Norte 251
ACRE 253
AMAPÁ 271
AMAZONAS 283
PARÁ 301
RONDÔNIA 321
RORAIMA 337
TOCANTINS 353

Região Nordeste 365
ALAGOAS 367
BAHIA 379
CEARÁ 393
MARANHÃO 409
PARAÍBA 423
PERNAMBUCO 435
PIAUÍ 459
RIO GRANDE DO NORTE 475
SERGIPE 493

O Brasil no Sistema Internacional de Direitos Humanos 507

Referências 519
Tabelas 527
Entidades Colaboradoras 573

Apresentação

O Terceiro Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil focaliza o período 2002-2005. O relatório traz dados sobre os direitos humanos em todos os estados do país, incluindo informações não só sobre os problemas que existem na área dos direitos humanos, mas também as instituições e políticas existentes que atuam na resolução dos problemas, fornecendo ainda exemplos de boas práticas identificados nos estados.

Devido à extensão do trabalho, o relatório está dividido em seis partes. A primeira parte focaliza a região sudeste e as quatro partes seguintes focalizam os estados das regiões Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste. A última parte enfoca a posição do Brasil no sistema internacional de direitos humanos.

O Terceiro Relatório é parte de um projeto de desenvolvimento de uma metodologia de monitoramento dos direitos humanos no Brasil. Esta metodologia começou a ser desenvolvida no Primeiro e no Segundo Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil (1999 e 2002). O Terceiro Relatório revisa, atualiza e aperfeiçoa esta metodologia. Em particular, procura-se monitorar não apenas os direitos civis e políticos, mas também, ainda de forma incipiente, os direitos econômicos, sociais e culturais. Procura-se também dar maior ênfase às instituições e políticas para proteção e promoção dos direitos humanos em cada estado.

Busca-se principalmente definir e aprimorar indicadores que possam ser utilizados de maneira constante e consistente em todos os estados da federação, permitindo assim não apenas uma avaliação dos avanços de um estado em relação ao outro, mas principalmente de avanços de cada estado na proteção e promoção dos direitos humanos ao longo do tempo.

Este relatório foi elaborado a partir de informações coletadas pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e pela Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos (CTV) junto a organizações governamentais e não-governamentais, nacionais e estrangeiras. As informações foram coletadas principalmente durante o ano de 2005 e primeiro semestre de 2006.

Agradecimentos

O NEV-USP e a CTV agradecem as entidades, grupos e pessoas de diversos estados do país que enviaram dados, informações e relatórios para subsidiar a elaboração deste relatório. Agradecem especialmente os pesquisadores integrantes das duas organizações, que colaboraram não apenas na coleta, mas na sistematização e análise das informações e na redação do relatório.

O NEV-USP agradece o apoio da Universidade de São Paulo e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que apóia todo o trabalho e pesquisa, transferência e disseminação de conhecimento do NEV através do Programa Cepid/Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão.

Brasil

Direitos humanos em recesso

O Terceiro Relatório Nacional sobre Direitos Humanos no Brasil apresenta a situação dos direitos humanos estado por estado no período 2002-2005. Mostra que tem faltado atenção a políticas e programas de proteção e promoção dos direitos humanos, por parte do governo federal e dos governos estaduais e municipais, o que contribui para a persistência e até agravamento de violações de direitos humanos e da impunidade dos responsáveis por estas violações em todas as regiões do país. Em suma pode-se dizer que, de 2002 a 2005, houve um recesso no desenvolvimento de políticas de proteção e promoção dos direitos humanos no Brasil.

No Brasil, não há um único estado sem registros de graves violações de direitos humanos. O quadro pode ser ainda mais grave do que o registrado neste relatório, pois os sistemas de informação na maioria dos estados são bastante precários. Os registros das violações, quando existem, são limitados e parciais, o que leva a crer que a magnitude e a importância dos problemas ainda é sub-estimada pelos governos e pela sociedade. Em muitos casos, a mídia ainda é a principal fonte de informação sobre graves violações de direitos humanos.

O desenvolvimento de políticas nacionais e estaduais de direitos humanos nos últimos anos foi limitado e parcial, tanto na esfera da prevenção como na esfera da identificação e punição dos responsáveis por violações de direitos humanos. Os sistemas estaduais e federais de segurança, justiça e administração penitenciária não estão preparados, nem organizados, para investigar, processar e julgar casos de violações de direitos humanos, ou aplicar sanções criminais e cíveis aos responsáveis por estas violações. Razão pela qual o Brasil continua sendo alvo de denúncias por parte de organizações de direitos humanos e condenações por parte de órgãos do sistema internacional de direitos humanos. Além disso, não raramente, o estado brasileiro se torna parte do problema, não apenas ao contribuir para a impunidade, mas ainda pelo envolvimento dos seus agentes em violações de direitos humanos.

As dificuldades para garantia dos direitos básicos de cidadania começam a se manifestar já no nascimento e nos primeiros anos de vida da criança, com os altos índices de sub-registro de nascimentos (16% no país, chegando a 35% no Maranhão e 41% no Amazonas) e registro tardios (15% no país, 39% no Maranhão e 46% no Amazonas). Os registros tardios acontecem principalmente quando a criança ingressa na escola e o adolescente completa 18 anos – momentos em que há exigência da certidão de nascimento.

Crianças e adolescentes são de maneira crescente vítimas de violência praticada por armas de fogo (Peres, Cardia e Santos 2006). Apesar da di-

versidade de programas governamentais e não governamentais dirigidos para estes grupos, persistem graves problemas de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e trabalho infantil. Denúncias de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes são registradas pelo Disque Abuso e Exploração Sexual em todas as regiões, especialmente nos estados do Amazonas, Maranhão, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

Após anos de declínio, o trabalho infantil aumentou no país. De 2004 para 2005, a porcentagem da população de 10 a 14 anos trabalhando passou de 3,5% para 3,9% na região nordeste e 0,8% para 1,0% na região sudeste. Apesar do declínio registrado em outras regiões, o aumento no Nordeste e Sudeste levou a um aumento de 2,0% para 2,1% no país. O trabalho infantil ainda atinge 3,4% da população de 10 a 14 anos na região norte e 2,0% na região sul. No país, em valores absolutos, o número de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos trabalhando passou de 1.713.595 para 1.864.822 (+ 8,8%). O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Programa Bolsa-Escola, incorporado ao Programa Bolsa Família, não foram suficientes para resolver o problema do trabalho infantil.

O trabalho escravo também persiste em todas as regiões do país, com exceção da região sul. Em 2004, casos de trabalho escravo foram registrados principalmente nas regiões Norte (6.075 casos, sendo 2.476 no Pará e 847 no Tocantins) e Centro-Oeste (1.273 casos, sendo 1.012 no Mato Grosso). Mas houve casos no Nordeste (624 casos, sendo 410 no Maranhão) e no Sudeste (834 casos, sendo 244 no Espírito Santo, 206 em Minas Gerais, 183 no Rio de janeiro e 201 em São Paulo). Em 28 de janeiro de 2004, três auditores fiscais e um motorista, funcionários do Ministério do Trabalho e Emprego, foram assassinados nas proximidades de Unaí, 604 km a noroeste de Belo Horizonte (MG), durante emboscada, quando investigavam denúncias de exploração de mão-de-obra e trabalho escravo, em fazendas de feijão na região.

Nas áreas rurais, de 2002 para 2005, os conflitos pela posse de terra se intensificaram e o número de pessoas mortas aumentou em decorrência dos conflitos, particularmente nas áreas de expansão do agro-negócio, mineração, extração de madeira, e construção de barragens e hidro-elétricas. Somente em 2005, 102 pessoas foram mortas: 43 na região centro-oeste (das quais 31 no Mato Grosso do Sul), 25 na região norte (21 no Pará), 18 no Sudeste (13 em São Paulo) 15 no Nordeste (4 em Pernambuco, 3 em Alagoas, Bahia e Piauí).

O processo de reforma agrária levou ao assentamento de 245 mil famílias de 2003 a 2005, contra 218 mil famílias assentadas de 2000 a 2002. Mas, o principal instrumento de assentamento no período 2003 a 2005 foi o reconhecimento de assentamentos realizados pelos estados através do re-

conhecimento de títulos públicos – e não a realização de novos assentamentos –, tendo havido redução do instrumento da desapropriação e aumento do instrumento da compra e venda de terras para fins de reforma agrária (Inesc 2006).

Áreas indígenas também continuam a ser foco de conflitos e violências, que, juntamente com a falta de investimento em políticas de desenvolvimento humano sustentável, ameaçam a sobrevivência de populações indígenas. Sinal positivo neste cenário é o aumento do número de pessoas que se declaram indígenas em censos demográficos, que reflete possivelmente o crescimento da organização e mobilização pelos direitos desta população.

Nas áreas urbanas, a violência fatal continua a atingir de forma intensa e desproporcional os jovens do sexo masculino, moradores das áreas carentes das grandes cidades e regiões metropolitanas. De 2000 para 2004, as mortes por homicídio por 100 mil habitantes entre jovens de 15 a 24 anos aumentaram 1,10%, de 26,71 para 27,01. Apesar de uma redução de 12,20% na Região sudeste, a taxas de homicídio por 100 mil habitantes entre jovens de 15 a 24 anos aumentaram nas regiões Sul (33,6%), Nordeste (19,9%), Norte (21,8%) e Centro-Oeste (1,4%). Rondônia (38,0/100 mil), Pernambuco (50,7/100 mil), Mato Grosso (31,6/100 mil), Espírito Santo (49,1/100 mil) e Rio de Janeiro (49,1/100 mil), e Paraná (28,0/100 mil) são os estados com as taxas mais altas em cada região.

As mulheres denunciam cada vez mais as violências de que são vítimas, mas a grande maioria dos estados não tem programas e serviços capazes de atender, orientar e proteger as vítimas de violência doméstica e sexual, e muito menos políticas de prevenção da violência contra a mulher. A criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial abriu espaços de debate e contribuiu para formulação de políticas de proteção e promoção dos direitos destes grupos. Mas a falta de recursos, de articulação entre governo federal e governos estaduais, e de governos com organizações da sociedade civil e movimentos sociais limitou as possibilidades de implementação destas políticas. Na maioria dos estados, ainda é precária a rede de atendimento a mulheres vítimas de violência.

A violência no campo e na cidade é agravada pela violência policial. Uso excessivo da força letal, execuções e torturas estão presentes em todos os estados do país, sendo registradas de forma mais sistemática em São Paulo e Rio de Janeiro. Reclamações contra policiais por violência e corrupção são registradas pelas Ouvidorias de Polícia de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, mas as sindicâncias e processos administrativos, investigações criminais e processos judiciais raramente levam à apuração de responsabilidades e punição dos culpados.

Em fevereiro de 2006, o Tribunal de Justiça de São Paulo anulou a condenação do Tribunal do Júri e absolveu o Cel PM Res. Ubiratan de Moraes – o único policial até hoje condenado pela morte dos presos no Massacre do Carandiru em 1992. Não foram denunciados e processados os policiais que participaram da Operação Castelinho em 2002, uma emboscada em que 12 suspeitos de pertencerem à organização criminosa Primeiro Comando da Capital foram mortos em São Paulo. A não preservação do local e ausência de perícia técnica, além do medo e da desconfiança de vítimas, familiares e testemunhas em relação à polícia, além do julgamento de policiais acusados de crimes não letais pela Justiça Militar, continuam a garantir a impunidade da maioria dos policiais envolvidos na prática de violências.

Lideranças sociais e políticos são executados, em crimes nos quais os responsáveis diretos permanecem impunes e os mandantes não são descobertos. No Estado de São Paulo, a polícia investigou os assassinatos de dois perfeitos do Partido dos Trabalhadores, Celso Daniel (Santo André) e Toninho do PT (Campinas), os quais foram considerados crimes comuns apesar de indícios, suspeitas e denúncias de corrupção e motivação política.

O instrumento da transferência da Justiça Comum para a Justiça Federal da competência para julgar graves violações de direitos humanos, aprovado pela emenda constitucional 45, da reforma do Poder Judiciário, foi utilizado no processo contra os acusados pela morte da missionária norte-americana Dorothy Stang no Pará. Mas não foi utilizado em ações de execução envolvendo policiais e grupos de extermínio.

A liberdade de imprensa é seriamente ameaçada quando jornalistas são censurados, agredidos e mortos, decisões judiciais impedem a publicação de notícias de interesse público, e o governo federal, diante de denúncias de corrupção, propõe a criação de um conselho nacional para regular a atividade jornalística e limitar abusos da imprensa.

Nas unidades penitenciárias, a superlotação está presente em todos os estados com exceção do Tocantins e Piauí. Mas é agravada nos estados que adotam políticas de segurança pública, criminais e penitenciárias centradas na pena de prisão em regime fechado, e a prisão provisória é utilizada como instrumento de punição antes da condenação do suspeito.

De 2002 para 2005, a taxa de encarceramento no país aumentou de 178,3 presos por 100 mil habitantes para 198,3 (+ 9,2%), sendo registrados aumentos de 33,9% na região norte, 29,8% no Centro-Oeste, 24,8% no Sul e 23,1% no Nordeste. No Sudeste, no mesmo período, houve uma redução de 5,4% da taxa de encarceramento, apesar de aumentos de 21,7% no Espírito Santo e 22,0% no Rio de Janeiro. São Paulo e Minas Gerais registram reduções na taxa de presos por 100 mil habitantes, de 3,3% e 60,3%

respectivamente – mas Minas Gerais deixou de informar o número de presos sob custódia da polícia em 2005.

Rebeliões, fugas, torturas e execuções são evidências claras da má gestão dos sistemas penitenciários e do desrespeito aos direitos humanos nas unidades destes sistemas. Em estados como São Paulo, apesar dos investimentos na construção de presídios e administração penitenciária, Espírito Santo e Rondônia, a crise do sistema penitenciário chega a limites extremos. O controle das unidades do sistema penitenciário por grupos criminosos dissemina a corrupção e deixa os presos comuns sob o poder de presos associados a grupos criminosos. Esta situação levou o Estado do Rio de Janeiro a criar "prisões neutras", não controladas por nenhum grupo criminoso, na tentativa de livrar os presos e seus familiares das ameaças e extorsões.

Se o acesso à justiça é difícil para as vítimas e familiares de vítimas de crimes, é ainda mais difícil para presos provisórios e condenados, na sua maioria sem acesso a serviços de assistência judiciária. O descumprimento da Lei de Execuções Penais, particularmente no que diz respeito à assistência judiciária e aos benefícios a que os presos têm direito no cumprimento da pena, e à precariedade da assistência médica, é causa de rebeliões no sistema penitenciário – ao lado dos conflitos entre grupos criminosos e destes com agentes e gestores do sistema penitenciário.

Políticas de promoção de penas alternativas e medidas sócio-educativas, de ressocialização através da educação e do trabalho, e de reintegração familiar, comunitária e profissional dos egressos de unidades penitenciárias e de internação de adolescentes, apesar de experiências locais bem sucedidas em diversos estados, estão muito aquém das necessidades do país.

Violências em instituições de internação de adolescentes são objetos de denúncias nacionais e internacionais, particularmente em São Paulo e Rio de Janeiro, sem que os responsáveis sejam efetivamente punidos. Por outro lado, pouco investimento tem sido feito em programas de prevenção da violência direcionados para crianças, adolescentes e jovens, na área da família, escola, mercado de trabalho, cultura, esporte e lazer.

A intensificação de conflitos sobre limites das terras indígenas, áreas de segurança nacional, áreas de proteção ambiental, áreas de exploração de madeira, minério, agro-pecuária e agronegócio, de construção de hidroelétricas, atrasa o processo de demarcação das terras indígenas.

Durante a Conferência Nacional da Terra e Água, realizada entre 22 e 25 de novembro de 2004, lideranças indígenas de 35 grupos étnicos lançaram um manifesto denunciando a omissão, a falta de diálogo e o retrocesso na defesa das terras e dos direitos dos povos indígenas pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva. O manifesto aponta a invasão e os ataques praticados

por fazendeiros e membros de milícias privadas nas terras indígenas de Raposa do Sol (Roraima, em 2004) e a impunidade dos garimpeiros que invadiram as terras indígenas de Cintas-Largas (Rondônia, em 2000). O documento denuncia também a revisão e redução dos limites demarcados de áreas indígenas e o avanço da destruição ambiental causada pela expansão do agronegócio na região centro-oeste do país.

Em abril de 2004, 29 pessoas morreram durante um ataque feito por grupos indígenas numa área de mineração ilegal, localizada dentro da reserva indígena Roosevelt, dos Cintas-Largas, em Rondônia. Entre fevereiro e abril de 2005, 17 crianças Guarani-Kaiowá morreram em conseqüência de subnutrição na área indígena de Dourados, Mato Grosso do Sul. A Comissão da Câmara dos Deputados que investigou as mortes das crianças indígenas por subnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul concluiu que o problema da subnutrição nas áreas indígenas nesses estados se deve, não somente à falta de alimentos e à pobreza, mas principalmente à falta de terras e à violência contra grupos indígenas.

O número de homossexuais assassinados no país passou de 126 em 2002, para 125 em 2003, 157 em 2004. Este número recuou significativamente para 78 em 2005, mas ainda há muitos estados que não dispõem de informações sobre assassinatos de homossexuais.

Avalanche de informações, déficit de democracia

No período coberto pelo Terceiro Relatório Nacional sobre Direitos Humanos no Brasil, houve uma aceleração na produção e distribuição de dados e informações sobre economia, sociedade, cultura, política e direitos humanos no Brasil. Nunca organizações governamentais e não governamentais produziram e distribuíram tantos dados e informações sobre direitos humanos como nos últimos quatro anos.

Ao mesmo tempo, entretanto, não houve progresso na formulação e implementação de políticas de direitos humanos e, em certas áreas, em particular na área dos direitos civis, houve um recesso, poder-se-ia dizer até abandono, de um projeto de universalização e equalização do acesso aos direitos humanos. Recursos escassos, do governo e da sociedade, são empregados em políticas e programas desenvolvidos sem diagnósticos dos problemas a serem enfrentados, sem monitoramento da sua implementação e sem avaliação dos seus resultados.

Na área da segurança e da justiça, por exemplo, em zonas rurais e urbanas, há bolsões praticamente sem lei, à margem do estado de direito. Mas

há estados em que contratações de policiais, promotores, juízes e agentes penitenciários, construções de delegacias, postos policiais, tribunais e prisões servem mais para atender a interesses políticos e eleitorais do que à necessidade de aplicação da lei e da construção do estado de direito.

O problema não é apenas a falta de vontade dos governantes, mas falta capacidade política e técnica para desenvolver políticas de direitos humanos, que contribui para um déficit de democracia. Muitos fatores contribuem para este déficit de democracia, mas o Terceiro Relatório Nacional sobre Direitos Humanos no Brasil aponta para a necessidade de destacar dois deles:

1) A incapacidade política de promover o diálogo e a cooperação entre organizações governamentais e destas com organizações da sociedade civil e movimentos de direitos humanos, definindo prioridades, objetivos e estratégias integradas para proteção e promoção dos direitos humanos.

2) A incapacidade técnica de processar e empregar na formulação e implementação de políticas, a enorme quantidade de dados e informações sobre direitos humanos, produzidos e distribuídos por organizações governamentais e não governamentais, pelos mais diversos meios de comunicação, desde a transição para a democracia.

A IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em 2004, mostrou a divergência entre o governo federal e lideranças do Movimento Nacional de Direitos Humanos, por um lado, e organizações e movimentos de defesa dos direitos humanos, de outro, particularmente em relação ao papel do governo e da sociedade na proteção e promoção dos direitos humanos. Até mesmo os objetivos e a forma de organização da IX Conferência, voltados para a criação de um Sistema Nacional de Direitos Humanos, foram contestados por organizações e militantes de direitos humanos.

Para organizações e militantes de direitos humanos, fundamental é a reafirmação das políticas de direitos humanos como *políticas de estado* e não de governo, e manutenção e ampliação da autonomia das instituições, organizações e movimentos de proteção e defesa dos direitos humanos.

Na contramão, a proposta do governo federal e do Movimento Nacional de Direitos Humanos, de criação de um Sistema Nacional de Direitos Humanos, visava limitar e controlar o espaço de atuação das instituições, organizações e movimentos de direitos humanos, inclusive nas próprias conferências nacionais de direitos humanos.

Estes conflitos, explicitados na IX Conferência em 2004, além da redução dos recursos disponíveis para a área, dificultaram a formulação e implementação de políticas de direitos humanos nos anos subseqüentes.

A presença de conflitos não impediu, entretanto, a continuidade de ações governamentais e da sociedade civil e a produção de dados, informa-

ções e relatórios sobre a situação dos direitos humanos no país. Porém, a grande maioria destes relatórios apresenta diagnósticos de problemas de diversos tipos, e não análises e avaliações de políticas e programas implementados na área. Falta ainda uma discussão sobre indicadores para medir progresso e impacto na área de direitos humanos, que são subsídios necessários para o monitoramento e avaliação de políticas e programas de direitos humanos, assim como o desempenho de organizações governamentais e não governamentais nesta área.

Diante da aceleração do processo de produção e distribuição de dados e informações, cidadãos e organizações governamentais e não governamentais se tornam cada vez mais produtores e consumidores de dados e informações, e cada vez menos agentes capazes de analisar e compreender os seus significados e implicações destes dados e informações para a construção da democracia. Somos menos capazes de utilizar estes dados e informações para fortalecer as instituições e práticas democráticas de garantia da transparência, responsabilização legal, participação social e respeito aos direitos humanos. Não conseguimos evitar o déficit de democracia, e abrimos espaços para graves violações de direitos humanos, avanço do crime organizado, da violência e da corrupção. Instituições e práticas criadas desde a transição para a democracia para garantir a transparência, responsabilização, participação social e respeito aos direitos humanos tornam-se progressivamente inoperantes e, em momentos de crise, revelam sua ineficácia e entram em crise.

A questão levantada por este relatório não é apenas se o Brasil progrediu ou regrediu na área dos direitos humanos, ou onde o Brasil progrediu e retrocedeu. A questão é saber como pensar a proteção e promoção dos direitos humanos num contexto onde, se por um lado o progresso tecnológico acelera processos de produção e distribuição de dados e informações, transformando cidadãos, organizações governamentais e não governamentais em produtores e consumidores de dados e informações, por outro, não forma agentes de transformação social e política.

O relatório mostra que, na maioria dos estados da federação, é possível observar um processo crescente de constituição de secretarias, conselhos e comissões, e de desenvolvimento de programas de proteção e promoção dos direitos humanos, com maior ou menor apoio do governo federal. Mesmo as instituições da segurança pública, justiça criminal e administração penitenciária – tradicionalmente mais resistentes – adotam o discurso dos direitos humanos e criam organizações e programas para, em tese, proteção e promoção dos direitos humanos.

Até agora, observamos e compreendemos este processo como um progresso, ainda que lento, gradual e reconhecidamente aquém das necessida-

des e expectativas da sociedade brasileira. Entretanto, cada vez mais, compreendemos que nem sempre este processo produz resultados positivos. Secretarias, conselhos e comissões são criados, mas não têm estrutura para funcionar. Programas são formulados e implementados, mas os recursos são insuficientes, e quando há cortes estes programas são os primeiros a serem suspensos sem que haja avaliação dos progressos e impactos. O resultado é menos transparência, responsabilização legal, participação social e respeito aos direitos humanos.

O Brasil tem hoje mais programas e ações para garantir o direito à vida, liberdade e segurança das pessoas, o acesso à justiça, à liberdade de expressão, manifestação e participação política, os direitos das crianças e adolescentes, mulheres, negros e indígenas. Mas ainda é incapaz de garantir estes direitos e liberdades.

Não se trata, como se argumenta freqüentemente, de uma distância entre a realidade e a percepção da realidade - argumento que termina na tentativa de responsabilizar a mídia pelos problemas do país ou de suas instituições e de criar instrumentos de limitação e controle da liberdade de expressão.

Trata-se muito mais da incapacidade de observar e ver realidades que não são diretamente observáveis e imediatamente visíveis. Sabemos, porque temos dados e informações, que secretarias e conselhos são criados e que programas são desenvolvidos. Mas não conhecemos, porque não temos acesso ou não temos capacidade para analisar e compreender os dados e informações disponíveis, o impacto e as conseqüências destes programas e ações.

O Núcleo de Estudos da Violência e o Relatório Nacional sobre Direitos Humanos no Brasil

Desde a sua fundação em 1987, o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) se dedica ao estudo das graves violações de direitos humanos e das políticas e programas necessários à proteção e promoção dos direitos humanos no Brasil.

Partindo da constatação que a transição para a democracia era condição necessária, mas não suficiente para garantir a proteção e promoção dos direitos humanos, o NEV-USP começou a estudar o problema da persistência da violência policial, da execução sumária, do linchamento e da tortura. Logo constatou, porém, que as violações de direitos humanos não se restringiam a estes problemas mais graves, mas afetavam um amplo espectro de direitos civis e políticos, econômicos sociais e culturais. E, para poder entender a persistência destas violações de direitos humanos, que dificultavam

o processo de institucionalização do estado de direito e da democracia nos país, NEV-USP investiu progressivamente no estudo das respostas e das ações do estado e da sociedade diante do problema.

Com base nestes estudos e pesquisas, o NEV-USP percebeu a importância de uma participação ativa no debate acadêmico e no debate público sobre democracia e direitos humanos. Passou assim a colaborar com outros centros acadêmicos, organizações governamentais e da sociedade civil, nacionais e internacionais, no diagnóstico de problemas e formulação e implementação de políticas para proteção e promoção dos direitos humanos no Brasil.

Entre 1995 e 1997, juntamente com a Comissão Teotônio Vilela, o NEV-USP colaborou com o governo federal e o governo do estado de São Paulo na elaboração do Programa Nacional de Direitos Humanos e do Programa Estadual de Direitos Humanos. A partir de então, o NEV-USP e a Comissão Teotônio Vilela passaram a monitorar a implementação e os resultados destes programas, tendo publicado o Primeiro Relatório Nacional sobre Direitos Humanos no Brasil em 1999, o Segundo Relatório em 2002 e este Terceiro Relatório em 2006.

O Relatório Nacional sobre Direitos Humanos no Brasil é um instrumento para monitoramento e avaliação da situação dos direitos humanos no país e em cada estado da federação. É um relatório produzido pelo NEV-USP e pela Comissão Teotônio Vilela com base em informações fornecidas por organizações governamentais e da sociedade civil, com o apoio da Universidade de São Paulo. Não é um relatório do governo, nem da sociedade civil. É um relatório que visa identificar problemas e soluções, e contribuir para a definição de prioridades, políticas, programas e ações do governo e da sociedade civil na área dos direitos humanos. Não se contrapõe, mas complementa relatórios internacionais e relatórios nacionais, temáticos e regionais, produzidos por organizações governamentais e da sociedade civil, que têm por objeto a situação dos direitos humanos no Brasil.

Região Sudeste

1.1 Espírito Santo

1.2 Minas Gerais

1.3 Rio de Janeiro

1.4 São Paulo

1.1 Espírito Santo

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

O Espírito Santo tem uma área de 46.077,519 km2 e população de 3.408.365 habitantes (73,97 hab/km2), divididos em 78 municípios.[1] Vitória, capital do estado, tem uma população de 313.312 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,690 em 1991 para 0,765 no ano 2000 (+ 10,87%).[3] O Índice Gini da distribuição de renda é 0.546, acima da média regional de 0.533, mas abaixo da média nacional de 0.559.[4]

Estrutura Institucional

Em julho de 2004, a Lei Complementar 297 reestruturou a Secretaria de Estado da Segurança Pública, criando a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, à qual estão vinculadas a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar. A secretaria conta com uma corregedoria geral e uma ouvidoria do sistema de segurança pública e defesa social.[5] O efetivo policial era 11.462 em 2003, sendo 3.324 policiais civis, 266 peritos, 7.257 policiais militares e 615 bombeiros militares, o que representa 1 policial para cada 283,56 habitantes.[6] Dez municípios tinham guarda municipal em 2004, com um efetivo total de 1.086 guardas.[7]

Em dezembro de 2003, a Secretaria de Estado da Segurança Pública apresentou um Plano de Segurança Pública, que visa "o estabelecimento de condições satisfatórias de segurança pública no Estado do Espírito Santo, por meio do trabalho integrado entre as instituições pertencentes ao Sistema Estadual de Segurança Pública e todas as demais eventuais colaboradoras nas esferas municipal, estadual e federal (e mesmo organizações internacionais), com participação comunitária e pleno respeito aos Direitos Humanos e ao ordenamento jurídico vigente".[8]

O Espírito Santo tem uma Secretaria da Justiça, à qual está vinculada a Subsecretaria Estadual para Assuntos do Sistema Penal, o Conselho Penitenciário Estadual, o Conselho Estadual de Direitos Humanos, o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, o Conselho Estadual Anti-Drogas e o Conselho Estadual de Defesa do Consumidor. A Secretaria conta com um Núcleo de Direitos Humanos junto ao Gabinete do Secretário. Não dispõe de uma ouvidoria própria para o sistema penitenciário.[9]

No Espírito Santo, dos 78 municípios, 69 constituem sede de comarca.[10] Em 2004, atuavam na justiça estadual 351 juízes, sendo 280 na primeira instância, 21 na segunda instância e 50 nos juizados especiais, o que corresponde a uma taxa de 10,47 juízes por 100.000 habitantes.[11] O estado tinha ainda 16 juízes na primeira instância da justiça federal, em 2003.[12]

A Defensoria Pública foi criada em 1994 e conta com 93 defensores.[13] O estado tem 53 juizados especiais criminais e 63 juizados especiais cíveis.[14] Tem ainda três programas de administração alternativa de conflitos.[15]

Políticas de Direitos Humanos

De 2002 a 2004, o Espírito Santo assinou 18 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, no valor total de R$ 5.357.682,04. Destes convênios, quatro foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, três à proteção de vítimas e testemunhas, cinco à promoção dos direitos humanos, e seis à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência.[16]

Em março de 2006, o governo do estado aderiu ao Plano de Ações Integradas para Prevenção e Controle da Tortura no Brasil, apresentado pelo governo federal em dezembro de 2005.[17]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Espírito Santo foi de 5,82%. A despesa média da justiça estadual por habitante foi de R$ 98,22. O total de pessoas atendidas foi de 205.340. A taxa de congestionamento da justiça no estado, disponível apenas para a segunda instância da justiça comum, foi de 59,48%.[18]

Em 2003, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 176.434 processos e foram julgados 113.269, o que representa 64% de processos julgados em relação a novos processos. Na segunda instância da justiça comum, 12.522 processos deram entrada e 10.872 foram julgados, o que representa 87% de processos julgados. Ainda em 2003, na primeira instância da justiça federal, 48.048 processos foram distribuídos e 15.574 foram julgados, o que representa 32% de processos julgados.[19]

Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Execuções

O juiz da Vara de Execuções Penais do Espírito Santo, Alexandre Martins de Castro Filho, foi morto com dois tiros, um na cabeça e um no peito, quando chegava a uma academia em Itapuã, Vila Velha, no Espírito Santo, no dia 24 de março de 2003. Castro Filho havia denunciado à corregedoria geral do Tribunal de Justiça a existência de um esquema de corrupção na Vara de Execuções Penais em 2001 e recebia ameaças de morte por sua atuação contra o crime organizado no estado. No dia do assassinato do juiz, cinco suspeitos foram presos. Dois suspeitos confessaram o crime, Giliarde Ferreira de Souza e Odessi Martins Júnior, e foram condenados a mais de 24 anos de prisão em setembro de 2004.[20]

A investigação policial apontou como mandante o juiz Antônio Leopoldo Teixeira, na época na 5ª Vara da Comarca de Vitória – Execuções Penais. Segundo depoimentos, o juiz Leopoldo Teixeira estaria envolvido em irregularidades e crimes como a venda de alvarás de soltura, venda de progressão de regimes de cumprimento de penas e de transferências de presos para penitenciárias do interior, onde o resgate seria mais fácil. O Ministério Público, verificando haver indícios de ligação entre o crime, seus executores, os intermediários e o mandante, pediu a prisão do juiz Leopoldo Teixeira. O juiz foi afastado de suas funções e submetido a processo administrativo pelo Tribunal de Justiça, em março de 2005, e teve a prisão temporária decretada pelo desembargador Pedro Valls Feu Rosa, relator do processo penal que investiga o crime de homicídio, em abril de 2005. Em julho de 2005, o Supremo Tribunal Federal concedeu habeas corpus solicitado pelo juiz. Em seguida, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo decretou novamente a prisão do juiz pelo crime de corrupção. Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal federal novamente concedeu habeas corpus ao juiz.[21]

Um ano antes, em 15 de abril de 2002, havia sido assassinado o advogado Joaquim Marcelo Denadai, que participava da comissão especial para investigar o crime organizado no estado. O assassinato fez com que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) fizesse um pedido em julho ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana para intervenção federal no Espírito Santo. Em julho de 2002, o então ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, sugeriu a intervenção federal no Estado, baseado na violência e no desrespeito aos direitos humanos. O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, não aceitou o pedido mesmo depois da aprovação feita pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Logo após essa decisão,

Reale Júnior deixou o Ministério da Justiça. Paulo de Tarso Ramos Ribeiro assumiu o Ministério da Justiça e criou uma operação da missão especial de combate ao crime organizado no estado.[22]

Apesar dos compromissos assumidos por vários membros da missão federal, o assassinato de Denadai não foi solucionado e os responsáveis não foram punidos. Diversas pessoas envolvidas no caso foram mortas: em dezembro de 2003, foi morto o ex-policial Paulo Jorge Ferreira dos Santos, um dos assassinos de Denadai, que se tornou réu colaborador no processo; em junho de 2004, foi morto Leonardo Maciel Amorim, comerciante envolvido com máquinas caça-níqueis, acusado de financiar o assassinato de Denadai; e em outubro de 2004, foi morto o ex-policial militar Juliano César da Silva Bandeira, segurança de Amorim, que teria fornecido à polícia informações sobre o crime.[23]

Tortura

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 31 denúncias de tortura praticada por agentes públicos no Espírito Santo, sendo 1 na capital e 30 no interior do estado. Das 31 denúncias, 1 foi arquivada devido a dados insuficientes. Vinte e nove foram enviadas ao Ministério Público, que arquivou uma, respondeu estar investigando 23 e não prestou informação de cinco. Oito foram encaminhadas à Corregedoria da Polícia Civil, que abriu inquérito para apuração de duas (um deles arquivado) e não prestou informações sobre as outras seis. Dezesseis foram enviadas à Corregedoria da Polícia Militar, que abriu inquérito para apuração de cinco (um deles arquivado) e não prestou informações sobre as outras onze.[24]

Violência Policial, Execuções e Linchamentos

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, 27 casos de violência policial no Espírito Santo, com 66 vítimas fatais e 35 feridas. Registrou ainda 20 casos de execução sumária, com 36 vítimas fatais e 20 feridas, e sete casos de linchamento, com nove vítimas fatais e uma ferida.[25]

Violência Urbana

Em 2002, o Espírito Santo registrou 1.639 mortes por homicídio (51,2/100 mil hab.), o estado com a segunda mais alta taxa de homicídios na região sudeste e a terceira mais alta no Brasil, das quais 240 em Vitória (80,2/100 mil hab.), a capital com a mais alta taxa de homicídios na região sudeste e a

segunda mais alta no Brasil. Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 103,7/100 mil no estado (a segunda mais alta do Brasil) e 197,1/100 mil na capital (a mais alta do Brasil).[26]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou nove conflitos de terra no Espírito Santo, envolvendo 27.810 pessoas, sem mortes.[27] Em 2004, de janeiro a agosto, foram 10 conflitos, envolvendo 5.809 pessoas, sem mortes. Em 2005, no mesmo período, foram 4 conflitos, envolvendo 4.000 pessoas, sem mortes.[28]

A Ouvidoria Agrária registrou três ocupações de terra no estado em 2004, sem mortes. Registrou o mesmo número de ocupações de terra de janeiro a novembro de 2005, também sem mortes.[29]

Trabalho Escravo/Forçado

A Comissão Pastoral da Terra e o Ministério do Trabalho e Emprego não registraram casos de trabalho escravo no Espírito Santo entre 2003-2005.[30]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

No início de 2006, o sistema penitenciário possuía um total de 18 unidades prisionais: três no Complexo Penitenciário da Vila Velha (Instituto de Readaptação Social, Casa de Custódia e Casa de Passagem), seis no Complexo Penitenciário de Viana (uma penitenciária de segurança máxima, duas de segurança média, uma agrícola, uma casa de custódia e uma unidade de saúde), 1 hospital de custódia, 1 penitenciária feminina, quatro penitenciárias regionais e uma penitenciária de segurança média.[31]

Em dezembro de 2005, a população prisional era de 6.975 presos. A taxa de encarceramento no estado era de 204 presos por cem mil habitantes.[32] Da população encarcerada, 1.833 presos estavam em distritos policiais e cadeias públicas, sob a responsabilidade da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, e 5.142 em unidades do sistema penitenciário sob jurisdição da Secretaria da Justiça – Subsecretaria para Assuntos do Sistema Penal. O número de vagas no sistema penitenciário era de 3.680 – o que

obrigava o que obrigava grande número de presos condenados a permanecerem em unidades prisionais sob administração da Secretaria da Segurança Pública.[33]

Cumpriam pena em regime fechado 2.179 presos, dos quais 2.062 homens e 117 mulheres. No regime semi-aberto, eram 206 detentos homens. Nenhum detento estava no regime aberto. Cumprindo medida de segurança, havia 67 presos, 63 homens e 4 mulheres. Presos provisórios eram 2.757, dos quais 2.479 homens e 278 mulheres.[34]

A análise das características do sistema prisional no Espírito Santo em 2003 revelou que, do conjunto de presos no sistema penitenciário, a maior parte possuía idade inferior a 30 anos (55%), baixo nível de escolaridade (47,8% com o 1º grau incompleto) e as principais condenações eram referentes aos artigos 157 (roubo – 29,1%) e 121 (homicídio simples – 23,4%). Havia um total de 276 funcionários no sistema, sendo 187 da área de segurança, 59 da área técnica e 30 da administração, o que revela um evidente quadro de priorização da contenção em detrimento da ressocialização dos presos. Ao mesmo tempo, apenas 1 unidade prisional possuía detector de metal. Duas outras características revelam esta tendência: apenas cinco unidades do total de 12 existentes naquele ano ofereciam atividade educativa aos presos e somente 287 detentos (7,4%) trabalhavam.[35]

No início de dezembro de 2001, juízes da 5ª Vara Criminal de Vitória receberam, anonimamente, cópia de documento que autorizava a saída irregular de dois presos condenados a cumprir pena em regime fechado (um por de tráfico de drogas e o outro por homicídio). O documento, assinado pelo diretor do Instituto de Readaptação Social (IRS) Cap. PM Romildo Silva, datado de 30 de novembro de 2001, autorizava os presos a trabalharem numa peixaria localizada em Vila Velha, na Região Metropolitana de Vitória. Os juízes pediram ao Secretário de Justiça e ao Ministério Público que tomassem providências contra fugas e em favor da disciplina, recebendo como resposta do Subsecretário de Justiça e do diretor do IRS o reconhecimento de falhas no sistema penitenciário. Porém o diretor continuou a conceder autorizações para saída dos presos, sem informar ao Juiz da Vara de Execuções Penais. Em fevereiro de 2002, os juízes receberam cópia de outra autorização irregular de saída de quatro presos durante o horário comercial por cinco dias – novamente todos condenados por homicídios e um deles envolvido com um grupo de extermínio. Tal situação se repetiu em abril do mesmo ano em relação a onze detentos. Ainda em abril, os juízes informaram o governador do estado e o presidente do Tribunal de Justiça sobre o problema. No entanto, as autoridades estaduais não tomaram as medidas necessárias para reverter a situação. Ao contrário, o Cap. PM Romildo Silva

foi promovido ao cargo de coordenador de todo o Complexo Penitenciário de Vila Velha. Após o ocorrido, os juízes e seus familiares passaram a receber, por meio de telefonemas anônimos, ameaças de morte e "conselhos" para que tomassem "cuidado com o Capitão Romildo", pois este estaria "armando" contra os mesmos.[36]

Rebeliões, fugas e mortes

Em setembro de 2002, houve uma rebelião na Casa de Custódia de Viana, localizada na Região Metropolitana de Vitória, durante a qual trinta homens do Batalhão de Missões Especiais da PM invadiram o local. Na ação, cinco presos e dois policiais ficaram feridos. O local abrigava à época 800 detentos, porém tinha capacidade para apenas 45 pessoas.[37]

Em 2003, segundo levantamento da Secretaria de Estado da Justiça, houve 25 mortes de presos no sistema penitenciário: 12 praticadas pelos próprios presos; 1 por policial militar; 12 suicídios e mortes naturais.[38]

Em 2002, foram também contabilizadas 25 mortes de detentos no sistema penitenciário, classificadas da seguinte maneira segundo suas causas: 8 naturais; 14 homicídios cometidos por presos; 1 homicídio cometido por funcionário; 2 suicídios. No mesmo ano, houve um total de 257 fugas no estado, das quais 57 ocorreram em unidades de regime fechado e 170 em unidades de regime aberto.[39]

Liberdade de Expressão e de Assembléia

Imprensa – assassinatos

A resolução sobre "Impunidade no Brasil", da Sociedade Interamericana de Imprensa, de março de 2006, denuncia a impunidade dos responsáveis pelo assassinato da colunista social e diretora do *Jornal da Cidade*, Maria Nilce Magalhães, ocorrido em 5 de julho de 1989 em Vitória.[40]

A provável causa do assassinato teria sido a ameaça feita por Maria Nilce de denunciar pessoas envolvidas com tráfico de drogas e as críticas feitas na coluna social que escrevia para o jornal. Os acusados são: José Alayr Andreatta, acusado de ser o mandante; Romualdo Eustáquio da Luz Faria, acusado de ser o intermediário; Marcos Egydio Costa, piloto acusado de ajudar na fuga dos assassinos; e César Narcizo da Silva, policial identificado como um dos executores. Além destes, o julgamento de Charles Roberto Lisboa, acusado de providenciar o transporte e as armas para o crime, foi suspenso sob a

alegação de insanidade mental. O pistoleiro José Sasso, acusado de ser executor do crime, foi envenenado em dezoito de setembro de 1992, na cadeia de Linhares. A polícia considera a morte de José Sasso como queima de arquivo.

Liberdade de Participação Política

Políticos – assassinatos

O professor Elson José Souza, eleito vereador na cidade de Vila Velha, foi assassinado com três tiros na cabeça no bairro da Glória em Vila Velha. O crime foi no dia 31 de dezembro de 2004, véspera da posse dos eleitos no pleito de outubro. De acordo com as investigações da polícia, o vereador Carlos Roberto Gracioti, e Richard Rodrigues Gracioti, filho de Carlos Roberto, foram os mandantes do crime. O motivo seria que, com a morte do professor Élson, Gracioti, primeiro suplente, ficaria com a vaga e manteria os empregos do filho e da mulher no gabinete. Os dois teriam solicitado a Valdinei Valter Alcântara Ribeiro Filho que cuidasse do assassinato do professor. Valdinei contratou o policial militar Weber Lins Pereira e Hudson Borba que executaram o assassinato.[41]

O candidato a deputado estadual e cabo da Polícia Militar, Edivaldo Furtado Pimentel (PPB), foi morto com cinco tiros, no dia 03 de outubro de 2002, no município de Serra, Região Metropolitana de Vitória. Segundo a Central de Operações da Polícia Militar, a hipótese de assalto foi descartada, já que não foram levados o dinheiro, a arma e a algema que estavam com o cabo.[42]

Crianças e Adolescentes

No Espírito Santo, há 87 conselhos tutelares, 69 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 13 delegacias especializadas em crianças e adolescentes, 69 promotorias da infância e da juventude e quatro varas da infância e da juventude.[43]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 6,5% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano, 10,1% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[44]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 259 denúncias do Espírito Santo, o que representa 9,24 denúncias por 100 mil habitantes.[45]

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito[46]

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada em 2003, com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, relatou denúncias de abuso e exploração sexual de crianças na rodovia BR 101 (Vitória a Rio de Janeiro).

Trabalho Infanto-Juvenil

No Espírito Santo, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 19% da população total desta idade em 1995 para 9% em 2000, mas subiu para 10% em 2004.[47]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 8.443 crianças em 65 municípios do estado no início de 2005.[48]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, o Espírito Santo tinha 196 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 196 (100%) em meio fechado.[49]

Mulheres

A população do Espírito Santo é formada por 1.643.603 homens (48,88%) e 1.718.823 mulheres (51,12%).[50] A esperança de vida ao nascer é de 76,6 anos para as mulheres e 69,3 anos para os homens.[51]

A comparação das taxas de ocorrência de estupro para a capital mostra que após um aumento de ocorrências em 2002 (44,9 por 100 mil mulheres) houve uma redução em 2003. Neste ano foram registradas 132 ocorrências de estupro (8,05/100 mil mulheres), sendo 24 na capital (15,02/100 mil mulheres). No mesmo ano a capital concentrava 9,75% da população feminina e 18,18% das ocorrências de estupro.[52] Em 2002, segundo dados do Mapa da Violência IV, 149 mulheres foram assassinadas (9,2/100 mil

habitantes), a mais alta taxa do Brasil, sendo 51 na faixa etária de 15 a 24 anos (15,6/100 mil habitantes), a segunda mais alta taxa do Brasil.[53]

A rede de atendimento a mulheres em situação de violência é bastante precária no estado. O estado conta com dez Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) e 1 posto de atendimento policial. Possui duas casas abrigo, sendo que uma delas, vinculada à prefeitura do município de Cachoeiro do Itapemirim, encontra-se desativada. Além do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, existem também quatro conselhos municipais, um centro de referência de apoio à vítima de violência doméstica e um serviço de referência para mulheres vítimas de violência sexual.[54]

Entre dezembro de 2004 e fevereiro 2005, com a coordenação da CEPIA do Rio de Janeiro e execução realizada pelo grupo MUSA da Bahia, foram realizados cursos de capacitação para policiais que atuam nas DEAMs e profissionais que atendem mulheres em situação de violência. O curso abrangeu os serviços localizados em Vitória e na Região Metropolitana. Ao todo foram capacitados 52 policiais e 20 não policiais.[55]

Em dezembro de 2004 a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SEPM) lançou o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM). Em 2005, 17 municípios do estado aderiram ao PNPM.[56] Em 2003 o Estado recebeu R$ 176.261,32 da SEPM (4,64% do total de repasses da secretaria), a maior parte para a estruturação de serviços de apoio e abrigo para mulheres em situação de violência. Em 2004, foram R$ 108.698,00 (1,06% do total de repasses). Em 2005, foram R$ 234.584,36 (2,01% do total de repasses).[57]

Educação

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era 10,3% para as mulheres e 8,6% para os homens. A média de anos de estudo era de 7,2 anos para as mulheres e 6,9 para os homens. A presença feminina é destacada entre os grupos com 12 anos ou mais de estudos (56,7%) e entre aqueles que freqüentam o ensino superior (57,5%).[58]

Trabalho

A população economicamente ativa está distribuída em 43,23% de mulheres e 56,67% de homens. Entre a população feminina ocupada há uma concentração de mulheres em postos de trabalhadores em serviços, 34,1%, 17,2% de trabalhadores agrícolas e 4,9% de dirigentes. Para os mesmos postos, a distribuição da população masculina é de 11,4%, 28,2% e 5,9%, respectivamente.[59]

Na população feminina ocupada, o rendimento/hora era R$ 4,60, 16,36% inferior ao da população masculina ocupada, que era de R$ 5,50.[60] Esta diferença é mais acentuada entre o grupo com 12 anos ou mais de estudo, onde as mulheres recebem R$ 11,60/hora e os homens R$ 17,10/hora.[61]

Na mesa população, o rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 169,07, e dos 10% mais ricos era R$ 2.425,92. Nos dois casos, o rendimento médio mensal era inferior ao da população masculina. Na população masculina ocupada, o rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 232,24 e dos 10% mais ricos era R$ 3.345,92.[62]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm risco maior do que os brancos de serem vítimas de violência. De 2000 a 2002, para cada branco, 2,77 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrado um aumento desta taxa de 2,60 em 2000 para 2,80 em 2002.[63]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 6,61% para a população branca e 13,26% para a população negra. A escolaridade média era de 7,97 anos de estudo para a população branca e 6,59 anos para população negra.[64]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 403,98 para população branca e de R$ 216,31 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 4,39 para população branca contra R$ 2,50 para população negra.[65]

Indígenas

O Espírito Santo tem um povo indígena, o Tupiniquim com uma população de 1.386 indígenas, segundo o censo de 1997.[66]

O Estado tem quatro terras indígenas, na seguinte situação jurídica:[67]

Situação	Nº de terras
Registradas	3
Homologadas	1
Declaradas	0
Identificadas	0
A identificar	0
Reservadas/Dominiais	0
Sem providências	0

Em 10 de fevereiro de 2006, três policiais civis e 120 policiais federais, com base em ordem judicial em favor da empresa Aracruz Celulose, de dezembro de 2005, desalojaram os Tupiniquim e Guaranis de uma área que haviam ocupado em maio de 2005. Aracruz Celulose ofereceu suporte logístico para a desocupação e base de operações para a ação policial. Os policiais estavam armados com balas de borracha, gás lacrimogêneo, metralhadores e um helicóptero. A ação policial resultou em 13 feridos e a destruição de casas construídas pelos indígenas no Córrego do Ouro e Olho de Água.[68]

Ainda em fevereiro de 2006, a Funai aprovou dois relatórios oficiais estabelecendo em 14,227 hectares a área das terras indígenas de Caieiras Velha e Pau Brasil e em 3,800 hectares a área da terra indígena de Comboios. A Aracruz e os indígenas têm 90 dias para contestar os relatórios. A Aracruz anunciou que vai contestar os relatórios. Depois dos 90 dias, há novo período de 60 dias para análise das contestações pela Funai, depois dos quais o processo é enviado para decisão do Ministro da Justiça.[69]

Aracruz Celulose e os grupos indígenas Tupiniquim e Guarani estão em conflito há mais de trinta anos sobre o direito de propriedade de áreas ocupadas pela Aracruz Celulose perto do município de Aracruz. Os indígenas vivem em três áreas ao norte do estado: Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios. As três áreas, num total de 4.492 hectares, foram homologadas em 1983 e registradas em 1995. Esta área foi resultado de um acordo entre a Funai e a Aracruz Celulose, mas não atende as necessidades de sobrevivência dos indígenas.[70]

Em 1993, os Tupiniquim solicitaram à Funai a demarcação de uma área maior, expandindo e integrando as áreas demarcadas, chegando a uma área total de 18.070 hectares. A Funai criou um grupo de trabalho que, de acordo com a proposta das demanda dos Tupiniquim, propôs a integração de duas áreas (Caieiras Velha e Pau Brasil) e a expansão dos limites da terceira (Comboios).[71]

Em 1998, o Ministério da Justiça rejeitou a proposta do grupo de trabalho da Funai e propôs a demarcação de acordo com as demandas dos Tupiniquim durante o processo original de demarcação – o que representou um aumento das áreas indígenas em 2.569 hectares, de 4.492 para 7.061 hectares, 11.000 hectares a menos do reivindicado pelos Tupiniquim.[72]

Os Tupiniquim não aceitaram a nova proposta e começaram a ocupar e demarcar a terra de acordo com a proposta do grupo de trabalho da Funai. Depois de três semanas de intensos conflitos, os Tupiniquim, a Aracruz Celulose, o município de Aracruz, a Funai e o Ministério Público assinaram um acordo em abril de 1998. O acordo fixou o território das áreas indígenas em 7.061 hectares em troca da transferência de R$ 11,4 milhões em 20 anos da Aracruz Celulose para os Tupiniquim, para o desenvolvimento econômico e social das comunidades indígenas.

Depois do acordo, os Tupiniquim e Guarani, com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ocuparam parte da área onde a Aracruz Celulose mantinha plantações de eucalipto e foram forçados a desocupar a área. Em uma negociação em Brasília, os líderes indígenas aceitaram o acordo feito com a Aracruz Celulose.[73]

Saúde

Em 2005 os indígenas realizaram um protesto que durou quatro dias, contra a dificuldade de terem acesso a atendimentos médico de qualidade. Os índios Tupiniquins e Guaranis de aldeias do Espírito Santo apreenderam carros da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), e levaram para as aldeias Caieiras Velhas e Boa Esperança, localizadas no município de Aracruz (79 km ao norte de Vitória).[74] O protesto começou no dia 29 de abril e terminou no dia 3 de maio depois de uma reunião com representantes da Funasa e da Funai, em que a Funasa se comprometeu a instalar um posto de atendimento médico em Aracruz em convênio com a prefeitura.[75]

Foi apresentada uma carta da Comissão de Caciques e do Conselho Local de Saúde Indígena, com 10 reivindicações, entre elas as destacadas pelo jornal da Folha foram: maior agilidade na marcação de consultas com especialistas e de exames de média e alta complexidade, transporte 24 horas

em todos os dias da semana para todas as aldeias do Estado, construção de postos de saúde, assim como sua manutenção, e reforma dos já existentes, contratação e capacitação de agentes de saúde.[76]

Idosos

Em 2004, o Espírito Santo tinha 306.349 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representava 9,1% da população do estado. Desta população, 31,9% tinham um rendimento médio mensal familiar per capita de meio a um salário mínimo e 29,4% de um a dois salários mínimos.[77]

Migrantes

Em 2004, o Espírito Santo tinha uma população de 623.984 migrantes, o que correspondia a 18,56% da população do estado.[78]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre dois homossexuais assassinados em 2002, quatro em 2003, um em 2004 e um em 2005 no Espírito Santo.[79]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados diminuiu de 11,1% em 1991 para 3,9% em 2004 (- 64,86%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 15,7% em 1991 para 19,7% em 2004.[80]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 9,5%, e a média de anos de estudo era de 7,1 anos.[81]

O rendimento/hora da população ocupada era de R$ 5,20, abaixo da média regional de R$ 5,40, mas acima da média nacional de R$ 4,70.[82]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 204,03, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 3.022,69. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 170,14, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 2.940,66.[83]

Objetivos do Milênio

	1995	2000	2004
Alfabetização Feminina (%)	82,7	87,4	89,7
Alfabetização Masculina (%)	84,6	89,3	91,4
Água Canalizada (%)	86,9	96,4	97,7
Esgotamento Sanitário (%)	67	64,5	73,8
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	52,4	45,9	-
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	55,2	44,5	37,4
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	29,7	18,8	20,7
Sem Rendimento (%) *	41	39,6	32,32
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	21,2	18,5	25,73
Telefone (%)	19,8	33,1	53,0
Computador (%)	-	9,2	17,2

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
4.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
5.Estado do Espírito Santo (www.es.gov.br) e Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo (www.sesp.es.gov.br).
6.Dados do efetivo policial em 2003, da Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003, do IBGE (www.ibge.gov.br).
7.Brasil, IBGE 2005.
8.Estado do Espírito Santo, Secretaria da Segurança Pública 2003.
9.Estado do Espírito Santo, Secretaria da Justiça (www.sejus.es.gov.br).
10.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
11.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
12.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
13.Brasil, Ministério da Justiça 2004b.
14.Brasil, IBGE 2005.
15.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
16.Mesquita e Loche 2005.
17.O plano contra a tortura está disponível para consulta pública no site da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
18.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005. O estado não disponibilizou informações sobre a assistência judiciária gratuita.
19.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
20.*Consultor Jurídico*, "Mais um: Juiz da Vara de Execuções Penais é assassinado a tiros", 24/03/2003.
21.*Consultor Jurídico*, "Está afastado: Juiz é acusado de mandar matar colega no Espírito Santo", 29/03/05; "30 dias: TJ decreta prisão de juiz acusado de matar colega no ES", 04/04/2005; "Crime no ES: HC perde sentido se passar prazo de prisão temporária" 15/04/2005; "Juiz assassinado: Juiz acusado pela morte de colega pede liberdade no STF", 28/05/2005; "Pedido de liberdade: Juiz acusado de matar colega tenta novo Habeas Corpus", 04/05/2005; "Morte em Vitória: STF manda soltar juiz acusado de assassinar colega", 05/07/2005; "Ganha mas não leva: Juiz capixaba continua preso apesar da ordem de soltura", 06/07/2005; "Preso por corrupção: STF manda soltar juiz capixaba acusado de assassinato", 23/11/2005.

22.Mesquita Neto e Affonso 2002.
23.*A Tribuna*, "Morre testemunha do caso Denadai", 10/10/2004.
24.Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/d.
25.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
26.Waiselfisz 2004.
27.Comissão Pastoral da Terra - CPT 2004.
28.Comissão Pastoral da Terra - CPT 2005.
29.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ouvidoria Agrária 2005 e 2004.
30.Comissão Pastoral da Terra - CTP 2004 e 2005; Ministério do Trabalho e Emprego, "Cadastro dos Empregadores Portaria 540 de 15/10/2004", lista atualizada em 19/01/200619/01/2006, disponível no web-site do Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br).
31.Estado do Espírito Santo, Secretaria da Justiça (www.sejus.es.gov.br).
32.Brasil, Depen 2006. Estimativa de população em 2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
33.Brasil, Depen 2006.
34.Brasil, Depen 2006.
35.Lemgruber 2004.
36.Justiça Global 2002.
37.*O Estado de S. Paulo*, 17/09/2002.
38.Estado do Espírito Santo (www.es.gov.br), acessado em 29/08/2005.
39.Lemgruber 2004.
40.Sociedade Interamericana de Imprensa 2006.
41.*A Gazeta*, 27/07/2005.
42.*Correio Braziliense*, 04/11/2002
43.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12/01/2006.
44.Brasil, IBGE 2006. Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde e participação nos programas sociais governamentais.
45.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
46.Brasil, Congresso Nacional 2004.
47.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
48.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
49.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no web-site da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh). O estado não informou o número de adolescentes cumprindo medida sócio-educativa em meio aberto.
50.Brasil, IBGE 2006.
51.Brasil, IBGE 2006.
52.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
53.Waiselfisz 2004.
54.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
55.Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação – Cepia 2005.
56.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm/index.htm).
57.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidência.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
58.Brasil, IBGE 2006.
59.Brasil, IBGE 2006.
60.Brasil, IBGE 2006.
61.Brasil, IBGE 2006.
62.Brasil, IBGE 2006.
63.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
64.Pnud 2004.
65.Pnud 2004.
66.Instituto Sócio Ambiental - ISA – ISA (www.socioambiental.org).
67.Conselho Indigenista Missionário - Cimi – Cimi (www.cimi.org.br), dados de 17 de dezembro de 2004.
68.Conselho Indigenista Missionário - Cimi – Cimi (www.cimi.org.br).
69.Conselho Indigenista Missionário - Cimi – Cimi (www.cimi.org.br).
70.Instituto Socioambiental – ISA (www.sociambiental.org.br).
71.Instituto Socioambiental – ISA (www.sociambiental.org.br).
72.Instituto Socioambiental – ISA (www.sociambiental.org.br).
73.Instituto Socioambiental – ISA (www.sociambiental.org.br) e Conselho Indigenista Missionário - Cimi – Cimi (www.cimi.org.br).
74.Folha Online, "Índios fazem protesto no Espírito Santo", 04/05/2005.
75.Folha Online, "Índios fazem protesto no Espírito Santo", 04/05/2005.
76.Folha Online, "Índios fazem protesto no Espírito Santo", 04/05/2005.
77.Brasil, IBGE 2006.
78.Brasil, IBGE 2006.

79.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2005 e 2006.
80.Brasil, IBGE 2006.
81.Brasil, IBGE 2006.
82.Brasil, IBGE 2006.
83.Brasil, IBGE 2005.

1.2 Minas Gerais

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

Minas Gerais tem uma área de 586.528,293 km2 e população de 19.237.450 habitantes (32,80 hab/km2), divididos em 853 municípios – o estado com maior número de municípios no país.[1] Belo Horizonte, capital do estado, tem uma população de 2.375.329 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Minas Gerais passou de 0,697 em 1991 para 0,773 no ano 2000 (+ 10,90%).[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0.542, acima da média regional de 0.533, mas abaixo da média nacional de 0.559.[4]

Estrutura Institucional

Minas Gerais tem uma Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds), criada pelas leis delegadas 49 e 56 de janeiro de 2003, e decreto 43.295 de abril de 2003, com o objetivo de coordenar as ações da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Defensoria Pública e Subsecretaria de Administração Penitenciária. A Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiro Militar e a Defensoria Pública são órgãos autônomos do governo do estado. Estão vinculados à Seds o Colegiado de Integração da Defesa Social, o Conselho de Defesa Social, o Conselho de Criminologia e Política Criminal, e os conselhos penitenciários.[5]

Em agosto de 2004, o governo do estado iniciou o processo de criação de áreas de coordenação integrada da segurança pública, primeiro na cidade de Belo Horizonte e posteriormente na Região Metropolitana de Belo Horizonte. De acordo com o modelo implantado, Belo Horizonte constitui uma Região Integrada de Segurança Pública (RISP), composta por seis Áreas de Coordenação de Segurança Pública (ACISPs), às quais estão subordinadas 24 Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs).[6]

O efetivo policial era 51.539 em 2003, sendo 9.934 policiais civis, incluindo peritos, 37.403 policiais militares e 4.202 bombeiros militares, o que representa 1 policial para cada 359,99 habitantes.[7] Quarenta e um municípios tinham guarda municipal em 2004, com um efetivo total de 1.808 guardas.[8]

Minas Gerais tem uma Ouvidoria de Polícia, criada em 1998, que recebe reclamações contra policiais civis e policiais militares, publica relatórios trimestrais, e mantém um Disque Corrupção.[9] A Ouvidoria de Polícia está vinculada à Ouvidoria Geral do Estado. O estado não tem uma ouvidoria específica para o sistema penitenciário.

Minas Gerais tem 853 municípios, dos quais 291 são sede de comarca.[10] Em 2004, atuavam no estado 913 juízes, sendo 667 na primeira instância, 117 na segunda instância e 129 nos juizados especiais, o que corresponde a uma taxa de 4,81 juízes por 100.000 habitantes.[11] Havia ainda 149 juízes na primeira instância da justiça federal, em 2003.[12]

A Defensoria Pública foi criada em 1981 e conta com 425 defensores.[13] O estado tem 226 juizados especiais criminais e 262 juizados especiais cíveis.[14] Tem ainda três programas de administração alternativa de conflitos.[15]

Políticas de Direitos Humanos

O governo do estado, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Subsecretaria de Direitos Humanos, pagou indenizações a 59 vítimas de tortura durante o regime militar em 2004. Em 2005, estava previsto o pagamento de indenizações a 136 vítimas de tortura. Além destas, restam ainda indenizações a 75 vítimas, a serem pagas em 2006.[16]

Vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Subsecretaria de Direitos Humanos, o governo estadual mantém diversos conselhos: Conselho Estadual de Participação e Integração da Comunidade Negra (CCN), Conselho Estadual do Idoso (CEI), Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas), Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (Cedca), Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda (Ceter), Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conped), Conselho Estadual da Juventude (CEJ), Conselho Estadual da Mulher (CEM), Conselho Estadual Antidrogas (Conead), e Conselho Estadual dos Direitos Humanos (Conedh).[17]

Também vinculados à Subsecretaria de Direitos Humanos, estão o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos (NAVCV) e o Disque Direitos Humanos. O NAVCV foi criado em dezembro de 2000 e realizou os primeiros atendimentos a partir de janeiro de 2001, através de parceria da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Subsecretaria de Direitos Humanos, o Ministério da Justiça e a ONG Rede SOS Racismo.[18]

O NAVCV presta atendimento interdisciplinar (jurídico, psicológico, psiquiátrico e social) a vítimas e familiares de vítimas de homicídio, latrocí-

nio e violência sexual contra adultos, crianças e adolescentes. Desde sua criação até janeiro de 2005, realizou 6.434 atendimentos para um total de 738 usuários (vítimas de violência e/ou familiares). Entre os usuários do serviço: 78,94% são do sexo feminino e 21,06% do sexo masculino; 47,4% têm o 1º grau incompleto, 14,54% o 1º grau completo, e 16,44% o 2º grau completo; 16,30% estão na faixa etária de 0 a 15 anos, 28,94% entre 16 e 30 anos, e 41,86% entre 31 e 50 anos.[19]

Inaugurado em fevereiro do ano 2000, o Disque Direitos Humanos recebeu, até fevereiro de 2006, aproximadamente 150 mil ligações, entre pedidos de orientação e denúncias envolvendo abusos e violência contra a criança e o adolescente, a mulher, o idoso, pessoas portadoras de deficiência, negros, e outros grupos vulneráveis. O número de ligações aumentou de 30 mil em 2003, para 35 mil em 2004, e 82 mil em 2005.[20]

De 2002 a 2004, Minas Gerais assinou 56 convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 12.272.603,68. Destes convênios, dois foram referentes ao combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, 13 à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, 13 à promoção dos direitos da criança e do adolescente, seis à proteção de vítimas e testemunhas, oito à promoção dos direitos humanos, dez à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência.[21]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas de Minas Gerais foi de 5,21%. A despesa média anual da justiça estadual por habitante foi de R$ 59,57. A participação da assistência judiciária gratuita no total das despesas justiça estadual foi 2,18% e no total das despesas públicas foi de 0,11%, o que representa um investimento médio de R$ 1,30 por habitante. A taxa de congestionamento da justiça estadual foi de 74,50% na primeira instância, 69,01% na segunda instância e 49,09% nos juizados especiais.[22]

Em 2003, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 1.029.959 processos e foram julgados 564.112, o que representa 55% de processos julgados em relação a novos processos. Na segunda instância da justiça comum, 62.436 processos deram entrada e 43.460 foram julgados, o que representa 70% de processos julgados. Ainda em 2003, na primeira instância da justiça federal, foram distribuídos 98.512 processos e julgados 44.518, o que corresponde a 45% de processos julgados em relação a novos processos.[23]

Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Execução

Em 28 de janeiro de 2004, os auditores fiscais João Batista Soares Lage, 50, Eratóstenes de Almeida Gonçalves, 42, Nelson José da Silva, 52, e o motorista Aílton Pereira de Oliveira, 51, funcionários do Ministério do Trabalho e Emprego, foram assassinados nas proximidades de Unaí, 604 km a noroeste de Belo Horizonte. Os auditores e o motorista foram assassinados durante emboscada, quando investigavam denúncias de exploração de trabalho escravo em fazendas de feijão da região de Unaí.[24]

Uma força-tarefa formada pela polícia federal e a polícia civil de Minas Gerais, designada para investigar o crime, apontou os irmãos Norberto e Antério Mânica, produtores de grãos da região, como mandantes da chacina. No entanto, os irmãos e outros dois acusados de participarem do assassinato obtiveram hábeas corpus e respondem ao processo em liberdade. Cinco outros acusados, dois deles pistoleiros, permanecem presos. Nenhum dos acusados havia sido julgado até janeiro de 2006.[25]

No relatório final do inquérito, em agosto de 2004, a polícia federal indiciou sete suspeitos, entre eles Norberto Mânica e seu irmão Antério Mânica, por homicídio qualificado (pena de 12 a 30 anos de prisão) e formação de quadrilha (três a seis anos de prisão). Entretanto, a polícia federal suspeitava que um grupo de fazendeiros da região teriam organizado um "consórcio" para levantar R$ 50 mil e pagar os assassinos.[26]

O fazendeiro Norberto Mânica foi preso em agosto de 2004.[27] Permaneceu preso até agosto de 2005, quando foi aceito seu pedido de hábeas corpus junto ao Supremo Tribunal Federal. Para o relator do hábeas corpus, ministro Sepúlveda Pertence, a prisão preventiva não pode servir para aplicação antecipada da pena: "Prisão preventiva em defesa da ordem pública, ou é coisa diversa à antecipação da pena que se gostaria de aplicar, ou é inconstitucional, o que representa claramente antecipação de uma pena sem que o processo chegue ao seu termo".[28]

Antério Mânica foi preso em setembro de 2004, quando era candidato a prefeito de Unaí pelo PSDB.[29] Mesmo preso, Mânica venceu a eleição com 72,37% dos votos válidos.[30] Foi libertado em outubro de 2004, após ter um pedido habeas corpus aceito pelo Tribunal Regional Federal.[31] Em dezembro de 2004, após a eleição, Mânica foi novamente preso. Mas obteve novo hábeas corpus, deixou a prisão e tomou posse do cargo em 2005.[32]

Violência Policial, Tortura

Ouvidoria de Polícia

A Ouvidoria de Polícia de Minas Gerais recebeu 1.839 denúncias em 2003, 1.722 em 2004 e 2.391 em 2005. O número de denúncias de tortura foi 43 em 2003, 56 em 2004 e 71 em 2005. Denúncias de lesão corporal foram 164 em 2003, 161 em 2004 e 174 em 2005.[33]

As denúncias de abuso de autoridade-agressão são as mais freqüentes, tendo passado de 283 em 2003 para 246 em 2004 e 381 em 2005. Abuso de autoridade-prisão foi objeto de 97 denúncias em 2003, 84 em 2004 e 134 em 2005. Outros tipos de abuso de autoridade foram denunciados 206 vezes em 2003, 147 vezes 2004 e 268 vezes em 2005. Constrangimento ilegal e constrangimento ilegal/abuso de autoridade foram objeto de 69 denúncias em 2003, 113 em 2004 e 147 em 2005. Denúncias referentes à concussão/extorsão foram 29 em 2003, 19 em 2004 e 19 em 2005.[34]

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 213 denúncias de tortura praticada por agentes públicos em Minas Gerais, sendo 74 na capital, 133 no interior do estado e seis em locais não identificados. Das 213 denúncias, 13 foram arquivadas devido a dados insuficientes. Oitenta e quatro foram enviadas ao Ministério Público, que propôs três ações penais, devolveu uma denúncia por dados insuficientes e não prestou informação sobre as outras 80. Noventa e cinco foram encaminhadas à corregedoria da polícia civil, que instaurou inquéritos para apurar 20 denúncias (dos quais dois resultaram em punições disciplinares e quatro foram arquivados por falta de provas), devolveu nove denúncias por dados insuficientes, considerou improcedentes 16 e não prestou informações sobre as outras 50. Cinqüenta e nove denúncias foram enviadas à corregedoria da polícia militar, que abriu inquéritos para apuração de quatro denúncias (dois deles arquivados), devolveu duas denúncias por dados insuficientes e não prestou informações sobre as outras 53.[35]

Violência Policial, Execuções e Linchamentos

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, 3.121 casos de violência policial em Minas Gerais, com 67 vítimas fatais 3.353 feridos, 56 casos de execução sumária, com 83 vítimas fatais e 37 feridas, e 24 casos de linchamento com oito vítimas fatais e oito feridas.[36]

Violência Urbana

Em 2002, Minas Gerais registrou 2.977 mortes por homicídio (16,2/100 mil hab.), das quais 979 em Belo Horizonte (42,9/100 mil hab.), o estado e a capital com as taxas de homicídios mais baixas da região sudeste. Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 30,7/100 mil no estado e 95,4/100 mil na capital.[37]

Boas Práticas

O projeto Fica Vivo articula ações de repressão criminal e organização e mobilização social, voltadas para a população jovem, com o objetivo de reduzir os homicídios em áreas de alto risco de crime e violência. Em 2002, o projeto começou a ser implantado na região do Morro das Pedras, em Belo Horizonte, a partir de um diagnóstico sobre a criminalidade na cidade, desenvolvido pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da UFMG (CRISP). Participaram da implementação as polícias militar e civil, a polícia federal, Ministério Público, Prefeitura de Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Sebrae, Câmara de Dirigentes Lojistas, organizações não governamentais, movimentos sociais e a comunidade local.[38]

O projeto foi subseqüentemente incorporado pela Secretaria de Estado da Defesa Social, tendo sido implantado nos bairros Alto Vera Cruz/Taquaril/Granja de Freitas, Pedreira Prado Lopes, Cabana do Pai Tomás e Ribeiro de Abreu-Paulo 6º. Posteriormente foi implantado em outros municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Betim, Contagem, Santa Luzia, Vespasiano e Ibirité) e do interior do estado (Uberlândia, Governador Valadares, Ipatinga e Montes Claros).[39]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 103 conflitos de terra em Minas Gerais, envolvendo 75.249 pessoas, com uma morte.[40] Em 2004, de janeiro a agosto, foram 93 conflitos, envolvendo 60.732 pessoas, com quatro mortes. Em 2005, no mesmo período, foram 36 conflitos, envolvendo 28.488 pessoas, com 27 mortes.[41]

A Ouvidoria Agrária registrou 31 ocupações de terra no estado em 2004, com seis mortes, sendo cinco comprovadamente decorrentes de conflitos pela terra e uma não decorrente destes conflitos. Registrou 14 ocupações de terra de janeiro a novembro de 2005, com duas mortes, uma não decorrente de conflitos pela terra e outra sob investigação.[42]

Trabalho Escravo/Forçado

A Comissão Pastoral da Terra registrou três denúncias de trabalho escravo em Minas Gerais, com 19 pessoas libertadas em.... Na "lista suja" do Ministério do Trabalho e Emprego, havia dois empregadores explorando trabalho escravo em Minas Gerais em janeiro de 2006.[43]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

No Estado de Minas Gerais, em dezembro de 2004, a população prisional era de 24.602 pessoas, das quais 7.581 no sistema penitenciário, sob administração da Subsecretaria de Administração Penitenciária (Suape), subordinada à Secretaria de Estado da Defesa Social (Seds), e 17.021 distribuídas entre distritos policiais e cadeias públicas sob jurisdição da Seds. A taxa de encarceramento no estado era de 127,89 presos por cem mil habitantes[44].

Em regime fechado, encontravam–se 3.993 homens e 184 mulheres, formando um total de 4.177 detentos. Em regime semi-aberto, contavam-se 1.685 detentos, sendo 1.652 homens e 33 mulheres. Em detenção provisória, encontravam-se 1.502 pessoas, das quais 1.427 eram homens e 75, mulheres. Cumprindo medida de segurança, eram 217 pessoas: 194 homens e 23 mulheres.[45]

O número de presos provisórios era de 1.502 (homens e mulheres), e o número de presos condenados era de 23.100 (homens e mulheres). O número de vagas disponíveis em unidades do sistema penitenciário era apenas 7.832, muito inferior ao número de presos condenados – o que obrigava a maioria dos presos condenados a permanecerem em unidades prisionais sob administração da Seds.[46]

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes/Subsecretaria de Direitos Humanos recebeu um total de 212 denúncias referentes ao tratamento dos presos no estado em 2002, 165 em 2001 e 188 no ano 2000.[47]

Rebeliões e fugas

Segundo dados de janeiro de 2005, ocorreram 2.474 fugas no período compreendido entre os anos de 2002 e 2004. O número anual de fugas diminuiu de 880 em 2002, para 835 em 2003 e 759 em 2004.[48] Outra fonte registra em 676 o número de fugas ocorridas nem 2002, sendo 226 fugas de presos em regime fechado e 450 de presos em regime semi-aberto.[49]

No que se refere às rebeliões, estatísticas consolidadas em 2005 revelam um total de 12 ocorrências no estado entre os anos de 2002 e 2004: cinco rebeliões em 2002, seis em 2003 e uma em 2004. No mesmo período, ocorreram seis motins, categoria diferenciada de rebeliões: dois em 2002, três em 2003 e um em 2004.[50]

A imprensa noticiou diversos casos de fugas e rebeliões no estado no período destacado. No CERESP, Centro de Remanejamento de Presos da Polícia Civil, em Juiz de Fora, na manhã do dia 07 de fevereiro de 2002, três presos sofreram escoriações em rebelião que durou três horas, motivada pela superlotação do centro. Com capacidade para alojar 240 presos, o presídio contava na época com um total de 500 internos.[51] Condições percárias de habitabilidade motivaram sucessivas fugas e rebeliões ocorridas na Cadeia Pública de Alfenas durante o ano de 2002.[52] Na Penitenciária José Maria Alkimin, Ribeirão das Neves, Belo Horizonte, em novembro do mesmo ano, os presos mantiveram dezesseis agentes penitenciários e um médico como reféns durante vinte horas, após tentativa frustrada de fuga. O objetivo dos cerca de trinta internos que lideraram o motim era a revisão de suas penas.[53] A mesma penitenciária havia sido palco de rebelião de cerca de 700 detentos em agosto do mesmo ano.[54] Em janeiro de 2004, ainda em Ribeirão das Neves, na Cadeia Pública local, um preso foi baleado e morto por policiais que tentavam conter fuga em massa do presídio.[55]

Um caso emblemático no que se refere à ocorrência de rebeliões em Minas Gerais é o da Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem. Em abril de 2003, houve na penitenciária uma rebelião envolvendo cerca de 320 presos, que protestavam contra a transferência de um traficante para outro presídio estadual. O diretor da unidade prisional e quatro agentes penitenciários foram feitos reféns.[56] A rebelião mais grave, contudo, ocorreu em maio do mesmo ano. Os presos, que se mantiveram rebelados por três dias, reivindicavam a revisão de penas, a transferência de quatro internos, banhos de sol e o afastamento da direção do presídio, que teria proibido concessões como o pernoite de visitas durante o fim de semana. No episódio foram feitos cinco reféns, quatro agentes penitenciários e o vice-diretor de disciplina.[57]

Torturas e maus-tratos

Casos de tortura e maus-tratos também foram objetos de notícias na imprensa. Nesse âmbito, um incidente emblemático foi o ocorrido na Cadeia Pública de Tupaciguara. Um músico foi levado para a cadeia sob a acusação de ter praticado atentado violento ao pudor e, assim que chegou à unidade, foi encaminhado para o pátio, onde, algemado, foi espancado por cinco

policiais militares e obrigado a confessar o fato. Mesmo depois de assinar a autoria do crime, o suposto criminoso sofreu mais duas sessões de tortura nos dois dias seguintes, uma das quais teria durado cerca de 40 minutos e contado com a participação de três policiais militares. Dirigido a uma cela correcional, em que ficam abrigados presos ameaçados por colegas, o músico não teve coragem de denunciar a violência temendo ameaça feita por um dos policiais. As torturas só foram reveladas quando o advogado do detento foi visitá-lo e comunicou os eventos ao delegado, que alegou não ter percebido marcas de espancamento na vítima enquanto presenciava a assinatura do documento que reconhecia a autoria do crime.[58]

As péssimas condições de habitabilidade das prisões do estado também foram noticiadas pela Imprensa. Na 16ª DRSP, em Uberlândia, trinta e um presos dividiam uma cela de nove metros quadrados em setembro de 2004. Os presos aguardavam vaga na Colônia Penal Prof. Jacy de Assis, também superlotada. Durante mais de uma semana, os presos ficaram sem água, comida e banho de sol.[59]

A Cadeia Pública de Alfenas, criada de modo improvisado para alojar cerca de 40 presos, abrigava, em 2004, 94 detentos. As celas do presídio eram cobertas com telhas de amianto, que, em época de chuvas, eram permeadas por goteiras. A fiação ficava exposta e, muitas vezes, os presos a cortavam para apagar a iluminação do presídio e, assim, facilitar fugas. As infiltrações nas paredes eram numerosas, o que facilitava a escavação de túneis e outras vias de fuga.[60]

O quadro problemático do sistema prisional do estado motivou considerações da Anistia Internacional em relatório publicado em 2002, que denuncia a ocorrência de torturas e maus-tratos e as péssimas condições de habitabilidade nas delegacias policias de Belo Horizonte. O relatório foi elaborado a partir de visitas de membros da Anistia às delegacias mineiras realizadas em anos anteriores.[61]

Mortes

No ano de 2002, o governo registrou 30 mortes em presídios de Minas Gerais. Desse total, 19 foram atribuídas a causas naturais, seis a homicídios praticados pelos próprios presos; cinco a suicídios.[62] Em 2003 e 2004, de acordo com dados da Secretaria de Estado da Defesa Social/Subsecretaria de Administração Penitenciária, foram registradas, respectivamente, 28 e 34 mortes no sistema prisional do estado.[63]

Em julho de 2002, na Cadeia Pública de São Lourenço, no sul do estado, rebelião resultou em morte de um preso, cujo corpo foi encontrado

carbonizado em uma das celas.[64] Ainda em 2002, um preso foi morto a golpes de chuço (arma improvisada) por colegas de cela na Cadeia Pública de Alfenas. Um dos rivais do detento assassinado ainda tentou degolá-lo no meio do tumulto iniciado por ocasião de uma briga entre os presos.[65] No ano seguinte, dois presos foram mortos por companheiros de cela durante um tumulto na Delegacia de Furtos de Veículos, em Belo Horizonte.[66] Em 2004, presos da Cadeia Pública de Ribeirão das Neves tentaram realizar fuga em massa, impedida pela intervenção de policiais militares, que balearam quatro detentos, matando um.[67] No mesmo ano, na Cadeia de Furtos e Roubos, um detento foi encontrado enforcado com um lençol.[68]

Liberdade de Expressão e de Assembléia

Imprensa – agressões

O jornalista Fábio Oliva, editor do jornal *Folha do Norte*, foi agredido pelos advogados Willer, William e Wilson Santos Ferreira, em Januária, no dia 21 de dezembro de 2004. O motivo da agressão foi uma matéria publicada no jornal denunciando um parecer com data retroativa, emitido por Willer para a prefeitura, validando assim uma licitação fraudulenta para obras no Hospital Municipal. Durante a agressão, segundo o jornalista, Willer chegou a sacar um revólver e foi contido por um de seus irmãos. Oliva registrou a ocorrência na delegacia da cidade, fazendo representação criminal com denúncia de tentativa de homicídio. As denúncias publicadas na *Folha do Norte* contribuíram para a cassação do mandato do prefeito Manoel Ferreira Neto pela Câmara de Vereadores.[69]

Imprensa – censura

O *Jornal da Manhã* de Uberaba teve suas portas lacradas por 24 horas, no dia 20 de abril de 2004, pelo juiz eleitoral Lênin Ignachitti por ter publicado uma entrevista com o vice-prefeito Odo Adão, na edição de 18 de abril. Na avaliação da Justiça Eleitoral, a entrevista configurava "propaganda eleitoral extemporânea". O jornal vinha publicando em suas edições dominicais anteriores, entrevista com possíveis candidatos à prefeitura e a do vice-prefeito, além de seguir a outras anteriormente publicadas, possuía o mesmo teor. O *Jornal da Manhã* impetrou Mandado de Segurança junto ao Tribunal Regional Eleitoral, em Belo Horizonte, e depois do deferimento da liminar voltou a circular normalmente, em 21 de abril.[70]

Liberdade de Participação Política

Políticos – assassinatos

Na manhã do dia 16 de junho de 2002, Deusemin Januário Gonçalves, vereador da cidade de Ipatinga pelo PFL, foi assassinado por Jonas Alves Maciel. Segundo o Ministério Público, o crime foi planejado pelo suplente de Deusemin na Câmara Municipal, Elquias Belo Filho, que ofereceu R$ 20 mil a Osmar Vicente Neto para que assassinasse o vereador. Segundo as investigações, Osmar contratou Jonas Alves Maciel, que executou o crime por R$ 5 mil. Elquias Filho e Osmar Neto foram condenados pela justiça a quinze anos de reclusão e Jonas Maciel foi condenado a quatorze anos de reclusão.[71]

O vereador José César Barbosa de Souza (PP), de Diamantina, foi executado com quatro tiros no dia 13 de julho de 2005, quando chegava a sua casa, no centro da cidade. A principal suspeita da polícia é que o crime foi cometido por um dos freqüentadores de um clube noturno, de propriedade do vereador. Segundo o delegado Pedro Saraiva Júnior, da Delegacia de Crimes contra a Vida, alguns dias antes, José César provocou muito descontentamento ao decretar que pessoas que provocavam badernas ou usavam drogas estariam proibidas de freqüentar seu estabelecimento. Outra hipótese considerada seria de crime político.[72]

O candidato a vereador pelo PT de Belo Horizonte, Clemente José dos Santos, também conhecido como "irmão Clemente", foi morto em 29 de agosto de 2004 com quatro tiros, quando fazia panfletagem no bairro Tupi, região norte da capital mineira. A polícia trabalha com a possibilidade de crime motivado por vingança. Clemente estava jurado de morte por ter matado um homem na favela Vietnã em 1997.[73]

Crianças e Adolescentes

Em Minas Gerais, há 432 conselhos tutelares, 545 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 45 delegacias especializadas em crianças e adolescentes, duas promotorias da infância e da juventude e duas varas da infância e da juventude.[74]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 5,9% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 16,3% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[75]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 1.147 denúncias de Minas Gerais, o que representa 6,88 denúncias por 100 mil habitantes.[76]

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito[77]

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada em 2003, com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, relatou denúncias de abuso e exploração sexual de crianças na rodovia BR 040 (Zona da Mata a Rio de Janeiro) e BR 381 (Belo Horizonte a Guarulhos).

A promotora de Justiça da Comarca de Medina, que atende o município de Itaobim, informou à CPMI que, às margens da BR 116, continuam a ocorrer casos de exploração sexual de crianças e adolescentes. De acordo com o Conselho Tutelar e o Comissariado de Menores, os abusadores geralmente são caminhoneiros. A promotora relatou ainda que, em 2003, o comissário de menores de Itaobim prendeu em flagrante um caminhoneiro mantendo relações sexuais dentro da cabina de um caminhão com uma adolescente de quatorze anos. Ambos foram conduzidos à delegacia local, onde a adolescente desmentiu todos os fatos presenciados pelo comissário. Dias depois, os pais da vítima foram chamados à delegacia, mas não quiseram apresentar queixa contra o autor do fato. A promotora informou também que recebeu informações de que adolescentes estavam sendo aliciadas em Itaobim para serem levadas a Cariri (povoado de Divisa Alegre, MG) e Vitória da Conquista (BA), e que encaminhou tais informações para o delegado regional de polícia civil e para o comissariado de menores de Itaobim.

A Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais promoveu, na cidade de Pompéu, audiência pública para analisar denúncias de que havia uma rede de exploração sexual de adolescentes, envolvendo diversas autoridades, empresários e servidores públicos desta região mineira. De acordo com as informações, essa rede promoveria encontros sexuais entre adolescentes e "clientes" em festas ou em locais previamente combinados, como motéis ou casas alugadas para este fim. Segundo o relatório da CPMI, o caso tornou-se público a partir da denúncia da mãe de uma das vítimas, revelando a exploração sofrida por sua filha e o nome dos exploradores. A CPMI ouviu também outras adolescentes que confirmam os fatos e relatam ter sofrido as mesmas formas de exploração. Sobre este caso, foram instaurados três procedimentos para a apuração dos fatos: um na Co-

missão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de MG; outro na Delegacia de Polícia que atende a Pompéu; e o terceiro, no Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Em 24 de junho de 2003, o Ministério Público Estadual em São Francisco apresentou denúncias formais contra 37 pessoas acusadas de exploração sexual de mais de trinta crianças e adolescentes. Dentre os acusados, estavam policiais civis, policiais militares e vereadores. Havia também proprietários de hotéis, comerciantes, vendedores ambulantes, donas de casas de prostituição e mulheres que intermediavam "clientes" para algumas adolescentes.

Os fatos foram constatados inicialmente por meio de um procedimento administrativo instaurado pela Promotoria de Justiça de São Francisco, no final de novembro de 2003, quando o Conselho Tutelar levou ao conhecimento da Dra. Luciana Kellen Santos Pereira, à época Promotora da Infância e Juventude de São Francisco, as primeiras notícias de exploração sexual de adolescentes. A promotora ouviu, entre novembro e dezembro de 2003, mais de vinte adolescentes. Algumas delas mencionaram o envolvimento do ex-delegado de polícia e um investigador da polícia civil de São Francisco, o que levou à instauração de inquérito policial, no âmbito da Corregedoria Geral de Polícia. Ao final do inquérito, constatou-se a presença de provas e indícios que relacionavam os acusados os crimes, havendo o indiciamento formal de 42 agentes e identificação de mais de 40 vítimas.

Trabalho Infanto-Juvenil

Em Minas Gerais, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 19% da população total desta idade em 1995 para 6% em 2000, mas aumentou para 8% em 2004.[78]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 21.738 crianças em 127 municípios do estado no início de 2005.[79]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, Minas Gerais tinha 373 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 373 (100%) em meio fechado.[80]

Boas Práticas

Em 2004, o governo do estado e o grupo carioca AfroReggae estabeleceram parceria para desenvolver o projeto Juventude e Polícia, que utiliza a arte como forma de aproximação entre os policiais e jovens moradores da

periferia. O projeto envolve oficinas de circo, vídeo, percussão, teatro, grafitagem e dança, com aulas dadas por jovens de baixa renda do Rio de Janeiro a policiais militares de Belo Horizonte. José Júnior, coordenador-executivo do AfroReggae, diz que todos os professores já foram vítimas da violência policial. Segundo a tenente-coronel Luciene Albuquerque, comandante do 34º Batalhão da PM de MG, o projeto quebra o preconceito de um grupo contra o outro e os aproxima: "Quando o jovem vê o policial fazendo coisas que gosta de fazer, passa a admirá-lo e respeitá-lo mais", diz ela, que também participou das oficinas com 300 subordinados.[81]

Mulheres

A população de Minas Gerais é composta por 48,82% de homens (9.294.071) e 51,18% de mulheres (9.744.622). A esperança de vida ao nascer é de 77,4 anos para as mulheres e 70,5 anos para os homens.[82]

Em 2003, foram registradas 1.003 ocorrências de estupro (10,70/100 mil mulheres), sendo 249 na capital (20,46/100 mil mulheres). No mesmo ano, a capital concentrava 12,98% da população feminina e 24,83% das ocorrências registradas. Comparadas com o ano de 2001, as taxas de ocorrência na capital apresentaram um crescimento de 49,7%, crescimento bastante superior àquele que foi observado para o país no mesmo período (-1,7%).[83]

Em 2002, segundo dados do Mapa da Violência IV, 293 mulheres foram assassinadas (3,2/100 mil habitantes), sendo 79 na faixa etária de 15 a 24 anos (4,4/100 mil habitantes).[84] Estes números indicam um crescimento em relação a 2000, quando foram registrados 2,7 homicídios/100 mil mulheres. Apesar deste aumento, em comparação com os outros estados da região sudeste, Minas Gerais apresenta as taxas mais baixas de violência fatal entre as mulheres.[85]

Minas Gerais concentra vários serviços de atendimento a mulheres em situação de violência, e na capital do estado esta rede apresenta uma estrutura bastante consolidada. Em todo o estado existem 41 DEAMs – Delegacias Especiais de Atendimento a Mulher. Além do Conselho Estadual da Mulher, há ainda 12 conselhos municipais distribuídos em diferentes regiões do estado. Em 2005 estavam em funcionamento sete casas abrigo e sete centros de referência para o atendimento de mulheres em situação de risco social e risco de morte. Há serviços para atendimento especializado para mulheres vítimas de violência sexual em cinco hospitais das redes estadual e municipal, incluindo o serviço para aborto legal e prevenção de DST/AIDS.[86]

Em 2005 foi criada a Defensoria Pública Especializada na Defesa dos Direitos das Mulheres em Situação de Violência, como parte dos projetos propostos pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Atualmente, funcionam quatro núcleos de atendimento, um na capital e três no interior. O projeto também prevê a oferta de cursos de capacitação para defensores públicos e estagiários de direito tendo como foco o respeito e a promoção dos direitos da mulher.[87]

Em 2005, além do governo do estado, 3 municípios aderiram ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres.[88] Em 2003, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres repassou R$ 208.018,16 para o estado (5,48% do total de repasses naquele ano). Em 2004, foram repassados R$ 829.278,96 (8,09% do total do ano). Em 2005, R$ 717.048,95 (6,16% do total do ano). A maior parte dos recursos foi destinada à estruturação e implementação de centros de referência e núcleos da Defensoria Pública em Belo Horizonte e Itajubá.[89]

Em 2005 realizou-se no estado o curso de capacitação para policiais que atuam nas DEAMs. Foram realizadas seis turmas distribuídas em 4 regiões (Belo Horizonte, Governador Valadares, Uberlândia e Juiz de Fora), abrangendo 35 municípios. No total foram capacitados 149 policiais e 32 profissionais que atuam em serviços de atendimento a mulheres em situação de violência.[90]

Educação

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era 10,6% para as mulheres e 9,1% para os homens. A média de anos de estudo era 6,8 anos para as mulheres e 6,5 para os homens. As mulheres se destacam entre os grupos com 12 anos ou mais de estudos (59%) e entre a população que freqüenta o ensino superior (58,5%).[91]

Trabalho

Comparada à situação dos outros estados da região sudeste, Minas Gerais apresenta as maiores participações femininas nestes dois grupos. Apesar deste diferencial, em Minas Gerais as mulheres representam 43,92% da população economicamente ativa. Entre a população ocupada, 34,5% da participação feminina é em postos de trabalhadores em serviços, 16,4% de trabalhadores agrícolas e 4,0% de dirigentes. Na população ocupada masculina, 5,7% dos trabalhadores estão em postos de dirigentes, 9,9% de trabalhadores em serviços e 25,6% de trabalhadores agrícolas.[92]

Na população feminina ocupada, o rendimento/hora era R$ 3,50, 22,22% inferior ao da população masculina ocupada, que era R$ 4,50. Comparados aos rendimentos-hora pagos nos outros estados da região sudeste, estes são os menores observados. Entre as classes com 12 anos de estudo ou mais se observa também uma diferença significativa: enquanto as mulheres recebem R$ 9,00/hora, os homens recebem R$ 14,90/hora. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte esta diferença é ainda mais acentuada: R$ 11,20/hora entre a população feminina e R$ 18,80/hora entre a população masculina.[93]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 158,53, e dos 10% mais ricos era R$ 2.070,97. Nos dois casos, o rendimento médio mensal era inferior ao da população masculina. Na população masculina ocupada, o rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 227,30 e dos 10% mais ricos era R$ 3.324,94.[94]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm risco maior do que os brancos de serem vítimas de violência. De 2000 a 2002, para cada branco, 2,01 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrado um aumento desta taxa de 1,96 em 2000 para 2,16 em 2002.[95]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 7,91% para a população branca e 14,22% para a população negra. A escolaridade média era de 7,75 anos de estudo para a população branca e 6,22 anos para população negra.[96]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 372,62 para população branca e R$ 196,16 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 4,09 para população branca contra R$ 2,39 para população negra.[97]

Indígenas

O estado de Minas Gerais tem uma população indígena distribuída em cinco povos indígenas.[98]

Nome	População censo/estimativa	Ano
Aranã	?	—
Kaxixó	?	—
Krenak	150	1997
Xakriabá	6.000	2000
Maxakali	802	1997

O Estado tem nove terras indígenas, na seguinte situação jurídica:[99]

Situação	Nº de terras
Registradas	4
Homologadas	1
Declaradas	0
Identificadas	0
A Identificar	1
Reservadas /Dominiais	0
Sem Providências	3

Idosos

Minas Gerais tem 1.945.415 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 10,2% da população do estado. Desta população, 36,0% tinha um rendimento médio mensal familiar per capita de meio a um salário mínimo e 28,8% de um a dois salários mínimos.[100]

Migrantes

Em 2004, Minas Gerais tinha uma população de 1.517.338 migrantes, o que correspondia a 7,97% da população do estado. É o estado com a menor proporção de migrantes da região sudeste.[101]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre seis homossexuais assassinados em 2002, cinco em 2003, dez em 2004 e dois em 2005 em Minas Gerais.[102]

Boas Práticas

Em agosto de 2004, a Ouvidoria da Polícia e o Conselho Regional de Psicologia promoveram debate com representantes de grupos homossexuais, policiais militares e civis, com o objetivo discutir o preconceito e a violência policial em relação à população de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais (GLTTB).[103]

Em maio de 2005, a Ouvidoria de Polícia promoveu reunião com representantes da polícia militar e grupos homossexuais para discutir medidas de combate ao preconceito e violência policial praticados contra homossexuais.[104]

Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados diminuiu de 10,3% em 1991 para 4,0% em 2004 (- 61,16%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 14,21% em 1991 para 17,6% em 2004.[105]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era 9,9%, a mais alta entre os estados da região sudeste, e a média de anos de estudo era 6,7 anos, a mais baixa entre os estados da região sudeste.[106]

O rendimento/hora da população ocupada era R$ 4,10, o mais baixo da região sudeste, abaixo da média regional de R$ 5,40, mas acima da média nacional de R$ 4,70.[107]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 195,27, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 2.859,45. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 119,14, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.945,71.[108]

Boas Práticas

O Programa Alimentar – Coleta de Orgânicos com Ecocidadania, desenvolvido na cidade de Belo Horizonte, a partir de 2001, foi premiado pelo Programa de Gestão Pública e Cidadania, da Fundação Getúlio Vargas em 2005. O objetivo do Programa Alimentar é combater o desperdício de

alimentos e a fome, através da coleta, processamento e distribuição de alimentos perecíveis, que não são comercializados em supermercados e sacolões. O programa está baseado numa articulação de órgãos municipais, organizações da sociedade civil e setor privado.[109]

Objetivos do Milênio

	1995	2000	2004
Alfabetização Feminina (%)	84,2	87,5	89,4
Alfabetização Masculina (%)	85,4	88,6	90,9
Água Canalizada (%)	83,9	96,6	95,4
Esgotamento Sanitário (%)	66	68,9	76,3
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	40,3	33,2	-
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	95,3	43,9	39,3
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	30,2	22,2	22,5
Sem Rendimento (%) *	39,2	39,4	32,27
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	19,2	20,6	23,76
Telefone (%)	22,2	42,1	49,3
Computador (%)	-	9,4	14,8

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
4.IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
5.Estado de Minas Gerais (www.mg.gov.br) e Secretaria da Defesa Social (www.seds.mg.gov.br).
6.Governo de Minas Gerais, "Minas inicia integração das Polícias Civil e Militar", 03/08/04, e "Belo Horizonte ganha Área Integrada para combater o crime", 23/03/2006. Disponível no web-site do governo do estado (www.mg.gov.br).
7.Dados do efetivo policial em 2003, da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003, do IBGE (www.ibge.gov.br).
8.Brasil, IBGE 2005.
9.Os relatórios estão disponíveis no web-site da Ouvidoria: www.ouvidoriadapolicia.mg.gov.br.
10.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
11.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
12.Brasil, Ministério de Justiça, 2004a.
13.Brasil, Ministério da Justiça 2004b.
14.Brasil, IBGE 2005.
15.Brasil, Ministério da Justiça 2005.

16.Estado de Minas Gerais, "Governo anuncia indenizações a 136 vítimas de tortura", 06/04/2005, e "Direitos Humanos foi destaque em 2005", 09/01/2006. Disponível no web-site do governo do estado (www.mg.gov.br).
17.Estado de Minas Gerais, Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, Subsecretaria de Direitos Humanos (www.social.mg.gov.br/direitoshumanos/sup_direitos_humanos.html).
18.Estado de Minas Gerais, Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, Subsecretaria de Direitos Humanos, Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos (www.social.mg.gov.br/direitoshumanos/direitos_humanos/navcv.html).
19.Estado de Minas Gerais, Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, Subsecretaria de Direitos Humanos, Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos (www.social.mg.gov.br/direitoshumanos/direitos_humanos/navcv.html).
20.Estado de Minas Gerais, "Disque Direitos Humanos faz 6 anos e planeja ampliação", 20/02/2006. Disponível no web-site do governo do estado (www.mg.gov.br).
21.Mesquita e Loche 2005.
22.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005. O estado não disponibilizou o número total de pessoas atendidas no ano.
23.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
24.Folha Online, "Morte de fiscais do trabalho em Unaí completa 2 anos", 28/01/06.
25.Folha Online, "Morte de fiscais do trabalho em Unaí completa 2 anos", 28/01/2006.
26.Folha Online, "Fazendeiro acusado pela morte de fiscais em Unaí está preso em Brasília", 14/08/2004, e "Suspeitos da chacina de Unaí (MG) são transferidos para BH", 20/08/2004.
27.Folha Online, "Fazendeiro acusado pela morte de fiscais em Unaí está preso em Brasília", 14/08/2004, e "Suspeitos da chacina de Unaí (MG) são transferidos para BH", 20/08/2004.
28.Folha Online, "Fazendeiro acusado de crime em Unaí consegue habeas corpus", 31/08/2005.
29.Folha Online, "PF prende irmão de suspeito por morte de fiscais em MG", 17/09/2004.
30.Online, "Suspeito por morte de fiscais do trabalho se elege em Unaí (MG)", 04/10/2004.
31.Folha Online, "Prefeito eleito de Unaí deixa a prisão", 06/10/2004.
32.Folha Online, "Justiça determina nova prisão de acusado de mortes em Unaí", 10/12/2004, e "Prefeito eleito acusado de mortes em Unaí deixa a prisão", 16/12/2004.
33.Estado de Minas Gerais, Ouvidoria de Polícia (www.ouvidoriadapolicia.mg.gov.br).
34.Estado de Minas Gerais, Ouvidoria de Polícia (www.ouvidoriadapolicia.mg.gov.br).
35.Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/d.
36.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
37.Waiselfisz 2004.
38.Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, Universidade Federal de Minas Gerais – Crisp (www.crisp.ufmg.br) e Estado de Minas Gerais, Secretaria da Defesa Social (www.seds.mg.gov.br)
39.Estado de Minas Gerais (www.mg.gov.br).
40.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004.
41.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2005.
42.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ouvidoria Agrária 2005 e 2004.
43.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004 e 2005 e Ministério do Trabalho e Emprego, "Cadastro dos Empregadores Portaria 540 de 15/10/2004", lista atualizada em 19/01/200619/01/2006, disponível no web-site do Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br).
44.Brasil, Depen 2006. Estimativa de população em 2004, do IBGE (www.ibge.gov.br). Em 2005, havia 6.289 presos em unidades do sistema penitenciário. O estado não forneceu dados referentes ao número de presos em cadeias públicas e distritos policias em 2005.
45.Brasil, Depen 2006.
46.Brasil, Depen 2006.
47.Estado de Minas Ferais, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, Subsecretaria de Direitos Humanos (www.social.mg.gov.br/direitoshumanos/sup_direitos_humanos.html).
48.Estado de Minas Gerais, Secretaria de Defesa Social, Subsecretaria da Administração Penitenciária (www.seds.mg.gov.br/estrut_subsecretaria.asp), janeiro de 2005.
49.Lemgruber 2004.
50.Estado de Minas Gerais, Secretaria de Defesa Social, Subsecretaria da Administração Penitenciária (www.seds.mg.gov.br/estrut_subsecretaria.asp), janeiro de 2005.
51.*O Estado de S. Paulo*, 08/02/2002.
52.*O Jornal dos Lagos*, várias edições dos anos de 2002, 2003 e 2004 apresentam notícias referentes a incidentes ocorridos na Cadeia Pública de Alfenas.
53.*O Diário de S. Paulo*, 03/11/2002.
54.*O Estado de S. Paulo*, 12/08/2002.
55.*O Diário de S. Paulo*, 08/01/2004.
56.*Folha de S.Paulo*, 09/04/2003.
57.*Folha de S.Paulo*, 22/05/2003, 24/05/2003, 25/05/2003; *O Estado de S.Paulo*, 22/05/2003, 23/05/2003, 24/05/2003; *O Globo*, 24/05/2003.
58.*O Correio* (Uberlândia), 29/06/04.
59.*O Correio* (Uberlândia), 09/09/04.
60.*Jornal dos Lagos*, 02/10/2004.
61.Anistia Internacional, "Brazil:'Subhuman': Torture, overcrowding na brutalisation in Minas Gerais police stations". Relatório disponível no web-site da Anistia Internacional (www.amnesty.org).
62.Lemgruber 2004.

63.Secretaria de Estado da Defesa Social/ Subsecretaria de Administração Penitenciária – jan/2005; Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP) e Núcleo de Estudos em Segurança Pública (NESP)
64. *O Estado de S. Paulo*, 20/07/2002.
65.*Jornal dos Lagos*, 19/08/2002.
66.*O Estado de S. Paulo*, 06/08/2003.
67.*O Estado de S. Paulo*, 08/01/2004.
68.*O Estado de S. Paulo*, 11/03/2004.
69.Associação Nacional de Jornais – ANJ 2005.
70.Associação Nacional dos Jornais – ANJ 2004.
71.Site e-jurídico (www.e-juridico.com.br/noticias) de 17/06/2005, acessado em 21/02/2006
72.*Hoje em Dia*, 15/07/2005.
73.*Folha de S. Paulo*, 30/08/2004; *O Estado de Minas*, 30/08/2004.
74.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12/01/2006.
75.Brasil, IBGE 2006. Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde e participação nos programas sociais governamentais.
76.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
77.Brasil, Congresso Nacional 2004.
78.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
79.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
80.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no website da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh). O estado não informou o número de adolescentes cumprindo medida sócio-educativa em meio aberto.
81.AfroReggae (www.afroreggae.org.br); e Folha de S. Paulo, "Policiais aprendem grafite com jovens", 25/07/2005.
82.Brasil, Brasil, IBGE 2006.
83.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
84.Waiselfisz 2004.
85.Mesquita e Affonso 2002.
86.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
87.Estado de Minas Gerais, Secretaria de Planejamento e Gestão (www.planejamento.mg.gov.br/governo/planejamento/central_projetos/carteira_projetos.asp)
88.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm.htm).
89.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/convenios.htm).
90.Cidadania, Estudo, Pesquisa e Informação – Cepia 2005.
91.Brasil, IBGE 2006.
92.Brasil, IBGE 2006.
93.Brasil, IBGE 2006.
94.Brasil, IBGE 2006.
95.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
96.Pnud 2004.
97.Pnud 2004.
98.Instituto Sócio Ambiental – ISA – ISA (www.socioambiental.org).
99.Conselho Indigenista Missionário – Cimi – Cimi (www.cimi.org.br). Dados de 17 de dezembro de 2004.
100.Brasil, IBGE 2006.
101.Brasil, IBGE 2006.
102.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2005 e 2006.
103.Estado de Minas Gerais (www.mg.gov.br), "Ouvidoria debate violências contra homossexuais", 24/08/2004.
104.Estado de Minas Gerais (www.mg.gov.br), "Ouvidoria de Polícia debate homofobia na segurança pública", 10/05/2005.
105.Brasil, IBGE 2005.
106.Brasil, IBGE 2006.
107.Brasil, IBGE 2006.
108.Brasil, IBGE 2006.
109.Fundação Getúlio Vargas, Programa de Gestão Pública e Cidadania 2005.

1.3 Rio de Janeiro

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

O estado do Rio de Janeiro tem uma área de 43.696,054 km2 e população de 15.383.407 habitantes (352,05 hab/km2), divididos em 92 municípios.[1] A cidade do Rio de Janeiro, capital do estado, tem uma população de 6.094.183 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Rio de Janeiro passou de 0,753 em 1991 para 0,807 no ano 2000 (+ 15,54 %).[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0.536, abaixo da média nacional de 0.559, mas acima da média regional de 0.533.[4]

Estrutura Institucional

O Rio de Janeiro tem uma Secretaria de Estado da Segurança Pública, a qual está vinculada a Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, e o Instituto Segurança Pública (ISP). O ISP regularmente publica as estatísticas criminais do estado na internet.[5] O efetivo policial era 72.677 em 2003, sendo 11.230 policiais civis, 1.160 peritos, 43.774 policiais militares e 16.513 bombeiros militares, o que representa 1 policial para cada 205 habitantes.[6] Sessenta e sete municípios tinham guarda municipal em 2004, com um efetivo total de 12.017 guardas.[7]

O estado tem uma Secretaria dos Direitos Humanos, a qual está vinculada a Corregedoria Geral Unificada, a Ouvidoria de Polícia e o Programa Estadual de Proteção à Testemunha.[8]

A Ouvidoria de Polícia, criada através da lei estadual 3.168, de 12 de janeiro de 1999, recebe e acompanha a investigação de denúncias contra policiais e produz relatórios periódicos disponibilizados na internet.[9]

A Corregedoria Geral Unificada não substituiu as corregedorias das polícias civil e militar, e depende das corregedorias destas polícias para realizar investigações de denúncias contra policiais civis e militares. Foi criada pela lei estadual 3.4035/2000, regulamentada pelo decreto 26.716/2000, inicialmente na Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos. Em seguida, pelo decreto 26.742/2000 e decreto 27.789/2000, passou para a Secretaria de Estado de Segurança Pública. Em 2002, pelos decretos 31.835/2002 e 32.819/2000, a corregedoria unificada passou a integrar a estrutura da Governadoria do Estado e teve sua estrutura alterada. Com a criação da

Secretaria de Estado de Direitos Humanos, através do decreto estadual 33.362, de 10 de junho de 2003, a Corregedoria Geral Unificada, passou a integrar a estrutura desta Secretaria. Com o decreto 34.229/2003, voltou a integrar a estrutura da Governadoria do Estado. Finalmente, com o decreto 34.526, de 16 de dezembro de 2003, a corregedoria unificada voltou a integrar a estrutura da Secretaria de Estado de Direitos Humanos.[10]

O Rio de Janeiro tem uma Secretaria de Estado de Justiça e Defesa do Cidadão, a qual estão vinculados os conselhos estaduais Anti-Drogas, dos Direitos da Mulher e de Direitos dos Negros, além de centros de referência para comunidades especiais, contra a violência e discriminação homossexual, contra a discriminação religiosa, contra o racismo e o anti-semitismo e da segurança ambiental.[11]

Por fim, o estado tem também uma Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), que administra as prisões do sistema penitenciário do estado, não incluindo as prisões nas delegacias de polícia sob administração da Secretaria de Estado da Segurança Pública. A Seap conta com uma ouvidoria própria, para receber e acompanhar a investigação de denúncias contra agentes do sistema penitenciário.[12]

O Rio de Janeiro possui 92 municípios, dos quais 80 constituem sede de comarca.[13] Em 2004, atuavam no estado 954 juízes, sendo 700 na primeira instância, 164 na segunda instância e 94 em juizados especiais, o que corresponde a uma taxa de 6,27 juízes por 100.000 habitantes.[14] O estado tinha ainda 149 juízes na primeira instância da justiça federal, em 2003.[15]

O Rio de Janeiro foi o primeiro estado a criar a Defensoria Pública, em 1954, que conta 736 defensores.[16] O estado tem 94 juizados especiais criminais e 115 juizados especiais cíveis.[17] Tem 11 programas de administração alternativa de conflitos.[18]

Políticas de Direitos Humanos

O Rio de Janeiro lançou um plano estadual de direitos humanos em 2002. Após um processo de revisão e atualização deste plano em 2004/2005, o segundo plano estadual de direitos humanos foi lançado na 3a Conferência Estadual de Direitos Humanos em 2005.[19]

De 2002 a 2004, o Rio de Janeiro assinou 55 convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 6 224 514,45. Destes convênios, nove foram referentes à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, quatro à promoção dos direitos da criança e do adolescente, três à proteção de vítimas e

testemunhas, doze à promoção dos direitos humanos, um à erradicação do trabalho escravo, um á proteção dos direitos da pessoa idosa e 23 à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência.[20]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Rio de Janeiro foi de 5,05%. A despesa média da justiça estadual por habitante foi de R$ 91,32. A participação da assistência judiciária gratuita no total das despesas justiça estadual foi 0,11% e no total das despesas públicas foi de 0,01%, o que representa um investimento médio de R$ 0,10 por habitante. A taxa de congestionamento da justiça estadual foi de 90,44% na primeira instância, 24,99% na segunda instância e 55,59% nos juizados especiais.[21]

Em 2003, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 1.316.479 processos e 609.714 foram julgados, o que representa 46% de processos julgados em relação a novos processos. Na segunda instância, deram entrada 83.256 processos e foram julgados 91.222, o que representa 110% de processos julgados. Ainda em 2003, na primeira instância da justiça federal, 281.508 processos foram distribuídos e 151.346 julgados, o que representa 54% de processos julgados.[22]

Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Execução e Violência Policial

No estado do Rio de Janeiro, o número de civis mortos por policiais, ocorrências registradas como "auto de resistência", atingiu um pico de 1.195 em 2003, caiu para 983 em 2004, mas subiu para 1.095 em 2005.[23]

Em 31 de março de 2005, um grupo de extermínio matou 29 pessoas nas cidades de Nova Iguaçu e Queimadas, na Baixada Fluminense, estado do Rio de Janeiro. A polícia federal, em conjunto com as polícias civil e militar, abriu um inquérito sobre o caso. Existiam indícios de que as mortes em Nova Iguaçu e Queimadas foram uma resposta para a punição de oito policiais, que integravam o 15° Batalhão de Polícia Militar, acusados de matar duas pessoas na cidade de Duque de Caxias. A chacina deu origem à ampla mobilização da sociedade civil, denunciado a violência policial, os grupos de extermínio e a impunidade na Baixada Fluminense.[24]

Em 6 de janeiro de 2004, cinco jovens foram mortos por policiais militares no Complexo da Alegria, na região do Caju, ma Cidade do rio de Janeiro. Três corpos foram encontrados no dia seguinte num lugar abandonado da região. Dois corpos foram levados pelos policiais ao hospital, identificados como pertencentes a grupo de traficantes que havia trocado tiros com a polícia. Um sobrevivente, que levou um tiro na perna, relatou as execuções à polícia. Em 2005, o caso ainda estava sob investigação.[25]

Em 6 de dezembro de 2003, quatro jovens foram mortos com tiros na cabeça e seus corpos encontrados com sinais de tortura em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Em julho de 2004, o Ministério Público ofereceu denúncia contra oito policiais militares.[26]

Em 17 de abril de 2003, quatro moradores morreram numa operação da polícia militar no Morro do Borel. Nenhum dos quatro tinha antecedentes criminais, três deles trabalhavam e um era estudante. Segundo a polícia, os quatro eram traficantes e foram mortos em confronto. O Ministério Público ofereceu denúncia contra cinco policiais em dezembro de 2003, aceita pelo 2º Tribunal do Júri em julho de 2004. Dois policiais militares foram absolvidos, em outubro de 2004 e fevereiro de 2005.[27]

Tortura

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 51 denúncias de tortura praticada por agentes públicos no Rio de Janeiro, sendo 32 na capital e 19 no interior do estado. Das 51 denúncias, 16 foram arquivadas devido a dados insuficientes. Trinta e quatro foram enviadas ao Ministério Público, que devolveu seis denúncias por dados insuficientes, investigou 12 e não prestou informação sobre as outras 16. Treze denúncias foram encaminhadas à Ouvidoria de Polícia, sendo que nada foi comprovado em três e nove estavam sob investigação. Duas denúncias foram encaminhadas à corregedoria da polícia civil, que não prestou informações sobre os encaminhamentos.[28]

Ouvidoria de Polícia

A Ouvidoria de Polícia recebeu 1.895 denúncias contra policiais em 2005, sendo 106 referentes a abuso de autoridade, 64 a agressão, seis a espancamento/tortura, quatro a lesão corporal, 154 a extorsão/concussão, 12 a participação em grupo de extermínio e sete a envolvimento em tráfico de arma.[29]

Em 2004, foram 1.728 denúncias, sendo 130 referentes a abuso de autoridade, 99 agressão, 12 espancamento/tortura, duas a lesão corporal, 227 a extorsão/concussão, 25 a participação em grupo de extermínio e 18 a envolvimento em tráfico de armas.[30]

Violência Policial, Execução, Linchamento

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, 2.913 casos de violência policial no Rio de Janeiro, com 3.323 vítimas fatais e 3.207 feridas, 2.410 casos de execução sumária, com 3.918 vítimas fatais e 565 feridas; 204 casos de linchamento com 86 vítimas fatais e 91 feridas.[31]

Violência Urbana

Em 2002, o estado do Rio de Janeiro registrou 8.321 mortes por homicídio (56,5/100 mil hab.), das quais 3.728 na cidade do Rio de Janeiro (106,9/100 mil hab.). Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 118,9/100 mil no estado e 145,5/100 mil na capital.[32]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 18 conflitos de terra no Rio de Janeiro, envolvendo 11.845 pessoas, sem mortes.[33] Em 2004, de janeiro a agosto, foram 33 conflitos, envolvendo 18.855 pessoas, sem mortes. Em 2005, no mesmo período, foram 18 conflitos, envolvendo 7.640 pessoas, com duas mortes.[34]

A Ouvidoria Agrária registrou 14 ocupações de terra no estado em 2004, sem mortes. Registrou sete ocupações de terra de janeiro a novembro de 2005, com duas mortes não decorrentes de conflitos pela terra.[35]

Trabalho Escravo/Forçado

A Comissão Pastoral da Terra registrou três denúncias de trabalho escravo no Rio de Janeiro em 2004, com 168 pessoas libertadas. Em 2003, foram quatro denúncias, duas investigadas, com 98 pessoas libertadas. Na "lista suja" do Ministério do Trabalho e Emprego, não havia registro de empregadores explorando trabalho escravo no Rio de Janeiro em janeiro de 2006.[36]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

No Estado do Rio de Janeiro, a população prisional era de 27.755 pessoas em dezembro de 2005. A taxa de encarceramento era de 180 presos por 100 mil habitantes.[37]

Da população encarcerada, 23.054 estavam em unidades do sistema penitenciário e 4.701 em unidades da Secretaria da Segurança Pública. O número total de vagas disponíveis em unidades do sistema penitenciário era de 19.767 em 2004, indicando a superlotação das unidades.[38]

O número de presos provisórios era 5.515 (homens e mulheres), e o número de presos condenados era 17.539 (homens e mulheres). A população carcerária distribuía-se da seguinte maneira: 12.536 homens e 779 mulheres em regime fechado (13.315 pessoas); 2.527 homens e oito mulheres em regime semi-aberto (2.535 pessoas); 291 homens e nove mulheres em regime aberto (300 pessoas); 5.213 homens e 302 mulheres em regime provisório (5.515 pessoas) e 1.389 homens em medida de segurança.[39]

Com relação às características da população carcerária, no ano de 2003, 19,4% possuíam idade intermediária entre os 18 e 20 anos, 19,8% entre os 20 e 25 anos, 22,5% entre os 25 e 30 anos, 25% entre os 30 e 40 anos, 9,7% entre os 40 e 50 anos e 3,7% 50 ou mais anos. Quanto ao grau de instrução, registra-se que: 5,4% eram analfabetos; 74,2% possuíam ensino fundamental incompleto; 2,9% possuíam ensino médio incompleto; 3,4% cursaram de forma completa o ensino médio; 0,4% chegaram a se matricular em cursos de nível superior, mas não os concluíram; 0,3% completaram seus estudos em nível superior; e 13,5% não informaram sua escolaridade. Com relação a estes últimos números apontados, 31,9% dos detentos, no ano de 2003, continuaram seus estudos dentro dos muros do sistema prisional.[40]

Polinter

O governo do estado desativou a carceragem da Polinter, na zona portuária do Rio de Janeiro em 31 de janeiro de 2006, após uma série de denúncias de violações de direitos humanos e corrupção. A desativação da Polinter foi determinada pela governadora do estado em 29 de dezembro de 2005, após a revelação de que o traficante Marcélio de Souza Andrade planejara e ordenara de dentro da Polinter uma ação para resgatá-lo quando ele fosse depor fórum da Ilha do Governador no dia 27 de dezembro. Souza Andrade, um comparsa e dois policiais morreram na tentativa de resgate. Seis policiais civis responsáveis pela carceragem foram afastados pelo chefe da polícia civil.[41]

Nos últimos cinco anos, o governo do estado construiu 11 casas de custódia, com 6.084 vagas, com o objetivo de desativar as carceragens dos distritos policiais. Com capacidade para 350 detentos, a carceragem da Polinter chegou a abrigar 1.685. Em dezembro de 2005, ainda abrigava 1.221 detentos.[42]

Em 15 de novembro de 2005, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos havia concedido medida cautelar solicitada pelas ONGs Justiça Global, Tortura Nunca Mais, Associação pela Reforma Prisional e Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, determinando que o governo brasileiro garantisse a vida e a integridade física de todos os presos na Polinter.[43]

Benfica

De todas as rebeliões no Estado do Rio de Janeiro entre 2002 e 2004, a rebelião na Casa de Custódia de Benfica foi uma das mais significativas no sentido de demonstrar os problemas existentes no sistema prisional. Entre estes problemas, se destacam: superlotação, espancamentos, falta de assistência jurídica e médica, falta de condições de habitabilidade e higiene, aprisionamento de presos condenados com outros esperando julgamento, suspensão de direitos, maus-tratos a parentes visitantes, controle de unidades prisionais por facções criminosas, manutenção de presos de facções criminosas rivais em uma mesma unidade prisional, e conflitos entre facções criminosas.

Num sábado, dia 29 de maio de 2004, às 6h30 da manhã, presos de uma facção criminosa renderam agentes penitenciários e detonaram uma bomba num dos portões da carceragem, permitindo que 14 presos fugissem. Tendo a tentativa de fuga em massa frustrada, os detentos fizeram novos reféns e invadiram celas preenchidas por integrantes de facção criminosa rival. No dia seguinte, logo que iniciadas as negociações, um dos reféns, um agente penitenciário, foi atingido pelas costas por uma bala e morreu a caminho do hospital. A rebelião terminou após negociações e libertação de reféns, na segunda-feira, dia 31 de maio. O fator agravante na rebelião de Benfica foi o confronto entre presos de diferentes facções criminosas, resultando na morte de 30 presos – dois destes esquartejados – e no ferimento de outros quinze. A facção majoritária fez um "julgamento" da rival. Presos condenados foram amarrados, torturados e depois mortos com marretadas na cabeça. Alguns presos ainda tiveram seus corpos incendiados, outros receberam estocadas e foram degolados. Ao final da rebelião, pessoas que presenciaram o acontecimento relataram que outros presos encontravam-se amarrados a botijões de gás ou suspensos por cordas presas aos pés, e indicaram que estes presos seriam os próximos a serem executados.[44]

Rebeliões e Fugas

Em 2004, a imprensa registrou casos de rebeliões e fugas nas seguintes unidades do sistema prisional: Casa de Custódia de Magé, Casa de Custódia de Benfica, Casa de Custódia Bangu C, 52º DP (Nova Iguaçu), 127º DP (Armação dos Búzios), 105º DP (Petrópolis), Presídio Ary Franco, 110º DP (Teresópolis), Penitenciária Milton Dias Moreira (Complexo Penitenciário Frei Caneca), Penitenciária Hélio Gomes, Penitenciária Moniz Sodré, Presídio Evaristo de Moraes, 90º DP (Barra Mansa), 73º DP (Neves), Presídio Carlos Tinoco da Fonseca. Em muitas das unidades prisionais relacionadas, ocorreram mais de uma rebelião ou fuga.[45]

Na rebelião ocorrida no Presídio Hélio Gomes (Complexo Penitenciário Frei Caneca), um preso foi morto ao ser atingido por tiro disparado por policiais.[46] Na Penitenciária Moniz Sodré (Complexo Penitenciário de Bangu), dois presos foram mortos por ação de policiais quando da tentativa de uma fuga em massa.[47] Na Penitenciária Milton Dias Moreira, dois presos foram baleados e mortos ao tentarem escapar da prisão assistidos por uma quadrilha de traficantes.[48] Nove presos ficaram feridos por estilhaços de bombas de efeito moral em rebelião também ocorrida na Penitenciária Milton Dias Moreira (Complexo Penitenciário Frei Caneca).[49] No Presídio Ary Franco, quatro presos foram mortos com estocadas no peito por motivo de dissidências entre facções criminosas rivais.[50] Uma detenta morreu e nove outras ficaram feridas – uma delas foi baleada na cabeça e permaneceu internada em estado grave – numa rebelião ocorrida na Casa de Custódia de Magé.[51]

No ano de 2003, houve rebeliões e fugas nas seguintes unidades do sistema carcerário: Penitenciária Pedrolino de Oliveira (Complexo Penitenciário Frei Caneca), Polinter Ricardo de Albuquerque, Polinter Praça Mauá, Presídio de Segurança Máxima Bangu 3, 76º DP (Centro de Niterói), Casa de Custódia Pedro Melo (Bangu), Presídio Jonas Lopes de Carvalho (Bangu 4), 52º DP (Nova Iguaçu), e Penitenciária Esmeraldino Bandeira (Bangu).[52]

Das fugas e rebeliões ocorridas em 2003, destacam-se: a rebelião ocorrida no presídio de segurança máxima Jonas Lopes de Carvalho, que implicou morte de um detento e o ferimento de outros seis[53]; na Polinter (Praça Mauá), um incêndio seguido por uma rebelião resultou na morte de três presos, um deles (mentalmente debilitado) morreu por razão de queimaduras graves, os outros dois por motivo de brigas entre facções criminosas rivais[54]; a rebelião que se passou na Penitenciária Pedrolino de Oliveira, que deixou seis presos ao entrarem em confronto com a polícia[55]; em uma rebelião na 52ª DP (Nova Iguaçu), oito presos foram feridos na intervenção

policial[56]; a rebelião ocorrida no presídio Bangu 4, cujo saldo foi a morte de um detento e o ferimento de outros sete presos.[57]

Em 2002, houve 27 rebeliões e fuga de 189 presos no estado, sendo que 61 destes presos se encontravam em regime fechado e 19 no regime semi-aberto.[58] Ainda em 2002, a imprensa divulgou a ocorrência de rebeliões e fugas nas seguintes unidades do sistema prisional carioca: 118º DP (Araruama), Casa de Custódia de Bangu, 126º DP (Cabo Frio), 89º DIP (Resende), Casa de Custódia Dalton Castro, Penitenciária de Segurança Máxima de Bangu, Presídio Ary Franco, Casa de Custódia Jorge Santana, Casa de Custódia Moniz Sodré, Presídio Vicente Piragibe, Presídio Talavera Bruce, Polinter Ricardo Albuquerque, Presídio de Segurança Máxima Bangu 3, Polinter Grajaú e 123º DP (Macaré).[59]

Entre as fugas e rebeliões no sistema prisional carioca, no ano de 2002, deve-se registrar a rebelião ocorrida em Resende, na qual resultou a morte de um preso e o ferimento de outros seis.[60] Uma fuga, no presídio de Vicente Piragibe, acarretou a morte de dois presos por tiros disparados por policiais.[61] Uma rebelião na Casa de Custódia Jorge Santana provocou a morte de um preso que, ao tentar fugir, foi alvejado por policiais.[62] Já em Bangu, quatro presos, integrantes de facções criminosas, foram mortos por detentos rebelados.[63]

Torturas e Maus Tratos

Notícias sobre torturas e maus tratos foram divulgadas frequentemente na imprensa. Em 2004, no 52º DP (Nova Iguaçu), um preso foi espancado e enforcado por outros detentos, que descobriram sua participação em um grupo de extermínio.[64] A coordenação estadual da Pastoral Carcerária confirmou denúncias da comunidade sobre a prática de torturas contra presos da Penitenciária Hélio Gomes. Após uma rebelião, 20 de 37 detentos transferidos para o Presídio Ary Franco relataram ter sido espancados.[65]

Em 2003, em março, em represália a ações violentas promovidas por facção criminosa na capital carioca, os agentes penitenciários das galerias A e C do Complexo Prisional de Bangu impuseram, a detentos pertencentes à referida facção, vistorias de meia em meia hora e banhos de mangueira constantes como forma de mantê-los acordados.[66] Em outra unidade de Bangu, no presídio Esmeraldino Bandeira, dois defensores públicos presenciaram o espancamento de presos por cerca de quinze agentes penitenciários. O espancamento, iniciado após tentativa de fuga dos detentos, não foi interrompido nem mesmo diante das ordens dos defensores.[67]

Em agosto, membros de facção criminosa organizaram greve de fome com o objetivo alegado de protestar contra os maus-tratos recebidos no sistema carcerário estadual. As principais reivindicações se referiam à má qualidade da comida, falta de assistência médica e persistência de torturas. O incidente mobilizou cerca de 6.700 presos, contando com a participação de detentos de diferentes unidades prisionais controladas por membros da facção. Somente em Bangu, cinco unidades que aderiram à greve. Em resposta, a Seap, além de suspender a preparação das refeições como forma de economizar recursos, fechou todas as cantinas dos presídios e proibiu a visita de parentes dos presos. Após cinco dias de greve, detentos e Secretaria negociaram o fim da mobilização.[68]

No 52º DP (Nova Iguaçu), um carcereiro da polícia civil, contando com a participação de presos, ditos de boa conduta, promovia sessões de tortura e abuso sexual contra os demais detentos. Investigações descobriram uma máquina fotográfica digital e 31 disquetes, que continham os registros da violência praticada na delegacia. Em depoimento à Corregedoria da Polícia, incumbida de realizar uma sindicância e mover inquérito contra os acusados, um detento revelou que o chefe da carceragem, em dado dia, o obrigou a fazer sexo oral com outro detento. Para impedir reações, o policial mantinha arma apontada para a dupla.[69]

Caso emblemático de tortura foi o ocorrido no na ala federal do Presídio Ary Franco. Cham Kim Chang, comerciante chinês de 46 anos, foi detido por agentes da polícia federal ao tentar embarcar, no Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, em um vôo com destino aos Estados Unidos, portando a quantia de US$ 30.500,00, não declarada à Receita Federal. Levado para o presídio, Chang permaneceu lá por um intervalo de dois dias, ao fim do qual foi encontrado inconsciente, suas roupas molhadas e repleto de escoriações pelo corpo. Chang foi, então, levado ao Hospital Salgado Filho, onde permaneceu em coma durante oito dias até morrer em decorrência de traumatismo craniano e pneumonia dupla.[70]

Em 2002, casos de tortura e maus-tratos foram denunciados na Casa de Custódia Moniz Sodré e na Casa de Custódia Jorge Santana, ambas localizadas no Complexo Penitenciário de Bangu, e na Delegacia da Polícia Federal da Praça Mauá. Em Moniz Sodré, no mês de abril, um detento foi espancado em uma das celas até a morte.[71] Na mesma unidade, em dezembro, dois presos foram encontrados mortos com sinais de espancamento.[72] Em Jorge Santana, um interno foi encontrado morto por enforcamento no banheiro do refeitório. Segundo laudo da perícia, o rapaz de 19 anos tinha sido espancado antes de ser executado.[73]

O caso mais grave, contudo, teve lugar na unidade prisional federal da Praça Mauá. Em setembro, o cozinheiro Antônio Gonçalves de Abreu foi assassinado em sessão de espancamento promovida por agentes da polícia federal. Antônio supostamente teria participado do homicídio de um agente da polícia, realizado com colaboração de mais dois detentos, que denunciaram terem sido igualmente vítimas da violência de agentes federais. A morte de Antônio resultou na instauração de uma CPI para apuração dos abusos cometidos pela polícia federal no estado.[74]

Mortes

Relatório da Seap registra a ocorrência de 83 mortes de presos em 2003 – 19 delas consideradas violentas –, e 125 mortes de presos em 2002 – 42 delas consideradas violentas –.[75] Em outro relatório, também foram declaradas 125 mortes de presos em 2002, mas assim discriminadas: 83 mortes por causa naturais (66,4%); 42 mortes por ação dos próprios presos (33,6%); as mortes resultantes de suicídios, homicídios cometidos por funcionários do sistema prisional e demais causas (mortes por ação de policiais, por exemplo) não foram declaradas.[76]

Em 2004, em Bangu 2, um preso, condenado a 51 anos de prisão por roubo, seqüestro e homicídio, foi encontrado morto no parlatório da unidade. Seu corpo apresentava diversas perfurações, feitas provavelmente por faca artesanal fabricada pelos próprios presos.[77] Um preso foi morto ao ser alvejado por outro, no Presídio Milton Dias Moreira.[78] Também um preso foi encontrado enforcado numa cela no Complexo Penitenciário do Galo Branco.[79] Júlio César Santiago foi encontrado morto no presídio Bangu 4, com o corpo pendurado num dos corredores do presídio.[80] Um preso de 36 anos foi morto por golpes de faca desferidos por outro preso, dentro de sua cela no Presídio Hélio Gomes (Complexo Penitenciário Frei Caneca).[81]

Já no ano de 2003, uma presa de 36 anos, que cumpria pena por assalto, foi encontrada morta no Presídio Talavera Bruce (Bangu). Seu corpo possuía ferimentos na cabeça e um pano enrolado no pescoço.[82] Duas mortes ocorreram na Casa de Custódia Jorge Santana, em que dois presos foram encontrados enforcados. Um outro detento, da mesma unidade prisional assumiu o crime; diz ter misturado tranqüilizantes à comida das vítimas esperando que dormissem para enforcá-los com lençóis.[83]

Em 2002, um garoto de programa levado à prisão no 126º DP (Cabo Frio), após ser denunciado por programa televisivo como responsável pela morte de sua esposa. A vítima foi espancada pelos demais presos quando se

encontrava junto a eles no pátio da prisão. A mídia informou ser a vítima homossexual e a motivação do crime ser de ordem passional.[84]

Na Penitenciária Alfredo Tranjan (Bangu 2), três presos, pertencentes a facções criminosas, apareceram enforcados em suas celas. As autoridades alegam ser o ocorrido caso de suicídio, porém há indícios que o evento configure um ajuste de contas entre facções criminosas.[85] De maneira análoga, outros três detentos são encontrados enforcados em suas celas na Polinter Ricardo Albuquerque.[86]

Liberdade de Expressão e de Assembléia

Imprensa – assassinatos

O jornalista da Rede Globo de Televisão, Tim Lopes, foi morto em junho de 2002, quando fazia reportagem sobre um baile funk que, segundo denúncias de moradores, promovia exploração sexual de menores e o livre consumo de drogas, além de ser patrocinado pelos traficantes. Em agosto de 2002, o inquérito policial indiciou nove pessoas pelo crime. Em setembro de 2002, a polícia civil prendeu o principal acusado da morte do jornalista, o traficante Elias Pereira da Silva, conhecido como Elias Maluco, sendo este o último dos nove suspeitos a ser preso. Em 25 de maio de 2005, Elias Pereira da Silva foi condenado a vinte e oito anos e seis meses de prisão. Em 15 de junho de 2005, Cláudio Orlando do Nascimento foi condenado a vinte e três anos e seis meses de prisão por homicídio triplamente qualificado, ocultação de cadáver e formação de quadrilha. Em 20 de agosto de 2005, Elizeu Felício de Souza, Reinaldo Amaral de Jesus, e Fernando Satyro da Silva, foram condenados a vinte e três anos e seis meses de prisão. Em 1º de outubro de 2005, Claudino dos Santos Coelho foi condenado a vinte e três anos e seis meses de prisão. Em 20 de outubro de 2005, Ângelo Ferreira da Silva, último acusado de envolvimento no assassinato do jornalista, foi condenado a nove anos e quatro meses de prisão por homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha. Dos nove indiciados, dois morreram: André da Cruz Barbosa e Maurício de Lima Matias. O primeiro teria cometido suicídio e o outro morreu numa ação da polícia civil na favela de Vigário Geral.[87]

Imprensa – agressões

A repórter Gabriela Temer e o fotógrafo Marco Antônio Cavalcanti, do jornal *O Globo*, foram agredidos, no dia 27 de maio de 2003, pelo soldado Cláu-

dio Santos de Oliveira, do 31º Batalhão de Polícia Militar (Rio de Janeiro/RJ), quando faziam reportagem sobre violência na Barra da Tijuca. A agressão teve início depois que os jornalistas constataram que a posto de segurança, onde o soldado Oliveira deveria estar, encontrava-se vazio. O soldado acusou os jornalistas de tentarem desmoralizar a polícia militar e, xingando os dois, obrigou-os a entrarem no carro da polícia. Tentou também, a partir de coação física, tomar a máquina do fotógrafo, que teve o braço torcido. Os jornalistas foram levados para a 16ª DP sob a acusação de desacato a autoridade.[88]

A repórter fotográfica do jornal *Folha de S. Paulo*, Ana Carolina, foi agredida no dia 11 de setembro de 2002 quando fazia reportagem sobre a rebelião no presídio de segurança máxima Bangu I, na cidade do Rio de Janeiro. Ela fotografava a ação de policiais militares para retirar da frente do presídio pessoas que buscavam informações sobre seus familiares presos, quando foi atacada por duas mulheres, que se identificaram como parentes do traficante Uê, assassinado por membros da quadrilha de Fernandinho Beira-Mar. Depois de ser agredida pelas mulheres, um homem, aparentando 20 anos e dizendo ser filho de Uê, exigiu que a jornalista lhe entregasse o filme que usou para registrar as imagens. Diante da recusa, cinco pessoas, a maioria mulheres, socaram e empurraram a fotógrafa.[89]

O repórter fotográfico Jorge Nunes foi agredido e teve sua câmera fotográfica apreendida por um guarda municipal, no dia 4 de dezembro de 2002, ao tentar registrar uma foto da portaria da Prefeitura do Rio de Janeiro, quando cobria, para o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação, uma manifestação de pais de alunos do Centro Integrado de Ensino Público (Ciep). Nunes registrou queixa na 6ª Delegacia de Polícia, da Cidade Nova e, juntamente com mais cinco manifestantes, realizaram exame de corpo delito.[90]

Imprensa – acesso à informação

No dia 11 de março de 2003, o chefe de Polícia Civil do Rio de Janeiro, Álvaro Lins, reeditou no boletim interno da instituição a antiga "Lei da Mordaça", proibindo que delegados e inspetores dessem entrevistas. As informações só poderiam ser transmitidas através da comunicação social da polícia civil. Esta determinação era uma cópia exata de um ato publicado em julho de 1999 e assinado pelo então e atual secretário de Segurança, Josias Quintal. Álvaro Lins justifica sua medida dizendo que "em virtude de entrevistas (...) contendo visões parciais, equivocadas e dados estatísticos imprecisos que, embora de boa fé, muitas vezes contribuem para gerar e aumentar a sensação de insegurança no conjunto da população (...) está proibida qualquer entrevista de policiais aos veículos de imprensa".[91]

Imprensa – censura

Em 21 de maio de 2002, a Justiça do Rio de Janeiro concedeu um mandado de segurança ao candidato do PSB à presidência da República, Anthony Garotinho, impedindo a divulgação de notícias por parte da revista *Carta Capital*. Segundo o presidente da Associação Nacional de Jornalismo, Francisco Mesquita Neto, e seu vice-presidente, Mário Gusmão, responsável pelo Comitê de Liberdade de Expressão, este fato confirmava a decisão anterior da Justiça, de 13 de julho de 2001, quando o mesmo político empregou um recurso idêntico e conseguiu censurar o jornal *O Globo* e outros meios de comunicação.[92]

No dia 4 de fevereiro de 2002, a Superintendência de Serviços de Saúde do Rio de Janeiro impôs restrições à liberação de informações sobre a epidemia de dengue que se alastrou na cidade do Rio de Janeiro. A Circular S/SSS 18/2002, assinada pelo superintendente de Serviços de Saúde, Sidney Beltrão de Souza Diniz, dizia que não havia em nenhuma circunstância "autorização para concessão de entrevista". O Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro ingressou na Justiça com um mandado de segurança e a Associação Nacional de Jornais enviou carta ao Secretário Municipal de Saúde, Ronaldo César Coelho, manifestando a sua preocupação com as restrições impostas. No dia 21 e março de 2002, o desembargador Binato de Castro, da 18ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, suspendeu a proibição.[93]

Liberdade de Participação Política

Políticos – assassinatos

O vereador Albertino Martins Guedes (PSC), foi assassinado com três tiros na manhã do dia 27 de agosto de 2005, no município de Belford Roxo, Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Segundo a polícia civil, o crime teve motivações políticas. Guedes era relator de uma comissão parlamentar de inquérito na Câmara Municipal de Belford Roxo, que investigava gastos municipais entre 2003 e 2004, durante o mandado do ex-prefeito Waldir Zito (na época, do PSDB), inclusive irregularidades na construção de um aterro sanitário na cidade.[94]

O vereador Bispo Dr. João Monteiro de Castro (PFL) foi morto na noite do dia 6 de julho de 2004 com tiros de fuzil quando trafegava pela Avenida Brasil, altura do Caju, Zona Portuária do Rio de Janeiro. Cerca de 20 tiros foram disparados contra o carro do vereador que, apesar de ser blindado, não impediu que os tiros atingissem o interior do automóvel.

Durante as investigações a polícia tentava descobrir se a morte do vereador tinha relação com outros crimes que aconteceram em vias expressas naquela mesma noite, onde carros foram roubados por assaltantes armados de fuzis e pistolas, ou tratava-se de crime político.[95]

O deputado estadual Valdeci Paiva de Jesus (PL) foi assassinado com 19 tiros no dia 24 de janeiro de 2003, na Rua Marechal Gustavo Cordeiro de Farias, zona norte, Rio de Janeiro, dias antes de tomar posse na Assembléia Legislativa do Rio. O Ministério Público acusou Marcos Abrahão, primeiro suplente à vaga de Valdeci, como mandante do crime. São também réus no processo Adilson da Silva Pinheiro, Jorge Luís da Silva, Roberto Bazila da Silva e Vanderlei da Cruz. Marcos Abrahão teve o mandato cassado pela Assembléia Legislativa do Rio no dia quatro de junho de 2003.[96]

O vereador de São Gonçalo, Luiz Carlos da Silva (PDT) foi assassinado com um tiro de fuzil nas costas, na madrugada do dia 7 de junho de 2003, na Estrada Velha de Maricá, próximo ao trevo de Várzea das Moças, em São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Uma das hipóteses levantadas é de que o crime pode ter motivação política ou pessoal, pois não houve tentativa de roubo e vários tiros foram disparados.[97]

O presidente da Câmara Municipal de Nilópolis, Roberto de Albuquerque Carneiro (PMDB), foi morto no início da noite de 2 de novembro de 2003, na Av. Mirandela, em Nilópolis, Baixada Fluminense. O vereador, que estava em seu carro, foi morto com um tiro na cabeça e três no peito. O caso foi investigado pela 57ª Delegacia de Polícia.[98]

Uma briga causada pela retirada de propaganda de campanha causou a morte do candidato a deputado federal pelo PDT, Luiz Fernando Petra Lopes, na madrugada de 17 de setembro de 2002. Ele foi atingido por pelo menos quatro tiros durante uma discussão com um cabo eleitoral do candidato a deputado estadual pelo PTB, Evaristo de Carvalho, na frente ao condomínio Interlagos de Itaúna, na Barra da Tijuca, onde morava.[99]

O suplente a vereador de Japeri, município na Baixada Fluminense, e pré-candidato a deputado estadual pelo PTB, Sílvio Santos Gonçalves, foi morto com tiros de fuzil, na noite de 28 de maio de 2002, em Irajá, zona norte do Rio. A polícia trabalha com as hipóteses de tentativa de assalto ou crime político.[100]

O corpo de Lídia Menezes (PSDB), vice-prefeita de Magé, cidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, foi encontrado carbonizado na tarde de 2 de junho de 2002, dentro de seu automóvel, na rodovia Magé-Manilha. Lídia estava desaparecida há dois dias e, segundo os peritos, a vice-prefeita foi assassinada com três tiros antes de ter o corpo queimado. O presidente da Câmara Municipal de Magé, vereador Jenivaldo Nogueira, foi

acusado de envolvimento no assassinato da vice-prefeita. No dia 19 de setembro de 2002, a Delegacia de Homicídios do Rio de Janeiro prendeu preventivamente Jenivaldo Nogueira, que também responde pela acusação de participação na morte do vereador Alexandre Alcântara, em janeiro de 2002. Segundo o delegado Luiz Alberto de Oliveira, o assassinato de Lígia Menezes teria tido motivação política. A polícia prendeu também outras sete pessoas que teriam participação no crime: Wilson Soares, Carli de Souza, Sérgio Coutinho, Alexandre Oliveira, Alcindo Nogueira, Wagner do Amaral e um sétimo conhecido apenas como Simar. Os sete faziam parte da segurança e da assessoria do presidente da Câmara. Jenivlado Nogueira foi liberado da prisão preventiva no dia 10 de setembro de 2003.[101]

O vereador de Magé Alexandre Pereira Alcântara (PSC) foi executado na noite de 16 de janeiro de 2002, junto com sua mãe e um assessor, em uma estrada que liga a cidade do Rio de Janeiro ao município de Magé, na Baixada Fluminense. O carro, onde os corpos foram encontrados, foi atingido por 21 tiros. A polícia investigava possibilidade de se tratar de crime político. Alcântara estava em campanha para disputar uma vaga para deputado federal.[102]

Crianças e Adolescentes

No Rio de Janeiro, há 121 conselhos tutelares, 111 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, nove delegacias especializadas em crianças e adolescentes, uma promotoria da infância e da juventude e nove varas da infância e da juventude.[103]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 7,5% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano, 5,1% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[104]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 1.497 denúncias no Rio de Janeiro, o que representa 11,17 denúncias por 100 mil habitantes.[105]

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito[106]

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, relatou denúncias de abuso e exploração sexual de crianças na rodovia BR 101 (Rio de Janeiro a Vitória) e BR 040 (Rio de Janeiro e Zona da Mata).

Segundo relatório da CPMI, adolescentes estariam sendo exploradas sexualmente no Conjunto Habitacional Nova Sepetiba, Zona Oeste do Rio. As adolescentes seriam oferecidas aos "clientes", em um local destinado à exploração sexual, por R$ 1,99. Contudo, apesar do fato ser conhecido na região, havia dificuldades para se comprovar as denúncias. Suspeitava-se que esta dificuldade pode estar relacionada ao envolvimento de policiais. Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude instaurou procedimento investigativo, mas até o final dos trabalhos da CPMI, os responsáveis não haviam sido identificados.

Em setembro de 2002, os órgãos de polícia, em conjunto com o Ministério Público, iniciaram investigações para averiguar denúncias sobre um canadense que estaria fotografando crianças e adolescentes nuas. No desenrolar das investigações, tanto o fotógrafo canadense foi identificado, como também foi possível identificar o envolvimento de dois holandeses. Pelos depoimentos do canadense foi possível desvendar a existência de uma rede internacional de pedofilia. Os holandeses "encomendavam" as fotos de adolescentes brasileiras ao canadense, que recebia por elas em torno de US$ 12.000,00 pelas fotos. Informou ainda que os holandeses mantinham *sites* e estúdios em vários países e continentes, operando financeiramente nas Ilhas Cayman, e que teria conexão com a máfia russa. Os holandeses, inclusive tinham a intenção de montar um estúdio no Rio de Janeiro. À época da CPMI, os acusados respondiam a processo criminal e encontravam-se presos.

Trabalho Infanto-Juvenil

No Rio de Janeiro, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 5% da população total desta idade em 1995 para 2% em 2000 e 2004.[107]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 10.498 crianças em 35 municípios do estado no início de 2005.[108]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, o Rio de Janeiro tinha 1.706 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 896 em meio fechado (53%) e 810 em meio aberto (47%).[109]

Em 2005 e 2004, a Human Rights Watch (HRW) publicou relatórios sobre visitas, realizadas em maio de 2005 e julho-agosto de 2003, a unidades de internação de adolescentes no Rio de Janeiro. Segundo os relatórios, as unidades de internação são superlotadas, não há respeito a padrões básicos de saúde e higiene, e não há respostas a reclamações de maus-tratos por parte dos adolescentes.[110]

A HRW visitou o Instituto Padre Severino, o Educandário Santo Expedito, Educandário Santos Dumont, a Escola João Luiz Alves e Centro de Atendimento Intensivo-Belford Roxo (CAI-Baixada) e o Instituto Padre Severino, além de obter informações sobre as unidades através de documentos e depoimentos de familiares e agentes. Todas as unidades são administradas pelo Degase – Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas, vinculado à Subsecretaria da Infância e da Adolescência, da Secretaria da Família e da Assistência Social.[111]

Segundo os relatórios da HRW, os espancamentos pelos agentes são comuns em todas as unidades de internação de adolescentes, com exceção do Educandário Santos Dumont (centro de internação feminino). Os espancamentos e outros maus tratos foram atribuídos a falhas no processo de responsabilização e prestação de contas por parte das entidades responsáveis pelo sistema. Não há monitoramento independente e eficaz dessas instituições. Os promotores públicos têm poderes para inspecionar os centros de detenção juvenil, mas quase nunca o fazem. Defensores públicos têm tentado preencher este vazio, mas muitas comarcas não têm um defensor público – o que deixa os presos sem representação legal.[112]

Mulheres

A população do estado do Rio de Janeiro é composta por 7.175.607 homens (47,09%) e 8.061.298 mulheres (52,91%).[113] A esperança de vida ao nascer é estimada em 76,7 anos para as mulheres e 67,7 anos para os homens.[114]

Em 2003, foram registradas 985 ocorrências de estupro (12,72/100 mil mulheres), sendo 351 na capital (11,07/100 mil mulheres). Diferente dos outros estados da região sudeste a concentração de ocorrências na capital (35,63%) é menor do que a concentração de população feminina (40,96%).[115] O número de registros na capital diminuiu 20,7% no período

de 2001 a 2003.[116] A taxa de homicídios permaneceu praticamente inalterada nos anos de 2000 a 2002. Em 2000 foram registrados 7,2 homicídios/100 mil mulheres.[117] Em 2002, segundo dados do Mapa da Violência IV, 563 mulheres foram assassinadas (7,3/100 mil habitantes), sendo 150 na faixa etária de 15 a 24 anos (11,1/100 mil habitantes).[118]

A rede de serviços de enfrentamento da violência contra as mulheres conta com nove Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), uma delas localizada na capital.[119] O estado também conta com um centro de referência, o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), criado em 1999. O centro dá atendimento psicológico, social e jurídico às vítimas de violência doméstica, sexual ou de qualquer forma de discriminação.[120] Há também uma casa abrigo que recebe mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos.[121]

O estado possui três conselhos municipais de direitos da mulher e um Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM).[122] O CEDIM, entre outras atividades, atua na implantação dos Núcleos Integrado de Atendimento à Mulher – NIAMs. Nos núcleos as mulheres vítimas de violência recebem orientação psicológica, social e jurídica. A instalação dos núcleos se faz com apoio das prefeituras locais. Atualmente existem 13 unidades em funcionamento em municípios da Região Metropolitana e Baixada Fluminense.[123]

A rede de atendimento a mulheres vítimas de violência sexual no estado tem 15 hospitais que oferecem serviços como acompanhamento médico, psicológico e social. Os serviços oferecem tratamento de profilaxia para DST/AIDS, contracepção de emergência e aborto legal.[124]

Em 2005, a ONG Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação – CEPIA promoveu no estado cursos de capacitação para policiais para o enfrentamento da violência contra a mulher. Entre maio de junho foram realizados dois cursos: "Atualização em Gênero, Direitos Humanos e Segurança das Mulheres" oferecido para duas turmas compostas por policiais civis que atuam nas DEAMs e em delegacias distritais da Capital, Baixada e Interior do estado. O segundo curso, "Direitos Humanos x Violência Contra a Mulher" teve como público alvo candidatos a delegados, alunos do curso de formação da Acadepol-RJ. Foram capacitados 115 alunos, dos quais 99 policiais e 16 profissionais que atuam em serviços de atendimento a mulheres em situação de violência.[125]

Em 2005, além do governo do estado, outros 11 municípios aderiram ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres.[126] Em 2003, o estado recebeu R$ 915.606,00 da Secretaria de Políticas para Mulheres, valor equivalente a 24,12% dos repasses da secretaria naquele ano. A maior parte deste recurso foi destinada aos cursos de capacitação para policiais que atuam nas DEAMs.

Em 2004, o valor do repasse foi R$ 1.966.161,19, 25% do total de repasses da secretaria no ano. Em 2005, foi R$ 2.770.361,51, equivalente a 23,80% dos recursos daquele ano.[127]

Educação

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo entre as mulheres era 5,4% e entre os homens 4,2%. A média de anos de estudo era de 7,8 anos para as mulheres e 7,9 para os homens.[128] As mulheres predominam entre os grupos com 12 anos ou mais de estudo (54,4%) e entre aqueles que freqüentam o ensino superior (54,6%).[129]

Trabalho

Contudo, maior número de anos de estudo não parece se refletir no mercado de trabalho. As mulheres representam 44,94% da população economicamente ativa do estado, a maior representação observada na região sudeste. Na população feminina ocupada, 4,3% das mulheres têm cargos de dirigentes e 37,91% de trabalhadores em serviços. Entre os homens, 6,1% são dirigentes e 18,5% trabalhadores em serviços.[130]

Entre a população feminina ocupada, o rendimento/hora era de R$ 5,20, 25,6% inferior ao da população masculina ocupada, que era R$ 6,90.[131] Entre o grupo com 12 anos ou mais de estudos esta diferença chega a R$ 8,70 a mais nos rendimentos percebidos pela população masculina. Na região metropolitana esta diferença sobe para R$ 9,10.[132]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 225,18, e dos 10% mais ricos era dR$ 2.926,76, em 2004. Nos dois casos, o rendimento médio mensal era inferior ao da população masculina. Na população masculina ocupada, o rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 316,71 e dos 10% mais ricos era R$ 4.197,57.[133]

Boas Práticas

Em 2004, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, em parceria com a ONG Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação e Ação, lançou o guia "Violência contra a mulher. Um guia de defesa, orientação e apoio". O documento, em sua 5ª edição, traz informações sobre serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. Além de um breve histórico e descri-

ção dos serviços oferecidos, há também uma lista de endereços e telefones úteis. Além da distribuição impressa, o documento está disponível na Internet, o que facilita a divulgação dos serviços e informações.[134]

O Projeto Gottas de Vida, do Hospital Geral de Nova Iguaçu, orienta gestantes portadoras de HIV em extrema pobreza. O objetivo é controlar a contaminação dos bebês através do aleitamento. Além de palestras informativas, o programa organiza grupos de auto-ajuda e resgate da cidadania e fornece leite artificial para evitar a contaminação. O programa tem abrangência regional e foi semifinalista no Programa Gestão Pública e Cidadania, da FGV, em 2005.[135]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm risco maior do que os brancos de serem vítimas de violência. De 2000 a 2002, para cada branco, 1,67 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrado aumento desta taxa de 1,58 em 2000 para 1,72 em 2002.[136]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 3,41% para a população branca e 6,45% para a população negra. A escolaridade média era de 8,78 anos de estudo para a população branca e 6,94 anos para população negra.[137]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 551,60 para população branca e R$ 261,56 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 6,32 para população branca contra R$ 3,14 para população negra.[138]

Indígenas

O Rio de Janeiro tem apenas indígenas Guaranis.[139]

O Estado tem 3 terras indígenas, na seguinte situação jurídica:[140]

Situação	Nº. de terras
Registradas	3
Homologadas	0
Declaradas	0
Identificadas	0
A Identificar	0
Reservadas /Dominiais	0
Sem Providências	0

Idosos

O Estado do Rio de Janeiro tem 2.026.952 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 13.3% da população do estado. É o estado com a maior população de pessoas idosas na região sudeste e no Brasil. Desta população, 26,7% tinham um rendimento médio mensal familiar per capita de um a dois salários mínimos e 18,5% de meio a um salário mínimo.[141]

Portadores de Deficiência

De acordo com o *Relatório sobre a prevalência de deficiências, incapacidades e desvantagens* (2004), realizado em 21 cidades brasileiras, 7,5% da população de Niterói e 6,1% da população de Silva Jardim registra algum tipo de incapacidade.[142]

Migrantes

Em 2004, o Rio de Janeiro tinha uma população de 2.625.398 migrantes, o que correspondia a 17,23% da população do estado.[143]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre três homossexuais assassinados em 2002, oito em 2003, 15 em 2004 e 12 em 2005 no Rio de Janeiro. É o estado brasileiro que teve o maior número de registros de homossexuais assassinados em 2005.[144]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados diminuiu de 6,6% em 1991 para 3,3% em 2004 (- 58,4%). A proporção e nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 14,1% em 1991 para 17,8% em 2004.[145]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era 4,8%, a mais baixa da região sudeste, e a média de anos de estudo era 7,9 anos.[146]

O rendimento/hora da população ocupada era R$ 6,10, o mais alto d região sudeste, acima da média nacional de R$ 4,70 e regional de R$ 5,40.[147]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 268,77, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 3.863,60 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 170,14, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 2.940,66.[148]

Boas Práticas

O Programa Município Sustentável, desenvolvido na cidade de Rio das Flores, a partir de 2001, foi premiado pelo Programa de Gestão Pública e Cidadania, da Fundação Getúlio Vargas em 2005. O objetivo do Programa Município Sustentável é promover políticas de fomento ao desenvolvimento sócio-econômico da cidade, com ênfase na geração de renda. Uma boa articulação política e uma gestão moderna dos serviços públicos são os principais fatores que contribuíram para o sucesso do programa.[149]

O Projeto Remédio em Casa, desenvolvido na cidade do Rio de Janeiro, a partir de 2002, foi premiado pelo Programa de Gestão Pública e Cidadania, da Fundação Getúlio Vargas em 2005. O objetivo do projeto é promover a universalização do acesso a remédios para hipertensão e diabetes, através do cadastramento dos usuários e envio dos remédios às suas casas. Inicialmente implantado nos postos de saúde, o projeto se expandiu através da articulação com o Programa Saúde da Família.[150]

Objetivos do Milênio

	1995	2000	2004
Alfabetização Feminina (%)	89,4	92,9	94,6
Alfabetização Masculina (%)	92,7	93,9	95,8
Água Canalizada (%)	93,7	85,6	97,8
Esgotamento Sanitário (%)	86,7	83,1	88,9
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	126,8	91,9	-
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	64,5	76	68,0
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	26,6	19,7	21,7
Sem Rendimento (%) *	34,7	38,1	32,73
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	12,7	12,2	14,22
Telefone (%)	25,8	41,2	64,7
Computador (%)	-	15,7	22,4

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
4.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
5.Estado do Rio de Janeiro, Secretaria da Segurança Pública (www.ssp. rj.gov.br) e Instituto Segurança Pública (www.isp. rj.gov.br).
6.Efetivo policial em 2003, dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003, do IBGE (www.ibge.gov.br).
7.Brasil, IBGE 2005.
8.Estado do Rio de Janeiro, Secretaria dos Direitos Humanos (www.direitoshumanos.rj.gov.br).
9.Estado do Rio de Janeiro, Secretaria dos Direitos Humanos (www.direitoshumanos.rj.gov.br).
10.Estado do Rio de Janeiro, Secretaria dos Direitos Humanos (www.direitoshumanos.rj.gov.br).
11.Estado do Rio de Janeiro (www.governo.rj.gov.br) e Secretaria de Justiça e Defesa do Cidadão (www.sejdic.rj.gov.br).
12.Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Administração Penitenciária (www.seap. rj.gov.br).
13.Brasil, Ministério de Justiça, 2004a.
14.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
15.Brasil, Ministério de Justiça, 2004a.
16.Brasil, Ministério da Justiça 2004b.
17.Brasil, IBGE 2005.
18.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
19.Estado do Rio de Janeiro, Secretaria dos Direitos Humanos, "Boletim de Direitos Humanos". Disponível no web-site da Secretaria dos Direitos Humanos (www.direitoshumanos.rj.gov.br).
20.Mesquita e Loche 2005.
21.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005. O estado não disponibilizou dados sobre a população atendida pela justiça estadual.
22.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
23.Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Segurança Pública (www.isp. rj.gov.br).
24.Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – Cesec et al. 2005; Anistia Internacional 2005a e 2003.
25.Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – Cesec et al. 2005. Ver também Justiça Global 2004.
26.Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – Cesec et al. 2005. Ver também Justiça Global 2004.

27.Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – Cesec et al. 2005. Ver também Justiça Global 2004.
28.Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/d.
29.Estado do Rio de Janeiro, Ouvidoria da Polícia, no web-site da Secretaria dos Direitos Humanos (www.direitoshumanos.rj.gov.br).
30.Estado do Rio de Janeiro, Ouvidoria da Polícia, no web-site da Secretaria dos Direitos Humanos (www.direitoshumanos.rj.gov.br).
31.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
32.Waiselfisz 2004.
33.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004.
34.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2005.
35.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ouvidoria Agrária 2005 e 2004.
36.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004 e 2005 e Ministério do Trabalho e Emprego, "Cadastro dos Empregadores Portaria 540 de 15/10/2004", lista atualizada em 19/01/200619/01/2006, disponível no web-site do Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br).
37.Brasil, Depen 2006. Estimativa de população em 2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
38.Brasil, Depen 2006. O estado não informou o número de vagas no sistema penitenciário em 2005.
39.Brasil, Depen 2006.
40.Lemgruber 2004.
41.*O Globo*, "Carceragem da Polinter, denunciada por desrespeito aos direitos humanos, é desativada", 31/01/2006; "Governo do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado da Segurança Pública" e "Polícia Civil afasta seis responsáveis pela carceragem da Polinter", 29/12/2005.
42.*O Globo*, "Com capacidade para 350 presos, carceragem da Polinter chegou a ter mais de 1.600", 31/01/2006, e Secretaria de Estado da Segurança Pública, "Cumprida a determinação da governadora: desativada a carceragem da Polinter", 31/01/2006.
43.Justiça Global, "OEA determina que Brasil proteja a vida e a integridade física dos detentos da Polinter no Rio de Janeiro", 17/03/05. No web-site da Justiça Global (www.global.org).
44.*O Estado de S. Paulo,* 02/06/04, p. C-1; e *O Globo*, 02/06/04, p. 12.
45.Informações dos jornais *O Dia, O Estado de S. Paulo, O Diário de S. Paulo, Folha de S.Paulo, O Globo* e agências eletrônicas de notícia.
46.*O Diário de S. Paulo,* 12/07/04, p. A-8.
47.*O Globo,* 13/07/04, p. 14.
48.*O Globo,* 21/07/04, p. 12.
49.*O Globo*, 06/06/04, p. 27.
50.*O Globo*, 04/08/04, p. 16.
51.*O Globo*, 07/06/04, p. 9.
52.Informações dos jornais *O Dia, O Estado de S. Paulo, O Diário de S. Paulo, Folha de S.Paulo, O Globo* e agências eletrônicas de notícia.
53.*O Diário de S. Paulo,* 10/02/03, p. A-9.
54.*O Estado de S. Paulo*, 01/12/03, p. C-3.
55.*O Dia*, 10/05/03.
56.*O Globo,* 07/03/03, p. 11.
57.*Folha de S. Paulo,* 10/03/03, p. C3.
58.Lemgruber 2004.
59.As informações foram recolhidas nos jornais *O Dia, O Estado de S. Paulo, O Diário de S. Paulo, Folha de S.Paulo, O Globo* e agências eletrônicas de notícia.
60.*O Globo,* 17/06/2002, p. 12.
61.*O Diário de S. Paulo,* 22/07/2002, p. A-7.
62.*Folha de S. Paulo,* 01/08/2002, p. C-5.
63.*Folha de S. Paulo*, 12/09/02, p. C-3.
64.*O Dia*, 16/01/04.
65.*O Globo*, 14/07/04.
66.*O Dia*, 07/03/03.
67.*O Globo*, "Rio", 21/03/03
68.*Folha de S. Paulo*, 20/08/03; *O Globo*, 20/08/03; *O Dia*, "Policial", 20/08/03 e 23/08/03.
69.*O Dia*, 01/09/03 e 02/09/03.
70.Justiça Global 2003, p. 133.
71.*O Globo*, 24/04/02
72.*O Estado de São Paulo*, 13/12/02
73.*O Globo*, 21/12/02.
74.*O Globo*, 15/09/02, 12/12/02 e 13/12/02; e *O Dia*, 06/11/02, 08/11/02, 12/11/02, 12/12/02, 13/12/02 e 14/12/02.
75.*O Estado de S. Paulo,* 19/10/03, p. C-5.
76.Lemgruber 2004.
77.*O Dia,* 16/03/04.
78.*O Dia,* 24/03/04.
79. *O Globo,* 19/04/04, p. 13.
80.*O Dia,* 28/04/04.
81.*O Globo,* 07/05/04, p. 20.
82.*O Dia,* 01/03/03.
83.*O Estado de S. Paulo,* 30/09/03, p C-5.

84.*O Estado de S. Paulo*, 16/02/02, p. C-3.
85.*O Globo,* 10/10/02.
86.*Folha de S. Paulo,* 15/10/02.
87.Associação Nacional de Jornais – ANJ 2005, 2004 e 2002.
88.Associação Nacional de Jornais – ANJ 2004.
89.Associação Nacional de Jornais – ANJ (www.anj.org.br).
90.Repórteres sem Fronteiras (www.rsf.org).
91.Associação Nacional de Jornais 2002.
92.Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP (www.sipiapa.com).
93.Associação Nacional de Jornais – ANJ 2002.
94.*Folha de S. Paulo*, 29/08/05.
95.*Folha de S. Paulo*, 07/07/04.
96.*Consultor Jurídico*, 10/0504.
97.*O Estado de S. Paulo*, 07/06/03.
98.*O Estado de S. Paulo*, 02/11/2003.
99.Agência Brasil – Radiobrás, 18/09/2002.
100.*O Estado de S. Paulo*, 29/05/2002.
101.*O Globo*, 19/09/2002.
102.*O Estado de S. Paulo*, 17/01/2002.
103.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12/01/2006.
104.Brasil, IBGE 2006. Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
105.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
106.Brasil, Congresso Nacional 2004.
107.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
108.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
109.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no web-site da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh). O estado não informou o número de adolescentes cumprindo medida sócio-educativa em meio aberto.
110.Human Rights Watch 2005 e 2004.
111.Estado do Rio de Janeiro, Secretaria da Família e Assistência Social, Subsecretaria da Infância e da Adolescência, Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas – Degase (www.degase.rj.gov.br).
112.Human Rights Watch 2005 e 2004.
113.Brasil, IBGE 2006.
114.Brasil, IBGE 2006.
115.Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
116.Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
117.Mesquita e Affonso 2002.
118.Waiselfisz 2004.
119.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
120.Estado do Rio de Janeiro, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM (www.cedim.rj.gov.br).
121.Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação – Cepia 2004. Disponível no web-site do CEDIM (www.cedim.rj.gov.br/publicacoes2.htm).
122.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
123.Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação – CEPIA. 2004. Disponível no web-site do CEDIM (www.cedim.rj.gov.br/publicacoes2.htm).
124.Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação – CEPIA. 2004. Disponível no web-site do CEDIM (www.cedim.rj.gov.br/publicacoes2.htm).
125.Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação – CEPIA. 2005.
126.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm.htm).
127.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/convenios.htm).
128.Brasil, IBGE 2006.
129.Brasil, IBGE 2006.
130.Brasil, IBGE 2006.
131.Brasil, IBGE 2006.
132.Brasil, IBGE 2006.
133.Brasil, IBGE 2006.
134.Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação – CEPIA 2004. Disponível no web-site do CEDIM (www.cedim.rj.gov.br/publicacoes2.htm).
135.Fundação Getúlio Vargas, Programa de Gestão Pública e Cidadania 2005.
136.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.

137.Pnud 2004.
138.Pnud 2004.
139.Instituto Sócio Ambiental – ISA (www.socioambiental.org).
140.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br). Dados atualizados em 17 de dezembro de 2004.
141.Brasil, IBGE 2004.
142.Teixeira, Ângela e Oliveira, Fátima 2004. De acordo com a *Classificación Internacional de Deficiencias, Discapacidades y Minusvalias*, da Organização Mundial da Saúde (1980), o conceito de "incapcidade" diz respeito à "toda restrição ou ausência (devida a uma deficiência) de capacidade para realizar uma atividade considerada dentro dos limites da pessoa humana". O conceito de incapacidade, portanto, difere e é mais restrito que o conceito de "deficiência", que diz respeito "a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica".
143.Brasil, IBGE 2006.
144.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2005 e 2006.
145.Brasil, IBGE 2006.
146.Brasil, IBGE 2006.
147.Brasil, IBGE 2006.
148.Brasil, IBGE 2006.
149.Fundação Getúlio Vargas, Programa de Gestão Pública e Cidadania 2005.
150.Fundação Getúlio Vargas, Programa de Gestão Pública e Cidadania 2005.

1.4 São Paulo

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

O estado de São Paulo tem uma área de 248.209,426 km2 e população de 40.442.795 habitantes (162,94 hab/km2), divididos em 645 municípios.[1] A cidade de São Paulo, capital do estado, tem uma população de 10.927.985 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no estado passou de 0.778 em 1991 para 0.820 no ano 2000 (+ 4,40%).[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0.516, abaixo da média nacional de 0.559 e regional de 0.533.[4]

Estrutura Institucional

São Paulo tem uma Secretaria uma Secretaria de Estado da Segurança Pública, a qual está vinculada a Polícia Civil, a Polícia Técnico-Científica, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar.[5] O efetivo policial era 125.782 em 2003, sendo 32.623 policiais civis, 3.877 peritos, 79.812 policiais militares e 9.470 bombeiros militares, o que representa 1 policial para cada 307,75 habitantes.[6] Cento e noventa e quatro municípios tinham guarda municipal em 2004, com um efetivo total de 23.246 guardas – o estado com o maior número de guardas municipais no Brasil.[7]

A Ouvidoria de Polícia, criada em 1995, instituída por lei em 1997, recebe e acompanha a investigação de denúncias contra policiais e produz relatórios periódicos disponibilizados na internet.[8]

São Paulo tem uma Secretaria de Estado de Justiça e da Defesa da Cidadania, a qual está vinculada a Fundação para o Bem Estar do Menor (Febem), o Programa Estadual de Proteção de Testemunhas (Provita), o Centro de Referência e Apoio à Vitima (Cravi), o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), o Conselho Estadual de Entorpecentes (Conen), e a Fundação de Defesa e Proteção do Consumidor (Procon).[9]

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SAP) administra as prisões do sistema penitenciário do estado, não incluindo as cadeias públicas e carceragens nas delegacias de polícia sob administração da Secretaria de Estado da Segurança Pública. A SAP administra atualmente 144 unidades prisionais, sendo três unidades de segurança máxima, 74 peniten-

ciárias, 32 centros e detenção provisória (e um anexo), 22 centros de ressocialização, sete centros de progressão penitenciária, dois institutos penais agrícolas, cinco hospitais. A SAP conta com uma corregedoria e uma ouvidoria própria, para receber e acompanha denúncias contra agentes do sistema penitenciário.[10]

O estado possui 645 municípios, dos quais 225 constituem sede de comarca.[11] Em 2004, atuavam no estado 1.693 juízes, sendo 1.526 na primeira instância, 132 na segunda instância e 35 nos juizados especiais, o que corresponde a uma taxa de 4,25 juízes por 100.000 habitantes.[12] Havia ainda 197 juízes na primeira instância da justiça federal, em 2003.[13] Possui 271 juizados especiais criminais e 315 juizados especiais cíveis.[14] Tem 13 programas de administração alternativa de conflitos.[15]

São Paulo criou a Defensoria Pública apenas em 2006, sendo, portanto, um dos últimos estados a criar a instituição. Antes a assistência judiciária gratuita era realizada pela Procuradoria de Assistência Judiciária da Procuradoria-Geral do Estado. A participação de organizações da sociedade civil no Movimento pela Criação da Defensoria Pública foi fundamental não apenas para a aprovação da lei que criou a Defensoria, mas ainda para introdução de características inovadoras na estrutura da Defensoria, como a Ouvidoria da Defensoria.[16]

Políticas de Direitos Humanos

São Paulo lançou um plano estadual de direitos humanos em 1997, instituído pelo decreto 42.209 de 15 de setembro de 1997, que incorporou ações para proteção e promoção dos direitos humanos, incluindo direitos civis e políticos e direitos econômicos, sociais e culturais. A V Conferência Estadual de Direitos Humanos, realizada em 10-11 de dezembro 2005, teve como objetivo a "Análise e Avaliação do Programa Estadual de Direitos Humanos". Entretanto, até março de 2006, o relatório apresentando os resultados da conferência não estava disponível.

De 2002 a 2004, São Paulo assinou 60 convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 13 591 694.88. Destes convênios, seis foram referentes à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, 17 à promoção dos direitos da criança e do adolescente, sete à promoção dos direitos humanos, quatro à proteção de vítimas e testemunhas, 14 à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, e 1 à proteção dos direitos das pessoas idosas.[17]

Entre os convênios, estão convênios para manutenção do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas e do Centro de Referência e Apoio a Vítimas de Violência, em parceria com organizações não governamentais, vinculados à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.[18]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do estado foi de 4,23%. A despesa média da justiça estadual por habitante foi de R$ 69,88. A participação da assistência judiciária gratuita no total das despesas justiça estadual foi 0,007% e no total das despesas públicas foi de 0,0003%, o que representa um investimento médio de R$ 0,005 por habitante. A taxa de congestionamento da justiça estadual foi de 85,76% na primeira instância, 75,83% na segunda instância e 74,69% nos juizados especiais.[19]

Em 2003, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 5.845.111 processos e 4.541.332 foram julgados, o que representa 78% de processos julgados em relação a novos processos. Na segunda instância, deram entrada 169.303 processos e foram julgados 110.296, o que representa 65% de processos julgados. Ainda em 2003, na primeira instância da justiça federal, foram distribuídos 367.005 processos e julgados 144.649, o que representa 39% de processos julgados.[20]

Para expandir o acesso à justiça, o governo do estado mantém Centros Integrados de Cidadania (CICs), vinculados à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. São postos de atendimento instalados na periferia de São Paulo, que prestam serviços de assistência jurídica através de juizados especiais cíveis, educação em direitos humanos e defesa da cidadania, assistência e desenvolvimento social, emprego e geração de renda, segurança pública, habitação, saúde, cultura e desenvolvimento econômico. Lançado em 1995, com quatros unidades, o projeto mantém hoje seis unidades de atendimento, nas zonas norte, sul, leste e oeste da Cidade de São Paulo e nos municípios de Ferraz de Vasconcelos e Francisco Morato, na Região Metropolitana de São Paulo. Mais de 600 mil pessoas já foram atendidas. O estado também mantém o juizado itinerante, sob responsabilidade do Tribunal de Justiça, que leva os serviços judiciários e o exercício da cidadania às populações de áreas carentes e distantes dos fóruns. Outra iniciativa do Tribunal de Justiça de São Paulo é a criação de Juizado Especial Criminal especializado em julgar casos de violência doméstica (JECrimfam), na Cidade de São Paulo.

Carandiru

Em 15 de fevereiro de 2006, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo absolveu o Cel. Res. PM Ubiratan Guimarães, que havia sido condenado a 632 anos de prisão em pelo Tribunal do Júri, em 2001, pela morte de 102 detentos na operação da polícia militar para conter uma rebelião na Casa de Detenção do Carandiru, em 2 de outubro de 1992. De todos os policiais acusados, apenas Ubiratan Guimarães havia sido condenado. Os outros 84 policiais envolvidos ainda não foram julgados por homicídio. Os crimes de lesão corporal leve prescreveram e 29 policiais não foram nem julgados pelo que poderia chegar a penas de mais de 20 anos de reclusão.[21]

Castelinho

De acordo com dispositivo da emenda constitucional 45, de dezembro de 2004, que permite a federalização dos crimes direitos humanos, a Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos encaminhou representação ao Procurador Geral da República, requerendo a transferência da Justiça Comum para a Justiça Federal da competência para julgar os policiais militares que participaram da Operação Castelinho, em 5 de março de 2002. Nesta operação, planejada com a ajuda de presos retirados das penitenciárias e infiltrados em organizações criminosas, mais de 100 policiais militares emboscaram um ônibus que viajava pela Estrada "Senador Antônio Ermírio de Moraes", conhecida como "Castelinho". Na operação, 12 passageiros do ônibus, supostamente membros da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), foram mortos pelos policiais. O Procurador Geral da República, entretanto, indeferiu o pedido.

Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Execuções

Moradores de rua

Entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004, sete moradores de rua foram mortos com golpes na cabeça no centro da Cidade de São Paulo. Outros oito ficaram feridos. Segundo inquérito realizado pelo DHPP (Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa), três pessoas são suspeitas de envolvimento no caso – duas delas são policiais militares. As três foram pre-

sas provisoriamente, mas a Justiça revogou a prisão dos suspeitos após o Ministério Público informar que, por falta de provas, não apresentaria denúncia. Para a polícia, os alvos dos criminosos eram moradores de rua que sabiam do envolvimento dos policiais militares com o tráfico de drogas, e o objetivo seria cobrança de dívidas ligadas ao tráfico ou "queima de arquivo". Porém, outros moradores de rua também teriam sido atacados para prejudicar as investigações.[22]

A Fundação Interamericana de Direitos Humanos e do Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo solicitaram ao procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, a transferência das investigações das mortes dos moradores de rua para a esfera da União, mas a solicitação foi arquivada pelo procurado.[23]

Juiz Corregedor de Presidente Prudente

O juiz-corregedor de Presidente Prudente, Antonio José Machado Dias, foi assassinado em 14 de março de 2003, por volta das 18h30, pouco depois de deixar o fórum. Ele foi baleado após seu carro ser fechado por dois outros veículos. Dias era responsável por conceder ou negar benefícios para presos da região. Entre eles, ao traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, e líderes do PCC (Primeiro Comando da Capital). Quatro pessoas foram denunciadas pelo crime que, segundo a polícia civil, teria sido encomendado por integrantes do PCC. [24]

Acusado de ser o autor dos disparos que mataram o juiz-corregedor, Reinaldo Teixeira dos Santos foi preso em setembro de 2003 em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. Outro acusado de envolvimento direto no crime, Ronaldo Dias, foi preso em agosto de 2003 na zona sul de São Paulo. Quando foi preso, Dias afirmou que a ordem para matar o juiz partira do detento José Eduardo Moura da Silva, membro do PCC assassinado em maio de 2003 no presídio de Iaras. Também foi preso João Carlos Rangel Luisi, o Jonny, acusado de comprar o Fiat Uno usado na emboscada. Adilson Daghia, que teria conduzido um dos dois carros utilizados na ação, permanece foragido.[25]

Caraguatatuba

Em 26 de janeiro de 2006, o Ministério Público ofereceu denúncia contra sete policiais civis de Campinas pelo assassinato de quatro pessoas que supostamente faziam parte de quadrilha especializada em seqüestro, acontecido no dia 2 de outubro de 2001. De acordo com o Ministério Público, dois dos quatro assassinados (Anderson Bastos e Valmir Conte) e dois poli-

ciais acusados pelo assassinato (Rogério Diniz e Eudes Trevisan) teriam envolvimento com a quadrilha do criminoso Vanderson Nilton de Paula Lima ("Andinho"), que teria assassinado o prefeito de Campinas Antônio da Costa Santos (ver abaixo Toninho do PT, na seção Políticos Assassinados).[26]

Violência Policial e Tortura

No Estado de São Paulo, o número de mortos por policiais atingiu um pico de 975 em 2003, caindo para 739 em 2004 e 469 em 2005. No mesmo período, o número de policiais mortos caiu de 126 em 2003 para 125 em 2004 e 88 em 2005.[27]

Flávio Sant'Anna

Na madrugada de 3 de fevereiro de 2004, na zona norte da Cidade de São Paulo, o dentista negro Flávio Ferreira Sant'Anna, de 28 anos, foi morto, quando voltava do Aeroporto de Guarulhos, por policiais militares que o confundiram com um assaltante. Na seqüência os policiais adulteraram a cena do crime e colocaram uma arma junto ao corpo de Sant'Anna para que a morte parecesse ter acontecido em confronto. Em 19 de outubro de 2004, no 2º Tribunal do Júri, o tenente Carlos Alberto de Souza Santos e o soldado Luciano José Dias foram condenados a 17 anos e 6 meses de prisão pelo assassinato de Sant'Anna, fraude processual, detenção e transporte ilegal de arma de fogo. O cabo Ricardo Arce Rivera, acusado de fraude processual e transporte ilegal de arma, foi condenado a 7 anos e 6 meses de prisão. Ele colocou sua arma de uso pessoal no corpo de Flávio para parecer que ele estava armado e reagira a abordagem dos policiais.[27]

Ouvidoria de Polícia

A Ouvidoria de Polícia recebeu 3.826 denúncias em 2005, sendo 164 referentes a abuso de autoridade-agressão (4,29%), 135 a abuso-constrangimento ilegal (3,53%), 98 a abusos-outros (2,56%), 49 a abuso-invasão de domicílio (1,28%), 42 a lesão corporal (1,10%), 26 a tortura (0,68%), 22 a abuso-prisão (0,58%), 10 a abuso de autoridade (0,26%) e 10 a agressão (0,26%). Das 3.826 denúncias, 1.958 foram contra policiais militares (51,18%), 1.641 foram contra policiais civis, 225 contra policiais militares e civis e 2 contra peritos.[29]

Em 2004, a Ouvidoria recebeu 3.334 denúncias, sendo 123 referentes a abuso de autoridade-agressão (3,69%), 92 a abuso-constrangimento

ilegal (2,76%), 82 a abuso de autoridade (2,46%), 42 a tortura (1,26%), 36 a agressão (1,08%), 35 a abuso-invasão de domicílio (1,05%) e 21 a abuso-prisão (0,63%). Das 3.334 denúncias, 1.805 foram contra policiais militares (54,1%), 1.417 contra policiais civis (42,5%) e as restantes 112 contra policiais militares e civis.[30]

SOS Tortura

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 210 denúncias de tortura praticada por agentes públicos em São Paulo, sendo 66 na capital, 136 no interior do estado e oito em locais não identificados. Das 210 denúncias, oito foram arquivadas devido a dados insuficientes. Noventa e nove foram enviadas ao Ministério Público, que devolveu uma por dados insuficientes, investigou uma e não prestou informação sobre as outras 97. Setenta e uma foram encaminhadas à Secretaria de Estado da Segurança Pública, das quais 12 eram objeto de inquéritos, 27 não foram comprovadas, quatro foram arquivadas por dados insuficientes, e a Secretaria não prestou informações sobre as 28 restantes. Quarenta e uma foram encaminhadas à corregedoria da polícia civil, que instaurou inquéritos para apurar sete denúncias (todos arquivados), devolveu cinco denúncias por dados insuficientes e não prestou informações sobre as outras 29. Onze denúncias foram enviadas à corregedoria da polícia militar, que abriu inquérito para apuração de uma denúncia (arquivado), devolveu uma denúncia por dados insuficientes e não prestou informações sobre as outras nove. Vinte e uma denúncias foram encaminhadas à Secretaria da Administração Penitenciária, das quais oito foram devolvidas por dados insuficientes, oito ficaram sem resposta, quatro foram arquivadas por falta de provas e uma deu origem a uma sindicância. Ao Departamento de Polícia Judiciária do Interior foram enviadas oito denúncias, das quais uma foi devolvida por dados insuficientes, uma foi arquivada por falta de provas, cinco deram origem a inquéritos e uma ficou sem resposta do departamento.[31]

Violência Policial. Execuções e Linchamentos

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, e 5.115 casos de violência policial em São Paulo, com 5.285 vítimas fatais e 6.334 feridas, 7.659 casos de execução sumária, com 10.276 vítimas fatais e 1.956 feridas, e 561 casos de linchamento com 189 vítimas fatais e 275 feridas.[32]

Violência Urbana

Em 2002, o estado São Paulo registrou 14.494 mortes por homicídio (38,0/100 mil hab.), das quais 5.575 na cidade de São Paulo (52,6/100 mil hab.). Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 81,0/100 mil no estado e 114,2/100 mil na capital.[33]

Boas Práticas

O Plano Municipal Integrado de Segurança Pública, na cidade de São Carlos, recebeu o prêmio do Programa de Gestão Pública e Cidadania, da Fundação Getúlio Vargas em 2005. Elaborado em 2001, o plano promove a integração da atuação de órgãos estaduais e municipais, não restritos à guarda municipal e polícias estaduais, no controle e prevenção da violência. O governo municipal passou a atuar como articulador de organizações governamentais e não governamentais na implementação de ações como: a criação de um fundo municipal de segurança pública, a criação de um cadastro único para beneficiários de programas sociais, atendimento prioritário à criança e adolescentes em programas educativos, esportivos e culturais, criação do Núcleo de Atendimento ao Adolescente Infrator (NAI) e criação da guarda municipal.[34]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 129 conflitos de terra em São Paulo, envolvendo 150.816 pessoas, com uma morte.[35] Em 2004, de janeiro a agosto, foram 138 conflitos, envolvendo 72.892 pessoas, com três mortes. Em 2005, no mesmo período, foram 75 conflitos, envolvendo 30.777 pessoas, com duas mortes.[36]

A Ouvidoria Agrária registrou 49 ocupações de terra no estado em 2004, com uma morte não decorrente destes conflitos. Registrou 35 ocupações de terra de janeiro a novembro de 2005, sem mortes.[37]

Trabalho Escravo/Forçado

A Comissão Pastoral da Terra registrou uma denúncia de trabalho escravo em São Paulo em 2003, com 16 pessoas libertadas. Registrou ainda uma denúncia em 2004, com 80 pessoas libertadas. Na "lista suja" do Ministério do Trabalho e Emprego, em janeiro de 2006, não havia empregadores explorando trabalho escravo em São Paulo.[38]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

Em 31 de outubro de 2005, foi concluído processo de desativação das carceragens em delegacias de polícia na Cidade de São Paulo, com a transferência dos presos das últimas 21 carceragens para centros de detenção provisória (CDPs) na Cidade e na Região Metropolitana de São Paulo. Sem dúvida um avanço na política penitenciária do estado, tal processo, entretanto, contribui para a superlotação dos CDPs.[39]

Nos últimos três anos, apesar da contínua construção de novas unidades penitenciárias, permanece grave o problema da superlotação das prisões no Estado de São Paulo. A população prisional passou de 109.535 em dezembro de 2002 para 138.116 pessoas em dezembro de 2005 – um aumento de 26,1% em três anos. A taxa de encarceramento era de 341 presos por 100 mil habitantes em 2005.[40]

Em dezembro de 2005, 120.601 presos (87,3%) estavam em unidades administradas pela Secretaria da Administração Penitenciária e 17.515 presos (12,3%) em cadeias e delegacias administradas pela Secretaria Segurança Pública.[41] O número de presos provisórios era de 36.412 (homens), a maior parte deles em centros de detenção provisória, e o número de presos condenados era de 84.189 (homens e mulheres).[42] Segundo a SAP, 17% dos presos, incluindo condenados e provisórios, estavam estudando e 47% estavam trabalhando em novembro de 2005.[43]

O número total de vagas nas unidades do sistema penitenciário, administradas pela SAP, era de 88.992, 85.715 para homens e 3.275 para mulheres, o que significava um déficit de 31.609 vagas.[44] O número de presos por vaga era de 1,35. Em São Paulo, havia 32 CDPs, com 768 vagas cada um, sendo portanto 24.576 vagas no total – número insuficiente para abrigar os 36.412 presos provisórios no estado.[45]

De 2002 para 2005, houve um aumento do número de presos por funcionário, de 3,17 em 2002 para 4,23 em 2005 (+32,49%), nas unidades penitenciárias sob administração da Secretaria da Administração Penitenciária. A população prisional aumentou de 83.033 em dezembro de 2002 para 122.887 em dezembro de 2005 (+48,0%). O número de funcionários nestas unidades (funcionários da SAP e agentes de escolta e vigilância) também aumentou, mas em menor escala, passando de 26.171 em 2002 para 29.032 em 2005 (+10,90%).[46]

Pesquisa realizada em 2002 pela Fundação Estadual Sistema de Análise de Dados (Seade) sobre os processos de execução penal de competência da Vara de Execuções Criminais da Capital revelou que um baixo percentual de

presos que consegue obter benefícios previstos na Lei de Execuções Penais (LEP), como a progressão do regime. Ao contrário do senso comum sobre a pouca punibilidade do sistema, estes dados revelam exatamente o inverso: ao flexibilizar os direitos previstos na LEP, restringindo a um número irrisório os condenados que alcançam benefícios, o sistema de justiça criminal aplica uma outra punição ao indivíduo já punido.[47]

Fugas, rebeliões e mortes

Segundo informações da Secretaria de Administração Penitenciária, o número de fugas das unidades de regime fechado caiu de 332 em 2002 para 130 em 2003, mas aumentou para 150 em 2004 e 138 em 2005. O número de rebeliões caiu de oito em 2002 para zero em 2003, mas subiu para quatro em 2004 e 13 em 2005. O número de mortes por motivo criminoso caiu de 97 em 2002 para 27 em 2003, mas aumentou para 29 em 2004 e 50 em 2005. Os suicídios aumentaram de 4 em 2003 para 35 em 2004, mas caíram para 14 em 2005.[48]

Fugas

Um caso emblemático de fuga aconteceu no 27ª DP, em Campo Belo, zona sul, em 2004. Em ação de resgate que teria contado com a conivência de um agente carcerário, 147 presos fugiram pela porta da frente da delegacia. O 27ª DP tinha capacidade para abrigar 30 detentos, mas alojava 190 na época em que se registrou a fuga, que só não foi maior porque cerca de 31 presos se recusaram a fugir.[49]

Em 2003, na Penitenciária do Estado, zona norte, 87 presos fugiram por túnel em dia de visita. Pelo menos cinco fugitivos foram soterrados numa parte do túnel que passava sob o esgoto de uma casa. Apesar da precariedade dessa parte do túnel, a via de fuga construída pelos detentos contava com revestimento de cimento e ventilação. A programação e o financiamento da fuga foram atribuídos a uma facção criminosa.[50]

Outro caso de destaque ocorreu em janeiro de 2002, na Penitenciária de Guarulhos. Um helicóptero foi seqüestrado por dois homens e realizou resgate de dois presos na penitenciária. Os dois seqüestradores, que haviam alugado o helicóptero para um suposto vôo panorâmico pela capital, renderam o piloto com duas armas, forçando-o a se dirigir à unidade, onde os presos aguardavam o resgate.[51]

Rebeliões e Mortes

Uma rebelião de grande repercussão teve lugar na Penitenciária Feminina do Carandiru, zona norte da Cidade de São Paulo, em 2004. A rebelião teve início depois que duas detentas ligadas a uma facção criminosa tentaram, sem sucesso, matar duas rivais. As rebeladas fizeram onze agentes penitenciários de reféns. Entre as detentas convertidas em reféns encontrava-se, segundo a Pastoral Carcerária, uma jovem de 20 anos condenada pela morte dos pais em caso que havia ganhado grande repercussão no país em 2003.[52]

Uma série de rebeliões ocorreu em fevereiro de 2002, sob comando de uma das principais facções criminosas paulistas, um ano após a mega-rebelião que atingiu 27 unidades prisionais e teve como conseqüência a morte de 19 presos em 2001. Em fevereiro de 2002, as rebeliões causaram a morte de 17 presos, sendo 13 em unidades administradas pela Secretaria da Administração Penitenciária e quatro em cadeias administradas pela Secretaria da Segurança Pública. Três mortes ocorreram em Assis, duas em Ribeirão Preto, uma em Presidente Bernardes, uma em São Vicente, três em Hortolândia e três em Sorocaba, segundo a secretaria dos presídios; duas mortes em Pinheiros, uma na Praia Grande e uma em Jundiaí, foram contabilizadas pela Secretaria de Segurança.

As motivações de tais acontecimentos parecem obedecer a interesses internos das facções criminosas envolvidas nas rebeliões, consideração esta corroborada pelo fato de a maioria das mortes serem identificadas entre membros de facções rivais. Contudo, não deixa de ser expressivo o caráter generalizado como estas mortes ocorreram, demonstrando a infiltração de facções criminosas nas cadeias públicas do Estado e a incapacidade deste último de evitar que lutas entre facões criminosas promovam um cotidiano violento e desolador entre a população carcerária.[53]

Ainda em 2002, no Centro de Detenção Provisória do Belém, na zona leste da Cidade de São Paulo, um detento foi morto em decorrência de uma infecção generalizada de origem misteriosa. O detento havia acumulado grande notoriedade por ter liderado o seqüestro de um apresentador de TV e sua filha no ano anterior. O seqüestrador, três dias antes de morrer, encontrava-se na enfermaria do CDP, onde recebia medicamentos para broncopneumonia e intoxicação alimentar, problemas de saúde considerados simples pelo médico da unidade. A advogada do detento sustentava a hipótese de que ou envenenamento ou superdosagem de medicamentos constituiria a causa da infecção que resultaria na morte do interno. A Promotoria de Execuções Criminais pediu à Corregedoria dos Presídios de São Paulo que desse início às investigações para apurar o caso.[54]

Boas Práticas

Como parte da Campanha Nacional de Combate à Tortura, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) aprovou um projeto que previa a realização de oficinas de capacitação de juízes, promotores, delegados de polícia e diretores de presídio a fim de aperfeiçoar mecanismos de combate à prática de tortura.[55] Um dos principais empecilhos para a comprovação de denúncias deste tipo de violação é a demora na realização do exame de corpo delito, muitas vezes feito dias após as agressões. Com o intuito de minimizar este problema, o governo federal anunciou neste mesmo ano a criação de um Grupo Móvel Contra Tortura que teria a função de coibir este tipo de crime por meio de diligências-surpresa em locais denunciados na central do SOS Tortura.[56]

O Programa Cidadania no Cárcere foi premiado pelo Programa de Gestão Pública e Cidadania, da Fundação Getúlio Vargas em 2005. Desenvolvido inicialmente na cidade de Bragança paulista, o programa foi adotado pela Secretaria da Administração Penitenciária em 1999, que expandiu o programa para 24 unidades penitenciárias. Consiste na criação de uma organização comunitária local para supervisionar as atividades e prestar serviços de assistência carcerária aos presos. Através de uma parceria com o estado, a organização recebe o valor pago normalmente pelo estado para a alimentação do preso, se responsabiliza por esta alimentação e, com a economia de recursos, providencia melhorias no atendimento dos presos e de seus familiares.[57]

Liberdade de Expressão e de Assembléia

Imprensa – assassinatos

O repórter fotográfico Luiz Antônio da Costa, da revista Época, foi assassinado a tiros em 23 de julho de 2003, em frente a um acampamento de trabalhadores sem-terra num terreno da Volkswagen, em São Bernardo do Campo. Os assassinos, Renato dos Santos Lira e Alexandre Aparecido Silveira, identificados através de fotografias feitas por André Porto, do jornal *Agora São Paulo*, foram presos em 30 de julho e condenados a 23 anos de prisão em março de 2004. Eles mataram o fotógrafo por considerar que ele os havia fotografado, após terem cometido um roubo num posto de gasolina nas proximidades do local.[58]

A repórter Melyssa Martins Corrêa, diretora do suplemento cultural do jornal *Oeste Notícias*, de Adamantina, região de Presidente Prudente, foi ferida por um tiro na cabeça no dia 3 de junho de 2003. A jornalista morreu ao ser transportada pela polícia para o hospital. O jornal fazia campanha contra a organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), denunciando ações desse grupo. De acordo com o diretor do jornal, Adolfo Padilha, na semana anterior à morte de Melyssa, ela havia feito reportagem sobre evento promocional num supermercado pertencente a um membro do PCC e, no dia seguinte, o supermercado foi fechado pela polícia. De acordo com o diretor, integrantes do PCC poderiam ter achado que a jornalista teria agido como informante da polícia. Por terem sido roubados a carteira e o celular da vítima, o delegado encarregado do inquérito, Cacildo Galindo, trabalhava com a hipótese de crime comum. Depois de três meses foragido, Jurandir Lúcio dos Santos, foi preso e, em março de 2004, foi condenado à pena de vinte e sete anos e seis meses de prisão pelo crime de latrocínio (roubo seguido de morte).[59]

Imprensa – agressões

Em 16 de dezembro de 2005, o repórter fotográfico Eduardo Alves e o editor Sérgio Marques, do jornal *Comércio da Franca*, de Franca, São Paulo, foram detidos pela polícia depois de discutirem com os policiais sobre o direito de o fotógrafo registrar uma ação da policia na praça central da cidade.[60]

Em 24 de novembro de 2005, a repórter Helen Michelet, colaboradora do jornal *A Estância*, do Guarujá, foi agredida durante uma audiência pública dirigida pelo prefeito Farid Madi. Ele se recusou a responder perguntas de Michelet e insultou a repórter e o jornal. Dois homens seguraram Michelet pelo braço e chutaram suas pernas. O fato foi fotografado por um jornalista do Clarim, outro jornal da cidade. A assessoria de imprensa da prefeitura alegou que os agressores eram populares e que o prefeito não respondeu às perguntas de Michelet porque ela trabalha para a oposição. Mas o coordenador municipal de Defesa Civil, Elvio José da Silva, foi identificado pela polícia como sendo um dos envolvidos na agressão.[61]

Na madrugada de 8 de setembro de 2005, o jornal *Diário de Marília* e as rádios Diário FM e Dirceu FM, do Grupo Central Marília de Notícias, foram incendiados por três homens encapuzados. As investigações apontam como mandante do crime o ex-prefeito de Marília, Abelardo Camarinha, alvo de críticas por parte do jornal. Em janeiro de 2006, Bruno Gaudêncio Coércio, Amarildo Barbosa e Amauri Delábio Campoy foram condenados a 12 danos de prisão pelo atentado contra o grupo.[62]

No dia 10 de setembro de 2004, o jornal *Diário de Marília* havia sido impedido de publicar matérias sobre os partidos políticos da coligação Marília no Rumo Certo e sobre o prefeito Abelardo Camarinha, por decisão do juiz eleitoral Olavo de Oliveira. Os candidatos da coligação alegaram que estavam sendo prejudicados pelo jornal e que teriam suas campanhas afetadas por duas reportagens criticando atos da administração municipal. No dia 23 de setembro, o Tribunal Regional Eleitoral derrubou por seis votos a um a decisão do juiz eleitoral que impedia o jornal de citar o prefeito e os partidos que sustentam a coligação Marília no Rumo Certo.[63]

Em 21 de junho de 2005, uma equipe da TV Globo foi agredida por funcionários do Sindicato dos bancários, quando se preparava para fazer gravação em frente à sede do Partido dos Trabalhadores na Cidade de São Paulo. O repórter Lúcio Sturn teve a mão fraturada e o assistente de câmara Maçal Araújo teve o maxilar fraturado.[64]

Em 14 de maio de 2005, o repórter Joacir Gonçalves, do jornal *Enfoque Social*, de Itaquaquecetuba, foi agredido e teve sua máquina apreendida por organizadores de uma festa no Parque Ecológico, supostamente ligados ao prefeito municipal. O jornal havia publicado reportagem sobre decisão judicial contra contrato assinado pela prefeitura.[65]

Em 15 de março de 2005, os jornalistas Paulo de Tarso Venceslau e Alan Brito, do jornal *Contato*, de Taubaté, foram agredidos por seis seguranças da prefeitura, quando faziam reportagem sobre o aterro sanitário da cidade.[66]

O fotógrafo Márcio Fernandes, do jornal *O Estado de S.Paulo*, foi agredido e algemado por guardas municipais na região central da Cidade de São Paulo, em 5 de dezembro de 2003, quando fotografava a detenção de um vendedor ambulante no centro. Os guardas conduziram o fotógrafo até a delegacia de polícia, alegando que tinham sido vítimas de desacato.[67]

O fotógrafo Gilberto Marques e o repórter Ciro Bonilha, do jornal *Agora São Paulo*, foram agredidos e roubados por um grupo de pessoas que participavam do enterro do rapper Mauro Mateus dos Santos, o Sabotage, no Cemitério Campo Grande, zona sul de São Paulo, no dia 23 de janeiro de 2003. No cemitério, pessoas que se diziam amigas do rapper ameaçaram Bonilha e Marques dizendo que estavam proibidas fotos do enterro. Diante disso, o fotógrafo foi para o lado de fora do cemitério, onde passou a fazer imagens das pessoas que assistiam ao enterro. Apesar disso, Marques foi abordado por um homem que exigiu que ele lhe entregasse os filmes. O fotógrafo explicou que não havia feito fotos dentro do cemitério, e negou-se a lhe entregar o material. Quando decidiram deixar o local, o carro da equipe foi cercado por aproximadamente dez homens que abriram as portas do veículo e puxaram a bolsa com o material de Marques, que ainda levou socos

e pontapés. Enquanto isso, outro integrante do grupo agressor dirigiu-se a Bonilha e, exibindo uma arma presa à cintura, roubou-lhe também a bolsa. Marques sofreu escoriações no rosto e nos braços, além de ficar com um hematoma na cabeça.[68]

Imprensa – censura

O jornalista Xico Sá foi condenado em novembro de 2002, pelo juiz da 12ª Vara Criminal de São Paulo, Ruy Alberto Leme Cavalheiro, a pena de quatro meses de prisão, convertida em prestação de serviços à comunidade, pela autoria da matéria "O MST e os sem-cérebro" publicada no jornal *Diário Popular*, no dia 3 de maio de 2000. Nessa matéria, o jornalista condenava a ação de policiais militares na repressão do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), durante a invasão da sede do Incra, em São Paulo. Segundo Sá, os integrantes do MST foram surrados por policiais militares, tiveram a cabeça raspada e, despidos, foram presos no Carandiru. Por esta matéria, o jornalista foi acusado de injuriar os membros do comando da Polícia Militar do Estado de São Paulo e de ofender-lhes a dignidade e o decoro.[69]

Em 14 de agosto de 2003, o juiz Carlos Roberto Petroni, da 4ª Vara Cível de Pinheiros, suspendeu a proibição de divulgação pela a imprensa de notícias sobre o processo administrativo no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo para apurar denúncia de práticas de assédio sexual do juiz Renato Mehanna Khamis contra três funcionárias que trabalhavam em seu gabinete. Em dezembro de 2001, a juíza substituta Zélia Maria Antunes Alves, do Tribunal de Justiça de São Paulo, havia proibido a veiculação de notícias relacionadas ao caso.[70]

Liberdade de Participação Política

Políticos – assassinatos

Celso Daniel

Celso Daniel, prefeito de Santo André e coordenador do projeto de governo do então candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi seqüestrado, no dia 18 de janeiro de 2002, ao sair de um restaurante na zona sul de São Paulo em companhia do empresário Sérgio Gomes da Silva. Depois de ser mantido dois dias em cativeiro, na Favela Pantanal, em São Paulo, o prefeito foi assassinado e encontrado em uma estrada de Juqui-

tiba, Região Metropolitana de São Paulo, com marcas de tiros no rosto e no peito. Exames mostraram que Celso Daniel foi torturado antes de ser morto.

O inquérito policial concluiu que a morte do prefeito foi um crime comum e que Celso Daniel teria sido vítima de um seqüestro relâmpago e morto quando os bandidos perceberam a importância da vítima e a repercussão que o caso ganhara na mídia. A polícia prendeu seis envolvidos, sendo um deles menor de dezoito anos, acusado de ser o autor dos disparos que mataram o prefeito.

O Ministério Público de São Paulo discordou do resultado do inquérito policial e, em novembro de 2003, indiciou o empresário Sérgio Gomes da Silva, acusado de ser o mandante do crime, e outras sete pessoas acusadas de envolvimento no assassinato do prefeito. De acordo com o Ministério Público, Silva ordenou a morte de Celso Daniel para evitar que o prefeito descobrisse um esquema de corrupção na prefeitura de Santo André, envolvendo membros do governo municipal e empresários do setor de transportes. Silva foi preso, mas nega envolvimento no crime.

Desde da morte do prefeito, sete pessoas que testemunharam no desenrolar do caso foram mortas em condições suspeitas. Foram mortos o garçom do restaurante que serviu Celso Daniel na noite do crime, uma testemunha da morte dele, o agente funerário que reconheceu o corpo do prefeito na estrada e chamou a polícia, um dos participantes do seqüestro, e um policial civil ligado ao suposto seqüestrador. A polícia tratou todas estas mortes isoladamente, como crimes comuns. O Ministério Público discorda também desta versão e tenta encontrar relações entre essas mortes.

A sétima morte, ocorrida em doze de outubro de 2005, foi do perito-criminal Carlos Delmonte Printes. Printes gerou grande polêmica ao afirmar que Celso Daniel foi brutalmente torturado antes de ser morto e foi o primeiro perito a indicar sinais de tortura no corpo do prefeito. A explicação do perito contradizia a tese defendida pela polícia civil de crime comum. Printes disse que foi censurado pelo comando da polícia civil após ter defendido a tese de tortura, contudo a polícia nega a censura. O perito, que era uma das testemunhas do Ministério Público no processo por homicídio movido contra Sérgio Gomes da Silva, morreu antes de ser ouvido na Justiça.[71]

Toninho do PT

Antônio da Costa Santos, prefeito de Campinas, foi assassinado na noite de 10 de setembro de 2001, na Av. Mackenzie, próximo à Rodovia D. Pedro I e cerca de 1 km de sua residência. Segundo o inquérito policial, os tiros teriam sido disparados por Anderson José Bastos, ao ultrapassar o Pá-

lio do prefeito em um Vectra prata roubado com placas de Uberlândia, onde também estariam Valmir Conte, Valdeci de Souza e Wanderson Nilton de Paula Lima (Andinho). O Ministério Público Estadual aceitou a conclusão do inquérito e ofereceu denúncia contra Paula Lima, que um mês depois do assassinato era o único sobrevivente do grupo. Bastos e Conte foram mortos por policiais civis de Campinas em Caraguatatuba, três semanas depois do assassinato do prefeito. Valdeci morreu numa troca de tiros com policiais do Denarc, de São Paulo, quando estava com Andinho em uma chácara em Itu.[72]

Crianças e Adolescentes

Em São Paulo, há 657 conselhos tutelares, 555 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 124 delegacias especializadas em crianças e adolescentes, três promotorias da infância e da juventude e 63 varas da infância e da juventude e 11 centros de defesa.[73]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 2,5% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 4,6% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[74]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 1.648 denúncias em São Paulo, o que representa 4,83 denúncias por 100 mil habitantes.[75]

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito[76]

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada em 2003, com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, relatou denúncias de abuso e exploração sexual de crianças na rodovia BR 381 (Belo Horizonte a Guarulhos).

Na cidade de Porto Ferreira, onze adolescentes do sexo feminino foram levadas a participar de orgias sexuais com dezessete homens de Porto Ferreira, dentre eles, seis vereadores, alguns empresários e funcionários públicos municipais. O fato, que ocorreu em 2003, foi apurado em processo criminal com sentença condenatória e penas a quase todos os acusados, que vão de 37 a 43 anos de prisão. Porém, a sentença ainda não transitou em

julgado e os condenados podem recorrer, visando a absolvição ou a diminuição das penas. Mesmo após o início do processo criminal, as investigações policiais continuaram, à medida que outros fatos e nomes vieram à tona, com chances de originarem novos processos.

Boas Práticas

A Rede Iluminar, implantada a partir de 2001 em Campinas, para prevenção da violência sexual e doméstica, recebeu o prêmio do Programa de Gestão Pública e Cidadania, da Fundação Getúlio Vargas em 2005. Com a implantação da rede, a violência sexual e doméstica passou a ser tratado como um problema de saúde pública e não apenas policial. Através de uma articulação de organizações governamentais e não governamentais, a rede criou um sistema informatizado de notificação de casos de violência (Sisnov), oferece atendimento personalizado e integral às vítimas de violência sexual e doméstica (homens, mulheres, adolescentes e crianças). O Sisnov registra ocorrências não apenas da Rede Iluminar, mas ainda dos programas Quebrando o Silêncio (para crianças vítimas da violência doméstica) e Rotas Recriadas (para crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual).[77]

O Espaço Meninas, do Programa Sentinela, na cidade de Santos, litoral paulista, foi premiado pelo Programa de Gestão Pública e Cidadania, da Fundação Getúlio Vargas em 2005. O Espaço Meninas nasceu do Projeto Meninas de Santos, implantado em 1996, articulado com o Programa sentinela em 2001. Tem por objetivo atuar na prevenção do abuso sexual e da violência sexual infanto-juvenil. Consiste em um centro de atendimento personalizado e oficinas de atividades para adolescentes em situação de risco de exploração e abuso sexual, assim como para seus familiares.[78]

Trabalho Infanto-Juvenil

Em São Paulo, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 8% da população total desta idade em 1995 para 3% em 2000 e 2004.[79]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 20.551 crianças em 140 municípios do estado no início de 2005.[80]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, São Paulo tinha 19.757 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 6.372 (32%) em meio fechado e 13.375 em meio aberto (68%).[81]

Pelo menos desde o ano 2000, a Fundação para o Bem Estar do Menor (Febem) é objeto de denúncias perante Comissão Interamericana, encaminhadas pelas ONGs Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (Cejil), Comissão Teotônio Vilela (CTV) e Conectas Diretos Humanos. As denúncias referem-se à ocorrência de rebeliões, mortes, torturas, péssimas condições habitação e saúde, entre outros problemas, em várias unidades do sistema de internação de adolescentes sob responsabilidade da instituição. A Conectas Direitos Humanos também têm apresentado denúncias ao Poder Judicial, procurando responsabilizar o estado pela prática de tortura e pelas péssimas condições das unidades de internação de adolescentes da Febem.[82]

Em 21 de julho de 2005, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos emitiu medidas cautelares solicitando à Fundação para o Bem Estar do Menor (Febem) a adoção de medidas para prevenir a violência e garantir a segurança dos adolescentes internados no Complexo do Tatuapé, na Cidade de São Paulo. Entendendo que a solicitação não foi entendida, a Comissão encaminhou o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos que, em 30 de novembro de 2005, adotou resolução reiterando a solicitação da Comissão, além de requerer a adoção de medidas para impedir tratamentos cruéis ou degradantes aos internos, entre os quais encarceramentos prolongados e maus tratos físicos.[83]

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), após realizar visita a unidades do Complexo do Tatuapé em novembro de 2005, elaborou relatório afirmando que: as unidades têm problema de superlotação e arquitetura semelhante e de penitenciárias, os adolescentes sofrem castigos físicos e são obrigados a permanecer em celas solitárias, não dispõem de programas educativos, profissionalizantes e de atendimento de saúde, sofrem violências e humilhações por parte dos monitores. [84]

A partir de novembro de 2005, autoridades governamentais começaram a fazer declarações à imprensa atribuindo a responsabilidade pelas rebeliões nas unidades de internação da Fundação para o Bem Estar do Menor (Febem) às organizações da sociedade civil monitorando o sistema de internação de adolescentes.[85] Em abril de 2006, a, Febem apresentou à polícia representação contra Conceição Paganelle, presidente da Amar (Associação de Mães e Amigos de Adolescentes em Risco), alegando ter havido envolvimento de Paganele numa série de crimes, com sentenças de até três anos, incluindo "danos materiais", "incitação a crime", "formação de quadrilha" e "facilitação de fuga", associados a uma rebelião ocorrida em 04 de abril de 2005 nas unidades do Complexo do Tatuapé, na Cidade de São Paulo.[86]

Em março de 2005, a Febem transferiu, por um período de três semanas, 240 internos do complexo de Franco da Rocha, de 14 a 21 anos, para

um presídio de segurança máxima em Taubaté. A transferência, sob protestos de organizações de defesa dos direitos humanos e dos direitos dos adolescentes, teve por objetivo permitir a reforma do complexo, destruído após uma rebelião. No mesmo mês, a Febem transferiu, com autorização do Corregedor Geral de Justiça, mais de 700 adolescentes internos, com idade entre 18 e 21 anos, para uma penitenciária recém-inaugurada em Tupi Paulista.

Em 05 de abril, o Ministério Público Federal recomendou aos secretários da Justiça e da Defesa da Cidadania e da Administração Penitenciária a suspensão da transferência de adolescentes internados em unidades da Febem para Penitenciária de Tupi Paulista.[87] Em 11 de abril, realizou visita à penitenciária onde os adolescentes foram presos, juntamente com a Amar, Conectas e Fundação Abrinq. O Ministério Público Federal elaborou relatório descrevendo as condições de encarceramento dos adolescentes, e afirmando que a permanência dos adolescentes na Penitenciária de Tupi Paulista contrariava o Estatuto da Criança e do Adolescente, a resolução 46/1996 do Conanda, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças e as Regras das Nações Unidas para proteção dos Jovens Privados de Liberdade.[88]

Boas Práticas

A Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente, na cidade de Diadema, Região Metropolitana de São Paulo, foi premiada pelo Programa de Gestão Pública e Cidadania, da Fundação Getúlio Vargas em 2005. A rede articula organizações governamentais e não governamentais que lidam com os problemas de saúde mental, alcoolismo, dependência química, violência doméstica e transgressão entre crianças e adolescentes. Articulada de forma informal em 1998, a rede foi formalizada e passou a ser coordenada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. É integrada por um plenário dos participantes, comitê gestor e secretaria-executiva. Além do atendimento a crianças e adolescentes, a rede fornece cursos de capacitação para profissionais e lideranças municipais em gestão de projeto sociais e assuntos relacionados à infância, juventude e família.[89]

Mulheres

São Paulo tem sua população composta por 51,77% de mulheres (20.675.281) e 48,23% de homens (19.263.914) A esperança de vida ao nascer é de 77,8 anos para as mulheres e 69,2 anos para os homens.[90]

Em 2003, foram registradas 3.978 ocorrências de estupro (20,15/100 mil mulheres). No mesmo ano, a capital concentrava 28,31% da população feminina e 31,7% das ocorrências. Do total de ocorrências, 1.261 foram registradas na capital (22,56/100 mil mulheres).[91] A comparação das taxas de ocorrência entre 2001 e 2003 indica que houve redução no número de ocorrências de -1,7% na capital.[92] Em 2002, segundo dados do Mapa da Violência IV, 1.051 mulheres foram assassinadas (5,4/100 mil habitantes), sendo 378 na faixa etária de 15 a 24 anos (10,2/100 mil habitantes).[93]

No estado de São Paulo existe uma ampla rede de enfrentamento à violência contra a mulher composta por serviços governamentais e outros mantidos pela sociedade civil. Estado pioneiro na implantação das Delegacias Especiais de Defesa da Mulher (DEAMs), conta atualmente com 127 unidades em funcionamento, das quais nove estão localizadas na capital e doze em municípios da Grande São Paulo.[94]

Uma parceria entre o Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, com financiamento da Fundação Ford e do CNPq, permitiu a divulgação dos serviços existentes na capital através da publicação de um guia que já se encontra em sua 4ª edição. Como se verifica no Rio de Janeiro e em outras capitais, a veiculação do guia em formato impresso e pela internet é um instrumento de empoderamento para as mulheres em situação de violência, que passam a conhecer os locais onde podem obter ajuda.[95]

Em 2005, 20 municípios paulistas aderiram ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM). Nos primeiros quatro meses de 2006, foram realizadas mais 29 adesões.[96] Em 2003, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres repassou R$ 12.364,05 para organização de eventos no estado (0,94% do total de repasses da secretaria aos estados daquele ano). Em 2004, o valor repassado foi R$ 929.497,74 (9,1% do total de repasses). Em 2005, foi R$ 1.028.276,80 (21,63% do total de repasses).[97] Comparados aos outros estados da região sudeste, São Paulo recebeu menos recursos federais, o que pode sugerir uma desarticulação do movimento de mulheres e dos serviços na busca de verbas para incremento dos serviços existentes e implantação de novos serviços.

Educação

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era 6,5 % para as mulheres e 4,4% para os homens. A média de anos de estudo era 7,8 anos para as mulheres e 8,0 para os homens.[98] As mulheres predominam nos grupos com 12 anos ou mais de estudos (53,4%) e entre

aqueles que freqüentam o ensino superior (54%). Contudo, estas proporções são as menores verificadas entre os estados da região sudeste, ficando também abaixo das taxas médias da região e do país.[99]

Trabalho

Em São Paulo, a representação feminina na PEA é de 43,84%. Considerando a população feminina ocupada, 4,6% das mulheres são dirigentes, 33,9% trabalhadores em serviços e 16,8% trabalhadores administrativos.[100]

Na população feminina ocupada, o rendimento/hora era R$ 4,90, 24,62% inferior ao da população masculina ocupada, que era R$ 6,50.[101] Entre os grupos com 12 anos ou mais de estudos o rendimento-hora para mulheres era de R$10,30 e R$ 16,10 horas para os homens.[102]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 248,87, e dos 10% mais ricos era R$ 2.835,31. Nos dois casos, o rendimento médio mensal era inferior ao da população masculina. Na população masculina ocupada, o rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 364,16 e dos 10% mais ricos era R$ 4.607,64.[103]

Boas Práticas

A creche noturna Brasília Ferrari dos Santos, no município de Laranjal Paulista, foi premiada pelo Programa de Gestão Pública e Cidadania, da Fundação Getúlio Vargas em 2005. A creche atende os filhos das mulheres que trabalham à noite na catação do frango para deslocamento das diversas granjas para os abatedouros da região. A inovação do programa, motivo da sua premiação, foi a adequação de um programa municipal comum às necessidades da uma comunidade específica, que precisava de uma creche no período noturno e não diurno.[104]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm risco menor do que os brancos de serem vítimas de violência. De 2000 a 2002, para cada branco, 0,73 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrado oscilação desta taxa de 0,74 em 2000 para 0,73 em 2002.[105]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 4,54% para a população branca e 7,92% para a população negra. A escolaridade média era de 8,49 anos de estudo para a população branca e 7,05 anos para população negra.[106]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 503,38 para população branca e R$ 244,47 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 5,96 para população branca contra R$ 3,30 para população negra.[107]

Boas Práticas

Em março de 2006, o governo do estado criou a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância.[108] Uma Delegacia Especializada em Crimes Raciais havia funcionado anteriormente em São Paulo, de 1993 a novembro de 1999, quando foi extinta e substituída pelo Grupo de Repressão e Análise dos Delitos de Intolerância (Gradi), criado junto ao gabinete do Secretário da Segurança Pública. O Gradi, por sua vez, foi gradualmente desativado e extinto após as denúncias referentes à Operação Castelinho.

Indígenas

São Paulo tem sua população indígena formada principalmente por guaranis, mas há também outros dois povos registrados: o Kaingang e o Terena.[109]

Nome	População censo/estimativa	Ano
Guarani (RS/SC/PR/SP/RJ/MS)	2198	2004
Kaingang (SP/PR/SC/RS)	Não informado	2004
Terena	Não informado	2004

O Estado tem 20 terras indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica[110]:

Situação	Nº de terras
Registradas	9
Homologadas	2
Declaradas	1
Identificadas	2
A Identificar	1
Reservadas/Dominiais	0
Sem Providências	5

Idosos

Em 2004, São Paulo tinha 4.020.951 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 10,1% da população do estado. Desta população, 30,1% tinha um rendimento médio mensal familiar per capita de um a dois salários mínimos e 21% de meio a um salário mínimo.[111]

Portadores de Deficiência

De acordo com o *Relatório sobre a prevalência de deficiências, incapacidades e desvantagens* (2004), realizado em 21 cidades brasileiras, 7,5% da população de Santo André registra algum tipo de incapacidade, 6,1% da população de Santos e 5,9% da população de São José dos Campos.[112]

Migrantes

Em 2004, São Paulo tinha uma população de 9.755.804 migrantes, o que correspondia a 24,43% da população do estado. É o estado com a maior proporção de população migrante na região sudeste.[113]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre 19 homossexuais assassinados em 2002, 26 em 2003, 19 em 2004 e nove em 2005 em São Paulo. É o estado que teve o maior número de registros de homossexuais assassinados em 2003 e em 2004, ao lado de Pernambuco.[114]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção de óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados diminuiu de 8,9% em 1991 para 3,7% em 2004 (- 58,4%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 16,1% em 1991 para 16,4% em 2004.[115]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 5,5% e a média de anos de estudo era de 7,9 anos.[116]

O rendimento/hora da população ocupada era de R$ 5,80, acima da média nacional de R$ 4,70 e regional de R$ 5,40.[117]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 304,96, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 3.907,37 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 173,77, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 2.624,87.[118]

Objetivos do Milênio

	1995	2000	2004
Alfabetização Feminina (%)	88,7	92,5	93,5
Alfabetização Masculina (%)	91,7	94,3	95,6
Água Canalizada (%)	97,2	97,4	99,3
Esgotamento Sanitário (%)	88,3	87,3	91
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	54,2	52	-
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	46,4	40	34,1
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	25,9	17,3	17,0
Sem Rendimento (%) *	38,1	38,9	33,58
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	8,6	9,2	12,51
Telefone (%)	32,3	58,2	67,3
Computador (%)	-	18,0	25,6

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
4.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
5.Estado de São Paulo, Secretaria da Segurança Pública (www.ssp.sp.gov.br).
6.Efetivo policial em 2003, dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003, do IBGE (www.ibge.gov.br).
7.Brasil, IBGE 2005.
8.Estado de São Paulo, Ouvidoria de Policia (www.ouvidoria-policia.sp.gov.br). Criada pelo decreto estadual 39.900, de 1º de janeiro de 1995. Instituída por lei através da lei complementar 826, de 20 de junho de 1997.
9.Estado de São Paulo, Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (www.justica.sp.gov.br).
10.Estado de São Paulo, Secretaria da Administração Penitenciária (www.sap.sp.gov.br).
11.Brasil, Ministério de Justiça, 2004a.
12.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
13.Brasil, Ministério de Justiça, 2004a.
14.Brasil, IBGE 2005.
15.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
16.Estado de São Paulo, lei complementar 988, de 9 de janeiro de 2006.
17.Mesquita e Loche 2005.
18.Estado de São Paulo, Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (www.justica.sp.gov.br).
19.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005. O estado não disponibilizou o número total de pessoas atendidas no ano.
20.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
21.*Consultor Jurídico,* "Massacre do Carandiru: TJ paulista anula júri e absolve coronel Ubiratan", 15/02/2006. O Coronel Res. Ubiratan Guimarães foi encontrado morto com um tiro no peito no dia 10.09.2006 no seu apartamento. O processo para apurar a sua morte está em andamento.
22.Folha Online, "Manifestação marca 14 meses das mortes de moradores de rua em SP", 19/10/2005.
23.Folha Online, "PGR nega pedido de federalização de massacre de moradores de rua", 09/05/2005,
24.Folha Online, "Após um ano, acusado por assassinato de juiz segue foragido", 13/03/2004.
25.Folha Online, "Após um ano, acusado por assassinato de juiz segue foragido", 13/03/2004.
26.*Consultor Jurídico*, "Motivo torpe: MP denuncia policiais de chacina em Caraguatatuba", 14/02/2006.
27.NEV-USP, com base em dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública.
28.*Carta Maior*, "Policiais são condenados a 17 anos por assassinato de dentista", 20 de outubro de 2005.
29.Estado de São Paulo, Ouvidoria de Polícia 2005. O relatório não disponibiliza informações sobre o encaminhamento das denúncias.
30.Estado de São Paulo, Ouvidoria de Polícia 2004. Ao contrário do relatório de 2005, o relatório de 2004 não registra denúncias de "lesão corporal", apenas de "lesão corporal fora do exercício de polícia".
31.Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/d.
32.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
33.Waiselfisz 2004.
34.Fundação Getúlio Vargas, Programa de Gestão Pública e Cidadania 2005.
35.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004.
36.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2005.
37.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ouvidoria Agrária 2005 e 2004.
38.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004 e 2005 e Ministério do Trabalho e Emprego, "Cadastro dos Empregadores Portaria 540 de 15/10/2004", lista atualizada em 19/01/200619/01/2006, disponível no web-site do Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br).
39.*Folha de S. Paulo*, 01 de novembro de 2005. São Paulo tem 93 delegacias. Carceragens foram desativadas em 77 delegacias. Nove delegacias mantêm carceragens para presos "em trânsito", presos em flagrante durante a noite ou no fim-de-semana, até que sejam transferidos para os CDPs. Sete delegacias mantém carceragens para "presos especiais".
40.Brasil, Depen 2006 e Estado de São Paulo, Secretaria da Administração Penitenciária – SAP (www.sap.sp.gov.br). Estimativa de população em 2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
41.Brasil, Depen 2006.
42.Brasil, Depen 2006. O estado não informou o número de mulheres presas provisoriamente.
43.Estado de São Paulo, Secretaria da Administração Penitenciária – SAP (www.sap.sp.gov.br).
44.Brasil, Depen 2006.
45.Estado de São Paulo, Secretaria da Administração Penitenciária – SAP (www.sap.sp.gov.br) e Brasil, Depen 2006.
46.Estado de São Paulo, Secretaria da Administração Penitenciária – SAP (www.sap.sp.gov.br).
47.Teixeira, Alessandra e Bordini, Eliana Blumer Trindade. "Decisões judiciais da Vara das Execuções Criminais: punindo sempre mais". *São Paulo em Perspectiva*, Jan./Mar. 2004, vol.18, nº 1, p.66-71.

48.Estado de São Paulo, Secretaria da Administração Penitenciária – SAP (www.sap.sp.gov.br).
49.*Folha de S. Paulo*, 01/06/04.
50.*O Estado de S. Paulo*, 10/11/03.
51.*Folha de S. Paulo*, 18/01/02.
52.*O Diário de S. Paulo*, 25/08/04 e *Folha de S. Paulo*, 25/08/04.
53.*Folha Online,* 19/02/2002.
54.*Folha de S. Paulo*, 03/01/2002.
55.Ministério da Justiça (www.mj.gov.br).
56.*Folha de S. Paulo*, 27/06/2003.
57.Fundação Getúlio Vargas, Programa de Gestão Pública e Cidadania 2005.
58.Associação Nacional de Jornais – ANJ 2004 e Repórteres sem Fronteiras 2004.
59.Repórteres sem Fronteiras 2004.
60.Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP 2006.
61.Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP 2006.
62.Associação Nacional de Jornais – ANJ 2005, Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP 2006.
63.Repórteres sem Fronteiras 2005, e Observatório da Imprensa (http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br).
64.Associação Nacional de Jornais – ANJ 2005.
65.Associação Nacional de Jornais – ANJ 2005.
66.Associação Nacional de Jornais – ANJ 2005.
67.Associação Nacional de Jornais – ANJ 2004.
68.Associação Nacional de Jornais – ANJ 2004.
69.Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP 2003, e Observatório da Imprensa (http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br).
70.*Folha de S. Paulo*, "Justiça veta censura a caso de assédio", 09/09/2003; Associação Nacional de Jornais – ANJ 2004.
71.*Folha de S. Paulo*, 08/02/2002; *Folha de S. Paulo*, 02/12/2005
72.*Caros Amigos*, "Quem matou Toninho do PT?", setembro de 2003.
73.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12/01/2006.
74.Brasil, IBGE 2006. Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
75.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
76.Brasil, Congresso Nacional 2004.
77.Fundação Getúlio Vargas, Programa de Gestão Pública e Cidadania 2005.
78.Fundação Getúlio Vargas, Programa de Gestão Pública e Cidadania 2005.
79.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
80.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
81.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no website da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
82.Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente 2006; Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (www.cejil.org) Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos (www.ctvdh.org) e Conectas Direitos Humanos (www.conectas.org).
83.Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos (www.ctvdh.org) e Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (www.cejil.org).
84.Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda 2006.
85.*Estado de S. Paulo*, "Alckmin e ONGs trocam acusações sobre a Febem", 23/11/2005.
86.A Amar é uma organização não governamental reconhecida nacional e internacionalmente pelo seu trabalho na defesa dos direitos humanos, particularmente os direitos dos adolescentes nas unidades de internação da Febem no Estado de São Paulo. Paganelle recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos em 2001 e a Amar recebeu o mesmo prêmio em 2003.
87.Ministério Público Federal 2005a.
88.Ministério Público Federal 2005b.
89.Fundação Getúlio Vargas, Programa de Gestão Pública e Cidadania 2005.
90.Brasil, IBGE 2006.
91.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
92.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança – Senasp (www.mj.gov.br/senasp)
93.Waiselfisz 2004.
94.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
95.Rede Mulher de Educação (www.redemulher.org.br).
96.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm/index.htm).
97.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
98.Brasil, IBGE 2005.
99.Brasil, IBGE 2006.
100.Brasil, IBGE 2006.
101.Brasil, IBGE 2006.
102.Brasil, IBGE 2006.
103.Brasil, IBGE 2006.
104.Fundação Getúlio Vargas, Programa de Gestão Pública e Cidadania 2005.

105.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
106.Pnud 2004.
107.Pnud 2004.
108.Estado de São Paulo, decreto estadual 50.594, de 2006.
109.Conselho Indigenista Missionário – Cimi – Cimi (www.cimi.org.br). Dados de 17 de dezembro de 2004.
110.Conselho Indigenista Missionário – Cimi – Cimi (www.cimi.org.br). Dados de 17 de dezembro de 2004.
111.Brasil, IBGE 2004.
112.Teixeira, Ângela e Oliveira, Fátima 2004. De acordo com a *Classificación Internacional de Deficiencias, Discapacidades y Minusvalias*, da Organização Mundial da Saúde (1980), o conceito de "incapcidade" diz respeito à "toda restrição ou ausência (devida a uma deficiência) de capacidade para realizar uma atividade considerada dentro dos limites da pessoa humana". O conceito de incapacidade, portanto, difere e é mais restrito que o conceito de "deficiência", que diz respeito "a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica".
113.Brasil, IBGE 2004.
114.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2005.
115.Brasil, IBGE 2004.
116.Brasil, IBGE 2004.
117.Brasil, IBGE 2006.
118.Brasil, IBGE 2006.

Região Sul

2.1 Paraná

2.2 Rio Grande do Sul

2.3 Santa Catarina

2.1 Paraná

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

O Paraná tem uma área de 199.314,850 km2 e população de 10.261.856 habitantes (51,49 hab/km2), divididos em 399 municípios.[1] Curitiba, capital do estado, tem uma população de 1.757.904 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Paraná, que passou de 0,711 em 1991 para 0,787 no ano 2000 (+ 10,69%), é o menor da região sul.[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0.559, o mais alto da região sul, acima da média regional de 0.530 e igual à média nacional.[4]

Estrutura Institucional

O Paraná tem uma Secretaria de Estado da Segurança Pública, à qual estão vinculados o Departamento de Polícia Civil, os Institutos de Criminalística, Médico Legal e de Identificação, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e o Departamento Estadual de Trânsito.[5] A Secretaria da Segurança Pública tem uma Ouvidoria de Polícia, criada por decreto no ano 2000. O decreto que criou a Ouvidoria estabelece que esta é vinculada à Secretaria de Estado da Segurança Pública, e que o ouvidor é escolhido pelo governador do estado e deve ser necessariamente funcionário público – normas que diminuem a autonomia da Ouvidoria.[6]

O efetivo policial era 23.537 em 2003, sendo 6.704 policiais civis, 219 peritos, 13.750 policiais militares e 2.864 bombeiros militares, o que representa 1 policial para cada 421 habitantes.[7] Dezoito municípios tinham guarda municipal em 2004, com um efetivo total de 2.608 guardas.[8]

O estado tem também uma Secretaria da Justiça e da Cidadania, à qual estão vinculadas a Coordenadoria Anti-Drogas, a Coordenadoria de Direitos da Cidadania, o Conselho Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, o Conselho Estadual da Mulher, a Defensoria Pública e o Departamento Penitenciário.[9] O Departamento Penitenciário conta com uma ouvidoria específica para receber denúncias referentes ao sistema penitenciário.[10]

O Conselho Estadual da Mulher foi criado em 1985. Nos anos 90, passou por um processo de desmonte promovido pelo governo estadual, e apenas em 2004 conseguiu se reestruturar. Vinculado à Secretaria de Es-

tado da Justiça e da Cidadania, em março de 2004, foram empossadas 55 mulheres representantes do governo, da sociedade civil e parlamentares.[11]

Dos 399 municípios do Paraná, 155 constituem sede de comarca.[12] Em 2004, atuavam na justiça estadual 578 juízes, sendo 406 na primeira instância, 119 na segunda instância e 53 em juizados especiais, o que corresponde a uma taxa de 5,7 juízes por 100.000 habitantes.[13] O estado contava ainda com 89 juízes na primeira instância da Justiça Federal.[14]

A Defensoria Pública foi criada pela Lei Complementar 55, de 4 de fevereiro de 1991, vinculada a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.[15] O estado não disponibilizou informações sobre o número de defensores em atividade.[16] O estado tem 139 juizados especiais criminais e 171 juizados especiais cíveis.[17] Tem quatro programas de administração alternativa de conflitos.[18]

Políticas de Direitos Humanos

De 2002 a 2004, o Paraná assinou 16 convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 1.539.029,50. Destes convênios, um foi referente ao combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, um à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, dois à promoção dos direitos da criança e do adolescente, seis à promoção dos direitos humanos (balcões de direitos, cidadania, cartilha), cinco à proteção dos direitos de pessoas portadoras de deficiência e um paz nas escolas.[19]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Paraná foi de 3,75%. A despesa média da justiça estadual por habitante foi de R$ 43,93. A participação da assistência judiciária gratuita no total das despesas justiça estadual foi 0,003% e no total das despesas públicas foi de 0,0001%, o que representa um investimento médio de R$ 0,01 por habitante. O estado não disponibilizou o número total de pessoas atendidas no ano. A taxa de congestionamento da justiça estadual foi de 85,63% na primeira instância, 29,04% na segunda instância e 6,98% nos juizados especiais.[20]

Em 2003, na segunda instância da justiça comum, deram entrada 16.071 processos, e 14.661 foram julgados, o que representa 91% de processos julgados em relação a novos processos. Ainda em 2003, na primeira

instância da justiça federal, foram distribuídos 173.491 processos, dos quais 163.085 foram efetivamente julgados, o que indica uma taxa de 94% de processos julgados em relação a novos processos.[21]

Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Violência Policial, Tortura, Execução

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 54 denúncias de tortura praticada por agentes públicos no Paraná, sendo 10 na capital, 43 no interior e uma sem identificação de local. Das 54 denúncias, oito foram arquivadas devido a dados insuficientes. Catorze foram enviadas ao Ministério Público, que respondeu estar investigando onze e não prestou informação sobre três. Vinte e três foram encaminhadas à corregedoria da polícia civil, que arquivou uma por falta de provas e não prestou informações sobre as outras 22. Nove denúncias foram enviadas à corregedoria da polícia militar, que arquivou quatro por falta de provas, devolveu uma por dados insuficientes, respondeu estar investigando uma e não prestou informação sobre as outras três.[22]

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, 101 casos de violência policial no Paraná, com 87 vítimas fatais e 379 feridas, 26 casos de execução sumária, com 44 vítimas fatais e oito feridas, e 27 casos de linchamento com 20 vítimas fatais e 15 feridas.[23]

Violência Urbana

Em 2002, o Paraná registrou 2.226 mortes por homicídio (22,7/100 mil hab.), o estado com a mais alta taxa de homicídios na região sul, das quais 530 em Curitiba (32,2/100 mil hab.). Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 45,5/100 mil no estado e 73,9/100 mil na capital.[24]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 110 conflitos de terra no Paraná, envolvendo 89.210 pessoas, com quatro mortes.[25] Em 2004, de janeiro a agosto, foram 99 conflitos, envolvendo 41.705 pessoas, com duas mortes. Em 2005, no mesmo período, foram 31 conflitos, envolvendo 40.990 pessoas, sem mortes.[26]

A Ouvidoria Agrária registrou 26 ocupações de terra no estado em 2004, com duas mortes decorrentes de conflitos rurais, uma morte não decorrente de conflitos rurais e uma morte sob investigação. Registrou um aumento para 14 ocupações de terra de janeiro a novembro de 2005, e três mortes não diretamente relacionadas a conflitos rurais.[27]

Trabalho Escravo/Forçado

A Comissão Pastoral da Terra e o Ministério do Trabalho e Emprego registraram um caso de trabalho escravo no estado em 2005, envolvendo 82 pessoas.[28]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

Em 2005, o Paraná contava com 21 unidades penitenciárias, sendo nove penitenciárias estaduais, um centro de detenção e ressocialização, uma colônia penal, duas penitenciárias industriais, duas casas de custódia, duas unidades detenção provisória, um centro de observação criminológica e triagem, um complexo médico-penal, e dois patronatos.[29] A população carcerária do estado em dezembro de 2005 era de 18.715 presos, 7.898 sobre custódia da Secretaria de Segurança Publica, ou seja, detidos em distritos policiais e cadeias públicas. Os outros 10.917 estavam sob custódia da Secretaria da Justiça e da Cidadania/Departamento Penitenciário, sendo que o total de vagas oferecidas pelo estado era de 7.385. Em regime fechado, encontravam-se 7.656 presos, sendo 7.259 homens e 397 mulheres; em regime semiaberto, 1.012 presos, dos quais 990 homens e 22 mulheres; em regime aberto, 306 presos, sendo 288 homens e 18 mulheres. Em regime de prisão provisória, havia 1.843 pessoas presas, sendo 1.712 homens e 131 mulheres.[30]

Estudo desenvolvido pelo Departamento Penitenciário do Paraná em 2004, com o objetivo de traçar o perfil sócio-demográfico e criminal dos presos reincidentes, constatou a necessidade de se implementar políticas para educação e profissionalização do preso na tentativa de amenizar o problema da reincidência.[31]

Durante o ano de 2002, segundo dados oficiais, houve 37 casos de morte no sistema prisional paranaense, sendo todos motivados por causas naturais.[32]

Penitenciária Guarapuava

A Penitenciária Industrial de Guarapuava, inaugurada em novembro de 1999, a primeira do país cuja gestão foi entregue à iniciativa privada, voltou a ser gerida pelo estado em maio de 2006. A empresa privada recebia um valor fixo para gerir a unidade, superior ao do custo de gestão pelo estado, mas o salário dos funcionários era inferior ao dos agentes penitenciários estaduais. Segundo a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, a Penitenciária de Guarapuava registrava problemas de entrada de drogas e celulares para presos.[33]

Rebeliões e Fugas

O Departamento Penitenciário do Paraná fornece através do seu web-site dados sobre a população prisional no estado, incluindo dados sobre fugas e rebeliões nas unidades prisionais sob sua administração.[34] Segundo os dados do Departamento Penitenciário, ocorreram três fugas em 2002, duas na Prisão Provisória de Curitiba e uma na Penitenciária Feminina do Paraná. Em 2003, não teria sido registrada nenhuma fuga. Em 2004, duas fugas ocorridas na Penitenciária Feminina do Paraná. Em 2005, 16 fugas, 16 na Casa de Custódia de Curitiba e duas na Penitenciária Estadual de Piraquera. No que se refere às rebeliões, o Depen registrou três rebeliões em 2002: em fevereiro na Casa de Custódia de Curitiba, em abril na Casa de Custódia de Londrina, e em agosto na Penitenciária Estadual de Piraquara. Não há registros de rebeliões de 2003 a 2005.[35]

A superlotação e a falta de vigilância são as duas maiores causas de fugas e rebeliões no estado, principalmente em distritos policiais e cadeias públicas sob administração da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Exemplo dramático da situação dos distritos policiais paranaenses é o do distrito de Maringá, que abrigava população de 400 presos em 2004, sendo que possuía vagas para 140 presos. Após sucessivos problemas ocorridos no distrito, um grupo de 12 advogados da região entregou a OAB um pedido de interdição do local.[36]

Segundo informações do juiz de Varas de Execuções Penais e corregedor dos presídios de Londrina, Roberto Ferreira do Valle, a população carcerária dos distritos policiais, no ano de 2004, era praticamente três vezes maior do que o número de vagas. Para agravar ainda mais a situação, segundo Valle, o problema da superlotação atingia todo o estado, o que inviabilizava transferências de presos.[37] O juiz cita como exemplo da superlotação o caso do 2º distrito policial da cidade, que, tendo vagas para 62 presos, abrigava

172 presos em setembro de 2003, depois de ter sido interditado em setembro do ano anterior quando abrigava 206.[38] Este mesmo distrito policial registrou uma fuga de 25 presos em maio de 2003, quando abrigava 100 presos.[39] O 7º distrito policial de Curitiba, de onde fugiram 23 presos em 2004, contava com vagas para 25 presos, mas no momento da fuga abrigava 75, sendo que 14 já haviam sido condenados pela Justiça.[40]

A Casa de Custódia de Londrina, inaugurada em novembro de 2001 com o objetivo de desafogar o sistema prisional na cidade, registrou uma tentativa de fuga e uma fuga num período de 12 meses. A tentativa de fuga ocorreu em janeiro de 2002, quando um preso tentou sem sucesso pular o muro do prédio durante o banho de sol. Em março do mesmo ano, quatro presos conseguiram quebrar as grades da janela da cela e escaparam escalando muros e paredes.[41] Sucessivas tentativas de fuga levaram a direção da unidade a adotar políticas disciplinares mais duras com os presos, como por exemplo, a proibição da entrada de cigarros e alimentos trazidos pelos familiares dos detentos. Essa política acabou gerando uma série de protestos por parte dos presos que iniciaram uma greve de fome feita por 240 dos 320 presos da instituição, sem contar com a deflagração de uma rebelião no mês seguinte.[42]

Na Cadeia Pública de Cianorte, a 40 km de Maringá, uma rebelião que durou oito horas teve como conseqüência o linchamento de um preso conhecido como Maradona. Segundo os policiais, o movimento foi apenas uma justificativa para eliminá-lo já que era suspeito de ser informante dos policiais. De qualquer forma, a situação da unidade era bastante precária, pois, em um espaço destinado a 28 presos, abrigava 70.[43]

No mini-presídio de Cascavel uma tentativa de fuga frustrada acabou em rebelião. Os 352 rebelados foram controlados pela polícia em quatro horas, porém, os estragos foram muitos: todas as celas foram destruídas e alguns presos tiveram que passar a noite na quadra de esporte. Na ocasião, o mini-presídio, com vagas para 140 presos, abrigava 352. Após horas de negociação, os presos entregaram uma carta onde manifestavam suas exigências: melhoria da alimentação servida na cadeia e revisão dos processos de alguns internos, que segundo eles, teriam direito ao regime semi-aberto.[44]

Na Cadeia Pública de Toledo, região de Cascavel, um motim acabou com oito feridos e a morte de um preso, vítima de um disparo feito por um policial civil, que reagira à tentativa de fuga. Segundo o delegado responsável pela cadeia, o movimento, que durou sete horas, foi motivado pelo problema da superlotação, já que 116 pessoas estavam presas em um espaço destinado a 28. Dos 116 presos, 47 já tinham sido condenados e deveriam cumprir pena no sistema penitenciário estadual.[45]

No ano de 2002, no mini-presídio de Apucarana, uma rebelião durou três dias e foi necessária a ação do Batalhão de Choque da Polícia Militar para conter os 135 rebelados. Segundo os policiais, os presos possuíam uma grande quantidade de barras de ferros, estiletes e, até mesmo, uma imitação de revolver feita em madeira, objetos esses encontrados ao longo das três revistas feitas nas celas. Os presos e os policiais declararam não ter conhecimento de nenhum ferido e, acrescentaram que, durante os três dias de rebelião as ações dos presos não foram motivadas por tentativas de fuga, mas desentendimentos entre os presos, reivindicações relacionadas a problemas de infra-estrutura e a suspensão da visita do domingo.[46]

Tortura

Organizações de direitos humanos denunciaram a prática de tortura contra presos na Casa de Custódia de Londrina, seja por parte dos funcionários ou de outros presos, neste caso com a omissão da direção da unidade. As ocorrências de tortura são apresentadas em relatório de uma comissão composta pelo Centro de Direitos Humanos, Movimento Nacional de Direitos Humanos e Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Paraná, formulado a partir de denúncias dos próprios presos por meio de cartas e de seus familiares, e até mesmo, por alguns funcionários da Casa de Custodia.[47]

Segundo o documento da comissão, os presos eram espancados por policiais militares chamados para conter rebeliões e, também, por funcionários, que eram obrigados a agredir presos sob ameaça de demissão caso não cumprissem a determinação. A direção também ordenava que câmeras de vigilância fossem desligadas durante as sessões de espancamento.[48]

Apesar de inúmeras denúncias feitas pelo Centro de Direitos Humanos, investigações iniciadas pelo Ministério Público e afastamento de funcionários, os casos de tortura na Casa de Custódia de Londrina continuaram ao longo do ano de 2003. Segundo declarações de um funcionário da unidade, em agosto do mesmo ano, seria prática corrente da direção da unidade ordenar que os funcionários batessem nos presos.[49]

Outro caso de tortura, ocorrido em Curitiba, vitimou um adolescente de 16 anos, negro, usuário de drogas, que afirma ter sido vítima de tortura por parte de cinco policiais militares. O adolescente teria sido apreendido por dois policiais, após uma denúncia de assalto, onde ele roubara R$ 13,00 de uma mulher que se encontrava no interior de um veículo. Após a apreensão, o adolescente teria sido levado para o módulo policial do Largo da Ordem para que passasse por uma revista, o que contrária o procedimento padrão que determina que o jovem fosse levado diretamente para a Delegacia do Adolescente.[50]

O adolescente declarou que, após chegar ao local de destino, foi agredido por três tipos de porretes: um cassetete, uma ripa e um galho de árvore, onde estava escrito "Direitos Humanos", instrumentos estes que foram encontrados no local pela Promotoria de Investigações Criminais. O adolescente denuncia ainda que os policiais encontraram em sua cueca uma garrafa de solvente, utilizado como entorpecente, que despejaram em seu corpo e começaram a ameaçá-lo utilizando papel higiênico e isqueiro. Com o isqueiro, os policiais incendiaram o papel, que derrubaram no chão, incendiando o solvente espalhado pelo chão e atingindo o corpo do adolescente.

Os policiais acusados de tortura e tentativa de homicídio foram denunciados pelo Ministério Público e julgados por um conselho de disciplina da polícia militar. Todos negaram as acusações e apresentaram versões bastante semelhantes para as ocorrências do dia 19 de janeiro, data em que a vítima fora presa. Na versão dos policiais, o adolescente teria se encharcado com solvente pouco tempo antes de ser preso. Ao chegar ao Largo da Ordem, teria sido levado para uma sala para que se procedesse à revista. Passado algum tempo, o adolescente teria pedido para tomar água na cozinha, para onde foi acompanhado por um policial. Durante o trajeto, teria passado a trinta centímetros de um fogão aceso, o que fez com que a chama incendiasse sua roupa encharcada.[51]

Boas Práticas

O Departamento Penitenciário fornece diversas informações a respeito da população carcerária sob custódia da Secretaria da Justiça e da Cidadania no mês corrente, atualizadas diariamente, através do seu web-site. As informações são apresentadas de forma desagregada para cada unidade prisional, sendo possível observar a população de cada unidade. O web-site também disponibiliza informações sobre o perfil social e criminológico da população prisional e estudos publicados sobre o sistema penitenciário paranaense.[52]

Liberdade de Expressão e de Assembléia

Imprensa – agressões e ameaças

Em 19 de novembro de 2003, os jornalistas Dilmércio Daleffe, da *Gazeta do Povo*, de Curitiba, e Richard Rogers Gonçalves, da TV Carajás, de Campo Mourão, foram agredidos por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra na fazenda Baronesa das Candeias, no município de Luiziânia,

no Centro-Oeste do Paraná. A fazenda estava invadida por famílias sem-terra desde 28 de abril de 2003 e, no dia dezenove, o arrendatário, Valdomiro Bognar, que conseguiu reintegração de posse na Justiça, enviou um grupo de quatro tratoristas para efetuar o plantio de soja na fazenda. Para impedir o plantio, os sem terra agrediram os quatro funcionários de Bognar, o repórter Dilmércio Daleffe e o cinegrafista Richard Rogers. Segundo Daleffe, os jornalistas estavam no local como testemunhas, a pedido do arrendatário da área. A Polícia Civil de Campo Mourão abriu inquérito para apurar as agressões. O jornalista da *Gazeta do Povo* foi ferido no joelho, pescoço e tórax, e teve sua câmera fotográfica destruída e os cartões digitais com as fotos roubados. Os jornalistas Sid Sauer Walter, do site Boca Santa, Hermes Hildebrand, do jornal *Tribuna do Interior*, de Campo Mourão, e Marcos de Souza, da TV Carajás, tiveram seu trabalho cerceado pelos manifestantes.[53]

Em 23 de julho de 2002, a jornalista Sâmar Razzak do *Jornal do Estado*, de Curitiba, recebeu ameaças por telefone depois de publicar artigo denunciando a existência de uma quadrilha especializada em comercializar diplomas falsificados. A ameaça estava sendo investigada pela Delegacia de Crimes Contra a Administração Pública, de Curitiba.[54]

Liberdade de Participação Política

Políticos – assassinatos

Luiz Antônio Israel, 52 anos, coordenador da campanha do candidato a prefeito, Júlio Morandi (PMDB), foi assassinado em Santa Helena, município no oeste do estado, na manhã do dia 04 de outubro de 2004. Ele recebeu um tiro na cabeça e outro no peito, no centro da cidade. De acordo com a delegada do município, Tany Razera, o crime teria sido motivado por uma briga política. A polícia apurou que o assassinato ocorreu após uma discussão entre Israel e os irmãos Veroni e Miguel da Cruz, funcionários do então prefeito da cidade, Silon Schimidt (PP). Logo depois de atirar contra Israel, os dois fugiram. No mesmo dia do assassinato, a polícia prendeu o principal suspeito do crime, Veroni da Cruz, 31 anos. A delegada sustenta a hipótese de crime político, pois os funcionários apoiavam Giovani Mafini (PP), rival de Júlio Morandi nas eleições municipais. De acordo com a polícia local, Israel e os irmãos Cruz já tinham se envolvido em conflitos com Israel, logo depois do começo da campanha eleitoral. O boletim de ocorrência registrado por Israel, na época, alegava que os irmãos teriam jogado o carro que dirigiam contra o veículo onde ele estava. A delegada informou também que

Veroni da Cruz, que foi preso na delegacia de Santa Helena, já respondia por outro homicídio e uma tentativa de assassinato. Outro irmão de Veroni, Claudir da Cruz, 32, também foi detido para interrogatório. Ele teria ajudado os irmãos a se esconderem da polícia. Miguel da Cruz e se encontra foragido.[55]

O vereador Denacir Perin (PDT), 37, foi morto a tiros na madrugada de 18 de outubro de 2002, em Lindoeste, a 48 quilômetros de Cascavel, na Região Oeste do Paraná. Ele era policial militar afastado para cumprir o mandato. Três vereadores de Lindoeste foram presos em 18 de fevereiro de 2004 acusados de terem envolvimento na morte de Perin: Samuel Maciel da Rosa, David Pereira de Andrade e Wilson Rubens Bresson. Além dos três vereadores, foi preso Ademir José de Mello, em Clevelândia, no Sudoeste do Estado, também acusado de envolvimento no crime. Na casa dele e dos vereadores Bresson e Andrade foram encontradas armas e munição. Os mandados de busca e apreensão, além de pedido de prisão temporária, foram cumpridos pela equipe do Grupo Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gerco), órgão vinculado à Promotoria de Investigação Criminal (PIC) de Cascavel, após alguns dias de investigação. Após 2 meses de prisão, foi concedido hábeas corpus para os acusados.[56]

O presidente do Partido dos Trabalhadores de Imbituva (PR), Oscar Fachini, 37, foi morto com três tiros na cabeça por volta das 23h do dia 04 de julho de 2002. Fachini trabalhava na criação de uma associação de trabalhadores acidentados nas madeireiras e integrava o Conselho Tutelar de Combate à Exploração do Trabalho Infantil de Imbituva. A direção estadual do partido acredita que o crime possa estar ligado a denúncias que ele vinha fazendo sobre questões trabalhistas. O delegado Silvio Eduardo Hellwig, responsável pelo caso, que tinha descartado, a princípio, a possibilidade de crime político, voltou atrás e confirmou a suspeita de ter sido um crime com conotação política. Fachini recebia ameaças desde o ano de 2000. Um vigilante noturno, que tinha sido denunciado por Fachini ao Conselho Tutelar, foi detido e teve prisão temporária decretada. Sua participação no crime está sendo investigada pela polícia. Além disso, suspeitas foram levantadas sobre secretários da Prefeitura de Imbituva, cujos nomes não foram revelados, e sobre o presidente do sindicato local dos trabalhadores no setor madeireiro, Antonio Oto.[57]

O vereador Divonsir Rodrigues dos Santos (PDT) foi assassinado no dia 24 de março de 2002, por um grupo de fugitivos da cadeia pública, em Campo do Tenente, nas proximidades de Rio Negro, na divisa de Paraná com Santa Catarina. Os detentos Adriano José da Silveira e Venícius Luiz Quintino renderam um funcionário municipal e obrigaram outros dois presos, Ezequiel Schvitaiki e André de Souza, a acompanhá-los na fuga. Eles de

dirigiram a um bar nas proximidades da delegacia, de propriedade do vereador, e o assassinaram. As investigações sobre o assassinato apontaram que os presos foram contratados para executar o vereador. O motivo seria a existência de uma quadrilha de roubo e receptação de cargas, sobre a qual o vereador teria informações. O ex-vereador de Campo do Tenente, Carlos Hubner Neto, que estaria envolvido com a quadrilha, foi acusado como um dos supostos mandantes do assassinato. Mário Amaral Fogassa, denunciado pelo Ministério Público como líder da quadrilha, também foi acusado pelo envolvimento com o assassinato. A participação de policiais nesta quadrilha também foi denunciada. No total, 26 pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público por homicídio e formação de quadrilha que estaria associada ao assassinato do vereador. Cinco acusados foram a julgamento em outubro de 2005: Adriano José da Silva, apontado como autor dos disparos que mataram o vereador, foi condenado a dez anos de prisão por homicídio simples; Venícius Lous Quintino, foi condenado a oito anos e três meses de reclusão, também por homicídio simples; outros três acusados, Ezequiel Schivitaiky, André de Souza e Carlos Hubner Neto foram absolvidos em relação ao crime de homicídio.[58]

Tentativa de Homicídio

Gentil Paske de Faria (PSDB), 43, anos, ex-prefeito de Itaperuçu, Região Metropolitana de Curitiba, sofreu tentativa de assassinato no dia 28 de setembro de 2005. De acordo com o delegado Artem Dach, da delegacia de Rio Branco do Sul, por volta das 9h30 um homem ainda não identificado estaria conversando com Faria próximo à residência do ex-prefeito. No meio da conversa, o homem teria sacado uma arma e atirado três vezes contra o político e fugido por uma estrada em direção à cidade de Campo Magro. O ex-prefeito foi atingido três vezes: no rosto, no pescoço e no ombro. Após ter passado por duas cirurgias o ex-prefeito foi mantido na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), onde respirava com a ajuda de aparelhos. De acordo com um assessor do ex-prefeito, Faria estava recebendo ameaças há um ano. Em 2005, desconhecidos dispararam 10 tiros contra a casa do ex-prefeito. Faria ocupou a Prefeitura Municipal de Itaperuçu entre 1997 e 2001. A polícia trabalha com as hipóteses de crime político ou econômico. O delegado Arthen Dach disse haver vários suspeitos do crime, mas que as provas não eram insuficientes para denunciá-los. Haveria elementos indicando que o crime seria eleitoral, segundo o delegado, citando que há ações no fórum local, envolvendo Gentil e o atual prefeito, José de Castro França. Dach afirmou que o atentado contra Gentil não tem nenhuma relação com o

assassinato do irmão do ex-prefeito, Salvador Paske de Faria, ocorrido em janeiro de 2005, também em Itaperuçu, que teria tido sido motivado por conflitos interpessoais.[59]

O presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Adilson Ramires Rabelo (PSB), foi vítima de atentado em 24 de fevereiro de 2002, no centro da cidade. Rabelo recebeu dois tiros na cabeça. Uma das principais testemunhas, a esposa do vereador, Jane Rabelo, revelou aos promotores que o marido vinha recebendo ameaças de morte por telefone desde o ano 2000, antes mesmo de tornar-se presidente da Câmara. A Promotoria de Investigação Criminal de Foz do Iguaçu protocolou, em 20 de outubro de 2003, denúncia crime contra Adriano Ferreira da Silva, Antônio Carlos dos Santos, Ronaldo Gaudêncio dos Reis e Sérgio Dávila por tentativa de homicídio duplamente qualificado. De acordo com o Ministério Público, eles e uma quinta pessoa, que ainda não tinha sido identificada, teriam sido responsáveis pelo crime cometido contra o vereador. Segundo o MP, por motivos ainda não esclarecidos, Sérgio Dávila e outras pessoas teriam decidido matar Rabelo. Dávila teria, então, prometido pagar para que Adriano Ferreira da Silva providenciasse o crime. Adriano teria organizado a execução, contratando Antônio Carlos dos Santos, Ronaldo Gaudêncio dos Reis e uma terceira pessoa, aos quais teria prometido pagamento em dinheiro. Adriano, Antônio Carlos e Ronaldo foram presos na Cadeia Pública de Foz do Iguaçu. Dávila está foragido.[60]

Políticos – ameaças

O vereador Sérgio Luiz Bolonheze, conhecido também como "Sérgio do Cristma", do PFL, apresentou, em vinte e um de junho de 2005, durante sessão ordinária da Câmara de Apucarana, uma carta anônima, recebida no dia oito de junho de 2005, ameaçando-o de morte. À época, o vereador era responsável pelo encaminhamento de um polêmico projeto de lei que instituía o Código das Águas no Município. Segundo o projeto, os proprietários de poços artesianos deveriam pagar uma taxa ao município e as empresas como lava-jatos e postos de combustível deveriam fazer pequenas estações de tratamento para evitar que a água por eles poluída com detergentes e outros produtos químicos fosse lançada diretamente nas galerias pluviais da cidade. Segundo o vereador, foi o próprio Ministério Público de Apucarana quem, ao tomar conhecimento do conteúdo da carta, recomendou que ela fosse divulgada. Ainda de acordo com o vereador, a carta seria levada ao conhecimento da Polícia Civil e da Polícia Federal.[61]

Crianças e Adolescentes

No Paraná, há 122 conselhos tutelares, 394 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 10 delegacias especializadas em crianças e adolescentes, uma promotoria da infância e da juventude e 160 varas da infância e da juventude.[62]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 4,9% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 11,2% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[63]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 06 de janeiro de 2005, 497 denúncias do Paraná, o que representa 5,52 por 100 mil habitantes.[64]

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito[65]

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada em 2003, com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, relatou denúncias de abuso e exploração sexual de crianças nas rodovias BR 277 (Foz do Iguaçu).

Em Foz do Iguaçu, em 18 de junho de 2003, uma mulher foi presa em flagrante por submeter adolescentes à prostituição. As adolecentes eram diretamente agenciadas por ela, muitas trazidas do interior, ou convidadas por outras adolescentes já envolvidas no esquema. Segundo depoimentos prestados a CPMI, o esquema funcionava em um pensionato para moças, que, na verdade, funcionava como fachada para uma agência de prostitução administrada pela acusada. As adolescentes que moravam nesta casa eram oferecidas pela acusada aos clientes. Neste estabelecimento, eram expostas para serem escolhidas pelos clientes, que realizavam os "programas" em motéis e hotéis da cidade ou em suas residências. Um taxista, juntamente com seu sobrinho, também foram acusados de intermediar programas sexuais com estas adolescentes e de transportá-las até aos clientes. O pagamento dos "programas" era feito diretamente à acusada, que repassava parte do valor às adolescentes. Segundo a CPMI, havia ainda indícios de que este esquema contava com a proteção de autoridades locais e da polícia. A acusada encontrava-se presa e respondia a processo judicial pela exploração sexual de adolescentes.

Um homem foi condenado pela Justiça em Foz de Iguaçu por submeter duas adolescentes à prostituição. Segundo as denúncias, uma das adolescentes chegou a ser mantida em cárcere privado, sendo ameaçada de morte e agredida fisicamente pelo acusado. O acusado foi condenado a quatro anos e seis meses de reclusão, a ser cumprida em regime semi-aberto.

Trabalho Infanto-Juvenil

No Paraná, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 25,4 % da população total desta idade em 1995 para 8,8 % em 2000, mas subiu para 11,4 % em 2004.[66]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 34.969 crianças em 156 municípios do estado no início de 2005.[67]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, o Paraná tinha 3.245 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 692 (21%) em meio fechado e 2.553 (78%) em meio aberto.[68]

Mulheres

A população do Paraná é formada por 50,84% de mulheres (5.165.167) e 49,16% de homens (4.993.563).[69] A esperança de vida ao nascer é de 76,4 anos para as mulheres e 70,1 anos para os homens. Comparada com os outros estados da região sul, são as médias mais baixas verificadas.[70]

Em 2003, foram registradas 673 ocorrências de estupro (13,46/100 mil mulheres), sendo 165 na capital (18,96/100 mil mulheres).[71] A comparação dos registros para os anos de 2001 a 2003 mostra que a capital apresentou um crescimento de 44,1% nas taxas de ocorrência: foram 13,2/100 mil mulheres em 2001, 14,9/100 mil mulheres em 2002 e 19,0/100 mil mulheres em 2003. Aumentou também o número de mulheres assassinadas. Em 2000 a taxa de homicídios de mulheres era de 3,4 por 100 mil.[72] Em 2002, segundo dados do Mapa da Violência IV, 202 mulheres foram assassinadas (4,1/100 mil habitantes), sendo 56 na faixa etária de 15 a 24 anos (6,0/100 mil habitantes).[73]

Segundo dados da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, há oito conselhos municipais de defesa dos direitos da mulher em funcionamento. O estado conta com alguns serviços de atendimento à mulher vítima de violência doméstica e sexual, a maior parte vinculada aos governos

municipais. São 11 delegacias da mulher, cinco casas abrigo e quatro centros de referência.[74]

Além do governo do estado, em 2005, cinco municípios aderiram ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres.[75] Em 2004 a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres fez repasses ao estado no valor de R$ 294.000,00 (2,88% do total dos repasses da secretaria no ano). Em 2005, foram repassados R$ 729.517,98 (6,27% do total).[76]

A violência doméstica tem se tornado um problema mais visível em alguns municípios, como Cascavel. A Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, de janeiro a maio de 2006, registrou 1.247 ocorrências, entre as quais 574 ameaças e 205 lesões corporais. Durante o ano de 2005 foram registradas 2.249 ocorrências.[77]

Desde 1998, Cascavel mantém uma casa abrigo para acolher mulheres vítimas de violência doméstica e sexual. A casa tem capacidade para acolher até 18 pessoas e recebe uma média mensal de 8 a 10 mulheres que podem permanecer no local por até três meses, junto com seus filhos.[78] Em 2003, segundo dados da Secretaria Especial de Políticas para Mulher, o município recebeu R$ 120.000,00 para a implantação de serviços de atendimento a mulheres em situação de risco.[79]

Em Londrina funciona um Centro de Atendimento a Mulher – CAM. Criado em 1993 o serviço oferece atendimento psicológico, jurídico e social a mulheres em situação de violência. O Centro também promove projetos, campanhas e ações voltados à orientação e informação das mulheres e das comunidades sobre direitos e sobre o problema da violência no município. Entre abril de 1993 – data de sua criação – e dezembro de 2003 o CAM atendeu 6590 mulheres. No ano de 2003 foram realizados 2210 atendimentos, sendo 403 novos casos distribuídos em violência psicológica (52,8%), violência física (39,9%), violência sexual (4,2%).[80]

Desde 2003, foi criado no município de Apucarana o Instituto de Atenção à Mulher Apucaranense (IAMA). Em 2005 foi criada a Secretaria Municipal da Mulher e Assuntos da Família. Os dois órgãos desenvolvem um trabalho de enfrentamento à violência contra as mulheres. Além de apoio psicológico e jurídico às mulheres, o IAMA também realiza intervenções junto aos agressores, visando reduzir a incidência da violência doméstica e de gênero.[81]

Em 2004, o estado participou do curso de capacitação para policiais das DEAMs. Organizado pela ONG Themis, de Porto Alegre, o curso ocorreu em novembro e dezembro em Curitiba, abrangendo policiais da capital, região metropolitana e interior do estado. Foram capacitados 56 policiais e 12 profissionais que atuam em serviços de atendimento a mulheres em situação de violência.[82]

Educação

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era 9,2% para as mulheres e 6,6% para os homens. A média de anos de estudo, entretanto, era a mesma: 7,2 anos para as mulheres e os homens.[83] As mulheres representam 55,6% do grupo com 12 anos ou mais de estudos e 57,9% entre aqueles que freqüentam o ensino superior.[84]

Trabalho

No Paraná as mulheres representam 43,4% da população economicamente ativa. Da população feminina ocupada, 4,4% está em cargos de dirigentes, 30,9% de trabalhadores em serviços e 17,0% de trabalhadores agrícolas. Na população masculina, as proporções são de 6,5%, 9,5% e 23,4% respectivamente.[85]

Na população feminina ocupada, o rendimento/hora era R$ 4,70, 18,97% inferior ao da população masculina ocupada, que era R$ 5,80.[86] No grupo com 12 anos ou mais de estudo as mulheres recebem 10,20 reais/hora e os homens 15,40 reais/hora. Na região metropolitana de Curitiba a diferença é ainda maior: R$ 11,40 para as mulheres e R$ 18,60 para os homens.[87]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 195,48, e dos 10% mais ricos era R$ 2.511,59. Nos dois casos, o rendimento médio mensal era inferior ao da população masculina. Na população masculina ocupada, o rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 279,10 e dos 10% mais ricos era R$ 4.516,77.[88]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm risco menor do que os brancos de serem vítimas de violência. De 2000 a 2002, para cada branco, 0,23 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrada uma oscilação desta taxa de 0,26 em 2000 para 0,23 em 2002.[89]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 6,19% para a população branca e 13,24% para a população negra. A escolaridade média era de 7,92 anos de estudo para a população branca e 6,30 anos para população negra.[90]

Trabalho

Em 2003, a renda domiciliar média era de R$ 400,69 para população branca e R$ 213,57 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 4,38 para população branca contra R$ 2,43 para população negra.[91]

Indígenas

O Paraná tem sua população indígena distribuída principalmente entre dois povos: o Guarani e o Kaigang. Há alguns indígenas do povo Xetá.[92]

Nome	População censo/estimativa	Ano
Guarani (RS/SC/PR/SP/RJ/MS)	34.000 (total)	2003
Xetá	8	1998
Kaingang (SP/PR/SC/RS)	25.000 (total)	2000

O Estado tem 32 terras indígenas, na seguinte situação jurídica:[93]

Situação	Nº de terras
Registradas	8
Homologadas	1
Declaradas	0
Identificadas	3
A Identificar	1
Reservadas /Dominiais	6
Sem Providências	13

Idosos

Em 2004, o Paraná tinha 979.269 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 9,6% da população do estado. Desta população, 30,2% tinham um rendimento médio mensal familiar per capita de um a dois salários mínimos e 31,1% de meio a um salário mínimo.[94]

Migrantes

Em 2004, o Paraná tinha uma população de 1.893.569 migrantes, o que correspondia a 18,64% da população do estado. É o estado com a maior proporção de população migrante na região sul.[95]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre dois homossexuais assassinados em 2002, dois em 2003, nove em 2004 e dois em 2005 no Paraná.[96]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados diminuiu de 11,1% em 1991 para 3,9% em 2004 (- 54,95%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 17,5% em 1991 para 19,4% em 2004.[97]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 7,9%, a mais alta da região sul. A média de anos de estudo era de 7,2 anos, a mais baixa da região sul.[98]

O rendimento/hora da população ocupada era de R$ 5,40, acima da média nacional de R$ 4,70 e regional de R$ 5,20.[99]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 195,48, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 2.511,59 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era de R$ 150,93, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 2.466,20.[100]

Objetivos do Milênio

	1995	2000	2004
Alfabetização Feminina (%)	83,8	89,1	90,8
Alfabetização Masculina (%)	87,9	91,9	93,4
Água Canalizada (%)	90,9	96,8	97,4
Esgotamento Sanitário (%)	47,9	51,6	67,1
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	82,7	68,5	42,6
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	29,7	19,6	20,7
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	26,5	30,9	-
Sem Rendimento (%) *	39,6	38,6	31
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	14,4	16,5	20
Telefone (%)	26,0	44,0	58,3
Computador (%)	-	11,7	21,1

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
4.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
5.Estado do Paraná, Secretaria da Segurança Pública (www.pr.gov.br/sesp).
6.Decreto Estadual 2.026, de 09 de maio de 2000.
7.Efetivo policial em 2003, dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003, do IBGE (www.ibge.gov.br).
8.Brasil, IBGE 2005.
9.Estado do Paraná, Secretaria da Justiça e da Cidadania (www.pr.gov.br/seju).
10.Estado do Paraná, Secretaria da Justiça e da Cidadania, Departamento Penitenciário do Paraná (www.pr.gov.br/depen).
11.União Brasileira de Mulheres (www.ubmulheres.org.br/paginas/noticias/ubm_parana.htm), acesso em 11/07/2006.
12.Ministério da Justiça 2004a.
13.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
14.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
15.Paraná, Governo do Estado, Secretaria da Justiça e da Cidadania (www.pr.gov.br/seju).
16.Brasil, Ministério da Justiça 2004b.
17.Brasil, IBGE 2005.
18.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
19.Mesquita e Loche 2005.
20.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
21.Ministério da Justiça 2004a. O estado não forneceu informações sobre novos processos e processos julgados na primeira instância da Justiça Comum.
22.Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/d.
23.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
24.Waiselfisz 2004.
25.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004.
26.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2005.

27.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ouvidoria Agrária 2005 e 2004.
28.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004 e 2005 e Ministério do Trabalho e Emprego, "Cadastro dos Empregadores Portaria 540 de 15/10/2004", lista atualizada em 19/01/200619/01/2006, disponível no web-site do Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br).
29.Estado do Paraná, Secretaria da Justiça e da Cidadania, Departamento Penitenciário do Paraná (www.pr.gov.br/depen).
30.Brasil, Depen 2006.
31.Estado do Paraná, Secretaria da Justiça e da Cidadania 2004. Foram entrevistados 124 presos de um total de 1.800 egressos de 12 unidades do sistema prisional, que representavam um total de 22% da população carcerária do período que era de 7.985 pessoas.
32.Lemgruber 2004.
33.*O Estado de S. Paulo*, "PR abandona parceria e retoma presídios", 19/08/2006.
34.Estado do Paraná, Secretaria da Justiça e da Cidadania, Departamento Penitenciário do Paraná (www.pr.gov.br/depen). A Secretaria da Segurança Pública, ao contrário, não disponibiliza informações sobre a população carcerária, nem sobre fugas e rebeliões ocorridas nas unidades sob sua administração.
35.Estado do Paraná, Secretaria da Justiça e da Cidadania, Departamento Penitenciário do Paraná (www.pr.gov.br/depen).
36.*Gazeta de Curitiba*, 29/07/04.
37.*Jornal de Londrina*, 05/06/04.
38.*Jornal de Londrina*, 18/09/03.
39.*Jornal de Londrina*, 30/05/03.
40.*Gazeta de Curitiba*, 17/08/04.
41.*Jornal de Londrina*, 21/11/02.
42.*Jornal de Londrina*, 03/04/02.
43.*Gazeta de Curitiba*, 27/07/04.
44.*Gazeta de Curitiba*, 04/05/04.
45.*Gazeta de Curitiba*, 27/12/03.
46.*Jornal de Londrina*, 30/09/02.
47.*Jornal de Londrina*, 14/06/03.
48.*Jornal de Londrina*, 03/07/03.
49.*Jornal de Londrina*, 01/08/03.
50.*Gazeta de Curitiba*, 21/06/04.
51.*Gazeta de Curitiba*, 29/04/04.
52.Estado do Paraná, Secretaria da Justiça e da Cidadania, Departamento Penitenciário do Paraná (www.pr.gov.br/depen), acessado dia 31/10/2005.
53.Associação Nacional de Jornais – ANJ 2004. Folha Online (http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u55641.shtml), 20/11/2003.
54.Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP 2002.
55.*Gazeta do Povo*, "Coordenador de campanha é morto", 05/10/2004; *O Estado do Paraná*, "Preso suspeito de matar coordenador de campanha", 05/10/2004.
56.*Folha de S. Paulo*, "Vereador é morto a tiros no Paraná", 19/10/2002; Diário do Noroeste OnLine, "Vereadores acusados de matar colega são presos", 19/02/2004; *O Paraná*, "Justiça liberta vereadores de Lindoeste", 20/04/2004.
57.*Folha de S. Paulo*, "Dirigente petista é assassinado", 06/07/2002; *Correio Brasiliense*, "Petista assassinado no Paraná", 06/07/2002; *Correio Brasiliense*, "Crime político", 09/07/2002; Diário do Noroeste OnLine, "Assassinato em Imbituva pode ter sido crime político", 10/07/2002.
58.*A Notícia*, "Fugitivo mata vereador e depois é preso", 27/03/2002; *A Notícia,* "Acusado de mandar matar vereador depõe no Fórum", 03/07/2004; Paraná OnLine, "Júri de político entra no 2.º dia", 14/10/2005; Paraná OnLine, "Dupla absolvida pelo homicídio de vereador", 15/10/2005; Jornal Hoje, "Morte de vereador. Absolvidos dois acusados de envolvimento em homicídio", 16/10/2005.
59.Gazeta do Povo OnLine, "Ex-prefeito de Itaperuçu sobrevive à tentativa de assassinato", 28/09/2005; Paraná OnLine, "Atentado contra ex-prefeito teria cunho político", 30/09/2005.
60.*Diário do Noroeste*, "Presidente da Câmara de Foz do Iguaçu é baleado", 25/02/2003; *Gazeta do Povo*, "Atentado segue sem solução", 04/03/2003.
61.Câmara Municipal de Apucarana (http://www.cma.pr.gov.br/mostrar.php?noticia_id=234), acesso em 03/12/2005.
62.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12/01/2006.
63.Brasil, IBGE 2004. Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
64.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
65.Brasil, Congresso Nacional 2004.
66.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
67.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
68.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no web-site da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
69.Brasil, IBGE 2004.
70.Brasil, IBGE 2004.
71.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
72.Mesquita Neto, Paulo de e Affonso, Beatriz 2002.

73.Waiselfisz 2004.
74.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
75.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm.htm).
76.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
77.*Jornal Hoje* (www.jhoje.com.br/09072006/local.php), acesso em 11/07/2006.
78.*Jornal Hoje* (www.jhoje.com.br/09072006/local.php), acesso em 11/07/2006
79.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
80.Prefeitura de Londrina, Centro de Atendimento a Mulher – CAM (http://ns.londrina.pr.gov.br/mulher/cam.php3), acesso em 11/07/2006.
81.Prefeitura de Apucarana (www.apucarana.pr.gov.br/social.cti), acesso em 11/07/2006.
82.Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação – Cepia 2005.
83.Brasil, IBGE 2004.
84.Brasil, IBGE 2004.
85.Brasil, IBGE 2004.
86.Brasil, IBGE 2004.
87.Brasil, IBGE 2004.
88.Brasil, IBGE 2004.
89.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
90.Pnud 2004.
91.Pnud 2004.
92.Conselho Indigenista Missionário – Cimi – Cimi (www.cimi.org.br). Dados de 17 de dezembro de 2004.
93.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br). Dados de 17 de dezembro de 2004.
94.Brasil, IBGE 2006.
95.Brasil, IBGE 2006.
96.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2005 e 2006.
97.Brasil, IBGE 2006.
98.Brasil, IBGE 2006.
99.Brasil, IBGE 2006.
100.Brasil, IBGE 2006.

2.2 Rio Grande do Sul

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

O Rio Grande do Sul tem uma área de 281.748,538 km2 e população de 10.845.087 habitantes (38,49 hab/km2), divididos em 467 municípios.[1] Porto Alegre, capital do estado, tem uma população de 1.428.696 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Rio Grande do Sul passou de 0,753 em 1991 para 0,814 no ano 2000 (+ 8,10%).[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0.531, abaixo da média nacional de 0.559 e acima da média regional de 0.530.[4]

Estrutura Institucional

O Rio Grande do Sul tem uma Secretaria da Justiça e da Segurança, à qual estão vinculadas a Brigada Militar, Polícia Civil, Instituto Geral de Perícias, Superintendência dos Serviços Penitenciários e Departamento Estadual de Trânsito.[5]

Em 1999, o governo do estado criou a Ouvidoria da Justiça e da Segurança (decreto 39.668, 17 de agosto de 1999), que recebe reclamações e sugestões da sociedade em relação aos serviços prestados pelos órgãos da Secretaria. A Ouvidoria é vinculada ao Gabinete do Governador, que nomeia o Ouvidor, após indicação pelo Secretário da Justiça e da Segurança.[6]

O efetivo policial era 29.572 em 2003, sendo 5.220 policiais civis, 912 peritos, 20.670 policiais militares e 2.780 bombeiros militares, o que representa 1 policial para cada 355 habitantes.[7] Sessenta e cinco municípios tinham guarda municipal em 2004, com um efetivo total de 2.754 guardas.[8]

O Rio Grande do Sul possui 467 municípios, dos quais 160 são sede de comarca.[9] Em 2004, atuavam no estado 691 juízes, sendo 533 na primeira instância, 124 na segunda instância e 34 nos juizados especiais, o que corresponde a uma taxa de 6,44 juízes por 100.000 habitantes.[10] Havia ainda 116 juízes na primeira instância da justiça federal, em 2003.[11]

A Defensoria Pública foi criada em 1994, e conta com 257 defensores.[12] O estado tem 139 juizados especiais criminais e 213 juizados especiais cíveis.[13] Tem dois programas de administração alternativa de conflitos.[14]

Políticas de Direitos Humanos

De 2002 a 2004, o Rio Grande do Sul assinou 22 convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 6.944.785,65. Destes convênios, três foram referentes à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, seis à promoção dos direitos da criança e do adolescente, seis à promoção dos direitos humanos (balcão de direitos, direitos de minorias, formação de lideranças e educação para direitos humanos), dois à proteção e atendimento a vítimas e testemunhas, quatro a pessoas portadoras de deficiência e um paz nas escolas.[15]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Rio Grande do Sul foi de 7,16%. A despesa média da justiça estadual por habitante foi de R$ 102,68. A participação da assistência judiciária gratuita no total das despesas justiça estadual foi 3,53% e no total das despesas públicas foi de 0,24%, o que representa um investimento médio de R$ 3,44 por habitante. O número de pessoas atendidas na justiça estadual foi de 847.420. A taxa de congestionamento da justiça estadual foi de 78,83% na primeira instância, 18,78% na segunda instância e 31,60% nos juizados especiais.[16]

Na primeira instância da justiça federal, deram entrada 218.664 processos e 162.398 foram efetivamente julgados em 2003, o que representa 74% de processos julgados em relação a novos processos.[17]

Boas Práticas

No Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, o primeiro sistema de informática para acompanhamento do andamento processual e da execução orçamentária foi elaborado pela equipe do próprio TJ-RS ainda nos anos 70. O sistema atualmente cobre a totalidade das 161 comarcas do estado (abrangendo os 467 municípios), que operam em rede, integrando a primeira e a segunda instância. O sistema oferece interface com os sistemas de informática do Ministério Público do Rio Grande do Sul e com a Secretaria Estadual de Segurança Pública. O objetivo principal do sistema de informática do TJ-RS é o de permitir o acompanhamento individual do andamento processual de cada pedido apresentado ao tribunal. Por essa razão, o sistema foi concebido para gerar dados individuais sobre cada processo em andamento. No momento em que há o ingresso de um pedido perante o Poder Judiciá-

rio, esse pedido recebe um número de ordem e é cadastrado no sistema de acordo com a matéria, classe e natureza do processo que ele gera. Da mesma forma, o processo é cadastrado pelo nome das partes e de seus advogados, para possibilitar que estes consultem o sistema e saibam em que fase processual se encontra o seu pedido. Desse modo, o sistema é útil para que o juiz, as partes e seus advogados saibam se um determinado processo já foi julgado ou não, se os atos processuais foram praticados, se a sentença já foi prolatada, se houve ou não houve recurso.[18]

Processos no TJ-RS

Ano	Número de processos distribuídos	Julgados	Tramitando	Média de processos distribuídos por vara	Média de processos distribuídos por vara
1998	627.615	547.503	552.264	1.379	1.214
2001	744.348	617.116	933.088	1.584	1.985
2003	1.088.087	741.608	1.702.382	2.253	3.525

Fonte: Diretoria de Informática do TJ-RS

Como forma de expandir o acesso ao Judiciário, a Corregedoria-Geral da Justiça do Estado lançou em 1999 o projeto Judiciário Cidadão, com o objetivo é instalar 267 conselhos de conciliação nos 167 municípios do estado que não são sede de comarca e são desprovidos de conselhos de conciliação, levando à totalidade dos municípios a atuação do Poder Judiciário. Na época de lançamento do programa, o estado contava com 40 conselhos de conciliação. Em 2005, este número chegou a 98, através de parcerias com a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.[19]

Direito à Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Violência Policial, Tortura, Execuções

O delegado de polícia Juarez Francisco Mendonça e os agentes Sérgio Pedrosa Martirena e Valdecir Versa foram condenados pelo crime de tortura, praticado contra três presos na delegacia de Irai, em 4 de junho de 1998. Os três

presos seriam suspeitos de roubo e receptação de veículos e a tortura teria como objetivo obter confissões e informações sobre uma quadrilha de desmanche de carros. Teriam sido detidos ilegalmente, sem mandado judicial ou em flagrante, e impedidos de contatar advogados. A denúncia foi produzida por comissão especial de promotores nomeada pelo procurador-geral de Justiça.[20]

Condenados em 1ª e 2ª instância, em 2003 e 2004 respectivamente, o delegado e os inspetores tiveram a pena reduzida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. A pena aplicada ao delegado Juarez Francisco Mendonça foi reduzida de 16 anos para 5 anos, 7 meses e 6 dias. Para os inspetores Sérgio Pedrosa Martirena e Valdecir Versa, de 10 anos e 8 meses para 4 anos, 2 meses e 12 dias de reclusão. Foi aplicada a Lei Federal 9.455/97, que define os crimes de tortura. A conseqüência das condenações foi a perda dos cargos públicos, segundo o art. 1º, II, § 5º da lei.

Em 2006, Mendonça entrou com pedido de Hábeas Corpus no Supremo Tribunal Federal, pedindo a nulidade do processo, a partir do recebimento da denúncia, ou a suspensão da Ação Penal, até que o Supremo decida se o Ministério Público pode ou não conduzir investigação criminal. O mesmo pedido foi negado pelo Superior Tribunal de Justiça. No pedido, o delegado questiona a legalidade da investigação feita pelo Ministério Público: "A produção de qualquer prova fora da instrução processual criminal regular importa na inobservância do devido processo legal, da garantia ao exercício da ampla defesa e do contraditório".[21]

A Ouvidoria de Polícia do Rio Grande do Sul recebeu reclamações e abriu 150 procedimentos entre março e dezembro de 2003, sendo: 71 contra policiais militares; 46 contra policiais civis; oito contra funcionários da Superintendência dos Serviços Penitenciários; seis contra funcionários do Detran; e quatro contra funcionários do Instituto Geral de Perícias. Dos 150 procedimentos, 50 foram respondidos pelas autoridades competentes, enquanto 100 ficaram sem resposta. A polícia militar respondeu 14 dos 71 procedimentos. A polícia civil 21 de 46 procedimentos. A Superintendência dos Serviços Penitenciários 2 de 8 procedimentos.[22]

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 23 denúncias de tortura praticada por agentes públicos no Rio Grande do Sul, sendo três na capital, 18 no interior e duas sem identificação de local. Das 23 denúncias, duas foram arquivadas devido a dados insuficientes. Seis foram enviadas ao Ministério Público, que arquivou uma e não prestou informação sobre as demais. Duas foram encaminhadas à corregedoria da polícia civil e duas à corregedoria da polícia militar, que não prestaram informações sobre as denúncias. Duas denúncias foram enviadas

à corregedoria da Superintendência do Sistema de execução penal, que arquivou uma e não prestou informações sobre a outra denúncia. Nove foram enviadas à Ouvidoria de Justiça e da Segurança, das quais duas foram arquivadas, seis estavam sob investigação e não havia informação sobre uma denúncia.[23]

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, 110 casos de violência policial no Rio Grande do Sul, com 62 vítimas fatais e 280 feridas, 22 casos de execução sumária, com 46 vítimas fatais e cinco feridas, 12 casos de linchamento com quatro vítimas fatais e três feridas.[24]

Violência Urbana

Em 2002, o Rio Grande do Sul registrou 1.906 mortes por homicídio (18,3/100 mil hab.), das quais 560 em Porto Alegre (40,05/100 mil hab.), a capital com a mais alta taxa de homicídios na região sul. Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 35,6/100 mil no estado e 88,5/100 mil na capital.[25]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 18 conflitos de terra no Rio Grande do Sul, envolvendo 22.350 pessoas, sem mortes.[26] Em 2004, de janeiro a agosto, foram 28 conflitos, envolvendo 22.810 pessoas, sem mortes. Em 2005, no mesmo período, foram 43 conflitos, envolvendo 55.830, também sem mortes.[27]

A Ouvidoria Agrária registrou seis ocupações de terra no estado em 2004, sem mortes. Registrou um aumento para 10 ocupações de terra de janeiro a novembro de 2005, e duas mortes não diretamente relacionadas às ocupações.[28]

Trabalho Escravo/Forçado

A Comissão Pastoral da Terra registrou uma denúncia de trabalho escravo no estado em 2005, tendo sido libertados 35 trabalhadores.[29]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

No Rio Grande do Sul, a população prisional em dezembro de 2005 era de 22.621 pessoas, todos sob custódia da Secretaria da Justiça e da Segurança/ Superintendência dos Serviços Penitenciários. O número total de vagas disponíveis no sistema era de 16.037.[30]

Em regime fechado, encontravam-se 9.883 presos, sendo 9.463 homens e 420 mulheres; em regime semi-aberto, 4.118 presos, dos quais 4.030 homens e 118 mulheres; em regime aberto, 1.657 presos, sendo 1.558 homens e 69 mulheres; em medida de segurança, 469 presos, sendo 443 homens e 26 mulheres. Em regime de prisão provisória, havia 6.464 pessoas presas, sendo 6.153 homens e 311 mulheres.[31]

Mortes, rebeliões e fugas

Em 2002, conforme dados obtidos junto à administração do sistema penitenciário, ocorreram 51 mortes de detentos, assim discriminadas: 43 (84,3%) cometidas pelos próprios presos, 2 (3,9%) cometidas por funcionários do sistema penitenciário e 6 (11,8%) atribuídas a suicídios.[32]

Segundo notícias veiculadas pela imprensa, ocorreram fugas na Penitenciária Industrial de Caxias do Sul e no Presídio Regional de Lajeado. Na Penitenciária Industrial de Caxias do Sul, no ano de 2003, doze detentos conseguiram fugir da prisão através de um buraco feito no muro do pavilhão do regime semi-aberto. A penitenciária, com capacidade para 298 presos, abrigava 691 detentos; média de 14 detentos por cela, onde deveriam estar alojados apenas quatro.[33]

Na mesma penitenciária, em 2002, sete detentos fugiram pulando o telhado da Penitenciária e correndo até o estabelecimento do regime semi-aberto, localizado ao lado da BR 116. Um dos fugitivos se feriu ao tentar pular o referido muro.[34] No mesmo ano, uma rebelião foi deflagrada por 190 dos 651 detentos, em protesto contra a transferência de 15 homens para outros presídios, prática de maus tratos na cadeia e demora nos processos que tramitam na Justiça. Houve intervenção da Brigada Militar, com disparos de balas de borracha e bombas de efeito moral. Sete detentos e um policial militar ficaram feridos. Foi a terceira rebelião no presídio em 2002. A primeira havia acontecido em abril e a segunda em setembro.[35]

Já no Presídio Regional de Lajeado, sete detentos fugiram quando se encontravam em uma sessão em grupo dos Alcoólicos Anônimos em 2002. Os presos aproveitaram a ocasião da reunião para render três agentes peni-

tenciários – para isso se utilizaram de uma pistola e facas – e fugir. O presídio possui capacidade para 66 presos, porém abrigava 115, quase o dobro de sua lotação.[36]

Além da rebelião na Penitenciária Industrial de Caxias do Sul, houve rebeliões nas unidades prisionais do 19º DP de Porto Alegre, Penitenciária Estadual do Jacuí e Penitenciária Júlio de Castilhos. No 19º Distrito Policial de Porto Alegre, um detento morreu por motivo de queimaduras graves promovidas por um incêndio ocorrido na cela onde estava detido. A responsabilidade pelo incêndio não foi apurada pelas autoridades competentes, ficando a morte do preso sem uma maior resolução.[37]

Na Penitenciária Estadual do Jacuí, três pessoas morreram e treze ficaram feridas durante briga entre grupos rivais pelo controle da prisão. A rebelião ocorreu uma semana após uma greve de fome promovida pelos detentos para reivindicar melhores condições de habitabilidade e alimentação.[38]

Na Penitenciária Júlio de Castilhos, seis presos morreram em um incêndio cuja causa foi atribuída a uma briga entre facções criminosas rivais. A rebelião teria se iniciado porque os detentos teriam sido impedidos de saírem de suas celas para realizar trabalhos externos. O presídio com 58 vagas abrigava 90 detentos.[39]

Em 2004, o Presídio Regional do Município foi interditado por ordem judicial, por tempo indeterminado devido à superlotação carcerária e insalubridade do estabelecimento. Segundo a justificativa da ordem judicial, os detentos dormiam amontoados em celas em condições precárias, utilizando espumas como colchões. Não havia material de limpeza e higiene suficientes. As instalações sanitárias e a rede de saneamento básico estavam em condições precárias e absolutamente insatisfatórias, considerando o número de usuários. Havia vários presos com o HIV e casos de tuberculose, mas todos os presos eram obrigados a utilizar uma única instalação sanitária. Não existem vasos sanitários nas celas, mas as chamadas bacias turcas, isto é, buracos no chão, que, se não forem tapados com sacos de areia, como usualmente é feito pelos presos, ficam abertos. O atendimento médico e farmacêutico é precário e, conforme informações do médico, por ocasião do exame de casos de tuberculose, o local é insalubre, fator propício à proliferação de doenças.[40]

Liberdade de Expressão e de Assembléia

Jornalistas – agressões

Em 15 de março de 2005, uma equipe de reportagem da emissora de televisão RBS, foi agredida por agricultores que faziam manifestação contra o governo e bloqueavam a rodovia BR 386. Everton Machado, cinegrafista, teve sua câmara apreendida. Leonel Lacerda, repórter, teve as roupas rasgadas. O veículo da emissora foi incendiado.[41]

Jornalistas – processos e ameaças

Em 14 de março de 2006, três jornalistas do Correio do Povo foram intimados a comparecer a Delegacia Regional de Cumaquã e pressionados a indicar as fontes de informações na reportagem sobre a invasão da unidade da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro.[42]

Em 13 de junho de 2002, o diretor de redação do jornal *Zero Hora*, Marcelo Rech, redator-chefe, e o comentarista da Rádio Gaúcha, José Barrionuevo, foram condenados a cinco meses e 10 dias de prisão, pena que foi substituída pelo pagamento de cinco salários mínimos a uma entidade pública ou privada com objetivos sociais. A decisão judicial, condenando os jornalistas por críticas ao governador Olívio Dutra, foi proferida pela juíza da 9ª Jurisdição Penal de Porto Alegre, Isabel de Borba Lucas. Rech foi condenado por causa de editorial publicado em 25 de abril de 2000 no *Zero Hora*, intitulado "O Direito de Depredar", que criticava o governador Olívio Dutra por ter declarado que respeitava as manifestações como a que destruiu o relógio comemorativo dos 500 anos do descobrimento do Brasil. Barrionuevo foi condenado por seu comentário em emissora de rádio, que também criticou a posição do governador em relação aos distúrbios. Em 3 de dezembro de 2002, a 6ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do estado arquivou o processo, a pedido do Ministério Público, que alegou prescrição do crime e inexistência de intenção de ofender o governador.[43]

Imprensa – censura

Em 4 de agosto de 2004, a rádio comunitária Restinga, em Porto Alegre, foi fechada por 12 policiais e oficiais da Anatel. Os oficiais apresentaram uma ordem judicial, entraram na emissora sem esperar pela presença de seus dirigentes e advogados, desconectaram o transmissor e o telefone, e confiscaram todo o equipamento. A presidente da Restinga, Maris Godhino, afir-

mou que não foi notificada da ordem judicial e só soube do incidente por membros da equipe depois do início da ação. Em sua chegada à rádio, um policial barrou sua entrada e ela só conseguiu receber uma cópia da ordem. "Ficamos chocados pela presença de tantos policiais", disse. Esta foi a segunda vez que a emissora, que aguarda a licença de funcionamento do governo, foi fechada.[44]

A edição do jornal quinzenal *Tribuna Popular*, de São Lourenço do Sul, foi apreendida em 19 de dezembro de 2003, em decorrência de medida liminar concedida pela juíza Ana Paula Braga Alencastro, titular da Comarca de Tapes e substituta da Comarca de São Lourenço do Sul, em ação movida pelo prefeito de São Lourenço do Sul, Dari Pagel (PPB). A edição apreendida trazia reportagem de denúncia de improbidade administrativa contra o prefeito feita pelo Ministério Público. Nos termos da liminar concedida, a juíza definiu que "a liberdade de imprensa é respeitada e assegurada, mas não é absoluta".[45]

Liberdade de Participação Política

Neves Kenes Farias, vereador do PT, no município de Benjamin Constant do Sul, foi encontrado morto, no dia 5 de julho de 2004, na margem de um rio no município de Nonoai, no Rio Grande do Sul, próximo à terra indígena Votouro. Além de vereador, Farias era um líder da comunidade Kaingangue de Votouro, sendo considerado pelo povo uma pessoa simples e comprometida em defender os direitos indígenas. Suspeita-se que, por se tratar de área de conflito numa região de forte preconceito racial, Neves tenha sido assassinado em razão de conflitos políticos relacionados à luta pela terra. Parte da terra indígena Votouro foi demarcada em 1994. Nos últimos anos a comunidade vem reivindicando a revisão de limites, gerando uma série de situações conflituosas. Neves foi o quarto Kaingang assassinado no Rio Grande desde 2003.[46]

Crianças e Adolescentes

No Rio Grande do Sul, há 391 conselhos tutelares, 430 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 40 delegacias especializadas em crianças e adolescentes, 159 promotorias da infância e da juventude, uma vara da infância e da juventude e três centros de defesa dos diretos das crianças e adolescentes.[47]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 6,3% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 7,5% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[48]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 1.362 denúncias do Rio Grande do Sul, o que representa 14,4 por 100 mil habitantes – quase três vezes a taxa de Santa Catarina e Paraná.[49]

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito[50]

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada em 2003, com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, relatou denúncias de abuso e exploração sexual de crianças nas rodovias BR 471 (Chuí e Santa Vitória do Palmar), BR 472 (Uruguaiana e Barra do Quarai) e BR 116 (Pelotas e Jaguarão).

A polícia civil descobriu, no início de 2003, uma rede de exploração sexual em Porto Alegre, organizada por um grupo de taxistas e um funcionário público da cidade. A investigação apurou que as vítimas eram conduzidas a *drive-ins* ou levadas a festas na casa do funcionário público, onde eram exploradas sexualmente. As denúncias indicaram também que os acusados, além de fazerem programas com as vítimas, também as encaminhavam a "clientes". Nestes casos, os programas eram realizados em motéis ou hotéis, *drive-ins* ou na casa dos clientes. Segundo denúncias feitas ao Ministério Público, os taxistas envolvidos na rede provavelmente recebiam dinheiro para acertar esses encontros.

Os taxistas envolvidos no "esquema", foram indiciados e reponderam a processo criminal. Destes, apenas um havia foi condenado, mas pelo crime de tráfico de drogas, sendo absolvido das demais acusações por falta de provas. O processo encontra-se em fase de recurso. Os demais acusados também foram absolvidos por faltas de provas. A CPMI ouviu denúncias de que as vítimas e seus familiares foram ameaçados pelos acusados e, com medo, alteraram seus depoimentos na fase judicial. A mudança dos depoimentos fragilizou a denúncia de exploração sexual feita pelo Ministério Público. O funcionário público também respondia pelo envolvimento com esta rede de exploração de menores e, à época da CPMI, o processo se encontrava em fase de instrução.

Em Soledade, uma adolescente de 17 anos relatou ter sido violentada sexualmente, quando tinha 13 anos, por um empresário da cidade. Segundo o depoimento, o encontro com este empressário se deu por intermédio da irmã mais velha da adolescente e, por três anos, ela continuou sendo explorada pelo acusado, que pagava à irmã dela pelos "programas". A adolescente contou ainda que, além de ser obrigada a manter relações sexuais com o empresário, ela era constantemente oferecida a seus amigos e clientes estrangeiros de sua empresa. Para mantê-la presa a este ciclo, eram feitas constantes ameaças à vida da mãe e das irmãs da adolescente.

Além desta adolescente, o empresário manteve relações sexuais com outras adolescentes. Segundo relatos ouvidos pela CPMI, o acusado perseguia as adolescentes na saída do colégio e tentava convencê-las a conceder-lhe "favores sexuais" em troca de compensações econômicas. Além disso, o empresário mantia apartamentos no centro da cidade de Soledade, onde seus clientes estrangeiros podiam ter encontros sexuais com adolescentes, ou realizava, em suas chácaras, "festas" com a presença de muitas adolescentes. Nessas festas, os homens que quisessem, pagavam às adolescentes por "programas".

Sobre o caso, foi instaurado inquérito policial na delegacia de polícia de Soledade em 2003. Nas investigações, além do empresário, outras pessoas influentes da comunidade estavam envolvidas nessa rede de prostituição. Contudo, havia indícios de que o acusados estavam agindo, ameando ou oferecendo compensações econômicas às vítimas, para que elas mudassem seus depoimentos.

Em Uruguaiana, em 8 de outubro de 1997, um taxista foi flagrado conduzindo três adolescentes entre 14 e 15 anos para a Argentina. Segundo as denúncias, esse taxista promovia a saída de adolescentes de Uruguaiana para fins de prostituição em boates na Argentina. Além do taxista, uma mulher também foi apontada como envolvida neste esquema de prostituição de adolescentes brasileiras na Argentina. Segundo o relatório da CPMI, o taxista responde a processo criminal. A mulher, por estar foragida, não chegou a ser indiciada.

Trabalho Infanto-Juvenil

No Rio Grande do Sul, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 21,6% da população total desta idade em 1995 para 7,4% em 2000, mas subiu para 13,4% em 2004.[51]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 2.928 crianças em 37 municípios do estado no início de 2005.[52]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, o Rio Grande do Sul tinha 1.018 adolescentes no sistema sócio-educativo, em meio fechado.[53]

Mulheres

A população do Rio Grande do Sul é composta por 51,18% de mulheres (5.500.499) e 48,82% de homens (5.247.525). A esperança de vida ao nascer é de 78,1 anos para as mulheres e 70,6 anos para os homens, superiores às taxas médias nacionais, que são de 75,5 anos para as mulheres e 67,9 anos para os homens, ficando abaixo apenas do Distrito Federal.[54]

O Rio Grande do Sul tem 28 delegacias da mulher.[55] Em 2003, em todo o estado, foram registradas 1.329 ocorrências de estupro (24,80/100 mil mulheres). As taxas de registro de ocorrências na capital no período de 2001-2003 apresentaram evolução negativa, passando de 36,0/100 mil mulheres em 2001 (371 ocorrências) para 28,82/100 mil mulheres em 2003 (214 ocorrências naquele ano).[56] Comparada à situação das capitais dos outros estados da região sul, Porto Alegre apresenta as taxas mais altas de ocorrências de estupro.[57]

Em 2002, segundo dados do Mapa da Violência IV, 197 mulheres foram assassinadas (3,7/100 mil habitantes), sendo 56 na faixa etária de 15 a 24 anos (6,1/100 mil habitantes).[58] Estes números representam um crescimento da morte violenta de mulheres em relação a 2000 quando foram registrados três homicídios de mulheres por 100 mil.[59]

Atualmente o estado conta com 38 Postos Policiais para a Mulher e sete Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, duas situadas na Região Metropolitana em Porto Alegre e Canoas.[60] Além do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher existem 22 Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher. O estado possui 4 casas abrigo e serviços de atendimento a vítimas de violência sexual. A capital concentra 4 hospitais de referência para este serviço.[61]

O Rio Grande do Sul foi pioneiro na implantação de casas abrigo para atendimento de mulheres vítimas de violência. A Casa de Apoio Viva Maria, sediada em Porto Alegre, recebe mulheres vítimas de violência doméstica e sexual. Inaugurada em 1992 a CAVV está vinculada ao programa municipal de albergues para mulheres vítimas de violência e seus filhos (Lei Municipal 6919 de 1991) e está sob a gerência da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). No local as mulheres encontram atendimento jurídico, psicológico e social executado por uma equipe multidisciplinar que atua de forma interdiscipli-

nar. Entre os profissionais que atuam na Casa estão enfermeira, psicólogas, terapeutas ocupacionais, assistente social e nutricionista.[62] Em março de 2006 a Prefeitura firmou um convênio com o Consulado Japonês que investiu US$ 16 mil para a compra de equipamentos (máquinas de costura, equipamentos de cozinha, computadores e utensílios domésticos), materiais de infra-estrutura e capacitação profissional.[63]

Entre 2005/2006 nove municípios e o governo do estado formalizaram a adesão ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres.[64] Através de convênios com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o governo do estado, governos municipais e entidades da sociedade civil receberam repasses de verba para a implantação de serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, campanhas e eventos para o combate da violência de gênero no estado. Em 2003, foram repassados R$ 726.639,70 (19,14% dos repasses efetuados pela SPM naquele ano). Em 2004 foram R$ 271.971,30 (2,66% do valor total dos repasses). Em 2005 foram repassados R$ 656.044,86 (5,63% do valor total dos repasses). Parte destas verbas foi utilizada para a implantação de três Centros de Referência para Mulheres Vítimas de Violência (Caxias do Sul, Cachoeirinha, Santana do Livramento) e outra parte para cursos de capacitação de profissionais que atendem esta população.[65]

Em 2005 o estado participou do Projeto de Capacitação para policiais das DEAMs. Diferente dos outros estados, a ONG Themis desenvolveu o projeto junto ao efetivo da Brigada Militar, buscando promover um atendimento mais respeitoso às mulheres vítimas de violência. O curso foi também utilizado como espaço para integrar a Brigada Militar à rede de serviços de atendimento a mulheres em situação de violência, favorecendo também um trabalho de prevenção desta forma de violência. O curso foi oferecido em três cidades (Porto Alegre, Canoas e Santa Maria) para um total de 402 policiais: 60 mulheres e 342 homens.[66]

Educação

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era 5,7% para as mulheres e 5,3% para os homens. A média de anos de estudo, entretanto, era superior para as mulheres (7,4 anos) em relação aos homens (7,2 anos).[67] Neste estado as mulheres representam 56,6% da população com 12 anos ou mais de estudos e 60,9% daqueles que freqüentam o ensino superior, sendo as maiores representações entre os estados da região sul.[68]

Trabalho

As mulheres representam 44,8% da população economicamente ativa do estado. Entre a população feminina ocupada, há 4,4% mulheres em cargos de dirigentes, 24% de trabalhadores em serviços e 23,6% de trabalhadores agrícolas, a maior porcentagem na região, e 7 pontos percentuais acima da média nacional.[69]

Em 2004, na população feminina ocupada, o rendimento/hora era R$ 4,40, 22,81% inferior ao da população masculina ocupada, que era R$ 5,70.[70] No grupo com 12 anos ou mais de estudos a diferença é bem mais elevada: R$ 9,40/hora para as mulheres e R$ 16,50/hora para os homens, diferença que se mantém na Região Metropolitana: R$ 10,70/hora para as mulheres e R$ 17,40/hora para os homens.[71]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 217,85, e dos 10% mais ricos era R$ 2.501,21. Nos dois casos, o rendimento médio mensal era inferior ao da população masculina. Na população masculina ocupada, o rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 294,51 e dos 10% mais ricos era R$ 3.959,01.[72]

Na Região Metropolitana de Porto Alegre, em 2005, o rendimento médio da população ocupada era de 4,0 salários mínimos para os homens e 3,1 salários mínimos para as mulheres. A proporção da população ocupada com rendimento inferior a um salário mínimo era de 15,9% para os homens e 36,6% para as mulheres.[73]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm risco menor do que os brancos de serem vítimas de violência. De 2000 a 2002, para cada branco, 0,21 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrada uma oscilação desta taxa de 0,20 em 2000 para 0,21 em 2002.[74]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 4,95% para a população branca e 11,19% para a população negra. A escolaridade média era de 7,56 anos de estudo para a população branca e 6,37 anos para população negra.[75]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 423,62 para população branca e R$ 216,14 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 4,65 para população branca contra R$ 2,56 para população negra.[76]

Indígenas

O Rio Grande do Sul tem uma população indígena distribuída entre dois povos: os Guaranis e os Kaingangs. O estado tem 57 terras indígenas, que se encontram nas seguintes situações jurídicas:[77]

Situação	Nº. de terras
Registradas	15
Homologadas	1
Declaradas	2
Identificadas	3
A Identificar	4
Reservadas /Dominiais	0
Sem Providências	32

Kaingang

Os indígenas Kaingang lutam há anos pelo reconhecimento de suas terras. As terras em que vivem são pequenas e não atendem às necessidades de todos. Há 90 famílias vivendo em cerca de mil hectares. Os Kaingangs reivindicam a criação de um grupo de trabalho para revisar os limites da área que ocupam. Em fevereiro de 2002, levantamento da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Monte Caseiros e em outras áreas do estado, já havia constatado a necessidade de revisar os limites destas áreas, no entanto nenhuma providência foi tomada. Sem nenhum apoio, os indígenas vêm desde 2004 realizando retomadas sistemáticas de suas terras na região norte do estado. Até agora, pelo menos cinco áreas foram ocupadas, e mais de 200 famílias, acampadas à beira de rodovias, estão expostas ao perigo de atropelamentos, como ocorreu no acampamento de Pontão, próximo a Passo Fundo, onde um indígena morreu atropelado no ano de 2005. Nos acampamentos. os

indígenas se protegem do frio da região apenas com lonas de plástico, há falta de agasalhos e alimentos.[78]

Na madrugada do dia 18 de julho de 2005 os índios Kaingang da terra indígena Monte Caseiros retomaram parte de sua terra tradicional, a princípio estavam acampados nas margens da BR 285, próximo ao município de Caseiros. O novo acampamento tem aproximadamente 50 famílias.

Cerca de 20 famílias formadas por indígenas de várias aldeias do estado reocuparam o Morro do Osso, na cidade de Porto Alegre no dia 9 de abril de 2004. Desde então, reivindicam junto à Funai um estudo da área, que estava sendo utilizada pela Prefeitura de Porto Alegre como atrativo turístico. Depois de visitar os indígenas em fevereiro de 2005, a Funai informou que enviaria um relatório informando as conclusões da visita, mas, segundo o Cimi de Porto Alegre, nada foi encaminhado. Os Kaingangs que vivem no Morro do Osso foram alvo de ameaças e xingamentos, quando o Secretário Municipal do Meio Ambiente, Beto Moeesch, tentou expulsá-los da área sem ordem judicial. Alguns dos barracos em que os indígenas vivem estão dentro do parque, mas a maioria dos barracos se encontram fora dos limites do parque.[79]

Idosos

Em 2004, o Rio Grande do Sul tinha 1.285.882 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 12,0% da população do estado. Desta população, 27,4% tinham um rendimento médio mensal familiar per capita de um a dois salários mínimos e 18,2% de dois a três salários mínimos.[80]

Portadores de Deficiência

De acordo com o *Relatório sobre a prevalência de deficiências, incapacidades e desvantagens* (2004), realizado em 21 cidades brasileiras, 4,3% da população de Canoas registra algum tipo de incapacidade.[81]

Migrantes

Em 2004, o Rio Grande do Sul tinha uma população de 441.387 migrantes, o que correspondia a 4,1% da população do estado. É o estado com a menor proporção de população migrante na região sul e no país.[82]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre um homossexual assassinado em 2003, um em 2004 e dois em 2005 no Rio Grande do Sul.[83]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados diminuiu de 6,1% em 1991 para 3,0% em 2004 (- 50,82%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 14,6% em 1991 para 17,4% em 2004.[84]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 5,5%, abaixo da média regional de 6,3%. A média de anos de estudo era de 7,3 anos, igual a média regional.[85]

O rendimento/hora da população ocupada era de R$ 5,20, acima da média nacional de R$ 4,70, e igual à média regional.[86]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 259,91, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 3.427,79 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 168,46, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 2.550,49.[87]

Boas Práticas

O Fundo de Apoio à Produção Artística e Cultural de Porto Alegre, implantado em 2004, foi premiado pelo Programa de Gestão Pública e Cidadania, da Fundação Getúlio Vargas em 2005. É um fundo municipal com a finalidade de financiar 80% de projetos artísticos e culturais, selecionados através de um concurso público aberto a pessoas, empresas ou organizações não governamentais de finalidade cultural. O fundo visa criar uma alternativa às leis de incentivo à cultura, caso em que os projetos financiados são avaliados menos pelo seu valor artístico e cultural e mais pelo enquadramento na estratégia de marketing da empresa. A seleção dos projetos é feita pela Comissão de Avaliação e Seleção, composta de nove membros e nove suplentes, sendo 2/3 representantes de entidades da classe artística e cultural, eleitos diretamente pelos seus associados, e 1/3 técnicos da Secretaria Municipal de Cultura. Em 11 anos de funcionamento, o fundo já financiou 460 projetos.[88]

Objetivos do Milênio

	1995	2000	2004
Alfabetização Feminina (%)	91,0	92,9	94,3
Alfabetização Masculina (%)	91,6	93,8	94,7
Água Canalizada (%)	92,2	92,6	97,4
Esgotamento Sanitário (%)	74,7	67	79,5
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	52,0	47	60,3
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	20,3	15,1	14,7
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	50,6	48	-
Sem Rendimento (%) *	35,4	35	30,2
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	14,3	15,9	13,2
Telefone (%)	20,3	42,4	52,0
Computador (%)	-	11,5	18,6

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000.
4.Brasil, IBGE 2004. O índice inclui apenas as pessoas de 10 ou mais anos de idade com rendimento.
5.Rio Grande do Sul, Governo do Estado, Secretaria da Justiça e da Segurança (www.sjs.rs.gov.br).
6.Rio Grande do Sul, Governo do Estado, Secretaria da Justiça e da Segurança (www.sjs.rs.gov.br). Os relatórios da Ouvidoria não são disponibilizados na internet.
7.Efetivo policial em 2003, dados da Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003, do IBGE (www.ibge.gov.br).
8.Brasil, IBGE 2004.
9.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
10.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
11.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
12.Brasil, Ministério da Justiça 2004b.
13.Brasil, IBGE 2004.
14.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
15.Mesquita e Loche 2005.
16.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
17.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
18.Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal de Justiça (www.tj.rs.gov.br).
19.Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal de Justiça (www.tj.rs.gov.br) e Rio Grande do Sul, Tribunal de Justiça 2006.
20.*Revista Consultor Jurídico*, "Pena reduzida: Delegado e inspetores são condenados por tortura no RS", 17/03/04.
21.*Revista Consultor Jurídico*, "Poder investigatório: Delegado condenado por tortura questiona poder do MP", 10/02/06.
22.Rio Grande do Sul, Ouvidoria da Justiça e da Segurança s/d.
23.Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/d.
24.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
25.Waiselfisz 2004.
26.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2004.
27.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2005.
28.Ouvidoria Agrária 2005 e 2004.
29.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2004 e 2005.
30.Brasil, Depen 2006.
31.Brasil, Depen 2006.
32.Lemgruber 2004.

33.*Correio do Povo,* 17/07/03.
34.*Correio do Povo,* 12/12/02.
35.*Correio do Povo,* 22/11/02.
36.*Correio do Povo,* 10/06/02.
37.*O Estado de S.Paulo,* 09/09/03.
38.*O Estado de S. Paulo,* 15/02/04.
39.*O Estado de S. Paulo,* 17/08/04.
40.*Correio do Povo,* 16/09/04.
41.Associação Nacional de Jornais – ANJ 2005.
42.Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP 2006.
43.Sociedade Interamericana de Imprensa 2003 e 2002, Repórteres sem Fronteiras 2003.
44.Associação Mundial de Rádio Comunitárias.
45.Sociedade Interamericana de Imprensa.
46.Conselho Indigenista Missionário – Cimi, "Kaingang é encontrado morto no Rio Grande do Sul", 19/07/2004.
47.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12/01/2006.
48.Brasil, IBGE 2004. Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
49.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
50.Brasil, Congresso Nacional, Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do requerimento nº 02, de 2003-CN, com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, julho de 2004.
51.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
52.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
53.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no website da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh). O estado não informou o número de adolescentes cumprindo medida sócio-educativa em meio aberto.
54.Brasil, IBGE, 2005.
55.Brasil, IBGE, 2005.
56.Mesquita e Affonso 2002.
57.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
58.Waiselfisz 2004.
59.Mesquita e Affonso 2002.
60.Rio Grande do Sul, Governo do Estado, Secretaria da Justiça e da Segurança (www.sjs.rs.gov.br).
61.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
62.Prefeitura de Porto Alegre, Secretaria Municipal da Saúde (www.portoalegre.rs.gov.br/sms).
63. Prefeitura de Porto Alegre (http://www.portoalegre.rs.gov.br/noticias.php), acesso em 11/07/2006.
64.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm.htm).
65.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidência.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
66.Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação – CEPIA.
67.Brasil, IBGE 2005.
68.Brasil, IBGE 2005.
69.Brasil, IBGE 2005.
70.Brasil, IBGE 2005.
71.Brasil, IBGE 2005.
72.Brasil, IBGE 2005.
73.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres 2005.
74.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
75.Pnud 2004.
76.Pnud 2004.
77.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br). Dados atualizados em 17 de dezembro de 2004.
78.Conselho Missionário Indígena, "Kaingang retomam terra no Rio Grande do Sul", 19 de julho de 2005, Cimi Sul – equipe Irai (www.cimi.org.br).
79.Conselho Indigenista Missionário – Cimi, "Kaingang sofrem preconceito de representante Municipal de Porto Alegre, RS", 16 de junho de 2005, Informe n° 668 (www.cimi.org.br).
80.Brasil, IBGE 2005.
81.Teixeira, Ângela e Oliveira, Fátima 2004. De acordo com a *Classificación Internacional de Deficiencias, Discapacidades y Minusvalias*, da Organização Mundial da Saúde (1980), o conceito de "incapcidade" diz respeito à "toda restrição ou ausência (devida a uma deficiência) de capacidade para realizar uma atividade considerada dentro dos limites da pessoa humana". O conceito de incapacidade, portanto, difere e é mais restrito que o conceito de "deficiência", que diz respeito "a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica".
82.Brasil, IBGE 2006.
83.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2005 e 2006.

84.Brasil, IBGE 2006.
85.Brasil, IBGE 2006.
86.Brasil, IBGE 2005.
87.Brasil, IBGE 2005.
88.Fundação Getúlio Vargas, Programa de Gestão Pública e Cidadania 2005.

2.3 Santa Catarina

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

Santa Catarina tem uma área de 95.346,181 km2 e população de 5.866.568 habitantes (61,53 hab/km2), divididos em 293 municípios.[1] Florianópolis, capital do estado, tem uma população de 396.778 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Santa Catarina, que passou de 0,748 em 1991 para 0,822 no ano 2000 (+ 9,89%), é o maior da região sul e o segundo maior do Brasil, logo após o do Distrito Federal.[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0.475, o menor do país, abaixo da média nacional de 0.559 e da média regional de 0.530.[4]

Estrutura Institucional

Santa Catarina tem uma Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa do Cidadão, a qual estão vinculados a Polícia Civil, o Instituto Geral de Perícias, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, o Departamento de Assuntos Penitenciários, Departamento Estadual de Trânsito e Defesa Civil. O estado tem um Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas e um Centro de Atendimento a Vítimas de Violência.[5]

O efetivo policial era 16.468 em 2003, sendo 2.581 policiais civis, 340 peritos, 11.545 policiais militares e 2.011 bombeiros militares, o que representa 1 policial para cada 340 habitantes.[6] Doze municípios tinham guarda municipal em 2004, com um efetivo total de 338 guardas.[7]

Santa Catarina possui 293 municípios, dos quais 110 são sede de comarca.[8] Em 2004, atuavam no estado 367 juízes, sendo 316 na primeira instância, 40 na segunda instância e 11 em juizados especiais, o que corresponde a uma taxa de 6,36 juízes por 100.000 habitantes.[9] Na primeira instância da justiça federal, o estado contava com 63 juízes, em 2003.[10]

Santa Catarina é um dos poucos estados brasileiros, ao lado de Goiás, que ainda não tem Defensoria Pública. A assistência judiciária gratuita às pessoas que não dispõe de recursos para despesas de um processo judicial é feita por advogados designados pela Ordem dos Advogados do Brasil, através de convênio com o governo do estado.[11] Tem 70 juizados especiais criminais e 78 juizados especiais cíveis.[12] Tem três programas de administração alternativa de conflitos.[13]

Políticas de Direitos Humanos

De 2002 a 2004, Santa Catarina assinou 17 convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 3.663.799,00. Destes convênios, cinco foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, uma à promoção dos direitos humanos (cidadania no sistema prisional), três à proteção e atendimento a vítimas e testemunhas, sete à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, e um à proteção dos direitos de pessoas idosas.[14]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas de Santa Catarina foi de 5%. A despesa média da justiça estadual por habitante foi de R$ 66,49. A participação da assistência judiciária gratuita no total das despesas justiça estadual foi 1,76% e no total das despesas públicas foi de 0,09%, o que representa um investimento médio de R$ 1,17 por habitante. O número de pessoas atendidas na justiça estadual foi de 379.672. A ta de congestionamento da justiça estadual foi de 86,87% na primeira instância, 51,74% na segunda instância e 44,90% nos juizados especiais.[15]

Na primeira instância da justiça federal, foram distribuídos 134.620 processos e 122.995 foram efetivamente julgados em 2003, o que representa 91% de processos julgados em relação a novos processos.[16]

Direito à Vida e Integridade Pessoal

Violência Policial, Execução, Tortura

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 21 denúncias de tortura praticada por agentes públicos em Santa Catarina, sendo três na capital e 18 no interior. Das 21 denúncias, uma foi arquivada devido a dados insuficientes. Dezenove foram enviadas ao Ministério Público, que devolveu uma devido a dados insuficientes, arquivou quatro (posteriormente encaminhando-as à Comissão de Direitos Humanos), respondeu estar investigando três e não prestou informação das outras 11. Vinte e três foram encaminhadas à corregedoria da polícia civil, que arquivou uma por falta de provas e não prestou informações sobre as outras 22. Nove denúncias foram enviadas à corregedoria da polícia militar, que arquivou

quatro por falta de provas, devolveu uma por dados insuficientes, respondeu estar investigando uma e não prestou informação sobre as outras três.[17]

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, 19 casos de violência policial em Santa Catarina, com 12 vítimas fatais e 81 feridas, sete casos de execução sumária, com sete vítimas fatais e uma ferida, e cinco casos de linchamento com três vítimas fatais e duas feridas.[18]

Violência Urbana

Em 2002, Santa Catarina registrou 563 mortes por homicídio (10,2/100 mil hab.), das quais 88 em Florianópolis (24,4/100 mil hab.), as menores taxas de homicídio entre os estados e capitais da região sul. Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 16,8/100 mil no estado e 51,5/100 mil na capital em 2002, também as menores entre os estados e capitais da região sul.[19]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 24 conflitos de terra em Santa Catarina, envolvendo 11.270 pessoas, sem mortes.[20] Em 2004, de janeiro a agosto, foram 13 conflitos, envolvendo 14.605 pessoas, também sem mortes. Em 2005, no mesmo período, foram 26 conflitos, envolvendo 35.610, com uma morte.[21]

A Ouvidoria Agrária registrou sete ocupações de terra no estado em 2004, com uma morte decorrente de conflitos rurais. Registrou uma queda para quatro ocupações de terra de janeiro a novembro de 2005, sem mortes.[22]

Trabalho Escravo/Forçado

A Comissão Pastoral da Terra e o Ministério do Trabalho e Emprego não registraram casos de trabalho escravo no estado entre 2003-2005.[23]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

A população carcerária do estado em dezembro de 2005 era de 10.108 presos, estando 538 sob custódia da Secretaria de Segurança Publica, ou seja, detidos em distritos policiais e cadeias públicas. Os outros 9.570 presos estavam

sob custódia da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa do Cidadão/ Departamento de Assuntos Penitenciários, sendo que o total de vagas oferecidas pelo estado é de 7.148. Em regime fechado, encontravam-se 4.470 presos, sendo 4.764 homens e 294 mulheres; em regime semi-aberto, 950 presos, dos quais 926 homens e 24 mulheres; em regime aberto, 654 presos, sendo 629 homens e 25 mulheres. Em regime de prisão provisória, havia 3.081 pessoas presas, sendo 2.788 homens e 293 mulheres.[24]

A situação do Presídio Regional de Lages é um exemplo da superlotação característica do sistema penitenciário do estado: em 2003, o número de presidiários, incluindo homens e mulheres, era de 200 pessoas, praticamente o triplo da sua capacidade para 80 detentos.[25]

Estudo preparado para a Secretaria Nacional de Segurança Pública revelou que havia um total de 935 funcionários no sistema penitenciário de Santa Catarina em 2003, dos quais: 715 atuavam na área de segurança, 81 na área técnica e 139 na administrativa. O baixo número de funcionários na área técnica, em contraposição ao grande número na segurança das unidades, evidencia o quadro de priorização da contenção em detrimento da ressocialização dos presos. Em termos de estrutura, havia, à época, um total de 77 unidades prisionais no sistema penitenciário, classificadas da seguinte maneira de acordo com o tipo de regime: 29 de regime fechado; 26 de semi-aberto; 22 de aberto.[26]

Rebeliões e fugas

De acordo com informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, em 2002, houve um total de 627 fugas no sistema penitenciário, sendo: 222 no regime aberto, 209 no semi-aberto e 196 no fechado. No ano seguinte, 648 fugas, sendo 234 fugas no regime aberto, 253 no semi-aberto e 161 no fechado. Em 2004 esse número cresceu para 1.030 fugas, especialmente no regime fechado onde houve 441 fugas. No regime aberto e semi-aberto, foram 233 e 356 fugas respectivamente.[27]

Mortos e Feridos

Segundo dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, houve um aumento substancial no número de presos feridos e mortos no sistema penitenciário entre 2002 e 2004. Em 2002, foram 8 feridos e 9 mortes. Em 2003, 31 feridos e 16 mortos. Em 2004 esse número aumentou para 69 feridos e 30 mortos. Entre janeiro e março de 2005, ocorreram 12 casos de presos feridos e 7 mortes.[28]

Liberdade de Expressão e de Assembléia

Imprensa – atentados

Em 23 de março de 2005, o jornalista Melato Barth, proprietário do jornal quinzena InfoBairros, de Itapema, foi baleado nas duas pernas em frente a sua casa. O jornalista vinha denunciando casos de corrupção na prefeitura da cidade e já havia sofrido ameaças.[29]

Liberdade de Participação Política

Políticos – assassinatos

O cacique da Reserva Xapecó e vice-prefeito de Ipuaçu, Orides Belino Correia (PPS), foi morto com vários tiros de espingarda quando chegava a sua casa, no dia 6 de maio de 2003. Quatro pessoas envolvidas no assassinato foram julgadas e condenadas em 2004. O juiz federal substituto José Luís Luvizetto Terra, que presidiu o julgamento, aplicou penas de seis anos a dezoito anos e oito meses de prisão. De acordo com a denúncia do Ministério Público Federal, o crime foi cometido por motivo político e também por vingança. Valdo Correia da Silva, acusado de planejar o crime e fornecer a arma de fogo para a execução do homicídio, foi condenado a 18 anos e 8 meses de prisão em regime fechado, sem direito de apelar em liberdade. Irmão de Orides, Valdo teria interesse de voltar a ser cacique da reserva. Os jurados consideraram o homicídio duplamente qualificado, porque foi cometido mediante pagamento ou promessa de recompensa. O fato de ser irmão da vítima agravou a pena. Avelino Ribeiro Lemos, apontado como responsável pelo disparo que causou a morte de Orides, foi condenado a 17 anos de prisão em regime fechado, sem direito de apelar em liberdade. Os jurados também consideraram o homicídio duplamente qualificado pelo pagamento e pela emboscada. Claudir Martins, que teria transportado Avelino e a arma, bem como acompanhou o suposto homicida até o local do crime, foi condenado a 16 anos e 11 meses de prisão. O pagamento e a emboscada também foram considerados para a fixação da pena. Sadi Ribeiro Lemos, com relação a quem os jurados entenderam que não se aplicavam às qualificadoras do pagamento e da emboscada, foi condenado por homicídio simples a seis anos de prisão em regime semi-aberto. Os demais acusados retornaram ao presídio de Xanxerê. Apontado como o quinto participante do atentado, o político José Carlos Gabriel obteve decisão judicial que im-

pediu o seu julgamento nesta mesma data. O conselho de sentença foi composto por dois homens e cinco mulheres, entre eles uma indígena caingangue da Reserva Indígena Xapecó. A defesa alegou que não havia provas suficientes para condenação e requereu aos jurados que os réus tivessem em seu favor o benefício da dúvida. O advogado Dario Bueno disse que pretende recorrer da decisão, pedindo a anulação do julgamento, por entender que não existem provas concretas sobre os acusados. Este foi o primeiro júri federal desde a instalação da Justiça Federal em Chapecó, em 1987. [30]

O vereador Valdir Garcia (PT), 43 anos, foi assassinado com dois tiros no dia 14 de dezembro de 2003, quando retornava de uma festa na Linha Tope da Serra, município de Planalto Alegre, no Oeste de Santa Catarina. O crime ocorreu no interior de um bar, quando Garcia aproximou-se do balcão para pedir cerveja. Amigos, vizinhos e o próprio filho, Eleandro, 16 anos, contam que não houve nenhum tipo de discussão com os três agressores. O homicídio teria sido motivado por uma antiga rixa envolvendo uma venda de terras entre duas famílias. Os três agressores, já identificados, seriam parentes. Mas apenas um deles, cujo nome não foi divulgado pela polícia, teria sido autor dos disparos. Segundo o investigador Roberto Tonini, os três estão foragidos.[31]

Delcir Dervanoski (PT), 39 anos, vereador em Xaxim, no Oeste de Santa Catarina, recebeu um tiro na cabeça, na noite de 10 de fevereiro de 2004, e foi internado em coma na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Regional do Oeste, em Chapecó. O disparo ocorreu em frente ao Bar Chapadão, às margens da rodovia SC-462, no bairro Grambel, em Coronel Freitas. O suspeito do crime é o proprietário do bar, Lovertil de Oliveira, que está foragido. Segundo o delegado Jaime Ceccon, a hipótese mais provável é que o crime tenha sido um acerto de contas e não crime político. Testemunhas disseram aos policiais que o vereador saiu do bar e retornou mais tarde, por volta das 22 horas. Dervanoski teria sido agredido no momento em que tentava desembarcar do carro. O vereador foi encontrado momentos depois, com os sinais da agressão na cabeça. O tiro atingiu a região próxima da orelha e saiu pela nuca. O Fiat Siena MCK-8817 do vereador foi encontrado capotado depois de chocar-se em uma árvore. Segundo o delegado, Dervanoski teria tentado fugir no momento em que foi alvejado. Além do comerciante, a polícia procura ainda um homem identificado como Jeremias, que seria a única pessoa a testemunhar a tentativa de homicídio.[32]

O vereador Egon Butzke (PFL), 38 anos, foi morto com dez facadas em frente ao portão de sua casa, no dia 2 de agosto de 2004, em Rodeio. As únicas testemunhas do crime, sua mulher Eliane Butzke, 32, e seu sogro Waldemar Ewald, 63, não chegaram a ver o rosto do assassino. Em 2005, as

investigações do crime encontravam-se paradas, uma vez que o delegado que até então cuidava do caso, Rodrigo Emanuel Marchetti, transferiu-se para outra comarca. Trabalhando durante nove meses no caso, o delegado Marchetti levantou três hipóteses para o crime: a) crime político, pois o vereador presidia a Comissão Processante da Câmara de Vereadores de Rodeio que cassou por 6 a 3 o mandato do prefeito Antônio Venturi (PMDB); b) vingança de traficantes de drogas por ter denunciado na tribuna a venda de droga em um bairro de Rodeio; e c) vingança de proprietários de prostíbulos, por ter liderado uma campanha para erradicar a prostituição no bairro onde morava. Marchetti prendeu três suspeitos, que foram liberados por falta de provas, e apreendeu duas armas, uma faca e um revólver, mas a perícia técnica não indicou relação de causalidade com o crime. Um quarto suspeito, cujo retrato falado foi divulgado pela polícia, não foi localizado. O policial tomou 60 depoimentos em três comarcas por uma questão de segurança: Rodeio, Timbó e Blumenau, mas os depoimentos não foram suficientes para identificar o autor e o motivo do crime.[33]

O prefeito de Balneário Gaivotas, região sul do estado, Valcir Ferreira Pereira (PFL), foi atingido por dois tiros no peito, no momento em que deixava um bar às margens da BR-101, em 26 de março de 2004. O autor dos disparos, que estava em uma moto, fugiu. Como não houve roubo, a maior suspeita é de que o crime tenha sido encomendado. A hipótese de crime político também está sendo avaliada. Pouco depois das 22 horas, um motociclista chegou à lanchonete, parou a moto, não desligou o motor e chamou o prefeito. Ao ouvir o seu nome, Valcir saiu do bar. Ao avistar o prefeito, o motociclista sacou a arma e disparou quatro vezes. Dois tiros acertaram o peito de Ferreira, que caiu inconsciente e foi internado em estado grave.[34]

O vereador Delvino Dall'Rosa, coordenador regional do PMDB, levou três tiros, dois deles na cabeça, em Chapecó, em dia 25 de março de 2004, mas sobreviveu ao atentado. O suplente de vereador Valdir Vitório Detofol (PMDB), 41 anos, foi preso por ser o principal suspeito de ter encomendado a morte do vereador Delvino Dall'Rosa. Além de Detofol foram incluídos na lista dos acusados da tentativa de homicídio, Valdecir Eggert e Luiz Wolf, este último apontado como autor dos disparos. O julgamento de Valdir Detofol foi realizado em Chapecó em setembro de 2004. O júri responsabilizou Detofol apenas por crime de lesão corporal e não tentativa de homicídio. Ele e os advogados negaram a participação no crime, que, no entendimento dos promotores, teve motivação política. Apontado como coautor do crime, Eggert foi absolvido.[35]

Wigand Loppnow (PSDB), 71 anos, vereador em Benedito Novo, foi atingido com quatro facadas na madrugada de 20 de setembro de 2004, mas sobreviveu à agressão. A tentativa de homicídio ocorreu à 1h30, quando o vereador dormia, em sua residência, no centro de Benedito Novo. O agressor, encapuzado, fugiu sem deixar pistas. Embora a polícia descarte inicialmente a hipótese de crime com motivação política, a filha do vereador, Elzira Pasqualli, informou que seu pai recebeu pelo menos três ameaças de morte nas semanas anteriores à tentativa de assassinato. "Foram telefonemas anônimos e um deles dizia que logo haveria uma viúva naquela casa", disse Elzira.[36]

Crianças e Adolescentes

Em Santa Catarina, há 309 conselhos tutelares, 272 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 40 delegacias especializadas em crianças e adolescentes, 44 promotorias da infância e da juventude e uma vara da infância e da juventude.[37]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 3,5% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 8,5% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[38]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 286 denúncias do Santa Catarina, o que representa 5,87 por 100 mil habitantes.[39]

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito[40]

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada em 2003, com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, relatou diversos casos em Santa Catarina.

Uma denuncia diz respeito a redes de exploração sexual de crianças e adolescentes ao longo da BR 470, na região do vale do Itajaí, objeto de dossiê encaminhado pela CPMI ao Ministro da Justiça em novembro de 2003 e inquérito instaurado pela polícia federal em 2004.

Em Blumenau, a CPMI registrou denúncia de que adolescentes atendidas em um abrigo do município eram agenciadas para exploração sexual,

através do serviço telefônico conhecido como "disque-amizade". O caso chegou ao conhecimento das autoridades a partir de denúncia da equipe de profissionais do abrigo que ouvindo as meninas suspeitou da exploração sexual das adolescentes. Um inquérito policial foi aberto para averiguar o caso, mas foi arquivado por falta de provas.

Em Joinville, segundo o relatório da CPMI, o comandante geral da polícia militar de Santa Catarina teria impedido, em 29 de novembro de 2003, a realização de uma blitz, coordenada pelo Comissário da Infância e da Juventude, a uma casa de prostituição na cidade. Segundo reportagens da imprensa local e nacional, integrantes da cúpula da segurança pública do estado estariam na casa de prostituição no Bairro Bom Retiro quando, por volta das 2h30min, uma força-tarefa formada por comissários da infância e da juventude e por policiais civis e militares fizeram uma blitz no local para apurar a possível presença de menores de idade no estabelecimento. O grupo foi, então, abordado na porta pelo comandante, que teria dado ordem aos policiais para que não entrassem no local. O caso está sendo investigado pelo Ministério Público de Santa Catarina e o comandante foi afastado pelo governador do estado. O Ministério Público o denunciou por três crimes: abuso de autoridade, prevaricação e ofensa ao ECA.

Em Itajaí, segundo o relatório da CPMI, com base em informações do Programa Sentinela de 2003, havia um esquema de exploração sexual de crianças e adolescentes entre 8 e 18 anos de idade. As vítimas geralmente eram trazidas a Itajaí do oeste catarinense seduzidas pela promessa de trabalharem em casas de famílias, mas acabavam submetidas à exploração sexual em casas de prostituição. Não houve notícias sobre a instalação de inquéritos e de processos para estas denúncias.

A CPMI recebeu denúncias de que o vice-prefeito de Itapema explorava sexualmente adolescentes entre 12 e 14 anos de idade em Navegates. O vice-prefeito foi preso em flagrante na companhia de três adolescentes e contra ele foi instaurado processo judicial.

Trabalho Infanto-Juvenil

Em Santa Catarina, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 26,1% da população total desta idade em 1995 para 8,4% em 2000, mas subiu para 13% em 2004.[41]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 20.348 crianças em 180 municípios do estado no início de 2005.[42]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, Santa Catarina tinha 2.150 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 261 (12%) em meio fechado e 1.889 (78%) em meio aberto.[43]

Mulheres

A população de Santa Catarina é composta por 2.858.814 homens (49,36%) e 2.932.417 mulheres (50,64%). A esperança de vida ao nascer é de 77,9 anos para as mulheres e 71,3 anos para os homens, superiores às médias nacionais que são de 75,5 anos para mulheres e 67,9 anos para os homens.[44]

Em 2003, foram registradas 581 ocorrências de estupro no estado (20,65/100 mil mulheres). Em Florianópolis, foram registradas 48 ocorrências (25,20/100 mil mulheres).[45] Entre 2001 e 2003 a média de ocorrências na capital foi de 28,7 ocorrências por 100 mil mulheres, superior à taxa média nacional (20,4/100 mil mulheres) e a segunda mais alta da região.[46]

A comparação entre os dados de homicídio mostra que houve crescimento no número de mortes de mulheres. Em 2000, foram 2,0 homicídios por 100 mil mulheres.[47] Em 2002, 75 mulheres foram assassinadas (2,7/100 mil habitantes), sendo 21 na faixa etária de 15 a 24 anos (4,1/100 mil habitantes).[48]

As mulheres do estado em situação de violência contam principalmente com serviços na área da segurança pública e justiça. O estado tem 14 delegacias de atendimento à mulher, sendo que apenas uma está localizada na capital. Há também um Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e outros 3 conselhos municipais.[49]

O município de Joinville possui o único centro de referência de atendimento à mulher vítima de violência no estado. Desde 2001, o município também mantém uma das duas casas abrigo existentes no estado. A outra casa abrigo está localizada em Blumenau. A rede de serviços de Joinvile está estruturada a partir do PAMVVI – Programa de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência, ligado à Prefeitura. Em agosto de 2004, uma lei municipal ampliou a capacidade de atendimento da Casa Abrigo "Viva Rosa" que passaria a abrigar até 30 famílias pelo período de 3 meses.[50] O Estado possui ainda cinco hospitais de referência para atendimento de vítimas de violência sexual, quatro deles sediados na capital.[51]

Em 2005, sete municípios aderiram ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres.[52] Em 2003 o Rio Grande do Sul recebeu R$ 248.081,39 da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, o equivalente a 6,53% do

total de repasses da secretaria aos estados. Em 2004, foram repassados R$ 431.606,23 (4,23% do total de repasses), grande parte dos recursos para as prefeituras de Joinville e Blumenau. Em 2005, foram R$ 460.132,65 reais (3,95% do total de repasses). Neste ano, a maior parte do financiamento serviu ao financiamento de um programa de qualificação e capacitação de empregadas domésticas.[53]

Educação

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era 5,1% para as mulheres e 4,4% para os homens. A média de anos de estudo, entretanto, era a mesma: 7,4 anos para as mulheres e os homens.[54] Neste estado as mulheres também predominam entre os grupos com 12 anos ou mais de estudo (54,5%) e entre aqueles que freqüentam o ensino superior (58,1%).[55]

Trabalho

As mulheres representam 43,77% da população economicamente ativa no estado. Da população feminina ocupada, 5,7% das mulheres está em cargos de dirigentes, 22,9% de trabalhadores em serviço e 19% em trabalhadoras agrícolas.[56] Para a população feminina ocupada o rendimento/hora era R$ 4,20, 25,0% inferior ao da população masculina ocupada, que era R$ 5,60.[57] Entre o grupo com 12 anos ou mais de estudos esta diferença é de R$ 3,70, a menor diferença verificada na região.[58]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 247,83, e dos 10% mais ricos era R$ 2.068,59. Nos dois casos, o rendimento médio mensal era inferior ao da população masculina. Na população masculina ocupada, o rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 353,89 e dos 10% mais ricos era R$ 3.468,46.[59]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm risco menor do que os brancos de serem vítimas de violência. De 2000 a 2002, para cada branco, 0,19 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrada uma oscilação desta taxa de 0,17 em 2000 para 0,19 em 2002.[60]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 4,44% para a população branca e 9,72% para a população negra. A escolaridade média era de 7,68 anos de estudo para a população branca e 6,75 anos para população negra.[61]

Trabalho

Em 2003, a renda domiciliar média era de R$ 424,91 para população branca e R$ 234,57 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 4,62 para população branca contra R$ 3,47 para população negra.[62]

Indígenas

A população indígena de Santa Catarina é de indígenas Guaranis e Kaingangs. O Estado tem 25 terras indígenas na seguinte situação jurídica:[63]

Situação	Nº de terras
Registradas	3
Homologadas	1
Declaradas	2
Identificadas	4
A Identificar	1
Reservadas/Dominiais	4
Sem Providências	7

Cerca de 25 famílias (cerca de 120 pessoas) de índios da etnia Guarani-Ñandeva, que reinvidicam 2,7 mil hectares da Terra Indígena Araça'í, vivem de favor na Terra Indígena Toldo do Chimbangue, pertencente aos Kaigang, e de cestas básicas oferecidas pela Funai, pois não é possível manter atividades de subsistências pelo tamanho da área. Além disso, não há água, e os rios estão contaminados pelas fezes de aves e porcos.[64]

No processo de identificação da terra Araça'í, os Guarani retornaram a área, montando um acampamento na estrada que corta as terras. Os fazendeiros obtiveram ordem de retirada pela justiça federal. O juiz mandou expurgar os índios para o Rio Grande do Sul. Os Guarani foram levados à força, e avisados que estavam proibidos de voltar.[65]

O preconceito da população local contra os índios é grande. Em 2002 populares apresentaram uma reação violenta contra a presença dos Guarani do Araçaí e de servidores da Funai e de missionários do Cimi, fomentada por empresários e políticos. Os trabalhos dos Grupos Técnicos que levantavam provas da ocupação indígena acabaram sendo suspensos.[66]

Violência

Orides Belino da Silva, cacique da comunidade Kaingang, na Terra Indígena Chapecó e vice-prefeito do município de Ipuaçu, oeste de Santa Catarina, foi assassinado com tiros, pelas costas, de espingarda calibre 12, quando chegava na casa de sua companheira. O Ministério Público Federal denunciou como executores do crime Sadi Ribeiro Lemos, Avelino Ribeiro Lemos e Claudir Martins, e José Gabriel (vereador) e Valdo Correia da Silva como mandantes. Com exceção do vereador Carlos Gabriel, todos se encontram presos desde maio de 2003. A ação penal contra os acusados do crime tramita na 2ª Vara da Justiça Federal em Chapecó. No dia 8 de outubro de 2003 os autos foram conclusos para sentença.[67]

Os povos Kaingang e Guarani foram alvos de uma intensa campanha ofensiva contra a demarcação das terras indígenas no estado.

Idosos

Em 2004, Santa Catarina tinha 525.341 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 9,1% da população do estado. Desta população, 37,7% tinham um rendimento médio mensal familiar per capita de um a dois salários mínimos e 20,1% de meio a um salário mínimo.[68]

Migrantes

Em 2004, Santa Catarina tinha uma população de 832.276 migrantes, o que correspondia a 14,37% da população do estado.[69]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre quatro homossexuais assassinados em 2002, um em 2003, quatro em 2004 e quatro em 2005 em Santa Catarina.[70]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados diminuiu de 8,6% em 1991 para 3,6% em 2004 (- 58,14%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 16,5% em 1991 para 18,1% em 2004.[71]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 4,8%, a mais baixa da região sul. A média de anos de estudo era de 7,4 anos, a mais alta da região sul.[72]

O rendimento/hora da população ocupada era de R$ 5,10, acima da média nacional de R$ 4,70, mas abaixo da média regional de R$ 5,20.[73]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 299,31, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 2.985,84 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 194,68, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 2.048,12.[74]

Boas Práticas

O projeto Mandaçaia – Desenvolvimento Sustentável da Apicultura Familiar – é desenvolvido nos municípios de Campo Alegre, São Bento do Sul, Negrinho e Corupá desde 2002. Inicialmente, os municípios formaram um consórcio e criaram áreas de proteção ambiental. Em parceria com a Associação de Apicultores de campo Alegre, os municípios do consórcio iniciaram um processo de mapeamento dos locais de produção de mel e seu entorno, visando aumentar a produtividade das colméias. Também investiram na preservação do meio ambiente, em parceria com empresa privada da região. Finalmente, investiram na comercialização conjunta do mel, em grande quantidade, para uma empresa da região, que atende às exigências da vigilância e possui certificação orgânica, possibilitando assim aos apicultores a entrada no mercado através da venda do mel para programas municipais de merenda escolar.[75]

Objetivos do Milênio

	1995	2000	2004
Alfabetização Feminina (%)	91,9	93,1	94,9
Alfabetização Masculina (%)	92,4	94,2	95,6
Água Canalizada (%)	94,1	89,1	97,9
Esgotamento Sanitário (%)	77	72,1	81
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	27,3	36,9	52,9
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	24,1	15,9	17,7
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	30,0	30,1	-
Sem Rendimento (%)	38	35,9	29,3
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	11	13,5	17,6
Telefone (%)	22,7	44,4	59,1
Computador (%)	-	12,3	22,1

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000.
4.Brasil, IBGE 2004. O índice inclui apenas as pessoas de 10 ou mais anos de idade com rendimento.
5.Santa Catarina, Governo do Estado, Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa do Cidadão (www.ssp.sc.gov.br).
6.Efetivo policial em 2003, dados da Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003, do IBGE (www.ibge.gov.br).
7.Brasil, IBGE 2004.
8.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
9.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
10.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
11.Estado de Santa Catarina, Tribunal de Justiça, seção referente à assistência judiciária (www.tj.sc.gov.br/jur/custas/a_juridica.htm).
12.Brasil, IBGE 2004.
13.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
14.Mesquita e Loche 2005.
15.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
16.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
17.Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/d.
18.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
19.Waiselfisz 2004.
20.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2004.
21.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2004 e 2005.
22.Ouvidoria Agrária 2005 e 2004.
23.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2004 e 2005 e Ministério do Trabalho e Emprego, "Cadastro dos Empregadores Portaria 540 de 15/10/2004", lista atualizada em 19/01/200619/01/2006, disponível no web-site do Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br).
24.Brasil, Depen 2006.
25.*O Momento*, 18 de dezembro de 2003.
26.Lemgruber 2004.
27.Web-site da Diretoria de Informação e Inteligência da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão (www.ssp.sc.gov.br/dini), acessado em 31/08/2005..
28.Web-site da Diretoria de Informação e Inteligência da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão (www.ssp.sc.gov.br/dini), acessado em 31/08/2005.

29.Associação Nacional de Jornais – ANJ 2005, Repórteres sem fronteiras 2006.
30.*Diário de S. Paulo*, "Índio vice-prefeito é assassinado em SC", 08/05/2003; *A Notícia*, "Júri condena matadores de cacique em Chapecó", 29/04/2004.
31.*A Notícia*, "Vereador executado com dois tiros dentro de bar", 16/12/2003.
32.*A Notícia*, "Vereador baleado no Oeste está em coma no hospital", 12/02/2004.
33.*A Notícia*, "Investigação da morte de Butzke continua sem pista", 21/09/2004; *A Notícia*, "Morte de vereador pode ficar impune", 07/05/2005.
34.*A Notícia*, "Prefeito leva dois tiros", 29/03/2004.
35.*A Notícia*, "Vereador baleado no interior de Chapecó", 27/03/2004; *A Notícia*, "Político acusado de mandar matar vereador", 06/04/2004; *A Notícia*, "Vereador baleado vai com perícia ao local do crime", 08/04/2004; *A Notícia*, "Empresário estava preso há cinco meses, acusado de mandar matar político em Chapecó", 19/09/2004
36.*A Notícia*, "Vereador é esfaqueado na sua casa enquanto dormia", 21/09/2004.
37.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12.01.2006.
38.Brasil, IBGE 2004. Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
39.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
40.Brasil, Congresso Nacional, Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do requerimento nº 02, de 2003-CN, com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, julho de 2004.
41.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
42.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
43.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no website da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
44.Brasil, IBGE, 2005.
45.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
46.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
47.Mesquita e Affonso 2002.
48.Waiselfisz 2004.
49.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
50.www.cvj.sc.gov.br/index.php. Acesso em 11/07/2006
51.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
52.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm.htm).
53.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidência.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
54.Brasil, IBGE 2005.
55.Brasil, IBGE 2005.
56.Brasil, IBGE 2005.
57.Brasil, IBGE 2005.
58.Brasil, IBGE 2005.
59.Brasil, IBGE 2005.
60.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
61.Pnud 2004.
62.Pnud 2004.
63.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br).
64.Relatório da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDH), "Conflitos em Terras Indígenas", VIII Caravana de Direitos Humanos, 2003.
65.Relatório da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDH), "Conflitos em Terras Indígenas", VIII Caravana de Direitos Humanos, 2003.
66."Povos Indígenas, Direitos Humanos e Governo FHC", Rosane Lacerda, 2002
67."Violências e Povos Indígenas: os primeiros balanços de um amargo 2003", Rosane Lacerda (http://www.social.org.br/relatorio2003/relatorio003.htm).
68.Brasil, IBGE 2006.
69.Brasil, IBGE 2006.
70.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2005 e 2006.
71.Brasil, IBGE 2006.
72.Brasil, IBGE 2006.
73.Brasil, IBGE 2006.
74.Brasil, IBGE 2006.
75.Fundação Getúlio Vargas, Programa de Gestão Pública e Cidadania 2005.

Região Centro-Oeste

3.1 Distrito-Federal

3.2 Goiás

3.3 Mato Grosso

3.4 Mato Grosso do Sul

3.1 Distrito Federal

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

O Distrito Federal tem uma área de 5.801,937 km2 e população de 2.333.108 habitantes (412,13 hab/km2), divididos em um município e 25 administrações regionais, incluindo Brasília.[1] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Distrito Federal passou de 0.696 em 1991 para 0.766 no ano 2000 (+ 10,06%).[2] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0.605, o mais alto da região centro-oeste, acima da média nacional de 0.559 e regional de 0.577.[3]

Estrutura Institucional

O Distrito Federal tem uma Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, à qual estão vinculadas a polícia civil, a polícia militar, o corpo de bombeiros militar, o Departamento de Trânsito e a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso.[4] Tem subsecretarias de programas comunitários, de doutrina, ensino e pesquisa e de defesa social, subordinadas ao secretário-executivo. Ainda vinculados ao secretário-executivo, estão o centro integrado de operações, o centro de tecnologia da informação, o centro de inteligência, o disque denúncia e o grupo de gestão integrada da segurança pública (criado em 2004). Ao chefe de gabinete, está subordinada uma ouvidoria geral da secretaria, que trabalha de forma coordenada com as ouvidorias dos órgãos vinculados à secretaria (polícia civil, polícia militar e trânsito), e ainda uma subsecretaria do sistema penitenciário. Não há uma ouvidoria específica para o sistema penitenciário.[5]

O efetivo policial era 28.285 em 2003, sendo 5.032 policiais civis, 647 peritos, 16.006 policiais militares e 6.600 bombeiros militares, o que representa 1 policial para cada 77,42 habitantes.[6] O Distrito Federal não possui guarda municipal.[7]

Em 2004, atuavam na justiça estadual 253 juízes, sendo 175 na primeira instância, 35 na segunda instância e 43 em juizados especiais, o que corresponde a uma taxa de 11,09 juízes por 100.000 habitantes.[8] O estado contava ainda com 43 juízes na primeira instância da Justiça Federal.[9]

A Defensoria Pública foi criada em 1987 e conta com 80 defensores em atividade.[10] O Distrito Federal tem 22 juizados especiais criminais e 22 jui-

zados especiais cíveis.[11] Tem três programas de administração alternativa de conflitos.[12]

Políticas de Direitos Humanos

De 2002 a 2004, o Distrito Federal assinou 69 convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 19.977.451,89. Destes convênios, um foi para erradicação do trabalho infantil, quatro para combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, seis para aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, 14 para promoção dos direitos da criança e do adolescente, 24 para promoção dos direitos humanos, dois para proteção de vítimas e testemunhas, 13 para proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, um para proteção dos direitos das pessoas idosas, três para o programa paz nas escolas e um para o programa segundo tempo.[13]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Distrito Federal foi de 0,09%. A despesa média da justiça estadual por habitante foi de R$ 347,21. A participação da assistência judiciária gratuita no total das despesas justiça estadual foi 6,63% e no total das despesas públicas foi de 0,01%, o que representa um investimento médio de R$ 23,01 por habitante. A taxa de congestionamento da justiça estadual foi de 64,84% na primeira instância, 67,81% na segunda instância e 25,65% nos juizados especiais.[14]

Em 2003, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 221.542 processos e 197.503 foram efetivamente julgados, o que representa 89% de processos julgados em relação a novos processos. Na segunda instância, deram entrada 34.141 processos e foram julgados 18.701, o que representa 55% de processos julgados. Ainda em 2003, na primeira instância da justiça federal, foram distribuídos 45.670 processos e julgados 26.004, o que representa 57% de processos julgados.[15]

Boas Práticas

De maneira a expandir o acesso à Justiça, o Distrito Federal mantém Juizado Itinerante, com o objetivo de atender localidades que não dispõem

de fóruns e, dentre essas, preferencialmente aquelas que concentram população de baixa renda. Os cidadãos são atendidos em ônibus adaptados para a elaboração de petições iniciais, já sendo marcadas as audiências de conciliação, instrução e julgamento, que são designadas, em média, para um mês após o atendimento inicial. No dia da audiência, é tentada a conciliação entre as partes; caso não haja acordo, é realizada a audiência de instrução e julgamento e, na maioria dos casos, as partes já saem do ônibus com a sentença nas mãos.[16]

Direito à Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Tortura

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 62 denúncias de tortura praticada por agentes públicos no Distrito Federal, sendo 11 na capital, 50 no interior do estado e uma em local não identificado. Das 62 denúncias, nove foram arquivadas devido a dados insuficientes. Quarenta e três foram enviadas ao Ministério Público, que apresentou duas denúncias, investigou 14, das quais nove foram enviadas ao Núcleo de Controle Externo da Polícia, devolveu uma por dados insuficientes, arquivou duas, e não prestou informação sobre as outras 24. Vinte e oito foram encaminhadas à Secretaria de Estado da Segurança Pública, das quais 20 foram investigadas, mas não comprovadas, quatro foram encaminhadas à polícia civil para abertura de inquérito (dois inquéritos foram instauradas, uma denúncia foi enviada ao Juizado especial criminal e outra arquivada por dados insuficientes) e quatro estavam sob investigação. Doze denúncias foram encaminhadas à corregedoria da polícia militar, que instaurou dois inquéritos, devolveu 2 denúncias por dados insuficientes, arquivou três por falta de provas e não prestou informações sobre outras cinco. Dez denúncias foram encaminhadas à corregedoria da polícia civil, que instaurou quatro inquéritos, arquivou três denúncias por falta de provas e não prestou informações sobre as outras três. Uma alegação encaminhada ao Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente resultou em ação de reparação civil.[17]

Violência Policial. Execuções e Linchamentos

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, 76 casos de violência policial com 25 vítimas fatais e 195 feridas no Distrito

Federal, 15 casos de execução sumária, com 22 vítimas fatais e cinco feridas, e três casos de linchamento com uma vítima ferida.[18]

Violência Urbana

Em 2002, o Distrito Federal registrou 744 mortes por homicídio (34,7/100 mil hab.). Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 74,1/100 mil.[19]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 14 conflitos de terra no Distrito Federal, envolvendo 12.670 pessoas, sem mortes.[20] Em 2005, de janeiro a agosto, foram 8 conflitos, envolvendo 6.650 pessoas, sem mortes.[21]

A Ouvidoria Agrária registrou 13 ocupações de terra no Distrito Federal em 2004, sem mortes. Registrou 24 ocupações de terra de janeiro a novembro de 2005, com duas mortes decorrentes de conflitos agrários e uma morte sob investigação.[22]

Trabalho Escravo/Forçado

A Comissão Pastoral da Terra registrou não registrou denúncias de trabalho escravo no Distrito federal de 2003 a 2005. Na "lista suja" do Ministério do Trabalho e Emprego, em janeiro de 2006, não havia empregadores explorando trabalho escravo no Distrito Federal.[23]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

De 2002 para 2005, a população prisional do Distrito Federal aumentou de 5.039 para 7.299 presos (+44,85%). A taxa de encarceramento (número de presos por 100 mil habitantes) passou de 234,83 para 312,84 (+24,94%).[24] Em dezembro de 2005, a população prisional estava distribuída da seguinte forma: 3.751 em regime fechado, dos quais 3.562 homens e 189 mulheres; 2001 em regime semi-aberto, dos quais 1.975 homens e 26 mulheres; 116 em regime aberto, todos homens; 58 em medida de segurança, sendo 55 homens e três mulheres; e 1.373 presos provisórios, aguardando julgamen-

to, sendo 1.251 homens e 122 mulheres. Todos os presos estavam sob custódia Subsecretaria do Sistema Penitenciários, da Secretaria de segurança Pública e Defesa Social. O sistema penitenciário dispunha de um total de 5.679 vagas (1,29 presos por vaga, a menor taxa de superlotação da região centro-oeste).[25]

Mortes, rebeliões, fugas

Segundo dados oficiais do Distrito Federal, o sistema penitenciário registrou 27 mortes em 2002, sendo 35 resultantes de causas naturais, uma de suicídio e uma de homicídio praticado por outro preso. No mesmo ano, não registrou nenhuma rebelião, mas registrou 132 fugas, das quais 5 de regime fechado e 127 de regime semi-aberto.[26]

Liberdade de Expressão e de Assembléia

Imprensa – assassinato

O ex-policial civil Divino José de Matos, condenado a 14 anos de prisão pela morte do jornalista Mário Eugênio Rafael de Oliveira, assassinado em Brasília em 1984, foi preso em agosto de 2003. Matos, foragido há dois anos, foi detido quando sacava dinheiro em um banco em Brasília. Apesar dessa prisão, a polícia ainda não chegou ao autor intelectual do crime. A provável causa do crime eram as denúncias feitas por Eugênio sobre a existência de um Esquadrão da Morte e de uma quadrilha que agia no roubo de carros em Brasília, envolvendo, ambos os casos, policiais civis e militares.[27]

Imprensa – censura

Em 23 de outubro de 2002, o juiz do Tribunal Regional Federal, Jirar Meguerian, ordenou a busca e apreensão de qualquer matéria do jornal *Correio Braziliense* que vinculasse o governador Roriz aos irmãos e empresários Pedro e Márcio Passos, acusados de irregularidades na distribuição de terras em Brasília. O oficial de justiça e o advogado de Roriz revistaram todos os setores da empresa envolvidos na produção de notícias e revisaram todas as páginas do jornal antes da sua circulação pública. Em vinte e cinco de outubro de 2002, o Tribunal Superior Eleitoral anulou, com cinco votos a favor e nenhum contra, a decisão de Meguerian.[28]

O mesmo juiz Jirair Meguerian emitiu, em 23 de outubro de 2002, ordem de busca e apreensão contra o *Jornal da Comunidade*, de Brasília, impedindo-o de apresentar denúncias contra o candidato ao governo do Distrito Federal pelo Partido dos Trabalhadores, Geraldo Magela.[29]

No dia 30 de setembro de 2002, os jornais *O Globo* e *Correio Braziliense*, entre outros, foram impedidos, por determinação do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, de publicar partes de conversas gravadas com autorização da justiça pela polícia federal sobre a participação de integrantes do governo de Joaquim Roriz em planos de corrupção e distribuição ilegal de terras.[30]

O *Jornal de Brasília* foi censurado, por meio de uma medida preliminar concedida pelo juiz Nívio Gonçalves, vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral, a pedido do candidato do PT ao governo do Distrito Federal, Geraldo Magela, e da Aliança Frente Brasília Esperança, que apoiava sua candidatura. A censura foi motivada pela publicação de matéria, em 14 de outubro de 2002, que mostrava o recebimento de dinheiro para a regularização de condomínios em Brasília.[31]

Imprensa – agressão

O jornalista Dida Sampaio, de *O Estado de S. Paulo*, foi agredido quando registrava um comício de candidatos à Presidência da República e ao governo do Distrito Federal, em 15 de setembro de 2002. Sampaio foi agredido por agentes de segurança dos políticos que, a socos e pontapés, quebraram o flash de sua máquina fotográfica na tentativa de levar o filme do registro. O repórter-fotográfico sofreu escoriações e, antes de registrar a ocorrência policial, fez exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal.[32]

Crianças e Adolescentes

No Distrito Federal, há 11 conselhos tutelares, um conselho municipal de direitos da criança e do adolescente, duas delegacias especializadas em crianças e adolescentes, duas promotorias da infância e da juventude e 1 vara da infância e da juventude e seis centros de defesa dos direitos da criança e do adolescente.[33]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 5% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 0,6% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[34]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 313 denúncias do Distrito Federal, o que representa 17,18 denúncias por 100 mil habitantes – a segunda maior taxa do país, inferior apenas ao do Amazonas.[35]

Trabalho Infanto-Juvenil

No Distrito Federal, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 5,2% da população total desta idade em 1995 para 1,7% em 2000 e 0,8% em 2004.[36]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 2.041 crianças no início de 2005.[37]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, o Distrito Federal tinha 1.423 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 526 (37%) em meio fechado e 897 em meio aberto (63%).[38]

Em outubro de 2004, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) criou uma comissão especial para apurar denúncias de graves violações dos direitos humanos, praticadas contra os adolescentes internos do Centro de Atendimento Juvenil Especializado do Distrito Federal (Caje).[39]

A comissão visitou a instituição, sem prévio aviso, em dezembro do mesmo ano e constatou o tratamento degradante dado aos adolescentes. No Caje, 350 adolescentes ocupavam espaço destinado a 190. Estavam em "celas", que possuíam uma estrutura tipicamente prisional, e que, apesar de terem espaço para abrigar somente dois jovens, em alguns casos abrigava mais de seis. Os adolescentes submetidos à punição disciplinar eram encaminhados para uma ala denominada "castigo". Lá eles permaneciam confinados em tempo integral, sem direito a banho de sol e a contato reservado com os familiares, que em dias de visita se comunicavam com os jovens através de frestas da porta. As condições de higiene deste local eram péssimas, com muita sujeira, lixo e baratas e, ademais, um forte odor. Segundo relatos, durante a noite eram retirados os colchões e os cobertores.

Segundo o relatório, foram instaurados procedimentos para apurar ocorrências de mortes e de agressões de jovens no interior da instituição. Considerando testemunhos dos adolescentes internos, funcionários da instituição e policiais militares, e de relatório redigido pela Comissão de Direitos Huma-

nos da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que noticiou as precárias condições de funcionamento da entidade, o juiz encarregado do processo determinou a adequação do Caje às normas do Conanda, a interdição de algumas alas e a elaboração de novo programa e plano de trabalho para a instituição.

Mulheres

A população do Distrito Federal está composta por 1.221.430 mulheres (53,30%) e 1.070.045 homens (46,70%).[40] A esperança de vida ao nascer é de 70,9 anos para os homens e 78,5 anos para as mulheres, as mais altas do país.[41]

Pesquisa realizada pelo Fórum de Mulheres do Distrito Federal e a Articulação de Mulheres de Brasil, mostrou que, em 2005, foram registradas 4.561 ocorrências na DEAM de Brasília. A maior parte das ocorrências refere-se à ameaça (2.482; 56,9%) e lesão corporal (1.499; 34,3%). No mesmo ano, durante o primeiro semestre, foram noticiados no *Correio Braziliense*, 30 casos de violência contra a mulher, 16 deles foram casos de homicídio.[42]

Em 2003, foram registradas 295 ocorrências de estupro (25,83/100 mil mulheres). Em Brasília foram 31 (28,67/100 mil mulheres). No período de 2001 a 2003 houve uma redução das taxas de ocorrência de estupro que passaram de 43,5/100 mil mulheres em 2001 para 28,67/100 mil mulheres em 2003. Apesar desta redução a média de taxas no período (31,8) ficou acima da média nacional (20,7).[43]

Em 2002, segundo dados do Mapa da Violência IV, 56 mulheres foram assassinadas (5,0/100 mil habitantes), sendo 24 na faixa etária de 15 a 24 anos (9,5/100 mil habitantes).[44] Estes números representam um crescimento da morte violenta de mulheres em relação a 2000 quando foram registrados 4,8 homicídios de mulheres por 100 mil.[45]

As mulheres que residem no Distrito Federal não contam com muitas alternativas de atendimento em casos de violência física ou sexual. Há apenas uma delegacia de defesa da mulher em Brasília e nove postos de atendimento policial especializados no atendimento de mulheres em municípios do entorno.[46] O Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal é responsável pela manutenção da única casa abrigo. A Casa Abrigo do Distrito Federal (CADF) funciona desde 1993. Entre 2000 e 2004 a CADF abrigou 1.703 mulheres e seus filhos, todos em situação de risco decorrente da violência doméstica e sexual vivida no ambiente doméstico. Para ser abrigada a mulher é obrigada a realizar o registro policial da ocorrência. Além da casa abrigo, o Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal também

mantém um Núcleo de Atendimento à Família e autores da violência doméstica e sexual. O núcleo presta atendimento jurídico, social e psicológico para as vítimas e também para os agressores.[47]

Os serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência sexual são assegurados em cinco hospitais públicos.[48]

No Distrito Federal as mulheres também contam com uma Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Mulher (Núcleo de gênero – Pro-Mulher). Entre suas atribuições, a promotoria promove e acompanha medidas judiciais extrajudiciais ou administrativas de prevenção e repressão às violações dos direitos das mulheres.[49]

Não há registros de adesão ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres no Distrito Federal.[50] Em 2003, através de convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulher, foram repassados ao Distrito Federal R$ 217.004,05 (5,71% do total de repasses da secretaria no ano). Em 2004, foram R$ 841.157,20 (8,23% do total) e, em 2005, R$ 616.530,34 (5,29% do total). Em todos os anos, se observa que prevaleceram os convênios com ONGs que aplicaram os recursos em estudos e pesquisas.[51]

Educação

A taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade é de 4,5% para os homens e 3,9% para as mulheres. Entre as mulheres esta é a taxa mais baixa no país. As mulheres predominam entre a população com 12 anos ou mais de estudos (53,0%) e entre a população que freqüenta o ensino superior (53,3%). Estas são as menores taxas verificadas no país, situando-se abaixo das médias nacionais que são de 55,9% e 57,4%, respectivamente.[52]

Trabalho

A participação feminina na população economicamente ativa (PEA) é de 48,08%. Na população feminina ocupada, 8,9% das mulheres estão em cargos de dirigentes (o maior percentual verificado no país, superior à média nacional que é de 3,9%), 35,9% entre trabalhadores em serviços e 0,2% entre trabalhadores agrícolas. Entre os homens os percentuais são: 9,8%, 19,4% e 1,2%, respectivamente.[53]

O rendimento-hora para as mulheres é de R$ 8,30, 16,16% inferior ao rendimento para os homens que era de R$ 9,90. Entre o grupo com 12 anos ou mais de estudos esta diferença é de R$ 18,50/hora para as mulheres R$ 24,10/hora para os homens, ou seja, neste grupo as mulheres recebem 23,24% que os homens.[54]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm risco maior do que os brancos de serem vítimas de violência. De 2000 a 2002, para cada branco, 5,84 afro-descendentes foram mortos, vítimas de agressão, sendo registrada oscilação desta taxa de 5,49 em 2000 para 6,20 em 2001 e 5,86 em 2002.[55]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era 3,18% para a população branca e 5,69 para a população negra. A escolaridade média era de 10,03 anos de estudo para a população branca e 6,52 anos para população negra.[56]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 851,00 para população branca e R$ 382,00 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 9,73 para população branca contra R$ 5,27 para população negra.[57]

Indígenas

No Censo Demográfico de 2000 consta que 7.154 pessoas, o equivalente a 0,97 % da população do Distrito Federal, se declarou indígena.[58] No entanto, esta população indígena não consta como etnia reconhecida nem nos registros da Fundação Nacional do Índio (Funai) nem nos registros do Instituto Sócio Ambiental (ISA).

Idosos

Em 2004, o Distrito Federal tinha 140.766 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 6,1% da população total. Desta população, 21,5% tinha um rendimento médio mensal familiar per capita de um a dois salários mínimos e 17,7% de meio a um salário mínimo.[59]

Portadores de Deficiência

De acordo com o *Relatório sobre a prevalência de deficiências, incapacidades e desvantagens* (2004), realizado em 21 cidades brasileiras, 2,8% da população de Brasília e 4,5% de Taquatinga possui algum tipo de incapacidade.[60]

Migrantes

Em 2004, o Distrito Federal tinha uma população de 1.175.209 migrantes, o que correspondia a 51,29% da população total. O Distrito Federal tem a maior proporção de população migrante na região centro-oeste e no país.[61]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre três homossexuais assassinados em 2003, um em 2004 e nenhum em 2005 no Distrito Federal.[62]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

No Distrito Federal, a proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados diminuiu de 13,3% em 1991 para 6,6% em 2004 (- 50,38%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 15,3% em 1991 para 15,6% em 2004.[63]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 4,2%, e a média de anos de estudo era de 8,8 anos, as maiores da região centro-oeste e do país.[64]

O rendimento/hora da população ocupada era R$ 9,10, o mais alto da região centro-oeste e do país, acima da média nacional de R$ 4,70 e regional de R$ 5,20.[65]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 305,97 e dos 10% mais ricos chegava a R$ 6.490,75 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 153,66 e dos 10% mais ricos chegava a R$ 4.550,52.[66]

Objetivos do Milênio

	1995	2000	2004
Alfabetização Feminina (%)	92,0	94,4	85,5
Alfabetização Masculina (%)	92,5	94,3	96,1
Água Canalizada (%)	92,7	91,8	98,2
Esgotamento Sanitário (%)	91,7	89,3	94,7
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	31,6	35,4	21,7
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	25,8	19	18,4
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	42,4	18,5	-
Sem Rendimento (%) *	40,3	37,8	33,6
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	7,8	9,6	20,6
Telefone (%)	55,6	74,8	69,3
Computador (%)	-	23,9	33,6

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
3.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
4.Distrito Federal (www.distritofederal.df.gov.br).
5.A estrutura organizacional da secretaria foi definida pelas leis 2.997, de 3 de julho de 2002, 3.129, de 16 de janeiro de 2003, e decreto 23.557, de 23 de janeiro de 2003 (regimento interno).
6.Efetivo policial em 2003, dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003, do IBGE (www.ibge.gov.br).
7.Brasil, IBGE 2004b.
8.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
9.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
10.Brasil, Ministério da Justiça 2004b.
11.Brasil, IBGE 2004b.
12.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
13.Mesquita e Loche 2005.
14.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005. O Distrito Federal não disponibilizou o número total de pessoas atendidas no ano.
15.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
16.Distrito Federal (www.distritofederal.df.gov.br).
17.Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/d.
18.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
19.Waiselfisz 2004.
20.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004.
21.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2005. A CPT não disponibilizou dados referentes ao Distrito Federal para 2004.
22.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ouvidoria Agrária 2005 e 2004.
23.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004 e 2005 e Ministério do Trabalho e Emprego, "Cadastro dos Empregadores Portaria 540 de 15/10/2004", lista atualizada em 19/01/200619/01/2006, disponível no web-site do Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br).
24.Brasil, Depen 2006.

25.Brasil, Depen 2006.
26.Lemgruber 2004.
27.Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), *Correio Braziliense*, 09/08/2003.
28.Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP).
29.Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP).
30.Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP).
31.Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP).
32.Associação Nacional de Jornais – ANJ 2002.
33.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp).
34.Brasil, IBGE 2006. Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
35.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
36.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
37.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
38.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no website da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
39.Brasil, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. 2005.
40.Brasil, IBGE, 2005.
41.Brasil, IBGE, 2005.
42.Fórum de Mulheres do Distrito Federal e Articulação de Mulheres Brasileiras 2006.
43.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
44.Waiselfisz 2004.
45.Mesquita e Affonso 2002.
46.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
47.Fórum de Mulheres do Distrito Federal e Articulação de Mulheres Brasileiras 2006.
48.Fórum de Mulheres do Distrito Federal e Articulação de Mulheres Brasileiras 2006.
49.Ministério Público do Distrito Federal (www.mpdft.gov.br/orgaos/PromoJ/promulher/atribuicoes.htm).
50.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm.htm).
51.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidência.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
52.Brasil, IBGE, 2005.
53.Brasil, IBGE, 2005.
54.Brasil, IBGE, 2005.
55.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
56.Pnud 2004.
57.Pnud 2004.
58.Cimi (www.cimi.org.br).
59.Brasil, IBGE 2005.
60.Teixeira, Ângela e Oliveira, Fátima 2004. De acordo com a *Classificación Internacional de Deficiencias, Discapacidades y Minusvalias*, da Organização Mundial da Saúde (1980), o conceito de "incapcidade" diz respeito à "toda restrição ou ausência (devida a uma deficiência) de capacidade para realizar uma atividade considerada dentro dos limites da pessoa humana". O conceito de incapacidade, portanto, difere e é mais restrito que o conceito de "deficiência", que diz respeito "a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica".
61.Brasil, IBGE 2006.
62.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2005 e 2006.
63.Brasil, IBGE 2006.
64.Brasil, IBGE 2006.
65.Brasil, IBGE 2006.
66.Brasil, IBGE 2006.

3.2 Goiás

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

Goiás tem uma área de 340.086,698 km2 e população de 5.619.917 habitantes (16,52/km2), divididos em 246 municípios. A cidade de Goiânia, capital do estado tem 1.201.006 habitantes.[1] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Goiás passou de 0.700 em 1991 para 0.776 no ano 2000 (+ 10,86%).[2] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0.543, baixo da média regional de 0.570 e nacional de 0.559.[3]

Estrutura Institucional

O Estado de Goiás tem uma Secretaria de Segurança Pública e Justiça, à qual estão vinculadas a polícia civil, a polícia militar, o corpo de bombeiro militar, o Departamento Estadual de Trânsito e a Agência Goiana do Sistema Prisional. À secretaria, estão vinculados os conselhos estaduais Penitenciário, de Trânsito, de Segurança Pública, de Direitos Humanos, de Políticas Públicas sobre Drogas, e de Gestão Integrada.[4]

Vinculada à Secretaria de Segurança Pública e Justiça, há uma corregedoria-geral e uma ouvidoria-geral de polícia.[5] A secretaria tem uma gerência executiva para direitos humanos, à qual está vinculada a gerência executiva para os conselhos comunitários de segurança pública.

A administração do sistema penitenciário é feita pela Agência Goiana do Sistema Penitenciário, criada em 1999, responsável pela gerência do sistema prisional e implantação das penas não privativas de liberdade. Em 2002, lei estadual definiu as diretrizes para administração do sistema prisional no estado.[6]

Em Goiás, o efetivo policial era 18.629 em 2003, sendo 3.477 policiais civis, 316 peritos, 13.139 policiais militares e 1.697 bombeiros militares – o que representa 1 policial para cada 301 habitantes.[7] O estado tinha 14 guardas municipais, com um efetivo total de 2.295 guardas.[8]

Goiás possui 242 municípios, dos quais 119 são sedes de comarca.[9] Em 2004, atuavam na justiça estadual 304 juízes, sendo 176 na primeira instância, 32 na segunda instância e 96 nos juizados especiais – o que corresponde a uma taxa de 5,52 juízes por 100.000 habitantes.[10] O estado contava ainda com 23 juízes na primeira instância da Justiça Federal.[11]

Goiás é um dos únicos estados brasileiros, ao lado de Santa Catarina, que não tem Defensoria Pública.[12] O estado tem 89 juizados especiais criminais e 106 juizados especiais cíveis.[13] Tem dois programas de administração alternativa de conflitos.[14]

Políticas de Direitos Humanos

De 2002 a 2004, Goiás assinou 17 convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 3.484.599,60. Destes convênios, sete foram para promoção dos direitos da criança e do adolescente, três para promoção dos direitos humanos, dois para proteção de vítimas e testemunhas, e cinco para proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência.[15]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas de Goiás foi de 5,82%. A despesa média da justiça estadual por habitante foi de R$ 51,41. A participação da assistência judiciária gratuita no total das despesas justiça estadual foi 0,62% e no total das despesas públicas foi de 0,02%, o que representa um investimento médio de R$ 0,32 por habitante. O total de pessoas atendidas no ano pelo judiciário foi de 312.149. A taxa de congestionamento da justiça no estado foi de 83,46% na primeira instância, 9,45% na segunda instância e de 1,91% nos juizados especiais.[16]

Em 2003, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 208.307 processos e 144.243 foram efetivamente julgados, o que representa 69% de processos julgados em relação a novos processos. Na segunda instância, deram entrada 16.545 processos e foram julgados 16.785, o que representa 101% de processos julgados. Ainda em 2003, na primeira instância da justiça federal, foram distribuídos 21.161 processos e julgados 11.030, o que representa 52% de processos julgados.[17]

Direito à Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Tortura

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 45 denúncias de tortura praticada por agentes públicos em Goiás, sendo 11 na capital e 34 no interior do estado. Das 45 denúncias, nove foram arquivadas devido a dados insuficientes ou por tratar de fatos ocorridos antes da lei 9.455/97. Onze denúncias foram enviadas ao Ministério Público, uma delas levou à condenação do acusado, uma foi arquivada por falta de provas, uma foi devolvida devido à insuficiência de dados e oito ficaram sem resposta. Dez denúncias foram enviadas à corregedoria da polícia militar, que instaurou três inquéritos, devolveu uma denúncia por dados insuficientes e não prestou informações sobre as outras seis. Treze denúncias foram encaminhadas à corregedoria da polícia civil, que instaurou um inquérito, no qual nada foi comprovado, declarou-se incompetente para apreciar duas denúncias, negou a veracidade de três denúncias e não prestou informações sobre sete denúncias. A Secretaria da Segurança Pública recebeu seis denúncias das quais encaminhou quatro para a corregedoria-geral. O Comando Geral da Polícia Militar recebeu uma denúncia, mas não prestou informações.[18]

Violência Policial. Execuções e Linchamentos

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, 27 casos de violência policial com 21 vítimas fatais e 43 feridas em Goiás, cinco casos de execução sumária, com 11 vítimas fatais e cinco feridas, e nove casos de linchamento com nove vítimas fatais e duas feridas.[19]

Violência Urbana

Em 2002, Goiás registrou 1.272 mortes por homicídio (24,4/100 mil hab.), dos quais 430 em Goiânia (38,1/100 mil hab.). Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 40,9/100 mil no estado e 72,1/100 mil na capital.[20]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 92 conflitos de terra em Goiás, envolvendo 46.820 pessoas, sem mortes.[21] Em 2004, de

janeiro a agosto, foram 78 conflitos, envolvendo 69.365 pessoas, sem mortes. Em 2005, de janeiro a agosto, foram 28 conflitos, envolvendo 35.750, sem mortes.[22]

A Ouvidoria Agrária registrou 11 ocupações de terra em Goiás em 2004, com uma morte sob investigação e uma morte não relacionada ao conflito agrário. Registrou nove ocupações de terra de janeiro a novembro de 2005, com duas mortes não decorrentes de conflitos agrários.[23]

Trabalho Escravo/Forçado

A Comissão Pastoral da Terra não registrou denúncias de trabalho escravo em Goiás em 2003, mas registrou cinco denúncias em 2004, com 215 pessoas libertadas, e oito denúncias em 2005, com 46 pessoas libertadas. Na "lista suja" do Ministério do Trabalho e Emprego, em janeiro de 2006, havia um empregador explorando trabalho escravo no estado.[24]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

De 2002 para 2005, a população prisional de Goiás aumentou de 5.608 para 9.802 presos (+74,49%). A taxa de encarceramento (número de presos por 100 mil habitantes) passou de 107,63 para 174,42 (+38,29%).[25] Em dezembro de 2005, a população prisional estava distribuída da seguinte forma: 3.498 em regime fechado, dos quais 3.400 homens e 98 mulheres; 485 em regime semi-aberto, dos quais 450 homens e 35 mulheres; 230 em regime aberto, sendo 200 homens e 30 mulheres; 23 em medida de segurança, sendo 20 homens e três mulheres; e 1.990 presos provisórios, aguardando julgamento, sendo 1.900 homens e 90 mulheres. Havia ainda 3.576 presos em estabelecimentos sob custódia da polícia. O sistema penitenciário dispunha de um total de 3.167 vagas para 6.226 presos (1,97 presos por vaga).[26]

Crianças e Adolescentes

Em Goiás, há 187 conselhos tutelares, 151 conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente, três delegacias especializadas em crianças e adolescentes, 12 promotorias da infância e da juventude e uma vara da infância e da juventude.[27]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 10,5% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 18,5% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[28]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 294 denúncias de Goiás, o que representa 6,51 denúncias por 100 mil habitantes.[29]

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito[30]

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada em 2003, com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil relatou casos de estupro, atentado violento ao pudor e prostituição na cidade de Aparecida de Goiânia, em 1997, envolvendo sete adolescentes e o prefeito municipal de Goiás Velho. Em novembro de 1997, o prefeito foi preso em flagrante, em um motel de Goiânia, em companhia de uma aliciadora e de uma adolescente de quatorze anos. Processado, o prefeito foi condenado em dezembro de 2000 a uma pena de total de treze anos e dois meses de prisão, em regime fechado, pelos crimes de estupro e favorecimento à prostituição. No entanto, como havia sido diplomado prefeito de Goiás, não chegou a iniciar o cumprimento da pena, e recorreu, em liberdade, das decisões proferidas no processo. Em fevereiro de 2004, diante da apresentação das certidões de casamento das sete vítimas com terceiros, o Tribunal de Justiça de Goiás extinguiu a punibilidade em relação aos crimes de estupro e atentado violento ao pudor (dez anos e oito meses de reclusão), mantendo apenas a condenação pelo favorecimento à prostituição (dois anos e seis meses de reclusão). O Ministério Público recorreu dessa decisão e o caso foi encaminhado para o Supremo Tribunal de Justiça para julgamento.Há no processo, provas de que as vítimas receberam dinheiro do prefeito em troca dos casamentos. Além disso, seis das sete vítimas casaram-se no mesmo mês (outubro de 2001), sendo três num dia e três no outro. A então advogada do ex-prefeito foi madrinha de todos os casais, mas não quis assinar como testemunha. Ela também pagou por todos os casamentos e conduziu todas as vítimas em seu carro até o Cartório. Até o final dos trabalhos da CPMI, o prefeito continua em liberdade e era candidato à reeleição.

Trabalho Infanto-Juvenil

Em Goiás, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 20,1% da população total desta idade em 1995 para 6,7% em 2000, mas aumentou para 8,5% em 2004.[31]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 37.688 crianças no início de 2005.[32]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, Goiás tinha 1.618 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 176 (11%) em meio fechado e 1.442 em meio aberto (89%).[33]

Mulheres

A população de Goiás é composta por 50,88% de mulheres (2.812.870) e 49,12% de homens (2.715.982). A esperança de vida ao nascer é de 75,9 anos para mulheres e 69,3 para homens.[34]

Em 2003, foram registradas 618 ocorrências de estupro (23,20 ocorrências/100 mil mulheres), 254 destas na capital (42,35/100 mil mulheres), que concentra 41,10% das ocorrências e 22,52% da população feminina. Comparado ao ano anterior, este número se manteve estável, mas representou um aumento de 5,0% em relação a 2001, quando a taxa de ocorrências foi de 37,0 ocorrências por 100 mil mulheres. A média das taxas de ocorrência no período foi de 40,5 ocorrências por 100 mil mulheres, o dobro da taxa média nacional.[35]

Em 2004, entre janeiro e outubro, a Delegacia de Defesa da Mulher de Goiânia registrou 4.983 ocorrências. Em 2005, no mesmo período, foram 5.938 ocorrências. Neste mesmo ano 15 mulheres foram assassinadas por seus companheiros em Goiânia.[36]

Em 2002, 140 mulheres foram assassinadas (5,4/100 mil habitantes), sendo 32 na faixa etária de 15 a 24 anos (6,0/100 mil habitantes).[37] Estes números representam um crescimento da morte violenta de mulheres em relação a 2000 quando foram registrados 5,2 homicídios por 100 mil.[38]

Os serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica e sexual estão concentrados na capital. Existem oito Delegacias Especiais de Defesa da Mulher em funcionamento no estado, uma em Brasília.[39] O Conselho Estadual da Mulher (Conem), com sede na capital, foi criado em 1999.

Mantém entre seus projetos um Disque Denúncia – Violência contra a mulher, que recebe queixas e dá orientações sobre como as mulheres devem proceder nessa situação, e o projeto Saber Legal, um grupo de discussão e orientação para que as mulheres conheçam seus direitos e saibam como agir em caso de violência.[40] Não existem conselhos municipais.[41]

Em 2004, a prefeitura de Goiânia inaugurou o Centro de Referência de Goiânia, para atendimento jurídico, psicológico e de assistência social para mulheres em situação de violência, o único em funcionamento no estado.[42]

Em Goiânia, está instalado o Centro de Valorização da Mulher (Cevam), uma casa–abrigo mantida pelo governo estadual. A casa possui capacidade para abrigar até 30 mulheres com seus filhos, por tempo indeterminado. Para se abrigar na casa, a mulher precisa efetuar o registro da ocorrência policial. Em 2004, a casa recebeu 805 mulheres.[43] Na saúde, três hospitais oferecem serviços de referência para atendimento de vítimas de violência sexual, todos localizados em Goiânia.[44]

Em 2005, a prefeitura municipal de Goiânia aderiu ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres, único município no estado a aderir ao plano.[45] Em 2003 e 2005, não foram realizados convênios com o estado. Em 2004, o estado recebeu R$ 303.337,00 (2,97% dos repasses da secretaria no ano), a maior parte desses recursos repassados através de convênios com a Prefeitura de Goiânia.[46]

Educação

A taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade é de 11,5 para os homens e 9,9 para as mulheres. As mulheres representam 56,9% da população com 12 anos ou mais de estudos e 59,7% entre a população que freqüenta o ensino superior.[47]

Trabalho

As mulheres correspondem a 41,47% da população economicamente ativa. Na população feminina ocupada, 3,7% das mulheres estão em funções de dirigentes, 40,3% de trabalhadores em serviços, e 7,8% de trabalhadores agrícolas. Na população masculina esta distribuição é de 5,8 % de dirigentes, 13,7% de trabalhadores em serviços e 21% de trabalhadores agrícolas.[48]

O rendimento-hora da população ocupada é de R$ 3,60/hora para mulheres, 25% inferior ao rendimento para os homens que era de R$ 4,80. Entre a população com 12 anos ou mais de estudos o rendimento-hora para

as mulheres era de R$ 7,80, 53,85% inferior ao rendimento-hora para os homens que era de R$ 16,90. A maior diferença verificada entre os estados que formam a região centro-oeste.[49]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres é de R$ 170,57 para as mulheres e R$ 266,32 para os homens. Entre os 10% mais ricos o rendimento apurado foi de R$ 2.103,57 para as mulheres e R$ 3.855,97 para os homens.[50]

Afro-descendentes

Em Goiás, os afro-descendentes (negros e pardos) têm risco maior do que os brancos de serem vítimas de violência. De 2000 a 2002, para cada branco, 1,81 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrada oscilação desta taxa de 1,68 em 2000 para 1,94 em 2002 e 1,79 em 2002.[51]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era 8,28% para a população branca e 13,08% para a população negra. A escolaridade média era 7,87 anos de estudo para a população branca e 6,52 anos para população negra.[52]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 380,31 para população branca e R$ 213,95 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 4,28 para população branca contra R$ 2,55 para população negra.[53]

Indígenas

Goiás tem um povo indígena, os Tapuio, com uma população de 235 indígenas (censo de 1998). Estima-se que tenha a menor população indígena entre os estados que têm indígenas no país.[54]

O Estado tem seis terras indígenas, que se encontram nas seguintes situações jurídicas[55]:

Situação	Nº de terras
Registradas	4
Homologadas	0
Declaradas	1
Identificadas	0
A Identificar	0
Reservadas/Dominiais	0
Sem Providências	1

As terras Avá-Canoeiro, Carretão I e II, Karajá de Aruanã I e II são habitadas pelos índios Avá Canoeiro, Tapuia e Karaká respectivamente.

Idosos

Em 2004, Goiás tinha 473.524 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 8,6% da população total. Desta população, 35,3% tinha um rendimento médio mensal familiar per capita de um a dois salários mínimos e 33,0% de meio a um salário mínimo.[56]

Migrantes

Em 2004, Goiás tinha uma população de 1.594.384 migrantes, o que correspondia a 28,84% da população total. Goiás tem a menor proporção de população migrante na região centro-oeste.[57]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre três homossexuais assassinados em 2003, um em 2004 e sete em 2005 em Goiás.[58]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

Em Goiás, a proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados diminuiu de 8,4% em 1991 para 4,7 em 2004 (- 47,61%).

A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos diminuiu de 22,2% em 1991 para 21,7 % em 2004.[59]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era 10,7%, a maior da região centro-oeste. A média de anos de estudo era 6,7 anos.[60]

O rendimento/hora da população ocupada era R$ 4,30, abaixo da média regional de R$ 5,20 e nacional de R$ 4,70.[61]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 217,38 e dos 10% mais ricos chegava a R$ 3.220,77 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 132,87, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 2007,02.[62]

Objetivos do Milênio

	1995	2000	2004
Alfabetização Feminina (%)	84,0	88,2	90,1
Alfabetização Masculina (%)	84,0	87,9	88,5
Água Canalizada (%)	80,5	77,7	96,1
Esgotamento Sanitário (%)	38,3	34,7	33,2
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	18,9	27,4	60,8
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	27,9	21,9	21,3
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	25,1	21,9	-
Sem Rendimento (%) *	39,5	38,3	36
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	19,3	19,8	18,1
Telefone (%)	20,5	38,3	46,3
Computador (%)	-	6,2	11,1

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).

2.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).

3.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.

4.Estado de Goiás, Secretaria da Segurança Pública e Justiça (http://www.sspj.go.gov.br).

5.A Ouvidoria de Polícia foi criada pela lei estadual 14.383, de 31/12/2003, regulamentada pelo decreto estadual 6.161, de 03/06/2005.

6.Estado de Goiás, Secretaria da Segurança Pública e Justiça, Agência Goiana do Sistema Prisional (http://www.agenciaprisional.go.gov.br). A Agência Goiana do Sistema Prisional foi criada pela lei 13.550, de 11 de novembro de 1.999, e regulamentada decreto 5.142, de 11 de novembro de 1.999. A lei 14.132, de 29 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para a administração do sistema prisional do estado. O decreto 5.200, de 30 de março de 2.000, aprovou o Regulamento da Agência Goiana do Sistema Penitenciário, atribuindo-lhe a gerência do sistema prisional e da implantação e implementação das penas não privativas de liberdade no estado. Foi alterado pelo secreto 5.605, de 17 de junho de 2.002, que aprovou novo regulamento da agência, conservando as suas atribuições institucionais.
7.Efetivo policial em 2003, dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003, do IBGE (www.ibge.gov.br).
8.Brasil, IBGE 2004b.
9.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
10.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
11.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
12.Brasil, Ministério da Justiça 2004b.
13.Brasil, IBGE 2004b.
14.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
15.Mesquita e Loche 2005.
16.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
17.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
18.Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/d.
19.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
20.Waiselfisz 2004.
21.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004.
22.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2005.
23.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ouvidoria Agrária 2005 e 2004.
24.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004 e 2005 e Ministério do Trabalho e Emprego, "Cadastro dos Empregadores Portaria 540 de 15/10/2004", lista atualizada em 19/01/200619/01/2006, disponível no web-site do Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br).
25.Brasil, Depen 2006.
26.Brasil, Depen 2006.
27.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp).
28.Brasil, IBGE 2006. . Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
29.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
30.Brasil, Congresso Nacional 2004.
31.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
32.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
33.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no web-site da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
34.Brasil, IBGE, 2005.
35.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
36.*O Popular* (www.mp.go.gov.br/jornais/comments.php), 25/11/2005.
37.Waiselfisz 2004.
38.Mesquita e Affonso 2002.
39.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
40.Estado de Goiás, Conselho Estadual da Mulher – Conem (www.conem.go.gov.br).
41.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
42.Consulado da Mulher (www.consuladodamulher.com.br).
43.*O Popular* (www.mp.go.gov.br/jornais/comments.php), 25/11/2005.
44.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.php
45.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm.htm).
46.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidência.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
47.Brasil, IBGE 2005.
48.Brasil, IBGE 2005.
49.Brasil, IBGE 2005.
50.Brasil, IBGE 2005.
51.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
52.Pnud 2004.
53.Pnud 2004.
54.Instituto Sócio Ambiental – ISA (www.socioambiental.org).

55.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br). Dados atualizados em 17 de dezembro de 2004.
56.Brasil, IBGE 2006.
57.Brasil, IBGE 2006.
58.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2005 e 2006.
59.Brasil, IBGE 2006.
60.Brasil, IBGE 2006.
61.Brasil, IBGE 2006.
62.Brasil, IBGE 2006.

3.3 Mato Grosso

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

O Mato Grosso tem uma área de 903.357,908 km2 e população de 2.803.274 habitantes (3,10 hab/km2), divididos em 139 municípios. Cuiabá, a capital do estado, tem uma população de 533.800 habitantes.[1] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Mato Grosso passou de 0.685 em 1991 para 0.773 no ano 2000 (+ 12,85%) o a mais alta taca de crescimento na região centro-oeste.[2] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0.543, o mais baixo da região centro-oeste, abaixo da média regional de 0.570 e nacional de 0.559.[3]

Estrutura Institucional

Mato Grosso tem uma Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, à qual estão vinculadas a polícia civil, a polícia militar, o corpo de bombeiro militar, Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec), e Departamento Estadual de Trânsito (Detran). Também estão vinculados à Sejusp a Secretaria Adjunta de Justiça e do Sistema Prisional e a Superintendência do Sistema Prisional.[4]

Até março de 2002 o sistema penitenciário estava vinculado à Secretaria de Estado de Justiça, Trabalho e Cidadania. Porém, com o objetivo de diminuir o número de rebeliões, e de facilitar a alocação e transferência de presos provisórios e condenados, o governo do estado unificou a administração de presídios, penitenciárias, cadeias e delegacias na Secretaria Adjunta de Justiça e do Sistema Prisional, vinculada à Secretaria da Justiça e da Segurança Pública. A Secretaria Adjunta se divide em Superintendência Adjunta de Gestão das Penitenciárias e Superintendência Adjunta de Gestão das Cadeias, ambas com direção e orçamento próprios.[5]

O estado tem uma Ouvidoria Geral de Polícia, vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, mas não tem uma ouvidoria específica para o sistema penitenciário.[6]

Mato Grosso apresentou um Plano Estadual de Segurança Pública, apresentado em 2003, com o objetivo de promover a integração operacional entre as polícias e descentralização das atividades policiais, incluindo programas de policiamento comunitário e delegacias itinerantes.[7]

Em Mato Grosso, o efetivo policial era 10.295 em 2003, sendo 2.210 policiais civis, 620 peritos, 6.698 policiais militares e 767 bombeiros militares – o que representa 1 policial para cada 272 habitantes.[8] O estado tinha cinco guardas municipais com um efetivo total de 216 guardas.[9]

Segundo a Ouvidoria Geral de Polícia, mais de 3.200 policiais militares, praticamente metade do efetivo da polícia militar, trabalham em setores administrativos, foram cedidos a outros órgãos ou estão afastados do ofício, cumprindo licença médica e férias. Cerca de 200 policiais militares trabalham junto ao Poder Judiciário e à Assembléia Legislativa.[10]

O Mato Grosso possui 126 municípios, dos quais 53 são sedes de comarca.[11] Em 2004, atuavam na justiça estadual 261 juízes, sendo 234 na primeira instância e 27 na segunda instância – o que corresponde a uma taxa de 9,49 juízes por 100.000 habitantes.[12] O estado contava ainda com 10 juízes na primeira instância da Justiça Federal.[13]

A Defensoria Pública foi criada em 1999 e conta com 60 defensores.[14] O estado tem 60 juizados especiais criminais e 89 juizados especiais cíveis.[15] Não tem programas de administração alternativa de conflitos.[16]

Políticas de Direitos Humanos

De 2002 a 2004, o Mato Grosso assinou oito convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 713.420,00. Desses convênios, cinco foram para promoção dos direitos da criança e do adolescente, um para promoção dos direitos humanos, um para erradicação do trabalho escravo e um para proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência.[17]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas de Mato Grosso foi de 6,19%. A despesa média da justiça estadual por habitante foi de R$ 107,10. A participação da assistência judiciária gratuita no total das despesas justiça estadual foi 0,62% e no total das despesas públicas foi de 0,02%, o que representa um investimento médio de R$ 0,32 por habitante. O total de pessoas atendidas no ano pelo judiciário foi de 170.212. A taxa de congestionamento da justiça no estado foi de 32,29% na primeira instância, 83,47% na segunda instância e 59,48 nos juizados especiais.[18]

Em 2003, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 239.155 processos e 115.966 foram efetivamente julgados, o que representa 48% de processos julgados em relação a novos processos. Na segunda instância, deram entrada 11.722 processos e foram julgados 10.275, o que representa 88% de processos julgados. Na primeira instância da justiça federal, foram distribuídos 17.322 processos e julgados 5.586, o que representa 32% de processos julgados.[19]

Direito à Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Violência Policial

A Ouvidoria Geral de Polícia do Estado atendeu 317 pessoas e recebeu 153 denúncias de janeiro a dezembro de 2005, que deram origem a 153 processos: quatro encaminhados ao corpo de bombeiros, 77 à polícia militar, 56 à polícia civil, 12 ao sistema prisional e quatro para a Diretoria da Polícia Judiciária Civil. Dos 153 processos, 30 (19,60%) foram considerados resolvidos pela Ouvidoria, tendo o inquérito, sindicância ou processo administrativo concluído e remetido à Justiça Comum. Destes 30 resolvidos, um diz respeito ao corpo de bombeiros, 14 à polícia militar, nove à polícia civil, oito ao sistema prisional e dois à Diretoria da Polícia Judiciária Civil.[20]

As principais denúncias disseram respeito a: facilitação de fuga de presos, tráfico de entorpecentes, falsidade ideológica, fraude em pagamento de seguro de vida, negligência funcional, imperícia, concussão, homicídio, tentativa de homicídio, invasão de domicílio, fraude em concurso público, ameaça, agressão, abuso de autoridade, "bico" como segurança particular de propriedades rurais e igrejas, improbidade administrativa, peculato, denunciação caluniosa, estelionato, tentativa e atos libidinosos, extorsão, estupro de presas, roubo, porte ilegal de armas, fraude em recebimento de aposentadorias, segurança particular, grilagem de terras, propina para entrega de veículo retido ilegalmente, formação de quadrilha, embriaguez em serviço, vias de fato entre policiais militares e tiros em via pública.[21]

Além das denúncias, a Ouvidoria recebeu pessoas em busca de orientação jurídica, com problemas diversos, incluindo separação judicial, divórcio, registro de filho de policial, pensão alimentícia, processos pendentes no Comando da Polícia Militar, averbação de dependentes etc. Nesses casos, a Ouvidoria prestou serviços de orientação jurídica, através de um advogado e estagiárias, encaminhamos a pessoa, quando o caso pode vir a resultar em

ação, para os serviços jurídicos gratuitos das universidades e cursos de Direito em Cuiabá, Várzea Grande e no interior.[22]

Tortura

Pastorais e entidades ligadas à defesa dos direitos humanos iniciaram em 2001 a campanha "Tortura é Crime – Denuncie", com o objetivo combater a prática da tortura. Entre 30 de outubro de 2001 e 13 de novembro de 2002, as entidades receberam 128 denúncias, sendo dezesseis classificadas como tortura, das quais onze envolviam policiais militares e civis e agentes carcerários. Em um caso acontecido no interior do estado, dois homens foram vítimas de chutes, socos e asfixia para que confessassem um crime de estelionato.[23]

Em fevereiro de 2003 dois policiais civis foram condenados por crime de tortura praticado no município de Novo Mutum a 242 km ao norte de Cuiabá. O crime aconteceu em abril de 2002, quando os policiais invadiram uma residência em busca de drogas e após encontrarem uma pequena quantidade de entorpecente começaram a torturar os moradores tentando obter informações sobre o restante das drogas. As vítimas foram espancadas com chutes e pontapés, e uma delas sofreu edema pós-traumático no osso do rosto.[24]

SOS Tortura

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 16 denúncias de tortura praticada por agentes públicos em Mato Grosso, sendo quatro na capital e 12 no interior do estado. Das 16 denúncias, uma foi arquivada devido a dados insuficientes. Quinze denúncias foram enviadas ao Ministério Público, que informou estar investigando sete e não prestou informações sobre as outras oito denúncias. Oito denúncias foram encaminhadas à corregedoria da polícia civil, que instaurou dois inquéritos (um deles concluído sem comprovação da denúncia) e não prestou informações sobre as outras seis denúncias.[25]

Violência Policial, Execuções e Linchamentos

Em 2004, um caso de violência policial chamou a atenção porque as vítimas foram agredidas duas vezes no mesmo dia. Dois amigos foram abordados por policiais militares que, segundo uma das vítimas "chegaram e nem pediram documentos, mandaram que a gente ficasse perto do muro de uma ce-

râmica". A outra vítima levou uma coronhada no ombro e dois socos nas costas e só após as agressões os policiais pediram os documentos dos dois rapazes. As vítimas decidiram denunciar os policiais militares e foram até a Companhia de Policiamento de Cães, onde os policiais estavam lotados e reconheceram os agressores. Em seguida foram levados ao local da ocorrência para fazer o reconhecimento, onde os dois foram novamente agredidos com socos e pontapés por aproximadamente 15 minutos.[26]

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, 20 casos de violência policial com 32 vítimas fatais e 32 feridas em Mato Grosso, 13 casos de execução sumária, com 33 vítimas fatais e duas feridas, e oito casos de linchamento com 22 vítimas fatais.[27]

Violência Urbana

Em 2002, o Mato Grosso registrou 963 mortes por homicídio (37,0/100 mil hab.), dos quais 260 em Cuiabá (52,0/100 mil hab.). Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 51,4/100 mil no estado e 109,20/100 mil na capital.[28]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 149 conflitos de terra em Mato Grosso, envolvendo 212.488, com treze mortes.[29] Em 2004, de janeiro a agosto, foram 64 conflitos, envolvendo 62.049 pessoas, com uma morte. Em 2005, de janeiro a agosto, foram 33 conflitos, envolvendo 38.795 pessoas, com nove mortes.[30]

A Ouvidoria Agrária registrou seis ocupações de terra no Mato Grosso em 2004, com três mortes não decorrentes de conflitos agrários. Registrou cinco ocupações de terra de janeiro a novembro de 2005, com duas mortes decorrentes de conflitos agrários e duas mortes sob investigação.[31]

Trabalho Escravo/Forçado

A Comissão Pastoral da Terra registrou 23 denúncias de trabalho escravo no Mato Grosso em 2003, com 729 pessoas libertadas. Registrou ainda 27 denúncias em 2004, com 316 pessoas libertadas, e 17 denúncias em 2005, com 1,700 pessoas libertadas. Na "lista suja" do Ministério do Trabalho e Emprego, em janeiro de 2006, havia dezenove empregadores explorando trabalho escravo no Mato Grosso.[32]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

De 2002 para 2005, a população prisional do Mato Grosso aumentou de 2.673 para 7.221 presos (+170,15%). A taxa de encarceramento (número de presos por 100 mil habitantes) passou de 102,62 para 257,59 (+60,16%) – a mais alta taxa de crescimento da região centro-oeste e a segunda maior do país no período, perdendo apenas para Alagoas.[33] Em dezembro de 2005, a população prisional estava distribuída da seguinte forma: 2.741 em regime fechado, dos quais 2.563 homens e 178 mulheres; 199 em regime semi-aberto, dos quais 197 homens e 2 mulheres; 18 em regime aberto, todos homens; 39 em medida de segurança, sendo 32 homens e sete mulheres; e 4.224 presos provisórios, aguardando julgamento, sendo 3.951 homens e 273 mulheres. O sistema penitenciário dispunha de um total de 4.181 vagas para 7.221 presos (1,73 presos por vaga).[34]

O Ministério Público solicitou a interdição parcial da cadeia pública de Sinop, 500 km ao norte de Cuiabá. Segundo relatório do Ministério Público, a cadeia sofre com a superlotação e péssimas condições de salubridade, com problemas de falta de ventilação e iluminação, banheiros inadequados, fiação elétrica exposta e falta de água. Segundo o relatório: "As celas são pequenas para abrigar 15 a 18 pessoas; as condições de salubridade e alimentação são péssimas, o que leva a problemas de saúde da população carcerária; a superlotação obriga a limitação de visitas de parentes e amigos e isso gera descontentamento e fugas". Os promotores solicitam a remoção dos condenados para presídios e, também, a elaboração de um regime interno para regulamentar a vida carcerária.[35] Apesar do pedido de interdição, a situação da cadeia de Sinop não melhorou. Um ano após a denúncia, cem presos ocupavam espaços destinados a 48, as celas não tinham ventilação e o esgoto corria a céu aberto provocando odor insuportável.[36]

Rebeliões e fugas

Não foi possível levantar dados oficiais relativos a rebeliões, fugas e mortes nos sistema penitenciário do Mato Grosso durante os anos de 2002 a 2004.

Em fevereiro de 2003, na cidade de Sorriso, a 250 km de Cuiabá, uma rebelião, iniciada após uma tentativa de fuga da cadeia local, foi controlada somente depois da transferência de oito presos para a cadeia de Sinop. Os presos reclamavam da superlotação e das precárias condições da cadeia.[37] Cerca de um ano depois, a cadeia de Sorriso enfrentou nova rebelião, motivada por reivindicações semelhantes: revisão de processos, assistência médica,

diminuição da lotação e tempo maior para o banho de sol. Durante o movimento, dois presos foram agredidos pelo grupo que controlava a situação, chegando a ter perfurações nas costas e no peito.[38]

Em janeiro de 2002, ocorreu rebelião na cadeia pública de Rondonópolis, 210 km ao sul de Cuiabá. Durante o período de visitas, os presos atearam fogo nos colchões e quebram a ala velha da cadeia. Eles quebraram as grades de uma cela onde estavam abrigados oito adolescentes que haviam sido transferidos provisoriamente para a cadeia publica, após uma enchente que atingiu a Delegacia da Infância e da Juventude, tomando-os como reféns, juntamente com duas outras detentas.[39] Negociações começaram logo em seguida, porém foram interrompidas até a manhã seguinte. Onze dos rebelados exigiam ser transferidos para a Penitenciária de Mata Grande e outros quinze solicitavam ser transferidos para outros locais, além da revisão de processos de quarenta presos. O acordo foi feito, mas quando a rebelião parecia controlada, foi reiniciada, aparentemente motivada por conflitos entre os presos. As negociações foram retomadas à tarde, quando houve também a liberação das duas detentas e de quatro adolescentes feitos reféns. A rebelião teve novo início e a polícia militar suspeitou que o adiamento das negociações estaria ligado a um possível plano de fuga em massa, por meio de túneis. As autoridades suspenderam o fornecimento de alimentação, energia elétrica e água, até a suspensão da rebelião.[40]

Em 2003, doze presos conseguiram fugir, durante a madrugada, da cadeia de Sorriso. Eles serraram as grades da cela e com os pedaços que haviam cortado conseguiram quebrar os cadeados que davam acesso ao pátio onde tomavam banho de sol. Em seguida, conseguiram chegar ao telhado utilizando-se de uma corda feita de lençóis.[41]

Em 2002, na cadeia pública de Sinop, durante a visita do domingo, os presos de uma cela cerraram as grandes e se abaixaram entre as visitas que se aglomeravam nos apertados corredores da cadeia. Os presos aproveitaram-se do momento em que o portão foi aberto e fugiram em debandada levando uma pessoa como refém que foi arrastada até o portão de saída.[42]

Mortes

Em janeiro de 2004, dois presos foram assassinados na penitenciária de Pascoal Ramos, em Cuiabá. Na mesma semana, um detento foi assassinado durante motim na penitenciaria de Mata Grande. Os rebelados que renderam o carcereiro no momento em que iam tomar banho de sol conseguiram quebrar uma parede e ter acesso ao refeitório onde executaram a vítima.[43]

Liberdade de Expressão e de Assembléia

Imprensa – assassinato

Domingos Sávio Brandão, diretor-presidente do jornal *Folha do Estado*, foi executado, na cidade de Cuiabá, com seis tiros, no dia trinta de setembro de 2002. Na época do crime, a *Folha do Estado* publicava uma série de denúncias sobre o jogo do bicho e o crime organizado no estado do Mato Grosso. Dois dias após o crime, a polícia prendeu Hércules Araújo Agostinho, ex-cabo da Polícia Militar, e Célio de Souza, ex-soldado da Polícia Militar e no dia cinco de setembro de 2003, depois de quase um ano de investigações, a Polícia Civil indiciou o bicheiro João Arcanjo Ribeiro pelo assassinato de Sávio Brandão. Segundo relatório da polícia, as denúncias publicadas no jornal incomodaram Arcanjo, que encomendou então a morte de Brandão. A negociação com Célio Alves de Souza, Hércules de Araújo Agostinho e Fernando Barbosa Belo foi intermediada pelo cobrador João Leite. De acordo com depoimento de Hércules, a morte de Brandão custou R$ 85 mil a João Arcanjo Ribeiro.

O primeiro a ser condenado pelo assassinato de Sávio Brandão foi o ex-cabo da polícia militar Hércules Araújo Agostinho. O julgamento aconteceu no dia doze de dezembro de 2003. O réu foi condenado a dezoito anos de prisão. O segundo julgamento aconteceu no dia primeiro de junho e 2005. João Leite foi condenado a quinze anos e dois meses de prisão, por unanimidade, por agenciar pistoleiros para o crime. Célio Alves de Souza foi condenado no dia dezessete de junho de 2005, a dezessete anos e seis meses de prisão por participar do assassinato do empresário. Ele seria o intermediário entre Hércules e João Leite. Alves também foi acusado de ter arquitetado todo o plano para execução de Brandão. Aproximadamente um mês depois, no dia vinte e quatro de julho, Célio Alves fugiu pelo portão dos fundos da Penitenciária Pascoal Ramos, aproveitando-se do horário de visita, ele pulou quatro muros com a ajuda de uma corda e nas proximidades da rodovia BR-364, nos fundos da unidade prisional, uma pessoa em uma caminhonete o esperava. A Polícia Militar fez barreiras nas saídas da cidade e rondas pelas redondezas, mas não conseguiu recapturá-lo. Em dezesseis de setembro de 2005, o ex-vigia Fernando Barbosa Belo foi condenado a treze anos de prisão. O bicheiro João Arcanjo Ribeiro era o único que ainda não havia sido julgado, pois está preso em Montevidéu, no Uruguai.

Liberdade de Participação Política

Político – assassinato

O vereador e candidato a deputado estadual Valter Pereira (PPB) foi morto a tiros em frente a sua casa na noite de 7 de agosto de 2002, em Várzea Grande, Região Metropolitana de Cuiabá, quando retornava de um comício para o lançamento de sua candidatura. São apontados como principais suspeitos um ex-policial e dois policiais que estavam presos no Batalhão de Guardas da Polícia Militar. Segundo as investigações, os dois policiais presos saíram do batalhão horas antes do crime e retornaram depois que o assassinato havia sido cometido. Este fato fez com que a polícia suspeitasse que esses policiais saíram do presídio para cometer crime.[44]

Crianças e Adolescentes

No Mato Grosso, há 131 conselhos tutelares, 129 conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente, dez delegacias especializadas em crianças e adolescentes, uma promotorias da infância e da juventude e quatro varas da infância e da juventude e um centro de defesa dos direitos da criança e do adolescente.[45]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 20,6% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 19,6% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[46]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 162 denúncias de Mato Grosso, o que representa 7,25 denúncias por 100 mil habitantes.[47]

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito[48]

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), criada em 2003, com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, relatou denúncias de abuso e exploração sexual de crianças na rodovia BR 070 (região de Cárceres e Porto

Lima), BR 174 (região de Pontes e Lacerda), BR 163 (região norte do estado) e BR 364 (região de Cuiabá-Rondonópolis-Araguaia).

Cuiabá

A CPMI recebeu denúncia de que uma boate localizada às margens do Rio Coxipó, em Cuiabá, e freqüentada por pessoas da elite local, promovia a exploração sexual de adolescentes. De acordo com as informações, existiam várias suítes luxuosas na boate, onde eram realizados os programas, e os preços variam entre R$ 300,00 e R$1.200,00. No inquérito, uma das adolescentes encontrada no local informou a polícia que saiu de Porto Velho com destino a Cuiabá, dirigindo-se imediatamente para a boate, onde foi recebida por uma mulher que se dizia responsável pelas meninas do estabelecimento. Além desta, a polícia também encontrou outras adolescentres no local e todas possuíam identidades falsas.

Apiacás

A CPMI recebeu denúncia, em audiência pública, que adolescentes de Goiânia, Rio Verde e Coxim eram levadas, de barco ou avião, para um garimpo em Apiacás, onde eram submetidas à exploração sexual em casas de prostituição, e somente retornam do garimpo quando não possuíam mais condições físicas para realizar programas sexuais. Os depoentes também afirmaram que as autoridades locais tinham conhecimento sobre a existência de exploração sexual de menores na região e que algumas delas até mesmo freqüentam os estabelecimentos onde ocorriam as explorações. Não havia nenhum procedimento investigativo para apurar o caso.

Tangará da Serra

A polícia federal verificou, a partir de notificação da Interpol, a veiculação de imagens pornográficas envolvendo crianças e adolescentes a pela *internet*. O acusado não apenas recebia imagens vindas de vários países como também as divulgava, tendo-as repassado para pelo menos uma pessoa em Tangará da Serra. A partir da localização desse usuário, a polícia federal desvendou uma rede internacional que divulgava imagens de pornografia infantil, bem como identificou "grupos de discussão" criados com esse fim específico. Suspeita-se que as imagens não apenas eram recebidas no Brasil, mas também produzidas no país, sendo algumas delas na própria região do acusado.

Poxoréo

Em audiência pública realizada em Cuiabá, a CPMI recebeu denúncias de que adolescentes eram submetidas a exploração sexual em alguns bares do Jardim Santa Luzia, em Poxoréo. Entre os acusados, foi apontado um ex-policial da cidade que também era proprietário de um destes estabelecimentos. Não havia nenhum procedimento investigativo para a apuraração do caso.

Segundo outra denúncia, um agente da polícia civil foi acusado de explorar sexualmente adolescentes no interior da delegacia de Poxoréo. A exploração se dava quando as adolescentes eram levadas para a delegacia pelo Conselho Tutelar ou por outros órgãos por estarem em situação de vulnerabilidade. A precariedade das políticas públicas e a inexistência de qualquer abrigo onde as adolescentes pudesem passar a noite antes de serem reconduzidas às suas famílias e cidades de origem fazia com que fossem encaminhadas à delegacias. Uma adolescente denunciou o fato ao Conselho Tutelar e à polícia, entretanto, voltou atrás em suas declarações. Até o fial dos trabalhos da CPMI, não havia sido instaurado processo criminal para responsabilizar o agente policial denunciado.

Cáceres

A CPMI recebeu denúncias sobre a existência de uma rede de exploração sexual de adolescentes na cidade de Cáceres. Dois agenciadores foram apontados como responsáveis pela rede. Um dos agenciadores era conhecido por ser pessoa influente no negócio da exploração na região e o outro estava sendo processado por agenciamento para fins de exploração sexual.

Em audiência pública, a CPMI ouviu depoimentos acusando o proprietário de uma boate de Cáceres de agenciar adolescentes para a prostituição e negociar programas sexuais com turistas. Estes programas aconteciam em barcos, conhecidos como "Chalanas do Amor", que navegam no rio Paraguai. Pelos programas era cobrado R$ 300,00 e as vítimas recebiam apenas uma pequena parte deste dinheiro. Ainda segundo os depoimentos, a boate possuia saídas clandestinas, por onde as meninas eram retiradas quando havia diligências policiais. Segundo os depoimentos, o local era muito freqüentado por policiais civis, militares e federais. Não havia nenhum procedimento investigativo para a apurar o caso.

Pontes e Lacerda

Segundo o relatório da CPMI, adolescentes eram submetidas à exploração sexual em uma boate da cidade de Pontes e Lacerda. Segundo o relató-

rio, as adolescentes eram agenciadas pelo proprietário da boate, que pagava a um motorista de van para buscar meninas nas cidades próximas. Após a realização dos programas sexuais, as meninas pagam ao proprietário da boate as despesas com o transporte. Caso a menina não conseguisse realizar nenhum programa, ficava na boate por não poder pagar o retorno para casa. Não havia nenhum outro procedimento investigativo para a apurar o caso.

Trabalho Infanto-Juvenil

Em Mato Grosso, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 20,6% da população total desta idade em 1995 para 7,2% em 2000, mas aumentou para 13,4% em 2004.[49]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 8.547 crianças no início de 2005.[50]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, o Mato Grosso tinha 272 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 127 (47%) em meio fechado e 145 em meio aberto (33%).[51]

Mulheres

A população do Mato Grosso é 50% masculina (1.379.567) e 50% feminina (1.379.567). A esperança de vida ao nascer é de 76 anos para as mulheres e 68,7 para os homens.[52]

Em 2002, 93 mulheres foram assassinadas no estado (7,3/100 mil habitantes), sendo 29 na faixa etária de 15 a 24 anos (10,8/100 mil habitantes), as mais altas taxas da Região centro-oeste.[53] Estes números representam um crescimento da morte violenta de mulheres em relação a 2000, quando foram registrados 6,7 homicídios de mulheres por 100 mil habitantes.[54]

Em 2003, foram registradas 270 ocorrências de estupro no estado (20,96/100 mil mulheres), com aproximadamente 47% destas ocorrências concentradas na capital, onde foram registradas 127 ocorrências (48,75 ocorrências por 100 mil mulheres). Dois fatores dão maior gravidade a estes números. Em primeiro lugar destaca-se o fato da capital concentrar 20% da população feminina. Em segundo lugar, verifica-se que houve um crescimento na taxa de ocorrências que era de 20,3 ocorrências por 100 mil mulheres em 2002.[55]

Apesar da elevada incidência de ocorrências de crimes contra as mulheres, o estado não conta com grande número de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência. Existem no estado três delegacias da mulher, um conselho estadual dos direitos da mulher e três conselhos municipais da mulher. Não existem centros de referência para atendimento da mulher em funcionamento. Três municípios mantêm casas abrigo para mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social: Cuiabá, Rondonópolis e Barra do Garça. Existem dois hospitais que oferecem serviços de referência para atendimento de vítimas de violência sexual. A maior parte destes serviços está localizada na capital e na cidade de Rondonópolis.[56]

A Casa Amparo está instalada em Cuiabá e é mantida pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano. Não há informações disponíveis sobre o número de vagas, mas as mulheres vítimas de violência são acolhidas com seus filhos e podem permanecer por tempo indeterminado. Durante sua permanência na casa as mulheres recebem acompanhamento psicológico, social, jurídico, além de orientações para a reinserção no mercado de trabalho.[57]

Em 2006, onze municípios aderiram ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres.[58] Em 2003 e 2004, o estado não realizou convênio com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Em 2005, o estado celebrou convênios no valor de R$ 363.433,92 (3,12% do total de repasses efetuados pela secretaria no ano). Boa parte desses recursos foi destinada aos governos municipais para construção de centros de referência de atendimento à mulher.[59]

Educação

A taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais era de 9,7 para as mulheres e 10,5 para os homens. As mulheres prevalecem entre a população com 12 anos ou mais de estudos (59,7%) e entre a população que freqüenta o ensino superior (63,6%), as mais altas da região e uma das maiores do país.[60]

Trabalho

A população feminina na população economicamente ativa é de 40,7%, a menor na região e uma das menores do país. Na população feminina ocupada, 33% das mulheres estão na função de trabalhadores em serviços, 19,4% de trabalhadores agrícolas e 3,6% de dirigentes.[61]

O rendimento-hora da população ocupada era de R$ 4,10 para as mulheres, 19,6% inferior ao rendimento da população masculina que era de R$ 5,10. No grupo com 12 anos ou mais de estudos as mulheres recebiam R$ 8,80/hora, 40,94% inferior ao rendimento para os homens que era de R$ 14,90/ hora.[62]

O rendimento médio mensal para os 40% mais pobres da população ocupada era de R$ 208,07 para as mulheres e R$ 298,57 para os homens. Entre os 10% mais ricos, os rendimentos médios são de R$ 2.422,88 para as mulheres e R$ 3.766,65 para os homens.[63]

Afro-descendentes

No Mato Grosso, os afro-descendentes (negros e pardos) têm risco maior do que os brancos de serem vítimas de violência. De 2000 a 2002, para cada branco, 1,93 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrada oscilação desta taxa de 1,83 em 2000 para 2,07 em 2001 e 1,91 em 2002.[64]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 7,27% para a população branca e 12,68% para a população negra. A escolaridade média era de 8,02 anos de estudo para a população branca e 6,71 anos para população negra.[65]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 403,13 para população branca e R$ 214,74 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 5,26 para população branca contra R$ 2,81 para população negra.[66]

Indígenas

O Mato Grosso tem uma população indígena distribuída em 31 povos indígenas e abriga ainda seis povos que vivem entre Mato Grosso e outros estados.[67] A população total é de aproximadamente 25.123 indígenas:[68]

Nome	População censo/estimativa	Ano
Apiaká	192	2001
Arara do Aripuanã	150	1994
Aweti	138	2002
Bakairi	950	1999
Bororo	1024	1997
Cinta Larga (RO / MT)	1300	2003
Enawenê-N awê	320	2000
Ikpeng	319	2002
Iranxe	326	2000
Kaiabi (MT / PA)	1.000	1999
Kalapalo	417	2002
Kamaiurá	355	2002
Karajá (MT / TO / PA)	2.500	1999
Kayapó (MT / PA)	7.096	2003
Kisêdjê	334	2002
Kuikuru	450	2002
Matipu	119	2002
Mehinako	199	2002
Menki	78	2000
Matipu	119	2002
Mehinako	199	2002
Menki	78	2000
Nahukuá	105	2002
Nambikwara (MT / RO)	1145	2001
Naruvoto	78	2003
Panará (MT / PA)	202	2000
Pareci	1.293	1999
Rikbaktsa	909	2001
Tapayuna	58	1995
Tapirapé	438	2000
Trumai	120	2002
Umutina	124	1999
Wauja	321	2002
Xavante	9.602	2000
Yawalapiti	208	2002
Zoró	414	2001

O Estado tem 83 terras indígenas, que se encontram nas seguintes situações jurídicas:[69]

Situação	Nº de terras
Registradas	48
Homologadas	1
Declaradas	2
Identificadas	4
A Identificar	9
Reservadas/Dominiais	1
Sem Providências	18

Cinta-Larga

Os Cinta-Larga vivem em 34 aldeias espalhadas pelas áreas indígenas na região de fronteira entre os estados de Mato Grosso e Rondônia. Suas terras já foram invadidas por empresas de extração de borracha, madeireiros e garimpeiros de diamante. Em 1999 foram descobertas grandes jazidas de diamantes na reserva indígena Roosevelt, situada entre os dois estados. A terra indígena tem sido seriamente afetada por conflitos desde o ano de 2000, quando garimpeiros clandestinos entraram no território em busca de diamantes. Os conflitos entre Cinta-Larga e garimpeiros resultaram no assassinato de dois líderes indígenas: Carlito Cinta Larga, em dezembro de 2001; e César Cinta Larga, em abril de 2002.[70]

Xavantes

No Mato Grosso, há aproximadamente 12 mil Xavantes que vivem em 173 aldeias localizadas nas regiões sudeste e nordeste do Estado.[71]

Na aldeia Sangradouro, localizada no Município de Primavera do Leste, há cerca de 1000 índios vivendo em uma área de 100 mil hectares de terra. No dia 2 de abril de 2003, um indígena desapareceu ao pescar em um pedaço de terra que ainda estava para ser demarcado. O corpo não foi encontrado. Convencidos do envolvimento de fazendeiros com o desaparecimento, os indígenas "apreenderam" equipamentos agrícolas de uma fazenda vizinha.

Um plano de parceria agrícola dos fazendeiros com os indígenas foi então proposto pelo governador do Estado, Blairo Maggi. Neste acordo os

indígenas deveriam abrir mão da demarcação de suas terras. Muitos caciques aceitaram o plano, mas não houve um consenso da comunidade. Além da proposta de "parceria", existia a pressão pelo arrendamento das terras indígenas em favor dos fazendeiros e a abertura de uma estrada que passaria por dentro das terras indígenas, que possibilitaria o escoamento da produção de soja.[72]

Na década de 1960, os Xavantes foram expulsos de suas terras por um complexo agropecuário.[73] Depois de um longo processo de negociação, um decreto do Ministério da Justiça reconheceu uma área de 168.000 hectares, remanescentes da antiga agropecuária Suiá-Missu, como ocupação tradicional dos Xavantes. A portaria foi publicada em outubro de 1993. A terra Marãiwatsede (localizada entre os municípios de Alto Boa Vista e São Félix do Araguaia, a 1060 km de Cuiabá) foi homologada por decreto presidencial em 1998.[74]

Para impedir que os Xavantes retornassem à área da fazenda Suiá-Missu, políticos e fazendeiros da região estimularam a invasão da terra indígena Marãiwatsede e mesmo com a terra demarcada e homologada, os Xavantes foram impedidos de retornar. Em novembro de 2003, os indígenas decidiram reocupá-la. Cerca de 280 famílias ficaram acampadas em condições precárias na beira da BR 158.[75]

Em 2004, quando os indígenas voltaram para ocupar o território, a área estava tomada por pequenos posseiros e grandes fazendeiros. Em agosto de 2004 a reserva estava ocupada por cerca de 400 famílias de posseiros, fazendeiros de soja e madeireiras clandestinas.[76] Neste mesmo mês e ano, devido a péssimas condições do acampamento, poeira da estrada, água insalubre, má alimentação e frio, três crianças xavantes morreram e outras 14 foram internadas com sintomas de pneumonia e desnutrição. No dia 10 de agosto de 2004 os índios retornaram para a terra indígena mesmo com a presença de posseiros em uma parte, mas receberam constantes ameaças dos fazendeiros e vivem em extrema miséria.[77]

Os Xavantes ocupam uma área de cerca de 20 mil hectares nas proximidades do trecho da BR-158, onde ficaram acampados entre novembro de 2003 e agosto de 2004 para exigir o direito de entrar na área, e parte ainda acampava na estrada em 2005.[78]

Saúde

A mortalidade infantil nas aldeias dos povos xavantes é a maior entre os povos indígenas do Brasil. Segundo a Funasa (Fundação Nacional de Saúde), chegando a 133,8 por mil nascidos vivos em 2004.

Idosos

Em 2004, o Mato Grosso tinha 181.149 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 6,6% da população total. Desta população, 34,1% tinha um rendimento médio mensal familiar per capita de meio a um salário mínimo e 32,6% de um a dois salários mínimos.[79]

Migrantes

Em 2004, o Mato Grosso tinha uma população de 1.193.140 migrantes, o que correspondia a 43,24% da população total.[80]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre três homossexuais assassinados em 2003, um em 2004 e quatro em 2005 no Mato Grosso.[81]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

Em Mato Grosso, a proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados diminuiu de 11,9 em 1991 para 5,9 em 2004 (- 50,42%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 21,2 % em 1991 para 23,8 % em 2004.[82]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era 10,1% e a média de anos de estudo era 6,7 anos.[83]

O rendimento/hora da população ocupada era R$ 4,80, abaixo da média regional de R$ 5,20 mas acima da média nacional de R$ 4,70.[84]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 254,04 e dos 10% mais ricos chegava a R$ 3.318,60 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 132,13, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.949,36.[85]

Objetivos do Milênio

	1995	2000	2004
Alfabetização Feminina (%)	84,0	87,7	90,3
Alfabetização Masculina (%)	82,7	87,6	89,5
Água Canalizada (%)	69,3	77,2	83,8
Esgotamento Sanitário (%)	22,	29,3	38
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	45,3	66,7	49,4
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	30,2	22,9	22,2
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	47,1	48	-
Sem Rendimento (%) *	45,7	42,9	31,6
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	13,1	15,6	22,7
Telefone (%)	17,3	33,1	37,4
Computador (%)	-	5,9	12,5

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
3.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
4.Estado do Mato Grosso (www.mt.gov.br) e Estado do Mato Grosso, Secretaria de Justiça e Segurança Pública (www.seguranca.mt.gov.br).
5.Esses dados foram extraídos do site da Secretaria de Justiça e Segurança Publica e de matéria publicada no Diário de Cuiabá, 17/01/02.
6.Estado do Mato Grosso, Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Ouvidoria Geral de Polícia (www.seguranca.mt.gov.br/ouvidoria). A Ouvidoria Geral de Polícia de Mato Grosso foi criada pela lei estadual 7.286/2000, alterada pela lei estadual 7.885/2003, e instalada, efetivamente, em julho de 2003. De acordo com a lei, o Ouvidor de Polícia é escolhido pelo Governador do Estado, em uma lista com três nomes, montada pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, para um mandato de dois anos, com uma recondução.
7.Estado do Mato Grosso, Secretaria de Justiça e Segurança Pública (www.seguranca.mt.gov.br), e Estado do Mato Grosso, Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Ouvidoria Geral de Polícia (www.seguranca.mt.gov.br/ouvidoria).
8.Efetivo policial em 2003, dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003, do IBGE (www.ibge.gov.br).
9.Brasil, IBGE 2004b.
10.Estado do Mato Grosso, Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Ouvidoria Geral de Polícia (www.seguranca.mt.gov.br/ouvidoria).
11.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
12.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
13.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
14.Brasil, Ministério da Justiça 2004b.
15.Brasil, IBGE 2004b.
16.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
17.Mesquita e Loche 2005.
18.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005. O estado não disponibilizou informações sobre a Assistência Judiciária Gratuita.
19.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.

20.Estado do Mato Grosso, Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Ouvidoria Geral de Polícia (www.seguranca.mt.gov.br/ouvidoria).
21.Estado do Mato Grosso, Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Ouvidoria Geral de Polícia (www.seguranca.mt.gov.br/ouvidoria).
22.Estado do Mato Grosso, Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Ouvidoria Geral de Polícia (www.seguranca.mt.gov.br/ouvidoria).
23.Diário de Cuiabá, 15/11/02.
24.*Diário de Cuiabá*, 13/02/03.
25.Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/d.
26.*Diário de Cuiabá*, 06/01/04.
27.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
28.Waiselfisz 2004.
29.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004.
30.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2005.
31.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ouvidoria Agrária 2005 e 2004.
32.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004 e 2005 e Ministério do Trabalho e Emprego, "Cadastro dos Empregadores Portaria 540 de 15/10/2004", lista atualizada em 19/01/200619/01/2006, disponível no web-site do Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br).
33.Brasil, Depen 2006.
34.Brasil, Depen 2006.
35.*Diário de Cuiabá*, 25/01/02.
36.*Diário de Cuiabá*, 05/02/03.
37.*Diário de Cuiabá*, 25/02/03.
38.*Diário de Cuiabá*, 20/01/04.
39.*Diário de Cuiabá*, 15/01/02.
40.*Diário de Cuiabá*, 16/01/02.
41.*Diário de Cuiabá*, 22/02/03.
42.*Diário de Cuiabá*, 21 e 22/01/02.
43.*Diário de Cuiabá*, 17/01/04.
44.*Folha de S. Paulo*, 09/08/2002.
45.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp).
46.Brasil, IBGE 2006. . Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
47.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
48.Brasil, Congresso Nacional 2004.
49.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
50.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
51.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no web-site da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
52.Síntese de Indicadores Sociais, 2005. Brasil, IBGE.
53.Waiselfisz 2004.
54.Mesquita e Affonso 2002.
55.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
56.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
57.Estado de Goiás, Prefeitura de Cuiabá (www.cuiaba.mt.gov.br/smbes/casa_amparo.jsp).
58.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm.htm).
59.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidência.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
60.Brasil, IBGE, 2005.
61.Brasil, IBGE, 2005.
62.Brasil, IBGE, 2005.
63.Brasil, IBGE, 2005.
64.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
65.Pnud 2004.
66.Pnud 2004.
67.Instituto Sócio-Ambiental (www.socioambienatal.org).
68.Brasil, Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio – Funai (www.funai.gov.br).
69.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br). Dados atualizados em 17 de dezembro de 2004.
70.Ver informações sobre os índios Cinta-Larga no capítulo sobre o Estado de Rondônia.
71.Folha Online (www.folha.uol.com.br), 15 / 03 / 2005.
72.Brasil, Congresso Nacional, Câmara dos Deputados 2003.
73.Agropecuária Suiá-Missu, com cerca de 1,5 milhões de hectares ficou conhecida como um dos maiores latifúndios da América Latina.

74.Movimento dos Atingidos por Barragens – Brasil (www.mabnacional.org.br), 07/03/2005.
75.Movimento dos Atingidos por Barragens – Brasil (www.mabnacional.org.br), 07/03/2005.
76.Ambiente Brasil (www.ambientebrasil.com.br), 04/08/2004.
77.Movimento dos Atingidos por Barragens – Brasil (www.mabnacional.org.br), 07/03/2005.
78.*Diário de Cuiabá* (www.diariodecuiaba.com.br), "Marãiwatsede: Xavantes não vão mais evitar embates", 14/08/2005, em Amazônia (www.amazonia.org.br).
79.Brasil, IBGE 2006.
80.Brasil, IBGE 2006.
81.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2005 e 2006.
82.Brasil, IBGE 2006.
83.Brasil, IBGE 2006.
84.Brasil, IBGE 2006.
85.Brasil, IBGE 2006.

3.4 Mato Grosso do Sul

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

O Mato Grosso do Sul tem uma área de 357.124,962 km2 e população de 2.264.468 habitantes (6,34 hab/km2), divididos em 77 municípios. Campo Grande, a capital do estado, tem uma população de 749.768 habitantes.[1] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Mato Grosso do Sul passou de 0.716 em 1991 para 0.778 no ano 2000 (+ 8,66%).[2] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0.531, abaixo da média regional de 0.570 e nacional de 0.559.[3]

Estrutura Institucional

O Mato Grosso do Sul tem uma Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, à qual estão vinculadas a polícia civil, polícia militar, corpo de bombeiro militar e Superintendência de Políticas Penitenciárias. O estado não tem ouvidoria de polícia, nem uma ouvidoria específica para o sistema penitenciário.[4]

No Mato Grosso do Sul, o efetivo policial era 6.895 em 2003, sendo 1.560 policiais civis, 4.324 policiais militares e 1.011 bombeiros militares – o que representa 1 policial para cada 328 habitantes.[5] O estado tinha quatro guardas municipais, com um efetivo total de 253 guardas.[6]

O Mato Grosso do Sul possui 77 municípios, dos quais 50 são sedes comarca.[7] Em 2004, atuavam na justiça estadual 167 juízes, sendo 128 na primeira instância e 25 na segunda instância e 14 em juizados especiais – o que corresponde a uma taxa de 7,49 juízes por 100.000 habitantes.[8] O estado contava ainda com nove juízes na primeira instância da Justiça Federal.[9]

A Defensoria Pública foi criada em 1999 e conta com 60 defensores.[10] O estado tem 60 juizados especiais criminais e 89 juizados especiais cíveis.[11] Não tem programas de administração alternativa de conflitos.[12]

Políticas de Direitos Humanos

De 2002 a 2004, o Mato Grosso do Sul assinou 10 convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$

3.833.292,60. Destes convênios, um foi para combater o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, três para aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, quatro para promoção dos direitos da criança e do adolescente, um para proteção de vítimas e testemunhas, e um para proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência.[13]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Mato Grosso do Sul foi de 4,73%. A despesa média da justiça estadual por habitante foi de R$ 83,04. A participação da assistência judiciária gratuita no total das despesas justiça estadual foi 11,80% e no total das despesas públicas foi de 0,56%, o que representa um investimento médio de R$ 9,80 por habitante. A taxa de congestionamento da justiça no estado foi de 81,91% na primeira instância, 14,72% na segunda instância e 28,08% nos juizados especiais.[14]

Em 2003, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 181.766 processos e 94.076 foram efetivamente julgados, o que representa 52% de processos julgados em relação a novos processos. Na segunda instância, deram entrada 18.343 processos e foram julgados 15.940, o que representa 87% de processos julgados. Na primeira instância da justiça federal, foram distribuídos 22.316 processos e julgados 4.992, o que representa 22% de processos julgados.[15]

Boas Práticas

O Poder Judiciário do Mato Grosso do Sul implantou a Justiça Itinerante em agosto de 2001. Através de uma unidade móvel, um ônibus, para atender comunidades carentes e populações que vivem distante das sedes de comarca. A Justiça Itinerante atende todos os conflitos de competência dos juizados especiais e os de família, que podem ser solucionados de forma consensual. A tentativa de conciliação é feita por conciliadores voluntários e, não sendo possível a conciliação, as partes e os respectivos autos de processo são encaminhados aos juízos competentes, para a solução final da causa, com ampla orientação às partes envolvidas. Além de contar com a presença de dois juízes, a unidade móvel da Justiça Itinerante também tem à sua disposição juízes substitutos, que recebem as reclamações e realizam audiências dentro de um ônibus equipado com infra-estrutura de um cartório normal, com equipamentos de informática, gerador de energia e mobiliá-

rios, permitindo o atendimento e recebimento das reclamações e a realização das audiências.[16]

Outra iniciativa para ampliar o acesso à Justiça é a Justiça Comunitária, que funciona por intermédio dos agentes comunitários, responsáveis em mediar os conflitos da comunidade, prestar orientação às pessoas, encaminhando-as quando necessário aos órgãos competentes. A coordenação da Justiça Comunitária é responsabilidade de um juiz de direito, com a supervisão de um Conselho Consultivo. O Conselho Consultivo é presidido pelo juiz coordenador e formado por um representante do Ministério Público, da Defensoria Pública e da OAB e por um agente comunitário de justiça. Os agentes comunitários, escolhido dentre os moradores dos bairros onde estiver implantada a Justiça Comunitária, são treinados e capacitados e recebem noções de direito para o desempenho de suas funções.[17]

Direito à Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Tortura

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 30 denúncias de tortura praticada por agentes públicos em Mato Grosso do Sul, sendo12 na capital e 18 no interior do estado. Das 30 denúncias, uma foi arquivada devido a dados insuficientes. Dezoito denúncias foram enviadas ao Ministério Público, que informou estar investigando treze e não prestou informações sobre as outras cinco denúncias.

Três denúncias foram encaminhadas à corregedoria da polícia civil, que instaurou dois inquéritos (um deles concluído sem comprovação da denúncia) e não prestou informações sobre a outra denúncia. Uma denúncia foi enviada à corregedoria da polícia militar, que não prestou informação sobre o seu encaminhamento. Dezoito denúncias foram enviadas à Secretaria da Segurança pública, a qual informou ter remetido quatro aos órgãos competentes e não prestou informações sobre as outras 14. No caso de cinco denúncias encaminhadas à Delegacia geral de Polícia, foram instaurados quatro inquéritos. No caso de uma denúncia, esta foi encaminhada ao Comando Geral da Polícia Militar e nada foi comprovado.[18]

Violência Policial. Execuções e Linchamentos

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, 20 casos de violência policial com 21 vítimas fatais e 41 feridas em Mato Grosso

do Sul, 20 casos de execução sumária, com 34 vítimas fatais e cinco feridas, e seis casos de linchamento com sete vítimas fatais.[19]

Violência Urbana

Em 2002, o Mato Grosso do Sul registrou 686 mortes por homicídio (32,0/100 mil hab.), dos quais 239 em Campo Grande (34,5/100 mil hab.). Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 48,9/100 mil no estado e 56,9/100 mil na capital.[20]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 31 conflitos de terra no Mato Grosso do Sul, envolvendo 38.614, com uma morte.[21] Em 2004, de janeiro a agosto, foram 51 conflitos, envolvendo 47.930 pessoas, sem mortes. Em 2005, de janeiro a agosto, foram 39 conflitos, envolvendo 40.575 pessoas, com 28 mortes.[22]

A Ouvidoria Agrária registrou 18 ocupações de terra no Mato Grosso do Sul em 2004, sem mortes. Registrou nove ocupações de terra de janeiro a novembro de 2005, com uma morte não decorrente de conflitos agrários.[23]

Trabalho Escravo/Forçado

A Comissão Pastoral da Terra não registrou denúncias de trabalho escravo no Mato Grosso do Sul em 2003 e 2004, mas registrou uma denúncia em 2005, com dez pessoas libertadas. Na "lista suja" do Ministério do Trabalho e Emprego, em janeiro de 2006, não havia empregadores explorando trabalho escravo no estado.[24]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

De 2002 para 2005, a população prisional do Mato Grosso do Sul aumentou de 4.435 para 8.693 presos (+96,01%). A taxa de encarceramento (número de presos por 100 mil habitantes) passou de 207,18 para 383,89 (+46,03%).[25] Em dezembro de 2005, a população prisional estava distribuída da seguinte forma: 4.438 em regime fechado, dos quais 3.969 homens e 489 mulheres; 594 em regime semi-aberto, dos quais 577 homens e 17 mu-

lheres; 516 em regime aberto, 487 homens e 29 mulheres; e 2.343 presos provisórios, aguardando julgamento, sendo 1.911 homens e 432 mulheres. Havia ainda 802 pessoas presas. O sistema penitenciário dispunha de um total de 3.682 vagas para 7.891 presos (2,14 presos por vaga), o maior déficit de vagas entre os estados da região centro-oeste.[26]

Rebeliões, fugas e mortes

Não foi possível levantar dados oficiais relativos a rebeliões, fugas e mortes nos sistema penitenciário do Mato Grosso do Sul durante os anos de 2002 a 2004. Algumas rebeliões foram noticiadas na imprensa, como a ocorrida no Estabelecimento Penal de Paranaíba, a 240 km de Campo Grande, em 2002. A rebelião durou 25 horas e foi iniciada por 102 detentos que dominaram todas as dependências do presídio, e mantiveram como reféns um carcereiro e seis presos. Outros 22 presos temendo ser assassinados fugiram durante o motim e pediram abrigo em uma delegacia. Isalino Alves e Fábio Antônio Alves não tiveram a mesma sorte: o primeiro foi decapitado e o segundo teve 70% do corpo queimado. As negociações demoraram três horas e tinham como reivindicação a transferência de 19 líderes da rebelião para as cidades de Três Lagoas, Cassilândia e Campo Grande, bem como a presença de representantes da OAB e jornalistas.[27]

No presídio de segurança máxima de Campo Grande, quatro presos foram assassinados em um período de quatro meses (abril a julho de 2002). Um quinto detento foi morto depois de ter tido o olho direito praticamente arrancado. Segundo a direção do presídio, acredita-se que a morte deste detento esteja ligada à delação de uma tentativa de fuga abortada dias antes.[28]

Liberdade de Expressão e de Assembléia

Imprensa – assassinatos

O radialista Samuel Román, que apresentava o programa "A Voz do Povo", na Rádio Conquista FM, foi assassinado com onze tiros quando chegava a sua casa, em 20 de abril de 2004. O crime ocorreu na cidade de Coronel Sapucaia, cidade no Mato Grosso do Sul, localizada na fronteira com o Paraguai. Em seu programa, Samuel Román criticava a alta criminalidade local, denunciava o tráfico de drogas e as atividades ilícitas que ocorriam na região. Além disso, costumava usar seu espaço na rádio para denunciar irregularidades cometidas pelo prefeito Eurico Mariano e, no

programa apresentado antes de ser assassinado, insistiu que a justiça deveria investigar essas irregularidades para que o prefeito não pudesse se candidatar às eleições. Em 2002, Román já havia sofrido outro atentado a tiros depois de ter apresentado um programa na televisão em que denunciou problemas na administração municipal.[29]

O então prefeito da cidade, Eurico Mariano, foi apontado como o principal suspeito de ser mandante do assassinato do radialista e, em junho de 2004, Mariano teve prisão temporária decretada. Contudo, Mariano sumiu da cidade até conseguir *hábeas corpus* no Superior Tribunal de Justiça, pois tinha foro especial por ser prefeito. Em abril de 2005, já na condição de ex-prefeito Eurico Mariano foi denunciado à Justiça, acusado de homicídio doloso.

O ex-prefeito foi preso em 31 de janeiro de 2006, junto com o cunhado Alfredo Rui Dias Arévalos, numa operação do Departamento de Operações de Fronteira, na região de fronteira. Arévalos é acusado de ter arquitetado e contrato oito pistoleiros para matar o radialista. Os policiais cumpriram mandado de prisão expedido pelo juiz César de Souza Lima, da comarca de Amambaí, e Mariano foi encaminhado para a Penitenciária de Segurança Máxima Harry Amorim Costa.[30] Em fevereiro de 2006, entretanto, o Tribunal de Justiça concedeu liminar em *hábeas corpus* ao ex-prefeito e mandou soltar Mariano, em decisão unânime, contra o parecer da Procuradoria de Justiça.[31]

Três dos dez réus denunciados à Justiça de Amambai foram mortos em confrontos na fronteira com o Paraguai. Marcelino Ortiz foi morto há cerca de dois meses e os irmãos Xavier Emilio e Manoel Coronel Fernandes foram executados juntos há pouco mais de 50 dias na região de Capitan Bado. O único réu preso é Cleiton Andrade Segóvia. Os outros réus, Emílio Rojas Gimenes, Rigoberto Rojas Gimenes, Rubens Palácio e Tony Rojas Gimenes, todos eles não têm endereço conhecido. A liberdade a Segóvia foi negada, sob a alegação de que não ficou suficientemente provada a residência fixa e trabalho.[32]

Edgar Ribeiro Pereira de Oliveira, sócio do jornal *Boca do Povo*, foi assassinado com treze tiros em Campo Grande no dia 9 de junho de 2003. O jornal publicava regularmente reportagens polêmicas sobre tráfico de drogas, corrupção, crimes cometidos por assassinos profissionais na região e práticas fraudulentas cometidas por políticos e empresários locais. Por outro lado, Oliveira tinha vários processos por crimes de imprensa, sendo acusado por alguns de seus colegas de usar a chantagem como prática jornalística.[33]

A Delegacia Especializada de Homicídios concluiu, em 8 de setembro do mesmo ano, que Maurício Rodrigues de Almeida e um policial militar da

reserva, Antônio Carlos do Nascimento, estavam envolvidos com o crime. Apesar de os dois terem sido indiciados pelo crime, os promotores de Justiça que atuavam nas varas do Tribunal do Júri consideraram as provas insuficientes e o inquérito foi encaminhado à Unidade de Combate às Organizações Criminosas para que equipes do Ministério Público e das polícias civil e militar continuassem as investigações.

Durante as investigações, o secretário de Infra-Estrutura e Habitação de Campo Grande, Paulo Duarte, foi apontado como um possível mandante do crime e, segundo o *Correio Braziliense*, em 17 de maio de 2005, o nome do secretário apareceu no depoimento prestado ao Ministério Público estadual pelo empresário Allan Ribeiro de Oliveira, irmão de Edgar. Segundo o *Correio Brasiliense*, Allan teria contado que, em fevereiro de 2005, foi informado pelo comandante-geral da polícia militar, coronel José Ivan de Almeida, que o mandante do assassinato de seu irmão seria o secretário Duarte. Allan contou ainda que, segundo o comandante Almeida, foram os policiais e irmãos Hudson e Hudman Ortiz quem teriam executado o crime. O coronel Ivan teria ainda revelado que, alguns meses depois do assassinato do jornalista, os irmãos policiais sofreram um atentado a tiros, matando Hudman e deixando Hudson tetraplégico. Arrependido e revoltado, Hudson teria confessado o crime ao comandante da corporação.[34]

Depois de fazer estas revelações ao Ministério Público, Allan de Oliveira diz ter passado a sofrer ameaças do coronel Ivan, o que o motivou a ter de sair às pressas de Campo Grande acompanhado de sua família. Outro irmão de Edgar, Willian Ribeiro, denunciou que também estava sofrendo ameaças e pediu, no dia 13 de maio de 2005, proteção à Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal.

Liberdade de Participação Política

Políticos – assassinatos

Em fevereiro de 2003, Valdenir Machado, Theófilo Stocker e Ismael Meurer Silveira foram condenados pelo Tribunal do Júri em Campo Grande pelo envolvimento no assassinato da prefeita do município de Novo Mundo, 770 km ao sul de campo Grande, Dorcelina de Oliveira Folador. Machado foi condenado a 13 anos e 6 meses; Stocker e Silveira foram condenados, cada um, a 13 anos na prisão.[35]

Dorcelina Folador foi assassinada com seis tiros de pistola na varanda da sua casa em 30 de outubro de 1999. O crime teve motivação política e foi

encomendado por R$ 35.000,00. Machado, Stocker e Silveira foram condenados por dar apoio ao pistoleiro e aos mandantes do crime. Segundo o Ministério Público, Jusmar Martins da Silva, ex-secretário de Finanças de Mundo Novo, é acusado de encomendar o assassinato. Getúlio Machado é apontado como o pistoleiro que acertou seis tiros em Dorcelina. Machado teve ajuda de seu irmão Valdenir Machado, seu irmão, que recebeu R$ 1.000,00, e dos amigos Stocker e Silveira, que ganharam R$ 1.500,00 cada um. Roldão Teixeira de Carvalho foi denunciado como intermediário entre o mandante do crime e o pistoleiro.

A Organização Mundial do Trabalho instituiu o Prêmio Dorcelina Folador, entregue anualmente ao melhor trabalho de pesquisa consistente com os princípios de segurança econômica mundial, que são promovidos pelo Programa de Segurança Sócio-Econômico.[36] Além de prefeita, Dorcelina Folador era militante do Movimento dos Trabalhadores sem Terra e, portadora de deficiência física, foi fundadora da Associação Mundonovense dos Portadores de Deficiência Física.[37]

Crianças e Adolescentes

No Mato Grosso do Sul, há 79 conselhos tutelares, 77 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, duas delegacias especializadas em crianças e adolescentes, 48 promotorias da infância e da juventude, 2 varas da infância e da juventude e um centro de defesa dos diretos da criança e do adolescente.[38]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 13,7% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 4,7% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[39]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 141 denúncias do Mato Grosso do Sul, o que representa 7,31 denúncias por 100 mil habitantes.[40]

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito[41]

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada em 2003, com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, relatou denúncias de abuso e exploração sexual de crianças na rodovia BR 262 (região de Corumbá) e BR 463 (região de Ponta Porã).

Campo Grande

Por meio de denúncia de familiares, foi levado ao conhecimento do Conselho Tutelar de Campo Grande um negócio de exploração de adolescentes para fins sexuais. A denúncia passou a ser investigada pela polícia e foram identificadas diversas situações de exploração e violência sexual. As investigações também apontaram para um negócio de aliciamento de adolescentes para trabalharem em prostíbulos de Campo Grande e Dourados. Segundo os inquéritos policiais, uma adolescente de dezessete anos aliciava outras adolescentes de seu bairro para irem trabalhar nas casas de prostituição de Dourados. A polícia apurou ainda que alguns vereadores de Campo Grande mantinham programas sexuais com estas adolescentes, tendo sido instaurado processo criminal contra os acusados.

No Bairro do Lajeado, na cidade de Campo Grande, havia uma comunidade espiritualista, formada basicamente por mulheres, que oferecia tratamentos de saúde e espiritual. Familiares das vítimas denunciaram esta comunidade à polícia por abuso sexual. Segundo as denúncias, havia na comunidade um ritual onde o líder religioso incorporava uma entidade, assumindo a assim condição de "marido espiritual das seguidoras". Nesta condição, ocorriam relações sexuais entre ele e as seguidoras. Com a justificativa de rito espiritual, todas as mulheres, inclusive as crianças e adolescentes, eram submetidas a esta prática. Segundo as denúncias, muitas mulheres não abandonavam a comunidade porque eram ameaçadas de morte pelos líder da comunidade. O acusado teria se mudado para Balsas, no Maranhão, assim que a polícia de Mato Grosso do Sul começou a investigar o caso. Em Balsas, o acusado teria criado comunidade semelhante a do Lajeado. Em 2002, representantes da comunidade de Balsas informaram que o acusado havia morrido e apresentaram um atestado de óbito. Contudo, desconfia-se de que o atestado era falso e a morte tenha sido forjada para que o acusado escapasse da justiça.

Segundo o relatório da CPMI, uma adolescente de Londrina-PR, foi explorada pela dona de uma boate de Campo Grande, onde era obrigada a fazer uso de substâncias entorpecentes, fazer programas sexuais e a entregar o dinheiro auferido à boate. Nos depoimentos, a adolescente infomou que só podia sair do estabelecimento em companhia de pessoas de confiança da dona da boate e, no período que lá permaneceu, foi agredida diversas vezes. Contou também que foi submetida, pela dona da boate, a "rituais satânicos" o que lhe ocasionou diversas mutilações físicas. Em julho de 2003, a adolescente conseguiu fugir e o fato foi levado ao conhecimento das autoridades. Em julho de 2003, a polícia abriu inquérito policial para investigar a prática de crimes de lesão corporal, casa de prostituição e rufianismo.

Segundo informações recebidas pela CPMI, havia um esquema de tráfico de adolescentes, trazidas do Sul do Brasil e do Paraguai para Campo Grande, para fins de exploração sexual. Três mulheres foram apontadas como responsáveis por agenciar e trasnportar estas adolescentes. As meninas eram convencidas pelos acusados a deixarem suas famílias em troca de trabalho doméstico e quando chegavam em seu destino, eram mantindas em cárcere privado e submentidas à exploração sexual. Em julho de 2000, apenas uma das três acusadas havia sido condenada pelo crime de rufianismo. A pena foi de três anos e seis meses de reclusão, em regime inicialmente fechado. Mas, de acordo com as informações recebidas, a condenada já está em liberdade e novamente estaria submetendo outras adolescentes à exploração sexual.

Corumbá

Uma rede de tráfico para fins de exploração sexual foi identificada no município de Corumbá, envolvendo aliciadores brasileiros e um empresário boliviano, proprietário de uma boate na cidade de Porto Quijaron, fronteira do Brasil com Bolívia. Segundo informações, o empresário boliviano costumava ir a Corumbá para aliciar adolescentes brasileiras e levá-las para trabalhar em sua boate na Bolívia. Além do boliviano, dois brasileiros também aliciavam garotas em Corumbá. As garotas por eles aliciadas eram levadas para a boate do empresário boliviano e outras casas noturnas da região. Além disso, os brasileiros também aliciavam adolescentes para manter relações sexuais com dois vereadores de Corumbá. Não havia nenhuma investigação para a apurar o caso.[42]

Rio Pardo

Segundo o relatório da CPMI, o líder de uma comunidade religiosa de Rio Pardo foi acusado de abusar sexualmente de meninas, geralmente com doze anos de idade, que pertenciam aquela comunidade. As denúncias relataram episódios que ocorreram em 1989. Na época, adolescentes eram iniciadas sexualmente pelo líder religioso e, a partir de então, passavam a ser suas mulheres. Uma dessas vítimas prestou depoimento à CPMI, informando haver sido submetida a essa situação, oportunidade em que conheceu mais seis adolescentes, igualmente com doze anos de idade, que também tinham sofrido esse mesmo tipo de agressão. Afirmou ainda que, na condição de fiéis, não conseguem sair dessa condição de submissão e violência sexual, porque eram ameaçadas psicologicamente com apelos do castigo divino. Não havia nenhum outro procedimento investigativo para a apurar o caso.

Tacuru

No final de maio do ano de 2003, três adolescentes de Tacuru foram abordadas na cidade de Sete-Quedas e conduzidas à cidade de Corpus Christi, no Paraguai. A pessoa que as abordou, após manter relações sexuais com uma delas, deu-lhes dinheiro para retornarem a Tacuru. Contudo, antes de retornarem, foram abordadas por um outro homem e conduzidas um bar, na própria cidade de Corpus Christi, onde passaram a residir e ser exploradas sexualmente, inclusive, sendo obrigadas a fazer uso de substâncias tóxicas. As adolescentes relataram que recebiam R$ 50,00 por programa sexual e, deste total, cinqüenta por cento era repassado à proprietária do bar, a título de agenciamento. Os custas com alimentação e moradia eram pagos em separado. Sobre este caso, existia um relatório de auditores-fiscais do trabalho de Dourados, mas nenhuma investigação policial.

Trabalho Infanto-Juvenil

No Mato Grosso do Sul, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 19,2% da população total desta idade em 1995 para 6,7% em 2000, mas aumentou para 8,3% em 2004.[43]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 8.006 crianças no início de 2005.[44]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, o Mato Grosso do Sul tinha 288 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 176 (61%) em meio fechado e 112 em meio aberto (39%).[45]

Mulheres

A população do Mato Grosso do Sul é composta por 1.143.398 mulheres (51,11%) e 1.093.533 homens (48,89%). A esperança de vida ao nascer é de 76,3 anos para as mulheres e 69,6 anos para os homens.[46]

Em 2002, 78 mulheres foram assassinadas no estado (7,3/100 mil habitantes), sendo 18 na faixa etária de 15 a 24 anos (8,5/100 mil habitantes).[47] Estes números representam um crescimento da morte violenta de mulheres em relação a 2000, quando foram registrados 6,8 homicídios de mulheres por 100 mil habitantes.[48] Em 2003, foram registradas 250 ocorrências de estupro no estado (23,06/100 mil mulheres). Não há dados disponíveis para a capital.[49]

No estado, funcionam 13 Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, das quais duas estão na capital, um Conselho Estadual da Mulher e um Conselho Municipal, ambos em Campo Grande. Há também três centros de referência para atendimento de mulheres (nos municípios de Camapuã, Campo Grande e Dourados) e duas casas abrigo mantidas pelo governo do estado (uma em Campo Grande e outra em Dourados).[50] O estado mantém duas unidades de Defensoria Pública para a Mulher, uma em Campo Grande e outra em Dourados. As mulheres também contam com dois hospitais que oferecem atendimento nos casos de violência sexual. A maior parte dos serviços encontra-se em Campo Grande, onde residem 33% da população feminina do estado.[51]

Até abril de 2006, nenhum município deste estado havia aderido ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres.[52] Em 2003, o estado recebeu R$ 192.805.52 através de convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (5,97% dos repasses feitos pela secretaria naquele ano), recurso destinado para a implantação de serviços de atendimento ou abrigos para mulheres em situação de risco e também para a capacitação dos funcionários que atuam nas delegacias especializadas de atendimento à mulher. Em 2004, o valor repassado foi de R$ 184.999,00 (1,81% dos repasses feitos pela secretaria). Em 2005, foram R$ 567.555,45 (4,87% do repasses).[53]

Educação

A taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais de idade é de 10,1 para as mulheres e 8,9 para os homens, o que caracteriza uma inversão em relação às taxas de outros estados da região. As mulheres representam 57,4% das pessoas com 12 anos ou mais de estudos e 58,5% das que freqüentam ensino superior.[54]

Trabalho

A participação feminina na População Economicamente Ativa (PEA) é de 43,25%. A distribuição da população feminina ocupada segundo os grupos de ocupação mostra que 4,6% estão em cargos de dirigentes, 39,2 de trabalhadores em serviços e 11,6% de trabalhadores agrícolas. Entre os homens essa distribuição é de 6,7%, 9,5% e 21,5%, respectivamente.[55]

O rendimento-hora da população ocupada era de R$ 4,10/hora para as mulheres, 6,8% inferior ao rendimento para os homens que era de R$ 4,40/hora. No grupo com 12 anos ou mais de estudo o rendimento-hora para as mulheres era de R$ 10,10, 28,87% inferior ao rendimento para os homens que era de R$ 14,20.[56]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres é de R$ 179,72 para as mulheres e R$ 271,85 para os homens. Entre os 10% mais ricos o rendimento apurado foi de R$ 2.210,22 para as mulheres e R$ 3.582,54 para os homens.[57]

Afro-descendentes

No Mato Grosso do Sul, os afro-descendentes (negros e pardos) têm risco maior do que os brancos de serem vítimas de violência. De 2000 a 2002, para cada branco, 1,12 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrada oscilação desta taxa de 1,11 em 2000 para 1,14 em 2001 e 1,12 em 2002.[58]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era 7,05% para a população branca e 12,12% para a população negra. A escolaridade média era 7,83 anos de estudo para a população branca e 6,31 anos para população negra.[59]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 402,28 para população branca e R$ 219,98 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 4,51 para população branca contra R$ 2,63 para população negra.[60]

Indígenas

O Mato Grosso do Sul tem uma população indígena distribuída em 6 povos.[61] Além disso, abriga também indígenas Guaranis e Kaigangs. A população Guarani do Mato Grosso do Sul é de 27.500 pessoas entre Guarani-Nhandeva, em geral identificados apenas como Guarani, e Guarani-Kaiowá.[62] Os outros povos são:[63]

Nome	População censo/estimativa	Ano
Guató	372	1999
Kadiweu	1.592	1998
Kamba	?	—
Kinikinau	250	2005
Ofaíe	56	1999
Terena	15.795	1999

O Estado tem 120 terras indígenas, que se encontram nas seguintes situações jurídicas:[64]

Situação	Nº de terras
Registradas	16
Homologadas	5
Declaradas	3
Identificadas	3
A Identificar	11
Reservadas/Dominiais	8
Sem Providências	74

A situação de confinamento em pequenas terras dos indígenas Guarani-Kaiowá é apontada como sendo a principal causa de violência, incluindo homicídios, suicídios, desnutrição e da falta de recursos econômicos. Os índios vivem em situação de miséria e trabalham muitas vezes como mão de obra barata em usinas de cana de açúcar.

De acordo com a Fundação Nacional de Saúde – Funasa, a região sul do estado abriga 37 mil índios Guarani-Kaiowá. O território indígena originalmente era de três milhões de hectares, hoje os índios vivem em menos de 50 mil hectares. Apesar de existirem vários processos de regularização em andamento, a maior parte das 40 terras indígenas continua nas mãos de fazendeiros que produzem soja para exportação.[65]

No início do século XX, o Serviço de Proteção ao Índio – SPI começou a manter grupos indígenas em reservas oficiais. Os Guarani-Kaiowá remanescentes, que não haviam sido mantidos em reservas oficiais pelo extinto Serviço de Proteção ao Índio, foram expulsos de suas terras tradicionais por grileiros, por empresas particulares e por programas de desenvolvimento agrícola patrocinados pelo governo. Os índios tiveram então que ir para as reservas superlotadas. Muitos passaram a trabalhar em usinas de cana, trabalhando em condições degradantes. Diante dessa situação, sem alternativas, os Guarani-Kaiowá adotaram nos anos noventa uma estratégia de re-ocupação pacífica de pequenos lotes de terra localizados nos territórios tradicionais, chamados de *tekoha.*[66]

A terra indígena Nhande Ru Marangatu, localizada no município de Antônio João, a 450 km de Campo Grande, foi demarcada em outubro de 2004, com uma extensão de 9.300 hectares. Mesmo assim os indígenas estavam vivendo em 26 hectares até retomarem a região provocando uma disputa judicial com os fazendeiros do município, que reivindicaram a área com um processo de reintegração de posse aceito pela Justiça Federal em 1ª e 2ª instâncias. Com a retomada, os Guarani-Kaiowá voltaram a produzir alimentos para subsistência, como mandioca, feijão, batata, arroz, banana.[67]

O território tradicional, Ivy Katu, do povo Guarani-Nhandeva, foi reconhecido pelo Ministério da Justiça através de uma publicação de portaria declaratória da terra no Diário Oficial da União no dia 4 de julho de 2005. A área indígena tem 9.454 hectares e está localizada no município de Japorã, a 472 km de Campo Grande.[68]

Desnutrição

No ano de 2004, a Fundação Nacional da Saúde – Funasa atendeu cerca de 7.320 crianças da etnia Guarani-Kaiowá, menores de 5 anos, das quais 2.000

eram desnutridas ou estavam abaixo do peso normal.[69] Uma criança indígena da aldeia Jaguapiru, em Dourados, de três anos e 11 meses morreu no dia 10 de fevereiro de 2005, vítima da desnutrição de terceiro grau, crise convulsiva e parada cardiorrespiratória. Segundo o nutricionista da Funasa, Antônio Passoni, das duas mil crianças atendidas, pelo menos 250 apresentam grau de desnutrição agudo.[70]

De janeiro a abril de 2005, 28 crianças indígenas faleceram por problemas de saúde, em geral como conseqüência de desnutrição. Além da falta de espaço para a produção, a água contaminada disponível para o consumo dos indígenas foi apontada como uma das causas que dificultam a recuperação das crianças, pois, muitas vezes, os indígenas têm leite em pó, mas não tem água potável para dissolver.

A partir da divulgação das mortes de crianças índias, foram criadas comissões especiais no município de Dourados, na Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para avaliar e apresentar propostas para melhorar a situação dos indígenas no estado. Foram feitas várias campanhas para arrecadação de alimentos, mas nenhuma medida urgente necessária foi tomada para alterar a situação das terras e da reestruturação da economia indígena para a produção de alimentos.[71]

Violência

Goiás é o estado que apresenta a maior taxa de homicídios e suicídios de indígenas, segundo os dados da Fundação Nacional de Saúde – Funasa. Foram registrados 27 homicídios e 46 suicídios em 2002. Em 2003, caiu para 21 o número de homicídios e aumentou para 50 o número de suicídios. Entre janeiro de 2001 e julho de 2003 a Funasa registrou 132 suicídios. Embora não haja um único fator explicativo, o desespero causado pela negação do acesso a terra é uma razão fundamental do alto número de suicídios entre os índios Guarani-Nhandeva e os Guarani-Kaiowá eles.

No primeiro semestre de 2005, foram registradas 20 mortes violentas indígenas no Mato Grosso do Sul. Entre janeiro e março de 2005, notícias de seis assassinatos e dez suicídios de indígenas foram publicadas nos jornais do Mato Grosso do Sul.[72]

Entre os dias 12 e 13 de março, três mortes violentas de indígenas Guarani-Kaiowá.[73] Marcos Verón, cacique Guarani-Kaiowá de 72 anos, que liderava um grupo de pessoas na ocupação de um território indígena morreu no hospital depois de ter sido espancado. O grupo, que se reunira inicialmente no dia 11 de janeiro de 2003, tentava reocupar pacificamente uma pequena área do território indígena de Takuara, localizada na fazenda Brasília

do Sul, no município de Juti, Mato Grosso do Sul, da qual foram expulsos em 1953. Na madrugada do dia 13 de janeiro um grupo de cerca de 30 homens atacou o acampamento dos indígenas. O acontecimento foi narrado por Ladio Verón, "Ava Taperendy'i", filho de Marcos, num documento entregue à Anistia Internacional, no qual conta que os homens chegaram em carros com as luzes apagadas, ascendendo-as ao chegarem mais perto das barracas, quando desceram dos carros um deles começou a atirar em direção aos índios, nisso outros soltaram rojões e atiraram com revólveres em direção as barracas e soltaram bombas. O cacique Marcos Verón foi pego em uma das barracas, e espancado com chutes até parar de se mexer quando atingiram sua cabeça e seu rosto. Marcos Verón e seu filho foram abandonados na beira da estrada pelos mesmos homens. Marcos foi levado ao hospital onde não resistiu aos ferimentos e morreu.

A Funai e a polícia garantiram que não haveria expulsão forçada do grupo e um acordo seria negociado de forma pacífica com o proprietário. Mas os eventos se tornaram violentos no dia 12 de janeiro, quando um grupo de empregados da fazenda e jagunços atirou contra um caminhão que transportava os índios. Reinaldo Verón de 14 anos foi ferido na perna por uma bala.[74]

No dia 26 de junho de 2005, um indígena foi morto e outros cinco ficaram feridos após a reação de fazendeiros a uma retomada de terra, a *tekoha* (terra tradicional Guarani) Sombrerito, no município de Sete Quedas, cerca de 470 km de Campo Grande. De acordo com os relatos, 30 pistoleiros chegaram, na manhã do dia 26, em duas pick-ups e desceram atirando. Um dos tiros matou o indígena Dorival Benitez, e seu irmão Ari Benitez foi ferido no braço. Outro indígena teve o olho ferido, um jovem de 19 anos sofreu leves ferimentos e uma mulher grávida foi espancada.[75] O caminhão que transportava os indígenas foi queimado.[76]

Idosos

Em 2004, o Mato Grosso do Sul tinha 182.310 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 8,2% da população total. Desta população, 35,2% tinha um rendimento médio mensal familiar per capita de um a dois salários mínimos e 31,0% de meio a um salário mínimo.[77]

Portadores de Deficiência

De acordo com o *Relatório sobre a prevalência de deficiências, incapacidades e desvantagens* (2004), realizado em 21 cidades brasileiras, 4,8% da população de Campo Grande possui algum tipo de incapacidade.[78]

Migrantes

Em 2004, o Mato Grosso do Sul tinha uma população de 690.847 migrantes, o que correspondia a 30,89% da população total.[79]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre três homossexuais assassinados em 2003, um em 2004 e um em 2005 no Mato Grosso do Sul.[80]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

No Mato Grosso do Sul, a proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados diminuiu de 12,8% em 1991 para 6,2% em 2004 (- 51,56%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 21,5% em 1991 para 22,9 % em 2004.[81]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era 9,5% e a média de anos de estudo era 6,7 anos.[82]

O rendimento/hora da população ocupada era R$ 4,30 abaixo da média regional de R$ 5,20 e da média nacional de R$ 4,70.[83]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 226,41 e dos 10% mais ricos chegava a R$ 3.055,78 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 128,40 e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.975,88.[84]

Objetivos do Milênio

	1995	2000	2004
Alfabetização Feminina (%)	83,1	88,1	89,9
Alfabetização Masculina (%)	85,4	89,5	91,1
Água Canalizada (%)	84,5	89,8	96,6
Esgotamento Sanitário (%)	14	17,5	11,5
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	59,4	37	79,0
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	30,2	22,9	22,2
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	52,4	42,6	-
Sem Rendimento (%) *	40,5	40,3	36,2
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	15,5	18,2	11,9
Telefone (%)	22,1	45,4	47,5
Computador (%)	-	7,4	9,9

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
3.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
4.Estado do Mato Grosso do Sul (www.ms.gov.br) e Estado do Mato Grosso do Sul, Secretaria de Justiça e Segurança Publica (www.sejusp.ms.gov.br).
5.Efetivo policial em 2003, dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003, do IBGE (www.ibge.gov.br).
6.Brasil, IBGE 2004b.
7.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
8.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
9.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
10.Brasil, Ministério da Justiça 2004b.
11.Brasil, IBGE 2004b.
12.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
13.Mesquita e Loche 2005.
14.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005. O estado não disponibilizou o número total de pessoas atendidas no ano.
15.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
16.Estado do Mato Grosso do Sul, Tribunal de Justiça (www.tj.ms.gov.br).
17.Estado do Mato Grosso do Sul, Tribunal de Justiça (www.tj.ms.gov.br).
18.Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/d.
19.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
20.Waiselfisz 2004.
21.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004.
22.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2005.
23.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ouvidoria Agrária 2005 e 2004.
24.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004 e 2005 e Ministério do Trabalho e Emprego, "Cadastro dos Empregadores Portaria 540 de 15/10/2004", lista atualizada em 19/01/200619/01/2006, disponível no web-site do Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br).

25.Brasil, Depen 2006.
26.Brasil, Depen 2006.
27.*O Estado de S.Paulo*, 12/02/02.
28.*Correio do Estado*, 30/08/02.
29.Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP 2006 e 2005; Associação Nacional de Jornais – ANJ 2004.
30.*O Correio do Estado*, de 02/02/2006; Campo Grande News (www.campograndenews.com), "DOF confirma prisão e transfere Mariano para presídio", 31/01/2006.
31.Campo Grande News (www.campograndenews.com), "Contra parecer do MP, TJ manda soltar Eurico Mariano" e "Ex-prefeito de Coronel Sapucaia já está em liberdade", 15/02/2006.
32.Campo Grande News (www.campograndenews.com), "Três suspeitos da morte de radialista foram assassinados", 13/12/2005.
33.Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP 2003; e Associação Nacional de Jornais – ANJ.
34.Campo Grande News (www.campograndenews.com), "Zeca diz que secretário Paulo Duarte é intocável", e 18/05/2005, "Coronel nega ter envolvido secretário em assassinato", 17/10/2005.
35.*Consultor Jurídico*, "Punição em MS: Assassinato de prefeita tem três primeiras condenações", 25/02/2003.
36.Organização Internacional do Trabalho (www.ilo.org/public/english/dialogue/actrav/new/newsletter/april.htm), "Dorcelina Folador Prize", news letter de abril de 2001.
37.Missão Urbana e Rural, Comitê Dorcelina Vive (http://www.mur.com.br/dorcelinavive/default.cfm).
38.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12/01/2006.
39.Brasil, IBGE 2006. . Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
40.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
41.Brasil, Congresso Nacional 2004.
42.Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Criada por meio do Requerimento nº 02, de 2003-CN, "com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil". Brasília: Congresso Nacional, jul/2004
43.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
44.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
45.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no website da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
46.Brasil, IBGE, 2005.
47.Waiselfisz 2004.
48.Mesquita e Affonso 2002.
49.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
50.Fundação Getúlio Vargas, Programa de Gestão Pública e Cidadania 2004.
51.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
52Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm.htm).
53.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidência.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
54.Brasil, IBGE, 2005.
55.Brasil, IBGE, 2005.
56.Brasil, IBGE, 2005.
57.Brasil, IBGE, 2005.
58.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
59.Pnud 2004.
60.Pnud 2004.
61.Instituto Sócio Ambiental – ISA (www.socioambiental.org).
62.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), 02/03/2005.
63.Instituto Sócio Ambiental – ISA (www.socioambiental.org).
64.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br). Dados atualizados em 17 de dezembro de 2004.
65.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), 14 /04/2005, informe 659.
66.Anistia Internacional 2005.
67.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), 03 /03/2005.
68.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), 07/07/2005.
69.Folha Online, 30 / 03 / 2005, "Chega a 15 o número de crianças mortas em MS", Hudson Corrêa, da Agência Folha, em Campo Grande. (www.folha.com.br)
70.Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (www.cedefes.org.br), 11 / 02 / 2005
71.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), 14 /04/2005Cimi, Informe 659.
72.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), 14 /04/2005, Informe 659.
73.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), 14 /04/2005, 659.
74.Anistia Internacional 2005.
75.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), 01 /07/2005.
76.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), 26/06/2005.
77.Brasil, IBGE 2005.

78.Teixeira, Ângela e Oliveira, Fátima 2004. De acordo com a *Classificación Internacional de Deficiencias, Discapacidades y Minusvalias*, da Organização Mundial da Saúde (1980), o conceito de "incapcidade" diz respeito à "toda restrição ou ausência (devida a uma deficiência) de capacidade para realizar uma atividade considerada dentro dos limites da pessoa humana". O conceito de incapacidade, portanto, difere e é mais restrito que o conceito de "deficiência", que diz respeito "a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica".
79.Brasil, IBGE 2006.
80.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2005 e 2006.
81.Brasil, IBGE 2006.
82.Brasil, IBGE 2006.
83.Brasil, IBGE 2006.
84.Brasil, IBGE 2006.

Região Norte

4.1 Acre
4.2 Amapá
4.3 Amazonas
4.4 Pará
4.5 Rondônia
4.6 Roraima
4.7 Tocantins

4.1 Acre

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

O Acre tem uma área de 152.581,40 km2 e população de 669.736 habitantes (4,38 hab/km2), divididos em 22 municípios.[1] Rio Branco, capital do estado, tem uma população de 305.731 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Acre, que passou de 0,624 em 1991 para 0,697 no ano 2000 (+11,70%), é o menor da região norte.[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0.574, o mais alto da região norte, acima da média regional de 0.525 e nacional de 0.559.[4]

Estrutura Institucional

Em 2002, através da Lei Complementar 115, a Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (Sejusp) passou a ser responsável pela coordenação e integração das ações da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Departamento Estadual de Trânsito e Departamento de Administração Penitenciária. Em 2003, a Sejusp anunciou um processo de reestruturação interna, visando: subordinar os órgãos executivos à Secretaria; criar um departamento de perícias autônomo da Polícia Civil, uma academia integrada de polícia, departamento integrado de inteligência integrada, uma corregedoria integrada e de uma ouvidoria de polícia; além de criar ou reestruturar os conselhos estaduais do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas, de Assuntos Penitenciários, de Entorpecentes e de Trânsito.[5]

Até junho de 2005, o Acre não tinha nem Ouvidoria de Polícia nem do Sistema Penitenciário. O Ministério Público tem uma Coordenadoria de Controle Externo da Atividade Policial e um Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado. A Defensoria Pública foi criada em 2001 e conta com 34 defensores.[6] O estado tem dezessete juizados especiais criminais e dezesseis juizados especiais cíveis.[7] Tem ainda dois programas de administração alternativa de conflitos.[8]

Apesar de ter apenas 22 municípios, o estado tem municípios, como Manoel Urbano, que não têm delegado permanente, juiz, promotor e defensor público.[9] O efetivo policial era 4.038 em 2003, sendo 900 policiais civis, 117 peritos, 2.718 policiais militares e 303 bombeiros, o que representa 1 policial para cada 149 habitantes.[10] O Acre não possui guarda municipal.[11]

O Acre é o único estado do país que apresenta uma comarca constituída em cada um de seus municípios.[12] Em 2004, a justiça estadual contava com 69 juízes, sendo 39 na primeira instância, nove na segunda instância e 12 em juizados especiais, o que corresponde a uma taxa de 10,95 juízes por 100.000 habitantes.[13] Havia ainda cinco juízes na primeira instância da justiça federal, em 2003.[14]

Políticas de Direitos Humanos

O Acre não tem um plano estadual de direitos humanos. Mas o plano estadual de segurança pública, anunciado em 2003, apresenta como objetivos do governo estadual e da política estadual de segurança pública: reduzir a criminalidade e a insegurança pública; reduzir a corrupção e a violência policial; promover a expansão do respeito às leis e aos direitos humanos; bloquear a dinâmica de recrutamento pelo tráfico de crianças e adolescentes; eliminar o poder armado dos criminosos que impõem sua tirania territorial a comunidades vulneráveis e a expandem sobre crescentes extensões de áreas públicas; valorizar os policiais e as polícias, reformando e requalificando as polícias, levando os policiais a recuperarem a confiança popular e reduzindo o risco de vida que estão submetidos; ampliar a eficiência da organização policial; aplicar com rigor e equilíbrio as leis no sistema penitenciário, respeitando os direitos dos apenados e eliminando suas relações com o crime organizado.[15]

De 2002 a 2004, o Acre assinou onze convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 2.343.206, 63. Destes convênios, três foram referentes à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, três à promoção dos direitos da criança e do adolescente, dois à proteção de vítimas e testemunhas, dois à promoção dos direitos humanos (balcão de direito e justiça comunitária), e um à implantação de banco de dados sobre pessoas portadoras de deficiência.[16]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Acre foi de 4,76%. A despesa média da justiça estadual por habitante foi de R$ 101,82. O estado não disponibilizou informações sobre o número de pessoas atendidas com a assistência judiciária gratuita. Para 2004, a taxa de congestionamento da justiça no estado estava disponível apenas para os juizados especiais, e era de 5,9 %.[17]

Em 2003, 58.078 processos deram entrada na primeira instância da Justiça Comum, e 47.847 foram julgados, o que representa uma taxa de 82% de processos julgados em relação a novos processos. No mesmo ano, 1.336 processos deram entrada na segunda instância da Justiça Comum; 1.428 foram julgados, o que representa 107% de processos julgados, uma das melhores taxas do país. Ainda em 2003, foram distribuídos na primeira instância da Justiça Federal 2.825 processos e 1.215 foram julgados, o que representa 43% de processos julgados.[18]

Boas Práticas

Em 2003 e 2004, o Tribunal de Justiça do Acre assinou dois convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República visando fornecer documentação básica e orientação jurídica a populações do Alto Rio Acre (R$ 67.758,50) e desenvolver o programa Justiça Comunitária para prestação de assistência jurídica e conciliação promovida por agentes comunitários (R$ 89.964,00).

De 2002 a 2004, a Secretaria de Justiça e Segurança Pública assinou um convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos para implementação do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas (no valor total de R$ 357.227,00), e um convênio para implantação do Centro de Apoio a Vítimas de Crime, visando fornecer assistência psicológica, social e jurídica a vítimas de violência e seus familiares (R$ 120.435,00).

A organização não governamental Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular (CDDHEP) desenvolve dois projetos que têm entre seus objetivos ampliar o acesso à justiça: a) "Direitos Humanos na Amazônia e Construção da Cidadania", através de campanhas em oficinas em seis municípios do estado; b) "Acesso à Justiça: Formação de promotoras e promotores legais populares, visando em particular enfrentar o problema da violência intrafamiliar".

Direito à Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Violência Policial, Execuções e Tortura

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular (CDDHEP) acompanha o processo judicial de dois casos de execução sumária, ainda sem solução: a) o caso de Vilmar Rocha Brandão, assassinado por policiais militares e um promotor de justiça em 2002[19], e b) o caso de Luziene Queiroz

de Moraes, jovem de 17 anos que foi vítima de estupro e assassinada em 1999 no município de Sena Madureira. Neste último caso, três jovens foram inicialmente indiciados no inquérito, passaram mais de dois anos presos, sofrendo torturas praticadas por policiais civis e militares, e posteriormente foram absolvidos pelo Tribunal do Júri. Libertados, os três jovens continuaram a ser monitorados pela polícia e um deles entrou no programa de proteção a vítimas e testemunhas. Novo inquérito foi realizado em 2002, que aponta como suspeitas pessoas influentes na cidade, entre os quais o filho da prefeita e o de um deputado estadual.[20]

O assassinato de um policial do serviço reservado da Polícia Militar e de dois traficantes, em 21 de maio de 2001, caso conhecido como Chacina da Floresta, continua sem solução. Segundo as investigações do Ministério Público, um grupo de quatro policiais militares, entre eles um oficial, envolvidos com o crime organizado, seria responsável pela execução do policial militar, que se preparava para apresentar informações sobre a atuação da organização criminosa. Outra versão diz que o policial do serviço reservado foi assassinado por não aceitar participar de um esquema de extorsão dos dois traficantes.[21]

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu seis denúncias de tortura praticada por agentes públicos no estado do Acre, sendo três na capital e três no interior. Das seis denúncias, uma foi arquivada devido a dados insuficientes e três foram enviadas ao Ministério Público, que as encaminhou ao responsável pelo controle externo das atividades policiais, sendo então instaurados 3 inquéritos na corregedoria da Polícia Civil e 3 inquéritos na corregedoria da Polícia Militar. Todos os seis inquéritos foram arquivados.[22]

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, nove casos de violência policial no Acre, com sete vítimas fatais e 27 feridas, sete casos de execução sumária, com sete vítimas fatais e cinco feridas, e dois casos de linchamento com uma vítima fatal.[23]

Violência Urbana

Em 2002, o Acre registrou 151 mortes por homicídio (25,7/100 mil hab.), das quais 120 em Rio Branco (44,8/100 mil hab.), havendo um crescimento contínuo da taxa de homicídios desde 1999. Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 52,3/100 mil no estado e 93,1/100 mil na capital.[24]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou treze conflitos de terra, envolvendo 5.206 pessoas, nos quais uma pessoa foi morta.[25] Em 2004, de janeiro a agosto, foram dezesseis conflitos, envolvendo 8.901 pessoas, sem mortes. Em 2005, no mesmo período, foram seis conflitos, envolvendo 6.000 pessoas, sem mortes.[26]

Trabalho Escravo/Forçado

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, não houve denúncias de trabalho escravo no Acre em 2003, 2004 e de janeiro a agosto de 2005.[27]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

No Acre, a população prisional em dezembro de 2005 era de 2.565 presos, 2.548 em unidades do sistema penitenciário e 17 em unidades policiais. No sistema penitenciário, o número de presos provisórios era 1.080 (42,39%), sendo 1.004 homens e 76 mulheres. O número de presos condenados era 1.468 (57,61%), sendo 1.421 homens e 47 mulheres. Dos presos condenados, 888 estavam em regime fechado, 276 em regime semi-aberto, 297 em regime aberto e 7 em medida de segurança.[28]

A população prisional aumentou de 1.451 em 2002 para 2.565 em 2005 (+ 76,77%). A taxa de encarceramento de presos por 100 mil habitantes, a mais alta da Região norte e a segunda mais alta do país (atrás apenas do Mato Grosso do Sul), passou de 247,21 em 2002 para 382,99 em 2005 (+ 35,45%).[29]

O número total de vagas no sistema penitenciário passou de 691 em 2002 para 1.029 em 2005 (+ 148,91%), enquanto o déficit de vagas aumentou de 693 para 1.519 (+ 219,19%). O número de presos por vaga aumentou de 2,0 em 2002 para 2,48 em 2005 (+48,0%).[30]

Com relação ao perfil dos detentos, no ano de 2003, 2.046 (96,1%) presos eram do sexo masculino e 82 (3,9%) eram do sexo feminino; 8,7% possuíam idade intermediária entre os 18 e 20 anos, 38,5% entre os 20 e 25 anos, 24,2% entre os 25 e 30 anos, 20,3% entre os 30 e 40 anos, 5,8% entre os 40 e 50 anos e 2,5% 50 ou mais anos de idade. Quanto ao grau de instrução dos presos, no referido ano, registra-se: 12,6% eram analfabetos;

37,8% possuíam ensino fundamental incompleto; 37,2% possuíam ensino fundamental completo; 5,5% cursaram de forma incompleta o ensino médio; 5,7% obtiveram formação completa no ensino médio; 1% chegou a se matricular em cursos de nível superior, mas não os concluíram e 0,2% conseguiu completar seus estudos em nível superior. Com relação a estes últimos números apontados, é importante sublinhar que 13,6% dos detentos, no ano de 2003, continuaram seus estudos dentro dos muros do sistema prisional.[31]

Também se pode traçar – para o ano de 2003 – o perfil dos presos segundo o artigo do código penal que ensejaram sua condenação; neste sentido, tem-se que: 19,9% dos presos foram condenados por infringirem o código 121 (homicídio simples) do Código Penal; 2,9% por infringirem o código 129 (lesão corporal); 14,7% por infração ao código 155 (furto); 14,4% condenados por roubo (artigo 157 do Código Penal); 24,7% foram condenados conforme prescrito no artigo 12 (legislação especial), 1,8% por infringirem o código 14 (crime consumado ou tentado) e 22% foram condenados por desrespeitarem outro dispositivo jurídico do Código Penal.[32]

Rebeliões, mortes e tortura

Em 2002, segundo dados oficiais, o estado registrou um caso de rebelião, fuga de oito presos, que se encontravam em regime fechado, e uma morte de preso, provocada por outro preso.[33]

Outros casos de violência e desrespeito aos Direitos Humanos, contudo, foram registrados pela imprensa local. Conforme estes veículos de informação, uma briga entre presos, que quase resultou na morte de um dos detentos envolvidos pelo embate, aconteceu na Penitenciária Dr. Francisco de Oliveira Conde. Um preso teria se desentendido com um outro colega de prisão e perfurado o peito e a cabeça deste – inclusive atingido o pulmão da vítima, debilitando de maneira grave sua saúde.[34]

De maneira análoga, um preso foi esfaqueado e teve seu braço esquerdo fraturado por dois companheiros de cela na Penitenciária Evaristo de Morais. Um dos agressores segurou a vítima por trás para que outro detento pudesse furá-la com uma barra de ferro. Não se dando por satisfeitos, eles ainda prenderam o braço da vítima na grade e o pressionaram, quebrando-o em três locais. O motivo da agressão seria o furto de um pendente de ouro que pertencia a um dos agressores e foi roubado pela vítima.[35]

Uma outra notícia relatou a triste experiência vivida por uma mãe de um recém-nascido e por um casal soropositivo (portador do vírus HIV). Estas pessoas teriam sido flagradas pela Polícia Militar roubando relógios numa loja no centro da cidade, sendo conduzidas ao Complexo Penitenciá-

rio Francisco de Oliveira Conde. Estando no complexo, elas não foram recebidas pelos diligentes do presídio, pois estes alegavam não haver leitos que pudessem receber a criança, que estava doente (tuberculose), e o casal soropositivo – cuja doença apresentava sinais avançados. Tais pessoas foram então remetidas à Delegacia do Comando Antifurto. Lá permaneceram no corredor da delegacia, não recebendo qualquer assistência médica e comida. Também tiveram de dormir no chão e conviver com o frio do recinto. A mãe da criança reclamou das autoridades, pois afirmava que seu bebê teve febre e que sua doença fora agravada. Somente com os apelos da opinião pública, as autoridades resolveram remediar a situação dos detentos, procurando resolver a situação propriamente jurídica dos mesmos, pois mesmo presas em flagrante, estas pessoas foram rejeitadas por uma unidade prisional e mantidas detidas em situação irregular.[36]

Liberdade de Expressão e de Assembléia

Imprensa – ameaças

Silvio Martinello, diretor do jornal "A Gazeta", de Rio Branco, denunciou que o editor-chefe, jornalista Jaime Moreira, sofreu ameaças após a publicação de duas reportagens sobre anomalias verificadas no protocolo de intenções que embasa um pedido de empréstimo do Governo do Estado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. Na coluna que leva seu nome, em 27 de março de 2002, Jaime Moreira denunciou que foi seguido por dois motoqueiros e sofreu ameaças verbais.[37]

Segundo informações do CDDHEP, a liberdade de expressão é cerceada principalmente no interior do estado, devido ao abuso de poder por parte de autoridades e políticos e à ameaça de demissão de pessoas e familiares de pessoas que fazem denúncias ou críticas públicas.

Liberdade de Participação Política

Boas Práticas

O CDDHEP desenvolve o projeto "Direitos Humanos e Cidadania: Oficina de Cidadãos", com o objetivo de capacitar indivíduos e grupos da sociedade civil para a participação política visando promover o controle social e a gestão democrática dos governos locais.

Crianças e Adolescentes

No Acre, há dezesseis conselhos tutelares, 22 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, quatro delegacias especializadas em crianças e adolescentes, uma promotoria da infância e da juventude, uma vara da infância e da juventude e um centro de defesa dos direitos de crianças e adolescentes.[38]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 36,1% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 18,9% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[39]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 39 denúncias do estado do Acre (8,06 por 100 mil habitantes).[40]

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito[41]

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada em 2003, com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, relatou denúncias de abuso e exploração sexual de crianças na rodovia BR 317 e BR 425.

Um esquema de exploração sexual de adolescentes promovido desde 1985 foi identificado a partir de uma denúncia realizada à Delegacia da Mulher de Rio Branco. Segundo esta denúncia uma adolescente havia sido estuprada e submetida a grave violência física. Durante as investigações ficou comprovado que outras adolescentes já haviam sido vítimas da exploração, bem como a existência de outros homens que também exploravam sexualmente adolescentes, formando uma rede de exploração. Ainda segundo as investigações, um homem, envolvido no esquema, costumava realizar os programas sexuais em motéis ou em sua casa, onde a Polícia Federal fez diversas apreensões de fotos de adolescentes em poses pornográficas ou mantendo relações sexuais. Na época da CPMI, o acusado encontrava-se preso e cumpria sentença condenatória pela prática destes crimes. Contudo, segundo a CPMI o acusado possuia relações de influência na cidade e, por conta disso, desfrutava de certas regalias no cumprimento da pena, tais como cela diferenciada, com diversos equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos, além de visitas íntimas de diversas adolescentes.

Por meio de depoimentos, a CPMI tomou conhecimento de que o diretor da ETCA (Empresa de Transportes Coletivos do Acre), Pereira dos Santos, e o ex-Diretor da Real Norte, César Tadeu Teixeira, submetiam adolescentes à exploração sexual. Segundo as informações prestadas, o ex-Diretor da Real Norte e seu assessor eram vistos constantemente na companhia de adolescentes. Os depoimentos informaram ainda que este assessor também aliciava adolescentes com idades em torno de 13 e 15 anos de idade, para realizarem programas sexuais em viagens com os envolvidos. Para isso, contavam com um ônibus, denominado "Buzão", que possuia dois aposentos, um com beliches e outro em forma de suíte, com uma cama de casal e espelhos. No início do "esquema" da exploração, as adolescentes eram apanhadas dentro da cidade de Rio Branco, mas, posteriormente, devido a ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes naquela capital, passaram a ser conduzidas por taxistas, até uma saída da cidade, na estrada, onde o "Buzão" passava e as apanhava. Os motoristas do ônibus foram advertidos para silenciarem sobre o que viam nas viagens. Há também informações de que as adolescentes, muitas vezes, eram deixadas na cidade boliviana de Brasiléia, na fronteira com o Acre. Por alguns relatos, percebe-se que o ex-Diretor da Real Norte possuía boas relações com autoridades de Rio Branco. Exemplo disso foi o desfecho dado a uma interceptação da Polícia Rodoviária Federal ao "Buzão". Segundo um dos depoimentos, para resolver o problema, ele ligou para uma autoridade de Rio Branco que determinou a imediata liberação do ônibus. Ainda de acordo com as informações, a exploração de adolescentes também ocorria em festas, promovidas na chácara pertencente ao proprietário da ETCA. Estas festas contavam com a participação de autoridades de Rio Branco. Segundo o relatório da CPMI, este caso estava sendo apurado através de um inquérito policial e encontra-se na fase final das investigações. Segundo o delegado, as provas eram suficientes para a responsabilização dos envolvidos.

Trabalho Infanto-Juvenil

No Acre, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 12,5% da população total desta idade em 1995 para 8,4% em 2000, mas subiu para 17,4% em 2004. Em parte, o aumento em 2004 pode ser explicado pela inclusão de dados referentes à área rural, que no Acre não foram considerados nos levantamentos de 95 e 2000.[42]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 16.514 crianças em 18 municípios do estado no início de 2005.[43]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, o Acre tinha 222 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 136 (61%) em meio fechado e 86 (39%) em meio aberto.[44]

Boas Práticas

De 2002 a 2004, a Secretaria de Cidadania e Assistência Social assinou três convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos para programas de aplicação de medidas sócio-educativas em meio aberto (R$ 282.281,00), treinamento de conselheiros tutelares e implantação de conselhos tutelares em dez municípios (R$ 53.460,00), monitoramento e implementação do módulo 1 do Sistema de Proteção à Infância e Adolescência (R$ 15.000,00).

O Governo do Estado assinou convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos para construção de um centro sócio-educativo para adolescentes em conflito com a lei (R$ 1.085.881, 13).

A Procuradoria Geral de Justiça assinou convênio para estruturar a Coordenadoria da Infância e da Juventude do Ministério Público do Acre (R$ 116.200,00).

O Movimento de Meninos e Meninas de Rua – seção Acre também assinou convênio com a Secretaria especial de Direitos Humanos, visando desenvolver ações jurídicas e sociais para proteger e promover os direitos de crianças e adolescentes em situação de risco (R$ 120.000,00).

Mulheres

A população do estado do Acre está distribuída em 49,98% de homens (315.941) e 50,02% de mulheres (316.233). A esperança de vida ao nascer é de 67,7 anos para os homens e 73,1 anos para as mulheres.[45]

Em 2003, foram registradas 113 ocorrências de estupro no estado (37,92 por 100 mil mulheres). Na capital foram 71 ocorrências (50,41 por 100 mil mulheres). Na capital, onde foram registradas 62,83% das ocorrências, residia 47,27% da população feminina. Entre 2001 e 2003 a taxa de ocorrências por 100 mil mulheres passou de 23,1 para 50,4 (+118%).[46]

A comparação entre os dados de homicídio mostra que houve declínio no número de mortes violentas de mulheres. Em 2000, foram 4,7 homicídios por 100 mil habitantes.[47] Em 2002, 11 mulheres foram assassinadas

(3,8/100 mil habitantes), sendo 5 na faixa etária de 15 a 24 anos (7,7/100 mil habitantes).[48]

O Acre é um estado carente em serviços de atendimento à mulher em situação de violência. Tem duas delegacias de especializadas no atendimento da mulher (DEAMs), uma delas na capital. Tem um Conselho Estadual da Mulher, mas não tem conselhos municipais.[49] Não existem serviços de referência na saúde para o atendimento de mulheres vítimas de violência sexual. Há uma experiência da Secretaria de Estado da Educação, que através do setor de saúde escolar promove o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência.[50]

Funciona no estado apenas uma casa-abrigo, em Rio Branco, mantida pelo governo municipal. A Casa Mãe da Mata. Vinculada à Gerência de Equidade de Gênero da Secretaria Municipal de Assistência Social, abrigou, entre janeiro de 2001 e abril de 2004, 340 mulheres em risco de morte, acompanhadas de seus filhos e filhas (416 crianças e adolescentes).[51]

Para suprir esta carência de serviços foi criada a Rede Estadual de Combate à violência contra Mulheres, Crianças e Adolescentes (Reviva), formada por ONGs, IML, delegacia de polícia, Secretaria de Justiça e de Cidadania e Assistência Social, Conselho Tutelar, conselhos estaduais da criança e do idoso e Ministério Público. Em 2002 a Rede elaborou um programa de combate à violência intrafamiliar, aprovado pela Assembléia Legislativa naquele ano.[52]

Em 2006, o governo do estado e das prefeituras de Rio Branco, Epitaciolândia e Brasiléia aderiram ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres.[53] Em 2003, a Secretaria especial de políticas para Mulheres repassou repasse ao estado R$ 61.941,30 (1,6% do total de recursos repassados pela secretaria no ano). Em 2004, o repasse foi de R$ 431.330,72 (4,22% do total). Em 2005, foram R$ 364.931,18, em parte destinados à reestruturação do Centro de Referência para Mulheres em Rio Branco.[54]

Em 2005, o Acre participou do curso de capacitação para policiais das delegacias de mulheres. Realizado entre os dias 18 e 23 de julho, o curso contou com a participação de policiais civis, gestores e técnicos de entidades governamentais e não governamentais que atuam em serviços de enfrentamento da violência contra as mulheres. Ao todo foram capacitados 36 profissionais, dentre os quais 19 eram policiais civis.[55]

Boas Práticas

O Centro de Referência Rosa Mulher, situado em Rio Branco, recebeu o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em 2005. Criado em 1994, o centro oferece orientação e atendimento para adolescentes e mulheres em situação de violência e risco social. Além da intervenção em casos de violência, oferece cursos e atua na área de geração de renda.[56]

Educação

Na educação, o estado apresenta alguns contrastes. As taxas de analfabetismo para pessoas acima de 15 anos são de 19,9% para os homens e 16,4% para as mulheres, as mais altas na região, superiores às médias nacionais. No outro extremo, as mulheres correspondem a 56,8% da população com 12 anos ou mais de estudos e 67,6% da população que freqüenta o ensino superior, também a mais alta na região e a segunda mais alta no país.[57]

Trabalho

A participação feminina na população economicamente ativa é de 40,68%. Na população feminina ocupada, as mulheres em função de dirigentes são 3,0%, trabalhadores em serviços são 37,4% e trabalhadores agrícolas são 25%. A população masculina ocupada está assim distribuída: 4,2% em cargos de dirigentes, 11,8% de trabalhadores em serviços e 38,6% de trabalhadores agrícolas.[58]

O rendimento-hora para as mulheres é de R$ 4,30, 4,4% inferior ao rendimento-hora para os homens que era de R$ 4,50. Entre a população com 12 anos ou mais de estudos as mulheres recebem 28,47% menos que os homens. Segundo dados do IBGE o rendimento-hora deste grupo é de R$ 10,80 para as mulheres R$ 15,10 para os homens.[59]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres é de R$ 161,89 para as mulheres e R$ 181,74 para os homens. Entre os 10% mais ricos o rendimento apurado foi de R$ 2.937,35 para as mulheres e R$ 3.140,58 para os homens.[60]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm maior risco de serem vítimas de violência do que os brancos. De 2000 a 2002, para cada branco, 1,75 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrado um aumento desta taxa de 1,09 em 2000 para 2,07 em 2002.[61]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 12,16% para a população branca e 18,66% para a população negra. A escolaridade média era de 8,1 anos de estudo para a população branca e 6,8 anos de estudo para população negra.[62]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 354,36 para população branca e R$ 243,22 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 4,6 para população branca contra R$ 3,3 para população negra.[63]

Indígenas

O Acre tem uma população de aproximadamente 10 mil indígenas, distribuídos em 12 povos, sendo que dois deles vivem entre o Acre e o Amazonas.[64]

Nome	População censo/estimativa	Ano
Apolina Arara	?	2002
Arara	200	1999
Ashaninka	813	1999
Katukina (AC / AM)	318	1998
Kaxinawá	3.964	1999
Kulina Madihá (AC / AM)	2.318	1999
Machineri	459	1999
Náua	458	2001
Nukini	458	2001
Poyanawa	403	1999
Shanenawa	178	1998
Yawanawá	450	1999

O Estado tem 38 terras indígenas, na seguinte situação jurídica:[65]

Situação	Nº de terras
Registradas	24
Homologadas	1
Declaradas	1
Identificadas	0
A Identificar	9
Reservadas/Dominiais	1
Sem Providências	2

Idosos

Em 2004, o Acre tinha 36.744 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 5,8% da população do estado. Desta população, 35,70% tinha um rendimento médio mensal familiar per capita de um a dois salários mínimos e 30,20% de meio a um salário mínimo.[66]

Portadores de Deficiência

De acordo com o *Relatório sobre a prevalência de deficiências, incapacidades e desvantagens* (2004), realizado em 21 cidades brasileiras, 9,2% da população de Rio Branco têm alguma incapacidade.[67]

Boas Práticas

O Governo do Estado, através da Secretaria Estadual e Assistência Social, assinou convênio com Subsecretaria de Direitos Humanos para implantação do sistema integrado de informações sobre pessoas portadoras de deficiência, de junho de 2004 a junho de 2005, no valor de R$ 35 mil.

Migrantes

Em 2004, o Acre tinha uma população de 72.788 migrantes, o que correspondia a 11,51% da população do estado. É o estado com a menor proporção de migrantes na população na região norte.[68]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Não há informações sobre homossexuais assassinados no Acre entre 2002 e 2005.[69]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados passou de 11,6% em 1991 para 12,3% em 2004 (+0,7%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 20,1% em 1991 para 25,1% em 2004.[70]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 18,1% e a média de anos de estudo era de 5,9 anos.[71]

O rendimento/hora da população ocupada era de R$ 4,40, acima da média regional de R$ 3,80, mas abaixo da média nacional de R$ 4,70.[72]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 174,37, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 3.066,95 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 77,87, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.699,95.[73]

Objetivos do Milênio

	1995[74]	2000	2004[75]
Alfabetização Feminina (%)	85,2	77,4	83,6
Alfabetização Masculina (%)	85,1	73,6	80,1
Água Canalizada (%)	57,2	50,3	47,8
Esgotamento Sanitário (%)	48,6	28,7	42,3
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	47,5	52,5	43,8
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	46,9	35,5	33,6
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	67,4	-	-
Sem Rendimento (%) *	40,6	49,3	39,4
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	11,3	18,9	20,9
Telefone (%)	31,1	39,2	35,3
Computador (%)	-	3,9	6,5

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
4.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
5.Estado do Acre, Secretaria de Justiça e Segurança Pública, 2003.
6.Brasil, Ministério da Justiça 2004b.
7.Brasil, IBGE 2005.
8.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
9.Informações da Comissão de Direitos Humanos de Manoel Urbano, enviadas pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular.
10.Dados do efetivo policial em 2003, da Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003 do IBGE (www.ibge.gov.br).
11.Brasil, IBGE 2005.
12.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
13.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
14.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
15.Acre, Governo do Estado, Secretaria de Justiça e Segurança Pública 2003.
16.Mesquita e Loche 2005.
17.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005. A taxa de congestionamento (Tx) é a razão entre um menos o número total de casos sentenciados (Csent) dividido pela soma dos casos novos (CN) mais os casos pendentes de julgamento (Cpj): Tx = 1 – [Csent/(Cn + Cpj)]. Para isso considera-se: a) Casos Novos foram os feitos ingressados / protocolizados na Justiça Estadual e do Distrito Federal, em 2004, excluídas: as Cartas Precatórias recebidas, as Execuções de Sentença Judicial, os Precatórios Judiciais, Requisições de Pequeno Valor e outros que não comportam decisões judiciais; b) Os Casos Pendentes de Julgamento representam o saldo de processos em tramitação na Justiça Estadual, em 31/12/2003, excluídos os processos enviados a outros órgãos; c) como Casos Sentenciados todas as formas de extinção do processo (ainda que não definitivas em face da recorribilidade); d) Não formam computados como sentenças os despachos de mero expediente.
18.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
19.Mesquita Neto e Affonso 2002.
20.Informações do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular e do jornal *Página 20* (www.uol.com.br/pagina20), 22 e 27/05/2003.
21.Informações do Jornal *Página 20* (www.uol.com.br/pagina20), 03/02/2004.
22.Movimento Nacional de Direitos Humanos s/d.
23.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
24.Waiselfisz 2004.
25.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2004.
26.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2005.
27.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2004 e 2005.
28.Brasil, Depen 2006. Estimativa de população em 2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
29.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
30.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
31.Lemgruber 2004.
32.Lemgruber 2004.
33.Lemgruber 2004.
34.Folha OnLine (www2.uol.com.br/pagina20/7julho2003/site/02072003/c_080207.htm).
35.Folha OnLine (www2.uol.com.br/pagina20/1janeiro20003/site/29012003/cotidiano/072901.htm).
36.Folha Online (www2.uol.com.br/pagina20/3mar%E7o2003/site/20032003/c_062003.htm).
37.Associação Nacional de Jornais 2002.
38.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12.01.2006.
39.Brasil, IBGE 2005. Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
40.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
41.Brasil, Congresso Nacional 2004.
42.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
43.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
44.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no website da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
45.Brasil, IBGE, 2006.

46.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
47.Mesquita e Affonso 2002.
48.Waiselfisz 2004.
49.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
50.Adesse e Souza 2005.
51.Adesse e Souza 2005.
52.Adesse e Souza 2005.
53.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm/index.htm).
54.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
55.Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação – CEPIA. 2005.
56.Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, "Prêmio destaca 27 experiências e personalidades que ajudam Brasil a avançar nas metas da ONU", 15/12/2005. Disponível no web-site do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (http://www.odmbrasil.org.br/nov.php#anc1 e www.odmbrasil.org.br/arquivos/FICHA_MUN_0009_05.pdf).
57.Brasil, IBGE 2006.
58.Brasil, IBGE 2006.
59.Brasil, IBGE 2006.
60.Brasil, IBGE 2006.
61.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
62.Pnud 2004.
63.Pnud 2004.
64.Instituto Sócio Ambiental – ISA (www.socioambiental.org), dados de junho de 2005.
65.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), dados de 17/12/2004.
66.Brasil, IBGE 2006.
67.Teixeira, Ângela e Oliveira, Fátima 2004. De acordo com a *Classificación Internacional de Deficiencias, Discapacidades y Minusvalias*, da Organização Mundial da Saúde (1980), o conceito de "incapcidade" diz respeito à "toda restrição ou ausência (devida a uma deficiência) de capacidade para realizar uma atividade considerada dentro dos limites da pessoa humana". O conceito de incapacidade, portanto, difere e é mais restrito que o conceito de "deficiência", que diz respeito "a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica".
68.Brasil, IBGE 2006.
69.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2005 e 2006.
70.Brasil, IBGE 2006.
71.Brasil, IBGE 2006.
72.Brasil, IBGE 2006.
73.Brasil, IBGE 2006.
74.Para os anos de 1995 e 2000 não estavam disponíveis, informações para a área rural. Sendo assim, foram considerados apenas os dados para a área urbana.
75.Em 2004, a área rural do Acre passou a integrar a amostra da PNAD e aos resultados da coluna 2004 foram incorporando a amostra relativa à área rural do estado.

4.2 Amapá

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

O Amapá tem uma área de 142.814,60 km2 e população de 594.587 habitantes (4,16 hab/km2), divididos em 16 municípios.[1] Macapá, capital do estado, tem uma população de 355.408 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Amapá, que passou de 0,691 em 1991 para 0,753 no ano 2000 (+8,97%), é o maior da Região norte.[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0.537, acima da média regional de 0.525, mas abaixo da média nacional de 0.559.[4]

Estrutura Institucional

O Amapá tem uma Secretaria Especial de Desenvolvimento da Paz Social, à qual está vinculada a Secretaria de Estado da Justiça e da Segurança Pública, Polícia Civil, polícia técnico-científica, Polícia Militar, corpo de bombeiros, Instituto de Administração Penitenciária e Instituto de Defesa do Consumidor.[5]

A Defensoria Pública foi criada em 1991 e conta com 60 defensores.[6] O estado tem treze juizados especiais criminais e treze juizados especiais cíveis.[7] Tem ainda um programa de administração alternativa de conflitos.[8]

No estado, o efetivo policial era de 4.508 policiais em 2003, sendo 1.198 policiais civis, 204 peritos, 2.618 policiais militares e 488 bombeiros – o que representa um policial para cada 119 habitantes.[9] Dois municípios tinham guarda municipal em 2004, com um efetivo total de 498 guardas.[10]

O Estado do Amapá possui 16 municípios, dos quais 11 constituem sede de comarca.[11] Em 2004, a justiça estadual contava com 64 juízes, sendo 59 na primeira instância, nove na segunda instância e três em juizados especiais, o que corresponde a uma taxa de 11,69 juízes por 100.000 habitantes.[12] Havia ainda quatro juízes na primeira instância da justiça federal, em 2003.[13]

Políticas de Direitos Humanos

O Amapá não tem um plano estadual de direitos humanos. Anunciou um plano estadual de segurança pública em 2004, com o objetivo de: "fortalecer

a ação sistêmica dos organismos de segurança pública, como política do governo estadual, na prevenção e combate à criminalidade, à violência, à corrupção, ao tráfico de drogas e ao crime organizado, em efetiva parceria com a comunidade, através da utilização de tecnologias avançadas, equipamentos modernos, pessoal capacitado e especializado, visando reduzir as atuais taxas apresentadas, melhorando a qualidade da segurança e valorizando os direitos humanos".[14]

De 2002 a 2004, o Amapá assinou três convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 2.704.467,22. Destes convênios, dois foram referentes à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei e um à promoção dos direitos da criança e do adolescente.[15]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Amapá foi de 7,48%. A despesa média por habitante foi de R$ 171,52. O estado não disponibilizou informações relativas à assistência judiciária gratuita. O total de pessoas atendidas foi de 97.772. A taxa de congestionamento da justiça, disponível apenas para os juizados especiais, era de 45,04%.[16]

Em 2003, 44.752 processos deram entrada na primeira instância da Justiça Comum e 32.822 foram efetivamente julgados, o que representa uma taxa de 73% de processos julgados em relação a novos processos. No mesmo ano, deram entrada na segunda instância da Justiça Comum 1.114 processos e 1.102 foram efetivamente julgados, o que representa 99% de processos julgados. Ainda em 2003, foram distribuídos na primeira instância da Justiça Federal 2.547 processos, dos quais apenas 731 foram julgados, o que representa 29% de processos julgados.[17]

Boas Práticas

Como forma de expandir e democratizar o acesso ao Judiciário, o Estado mantém a Justiça Itinerante, executada tanto no primeiro quanto no segundo grau de jurisdição, com atuação em todas as comarcas. A Justiça Itinerante é subdividida em Terrestre e Fluvial, levando prestação jurisdicional às pessoas que, em razão da distância, enfrentam dificuldades para se locomoverem até os fóruns: conta com ônibus quando é possível o acesso por terra e embarcações da marinha quando o acesso só é possível por meio fluvial. A Justiça Itinerante Terrestre e Fluvial está apta a conciliar, proces-

sar e julgar todas as causas originárias ou recursais da Justiça Comum; nas comarcas de Macapá e de Santana, todas as causas da Justiça Comum, exceto adoções internacionais.

Direito à Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Violência Policial, Execução e Tortura

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu quatro denúncias de tortura praticada por agentes públicos no estado do Amapá, sendo três na capital e uma no interior. As quatro denúncias foram enviadas ao Ministério Público, que não se manifestou.[18]

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, entre 1980 e 2005, um caso de violência policial no Amapá, com quatro vítimas fatais e seis feridas.[19]

Violência Urbana

Em 2002, o Acre registrou 181 mortes por homicídio (35,0/100 mil hab.), das quais 135 em Macapá (44,0/100 mil hab.). Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 33,1/100 mil no estado e 49,0/100 mil na capital.[20]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 12 conflitos de terra, envolvendo 1.470 pessoas, sem mortes.[21]. Em 2004, de janeiro a agosto, foram 23 conflitos, envolvendo 11.119 pessoas, sem mortes. Em 2005, no mesmo período, foram nove conflitos, envolvendo 9.325 pessoas, sem mortes.[22]

Trabalho Escravo/Forçado

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, não houve denúncias de trabalho escravo no Amapá em 2003, 2004 e de janeiro a junho de 2005.[23]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

No Amapá, a população prisional em dezembro de 2005 era de 1.584 presos, 1.574 em unidades do sistema penitenciário (99,37%) e 10 em unidades policiais (0,63%). No sistema penitenciário, o número de presos provisórios era 697 (38,56%), sendo 579 homens e 28 mulheres. O número de presos condenados era 967 (61,44%), sendo 929 homens e 38 mulheres. Dos presos condenados, 563 estavam em regime fechado, 230 em regime semi-aberto, 174 em regime aberto e nenhum em medida de segurança.[24]

A população prisional aumentou de 864 em 2002 para 1.584 em 2005 (+ 83,33%). A taxa de encarceramento de presos por 100 mil habitantes passou de 167,28 em 2002 para 266,40 em 2005 (+ 37,21%).[25]

O número total de vagas no sistema penitenciário passou de 518 em 2002 para 842 em 2005 (+ 62,55%). O déficit de vagas aumentou de 332 para 732 (+ 120,48%). O número de presos por vaga aumentou de 1,64 em 2002 para 1,87 em 2005 (+ 14,02%).[26]

Não há informações sobre a existência de um sistema de recebimento de denúncias de tortura, violência ou outras ilegalidades praticadas elos agentes públicos que atuam na área policial penitenciária.

Rebeliões e fugas

Segundo dados oficiais, houve uma rebelião no sistema prisional do estado em 2002. Não há informações sobre o número de fugas no período.[27]

Torturas e maus-tratos

Dois casos de tortura foram noticiados pela imprensa no estado.[28] Ambas as ocorrências foram registradas no Centro Integrado de Operações em Segurança Pública (CIOPS) no ano de 2003. No primeiro caso, um rapaz foi levado ao Centro sob acusação de tentativa de roubo de uma casa de um sargento do Exército. Testemunhas disseram que o rapaz apenas tentava colocar uma carta na caixa de correios da casa, o que assustou a mulher do sargento. No dia 04 de janeiro, contudo, o rapaz encontrava-se morto no Hospital de Emergência de Macapá com fraturas na cabeça e vários hematomas pelo corpo.

No segundo caso, ocorrido em novembro, um funcionário público sofreu torturas no momento da detenção e no interior do CIOSP. Segundo a versão do preso, ele tentava assaltar uma moça no meio da rua, próximo ao Posto Playcenter. Um vigilante teria presenciado o acontecimento e aciona-

do a Polícia Militar, que, ao chegar ao local, deu voz de prisão imputando ao assaltante uma suposta tentativa de estupro. O preso relata que, em vez de ser encaminhado diretamente ao CIOPS, os policiais o levaram para uma estrada erma, onde teria recebido socos, chutes, pauladas. Na ocasião, uma de suas unhas da mão foi arrancada. Por volta das duas horas da manhã, o rapaz teria sido levado para o CIOPS, onde sofreu nova sessão de espancamento em uma das celas. Além disso, no Centro, a delegada teria incitado alguns presos a reconhecer o assaltante como estuprador reincidente, o que não aconteceu. Somente às cinco da manhã, o detento foi levado ao Hospital de Emergência, tal como registra o livro de ocorrências.

A Polícia Militar nega as ocorrências de tortura. Segundo a versão policial oficial, o funcionário público estaria sob efeitos de drogas quando tentava estuprar uma moça. Populares que presenciavam a cena teriam se indignado com tal abuso e linchado o estuprador, que só não apanhou mais porque um vigilante teria intercedido e acalmado os ânimos dos agressores.

Mortes

No ano de 2002 ocorreram 17 mortes no Sistema Prisional do Estado: 6 mortes foram caracterizadas como decorrentes de causas naturais e onze atribuídas a homicídios cometidos entre os presos.[29]

Crianças e Adolescentes

No Estado do Amapá, há 16 conselhos tutelares, apenas dois conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, três delegacias especializadas em crianças e adolescentes, uma promotoria da infância e da juventude e uma vara da infância e da juventude.[30]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 43,4% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 24% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[31]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 42 denúncias do estado do Amapá (11,07 por 100 mil habitantes).[32]

Trabalho Infanto-Juvenil

No Amapá, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 5,9% da população total desta idade em 1995 para 3,7% em 2000 e para 3%, em 2004.[33] Deve-se ainda considerar na leitura destes dados que não constavam, nos levantamentos de 1995 e 2000, dados referentes á área rural do estado.[34]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 7.621 crianças em 35 municípios do estado no início de 2005.[35]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, o Amapá tinha 402 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 105 (26%) em meio fechado e 297 (74%) em meio aberto.[36]

Mulheres

A população do Amapá é composta por 280.182 (48,54%) homens e 297.092 (51,46%) mulheres. A esperança de vida ao nascer é de 65,3 anos para os homens e 73,5 anos para as mulheres, as mais baixas na região norte.[37]

Em 2003, foram registradas 140 ocorrências de estupro no estado, o que corresponde à taxa de 52,56 ocorrências/100 mil mulheres. Em Macapá, foram registradas 83 ocorrências, o que corresponde a 59,29% do total. Apesar de se apresentarem em declínio, as taxas de ocorrências de estupro por 100 mil mulheres se mantém elevadas na capital: foram registradas 78,5 ocorrências por 100 mil mulheres em 2001, 40,4 em 2002 e 51,4 em 2003.[38]

A comparação entre os dados de homicídio mostra que houve aumento no número de mortes violentas de mulheres. Em 2000, foram 1,7 homicídios por 100 mil habitantes.[39] Em 2002, 12 mulheres foram assassinadas (4,7/100 mil habitantes), sendo 4 na faixa etária de 15 a 24 anos (6,8/100 mil habitantes).[40]

Em 2005 o governo do estado criou a Secretaria Extraordinária de Políticas para Mulheres, a terceira no estado, subordinada à Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Também em 2005 foi criado o Centro de Atendimento à Mulher e à Família (Camuf), e a Rede de Atendimento à Mulher Vítima de Violência que reúne serviços estaduais e municipais nas áreas da segurança, justiça e saúde. A criação da secretaria e do centro resultou de pressão exercida pelo movimento de mulheres local que atua de forma centralizada a partir da AMA – Articulação de Mulheres do Amapá. Em

encontro realizado em 2003, a entidade divulgou que, entre janeiro e agosto, haviam sido registrados 5.573 boletins de ocorrência na DEAM de Macapá, com cerca de 70% dos registros referentes a agressões físicas contra mulheres.

O estado possui duas DEAMs, uma instalada na capital, e uma casa-abrigo, Casa-abrigo Fátima Diniz, destinada a acolher mulheres em risco de morte. Possui também um Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e um conselho municipal instalado na cidade de Santana. Na área da saúde, há quatro serviços de referência para atendimento de mulheres vítimas de violência sexual.[41]

Em 2005, além do Governo do Estado e da Prefeitura do Município de Macapá, outras nove prefeituras fizeram adesão ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres.[42] Em 2004 e 2005, através de convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, o estado recebeu repasse de verbas para a realização de eventos e a instalação de um Núcleo de Defesa da Mulher na Defensoria Pública do Estado. Em 2004, foram repassados R$ 171.156,10 (1,68% dos recursos daquele ano) e em 2005, R$ 66.690,00 (0,57% do total de recursos).[43]

Educação

A taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais é de 9,6% para as mulheres e 7,0% para os homens. As mulheres correspondem a 59,4% do grupo com 12 anos ou mais de estudo e 58,8% daquela população que freqüenta o ensino superior.[44]

Trabalho

A participação feminina na população economicamente ativa é de 42,48%. A população feminina ocupada está concentrada principalmente entre os trabalhadores em serviços (37,4%) e prestadores de serviços do comércio (17,7%). É reduzido número de mulheres entre trabalhadores agrícolas (5,4%).[45]

O rendimento-hora médio para as mulheres era de R$ 4,10, 12,76% inferior ao rendimento para os homens que era de R$ 4,70. Entre o grupo com 12 anos e mais de estudo a diferença se eleva significativamente sendo de R$ 9,00 para as mulheres e R$ 15,20 para os homens, ou seja, as mulheres recebem 40,79% a menos do que os homens por hora trabalhada.[46]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres é de R$ 201,13 para as mulheres e R$ 258,28 para os homens. Entre os 10% mais ricos o rendimento apurado foi de R$ 2.134,31 para as mulheres e R$ 2.721,42 para os homens.[47]

Boas Práticas

O Instituto de Mulheres Negras do Amapá (Imena) desenvolveu o projeto Mulher Teu Corpo a Ti Pertence, com o objetivo de capacitar mulheres e suas organizações para atuar na defesa dos direitos da mulher, contra a violência e discriminação de gênero. Em novembro e dezembro de 2003, com patrocínio da Fundação MacArthur, o projeto capacitou 70 mulheres líderes de movimentos sociais de Macapá e duas comunidades negras (Mazagão velho e Torrão do Matapi), focalizando os temas: cidadania feminina e da auto-estima; desigualdade de gênero; violência contra a mulher; ética, direitos humanos e eqüidade de gênero; intervenção do movimento feminista; redes como estratégia de intervenção social; raça e etnia; técnicas de moderação de grupo; e formação de multiplicadores. Na segunda fase, em 2004, com patrocínio da Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, o projeto capacitou 70 mulheres do Macapá e duas outras comunidades negras (Mel da Pedreira e Carmo do Macacoari).[48]

A partir deste projeto, está sendo desenvolvida e construída uma rede de atendimento à mulher vítima de violência, integrada por diversas entidades estaduais e municipais, entre as quais a Delegacia de Crimes Contra a Mulher, Instituto Médico-Legal (Politec), Hospital da Mulher Mãe Luzia, Hospital de Emergência-Pronto Socorro, Defensoria Pública, Instituto de Hemoterapia e Hematologia do Amapá (Hemoap), Coordenação Estadual de DST/AIDS, Secretaria Estadual da Mulher, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Secretaria de Educação, Comissão de Direitos Humanos da OAB, Assembléia Legislativa, Casa-abrigo Fátima Diniz, Casa da Família Municipal, e Programa Maria Maria.[49]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm maior risco de serem vítimas de violência do que os brancos. De 2000 a 2002, para cada branco, 10,69 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrada uma diminuição do desta taxa de 11,64 em 2000 para 9,81 em 2002 (NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM).

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 8,18% para a população branca e 9,43% para a população negra. A escolaridade média era de 9,03 anos de estudo para a população branca e 7,61 anos de estudo para população negra.[50]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 391,99 para população branca e R$ 221,76 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 5,76 para população branca contra R$ 3,71 para população negra.[51]

Indígenas

O Amapá tem uma população de indígenas distribuída em cinco povos:[52]

Nome	População censo/estimativa	Ano
Galibi do Oiapoque	28	2000
Galibi	1.764	2000
Karipuna	1.708	2000
Palikur	918	2000
Wajãpi	525	1999

O Estado tem 5 terras indígenas, nas seguinte situação jurídica:[53]

Situação	Nº de terras
Registradas	4
Homologadas	0
Declaradas	0
Identificadas	0
A Identificar	0
Reservadas/Dominiais	0
Sem Providências	1

Idosos

Em 2004, o Amapá tinha 28.280 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 4,9% da população do estado. Desta população, 24,5% tinha um rendimento médio mensal familiar per capita de um a dois salários mínimos e 24,3% de meio a um salário mínimo.[54]

Migrantes

Em 2004, o Amapá tinha uma população de 176.792 migrantes, o que correspondia a 30,63% da população do estado.[55]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Não há informações sobre homossexuais assassinados no Amapá entre 2002 e 2005.[56]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados passou de 19,7% em 1991 para 15,7% em 2004 (-4%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 20,2% em 1991 para 24,4% em 2004.[57]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 8,3% e a média de anos de estudo era de 6,7 anos.[58]

O rendimento/hora da população ocupada era de R$ 4,50, acima da média regional de R$ 3,80, mas abaixo da média nacional de R$ 4,70.[59]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 230,65, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 2.496,35 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 84,44, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.462,67.[60]

Objetivos do Milênio

	1995[61]	2000	2004[62]
Alfabetização Feminina (%)	81,6	87,7	90,4
Alfabetização Masculina (%)	82,8	88,1	93
Água Canalizada (%)	70,5	54,9	88,4
Esgotamento Sanitário (%)	15,8	23	16,8
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	57,7	35,1	27,1
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	33,0	26	26,2
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	61,3	-	-
Sem Rendimento (%) *	51,4	51,1	39
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	8	15,2	27,4
Telefone (%)	33,1	41,6	33,6
Computador (%)	-	5,4	9,1

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
4.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
5.Amapá, Governo do Estado (www.ap.gov.br).
6.Brasil, Ministério da Justiça 2004b.
7.Brasil, IBGE 2005.
8.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
9.Dados da Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003 do IBGE (www.ibge.gov.br).
10.Brasil, IBGE 2005.
11.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
12.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
13.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
14.Amapá, Governo do Estado. 2005. "Plano Estadual de Segurança Pública 2005". Disponível no web-site Segurança Cidadã (www.segurancacidada.org.br).
15.Mesquita e Loche 2005.
16.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005. A taxa de congestionamento (Tx) é a razão entre um menos o número total de casos sentenciados (Csent) dividido pela soma dos casos novos (CN) mais os casos pendentes de julgamento (Cpj): Tx = 1 – [Csent/(Cn + Cpj)]. Para isso considera-se: a) Casos Novos foram os feitos ingressados / protocolizados na Justiça Estadual e do Distrito Federal, em 2004, excluídas: as Cartas Precatórias recebidas, as Execuções de Sentença Judicial, os Precatórios Judiciais, Requisições de Pequeno Valor e outros que não comportam decisões judiciais; b) Os Casos Pendentes de Julgamento representam o saldo de processos em tramitação na Justiça Estadual, em 31/12/2003, excluídos os processos enviados a outros órgãos; c) como Casos Sentenciados todas as formas de extinção do processo (ainda que não definitivas em face da recorribilidade); d) Não formam computados como sentenças os despachos de mero expediente.
17.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
18.Movimento Nacional de Direitos Humanos s/d.
19.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
20.Waiselfisz 2004.

21.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2004.
22.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2005.
23.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2004 e 2005.
24.Brasil, Depen 2006. Estimativa de população em 2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
25.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
26.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
27.Lemgruber 2004.
28.*Folha do Amapá*, 28/11/03.
29.Lemgruber 2004.
30.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12.01.2006.
31.Brasil, IBGE 2006. Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
32.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
33.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
34.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
35.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
36.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no website da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
37.Brasil, IBGE, 2006.
38.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
39.Mesquita e Affonso 2002.
40.Waiselfisz 2004.
41.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
42.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm/index.htm).
43.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
44.Brasil, IBGE, 2006.
45.Brasil, IBGE, 2006.
46.Brasil, IBGE, 2006.
47.Brasil, IBGE, 2006.
48.Imena s/d.
49.Imena s/d.
50.Pnud 2004.
51.Pnud 2004.
52.Instituto Sócio Ambiental – ISA (www.socioambiental.org).
53.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br).
54.Brasil, IBGE 2006.
55.Brasil, IBGE 2006.
56.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2005 e 2006.
57.Brasil, IBGE 2006.
58.Brasil, IBGE 2006.
59.Brasil, IBGE 2006.
60.Brasil, IBGE 2006.
61.Para os anos de 1995 e 2000 não estavam disponíveis, informações para a área rural. Sendo assim, foram considerados apenas os dados para a área urbana.
62.Em 2004, a área rural do Amapá passou a integrar a amostra da PNAD e aos resultados da coluna 2004 foram incorporando a amostra relativa à área rural do estado.

4.3 Amazonas

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

O Amazonas tem uma área de 1.570.745.70 km2 e população de 3.232.330 habitantes (4,16 hab/km2), divididos em 62 municípios.[1] Manaus, capital do estado, tem uma população de 1.644.690 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Amazonas passou de 0,664 em 1991 para 0,713 no ano 2000 (+7,38%).[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0.483, o mais baixo da região norte, abaixo da média regional de 0.525 e nacional de 0.559. [4]

Estrutura Institucional

O Amazonas tem uma Secretaria de Estado de Segurança Pública, a qual está subordinada a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e o Departamento de Trânsito.[5] O estado tem uma Secretaria da Justiça e Direitos Humanos (Sejus), responsável pelas unidades do sistema penitenciário.[6] A Sejus conta com uma Ouvidoria e a ela estão vinculados o Conselho Penitenciário, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, o Conselho de Defesa do Consumidor e o Conselho de Entorpecentes. Não há uma secretaria específica responsável por assuntos ligados à administração penitenciária, nem um órgão específico para receber denúncias do sistema penitenciário.

A Defensoria Pública foi criada em 1990 e conta com 60 defensores.[7] O estado tem 28 juizados especiais criminais e 28 juizados especiais cíveis.[8] Não há programas de administração alternativa de conflitos.[9]

No estado, o efetivo policial era de 9.462 policiais em 2003, sendo 2.071 policiais civis, 211 peritos, 6.806 policiais militares e 374 bombeiros – o que representa um policial para cada 320 habitantes.[10] Sessenta e dois municípios tinham guarda municipal em 2004, com um efetivo total de 1.381 guardas.[11]

O Estado do Amazonas possui 62 municípios e 57 deles constituem sede de comarca.[12] Em 2004, atuavam na justiça estadual 175 juízes, sendo 119 na primeira instância, 19 na segunda instância e 37 em juizados especiais, o que corresponde a uma taxa de 5,58 juízes por 100.000 habitantes.[13] Havia ainda nove juízes na primeira instância da justiça federal, em 2003.[14]

Políticas de Direitos Humanos

De 2002 a 2004, o Amazonas assinou seis convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 794.602,00. Destes convênios, um foi referente à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, um à assistência e proteção de vítimas e testemunhas, três à promoção dos direitos humanos (balcão de direitos e comunidades indígenas), um à promoção dos direitos de pessoas portadoras de deficiência.[15]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Amazonas foi de 3,6%. A despesa média da justiça estadual por habitante foi de R$ 51,60. A participação da assistência judiciária gratuita no total das despesas justiça estadual foi 4,3% e no total das despesas públicas foi de 0,15%, o que representa um investimento médio de R$ 2,22 por habitante. O total de pessoas atendidas no ano foi de 95.885. A taxa de congestionamento da justiça estadual foi de 85,57% na primeira instância, 39,91 % na segunda instância e de 35,96%, nos juizados especiais.[16]

Boas Práticas

Como forma de expandir o acesso ao Judiciário, o Tribunal de Justiça do Estado implementou o Projeto Expressinho, cujo objetivo é dar assistência imediata aos consumidores dos serviços de telefonia. Decorrente de acordo entre o TJ-AM e a empresa Telemar, facilita ao usuário a resolução dos problemas que tiver com a companhia. Representantes da Telemar e Conciliadores dos Juizados Especiais ficam à disposição do público em veículos adaptados.

Direito à Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Violência Policial, Execução e Tortura

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 15 denúncias de tortura praticada por agentes públicos no estado do Amazonas, sendo seis na capital e nove no interior. Das 15 denúncias, seis foram arquivadas devido a dados insuficientes. Seis foram enviadas ao Mi-

nistério Público, que resultaram em uma ação judicial. Cinco foram enviadas à corregedoria da Polícia Militar, que instaurou dois inquéritos, e duas à corregedoria da Polícia Civil, que não prestou informações sobre o encaminhamento das denúncias.[17]

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, 41 casos de violência policial no Amazonas, com 121 vítimas fatais e 131 feridas, 12 casos de execução sumária, com 21 vítimas fatais, e 12 casos de linchamento com quatro vítimas fatais e dez feridas.[18]

Violência Urbana

Em 2002, o Amazonas registrou 512 mortes por homicídio (17,30/100 mil hab.), das quais 395 em Manaus (26,50/100 mil hab.). Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 81,2/100 mil no estado e 98,2/100 mil na capital.[19]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 23 conflitos de terra, envolvendo 14.805 pessoas.[20] Em 2004, de janeiro a agosto, foram treze conflitos, envolvendo 215 pessoas. Em 2005, no mesmo período, foram 31 conflitos, envolvendo 1.740 pessoas. Não foram registradas mortes em decorrência destes conflitos.[21]

Trabalho Escravo/Forçado

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, não houve denúncias de trabalho escravo no Amazonas em 2003, 2004 e de janeiro a junho de 2005.[22]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

No Amazonas, a população prisional em dezembro de 2005 era de 3.673 presos, 3.012 em unidades do sistema penitenciário (82%) e 661 em unidades policiais (18%). No sistema penitenciário, o número de presos provisórios era 1.754 (58,23%), sendo 1.004 homens e 76 mulheres. O número de presos condenados era 1.258 (41,77%), sendo 1.168 homens e 90 mulheres. Dos presos condenados, 836 estavam em regime fechado, 216 em regime semi-aberto, 202 em regime aberto e 4 em medida de segurança.[23]

A população prisional aumentou de 2.438 em 2002 para 3.673 em 2005 (+ 82,31%). A taxa de encarceramento de presos por 100 mil habitantes passou de 82,31 em 2002 para 113,63 em 2005 (+ 27,56%).[24]

O número total de vagas no sistema penitenciário passou de 639 em 2002 para 1.352 em 2005 (+ 111,58%), enquanto o déficit de vagas aumentou de 1.262 para 1.660 (+ 31,54%). O número de presos por vaga diminuiu de 2,97 em 2002 para 2,23 em 2005 (- 24,92%).[25]

De acordo com dados de 2003, era de 16 o número de Unidades Prisionais no Estado. Desse total, 13 presídios mantinham presos em regime fechado; 2, em regime semi-aberto; e 1, em regime aberto.[26] Quanto à assistência jurídica aos internos, existiam 10 profissionais que realizavam esse tipo de serviço no interior do Sistema Prisional do Estado. Quanto a projetos de reintegração através da educação, eram 5 as unidades que ofereciam atividades educativas.

A média de novos ingressos no sistema prisional, ainda em 2003, era de 70 presos por mês. A média mensal de liberações, de acordo com o regime prisional era a seguinte: 25 em liberdade condicional; 10 com penas cumpridas; e 15 através de desinternação. No total, a média geral era de 50 presos liberados por mês.

O número de presos estudando no sistema prisional, em 2003, era da ordem de 407 detentos. O número de presos trabalhando era menor, 367, sendo a remuneração média R$ 150,00.

Rebeliões, fugas e mortes

De acordo com dados de 2002, ocorreram 62 fugas no Sistema Prisional do Estado.[27] Quanto ao número de mortes, em 2002, está registrado em 4: 2 atribuídas a homicídios cometidos entre presos; 1 homicídio cometido por agente prisional; 1 suicídio.[28]

Em maio de 2002, rebelião no complexo penitenciário Anísio Jobim, em Manaus, resulta em morte de 13 presos. O motim teria se iniciado devido à morte de um dos detentos por suposto espancamento promovido por agentes penitenciários. As outras doze mortes foram atribuídas a homicídios cometidos pelos próprios internos.[29]

Em 2003, os casos de rebeliões voltam a aparecer no noticiário. Em junho, rebelião na Unidade Prisional de Puraquequara, zona rural de Manaus, acabou com saldo de treze mortos e quinze feridos. A rebelião teria sido comandada, por celular, por presos insatisfeitos com a transferência de Puraquequara para o 1º batalhão da PM, de onde teriam iniciado o motim. Na ocasião, 52 pessoas, incluindo agentes penitenciários, foram feitas re-

féns. O final da rebelião, que durou 14 horas, foi marcado pelas denúncias de participação de PMs na morte de alguns rebelados e pelo decreto de Estado de Emergência no Sistema Penitenciário do Estado[30]. No mesmo mês, a unidade de Puraquequara foi palco de outra rebelião, iniciada após a visita de familiares dos internos. Mulheres e filhos de alguns presos foram feitos reféns, juntamente com um grupo de cinco agentes penitenciários. Dois presos foram mortos no episódio. Um policial e outros dois detentos ficaram feridos.[31]

No ano de 2004, ocorreram duas rebeliões graves no Sistema Penitenciário do Estado. Em Puraquequara, no mês de janeiro, uma rebelião teve início momentos antes da visita dos familiares dos internos, que aproveitaram a ocasião para tomar dois pavilhões do presídio. Houve troca de tiros entre policiais e rebelados. Um policial foi atingido no peito e um detento na cabeça. Ambos foram internados em estado grave no Hospital João Lúcio. A rebelião resultou na morte de sete presos, sendo que um deles foi degolado e teve seu corpo exposto pelos presos no telhado da unidade.[32]

Rebelião de proporções significativas foi a ocorrida no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus, no mês de janeiro. Durante três dias os amotinados mantiveram cerca de 60 reféns, entre agentes penitenciários, amigos e familiares de presos. A rebelião foi pautada numa série de reivindicações por parte dos presos, entre as quais a exoneração do secretário de justiça Carlos Lélio Lauria e o fim da gestão da unidade por empresas privadas. Os rebelados conseguiram mesmo o afastamento temporário do assessor do Departamento Penitenciário, o coronel da Polícia Militar Fernando de Oliveira, acusado de ordenar torturas no presídio. No início da rebelião um preso foi atingido no peito e morreu em decorrência de morte cerebral, pois a bala havia se alojado na cabeça. A rebelião terminou com um acordo entre os detentos o governo do estado e setores do Judiciário. O acordo previa a revisão de processos, a instalação de ventiladores e aparelhos de tv nos pavilhões e outras concessões como maior tempo para os banhos de sol.[33]

Tortura

A Imprensa registrou um caso relevante de tortura no Estado de Amazonas. Em Julho de 2003, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Manaus pediu ao IML (Instituto Médico Legal) a realização de exame de corpo de delito para comprovar suposta agressão sofrida por uma presa durante rebelião, ocorrida em junho, na ala feminina do Complexo Penitenciário Anísio Jobim. Segundo a detenta, uma das líderes do motim, a agressão foi praticada por policias militares, depois de uma visita realizada por

comissão da Secretária de Justiça e Direitos Humanos encarregada de verificar a observância do acordo que pusera fim na rebelião. Assim que a comissão deixou o presídio, os policiais teriam invadido a cela da presa e a espancado. Um observador afirmava que a presa tinha hematomas pelo corpo e precisava tomar antiinflamatórios. O subsecretário de Justiça e Direitos Humanos instaurou sindicância para averiguação do caso.[34]

Liberdade de Expressão e de Assembléia

Imprensa – ameaças

Em agosto de 2004, o repórter Gerson Dantas, o fotógrafo Antônio Lima e o motorista Ednelson Arruda, do jornal *A Crítica*, foram perseguidos quando se deslocavam ao município de Presidente Figueiredo para fazer reportagem sobre a cidade após a prisão do prefeito Romeiro Mendonça, em decorrência da Operação Albatroz, da Polícia Federal, em 10 de agosto do mesmo ano. Segundo relato da vice-presidente do jornal, Tereza Cristina Calderaro, a equipe foi seguida por cinco carros ocupados por partidários do prefeito e teve de voltar escoltada pela polícia a Manaus. O editor da coluna "Sim" e "Não", jornalista Orlando Farias, recebeu ameaça por telefone, e a diretora de Redação, jornalista Taíza Brito, recebeu telefonemas intimidatórios. A direção do jornal acredita que a perseguição, a ameaça e intimidação são decorrências da divulgação de notícias sobre Operação Albatroz, deflagrada pela polícia federal, que resultou na prisão de agentes públicos e empresários "cuja atuação conjunta causou, nos últimos dois anos, um desfalque de mais de R$ 500 milhões aos cofres públicos, escândalo, portanto, de grandes proporções". A operação foi concluída em 21 de setembro de 2004, com o indiciamento de 45 pessoas.

Em agosto de 2003, os jornalistas Saulo Borges e Joana Queiroz, do jornal *A Crítica*, foram vítimas de ameaças ao começar a investigar e publicar reportagens sobre homicídios praticados por grupo de extermínio. A Associação Nacional de Jornais (ANJ) pediu providências ao governo do Estado para garantir a segurança e a integridade física dos repórteres ameaçados em razão da sua atividade profissional.[35]

Crianças e Adolescentes

No Estado do Amazonas, há 47 conselhos tutelares, 44 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, cinco delegacias especializadas em crianças e adolescentes, uma promotoria da infância e da juventude, mas não há uma vara da infância e da juventude.[36]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 45,6% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 41,4% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[37]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 475 denúncias do Amazonas (19,88 por 100 mil habitantes). O Amazonas é o estado com maior número de denúncias proporcionalmente à população.[38]

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito[39]

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada em 2003, com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, relatou denúncias de abuso e exploração sexual de crianças nas rodovias BR 174 e BR 319.

Segundo o relatório da CPMI, no dia 21 de fevereiro de 2001, dia de Carnaval, cinco adolescentes, com idades entre 15 e 17 anos, foram contratadas, por intermédio de uma mulher, para realizarem programas sexuais. Em companhia desta mulher, as adolescentes embarcaram no porto de Manaus com destino a Parintins. No trajeto, ao passarem pela barreira da Polícia Federal, a aliciadora deixou as adolescentes, que seguiram viajem na companhia de um juíz de direito. Durante este trecho da viagem as adolescentes foram exploradas sexualmente pelo juiz. Os membros da CPMI apuraram que depois do fato ter sido denunciado às autoridades, as adolescentes foram ameaçadas ou receberam propostas financeiras para modificar seus depoimentos, tendo havido inclusive um encontro entre as adolescentes e pessoas liagas ao juiz para prometer que cada uma delas ganharia uma casa caso mudassem seus depoimentos. Como a promessa não foi cumprida, as adolescentes voltaram atrás e confirmaram as denúncias feitas contra o juiz. Uma investigação sobre o caso foi instaurada no Tribunal de Justiça do Ama-

zonas, mas o processo terminou arquivado, a pedido do Ministério Público, em vinte e oito de fevereiro de 2002, sob a justificativa da falta de provas.

Ainda segundo o relatório da CPMI, o proprietário de uma agência de modelos de Manaus foi acusado de aliciar meninas para festas e orgias sexuais com políticos da cidade. Pesa também contra ele a acusação de estar envolvido com o tráfico internacional de mulheres e adolescentes pela rota Manaus – São Paulo – Madri. O dono desta agência de modelos pertencia a uma família tradicional de Manaus e era protegido por políticos influentes do estado. Não havia inquérito instaurado para apurar este caso.

Uma mulher foi acusada em Manaus de aliciar adolescentes para realizar programas sexuais com homens, entre eles políticos, autoridades e empresários do Amazonas. A partir de diversos depoimentos de adolescentes colhidos em 2001 e 2002, a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente de Manaus instaurou dois procedimentos investigativos sobre a atuação criminosa da envolvida. Contudo, um dos inquéritos foi, em vinte e dois de maio de 2001, avocado, sem motivo aparente, pelo então secretário de segurança pública. Segundo o relatório da CPMI, este fato impediu que a acusada ou qualquer uma das pessoas apontadas no inquérito fossem processadas ou punidas. O segundo inquérito foi remetido, em 2003, à 4ª Vara Criminal de Manaus, onde permaneceu sob o poder do Ministério Público. Até o encerramento do relatório da CPMI, em julho de 2004, não houve qualquer manifestação do Ministério Público sobre o caso.

Em 28 de janeiro de 2003, a polícia federal prendeu em flagrante uma brasileira e um sul coreano, por promover e facilitar a saída de mulheres brasileiras para o exterior, mediante o oferecimento de vantagens, com a finalidade de submetê-las à exploração sexual no exterior. Entre as mulheres estavam também três adolescentes, que já eram submetidas à exploração sexual em uma boate de Manaus. As investigações sobre o caso estavam a cargo da polícia federal, mas até o final dos trabalhos da CPMI não havia processo criminal instaurado.

Um homem foi preso em flagrante pela polícia federal, em dezenove de dezembro de 2002, por aliciar e facilitar a exploração sexual de adolescentes e de mulheres colombianas. Esta mesma pessoa tinha em Manaus um estabelecimento utilizado para prostituição. Neste local foram encontradas três adolescentes, sendo uma brasileira e duas colombianas. A polícia federal deu início à investigação, mas até o final dos trabalhos da CPMI não havia processo criminal instaurado.

Segundo o relatório da CPMI, uma boate, localizada no centro de Manaus foi fechada por submeter adolescentes, a maior parte delas do interior do Pará e do Amazonas, à exploração sexual. Ainda segundo o relatório, um

oficial da Polícia Militar foi transferido de posto por ter cumprido a ordem de fechar esta boate, que, posteriormente, foi reaberta com uma liminar obtida na justiça.

Trabalho Infanto-Juvenil

No Amazonas, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 13,1% da população total desta idade em 1995 para 6,8% em 2000, mas subiu para 9,1% em 2004. Em parte, o aumento em 2004 pode ser explicado pela inclusão de dados referentes à área rural que não foram considerados nos levantamentos de 95 e 2000.[40]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 7.621 crianças em 35 municípios do estado no início de 2005.[41]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, o Amazonas tinha 344 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 113 (33%) em meio fechado e 231 (67%) em meio aberto.[42]

Mulheres

No Amazonas a população é composta por 49,73% de mulheres (1.586.940) e 50,27% de homens (1.604.347). Além deste estado, apenas no Pará, Rondônia e Tocantins, todos na Região norte, há predominância de homens sobre mulheres na população. A esperança de vida ao nascer é de 67,8 anos para os homens e 73,8 anos para as mulheres.[43]

Em 2003, foram registradas 253 ocorrências de estupro no estado, o que corresponde a uma taxa de 16,78 ocorrências por 100 mil mulheres. Manaus, capital do estado, concentrava 99,21% das ocorrências (251 ocorrências) e 51,92% da população feminina. Entre 2001 e 2003, houve uma redução na taxa de ocorrências, de 40,3/100.000 mulheres para 32,07/100.000 mulheres.[44]

A comparação entre os dados de homicídio mostra que houve declínio no número de mortes violentas de mulheres. Em 2000, foram 2,6 homicídios por 100 mil habitantes.[45] Em 2002, 35 mulheres foram assassinadas (2,4/100 mil habitantes), sendo 14 na faixa etária de 15 a 24 anos (4,2/100 mil habitantes).[46]

No estado os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência estão restritos a três Delegacias Especializadas no Atendimento de

Mulheres (DEAMs), uma instalada na capital. Não existem Centros de Referência para a Mulher ou Conselho Estadual da Mulher. A única casa-abrigo do estado está instalada em Manaus e é vinculada a DEAM. O Hospital Universitário Francisca Mendes também oferece serviço de apoio às vítimas de violência sexual.[47]

O estado concentra um foco de exploração sexual de crianças e adolescente, articulando o tráfico interestadual e internacional para a prostituição. Com apoio da RHAMAS – Rede Humanizada de Atendimento para Mulheres Agredidas Sexualmente, o Hospital Universitário Getúlio Vargas, localizado em Manaus, possui serviço especializado para o atendimento de vítimas de violência sexual.[48]

Não há registros de adesão ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres neste estado, nem sobre a realização de convênios para o repasse de recursos da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.[49]

Educação

As taxas de analfabetismo para pessoas acima de 15 anos são de 9,9% para os homens e 8,1% para as mulheres. A participação feminina corresponde a 55,7% do grupo com 12 anos ou mais de estudos e 52,7% da população que freqüenta o ensino superior.[50]

Trabalho

Na população economicamente ativa, as mulheres correspondem a 40,37%. A população feminina ocupada está distribuída em 1,7% no grupo de dirigentes, a mais baixa no país. As maiores concentrações de mulheres se verificam nos grupos de trabalhadores em serviços (32,0%), prestadores de serviço no comércio (16,9%) e trabalhadores agrícolas (16,1%). Entre os homens a maiores concentrações estão nos grupos de trabalhadores da produção de bens e serviços (30,4%), trabalhadores agrícolas (28,4%) e trabalhadores em serviços (11,8%).[51]

O rendimento – hora segundo o sexo é de R$ 4,00 para as mulheres e R$ 4,20 para os homens. Entre o grupo com 12 anos ou mais de estudo a diferença passa a ser de R$ 10,30 para as mulheres e R$ 14,20 para os homens. Em média, as mulheres recebem 4,76% a menos do que os homens, mas entre o grupo com maior tempo de escolaridade esta diferença sobe para 27,46%.[52]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres é de R$ 225,03 para as mulheres e R$ 247,36 para os homens. Entre os 10% mais ricos o

rendimento apurado foi de R$ 2.137,30 para as mulheres e R$ 2.568,03 para os homens.[53]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm maior risco de serem vítimas de violência do que os brancos. De 2000 a 2002, para cada branco, 8,65 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrada uma diminuição desta taxa de 10,26 em 2000 para 8,19 em 2002.[54]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 5,42% para a população branca e 7,17% para a população negra. A escolaridade média era de 8,52 anos de estudo para a população branca e 7,59 anos de estudo para população negra.[55]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 281,63 para população branca e R$ 185,12 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 4,19 para população branca contra R$ 2,81 para população negra.[56]

Indígenas

O Amazonas possui a maior população indígena do país, distribuída em 45 povos indígenas:[57]

Nome	População censo/estimativa	Ano
Apurinã	2.779	1999
Arapaso	328	2001
Banawá	100	1999
Baniwa	5.141	2002
Bará	39 / 296	2001
Barasana	61 / 939	200
Baré	2.790 / 1.210	1998
Deni	736	2002

Desana	1.531 / 2.036	2001
Jamamadi	800	2000
Jarawara	160	2000
Jiahui	50	2000
Juma	5	2002
Kaixana	224	1997
Kambeba	156	200
Kanamari	1.327	1999
Karapanã	42 / 412	2001
Katukina	289	2000
Kaxarari (AM/RO)	269	2001
Kocama	622	1989
Korubo	250	2000
Kubeo	287 / 4.238	2001
Kulina Pano	20	1996
Kuripako	1.115	2002
Maku	2.548 / 678	1998
Makuna	168 / 528	2001
Marubo	1.043	2000
Matis	239	2000
Matsé	829	2000
Miranha	613	1999
Mirity – Tapuya	95	1998
Mura	5.540	2000
Pirahã	360	2000
Pira – tapuya	1004	2001
Sateré – Mawé (AM/PA)	7.134	2000
Siriano	17	2001
Toriana	1.914	2001
Tenharim	585	2000
Ticuna (AM/Peru)	32. 613	1998
Tuyuka	593	2001
Wanana	447	2001
Warekena	491	1998
Witoto	?	—
Yanomami (RR/AM)	11.700	2000
Zuruahã	143	1995

O Estado tem 201 terras indígenas, na seguinte situação jurídica:[58]

Situação	Nº de terras
Registradas	76
Homologadas	31
Declaradas	11
Identificadas	9
A Identificar	54
Reservadas/Dominiais	0
Sem Providências	20

Yanomami

No Brasil, a população yanomami é de cerca de 12.500 pessoas, repartidas em 188 comunidades (censo FUNASA). A Terra Indígena Yanomami, que cobre 9.664.975 ha (96.650 km²) de floresta tropical, foi homologada por um decreto presidencial em 25 de maio de 1992.[59]

Homicídio/Suicídio

No ano de 2002 houve 5 homicídios e 6 suicídios registrados pela FUNASA[60], e em 2003 houve 6 homicídios e 7 suicídios.[61]

Saúde

A falta de dinheiro decorrente do atraso no repasse dos recursos da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) para os Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI vem comprometendo o atendimento contínuo das comunidades, assim como a contratação de médicos e dentistas, a compra emergencial de medicamentos, soros e até combustível para o transporte das equipes médicas pela região, uma vasta área de 110 mil quilômetros quadrados. O atraso no repasse de dinheiro para os DSEIs tem sido um fato recorrente nos últimos anos na administração da Saúde Indígena pela Funasa.

Em uma carta endereçada em junho ao ministro da saúde, Humberto Costa, os povos indígenas representados pela Foirn afirmaram que os atrasos dos recursos por parte da Funasa provocaram uma série de dificuldades na gestão do distrito e no atendimento das 554 aldeias da região, onde vivem 23 mil pessoas de 22 povos indígenas.[62]

Na Terra Indígena Vale do Javari entre 2002 a 2004 foram confirmados 22 óbitos por hepatite B e D e por Síndrome Febril Ictero Hemorrágica Aguda, sendo 17 desses casos apenas em 2003 e dois em 2004. A Síndrome tem atingido adultos e crianças dos povos Marubo, Mayoruna, Kanamari, Kulina e Matis.[63]

A situação dos indígenas internados na Casai – Casa de Saúde do Índio, administrada pela Funasa – Fundação Nacional do Índio, localizada no Km 25 da BR-AM 10, que liga Manaus ao município de Itacoatiara, é extremamente precária, os fiscais do CRM-AM – Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas constataram, após fiscalização solicitada pelo Ministério Público Federal do Amazonas, superlotação nas enfermarias, falta de enfermeiros e de médicos.[64]

Segundo os dados do DATASUS, no ano de 2002 houve um total de 151 mortes de crianças até 4 anos, sendo 98 o número de crianças de até um ano, e 53 de um a quatro anos.

Educação

A Escola Utapinapona (Tuyuka) teve a sua primeira turma de formados no ensino fundamental em maio de 2005, os alunos receberam um certificado de conclusão, emitido pela secretaria municipal de educação em tuyuka. O estudo se dá na língua tuyuka, os alunos pesquisam e registram os conhecimentos de sua própria cultura, aprendem conhecimentos necessários para seu cotidiano, e a escola ainda valoriza o manejo dos recursos naturais voltados para a auto-sustentabilidade da comunidade.

Os recursos para a realização das reuniões que já estavam agendados pelo Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena (CEEI), do Amazonas, foram cancelados pela Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino (Seduc) com o argumento de falta de disponibilidade financeira, gerando indignação entre os conselheiros indígenas e as lideranças do movimento regional.[65]

Idosos

Em 2004, o Amazonas tinha 167.129 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 5,2% da população do estado. Desta população, 39,0% tinha um rendimento médio mensal familiar per capita de meio a um salário mínimo e 25,5% de um a dois salários mínimos.[66]

Migrantes

Em 2004, o Amazonas tinha uma população de 440.130 migrantes, o que correspondia a 13,79% da população do estado.[67]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre 12 homossexuais assassinados no Amazonas em 2002, sete em 2003 e 13 em 2004 e três em 2005.[68]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados passou de 22% em 1991 para 11,8% em 2004 (-10,2%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 13,9% em 1991 para 20,7% em 2004.[69]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 9% e a média de anos de estudo era de 6,4 anos.[70]

O rendimento/hora da população ocupada era de R$ 4,10, acima da média regional de R$ 3,80, mas abaixo da média nacional de R$ 4,70.[71]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 237,51, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 2.424,07 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 91,41, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.456,79.[72]

Objetivos do Milênio

	1995[73]	2000	2004[74]
Alfabetização Feminina (%)	87,2	84,6	91,9
Alfabetização Masculina (%)	87,3	84,4	90,1
Água Canalizada (%)	77,5	74,4	75,6
Esgotamento Sanitário (%)	51,8	42,1	58,4
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	68,8	90,2	73,5
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	35,9	30,1	28,5
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	87,1	76,5	-
Sem Rendimento (%)	45,1	54,8	45,1
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%)	12,9	15,6	19,1
Telefone (%)	25,4	31,4	34,0
Computador (%)	-	6,9	7,9

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
4.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
5.Estado do Amazonas (www.am.gov.br), Secretaria de Segurança Pública (www.ssp.am.gov.br).
6.Estado do Amazonas, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (www.sejus.am.gov.br).
7.Brasil, Ministério da Justiça 2004b.
8.Brasil, IBGE 2005.
9.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
10.Dados do efetivo policial da Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003 do IBGE (www.ibge.gov.br).
11.Brasil, IBGE 2005.
12.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
13.Basil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
14.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
15.Mesquita e Loche 2005.
16.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005. A taxa de congestionamento (Tx) é a razão entre um menos o número total de casos sentenciados (Csent) dividido pela soma dos casos novos (CN) mais os casos pendentes de julgamento (Cpj): Tx = 1 – [Csent/(Cn + Cpj)]. Para isso considera-se: a) Casos Novos foram os feitos ingressados / protocolizados na Justiça Estadual e do Distrito Federal, em 2004, excluídas: as Cartas Precatórias recebidas, as Execuções de Sentença Judicial, os Precatórios Judiciais, Requisições de Pequeno Valor e outros que não comportam decisões judiciais; b) Os Casos Pendentes de Julgamento representam o saldo de processos em tramitação na Justiça Estadual, em 31/12/2003, excluídos os processos enviados a outros órgãos; c) como Casos Sentenciados todas as formas de extinção do processo (ainda que não definitivas em face da recorribilidade); d) Não formam computados como sentenças os despachos de mero expediente.
17.Movimento Nacional de Direitos Humanos s/d.
18.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
19.Waiselfisz 2004.
20.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2004.
21.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2005.

22.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2004 e 2005.
23.Brasil, Depen 2006. Estimativa de população em 2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
24.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
25.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
26.Lemgruber 2004.
27.Lemgruber 2004.
28.Lemgruber 2004.
29.*O Estado de S. Paulo*, 26/05/02.
30.*Folha de S. Paulo*, 24/06/2003.
31.*Folha de S. Paulo*, 23/06/2002.
32.*Folha de S. Paulo*, 05/01/2004.
33.*Folha de S. Paulo*, 05/01/2004, 06/01/2004 e 07/01/2004.
34.*Folha de S. Paulo*, 01/07/03.
35.Associação Nacional de Jornais 2002.
36.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12/01/2006.
37.Brasil, IBGE 2006. Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
38.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
39.Brasil, Congresso Nacional 2004.
40.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
41.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
42.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no website da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
43.Brasil, IBGE 2006.
44.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança – Senasp (www.mj.gov.br/senas).
45.Mesquita e Affonso 2002.
46.Waiselfisz 2004.
47.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
48.Adesse e Souza 2005.
49.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm/index.htm e www.presidencia.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
50.Brasil, IBGE 2006.
51.Brasil, IBGE 2006.
52.Brasil, IBGE 2006.
53.Brasil, IBGE 2006.
54.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
55.Pnud 2004.
56.Pnud 2004.
57.Instituto Sócio Ambiental – ISA (www.socioambiental.org).
58.Conselho Indigenista Missionário – Cimi – Cimi (www.cimi.org.br).
59.CCPY- Comissão Pró-Yanomami.
60.De acordo com os dados do SIM / DATASUS, no ano de 2002 houve um total de 11 homicídios, o dobro do número apresentado pela FUNASA
61.Ministério da Saúde / Fundação Nacional de Saúde – FUNASA
62.Instituto Sócio Ambiental – ISA (www.socioambiental.org), 17/06/2005.
63.Instituto Sócio Ambiental – ISA – ISA (www.socioambiental.org), "Índios do Vale do Javari (AM) pedem socorro", 13/08/2004.
64.Procuradoria da República no Amazonas (www.pram.mpf.gov.br), *CRM do Amazonas classificou de desrespeito à situação de índios,* 9 / 05 / 2005.
65.Coiab – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (www.coiab.com.br), *Coiab reivindica recursos para viabilizar ações do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Amazonas,* 27/09/de 2005.
66.IBGE 2006.
67. IBGE 2006.
68.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2006 e 2005.
69.Brasil, IBGE 2006.
70.Brasil, IBGE 2006.
71.Brasil, IBGE 2006.
72.Brasil, IBGE 2006.
73.Para os anos de 1995 e 2000 não estavam disponíveis, informações para a área rural do Amazonas. Sendo assim, foram considerados apenas os dados para a área urbana
74.Em 2004, a área rural do Amazonas passou a integrar a amostra da PNAD e aos resultados da coluna 2004 foram incorporando a amostra relativa à área rural do estado.

4.4 Pará

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

O Pará tem uma área de 1.247.689,50 km2 e população de 6.970.586 habitantes (5,58 hab/km2), divididos em 143 municípios.[1] Belém, capital do estado, tem uma população de 1.405.871 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Pará passou de 0,650 em 1991 para 0,723 no ano 2000 (+11,23%).[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0.530, acima da média regional de 0.525, mas abaixo da média nacional de 0.559.[4]

Estrutura Institucional

O Pará tem uma Secretaria Especial de Estado de Defesa Social (Sedes), à qual estão vinculadas a Secretaria Executiva de Justiça, Secretaria Executiva de Segurança Pública, Defensoria Pública, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, Departamento de Trânsito, Superintendência do Sistema Penal (SUSIPE), Instituto de Metrologia do Pará e Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves". A SUSIPE é o órgão responsável por efetivar as disposições da execução criminal e proporcionar condições para a integração social do condenado, além de ser responsável pela Corregedoria Geral Penitenciária, órgão encarregado pela recepção e apuração de denúncias no sistema penitenciário. A Superintendência é subordinada à Secretaria Especial de Defesa Social, não havendo órgão específico autônomo para tratar de assuntos ligados à administração penitenciária no Estado. A Ouvidoria de Segurança Pública foi criada em 1996 (Lei Estadual 5.944, de 2 de fevereiro de 1996). Não há ouvidoria específica para o sistema penitenciário.

A Defensoria Pública foi criada em 1993 e conta com 199 defensores.[5] O estado tem apenas uma vara de execução criminal, em Belém.[6] O estado tem 44 juizados especiais criminais e 55 juizados especiais cíveis.[7] Não há programas de administração alternativa de conflitos.[8]

O efetivo policial no Pará era de 16.461 policiais em 2003, sendo 2.542 policiais civis, 224 peritos, 11.705 policiais militares e 1.990 bombeiros militares – o que representa um policial para cada 399 habitantes.[9] Vinte e cinco municípios tinham guarda municipal em 2004, com um efetivo total de 1.868 guardas.[10]

O estado do Pará possui 143 municípios, dos quais 103 constituíram sede de comarca.[11] Em 2004, atuavam na justiça estadual 282 juízes, sendo 249 na primeira instância, 30 na segunda instância e três em juizados especiais, o que corresponde a uma taxa de 4,12 juízes por 100.000 habitantes.[12] O estado tinha ainda 15 juízes na primeira instância da justiça federal, em 2003.[13]

Políticas de Direitos Humanos

O Pará foi o primeiro estado brasileiro a implantar o Programa Nacional de Proteção de Defensores de Direitos Humanos, em fevereiro de 2005. O programa é coordenado pela Defensoria Pública e conta com a participação da Secretaria de Justiça, Secretaria da Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Assembléia Legislativa, Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública, Ordem dos Advogados do Brasil-PA, Comissão Pastoral da Terra, Centro de Defesa da Criança e Adolescente, Centro de Defesa do Negro no Pará e Federação de Agricultura do Pará.

O Pará não tem um plano estadual de direitos humanos. Mas anunciou um plano estadual de segurança pública em 2003, onde apresenta como objetivos do governo estadual e da política estadual de defesa social e de segurança pública os seguintes objetivos: construção de uma duradoura paz social; mediação dos conflitos e a negociação de soluções; distribuição da Justiça, defesa da vida em todas suas formas de manifestação; ampliação do acesso aos direitos civis; reconhecimento da etnodiversidade; e proteção aos excluídos.[14]

De 2002 a 2004, o Pará assinou dezoito convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 4.596.350,60. Destes convênios, quatro foram referentes à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, cinco à promoção dos direitos da criança e do adolescente, dois à proteção de vítimas e testemunhas, cinco à promoção dos direitos humanos (balcão de direito, discriminação racial, defensoria pública, trabalho escravo, justiça itinerante), dois à implantação promoção dos direitos de pessoas portadoras de deficiência.[15]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Pará foi de 4,48%. A despesa média da justiça estadual por habitante foi de R$ 33,31. A participação da assistência judiciária gratuita no total das despe-

sas justiça estadual foi 7,85% e no total das despesas públicas foi de 0,35%, o que representa um investimento médio de R$ 2,61 por habitante. O total de pessoas atendidas foi de 451.421 e a taxa de congestionamento da justiça no estado foi de 92,18%, na primeira instância, 69,80 %, na segunda instância e de 83,81%, nos juizados especiais.[16]

Segundo a Pastoral Carcerária Nacional da CNBB, apesar de avanços tecnológicos, a infra-estrutura do sistema penal nas comarcas do estado não evoluiu em ritmo compatível com o aumento do número de presos, obrigando juízes, promotores e defensores públicos a acumular diversas comarcas sob sua responsabilidade. A falta de profissionais contribui para a lentidão dos processos judiciais e a manutenção de um alto número de presos provisórios. No interior do estado, principalmente, juízes e promotores titulares são constantemente substituídos por juízes e promotores substitutos. No sistema prisional, há presos que após um ano ou até cinco anos ainda não foram levados para uma audiência. Há um preso que, após dez anos, ainda não recebeu julgamento pelo Tribunal do Júri.[17]

Boas Práticas

Como forma de expandir o acesso à justiça, o Tribunal de Justiça do Estado lançou o programa Justiça na Praça, que tem como objetivo prestar serviços judiciais à população durante os finais de semana nas praças e em outros locais públicos da comarca de Belém.

Segundo a Pastoral Nacional Carcerária da CNBB, a prática de mutirões jurídicos, apesar de ser uma medida paliativa, que não reduz a necessidade de reformas e melhorias no sistema de justiça criminal no estado, contribuiu efetivamente para acelerar o andamento dos processos criminais e de execução penal e melhorar o tratamento dos presos no sistema prisional.[18]

Direito à Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Violência Policial, Execução, Tortura

Em 12 de fevereiro de 2005, a missionária Dorothy Stang, norte-americana de 74 anos, trabalhando na região há mais de vinte anos, foi assassinada quando se dirigia a uma reunião na cidade de Anapu. Uma semana antes de ser assassinada, ela se reunira com autoridades federais e estaduais para discutir ameaças de morte contra trabalhadores rurais.

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 130 denúncias de tortura praticada por agentes públicos no estado do Pará, sendo 28 na capital, 98 no interior e quatro sem identificação do local. Das 130 denúncias, 20 foram arquivadas devido a dados insuficientes, fatos repetidos e ocorridos antes da promulgação da lei da tortura. Cento e seis denúncias foram enviadas ao Ministério Público, que propôs cinco ações criminais (uma com sentença condenatória), arquivou oito denúncias, devolveu duas por dados insuficientes, e não se manifestou em relação a 67 denúncias. Setenta e duas denúncias foram encaminhadas à corregedoria da Polícia Militar, das quais três foram devolvidas por dados insuficientes, 40 foram arquivadas e 19 estavam sob investigação e em cinco casos não houve manifestação da corregedoria. Cinco policiais foram punidos pela prática de tortura. Setenta denúncias foram encaminhadas à corregedoria da Polícia Civil, das quais 17 foram devolvidas por dados insuficientes, sete foram arquivadas e não houve manifestação em três casos. Foram instaurados 43 inquéritos, mas apenas um policial foi punido.[19]

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, 82 casos de violência policial no Pará, com 79 vítimas fatais e 658 feridas, 48 casos de execução sumária, com 73 vítimas fatais e 12 feridas, e 32 casos de linchamento com 18 vítimas fatais e nove feridas.[20]

Violência Urbana

Em 2002, o Pará registrou 1.183 mortes por homicídio (18,30/100 mil hab.), das quais 420 em Belém (26,50/100 mil hab.). Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 29,8/100 mil no estado e 61,4/100 mil na capital.[21]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 317 conflitos de terra, envolvendo 103.547 pessoas, com 33 pessoas mortas.[22] Em 2004, de janeiro a agosto, foram 189 conflitos, envolvendo 65.732 pessoas, com 13 mortes. Em 2005, no mesmo período, foram 81 conflitos, envolvendo 54.810 pessoas, com 14 mortes.[23]

Trabalho Escravo/Forçado

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, houve 149 denúncias de trabalho escravo no Pará em 2003, tendo sido resgatadas da condição de escravidão 1.870 pessoas. Houve ainda 100 denúncias em 2004 (41 pessoas resgatadas) e 58 denúncias de janeiro a junho de 2005 (616 pessoas resgatadas).[24]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

No Pará, a população prisional em dezembro de 2005 era de 7.298 presos, 6.076 (83,26%) em unidades do sistema penitenciário e 1.222 (16,74%) em unidades policiais. No sistema penitenciário, o número de presos provisórios era 3.507 (57,72%), sendo 3.386 homens e 121 mulheres. O número de presos condenados era 2.569 (42,28%), sendo 2.515 homens e 54 mulheres. Dos presos condenados, 1.921 estavam em regime fechado, 500 em regime semi-aberto, 72 em regime aberto e 76 em medida de segurança.[25]

A população prisional aumentou de 3.059 em 2002 para 7.298 em 2005 (+ 138,57%). A taxa de encarceramento de presos por 100 mil habitantes passou de 47,40 em 2002 para 104,70 em 2005 (+ 54,73%).[26]

O número total de vagas no sistema penitenciário passou de 3.095 em 2002 para 5.267 em 2005 (+ 70,18%), enquanto o déficit de vagas aumentou de - 36 para 809 (+ 2.347,22%). O número de presos por vaga aumentou de 0,99 em 2002 para 1,15 em 2005 (+ 16,16%).[27]

Em 2003, o Pará tinha 36 unidades prisionais. Desse total, 21 mantinham presos em regime fechado; 14, em regime semi-aberto; e 1, em aberto. A média de novos ingressos no sistema prisional, ainda em 2003, era de 245 presos por mês. A média mensal de liberações, segundo o tipo de regime, era a seguinte: 88 presos em liberdade condicional e 3 com pena cumprida. No que se refere aos artigos de maior condenação da população carcerária, a maioria dos presos, cerca de 2.010 detentos, foi incriminada por infração ao artigo 157 (roubo); em seguida, 121 (homicídio simples), praticados por 933 presos; o artigo 155 (furto) aparece em terceiro lugar, tendo sido responsável pela condenação de 288 detentos; os artigos 129 (lesão corporal) e 159 (extorsão mediante seqüestro) vêm em seguida, condenando, respectivamente, 50 e 28 presos.

O Pará conta com uma única vara de execução penal, em Belém. Para diminuir a sobrecarga desta vara, houve uma descentralização da tarefa da execução penal: as varas criminais das comarcas do interior foram proviso-

riamente incumbidas da responsabilidade da execução penal nas condenações com pena de até seis anos, sob monitoramento da vara de execução penal de Belém. Entretanto, dada a infra-estrutura inadequada das varas criminais mencionada acima, mesmo reconhecendo o caráter emergencial, esta solução se mostrou insatisfatória.[28]

Segundo a Pastoral Carcerária Nacional da CNBB, a carência quanto ao atendimento jurídico dos presos agravou-se com a criação de presídios regionais: cadeias públicas seccionais, e casas penais e centros de recuperação regionais, que não contam com infra-estrutura adequada, atendem a uma série de varas e abrigam presos de diversas comarcas. Como as comarcas do Pará têm enorme extensão (até 2.000 km), torna-se difícil a comunicação entre os operadores do direito e os presos e também entre os presos e suas famílias. A falta de atendimento jurídico e contato com a família contribuem para o aumento das tensões, fugas, rebeliões, torturas e mortes.[29]

No que diz respeito à assistência médica, o caso do Pará é grave: não há nenhuma unidade de assistência em todo o sistema prisional do estado. Em relação à assistência jurídica, eram 24 os profissionais prestando esse tipo de serviço no interior das unidades prisionais do estado. Quanto a projetos de educação da população prisional, apenas 10 unidades ofereciam algum tipo de atividade educativa. Em 2003, 285 presos estudavam e 813 presos trabalhavam no sistema penitenciário, com uma remuneração média mensal era de R$ 32,32.

A Corregedoria Penal Penitenciária do Estado avaliou denúncias da população no ano de 2004 sobre infrações cometidas por funcionários do Sistema Penitenciário, vindo a elaborar relatório sobre os andamentos dos processos desenvolvidos a partir das acusações.[30] Segundo o relatório, foram instaurados, entre janeiro e dezembro de 2004, um total de 158 processos, oito a mais em relação ao ano anterior. Desse total, 96 foram arquivados por falta de provas, desistência do denunciante ou inexistência do fato denunciado. Dos 62 processos restantes, 18 foram concluídos com julgamento, 2 aguardavam defesa, 3 aguardavam juntada, 12 estavam na fase de instrução, 7 na oitiva e 20 em relatório. As principais ocorrências denunciadas e avaliadas nos processos foram: extorsões, homicídios, abuso de autoridade, espancamentos, maus-tratos e participação de agentes penitenciários com fugas. As últimas, respectivamente, receberam quantidade relevante de denúncias, 11 e 34.

Por outro lado, a Corregedoria instaurou 120 processos através de sindicâncias e sete processos administrativos disciplinares: 71 foram arquivados; do restante, foram 14 suspensões e 10 repreensões, restando 57 em estado de apuração. Dos 122 procedimentos concluídos em 2004, 51 são de proce-

dimentos instaurados em anos anteriores. Dos 135 instaurados em 2004, 71 foram concluídos e 64 estão em andamento.

Fugas, rebeliões e mortes

Em 2002, houve 387 fugas no sistema prisional, sendo 87 no regime fechado e 134 no semi-aberto. No mesmo ano ocorreram 4 rebeliões. Quanto ao número de mortes, ocorreram, no mesmo ano, nove mortes no sistema prisional, todas atribuídas a causas naturais.[31]

Caso emblemático de uma tentativa de fuga ocorreu em agosto de 2004. No Presídio Metropolitano de Marituba, presos tentaram fugir pulando as muralhas. A polícia, contudo, impediu a fuga, disparando contra os fugitivos, que, em seguida, iniciaram rebelião. Os fugitivos seriam membros de quadrilha de resgate. Os rebelados fizeram sete presos de reféns e negociavam a liberação de assaltantes de banco da cadeia. Nenhum preso foi liberado e a rebelião terminou com três presos mortos.[32]

O ano de 2004 registrou diversas rebeliões no estado. Em maio, presos da cadeia Pública de Marabá se rebelaram e fizeram reféns um agente penitenciário e um outro preso. O motivo da rebelião alegado pelos presos foi a superlotação da unidade.[33] Em julho, presos da Seccional de Cidade Nova, que abriga detentos ainda não julgados, rebelaram-se contra a superlotação do presídio e a demora dos trâmites processuais. A rebelião durou três horas. Dois agentes prisionais e três detentos foram feitos reféns.[34] Na Seccional da Cremação, em outubro, presos se rebelaram por mais de cinco horas em dia programado para visitas, mantendo um agente prisional e cerca de vinte parentes de presos como reféns. O motivo do motim foi a superlotação da unidade, que, tendo capacidade para abrigar 70 detentos, abrigava 204. Com o fim da rebelião, pelo menos 23 presos foram transferidos para outras unidades prisionais do Estado.[35]

Liberdade de Expressão e de Assembléia

Lideranças indígenas, rurais e sindicais – assassinatos

Além da missionária Dorothy Stang, três sindicalistas foram assassinados de 2003 a 2005: Soares da Costa Filho, quando se dirigia de moto ao assentamento Carajás, em Parauapebas, em 15 de fevereiro de 2005[36]; Ribamar Francisco dos Santos, em Rondon do Pará, 12 de fevereiro de 2004; e José Orlando de Souza, em Santarém, em 3 de maio de 2003.[37]

Segundo relatório da CPT, Justiça Global e Terra de Direitos, de 1980 a 2005, 20 lideranças de movimentos sociais, sendo três mulheres, foram assassinadas no Pará. Atualmente, 48 lideranças, entre as quais 10 mulheres, estão ameaçadas de morte no estado.[38]

Imprensa – agressões e assassinato

Em setembro de 2002, cerca de 400 líderes comunitários bloquearam o Rio Jaurucu, a principal via de escoamento de madeira ilegal em Porto de Moz, às margens do Rio Xingu, a 589 km de Belém, para protestar contra a destruição da floresta e pedir a criação da reserva extrativista Verde para Sempre. Durante o protesto pacífico, balsas com madeira extraída ilegalmente, do Grupo Campos, de propriedade do então prefeito de Porto de Moz, Gérson Salviano Campos, e seus irmãos, foram apreendidas e a empresa foi multada pelo Ibama.[39]

Um dia após o bloqueio, ativistas do Greenpeace e jornalistas, entre os quais Fernanda Fernandes, da TV Record, foram agredidos enquanto esperavam um vôo em Porto de Moz. Os jornalistas tinham feito uma matéria sobre invasão de terras e extração ilegal e predatória de árvores por madeireiros. As vítimas disseram que o então prefeito Gérson Campos teria instigado o ataque. Seis policiais militares escoltaram os jornalistas e os ativistas do aeroporto. Mas, quando eles já estavam fora do aeroporto, o carro foi cercado e as fitas de vídeo destruídas.[40]

Em 2004, o governo federal assinou dois decretos criando as Reservas Extrativistas Verde Para Sempre, em Porto de Moz, com 1.288.717 hectares, e a de Riozinho do Anfrísio, na região da Terra do Meio, com 736.347 hectares. A criação das reservas tem por objetivo proteger áreas de florestas e várzeas, tornando-as de uso exclusivo das comunidades tradicionais que moram na região e destinando-as à exploração dos recursos naturais de forma sustentável. Os proprietários de terra em situação legal e com documentação em ordem serão indenizados. Fazendeiros, madeireiros e empresas envolvidas na ocupação ilegal da área e extração ilegal da madeira serão desapropriados e removidos sem indenização.[41]

Liberdade de Participação Política

Políticos – assassinados

João Suassuna Saldanha (PFL), vereador no município de Riacho dos Cavalos, foi morto a tiros em 9 de setembro de 2004.[42]

Em 2004, o candidato a vereador Deurisvaldo da Conceição (PFL) foi assassinado em Parauapebas, em 6 de setembro. O candidato a prefeito, Francisco Aureni de Lacerda (PSB) teve o carro alvejado em Aguiar, após comício realizado em 4 de setembro de 2004.[43]

O prefeito Ito Moraes, do município de Santa Luzia, foi assassinado em 26 de maio de 2002. O júri foi realizado em 2004, os acusados foram absolvidos.[44]

Crianças e Adolescentes

No Estado do Amazonas, há 93 conselhos tutelares, 133 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 12 delegacias especializadas em crianças e adolescentes, duas promotoria da infância e da juventude, mas não há uma vara da infância e da juventude. Existem dois centros de defesa dos diretos das crianças e adolescentes.[45]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 44,4% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 37,6% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[46]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 466 denúncias do Pará (8,46 por 100 mil habitantes).[47]

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito[48]

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada em 2003, com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, relatou denúncias de abuso e exploração sexual de crianças nas rodovias BR 230 e BR 319.

Durante o ano de 2003, a CPMI acompanhou casos de exploração sexual de crianças e adolescentes que ocorreram na cidade de Itaituba, no interior do Pará, em 1993. Tratava-se de uma rede de exploração sexual envolvendo, principalmente, comerciantes que atuavam na região. As vítimas eram meninas e adolescentes, geralmente de famílias pobres e com idades que variavam entre oito e dezessete anos. As meninas e adolescente eram, na maioria das vezes, aliciadas com com ofertas de lanches, doces, refrigerantes, convites para passeios ou irrisórias quantias de dinheiro. Um dos acusados, além de aliciar meninas e adolescentes para manter relações sexuais com ele, também foi acusado de fotografar as meninas para exibi-las, em catálogos fotográficos, aos clientes de seu bar. Outro foi acusado de permitir a entrada de adolescentes em sua danceteria, em troca de "favores sexuais". E um terceiro, dono de uma farmácia, foi acusado de explorar sexualmente as adolescentes em troca de remédios para doenças sexualmente tramissíveis. Além destes, alguns proprietários de motéis da região foram acusados de permitir a entrada de menores em seus estabelecimentos e um taxista foi acusado de transportar as menores assediadas para motéis e boates da região. Segundo a CPMI este caso ilustratava a morosidade da polícia, do Ministério Público e do Poder Judiciário, pois os fatos ocorridos em 1993 somente foram encaminhados à Justiça em 1997 e não haviam sido julgados até 2003.

Segundo o relatório da CPMI, uma rede internacional de tráfico de mulheres e adolescentes atuava em Belém, com a finalidade de exploração sexual. Segundo um estudo realizado pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente/EMAUS (Cedeca/Emaús), o principal destino destas mulheres e adolescentes era o Suriname, principalemente através da rota do Oiapoque. No Suriname, segundo informações recebidas pela CPMI, muitas destas vítimas vivem em condições que caracterizariam cárcere privado, visto que são mantidas em casas de prostituição e estão sujeitas a dívidas contraídas com os "cafetões". Muitas mulheres e adolescentes têm os documentos apreendidos e sofrem constantes a ameaças. Estas circunstâncias dificultam que estas mulheres e adolescentes retornem ao Brasil. Para muitas, o retorno somente é possível de forma clandestina, arriscando-se, à noite, em pequenas embarcações do Suriname até Marabá, ou transformando-se em aliciadoras para recrutar novas meninas de Belém.

A CPMI verificou que, apesar da identificação clara e precisa das rotas de tráfico internacional e interno de mulheres, crianças e adolescentes em Belém, não há qualquer investigação que apure o problema na sua extensão global, seja pela polícia federal ou pelos órgãos de polícia do estado. Observa ainda que o combate a este tipo de tráfico se dava de forma pontual, principalemte através de blitz nas rodovias. Apesar de reconhecer a relevância

destas operações, elas não respondem, ao ver da CPMI, à necessidade de enfrentamento desta modalidade específica de crime organizado.

O vice-prefeito da cidade de Augusto Corrêa, foi preso em flagrante, em três de setembro de 2003, após ter sido surpreendido saindo de um motel, na cidade de Bragança, na companhia de uma adolescente de apenas 13 anos de idade. O flagrante aconteceu durante blitz do Conselho Tutelar da comarca de Bragança em bares, boates e motéis da região. O acusado alega ter levado a vítima ao motel apenas para conversar, mas uma testemunha ouvida pela Delegacia de Polícia afirmou que ele era assíduo freqüentador daquele estabelecimento. Segundo informações recebidas pela CPMI, o processo tramitava na Vara Criminal da Comarca de Bragança.

No dia doze de maio de 2003, um empresário da cidade de Marabá, violentou sexualmente uma adolescente de doze anos de idade. Segundo as investigações da polícia, a adolescente foi abordada por uma mulher que lhe ofereceu R$ 200,00 em troca de "favores sexuais". Embora a adolescente tenha recusado a oferta, ela foi conduzida à casa do empresário, onde foi violentada. A mãe da adolescente, ao tomar conhecimento do acontecido, procurou a Delegacia da Mulher e registrou a ocorrência. Segundo o Relatório da CPMI, o delegado regional avocou para si os autos do inquérito e deu andamento às investigações. Durante a apuração, houve forte pressão por parte do acusado, tanto sobre a vítima como sobre as testemunhas, para que os depoimentos fossem alterados, a fim de firmar a tese de que o empresário era inocente. Apesar da CPMI considerar que havia indícios suficientes para uma ação penal, o Ministério Público pediu o arquivamento do caso. Esta posição foi reafirmada pelo Juiz Titular da 5.ª Vara Penal, que também determinou o arquivamento dos autos.

Trabalho Infanto-Juvenil

No Pará, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 16,4% da população total desta idade em 1995 para 8,8% em 2000, mas subiu novamente para 16,4% em 2004. Em parte, o aumento em 2004 pode ser explicado pela inclusão de dados referentes à área rural que não foram considerados nos levantamentos de 95 e 2000.[49]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 14.382 crianças em 81 municípios do estado no início de 2005.[50]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, o Pará tinha 484 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 208 (43%) em meio fechado e 276 (57%) em meio aberto.[51]

Mulheres

A população do estado é composta por 50,43% de homens (3.457.773) e 49,57% de mulheres (3.398.940). Além deste estado, apenas no Amazonas, Rondônia e Tocantins, todos na Região norte, há predominância de homens sobre mulheres na população. A esperança de vida ao nascer é de 68,3 anos para os homens e 74,1 anos para as mulheres.[52]

Em 2003, foram registradas 491 ocorrências de estupro no estado (15,12/100 mil mulheres). Em Belém, foram 126 registros (17,88/100 mil mulheres), taxa que se manteve estável entre os anos de 2001 e 2003. A capital concentra 25,66% das ocorrências e 21,70% da população feminina.[53]

A comparação entre os dados de homicídio mostra que houve aumento no número de mortes violentas de mulheres. Em 2000, foram 2,1 homicídios por 100 mil habitantes.[54] Em 2002, 72 mulheres foram assassinadas (2,3/100 mil habitantes), sendo 21 na faixa etária de 15 a 24 anos (3,0/100 mil habitantes).[55]

Existem no estado dez Delegacias de Atendimento a Mulher (DEAMs), todas com plantão social que oferece atendimento social e psicológico às mulheres. O estado tem um único Centro de Referência à Mulher, na cidade de Parauapebas. Tem também quatro casas abrigo. A Casa-abrigo Emanuele Rendeiro Diniz foi inaugurada em março de 1997 e é mantida pela Prefeitura de Belém. A casa atende mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, que podem permanecer no local por até 90 dias, acompanhadas por seus filhos e filhas de até 14 anos. O governo do estado, através da Secretaria Especial de Trabalho e Políticas Sociais, mantém, em Belém, uma casa de abrigo temporário. As outras duas casas-abrigo estão localizadas nos municípios de Marabá e Santarém. No estado funcionam o Conselho Estadual da Mulher e dois conselhos municipais.[56]

O estado enfrenta grave problema de violência associada à exploração sexual. De acordo com o Segundo Relatório Nacional Sobre os Direitos Humanos no Brasil em 2000 o estado continha o maior número de rotas de tráfico de mulheres para exploração sexual na Região norte e o segundo maior número de rotas no país.[57] Para enfrentar este problema, a Santa Casa de Misericórdia em Belém, criou o Programa Girassol, que oferece atendimentos

ambulatorial, médico-cirúrgico e psicológico para mulheres e meninas vítimas de violência sexual. Segundo as coordenadoras do programa a maior parte das vítimas tem idade entre 12 e 18 anos.[58]

Até abril de 2006, nenhum município deste estado havia aderido ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres.[59] Ainda assim, em 2003, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres repassou R$ 29.000,00, para a Prefeitura de Belém (0,76% dos recursos repassados pela secretaria naquele ano). Em 2004, foram R$ 59.932,05 (0,59%). Em 2005, R$ 408.548,50 (3,5% do total), sendo a maior parte da verba foi destinada para a implantação do Centro de Referência à Mulher em Parauapebas.[60]

Educação

A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade era de 13,1 para mulheres e 15,1 para os homens. As mulheres correspondem a 57,1% da população com 12 anos ou mais de estudo 64,4% do grupo que freqüenta o ensino superior.[61]

Trabalho

A participação feminina na população economicamente ativa é de 39,6% no estado e 45,13% na Região Metropolitana de Belém. A população feminina ocupada está distribuída em cargos de dirigentes (3,0%), trabalhadores em serviços (28,9%) e trabalhadores agrícolas (21,5%). Na população masculina ocupada, esta distribuição é 4,2% em cargos de dirigentes, 11% em trabalhadores em serviços e 33,8% de trabalhadores agrícolas.[62]

O rendimento-hora médio para as mulheres era de R$ 3,10, 16,21% inferior ao rendimento para os homens que era de R$ 3,70. Entre o grupo com 12 anos e mais de estudo a diferença se eleva significativamente sendo de R$ 8,60 para as mulheres e R$ 15,70 para os homens – ou seja, as mulheres recebem 45,22% a menos do que os homens por hora trabalhada. Na região metropolitana esta diferença é menor: as mulheres recebiam R$ 10,60 /hora, 30,26% a menos que os homens que recebiam R$ 15,20/hora.[63]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era de R$ 138,82 para as mulheres e R$ 207,41 para os homens. Entre os 10% mais ricos o rendimento apurado foi de R$ 1.705,81 para as mulheres e R$ 2.763,76 para os homens.[64]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm maior risco de serem vítimas de violência do que os brancos. De 2000 a 2002, para cada branco, 7,29 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrado um aumento desta taxa de 7,23 em 2000 para 7,56 em 2002.[65]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 7,44% para a população branca e 11,71% para a população negra. A escolaridade média era de 7,71 anos de estudo para a população branca e 6,63 anos de estudo para população negra.[66]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 272,49 para população branca e R$ 171,50 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 3,71 para população branca contra R$ 2,33 para população negra.[67]

Indígenas

A população indígena do Pará é distribuída em 19 povos, além de abrigar com outros estados mais 10 outros povos:[68]

Nome	População censo/estimativa	Ano
Amanayé	192	2001
Anambé	132	2000
Aparai	415	2000
Arara	195	1998
Araweté	278	2000
Asurini do Tocantins	303	2002
Asuiri do Xingu	106	2001
Ewarhuyana	12	2001
Gavião	338	1998
Hyskariana (PA/RR)	?	?
Kaiabi (MT/PA)	1.000	1999
Karajá (MT/TO/PA)	2.500	1999

Kayapó (MT/PA)	7.096	2003
Katxuyana	69	1998
Kuruaya	115	2002
Munduruku	7.500	1997
Panará (MT/PA)	202	2000
Sateré – Mawé (AM/PA)	7.134	2000
Steré-Mawé (AM/PA)	7.134	2000
Suruí	185	1997
Tembé (PA/MA)	820	1999
Tiriyó	900	2003
Turiwara	60	1998
Wai (RR/AM/PA)	2.020	2000
Wayana	415	1999
Xikrin	1.052	2000
Xipaya	595	2003
Yudjá (PA/MT)	278	2001
Zo'é	152	1998

O Estado tem 81 terras indígenas, na seguinte situação jurídica:[69]

Situação	Nº de terras
Registradas	23
Homologadas	1
Declaradas	8
Identificadas	2
A Identificar	24
Reservadas/Dominiais	3
Sem Providências	20

A reserva indígena Tembé, de 279 mil hectares, localizada na região do Alto Rio Guamá, na divisa com o Maranhão, abriga cerca de 1.262 indígenas, vem sendo ocupada por madeireiros, fazendeiros e plantadores de maconha.[70]

De acordo com os indígenas, que protestaram na sede da Funai em Belém no dia 16 de junho de 2005, a Funai teria se comprometido a retirar os invasores da reserva[71].

Segundo a Agência do jornal da Folha de Manaus, que contatou a administradora da Funai, Célia Valois teria informado que a ação na reserva de-

penderia de um envio de R$ 80 mil para realizar uma força tarefa com as polícias Federal e Ambiental do Pará.[72]

Idosos

Em 2004, o Pará tinha 450.644 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 6,6% da população do estado. Desta população, 41,7% tinham um rendimento médio mensal familiar per capita de meio a um salário mínimo e 23,80% de um a dois salários mínimos.[73]

Portadores de Deficiência

De acordo com o *Relatório sobre a prevalência de deficiências, incapacidades e desvantagens* (2004), realizado em 21 cidades brasileiras, 7,3% da população de Belém e 9,7% da população de Macapá/Santana têm algum tipo de incapacidade.[74]

Migrantes

Em 2004, o Pará tinha uma população de 1.299.021 migrantes, o que correspondia a 18,95% da população do estado.[75]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre dois homossexuais assassinados no Pará em 2002, dois em 2003, cinco em 2004 e um em 2005.[76]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados passou de 14,6% em 1991 para 7,2% em 2004 (-7,4%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 18,8% em 1991 para 25,5% em 2004.[77]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 14,1% e a média de anos de estudo era de 5,5 anos.[78]

O rendimento/hora da população ocupada era de R$ 3,50, abaixo da média regional de R$ 3,80 e abaixo da média nacional de R$ 4,70.[79]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 180,01, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 2.416,53 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 85,11, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.408,27.[80]

Objetivos do Milênio

	1995[81]	2000	2004[82]
Alfabetização Feminina (%)	86,7	84,4	86,9
Alfabetização Masculina (%)	85,2	82,1	84,9
Água Canalizada (%)	52,5	55,7	61,7
Esgotamento Sanitário (%)	44,6	35	54
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	63,4	57,8	57,3
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	37,6	29	26,7
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	53,1	41,4	-
Sem Rendimento (%) *	45,1	51,5	45,2
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	17,9	20,1	21,9
Telefone (%)	15,7	23,6	23,8
Computador (%)	-	4,3	6,1

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
4.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
5.Brasil, Ministério da Justiça 2004b.
6.CNBB, Pastoral Carcerária Nacional 2005.
7.Brasil, IBGE 2005.
8.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
9.Dados do efetivo policial em 2003, da Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003 do IBGE (www.ibge.gov.br).
10.Brasil, IBGE 2005.
11.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
12.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
13.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.

14.Pará, Governo do Estado, Secretaria Especial de Estado de Defesa Social, "Paz Social: Uma Bandeira do Governo do Pará". Disponível no web-site Segurança Cidadã (www.segurancacidada.org.br).
15.Mesquita e Loche 2005.
16.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005. A taxa de congestionamento (Tx) é a razão entre um menos o número total de casos sentenciados (Csent) dividido pela soma dos casos novos (CN) mais os casos pendentes de julgamento (Cpj): Tx = 1 – [Csent/(Cn + Cpj)]. Para isso considera-se: a) Casos Novos foram os feitos ingressados / protocolizados na Justiça Estadual e do Distrito Federal, em 2004, excluídas: as Cartas Precatórias recebidas, as Execuções de Sentença Judicial, os Precatórios Judiciais, Requisições de Pequeno Valor e outros que não comportam decisões judiciais; b) Os Casos Pendentes de Julgamento representam o saldo de processos em tramitação na Justiça Estadual, em 31/12/2003, excluídos os processos enviados a outros órgãos; c) como Casos Sentenciados todas as formas de extinção do processo (ainda que não definitivas em face da recorribilidade); d) Não formam computados como sentenças os despachos de mero expediente.
17.CNBB, Pastoral Carcerária Nacional 2005.
18.CNBB, Pastoral Carcerária Nacional 2005.
19.Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/d.
20.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
21.Waiselfisz 2004.
22.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2004.
23.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2005.
24.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2004 e 2005.
25.Brasil, Depen 2006. Estimativa da população em 2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
26.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
27.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
28.CNBB, Pastoral Carcerária Nacional 2005.
29.CNBB, Pastoral Carcerária Nacional 2005.
30.Estado do Pará (www.governodopara.pa.gov.br/defesa/susipe).
31.Lemgruber 2004.
32.*O Liberal*, 11/08/2004 e 12/08/2004.
33.*O Liberal*, 25/05/2004.
34.*O Liberal*, 12/07/2004.
35.*O Liberal*, 28/10/2004.
36.NEV-USP. Dos quatro suspeitos, dois então presos e dois foragidos, incluso o mandante.
37.Comissão Pastoral da Terra, Justiça Global e Terra de Direitos 2005.
38.Comissão Pastoral da Terra, Justiça Global e Terra de Direitos 2005.
39.Greenpeace (www.greenpeace.org.br), "Lula cria reservas extrativistas em Porto de Moz e Terra do Meio, no Pará". Uma das empresas do Grupo Campos, a Indústria Madeireira Maturu Ltda., compra toras de empresas acusadas de envolvimento na extração ilegal de madeira.
40.Associação para Defesa do Jornalismo Independente.
41.*Diário Oficial da União*, 09/11/2004, seção "Atos do Poder Executivo".
42.NEV-USP.
43.NEV-USP.
44.NEV-USP.
45.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12/01/2006.
46.Brasil, IBGE 2005. Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
47.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
48.Brasil, Congresso Nacional 2004.
49.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
50.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
51.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no web-site da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
52.Brasil, IBGE 2006.
53.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
54.Mesquita e Affonso 2002.
55.Waiselfisz 2004.
56.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm) e Estado do Pará (www.pa.go.br/secretarias/se_seteps_1mu.asp e www.belem.pa.gov.br/app/paginas/noticia.php).
57.Mesquita e Affonso 2002.
58.Adesse e Souza 2005.
59.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm/index.htm).
60.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
61.Brasil, IBGE 2006.
62.Brasil, IBGE 2006.

63.Brasil, IBGE 2006.
64.Brasil, IBGE 2006.
65.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
66.Pnud 2004.
67.Pnud 2004.
68.Instituto Sócio Ambiental – ISA (www.socioambiental.org).
69.Conselho Indigenista Missionário – Cimi – Cimi (www.cimi.org.br). Dados atualizados em 17 de dezembro de 2004.
70.Folha Online (www.folha.uol.com.br), *Índios invadem sede da Funai em Belém*, 16/06/2005.
71.Folha Online (www.folha.uol.com.br), *Índios invadem sede da Funai em Belém* 16/06/2005.
72.Folha Online (www.folha.uol.com.br), *Índios invadem sede da Funai em Belém,* 16/06/2005.
73.IBGE 2006.
74.Teixeira, Ângela e Oliveira, Fátima 2004. De acordo com a *Classificación Internacional de Deficiencias, Discapacidades y Minusvalias*, da Organização Mundial da Saúde (1980), o conceito de "incapcidade" diz respeito à "toda restrição ou ausência (devida a uma deficiência) de capacidade para realizar uma atividade considerada dentro dos limites da pessoa humana". O conceito de incapacidade, portanto, difere e é mais restrito que o conceito de "deficiência", que diz respeito "a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica".
75.IBGE 2006.
76.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2006 e 2005.
77.Brasil, IBGE 2006.
78.Brasil, IBGE 2006.
79.Brasil, IBGE 2006.
80.Brasil, IBGE 2006.
81.Para os anos de 1995 e 2000 não estavam disponíveis, informações para a área rural. Sendo assim, foram considerados apenas os dados para a área urbana
82.Em 2004, a área rural do Pará passou a integrar a amostra da PNAD e aos resultados da coluna 2004 foram incorporando a amostra relativa à área rural do estado.

4.5 Rondônia

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

Rondônia tem uma área de 237.576,17 km2 e população de 1.534.594 habitantes (6,46 hab/km2), divididos em 52 municípios.[1] Porto Velho, capital do estado, tem uma população de 373.917 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Rondônia passou de 0,660 em 1991 para 0,735 no ano 2000 (+ 11,36%).[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0.519, abaixo da média regional de 0.525 e nacional de 0.559.[4]

Estrutura Institucional

Rondônia tem uma Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania, a qual está vinculada a Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Departamento de Trânsito e Superintendência de Assuntos Penitenciários (SUPEN, responsável pela administração do sistema penitenciário do estado). O sistema penitenciário, portanto, não conta com uma secretaria especificamente direcionada para a gestão das políticas de administração penitenciária. Não há uma ouvidoria do sistema penitenciário, mas apenas uma Corregedoria Geral do Sistema Penitenciário, responsável pela apuração de denúncias.[5]

A Defensoria Pública, criada no ano 2002, conta com 88 defensores.[6] O estado tem 12 juizados especiais criminais e 13 juizados especiais cíveis.[7]

No estado, o efetivo policial era de 5.562 policiais em 2003, sendo 1.262 policiais civis, 292 peritos, 4.108 policiais militares e bombeiros – o que representa um policial para cada 262 habitantes.[8] Apenas um município tinha guarda municipal em 2004, com 76 guardas.[9]

Em Rondônia, 22 dos 52 municípios constituem sede de comarca.[10] Em 2004, atuavam no estado 129 juízes, sendo 98 na primeira instância, 13 na segunda instância e 18 em juizados especiais, o que corresponde a uma taxa de 8,26 juízes por 100.000 habitantes.[11] Havia seis juízes na primeira instância da justiça federal em 2003.[12]

Políticas de Direitos Humanos

De 2002 a 2004, Rondônia assinou seis convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 379.507,60. Destes convênios, três referentes à promoção dos direitos de crianças e adolescentes, um à promoção dos direitos humanos (casa da cidadania), dois à promoção dos direitos de pessoas portadoras de deficiência e um ao programa paz nas escolas.[13]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas de Rondônia foi de 7,81%. A despesa média da justiça estadual por habitante foi de R$ 106,95. A participação da assistência judiciária gratuita no total das despesas justiça estadual foi 4,94% e no total das despesas públicas foi de 0,39%, o que representa um investimento médio de R$ 5,28 por habitante. O total de pessoas atendidas, no ano foi de 107.477 e a taxa de congestionamento da justiça no estado foi de 76,37%, na primeira instância, 40,92%, na segunda instância e de 59,61%, nos juizados especiais.[14]

Direito à Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Violência Policial, Execuções, Tortura

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 23 denúncias de tortura praticada por agentes públicos em Rondônia, sendo 17 na capital e seis no interior. Oito denúncias foram enviadas ao Ministério Público, que deram origem a duas ações judiciais, uma delas resultou em condenação e a outra em absolvição. Sete denúncias foram enviadas à corregedoria da Polícia Militar, que devolveu uma denúncia por insuficiência de dados e abriu seis inquéritos, com dois acusados punidos e um absolvido. Cinco denúncias foram enviadas à corregedoria da Polícia Civil, que devolveu uma denúncia por dados insuficientes, abriu quatro inquéritos, dois dos quais arquivados.[15]

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, nove casos de violência policial em Rondônia, com 16 vítimas fatais e 15 feridas, quatro casos de execução sumária, com 11 vítimas fatais e uma ferida, e dez casos de linchamento com cinco vítimas fatais e nove feridas.[16]

Violência Urbana

Em 2002, Rondônia registrou 606 mortes por homicídio (42,3/100 mil hab.), das quais 85 em Porto Velho (63,2/100 mil hab.), havendo um crescimento contínuo da taxa de homicídios desde 1999. Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 57,0/100 mil no estado e 113,4/100 mil na capital.[17]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 39 conflitos de terra, envolvendo 36.568 pessoas, nos quais oito pessoas foram assassinadas.[18] Em 2004, de janeiro a agosto, foram 20 conflitos, envolvendo 9.313 pessoas, sem mortes. Em 2005, no mesmo período, foram 24 conflitos, envolvendo 15.335 pessoas, com uma pessoa assassinada.[19]

Trabalho Escravo/Forçado

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, houve quatro denúncias de trabalho escravo em Rondônia em 2003, sendo resgatados da condição de escravidão 355 pessoas. Em 2004 e de janeiro a agosto de 2005, foram registradas duas denúncias de trabalho escravo, tendo sido resgatadas 37 pessoas.[20]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

Em Rondônia, a população prisional em dezembro de 2005 era de 4.568 presos, 4.124 (90,28%) em unidades do sistema penitenciário e 444 (16,74%) em unidades policiais. No sistema penitenciário, o número de presos provisórios era 1.169 (28,35%), sendo 1.047 homens e 122 mulheres. O número de presos condenados era 2.955 (71,65%), sendo 2.744 homens e 211 mulheres. Dos presos condenados, 2.272 estavam em regime fechado, 408 em regime semi-aberto, 203 em regime aberto e 72 em medida de segurança.[21]

A população prisional aumentou de 3.382 em 2002 para 4.568 em 2005 (+ 35,07%). A taxa de encarceramento de presos por 100 mil habitantes passou de 236,21 em 2002 para 297,67 em 2005 (+ 20,65%) – a segunda mais alta da Região norte, atrás apenas do Acre.[22]

O número total de vagas no sistema penitenciário passou de 1.391 em 2002 para 2.098 em 2005 (+ 50,83%), enquanto o déficit de vagas aumentou de 1.661 para 2.026 (+ 21,97%). O número de presos por vaga diminui de 2,17 em 2002 para 1,97 em 2005 (+ 10,05).[23]

No ano de 2003, 1.616 (41,1%) presos eram do sexo masculino e 181 (4,6%) eram do sexo feminino – o sexo dos 54,3% detentos restantes não foi informado. Quanto ao grau de instrução dos presos, no referido ano, registra-se: 4,1% eram analfabetos; 2,8% cursaram de forma incompleta o ensino médio; 4,4% obtiveram formação completa no ensino médio; 0,7% chegou a se matricular em cursos de nível superior, mas não os concluíram e 0,4% conseguiu completar seus estudos em nível superior – a escolaridade de 87,6% dos presos não foi informada. Com relação a estes últimos números apontados, é importante sublinhar que 9% dos detentos, no ano de 2003, continuaram seus estudos dentro dos muros do sistema prisional.[24]

Rebeliões, mortes e tortura

Em 2002, ocorreram seis rebeliões no estado e fugas de 256 presos, sendo que 199 destes presos se encontravam em regime fechado e 57 no regime semi-aberto.[25] No mesmo ano, ocorreram 41 presos foram mortos, sendo duas mortes por causas naturais (4,9%) e 39 mortes por ações dos próprios presos (95,1%) – as mortes resultantes de suicídios, homicídios cometidos por funcionários do sistema prisional e demais causas (por exemplo, mortes por ação de policiais) não foram declaradas.[26]

Chama a atenção o alto número de presos mortos por motivo da violência praticada dentro dos muros da prisão. Tal constatação evidencia um estado de falência do sistema penitenciário do estado, pois este último não consegue garantir aos presos a expectativa de cumprirem, com vida, a pena com a qual foram punidos por desrespeitarem as normas de conduta em sociedade.

Em 2004, a penitenciária Dr. José Mário Alves da Silva, conhecida por "Urso Branco", foi palco de rebeliões cujo requinte de violência chegou a manifestar-se através de decapitações e do desejo manifesto pelos presos de comer suas vítimas a fim de contornar o corte no fornecimento de comida promovido pelas autoridades – tal desejo não foi consumado, apenas expresso.[27]

O histórico de rebeliões e mortes desta penitenciária é longo, basta assinalar que números aproximados indicam que, desde janeiro de 2002 até junho de 2004, 80 mortes de detentos ocorreram nesta unidade prisional.[28] A própria estrutura física da unidade, antes mesmo de ser construída, foi constantemente questionada por entidades não-governamentais; segun-

do estas entidades, o terreno sobre o qual foi erguida a prisão é arenoso, facilitando escavação de túneis para fugas, e o material empregado em sua construção seria precário.[29]

Duas rebeliões ocorridas nesta unidade prisional merecem destaque: a primeira em janeiro de 2002, resultando na morte de 27 presos, segundo dados oficiais; a segunda teve lugar em abril de 2004, na qual morreram 15 presos.

A primeira ocorreu em 2 de janeiro de 2002 após uma tentativa de fuga em massa que culminou em briga entre facções criminosas rivais. A rebelião envolveu cerca de 300 detentos, que protestavam contra a superlotação das celas (a penitenciária tinha capacidade para 360 presos, porém abrigava 843) e decisões judiciais que restringiam, entre outras coisas, a circulação dos detentos no presídio. Os rebelados fizeram reféns entre os próprios presos da penitenciária; os escolhidos para morrer eram jogados de pontos altos do presídio ou perfurados com estiletes. Os corpos, aos montes, e alguns deles com a cabeça destacada do tronco, eram recolhidos por um carrinho de mão. O número de mortos apresentado pela imprensa oscila entre 30 e 45 vítimas, cabendo ressaltar que o número oficial é de 27 mortos.[30]

A segunda rebelião iniciou-se em 16 de abril de 2004 e perdurou durante seis dias. As motivações e agravantes desta rebelião podem ser assim enumeradas: superlotação (a penitenciária com capacidade para 360 presos contava com cerca de 1.300 detentos), mistura de condenados por delitos graves e condenados por infrações mais leves (como o não-pagamento de pensão alimentícia para ex-mulher, por exemplo), más condições de habitabilidade e de alimentação, e maus-tratos (alguns parentes dos rebelados denunciaram que os presos eram espancados por agentes públicos). A principal reivindicação dos presos rebelados era a substituição do dirigente do presídio, identificado pelos detentos como responsável pela política de maus-tratos aos apenados.

Nesta rebelião, cerca de 15 detentos foram mortos e diversas pessoas, parentes dos próprios presos, foram feitas reféns. Algumas das mortes evidenciam o teor da violência empregado na rebelião: detentos tiveram seus corpos esquartejados e lançados pelos muros da prisão quando não expostos no telhado da mesma, outros corpos foram amarrados pelos pés e expostos ao público ou perfurados com estiletes. Presos condenados à morte – pelos detentos rebelados – conseguiram fugir atirando-se da caixa d'água do presídio, alguns deles fraturaram membros do corpo e sofreram outros danos. Algumas denúncias ocorreram no sentido de informar o espancamento de líderes das rebeliões por agentes públicos quando já terminada a rebelião e iniciada as investigações.[31]

Em julho de 2004, um preso foi morto por uma bala disparada por policial em princípio de rebelião também ocorrida na penitenciária "Urso Branco".[32] Dois anos antes, uma rebelião envolvendo 200 presos ocorreu na Penitenciária Ênio Pinheiro após uma tentativa frustrada de fuga em massa.[33] Em 2003, outra rebelião ocorreu na Penitenciária Dr. José Mário Alves da Silva ("Urso Branco") em que 24 detentos fizeram reféns 21 familiares, entre mulheres e cinco crianças de colo.[34]

Liberdade de Expressão e de Assembléia

Orico Rodrigues Chaves, um dos autores do assassinato do dono da TV Ouro Preto, José Carlos Mesquita, em Ouro Preto do Oeste, em 9 de março de 1998, foi preso no município do Sul, estado do Paraná, e condenado a 16 anos de reclusão em setembro de 2003. Outro acusado do crime, Gerim Ferreira Lacerda, encontrado com a arma usada na execução do jornalista, foi preso e confessou parte do crime em 1999. Ele ficou preso até a primeira quinzena de abril de 1999, quando teve sua prisão relaxada. No dia 19 de abril, ele foi assassinado. Um terceiro participante também foi assassinado. O mandante nunca foi identificado.[35]

Crianças e Adolescentes

Em Rondônia, há 48 conselhos tutelares, 50 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, oito delegacias especializadas em crianças e adolescentes, duas promotorias da infância e da juventude, uma vara da infância e da juventude e um centro de defesa dos direitos de crianças e adolescentes.[36]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 16,2% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 20,6% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[37]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 87 denúncias de Rondônia (7,08 por 100 mil habitantes).[38]

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito[39]

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada em 2003, com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, relatou denúncias de abuso e exploração sexual de crianças nas rodovias BR 319 e BR 425.

Segundo o relatório da CPMI, a cidade de Porto Velho, por ser a capital do estado e região de garimpo, possuía grande movimentação de meninas que trabalhavam como garotas de programas em motéis ou casas noturnas da região. Além disso, algumas garotas eram traficadas de Porto Velho para Guajará-Mirim, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bolívia e Espanha. Segundo a CPMI, as meninas eram geralmente recrutadas por aliciadores em Rondônia e no Acre e se deslocavam graças ao favorecimento de caminhoneiros e taxistas. Constatou também que alguns estabelecimentos da região permitiam que adolescentes, independentemente de aliciadores, freqüentassem o local para fazer programas. A delegada de Proteção à Criança e ao Adolescente informou ainda a existência de um esquema para a fornecer identidades falsas que facilitavam o trânsito destas adolescentes.

Trabalho Infanto-Juvenil

Em Rondônia, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando subiu de 9,8% da população total desta idade em 1995 para 11,5% em 2000, e para 18,7% em 2004. Em parte, o aumento em 2004 pode ser explicado pela inclusão de dados referentes à área rural que não foram considerados nos levantamentos de 95 e 2000.[40]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 10.997 crianças em 39 municípios do estado no início de 2005.[41]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, o estado tinha 423 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 30 (7%) em meio fechado e 393 (93%) em meio aberto.[42]

Mulheres

O estado de Rondônia tem sua população composta por 772.634 homens (51,12%) e 738.799 mulheres (48,88%). Além deste estado, apenas no Amazonas, Pará e Tocantins, todos na Região norte, há predominância de ho-

mens sobre mulheres na população. A esperança de vida ao nascer é de 67,7 anos para os homens e 73,1 anos para as mulheres.[43]

Em 2003, foram registradas 260 ocorrências de estupro no estado (36,72/100 mil mulheres). Porto Velho, a capital, concentrava 25,08% da população feminina e 48,85% das ocorrências (127 ocorrências). Entre 2001 e 2003, as taxas de ocorrência apresentaram grande variação. Em 2001, 81,5/100.000. Em 2002, caiu para 40,3/100.000. Em 2003, voltou a subir chegando a 71,5/100.000 mulheres. A média das taxas no período foi de 64,4/100 mil mulheres, três vezes maior que a média nacional (20,7/100 mil).[44]

A comparação entre os dados de homicídio mostra que houve aumento no número de mortes violentas de mulheres. Em 2000, foram 4,3 homicídios por 100 mil habitantes.[45] Em 2002, 43 mulheres foram assassinadas (6,2/100 mil habitantes), sendo 9 na faixa etária de 15 a 24 anos (6,0/100 mil habitantes).[46]

O estado tem sete Delegacias Especializadas no Atendimento da Mulher (DEAMs), uma localizada na capital. A única casa-abrigo está localizada no município de Cacoal, mantida pela prefeitura. Apenas um hospital, situado em Porto Velho, oferece serviço de atendimento para vítimas de violência sexual.[47] Desde 2004 tramita na Câmara de Vereadores de Porto Velho o projeto de lei complementar nº 2, que visa à estruturação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher e a instalação de uma casa-abrigo no município.[48]

Em 2003, foi lançado o Plano Amparo (Ações Afirmativas de Atenção, Prevenção e Assistência às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Sexual), uma iniciativa da IPAS Brasil, Centro de Educação e Assistência Popular (CEAP) e com apoio da Fundação Ford. O projeto contempla várias ações que visam à formação de uma rede de assistência para mulheres vítimas de violência doméstica e sexual na região norte.[49]

Em março de 2006, a Prefeitura de Porto Velho aderiu ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres.[50] Em 2003, a Secretaria Especial de Políticas repassou R$ 130.000,00 para a Prefeitura de Vilhena, para a implantação de serviço especializado para vítimas de violência sexual (3,42% do total dos recursos repassados pela secretaria naquele ano). Em 2004, o repasse para o estado foi de R$ 500.000,00 (4,89% do total). Em 2005, foi de R$ 192.840,57 (1,65%), destinados à estruturação do Centro de Atendimento à Mulher cidade de Rolim de Moura e da Coordenadoria de Políticas para Mulheres de Porto Velho.[51]

Educação

A taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade é de 10,8% para as mulheres e 10,4% para os homens. As mulheres correspondem a 53,5% da população com 12 anos ou mais de estudos, e 64,4% do grupo que freqüenta o ensino superior.[52]

Trabalho

Na população economicamente ativa, as mulheres representam 41,25%. A população feminina ocupada está distribuída em 3,3% em cargos de dirigentes, 27,6% trabalhadores em serviços e 32,9% de trabalhadores agrícolas. Entre a população masculina, são 4,4% de dirigentes, 9% como trabalhadores em serviços e 38,5% de trabalhadores agrícolas.[53]

O rendimento-médio para as mulheres era de R$ 3,80, 15,55% inferior ao rendimento-médio para os homens que era de R$4,50. No grupo com 12 anos ou mais de estudos, as mulheres recebiam R$ 8,50/hora, 43,7% a menos que os homens que recebiam R$ 15,10.[54]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era de R$ 190,93 para as mulheres e R$ 265,34 para os homens. Entre os 10% mais ricos o rendimento apurado foi de R$ 2.350,60 para as mulheres e R$ 3.423,58 para os homens.[55]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm maior risco de serem vítimas de violência do que os brancos. De 2000 a 2002, para cada branco, 1,85 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrado uma diminuição do desta taxa de 2,07 em 2000 para 2,03 em 2002.[56]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 5,02% para a população branca e 10,67% para a população negra. A escolaridade média era de 7,81 anos de estudo para a população branca e 6,61 anos de estudo para população negra.[57]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 330,23 para a população branca e R$ 226,86 para a população negra. O salário-hora médio era de R$ 4,22 para a população branca contra R$ 3,22 para a população negra.[58]

Indígenas

Rondônia tem uma população indígena distribuída em 21 povos. Ainda abriga outros três povos que vivem também em outros estados, dois entre Rondônia e Mato Grosso – o Cinta Larga e o Nambikwara – e um entre Rondônia e Amazonas – o Kaxarari.[59]

Nome	População censo/estimativa	Ano
Aikanã	180	2005
Ajuru	77	2001
Akuntsu	6	2005
Amondawa	83	2003
Arikapu	19	2001
Aruá	58	2001
Cinta Larga (MT/RO)	1300	2003
Gavião	436	2000
Jabuti	123	2001
Kanoê	95	2002
Karipuna	21	2001
Karitiana	320	2005
Karo	184	2000
Kaxarari (AM/RO)	269	2001
Kujubim	27	2001
Kwazá	25	1998
Macurap	267	2001
N ambikwara (MT/RO)	1145	2001
Oro Win	50	2000
Paiter	920	2003
Pakaa Nova	1.930	1998
Sakurabiat	66	2003
Tupari	338	2001
Uru – Eu – Wau –Wau	87	2003

O Estado tem 35 terras indígenas na seguinte situação jurídica:[60]

Situação	Nº de terras
Registradas	16
Homologadas	0
Declaradas	1
Identificadas	0
A Identificar	1
Reservadas/Dominiais	0
Sem Providências	17

Cinta Larga

Os índios Cinta-Larga vivem dispersos em 34 aldeias nas terras indígenas Roosevelt, Parque Aripuanã, Aripuanã e Serra Morena, localizadas no oeste de Mato Grosso e nordeste de Rondônia Em 1968 constituíam uma população de aproximadamente 5 mil membros.[61]

A mineração em terras indígenas é proibida, diferente da garimpagem permitida apenas aos índios, que não é a mesma dos garimpeiros que prejudicam demasiadamente o meio ambiente.

A extração de diamantes na terra indígena atrai para a região o tráfico de drogas, contrabando e prostituição, gerando uma situação de tensão e violência à qual os índios não querem ser submetidos.

Terra

As demarcações das terras indígenas de Rondônia não são respeitadas devido a uma política fundiária em que os interesses de grupos políticos e econômicos se fundem, possibilitando que latifundiários, madeireiros, garimpeiros invadam seus territórios, destruindo recursos naturais, ameaçando sua integridade física e cultural, sem que órgãos oficiais competentes tomem as devidas providências para proteger e regularizar as terras indígenas.

Os seguintes povos indígenas foram expulsos de seus territórios tradicionais: Purubora, Wayuru, Miqueleno, Cujubim, Karitiana, Pangyjei, Gavião, Oro Eo, Oro Waram, Jabuti, Arikapu, Salamãi e Cassupá.

Os povos Sabanê, Canoé, Kaxarari, Aikanã, Kwazá, Mamaidê, Oro At, Oro Naó (do Rio Novo) e Oro Naó (do Rio Ouro Preto) perderam quase todos os lugares sagrados de seus territórios tradicionais.

É dramática a realidade em que se encontram os povos indígenas isolados da Amazônia legal em Rondônia. São eles: Isolado da cabeceira dos rios Formoso; Isolado do Rio Candeias; Isolado do rio Karipuninha; Isolado do rio Jaci Paraná; Isolado do rio Jacundá; Isolado da cabeceira do rio Marmelo e Maicizinho; Isolado do rio Novo e Cachoeira rio Pacaas Novas; Isolado da Rebio Jaru; Isolado da Serra da Cutia; Isolado chamado de "Índio do Buraco" quase extinto na fazenda Modelo; Isolado do Parque Estadual de Curumbiara.[62]

Violências

No dia 7 de abril de 2004, um grupo armado de índios Cinta-Larga atacou garimpeiros clandestinos que extraíam diamantes de suas terras, na reserva indígena Roosevelt, em Espigão d'Oeste (534 km de Porto Velho), matando 29 deles.[63]

Em 10 de abril de 2004, um índio cinta-larga foi capturado, amarrado numa árvore na praça central, de Espigão d'Oeste, e espancado por garimpeiros, que armados de paus e foices, ameaçavam matar o índio caso fossem impedidos de entrar na reserva Roosevelt. O índio passou quase seis horas amarrado, sendo solto no fim da tarde, depois de uma negociação conduzida pela polícia federal.[64]

Em 18 de maio de 2004, Moisés Cinta-Larga, de 14 anos, foi assassinado no município de Espigão do Oeste numa emboscada a quase dois quilômetros da reserva Roosevelt. Moisés estava de motocicleta dentro da reserva indo para um povoado vizinho, quando foi morto com tiros na cabeça e nas costas por três homens encapuzados.[65]

Em abril de 2005, a polícia federal indiciou um funcionário Fundação Nacional do Índio (Funai), Walter Fontoura Blós, e 23 cintas-largas pelo massacre dos 29 garimpeiros. O inquérito corre em segredo de Justiça. Segundo lideranças indígenas, os garimpeiros foram mortos por invadirem a área em busca de diamantes. Segundo a polícia, Blós e os índios foram indiciados por homicídio qualificado, emprego de tortura, emboscada e ocultação do crime. Na época do massacre, Blós era encarregado de resolver conflitos entre garimpeiros e índios.[66]

Desde o assassinato do líder Carlito Cinta Larga, em dezembro de 2001, os conflitos na região se intensificaram. Em março de 2002, o governo federal iniciou operação conjunta com equipes indígenas e da polícia federal para remover garimpeiros que ocupavam a área indígena. A operação foi suspensa um mês depois de iniciada. Quatro líderes Cinta-Larga, opositores dos garimpeiros, foram presos pela polícia federal sob suspeita de participa-

ção em diversos crimes, e foram soltos depois de seis dias sem acusação contra eles. Em abril de 2002, César Cinta Larga, outra liderança dos indígenas, foi assassinado.[67]

No final de 2002, o governo federal criou um grupo-tarefa para implementar um plano emergencial junto aos Cinta-Larga. Em 2003, com a posse do novo governo, a Fundação Nacional do Índio (Funai) designou Walter Blós, assessor especial da Presidência da Funai, para coordenar o grupo-tarefa. De janeiro a agosto de 2003, o garimpo ficou fechado e os garimpeiros foram expulsos. Entretanto, em outubro de 2003, o conflito veio à tona, quando cerca de 100 garimpeiros novamente ameaçaram invadir o garimpo. Barreiras nos acessos ao garimpo, então, foram reforçadas e outras criadas. Blós pediu ajuda à polícia federal do município de Pimenta Bueno (RO). Os Cinta-Larga, entretanto, reafirmaram sua disposição de não permitir mais invasões.[68]

Idosos

Em 2004, Rondônia tinha 89.473 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 5,9% da população do estado. Desta população, 42,0% tinha um rendimento médio mensal familiar per capita de meio a um salário mínimo e 31,2% de um a dois salários mínimos.[69]

Migrantes

Em 2004, Rondônia tinha uma população de 762.590 migrantes, o que correspondia a 50,45% da população do estado. É o estado com a maior proporção de migrantes na população na região norte.[70]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre um homossexual assassinado em Rondônia em 2002. Não há informações sobre homossexuais assassinados entre 2003-2005.[71]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados passou de 19,1% em 1991 para 8,7% em 2004 (-10,4%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 21,8% em 1991 para 24,6% em 2004.[72]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 10,6% e a média de anos de estudo era de 5,9 anos.[73]

O rendimento/hora da população ocupada era de R$ 4,30, acima da média regional de R$ 3,80, mas abaixo da média nacional de R$ 4,70.[74]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 231,74, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 3.086,44 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 116,47, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.704,09.[75]

Objetivos do Milênio

	1995[76]	2000	2004[77]
Alfabetização Feminina (%)	84,8	86,4	89,2
Alfabetização Masculina (%)	86,3	87,6	89,6
Água Canalizada (%)	77,9	44,8	81,1
Esgotamento Sanitário (%)	78,4	20,4	35,5
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	44,9	28,7	34,7
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	35,9	25,9	25,9
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	57,9	41,2	-
Sem Rendimento (%)	43,2	46,2	39,6
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%)	11,5	16,6	26,6
Telefone (%)	25,5	36,7	32,0
Computador (%)	-	4,4	8,1

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).

4.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
5.Estado de Rondônia (www.rondonia.ro.gov.br).
6.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
7.Brasil, IBGE 2005.
8.Dados do efetivo policial em 2003, da Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003 do IBGE (www.ibge.gov.br).
9.Brasil, IBGE 2005.
10.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
11.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
12.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
13.Mesquita e Loche 2005.
14.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005. A taxa de congestionamento (Tx) é a razão entre um menos o número total de casos sentenciados (Csent) dividido pela soma dos casos novos (CN) mais os casos pendentes de julgamento (Cpj): Tx = 1 – [Csent/(Cn + Cpj)]. Para isso considera-se: a) Casos Novos foram os feitos ingressados / protocolizados na Justiça Estadual e do Distrito Federal, em 2004, excluídas: as Cartas Precatórias recebidas, as Execuções de Sentença Judicial, os Precatórios Judiciais, Requisições de Pequeno Valor e outros que não comportam decisões judiciais; b) Os Casos Pendentes de Julgamento representam o saldo de processos em tramitação na Justiça Estadual, em 31/12/2003, excluídos os processos enviados a outros órgãos; c) como Casos Sentenciados todas as formas de extinção do processo (ainda que não definitivas em face da recorribilidade); d) Não formam computados como sentenças os despachos de mero expediente.
15.Movimento Nacional de Direitos Humanos s/d.
16.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
17.Waiselfisz 2004.
18.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2004.
19.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2005.
20.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2004 e 2005.
21.Brasil, Depen 2006.
22.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
23.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
24.Lemgruber 2004.
25.Lemgruber 2004.
26.Lemgruber 2004.
27.*Folha de S. Paulo,* 23/04/2004.
28.*O Estado de S. Paulo,* 21/05/2004.
29.*Folha de S. Paulo,* 21/04/2004.
30.*O Estado de S. Paulo,* 03/01/2002.
31.*Folha de S. Paulo,* 23/04/2004, 22/04/2004, 21/04/2004, 02/05/2004.
32.*Folha de S. Paulo,* 16/07/2004.
33.*O Estado de S. Paulo,* 01/02/2002.
34.*Folha de São Paulo,* 17/11/2003.
35.Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP 2006, 2005 e 2004.
36.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp).
37.Brasil, IBGE 2006. . Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
38.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
39.Brasil, Congresso Nacional 2004.
40.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
41.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
42.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no website da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
43.Brasil, IBGE 2006.
44.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
45.Mesquita e Affonso 2002.
46.Waiselfisz 2004.
47.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
48Adesse e Souza 2005.
49.Adesse e Souza 2005.
50.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm/index.htm).
51.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
52.Brasil, IBGE 2005.
53.Brasil, IBGE 2006.

54.Brasil, IBGE 2006.
55.Brasil, IBGE 2006.
56.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
57.Pnud 2004.
58.Pnud 2004.
59.Instituto Sócio Ambiental – ISA (www.socioambiental.org).
60.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br). Dados de 17 de dezembro de 2004.
61.Instituto Socioambiental – ISA (www.socioambiental.org), "Recrudesce o conflito entre índios Cinta-Larga e garimpeiros", 21/10/2003.
62.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), "Documento da XX Assembléia do Cimi Regional Rondônia", 01/07/2005.
63.Instituto Socioambiental – ISA (www.socioambiental.org.) "A Tragédia mais do que anunciada na área dos índios Cinta-Larga", 19/04/2004.
64.*O Globo*, "Garimpeiros capturam um índio e o mantém amarrado em praça pública", 11/04/2004; *Diário de S. Paulo*, "Garimpeiros espancam índio depois de conflito", 11/04/2004.
65.*O Globo*, "Jovem cinta-larga é assassinado", 20/05/2004.
66.*Folha de S. Paulo*, "Funcionário da Funai e 23 cintas-largas são indiciados por massacre", 12/04/2005.
67.Instituto Socioambiental – ISA (www.socioambiental.org.) "A Tragédia mais do que anunciada na área dos índios Cinta-Larga", 19/04/2004; Anistia Internacional 2005a.
68.Instituto Socioambiental – ISA (www.socioambiental.org), "A Tragédia mais do que anunciada na área dos índios Cinta-Larga", 19/04/2004 , e "Recrudesce o conflito entre índios Cinta-Larga e garimpeiros", 21/10/2003; Anistia Internacional 2005a.
69.Brasil, IBGE 2006.
70.Brasil, IBGE 2006.
71.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2006 e 2005.
72.Brasil, IBGE 2006.
73.Brasil, IBGE 2006.
74.Brasil, IBGE 2006.
75.Brasil, IBGE 2006.
76.Para os anos de 1995 e 2000 não estavam disponíveis, informações para a área rural. Sendo assim, foram considerados apenas os dados para a área urbana
77.Em 2004, a área rural de Rondônia passou a integrar a amostra da PNAD e aos resultados da coluna 2004 foram incorporando a amostra da área rural do estado.

4.6 Roraima

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

Roraima tem uma área de 224.298,98 km2 e população de 391.317 habitantes (1,74 hab/km2), divididos em 15 municípios.[1] Boa Vista, capital do estado, tem uma população de 242.179 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Roraima passou de 0,692 em 1991 para 0,746 no ano 2000 (+ 7,8%).[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0.512, abaixo da média regional de 0.525 e nacional de 0.559.[4]

Estrutura Institucional

Roraima tem uma Secretaria de Estado da Segurança Pública e uma Secretaria de Estado de Justiça e da Cidadania. Tem ainda um Instituto Superior de Segurança e Cidadania.[5]

A Defensoria Pública, criada no ano 2000, conta com 45 defensores públicos.[6] O estado tem três juizados especiais criminais e dois juizados especiais cíveis.[7] Tem ainda um programa de administração alternativa de conflitos.[8]

No estado, o efetivo policial era de 3.112 policiais em 2003, sendo 1.294 policiais civis, 179 peritos, 1.490 policiais militares e 159 bombeiros, o que representa um policial para cada 115 habitantes.[9] Dois municípios tinham guarda municipal em 2004, com um efetivo total de 164 guardas.[10]

Em Roraima, os 15 municípios são abrangidos por seis comarcas.[11] Em 2004, atuavam na justiça estadual 48 juízes, sendo 26 na primeira instância, sete na segunda instância e 15 em juizados especiais, o que corresponde a uma taxa de 12,57 juízes por 100.000 habitantes.[12] O estado tinha ainda quatro juízes na primeira instância da justiça federal, em 2003.[13]

Políticas de Direitos Humanos

Roraima não tem um plano estadual de direitos humanos. O governo do estado anunciou um plano estadual de segurança pública em 2003-2004, cujos objetivos estavam associados principalmente à reforma e modernização das instituições de segurança pública, sem compromissos anunciados com a proteção e promoção dos direitos humanos.[14]

De 2002 a 2004, Roraima assinou seis convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 491.306,20. Destes convênios, dois foram referentes à promoção dos direitos humanos (trabalhadores rurais e comunidades indígenas), um referente ao atendimento a crianças e adolescentes em conflito com a lei e três à promoção dos direitos de crianças e adolescentes.[15]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas de Roraima foi de 4,69%. A despesa média da justiça estadual por habitante foi de R$ 87,28. A participação da assistência judiciária gratuita no total das despesas justiça estadual foi 10,68% e no total das despesas públicas foi de 0,50%, o que representa um investimento médio de R$ 9,32 por habitante. O estado não disponibilizou o número de pessoas atendidas, de novos processos e de processos pendentes.[16]

Em 2003, 20.320 processos deram entrada na primeira instância da justiça comum e 15.000 foram julgados, o que corresponde a uma taxa de 74% de processos julgados em relação a novos processos. Ainda em 2003, foram distribuídos na primeira instância da justiça federal 2.951 processos e 1.116 foram julgados, o que representa 38% de processos julgados em relação a novos processos.[17]

Boas Práticas

A justiça móvel é a principal iniciativa para a expansão do acesso à justiça no estado, a qual presta atendimento jurisdicional à população dos municípios que não são sede de comarca e aos moradores da periferia de Boa Vista, atendendo todas as pessoas físicas, independentemente de serem assistidas nas ações de competência dos juizados especiais. Os ônibus atendem à população com juiz, promotor, defensor e toda uma equipe de técnicos para atender de forma rápida e eficaz os cidadãos.

Direito à Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Violência Policial, Execuções, Tortura

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu uma denúncia de tortura praticada por agentes públicos em Roraima, enviada ao Ministério Público, que arquivou o caso.[18]

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, quatro casos de violência policial em Roraima, com oito vítimas fatais e três feridas, cinco casos de execução sumária, com sete vítimas fatais e uma ferida, e dois casos de linchamento com cinco vítimas feridas.[19]

Violência Urbana

Em 2002, Roraima registrou 121 mortes por homicídio (34,9/100 mil hab.), das quais 82 em Boa Vista (38,2/100 mil hab.), havendo aumento da taxa de homicídio em 2002 após três anos de declínio contínuo. Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 68,2/100 mil no estado e 87,2/100 mil na capital.[20]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou um conflito de terra, envolvendo cinco pessoas, no qual uma pessoa foi assassinada.[21] Em 2004, de janeiro a agosto, não houve registro de conflitos, mas houve registro de uma pessoa assassinada. Em 2005, no mesmo período, foram registrados 15 conflitos, envolvendo 24.030 pessoas, sem registro de mortes.[22]

Trabalho Escravo/Forçado

A Comissão Pastoral da Terra não registrou denúncias de trabalho escravo em Roraima em 2003, 2004 e de janeiro a junho de 2005.[23]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

Em Roraima, a população prisional em dezembro de 2005 era de 997 presos, 972 (97,49%) em unidades do sistema penitenciário e 25 (2,51%) em unidades policiais. No sistema penitenciário, o número de presos provisórios era 540 (55,56%), sendo 509 homens e 31 mulheres. O número de presos condenados era 432 (44,44%), sendo 393 homens e 39 mulheres. Dos presos condenados, 286 estavam em regime fechado, 74 em regime semi-aberto, 72 em regime aberto e nenhum em medida de segurança.[24]

A população prisional aumentou de 393 em 2002 para 997 em 2005 (+ 153,69%), o maior aumento porcentual entre os estados da região norte e o segundo maior do país, atrás apenas do Rio Grande do Sul. A taxa de encarceramento de presos por 100 mil habitantes passou de 113,30 em 2002 para 254,78 em 2005 (+ 55,53%).[25]

O número total de vagas no sistema penitenciário passou de 444 em 2002 para 462 em 2005 (+ 4,05%), enquanto o déficit de vagas aumentou de - 51 para 510 (+ 1.100%). O número de presos por vaga passou de 0,89 em 2002 para 2,1 em 2005 (+ 135,96).[26]

Rebeliões, mortes e tortura

Uma rebelião ocorreu na Penitenciária Agrícola do Monte Cristo, que abrigava cerca de 300 presos, acarretando a morte de cinco. Todas as vítimas eram presos condenados por assalto a bancos e homicídio e foram mortos por outros detentos rebelados. Os motivos por que os presos se rebelaram não foram esclarecidos pelas autoridades – entre os possíveis motivos, contudo, deve-se excluir o da superlotação, pois a penitenciária que abriga 300 presos possui capacidade para 400 indivíduos. [27]

Crianças e Adolescentes

Em Roraima, há dez conselhos tutelares, 16 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente e uma delegacia especializada em crianças e adolescentes.[28]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 30,6%

eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 30,3% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[29]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 23 denúncias de Roraima (9,31 por 100 mil habitantes).[30]

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito[31]

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada em 2003, com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, relatou denúncias de abuso e exploração sexual de crianças nas rodovias BR 174 e BR 401.

Segundo do relatório da CPMI, a polícia federal de Guajará Mirim instaurou procedimento para investigar o tráfico internacional de adolescentes e crianças da Amazônia para Boa Vista, Guiana e Venezuela, denunciado pela na edição de vinte e quatro de janeiro de 2003 pela revista *Isto É*. O esquema contava com a atuação de um cabeleireiro, responsável por recrutar meninas de até doze anos de idade na porta de colégios, e de outras três mulheres acusadas de favorecimento à prostituição e de manterem casas, onde adolescentes usavam documentos falsos, adquiridos em Manaus, para a prostituição. Os depoimentos colhidos pela CPMI, em audiência pública, mostraram como funcionava a rota do tráfico internacional de adolescentes entre Manaus – Boa Vista – Venezuela, como se dava a obtenção de documentos falsos e a importância que Manaus possuia no quadro geral de aliciamentos para tráfico a partir da região norte.

Trabalho Infanto-Juvenil

Em Roraima, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 3,5% da população total desta idade em 1995 para 5,6% em 2000, mas subiu para 9% em 2004. Em parte, o aumento em 2004 pode ser explicado pela inclusão de dados referentes à área rural que não foram considerados nos levantamentos de 95 e 2000.[32]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 3.396 crianças em 6 municípios do estado no início de 2005.[33]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, Roraima tinha 54 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 32 (59%) em meio fechado e 22 (41%) em meio aberto.[34]

Mulheres

No estado de Roraima a população é composta por 50,23% de mulheres (191.588) e 49,77% de homens (189.859). A esperança de vida ao nascer é de 66,6 anos para os homens e 71,5 anos para as mulheres, abaixo das médias nacionais.[35]

Em 2003, foram registradas 53 ocorrências de estupro (30,39/100 mil mulheres). A capital concentrava 84,9% dessas ocorrências (45) e 63,34% da população feminina. Entre 2001 e 2003, as taxas de ocorrência de estupro sofreram uma redução de 40,2%, passando de 68,1/100 mil mulheres em 2001 para 40,74/100 mil mulheres em 2003. Mesmo com esta redução, a média de ocorrências no período permaneceu bastante superior à média nacional (20,7).[36]

Roraima é o estado brasileiro que têm a mais alta taxa de homicídios de mulheres, apesar de ter havido uma redução significativa de 2000 para 2002. Em 2000, foram 13,9 homicídios por 100 mil habitantes.[37] Em 2002, 12 mulheres foram assassinadas (7,1/100 mil habitantes), sendo seis na faixa etária de 15 a 24 anos (16,0/100 mil habitantes).[38]

Boa Vista, capital de estado, concentra os serviços de atendimento a mulher em situação de violência. Ali está instalada a única Delegacia Especializada no Atendimento de Mulheres (DEAM), o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, a Casa-abrigo de Maria, inaugurada em 2003, e o único hospital que oferece serviço de atendimento para vítimas de violência sexual.[39] Trata-se do "Programa Materno Infantil" que oferece assistência a mulheres vítimas de violência doméstica e sexual. Até novembro de 2002 os serviços de saúde não realizavam o serviço de aborto legal em casos de estupro.[40]

O governo estadual desenvolve, através de suas secretarias, programas e campanhas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, especialmente aquela que envolve abuso sexual contra meninas. O estado é rota de tráfico para fins de exploração sexual.[41]

Em agosto de 2003, a Articulação de Mulheres Brasileiras organizou o I Encontro de Monitoramento da Violência Contra a Mulher em Roraima. O encontro reuniu mulheres da sociedade civil, representantes da comunidade indígena, do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pú-

blica, Secretaria de Justiça, Assembléia Legislativa, Delegacia de Mulheres e Casa-abrigo.[42]

Não há registros de adesão ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres.[43] Em 2003, um convênio com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres assegurou o repasse de R$ 150.000,00 para a implantação de serviços de atendimento a mulheres em situação de risco no estado. Em 2004, foram repassados R$ 80.000,00, (0,78% do total de repasses da secretaria no ano). Não há informação sobre convênios e repasses em 2005.[44]

Educação

As taxas de analfabetismo para pessoas com 15 anos ou mais de idade são de 11,8% para os homens e 8,8% para as mulheres. Neste estado a participação masculina e feminina nos grupos com maior tempo de permanência na escola é a mais equilibrada no país. Entre a população com 12 anos ou mais de estudo a participação feminina é de 50,6% e a masculina 49,4%. Entre a população que freqüenta o ensino superior a participação das mulheres é de 48,9% e dos homens 51,1%, único caso no país em que a participação masculina supera a feminina neste grupo.[45]

Trabalho

Neste estado, a participação das mulheres na população economicamente ativa é também uma das mais baixas na região: apenas 36,8%, inferior à média nacional que é de 43,1%. Da população feminina ocupada, 3,4% está no grupo de dirigentes, 31,7% nos trabalhadores em serviço e 13,7% de trabalhadores agrícolas. A população masculina ocupada está distribuída em: 4% de dirigentes, 15,9% de trabalhadores em serviços, 29,3 de trabalhadores agrícolas.[46]

Roraima é um dos poucos estados em que o rendimento-hora médio para mulheres é maior do que aquele pago aos homens, em geral e na população com 12 anos ou mais de estudo. Em 2004, na população em geral, o rendimento-hora para as mulheres era de R$ 5,30, 26% superior ao rendimento-hora para os homens que era de R$ 4,20. No grupo com 12 anos ou mais de estudo, o rendimento-hora para as mulheres era de R$ 18,10, 39,78% superior ao rendimento-hora para os homens, de R$ 10,90.[47]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era de R$ 203,24 para as mulheres e R$ 208,32 para os homens. Entre os 10% mais ricos o rendimento apurado foi de R$ 2.029,97 para as mulheres e R$ 2.562,02 para os homens, novamente uma das menores diferenças registradas no país.[48]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm maior risco de serem vítimas de violência do que os brancos. De 2000 a 2002, para cada branco, 6,71 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrado uma diminuição do desta taxa de 12,63 em 2000 para 4,38 em 2002.[49]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 4,64% para a população branca e 10,46% para a população negra. A escolaridade média era de 8,43 anos de estudo para a população branca e 7,42 anos de estudo para população negra.[50]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 366,31 para a população branca e R$ 211,33 para a população negra. O salário-hora médio era de R$ 4,55 para a população branca contra R$ 3,80 para a população negra.[51]

Indígenas

Roraima tem uma população de aproximadamente 40.000 indígenas, o que corresponde a 16% da população total[52], distribuída em seis povos indígenas que vivem no estado e outros quatro povos presentes também em outros estados:[53]

Nome	População censo/estimativa	Ano
Hyskariana (PA/RR)	—	—
Ingarikó	675	1997
Makuxi	16.500	2000
Patamona	50	1991
Taurepang	532	1998
Wai (RR/AM/PA)	2.020	2000
Waimiri – Atroari (RR/AM)	931	2001
Wapixana	6.500	
Yanomami (RR/AM)	11.700	2000
Yekuana	426/3.632	2000

Na região existem mais de 238 comunidades indígenas, dos povos: Ingaricó, Macuxi, Patamona, Sapará, Taurepang, Wai Wai, Wapichana, Waimiri Atroari, Yanomami e Yékuana. Que, com o apoio das organizações de Roraima vêm buscando a regularização fundiária de suas terras. Apesar de faltarem apenas quatro terras a ter o processo de reconhecimento formal concluído, muitas delas continuam sendo ocupadas por não índios, como fazendeiros, rizicultores, moradores de vilas e garimpeiros.[54]

O estado tem 30 terras indígenas na seguinte situação jurídica:[55]

Situação	Nº de terras
Registradas	21
Homologadas	6
Declaradas	2
Identificadas	1
A Identificar	0
Reservadas/Dominiais	0
Sem Providências	0

Raposa Serra do Sol

A terra indígena Raposa Serra do Sol, palco dos maiores conflitos dos últimos anos, foi demarcada pelo Ministério da Justiça pela portaria nº 820/98 e homologada, depois de anos de espera, em 2005. Localizada no nordeste do Estado de Roraima entre os rios Tacutu, Maú, Surumú, Miang e a fronteira da Venezuela, é habitação ancestral dos povos Macuxi, Uapixana, Taurepangue, Patamona e Ingaricó, ao todo somam uma população de 15.719 índios distribuídos em 152 aldeias com populações que variam de 50 a 800 pessoas.[56]

Apesar de demarcadas, as terras são sistematicamente invadidas por fazendeiros, garimpeiros, colonos, rizicultores, policiais e oficiais do exército. De acordo com a Funai, há 675 pessoas não índias ocupando a região, entre elas plantadores de arroz que usam agrotóxicos que poluem igarapés e rios. Os municípios de Uiramutã e Pacaraima, criados ilegalmente em 1995, também contribuíram para o aumento da violência contra os índios (espancamento, torturas e assassinatos). E a impunidade dos agressores é uma constante.

O anúncio da homologação da terra indígena pela Presidência da República no início de 2003 provocou diversas reações de invasores e políticos contrários à demarcação contínua das terras, que bloquearam estradas que

dão acesso a região, atacaram as aldeias e ameaçaram missionários que atuam nas áreas indígenas.

O indígena Aldo da Silva Matos desapareceu no dia 2 de janeiro de 2003 depois de ter ido à fazenda Retiro, localizada na terra indígena Raposa Serra do Sol, buscar um bezerro de sua propriedade. Seu corpo foi encontrado enterrado numa cova rasa a 1.500 metros da fazenda. O Instituto médico legal – IML de Boa Vista expediu um laudo de uma autópsia indicando que ele havia morrido de causas naturais, o que foi posteriormente desmentido pelo IML de Brasília que fez uma segunda autópsia depois que grupos indígenas protestaram, concluindo que o indígena foi morto a tiros,[57] com suas mãos para o alto, provavelmente enquanto ajoelhado no chão. Isso indica uma provável execução. Três homens foram indicados por envolvimento no assassinato e deveriam ir a julgamento, no entanto não foram detidos.[58]

Segundo o relatório da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDH), Aldo foi encontrado na fazenda do vereador do município de Uiramutã, Francisco Oliveira, conhecido como "Chico Tripa", inimigo dos índios, que já havia anteriormente respondido por tentativa de homicídio contra um indígena Macuxi, além de já ter sido indenizado pela Funai, e logo em seguida ter comprado outra posse na terra indígena.[59]

No dia 2 de maio de 2004 o exército brasileiro inaugurou, com o apoio das autoridades e dos políticos locais, o 6º pelotão Especial de fronteira em Uiramutã ignorando a ação judicial interposta pelas comunidades indígenas contrária à construção do quartel, criado com o objetivo de viabilizar o crescimento da sede do Município.[60]

No dia 23 de novembro de 2004 as comunidades Jawari, Homologação, Brilho do Sol e Retiro São José foram gravemente agredidas e tiveram suas aldeias destruídas por rizicultores, fazendeiros e invasores. O ataque planejado começou às 6 horas da manhã na comunidade Jawari, quando a maioria dos moradores já havia saído para trabalhar nas roças, e só havia mulheres (principalmente grávidas), crianças e alguns idosos no local. Os agressores chegaram em caminhões lotados de gente, carros, tratores, armados com armas de fogo (espingardas e pistolas), paus e moto-serras. As mulheres presentes tentaram impedir a destruição de suas casas, da escola, do posto de saúde, do "malocão" (espaço de reuniões indígenas), mas foram brutalmente ameaçadas por xingamentos e humilhações.[61] Na aldeia Jawari o indígena macuxi Jocivaldo Constantino foi espancado e baleado. Ao todo foram 34 casas destruídas, queimadas e derrubadas por tratores, além de um posto da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e alguns criatórios de animais, 131 pessoas ficaram desabrigadas.[62]

No dia 15 de abril de 2005 a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol foi assinada pelo presidente Lula, garantindo a área de 1,74 milhão de hectares para os 15 mil índios e excluindo da terra indígena o núcleo urbano de Uiramutã, os não índios ocupantes da reserva devem deixar o local no prazo de um ano.

A elite política e econômica de Roraima apóia a violência contra os indígenas e patrocina atos de desobediência civil. O governador Ottomar Pinto decretou luto de seis dias no Estado por causa da homologação e convocou a população para uma manifestação de protesto, colocando o transporte à disposição dos manifestantes.

Mesmo após a homologação, no final de abril de 2005 o juiz Helder Girão Barreto, da 1ª Vara Federal de Roraima, ordenou a retirada da população indígena das suas terras, em cumprimento de uma liminar expedida por ele próprio em outubro de 2004, que concedia mandado de reintegração de posse da área onde se encontra a aldeia Brilho do Sol ao fazendeiro José Wilson da Silva. Esta liminar de reintegração de posse se baseia em outra liminar também concedida pelo magistrado Girão Barreto, a partir de uma Ação Popular movida em 1999 por políticos e fazendeiros de Roraima contra a homologação em área contínua da TI. E expediu inúmeras liminares de reintegração de posse em favor dos fazendeiros. No entanto a Ação Popular foi extinta em abril de 2005, a Suprema Corte extinguiu todos os processos e abriu caminho para a homologação da TI. Com a homologação consumada, a liminar de reintegração de posse não tem sustentação alguma, é uma peça de ficção jurídica e não caberia ao juiz se pronunciar sobre o caso. No dia 4 de junho de 2005 a comunidade Brilho do Sol, formada por 17 índios Macuxi, divulgou uma carta afirmando que não abandonaria a aldeia.[63]

Yanomami

A terra indígena Yanomami sofre muitas invasões de garimpeiros, madeireiros, pescadores, militares e fazendeiros. A atividade de garimpo causa poluição nos rios, provocada pelo lançamento de mercúrio nas águas. Além disso, os invasores disseminam doenças como malária, venéreas, cutâneas, pneumonia, tuberculose.

Violências

Segundo os dados do Ministério da Saúde/ Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no ano de 2002 houve 7 homicídios e 3 suicídios, em 2003, 10 homicídios, e 3 suicídios.

No dia 1º de novembro de 2002 foi publicado na seção de animais dos classificados da *Folha de Boa Vista* um anúncio que dizia: "Vendem-se filhotes de Yanomami com 1 ano e seis meses. R$ 1.000,00. Tratar 9971 3287". O responsável pelo anúncio, Paulo César, acusado de ato discriminatório contra população indígena e incitação de segregação racial, foi denunciado pelo Ministério Público Federal e condenado a dois anos de prisão.[64]

Em março de 2003 havia cerca de mil garimpeiros na área Yanomami, na fronteira com a Venezuela. Nos primeiros quatro meses deste mesmo ano, seis índios foram mortos e quatro ficaram feridos com disparo de tiros.[65]

No dia 3 de janeiro de 2004 foi publicada no endereço eletrônico oficial da Funai (Fundação Nacional do Índio) uma acusação feita pelo administrador do órgão indigenista de Roraima, Martinho Alves, de que os garimpeiros estariam distribuindo armas de fogo a diferentes grupos de índios Yanomami, com o intuito de aumentar os conflitos da etnia.[66] Vários indígenas foram vítimas de disparo acidental por não saberem manusear as armas.

No dia 23 de fevereiro de 2004, o índio Valdes Marinho Lima, de 39 anos, funcionário da Funai (Fundação Nacional do Índio) em Roraima, foi assassinado por tentar impedir a atuação de garimpeiros na reserva indígena Yanomâmi. Lima foi morto com um tiro no peito por um dos garimpeiros, em uma emboscada realizada nas margens do rio Couto Magalhães, em Roraima, área em que o garimpo ilegal é comum.[67]

Desenvolvimento e Autonomia

A organização Indígena Conselho Indígena de Roraima (CIR) representa o principal interlocutor das comunidades indígenas do estado frente às autoridades e órgãos competentes, e desenvolveu nos últimos anos projetos nas áreas de educação e saúde, ajudando a estruturar uma rede de 176 escolas nas comunidades indígenas, onde atuam 436 professores indígenas, com 7.676 alunos.[68]

O Relatório da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados destacou a formação de uma escola técnica agropecuária indígena que possibilita a comercialização da produção indígena para os mercados não-índios. E a terceirização dos serviços de saúde organizados pela comunidade indígena, que mistura as suas técnicas tradicionais de cura com a "medicina branca". Entretanto tais iniciativas enfrentam uma série de problemas, pois não contam com o apoio financeiro e estrutural das "entidades" responsáveis pela política de saúde do Estado.[69]

Idosos

Em 2004, Roraima tinha 17.049 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 4,5% da população do estado. Desta população, 25,9% tinha um rendimento médio mensal familiar per capita de um a dois salários mínimos e 22,20% de meio a um salário mínimo.[70]

Portadores de Deficiência

De acordo com o *Relatório sobre a prevalência de deficiências, incapacidades e desvantagens* (2004), realizado em 21 cidades brasileiras, 6,7% da população de Boa Vista registra algum tipo de incapacidade.[71]

Migrantes

Em 2004, Roraima tinha uma população de 191.849 migrantes, o que correspondia a 50,30% da população do estado.[72]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Não há informações sobre homossexuais assassinados em Roraima entre 2002 e 2005.[73]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados passou de 21% em 1991 para 8% em 2004 (-13%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 20,1% em 1991 para 24% em 2004.[74]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 10,3% e a média de anos de estudo era de 6,5 anos.[75]

O rendimento/hora da população ocupada era de R$ 4,60, acima da média regional de R$ 3,80, mas abaixo da média nacional de R$ 4,70.[76]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 206,86, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 2.375,39 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 70,81, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.308,74.[77]

Objetivos do Milênio

	1995[78]	2000	2004[79]
Alfabetização Feminina (%)	87,4	87,3	91,2
Alfabetização Masculina (%)	86,5	85,7	88,2
Água Canalizada (%)	90,1	95,6	87,2
Esgotamento Sanitário (%)	68,1	60,8	78,8
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	42,7	61,6	39,4
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	39,7	18,7	20,7
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	78,6	56,7	-
Sem Rendimento (%)	40,1	46,	44,2
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%)	5	13,6	20,3
Telefone (%)	33,1	41,0	29,0
Computador (%)	-	5,9	6,7

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
4.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
5.Estado de Roraima (www.rr.gov.br/governo).
6.Brasil, Ministério da Justiça 2004b.
7.Brasil, IBGE 2005.
8.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
9.Dados do efetivo policial em 2003, da Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003, do IBGE (www.ibge.gov.br).
10.Brasil, IBGE 2005.
11.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
12.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
13.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
14.Roraima, Governo do Estado, "Plano Estadual de Segurança Pública". Disponível no web-site Segurança Cidadã (www.segurancacidada.org.br).
15.Mesquita e Loche 2005.
16.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005
17.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
18.Movimento Nacional de Direitos Humanos s/d.
19.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
20.Waiselfisz 2004.
21.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2004.
22.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2005.
23.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2004 e 2005.
24.Brasil, Depen 2006.
25.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
26.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.

27.*O Estado de S. Paulo,* 19 de janeiro de 2002.
28.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp) , consultado em 12/01/2006.
29.Brasil, IBGE 2006. Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
30.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
31.Brasil, Congresso Nacional 2004.
32.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
33.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
34.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no website da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
35.Brasil, IBGE 2006.
36.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
37.Mesquita e Affonso 2002.
38.Waiselfisz 2004.
39.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
40.Adesse e Souza 2005.
41.Adesse e Souza 2005.
42.Articulação de Mulheres Brasileiras, Articulando Eletronicamente 2(58), setembro 2003. Disponível em: www.articulacaodemulheres.org.br/publique/media/AE58.pdf
43.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm/index.htm).
44.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
45.Brasil, IBGE 2006.
46.Brasil, IBGE 2006.
47.Brasil, IBGE 2006.
48.Brasil, IBGE 2006.
49.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
50.Pnud 2004.
51.Pnud 2004.
52.Apresentação da Organização Indígena Conselho Indígena de Roraima – CIR – palestra da Comissão Externa da Câmara dos Deputados Federais, Julio José de Souza, representante Macuxi do CIR (www.social.org.br/index.htm).
53.Instituto Sócio Ambiental – ISA (www.socioambiental.org).
54Apresentação da Organização Indígena Conselho Indígena de Roraima – CIR – Palestra da Comissão Externa da Câmara dos Deputados Federais, Julio José de Souza, Representante do CIR (www.social.org.br).
55.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br). Dados atualizados em 17 de dezembro de 2004.
56.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), "Terra indígena Raposa Serra do Sol", 22/06/2004.
57.Carta do Fórum em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas Pelo fim da violência contra os índios da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.
58.Anistia Internacional 2005.
59.Brasil, Câmara dos Deputados, Comissão de Direitos Humanos, VIII Caravana dos Direitos Humanos 2003.
60.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), "Exército ignora Constituição e inaugura pelotão em terra indígena", 23/06/2004.
61.Documento da Organização das mulheres Indígenas de Roraima – OMIR, relata detalhes sobre a violência praticada contra as comunidades
62.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), 08/12/2004. A Organização das mulheres Indígenas de Roraima – Omir – apresentou um documento denunciando as agressões praticadas contra mulheres da "Terra Indígena Raposa – Serra do Sol".
63.Instituto Sócio Ambiental – ISA (www.socioambiental.org), 07/06/2005.
64.A prisão foi substituída por duas sanções restritivas de direito: a prestação pecuniária, com a doação de seis salários mínimos para entidade beneficente do Estado, e a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, uma hora por dia, durante os dois anos. As entidades beneficiadas serão designadas pelo Juízo das Execuções Penais. Comissão Pró Yanomami, Yanomami na Imprensa (www.proyanomami.org.br). *Folha de Boa Vista*, "Venda de Yanomami. Juiz condena anunciante por preconceito", 31/03/2005.
65.*Correio Braziliense*, "Garimpeiros invadem terra dos Ianomâmi", 03/03/2003
66.Comissão Pró – Yanomami. Yanomami na Imprensa. (www.proyanomami.org.br): *Folha de Boa Vista*, "*Funai denuncia: garimpeiros armam os Yanomami*", 03/01/2004.
67.*O Globo*, "Assassinado índio que combatia garimpeiros", 28/02/2004.
Conselho Indígena de Roraima, "PF intercepta embarcação de garimpeiros próximos ao local do assassinato de servidor da Funai", 27/02/2004
68.Apresentação da Organização Indígena Conselho Indígena de Roraima – CIR- Palestra da Comissão Externa da Câmara dos Deputados Federais, Julio José de Souza, representante do CIR (www.social.org.br).
69.Brasil, Câmara dos Deputados, Comissão de Direitos Humanos, VIII Caravana de Direitos Humanos 2003.
70.IBGE 2006.

71.Teixeira, Ângela e Oliveira, Fátima 2004. De acordo com a *Classificación Internacional de Deficiencias, Discapacidades y Minusvalias*, da Organização Mundial da Saúde (1980), o conceito de "incapcidade" diz respeito à "toda restrição ou ausência (devida a uma deficiência) de capacidade para realizar uma atividade considerada dentro dos limites da pessoa humana". O conceito de incapacidade, portanto, difere e é mais restrito que o conceito de "deficiência", que diz respeito "a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica".

72.IBGE 2006.

73.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2006 e 2005.

74.Brasil, IBGE 2006.

75.Brasil, IBGE 2006.

76.Brasil, IBGE 2006.

77.Brasil, IBGE 2006.

78.Para os anos de 1995 e 2000 não estavam disponíveis, informações para a área rural. Sendo assim, foram considerados apenas os dados para a área urbana

79.Em 2004, a área rural de Roraima passou a integrar a amostra da PNAD e aos resultados da coluna 2004 foram incorporando a amostra relativa à área rural do estado.

4.7 Tocantins

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

Tocantins, estado criado pela Constituição Federal de 1988, tem uma área de 277.620,91 km2 e população de 1.305.728 habitantes (4,70 hab/km2), divididos em 139 municípios.[1] Palmas, capital do estado, tem uma população de 208.165 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Tocantins passou de 0,611 em 1991 para 0,710 no ano 2000 (+ 16,20%).[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0.553, acima da média regional de 0.525, mas abaixo da média nacional de 0.559.[4]

Estrutura Institucional

O Tocantins tem uma Secretaria da Segurança Pública, à qual estão vinculadas a Polícia Civil e a polícia técnico-científica. A Polícia Militar e o corpo de bombeiro militar são órgãos da administração direta, mas estão subordinados ao Governador e não à Secretaria Segurança Pública.[5][6]

O órgão responsável pela administração do sistema penitenciário é a Coordenadoria do Sistema Penitenciário, instituição vinculada à Secretaria da Cidadania e Justiça, à qual estão vinculadas também a Defensoria Pública, o Procon, a Coordenadoria da Promoção e da Defesa dos Direitos Humanos, Coordenadoria do Acompanhamento da Execução Penal e o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.[7] O estado não conta com ouvidorias específicas para o recebimento de denúncias sobre as polícias e o sistema penitenciário.[8]

A Defensoria Pública foi criada em 1989 e conta com 42 defensores.[9] O estado tem 16 juizados especiais criminais e 22 juizados especiais cíveis.[10] Tem ainda dois programas de administração alternativa de conflitos.[11]

No estado, o efetivo policial em 2003 era de 4.422 policiais, sendo 825 policiais civis, 299 peritos, 3.168 policiais militares e 130 bombeiros, o que representa um policial para cada 278 habitantes.[12] Três municípios tinham guarda municipal em 2004, com um efetivo total de 274 guardas.[13]

O Tocantins possui 42 comarcas, abrangendo os 139 municípios.[14] Em 2004, atuavam na justiça estadual 118 juízes, sendo 76 na primeira instância, 12 na segunda instância e 30 em juizados especiais, o que corresponde a uma taxa de 9,35 juízes por 100.000 habitantes.[15] Havia ainda quatro juízes na primeira instância da justiça federal, em 2003.[16]

Políticas de Direitos Humanos

O Tocantins não tem um plano estadual de direitos humanos. Em 2003, o governo estadual anunciou um plano estadual de segurança pública com o objetivo de: "fortalecer a ação sistêmica dos organismos de segurança pública, como política do governo estadual, na prevenção e combate à criminalidade, à violência, à corrupção, ao tráfico de drogas e ao crime organizado, em efetiva parceria com a comunidade, através da utilização de tecnologias avançadas, equipamentos modernos, pessoal capacitado e especializado, visando reduzir os atuais índices apresentados, melhorando a qualidade da segurança e valorizando os direitos humanos".[17]

De 2002 a 2004, Tocantins assinou sete convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 491.682,50. Desses convênios, um foi referente a atendimento a crianças e adolescentes em conflito com a lei, dois à promoção dos direitos de crianças e adolescentes, dois à promoção dos direitos humanos (balcão de direitos e formação de lideranças comunitárias) e dois à promoção dos direitos de pessoas portadoras de deficiência.[18]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Tocantins foi de 1,36%. A despesa média da justiça estadual por habitante foi de R$ 48,73. A participação da assistência judiciária gratuita no total das despesas justiça estadual foi 6,20% e no total das despesas públicas foi de 0,18%, o que representa um investimento médio de R$ 3,02 por habitante. O estado não disponibilizou o número de pessoas atendidas. A taxa de congestionamento da justiça estadual, disponível apenas para os juizados especiais, era de 75,47%.[19]

Em 2003, 50.932 processos deram entrada na primeira instância da justiça comum e 39.902 foram efetivamente julgados, o que corresponde a 78% de processos julgados em relação a novos processos. No mesmo ano, 2.071 processos deram entrada na segunda instância da justiça comum 1.353 foram efetivamente julgados, o que representa 65% de processos julgados. Foram distribuídos na primeira instância da justiça federal 2.879 processos e 1.375 foram julgados, o que representa 48% de processos julgados.[20]

Direito à Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Violência Policial, Execuções, Tortura

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 53 denúncias de tortura praticada por agentes públicos no estado do Tocantins, sendo 21 na capital, 30 no interior e duas em locais não identificados. Das 53 denúncias, sete foram arquivadas devido a dados insuficientes e 29 foram enviadas ao Ministério Público, que informou estar investigando quatro denúncias, devolveu oito por dados insuficientes e não prestou informações sobre 17 denúncias. Duas denúncias foram enviadas à corregedoria da Polícia Militar e sete à corregedoria da Polícia Civil, das quais seis resultaram em abertura de inquérito policial. Dez denúncias encaminhadas ao comando geral da Polícia Militar, das quais cinco foram arquivadas e não houve informação sobre as outras cinco. Uma denúncia encaminhada à polícia federal foi arquivada por falta de provas.[21]

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, nove casos de violência policial no Tocantins, com três vítimas fatais e 28 feridas, dois casos de execução sumária, com duas vítimas fatais, e um caso de linchamento com duas vítimas fatais.[22]

Violência Urbana

Em 2002, o Tocantins registrou 177 mortes por homicídio (14,7/100 mil hab.), das quais 33 em Palmas (20,5/100 mil hab.), havendo declínio da taxa de homicídio em 2002 após cinco anos de crescimento contínuo. Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 20,5/100 mil no estado e 28,0/100 mil na capital.[23]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 87 conflitos de terra, envolvendo 24.657 pessoas, nos quais duas pessoas foram mortas[24] Em 2004, de janeiro a agosto, foram 74 conflitos, envolvendo 5.675 pessoas, sem mortes. Em 2005, no mesmo período, foram 33 conflitos, envolvendo 10.295 pessoas, com três mortes.[25]

Trabalho Escravo/Forçado

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, houve 22 denúncias de trabalho escravo no Tocantins em 2003, sendo que 413 pessoas foram resgatadas da condição de escravidão. Houve 41 denúncias em 2004 e 26 denúncias de janeiro a junho de 2005. Foram resgatadas da condição de escravidão 371 pessoas em 2004 e 148 em 2005.[26]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

Em Tocantins, a população prisional em dezembro de 2005 era de 1.181 presos, 933 (79%) em unidades do sistema penitenciário e 248 (21%) em unidades policiais. No sistema penitenciário, o número de presos provisórios era 583 (62,49%), sendo 559 homens e 24 mulheres. O número de presos condenados era 350 (37,51%), sendo 328 homens e 22 mulheres. Dos presos condenados, 277 estavam em regime fechado, 60 em regime semiaberto, 13 em regime aberto e nenhum em medida de segurança.[27]

A população prisional diminuiu de 1.686 em 2002 para 1.181 em 2005 (- 29,95%), sendo o Tocantins o único estado em que houve diminuição da população prisional na região norte. A taxa de encarceramento de presos por 100 mil habitantes caiu de 139,68 em 2002 para 90,45 em 2005 (- 54,44%).[28]

O número total de vagas no sistema penitenciário, entretanto, aumentou de 702 em 2002 para 1.598 em 2005 (+ 127,64%), e o estado passou de um déficit de 538 vagas para um superávit de 665 vagas. O número de presos por vaga caiu de 1,77 em 2002 para 0,58 em 2005 (- 67,23) – o mais baixo entre os estados da região norte e do país.[29]

Com relação ao perfil dos presos, no ano de 2003, 1.219 (96,4%) presos eram do sexo masculino e 46 (3,6%) eram do sexo feminino; 3,1% possuíam idade intermediária entre os 18 e 20 anos, 27% entre os 20 e 25 anos, 31,8% entre os 25 e 30 anos, 28,1% entre os 30 e 40 anos, 5,9% entre os 40 e 50 anos e 4,1% 50 ou mais anos de idade. Quanto ao grau de instrução dos presos, no referido ano, registra-se: 2,4% eram analfabetos; 44,9% possuíam ensino fundamental incompleto; 9,5% possuíam ensino fundamental completo; 25,7% cursaram de forma incompleta o ensino médio; 16% obtiveram formação completa no ensino médio; 1,2% chegou a se matricular em cursos de nível superior, mas não os concluiu e 0,4% conseguiu completar seus estudos em nível superior. Com relação a estes últimos números apon-

tados, é importante sublinhar que nenhum detento, no ano de 2003, continuou a estudar dentro dos muros do sistema prisional.[30]

Também se pode traçar – para o ano de 2003 – o perfil dos presos segundo o artigo do código penal que ensejaram sua condenação; neste sentido, tem-se que: 24,1% dos presos foram condenados por infringirem o código 121 (homicídio simples) do Código Penal; 0,3% por infringirem o código 129 (lesão corporal); 10,7% por infração ao código 155 (furto); 43,1% condenados por roubo (artigo 157 do Código Penal); 0,1% por infringir o código 159 (seqüestro mediante extorsão); 10% foram condenados conforme prescrito no artigo 12 (legislação especial), e 11,7% foram condenados por desrespeitarem outro dispositivo jurídico do Código Penal.[31]

Rebeliões, mortes e tortura

Em 2002, ocorreram 4 casos de rebeliões no estado e fuga de 4 presos, sendo que todos estes presos se encontravam em regime fechado.[32] No mesmo ano, conforme números obtidos dos administradores públicos do sistema carcerário de Tocantins, dois presos morreram por causas naturais.[33]

Crianças e Adolescentes

No Tocantins, há 58 conselhos tutelares, 115 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, cinco delegacias especializadas em crianças e adolescentes, um promotoria da infância e da juventude.[34]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 35,2% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 32,1% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[35]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 89 denúncias do Tocantins (8,49 por 100 mil habitantes).[36]

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito[37]

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada em 2003, com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, relatou denúncias de abuso e exploração sexual de crianças na rodovia BR 153.

Trabalho Infanto-Juvenil

No Tocantins, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 26,3% da população total desta idade em 1995 para 12,2% em 2000, mas subiu para 13,3% em 2004.[38]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 6.583 crianças em 67 municípios do estado no início de 2005.[39]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, o Tocantins tinha 119 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 13 (11%) em meio fechado e 106 (89%) em meio aberto.[40]

Mulheres

A população do estado do Tocantins é composta por 49,54% de mulheres (635.999) e 50,46% de homens (647.782). Além deste estado, apenas no Amazonas, Pará e Rondônia, todos na região norte, há predominância de homens sobre mulheres na população. A esperança de vida ao nascer é de 72,6 anos de vida para as mulheres e 68,3 anos para os homens.[41]

Em 2003, foram registradas 111 ocorrências de estupro no estado (18,46 por 100 mil mulheres). Na capital, houve um aumento nas taxas de registro. Em 2001, foram 31,8 ocorrências/100 mil mulheres. Em 2003, 48,8 ocorrências/100 mil mulheres. No período, o crescimento das taxas foi de 53,4%, enquanto a média nacional foi de -1,7%. Palmas têm 14,31 da população feminina e registra 37,84% das ocorrências de estupro no estado.[42]

A comparação entre os dados de homicídio mostra que houve aumento no número de mortes violentas de mulheres. Em 2000, foram 2,8 homicídios por 100 mil habitantes.[43] Em 2002, 21 mulheres foram assassinadas (3,6/100 mil habitantes), sendo 5 na faixa etária de 15 a 24 anos (3,9/100 mil habitantes).[44]

Palmas é uma das quatro cidades selecionadas para o desenvolvimento do projeto de fortalecimento da rede de serviços para enfrentamento da violência contra a mulher. O projeto tem coordenação da ONG Agende e financiamento da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. O projeto visa integrar os serviços já existentes, permitindo um melhor atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual.[45]

Segundo informações da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres esta rede é constituída principalmente pelas delegacias especializadas no atendimento a mulheres (DEAMs). São dez delegacias, duas na capital.[46] O estado possui um Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM). Criado em 2000 e vinculado à Secretaria de Estado da Cidadania e da Justiça, o CEDIM tem como projeto primordial a instalação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher. Atualmente 27 municípios já possuem conselhos em funcionamento. O CEDIM também desenvolve um projeto junto às mulheres indígenas, com trabalho concentrado nas áreas da saúde e geração de renda.[47]

Em Palmas, há um centro de referência, uma casa-abrigo para mulheres vítimas de violência, e um hospital de referência para atendimento de vítimas de violência sexual.[48] A casa-abrigo, instalada em agosto de 2004, é mantida pela Secretaria Municipal de Cidadania e Mulher e acolhe mulheres em situação de violência e seus filhos que recebem atendimento psicológico, jurídico e social. Oferece também formação profissionalizante visando à re-inserção destas mulheres no mercado de trabalho.[49]

Em 2005 o município de Palmas aderiu ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres.[50] Em 2003, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres repassou R$ 13.329,00 para o estado (0,35% do total de recursos repassados pela secretaria naquele ano), destinados à implantação de serviço para atendimento de mulheres em situação de risco. Em 2004, foram R$ 185.377,40 (1,81% do total) repassados aos governos do estado e à prefeitura de Palmas. Em 2005, foram R$ 264.487,69 (2,27% do total) aplicados na implantação de centros de referência em Palmas e Araguaína.[51]

Educação

A taxa de analfabetismo para pessoas acima de 15 anos é de 18,3% para os homens e 16,1% para as mulheres. As mulheres representam 60,1% da população com 12 anos ou mais de estudos e 56,3% da população que freqüenta o ensino superior.[52]

Trabalho

As mulheres representam 40,32% da população economicamente ativa no estado.[53] Entre a população feminina ocupada, 2,7% das mulheres estão em funções de dirigentes, 33,8% são trabalhadores em serviços e 24,7% trabalhadoras agrícolas. Na população masculina ocupada, há 3,4% de dirigentes em geral, 10,1% de trabalhadores em serviço e 40,3% de trabalhadores rurais.[54]

O rendimento-hora para as mulheres é de R$ 4,10, 13,68% a mais do que os homens que era de R$ 3,60. Em apenas seis estados brasileiros o rendimento-hora da população feminina é superior à masculina, a maior parte deles situado na região nordeste. Entre os grupos com 12 anos ou mais de estudo, as posições se invertem e as mulheres passam a receber rendimentos menores que os homens. Nota-se, contudo, que a diferença é uma das menores verificados no país. As mulheres recebem R$ 9,30 reais/hora e os homens R$ 11,10 reais/hora, ou seja, 16,21% menos.[55]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres é de R$ 119,78 para as mulheres e R$ 189,29 para os homens. Entre os 10% mais ricos o rendimento apurado foi de R$ 2246,33 para as mulheres e R$ 2804,51 para os homens.[56]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm maior risco de serem vítimas de violência do que os brancos. De 2000 a 2002, para cada branco, 2,33 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrado um aumento desta taxa de 2,05 em 2000 para 3,07 em 2002.[57]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 11,54% para a população branca e 19,73% para a população negra. A escolaridade média era de 7,6 anos de estudo para a população branca e 6,14 anos de estudo para população negra.[58]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 330,20 para população branca e R$ 170,33 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 4,25 para população branca contra R$ 2,40 para população negra.[59]

Indígenas

Tocantins tem uma população de indígenas distribuída em cinco povos, além de abrigar dois outros povos:[60]

Nome	População censo/estimativa	Ano
Apinajé	1262	2003
Avá -Canoeiro (TO/GO)	16	2000
Javaé	919	2000
Karajá (MT/TO/PA)	2.500	1999
Krahô	1.900	1999
Xambioá	185	1999
Xerente	1.814	2000

O Estado tem nove terras indígenas na seguinte situação jurídica:[61]

Situação	Nº de terras
Registradas	6
Homologadas	0
Declaradas	1
Identificadas	0
A Identificar	2
Reservadas/Dominiais	0
Sem Providências	0

Às comunidades indígenas do Parque Nacional do Araguaia foi permitido retirar o gado dos fazendeiros que ocupavam a área. A decisão é resultado de um acordo firmado entre o Ibama, Funai, Ministério Público Federal do Tocantins e representantes de cinco aldeias indígenas do Parque.

A audiência de conciliação ocorreu no dia 3 de outubro de 2005, em Palmas. Diante do acordo ficou acertado que as comunidades indígenas Txuode, Waotyna, Inywaebohona e Canoanã promoveriam a retirada do gado do Parque até o dia 15 de novembro. E que não permitirão mais a entrada de gado de fazendeiros, permanecendo no local somente o gado pertencente aos índios, que de acordo com eles, totaliza 200 cabeças.[62]

Idosos

Em 2004, o Tocantins tinha 103.705 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 8,1% da população do estado. Desta população, 46,30% tinha um rendimento médio mensal familiar per capita de meio a um salário mínimo e 24,80% de um a dois salários mínimos.[63]

Migrantes

Em 2004, o Tocantins tinha uma população de 411. 997 migrantes, o que correspondia a 32,29% da população do estado.[64]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Em 2005, há informações sobre dois assassinatos de homossexuais no Tocantins. Não há informações sobre homossexuais assassinados no estado entre 2002 e 2004.[65]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados passou de 11,6% em 1991 para 6,5% em 2004 (-5,1%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 20,3% em 1991 para 26,1% em 2004.[66]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 17,2% e a média de anos de estudo era de 5,7 anos.[67]

O rendimento/hora da população ocupada era igual à média regional de R$ 3,80, mas abaixo da média nacional de R$ 4,70.[68]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 163,16, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 2.609,10 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 89,51, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.720,70.[69]

Objetivos do Milênio

	1995	2000	2004
Alfabetização Feminina (%)	77,6	82,3	83,9
Alfabetização Masculina (%)	72,0	80,2	81,7
Água Canalizada (%)	47,2	84,5	76,6
Esgotamento Sanitário (%)	0,5	18,9	28,3
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	45,2	72,5	69,1
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	35,2	29,9	29,9
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	38,2	21,9	-
Sem Rendimento (%) *	48,7	47,6	33,6
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	20,3	13,3	32
Telefone (%)	8,4	21,0	28,3
Computador (%)	-	3,1	6,4

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
4.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
5.Estado do Tocantins, Secretaria da Segurança Pública (www.to.gov.br/ssp).
6.Estado do Tocantins, Polícia Militar (www.pm.to.gov.br).
7.Estado do Tocantins, Secretaria da Cidadania e da Justiça (www.to.gov.br/seciju).
8.Estado do Tocantins (www.to.gov.br).
9.Brasil, Ministério da Justiça 2004b.
10.Brasil, IBGE 2005.
11.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
12.Dados do efetivo policial em 2003, da Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003, (www.ibge.gov.br).
13.Brasil, IBGE 2005.
14.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
15.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
16.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
17.Estado do Tocantins, "Plano de Segurança Pública para o Estado do Tocantins". Disponível no web-site Segurança Cidadã (www.segurancacidada.org.br).
18.Mesquita e Loche 2005.
19.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
20.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
21.Movimento Nacional de Direitos Humanos s/d.
22.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
23.Waiselfisz 2004.
24.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2004.
25.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2005.
26.Comissão Pastoral da Terra – CTP 2004 e 2005.
27.Brasil, Depen 2006. Estimativa de população em 2005, do IBGE (www.ibge.gov.br)

28.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
29.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
30.Lemgruber 2004.
31.Lemgruber 2004.
32.Lemgruber 2004.
33.Lemgruber 2004.
34.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12/01/2006.
35.Brasil, IBGE 2006.. Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
36.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
37.Brasil, Congresso Nacional 2004.
38.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
39.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
40.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no website da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
41.Brasil, IBGE 2006.
42.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
43.Mesquita e Affonso 2002.
44.Waiselfisz 2004.
45.Estado de Tocantins, Prefeitura de Palmas (www.palmas.to.gov.br).
46.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
47.Estado de Tocantins, Secretaria da Cidadania e da Justiça (www.palmas.to.gov.br/seciju.asp).
48.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
49.Estado de Tocantins, Prefeitura de Palmas (www.palmas.to.gov.br/noticias/asp), acesso: 25 de julho de 2006.
50.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm/index.htm).
51.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
52.Brasil, IBGE 2006.
53.Brasil, IBGE 2006.
54.Brasil, IBGE 2006.
55.Brasil, IBGE 2006.
56.Brasil, IBGE 2006.
57.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
58.Pnud 2004.
59.Pnud 2004.
60.Instituto Sócio Ambiental – ISA (www.socioambiental.org).
61.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br). Dados atualizados em 17 /12/2004.
62.Envolverde (www.envolverde.com.br), Revista Digital de Ambiente, Educação e Cidadania, "Gado deve ser retirado da Ilha do Bananal, em Tocantins, até 15 de novembro", 04 /10/2005.
63.Brasil, IBGE 2006.
64.Brasil, IBGE 2006.
65.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2006 e 2005.
66.Brasil, IBGE 2006.
67.Brasil, IBGE 2006.
68.Brasil, IBGE 2006.
69.Brasil, IBGE 2006.

Região Nordeste

5.1 Alagoas
5.2 Bahia
5.3 Ceará
5.4 Maranhão
5.5 Paraíba
5.6 Pernambuco
5.7 Piauí
5.8 Rio Grande do Norte
5.9 Sergipe

5.1 Alagoas

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

Alagoas tem uma área de 27.767,661 km2 e população de 3.015.912 habitantes (108,61 hab/km2), divididos em 101 municípios.[1] Maceió, capital do estado, tem uma população de 903.463 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Alagoas passou de 0,548 em 1991 para 0,659 no ano 2000 (+17,13%).[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0,539, o segundo mais baixo da região nordeste, atrás apenas da Bahia e abaixo das médias regional de 0,571 e nacional de 0,559.[4]

Estrutura Institucional

Alagoas tem uma Secretaria Coordenadora de Justiça e Defesa Social, à qual estão vinculados a Secretaria de Ressocialização, a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, a Polícia Civil, o Instituto Médico Legal, o Centro de perícia Forense, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Defesa do Consumidor. Alagoas tem uma Ouvidoria Geral do Estado, mas não tem ouvidoria específica para segurança pública e administração penitenciária.[5]

O efetivo policial era 10.419 em 2003, sendo 2.247 policiais civis, 125 peritos, 8.047 policiais militares (incluindo bombeiros militares), o que representa 1 policial para cada 280 habitantes.[6] Vinte e seis municípios tinham guarda municipal em 2004, com um efetivo total de 2.034 guardas.[7]

Dos 101 municípios do estado, 62 constituem sede de comarca.[8] Em 2004, atuavam na justiça estadual 127 juízes, sendo 95 na primeira instância, 11 na segunda instância, e 21 em juizados especiais – o que corresponde a uma taxa de 4,26 juízes por 100.000 habitantes.[9] Havia ainda dez juízes na primeira instância da justiça federal, em 2003.[10]

A Defensoria Pública foi criada em 2001 e conta com 40 defensores.[11] O estado tem 38 juizados especiais criminais e 34 juizados especiais cíveis.[12] Tem ainda um programa de administração alternativa de conflitos.[13]

Políticas de Direitos Humanos

De 2002 a 2004, Alagoas assinou 18 convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 4.102. 876,37. Destes convênios, cinco foram referentes à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, quatro à promoção dos direitos da criança e do adolescente, quatro à proteção de vítimas e testemunhas, dois à promoção dos direitos humanos (Balcão de Direito), e três à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência.[14]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas de Alagoas foi de 4,33%. A despesa média anual da justiça estadual por habitante foi de R$ 38,48. A participação da assistência judiciária gratuita no total das despesas justiça estadual foi 2,17% e no total das despesas públicas foi de 0,09%, o que representa um investimento médio de R$ 0,83 por habitante. O total de pessoas atendidas, no ano, pelo judiciário foi de 2.495 e a taxa de congestionamento da justiça, disponível apenas para a segunda instância, foi de 84,39%.[15]

Em 2003, 46.766 processos deram entrada na primeira instância da justiça comum, dos quais 21.020 foram efetivamente julgados, o que corresponde a 45% de novos processos julgados em relação a novos processos. Deram entrada na segunda instância da justiça comum 2.618 processos, e 1.826 foram efetivamente julgados – o que corresponde a 70% de novos processos julgados. Ainda em 2003, foram distribuídos na primeira instância da justiça federal 21.330 processos, dos quais 7.404 foram julgados, o que representa 35% de novos processos julgados.[16]

Direito à Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Violência Policial, Execução, Tortura

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste apresentou relatório em 2004 e, segundo ele, Alagoas tem grupos de extermínio que: "Agem contra adolescentes que vivem nas ruas. Os grupos de extermínio praticam seus crimes e os classificam como 'limpeza social'. Também agem na área rural – nos conflitos de terra – área dos canaviais".[17]

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 20 denúncias de tortura praticada por agentes públicos no estado de Alagoas, sendo 15 na capital e cinco no interior. Das 20 denúncias, 2 foram arquivadas devido a dados insuficientes. Catorze denúncias foram enviadas ao Ministério Público, que propôs quatro ações criminais (com duas sentenças condenatórias, uma delas revogada após recurso, e duas absolvições). Uma denúncia foi encaminhada à corregedoria da Polícia Militar, sem nenhuma resposta. Oito denúncias foram encaminhadas à corregedoria da Polícia Civil, das quais quatro resultaram em inquérito.[18]

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, 28 casos de violência policial em Alagoas, com 29 vítimas fatais e 46 feridas, 17 casos de execução sumária, com 15 vítimas fatais e oito feridas, e três casos de linchamento com uma vítima ferida.[19]

Violência Urbana

Em 2002, o Alagoas registrou 989 mortes por homicídio (34,3/100 mil hab.), das quais 511 em Maceió (61,30/100 mil hab.). Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 62,2/100 mil no estado e 129,4/100 mil na capital.[20]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 39 conflitos de terra, envolvendo 21.640 pessoas, com uma pessoa assassinada.[21] Em 2004, de janeiro a agosto, foram 23 conflitos, envolvendo 16.420 pessoas, sem mortes. Em 2005, no mesmo período, foram 26 conflitos, envolvendo 15.150 pessoas, sem mortes.[22]

Trabalho Escravo/Forçado

Não houve registro de trabalho escravo em Alagoas entre 2003-2005, segundo o Ministério do Trabalho e a Comissão Pastoral da Terra.[23]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

Em Alagoas, a população prisional em dezembro de 2005 era de 2.671 presos, 2.541 em unidades do sistema penitenciário (95,13%) e 130 em unidades policiais (4,87%). No sistema penitenciário, o número de presos provisórios era 1.002 (39,43%), sendo 958 homens e 44 mulheres. O número de presos condenados era 1.539 (60,57%), sendo 1.472 homens e 67 mulheres. Dos presos condenados, 748 estavam em regime fechado, 494 em regime semi-aberto, 228 em regime aberto e 69 em medida de segurança.[24]

A população prisional aumentou de 852 em 2002 para 2.671 em 2005 (+ 213,50%). A taxa de encarceramento de presos por 100 mil habitantes passou de 29,51 em 2002 para 88,56 em 2005 (+ 66,68%), a segunda maior taxa de crescimento entre os estados da região nordeste, atrás apenas do Rio Grande do Norte.[25]

O número total de vagas no sistema penitenciário passou de 672 em 2002 para 1.567 em 2005 (+ 113,18%). O déficit de vagas aumentou de 180 para 974 (+ 441,11%). O número de presos por vaga aumentou de 1,27 em 2002 para 1,62 em 2005 (+ 27,56%).[26]

Em 2003, a média mensal de ingressos era de 108 presos e, do total de 2.147 detentos, 300 estavam estudando (16,8%) e 167 estavam trabalhando (9,4%).[27] Dos 632 funcionários do sistema penitenciário, 416 atuavam na área de segurança, 150 na administração e 66 na área técnica.[28]

Liberdade de Expressão e de Assembléia

Imprensa – assassinatos

O radialista Jorge Lourenço dos Santos foi assassinado com quatro tiros próximo a sua casa, onde funcionava a sede da rádio "Criativa FM", no município de Santana de Ipanema. A Polícia Civil e a Polícia Federal investigaram o crime. A Polícia Civil concluiu que Marcondes Cavalcante Targino, da família Boiadeiro, assassinou o radialista para evitar que denunciasse o envolvimento da família em vários crimes praticados em Alagoas. Esta versão baseou-se no depoimento de uma testemunha que depois foi considerada como "confuso e muito contraditório" pelo delegado Valter do Nascimento. A conclusão da Polícia Federal foi de que havia indícios de motivação política no assassinato do radialista. O relatório da Polícia Federal aponta suspeita sobre envolvimento do deputado estadual Isnaldo Bulhões Júnior (sem par-

tido), de família tradicional com forte influência na região do Sertão de Alagoas, principalmente em Santana do Ipanema, pois Jorge Lourenço teria recebido recados de pessoas ligadas ao deputado estadual, que recomendavam que ele parasse com críticas feitas no seu programa de rádio.[29]

Liberdade de Participação Política

Políticos – assassinatos

O vereador José Dória de Souza (PTB), de 79 anos, foi assassinado em 31 de março de 2005, em Olho D' Água das Flores. A Polícia Militar prendeu Gilmar Silva Alves, 25 anos, e Lauzio Lourenço, 35 anos, que confessaram o crime e apontaram como mandante Milton Silva Roberto, 38 anos, suplente de vereador no município. Segundo os presos, o preço acertado para a execução do vereador foi de R$ 400 para cada um.[30]

Crianças e Adolescentes

Em Alagoas, há 82 conselhos tutelares, 67 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, três delegacias especializadas em crianças e adolescentes, três promotorias da infância e da juventude, duas varas da infância e da juventude e dois centros de defesa dos diretos das crianças e adolescentes.[31]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 30,6% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 21,4% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[32]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 170 denúncias de Alagoas (6,46 por 100 mil habitantes).[33]

Trabalho Infanto-Juvenil

Em Alagoas, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 20,9% da população total desta idade em 1995 para 9,4% em 2000, mas subiu para 12,2% em 2004.[34]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 31.608 crianças em 85 municípios do estado no início de 2005.[35]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, Alagoas tinha 253 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 49 (19%) em meio fechado e 204 (81%) em meio aberto.[36]

Mulheres

A população do estado de Alagoas é formada por 51,22% de mulheres (1.530.264) e 48,78% de homens (1.457.107). A esperança de vida ao nascer é de 61,6 anos para os homens e 69,6 anos para as mulheres.[37]

Em 2003 o estado registrou a menor taxa de ocorrências de estupro no país. Foram 110 ocorrências (7,37/100 mil mulheres). Destas, 66% (73) estavam concentradas na capital, onde se concentram 30,05% da população feminina do estado. Contudo, entre 2001 e 2003, a taxa de ocorrência estupro na capital aumentou 269,8%, de 4,4/100 mil mulheres em 2001 para 7,3/100 mil mulheres em 2003.[38]

A comparação entre os dados de homicídio mostra que houve declínio no número de mortes violentas de mulheres. Em 2000, foram 4,6 homicídios por 100 mil habitantes.[39] Em 2002, 70 mulheres foram assassinadas (4,7/100 mil habitantes), sendo 18 na faixa etária de 15 a 24 anos (5,8/100 mil habitantes). O estado tem a segunda mais alta taxa de homicídios de mulheres da região nordeste, atrás apenas de Pernambuco.[40]

O estado ainda é muito carente na oferta de serviços de atendimento à mulher em situação de violência. Os poucos serviços existentes estão localizados na capital, Maceió, e na cidade de Arapiraca, na região do agreste: três delegacias de defesa da mulher, duas em Maceió e uma no município de Arapiraca.[41] Em dez anos de atendimento as DEAMs registraram 30.532 ocorrências, das quais 15.805 são de lesão corporal. Segundo a Corregedora de Polícia, nos últimos anos, o número de registros caiu, o que não significa uma redução da violência, mas sim do número de mulheres que procuraram ajuda policial.[42]

O estado tem um Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher e dois conselhos municipais, um em Maceió e outro em Arapiraca. Na capital, está localizada a Casa Abrigo Maceió Viva a Vida, e o Centro de Referência Dra. Teresinha Ramires, mantidas pela prefeitura. O serviço de atendimento à mulheres vítimas de violência sexual é feito em um hospital em Maceió.[43]

O governo do estado tem algumas iniciativas de melhorar o atendimento às mulheres em situação de violência. A Secretaria de Justiça e Defesa Social de Alagoas criou o Instituto da Mulher, em Maceió. O atendimento é feito por policiais civis que tenham também formação em Enfermagem, Psicologia ou Direito. O Instituto oferece orientação para as mulheres e faz o encaminhamento para outros serviços, tais como o Centro de Apoio às Vítimas (CAV), Casa Abrigo, Hospitais e Centro de Referência.[44]

Em 2005, além do governo do estado, 15 municípios aderiram ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres.[45] Em 2003, o estado recebeu R$ 90.000,00 da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (2,37% dos repasses da secretaria naquele ano), parte deste recurso destinada ao custeio do curso de capacitação do quadro de profissionais das DEAMs. Em 2004, não há informação sobre a realização de repasses para o estado. Em 2005, o estado recebeu R$ 72.579,50 (0,62% do total de repasses naquele ano) para a organização de cursos no setor de produção rural.[46]

Educação

As taxas de analfabetismo para pessoas com 15 anos ou mais de idade são as maiores do país, tanto para os homens (29,5%), quanto para as mulheres (31,6%). A participação feminina nos grupos com maior escolaridade é a menor na região: entre a população com 12 anos ou mais de estudo a participação feminina é de 55,8% e no grupo que freqüenta o ensino superior é de 52,6%.[47]

Trabalho

A participação feminina na população economicamente ativa é de 39,27%, a menor participação na região nordeste e uma das menores no país. A população feminina ocupada está distribuída em cargos de dirigentes (2,1%), trabalhadores em serviço (28,2%) e trabalhadores agrícolas (32,5%). A população masculina ocupada está distribuída da seguinte forma: em cargos de dirigentes (2,4%), trabalhadores agrícolas (47,5%), trabalhadores em serviço (10,8%).[48]

O rendimento-hora para as mulheres era R$ 3,00, 15,38% superior ao rendimento-hora para os homens que era R$ 2,60. No grupo com 12 anos ou mais de estudos esta situação se inverte. O rendimento-hora para as mulheres era R$ 8,90, 69,5% inferior ao rendimento-hora para os homens que era R$12,80.[49]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era de R$ 116,59 para as mulheres e R$ 136,89 para os homens. Entre os 10% mais ricos o rendimento apurado foi de R$ 1.480,24 para as mulheres e R$ 1.880,24 para os homens. No primeiro grupo, os valores estão baixos em relação à média do país, mas estão próximos da média na região nordeste. No segundo grupo, tanto para homens quanto para as mulheres, os valores são os mais baixos em todo o país, ficando abaixo da média nacional.[50]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm maior risco de serem vítimas de violência do que os brancos. De 2000 a 2002, para cada branco, 5,71 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrado um aumento desta taxa de 5,23 em 2000 para 6,24 em 2002.[51]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 21,84% para a população branca e 34,84% para a população negra. A escolaridade média era de 7,02 anos de estudo para a população branca e 5,16 anos de estudo para população negra.[52]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 259,00 para população branca e R$ 109,38 para população negra – a mais baixa entre os estados do Nordeste. O salário-hora médio era de R$ 3,67 para população branca contra R$ 1,79 para população negra.[53]

Indígenas

Alagoas tem uma população indígena dividida em oito povos:[54]

Nome	População censo/estimativa	Ano
'Jiripancó	1500	1999
Kalankó	230	1999
Karapotó	796	1999
Kariri – Xocó	1.500	1999
Karuazu	?	—
Tingui Botó	350	2002
Wassu	1.447	1999
Xukuru Kariri	1.820	1996

O Estado tem 13 terras indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica:[55]

Situação	Nº de terras
Registradas	2
Homologadas	0
Declaradas	0
Identificadas	1
A Identificar	2
Reservadas/Dominiais	4
Sem Providências	4

Idosos

Em 2004, Alagoas tinha 265.766 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 6,5% da população do estado. Desta população, 43,4% tinha um rendimento médio mensal familiar per capita de meio a um salário mínimo e 20,9% de um a dois salários mínimos.[56]

Migrantes

Em 2004, Alagoas tinha uma população de 213.986 migrantes, o que correspondia a 7,16% da população do estado.[57]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre dois homossexuais assassinados em Alagoas em 2002 e um em 2004.[58]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados diminuiu de 20,1 em 1991 para 5,4% em 2004 (-14,7%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 18,3% em 1991 para 23,8% em 2004.[59]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 29,5% e a média de anos de estudo era de 4,5 anos.[60]

O rendimento/hora da população ocupada era de R$ 2,80, abaixo tanto da média regional de R$ 3,00, como da média nacional de R$ 4,70.[61]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 130,06, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.748,79 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 57,70, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.083,69.[62]

Objetivos do Milênio

	1995	2000	2004
Alfabetização Feminina (%)	67,4	68,1	72,4
Alfabetização Masculina (%)	61,2	65	68,4
Água Canalizada (%)	60,8	80,6	70,1
Esgotamento Sanitário (%)	34,1	24,4	14,1
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	27,0	50,2	38,1
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	79,1	62,5	55,7
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	42,6	42,9	-
Sem Rendimento (%) *	45,7	53	38,4
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	25,4	25	39,3
Telefone (%)	12,2	21,2	20,2
Computador (%)	-	4,2	5,5

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
4.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
5.Agência Alagoas (www.agenciaalagoas.com.br).
6.Dados do efetivo policial em 2003, da Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003, do IBGE (www.ibge.gov.br).
7.Brasil, IBGE 2005.
8.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
9.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005
10.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
11.Brasil, Ministério da Justiça 2004b.
12.Brasil, IBGE 2005.
13.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
14.Mesquita e Loche 2005.
15.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005
16.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
17.Brasil, Câmara dos Deputados, Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste 2004.
18.Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/s.
19.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
20.Waiselfisz 2004.
21.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004.
22.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2005.
23.Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, "Cadastro dos Empregadores", atualizado em 08/09/2005 e 19/01/2006. Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004 e 2005.
24.Brasil, Depen 2006.
25.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
26.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.

27.Lemgruber 2004.
28.Lemgruber 2004.
29.Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP 2004.
30.*Agência Alagoas* (www.agenciaalagoas.com.br/notas_texto.asp?id=377), "Morte de Vereador", 01/04/05.
31.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12/01/2006.
32.Brasil, IBGE 2006. Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
33.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
34.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
35.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
36.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no website da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
37.Brasil, IBGE 2006.
38.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
39.Mesquita e Affonso 2002.
40.Waiselfisz 2004.
41.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
42.Fórum de Entidades Autônomas de Mulheres de Alagoas. 2003.
43.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
44.Agência Alagoas (www.agenciaalagoas.com.br/noticias_texto.asp?id=6692), "Instituto da Mulher tem papel fundamental na solução de conflitos", 18/08/06.
45.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm/index.htm).
46.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidência.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
47.Brasil, IBGE 2006.
48.Brasil, IBGE 2006.
49.Brasil, IBGE 2006.
50.Brasil, IBGE 2006.
51.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM).
52.Pnud 2004.
53.Pnud 2004.
54.Instituto Sócio Ambiental – ISA (www.socioambiental.org).
55.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br). Dados de 17 de dezembro de 2004.
56.Brasil, IBGE 2006.
57.Brasil, IBGE 2006.
58.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2006 e 2005.
59.Brasil, IBGE 2006.
60.Brasil, IBGE 2006.
61.Brasil, IBGE 2006.
62.Brasil, IBGE 2006.

5.2 Bahia

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

A Bahia tem uma área de 564.692,669 km2 e população de 13.815.334 habitantes (24,47 hab/km2), divididos em 415 municípios.[1] Salvador, capital do estado, tem uma população de 2.673.560 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na Bahia passou de 0,590 em 1991 para 0,688 no ano 2000 (+ 16,62%).[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0,536, o mais baixo da região nordeste, abaixo da média regional de 0,571 e nacional de0,559.[4]

Estrutura Institucional

A Bahia tem uma Secretaria de Estado da Segurança Pública, à qual estão vinculadas a Polícia Civil, Polícia Técnica, Polícia Militar e Detran. A Secretaria possui uma Corregedoria Geral (criada pela lei estadual 8.538, de 20 de dezembro de 2002), que recebe e investiga reclamações contra todos os profissionais da área, e um Conselho Estadual de Segurança Pública.[5]

O estado tem ainda uma Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, à qual estão vinculadas as superintendências de Assuntos Penais, de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos e de Proteção e Defesa do Consumidor, a Defensoria Pública, o Programa de Apoio e Proteção a Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas da Bahia (Provita-BA), o Centro de Atendimento às Vítimas da Violência na Bahia (Ceviba) e a Central de Apoio e Acompanhamento das Penas Alternativas (Ceapa). Também estão vinculados à secretaria: o Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra, Conselho Penitenciário, o Conselho Estadual de Entorpecentes, e o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor.[6]

A Bahia tem uma Ouvidoria Geral do Estado, e uma Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública, que, entretanto, não têm autonomia em relação à Secretaria de Segurança Pública. O estado não tem uma ouvidoria específica do sistema penitenciário.

O efetivo policial era 30.834 em 2003, sendo 5.783 policiais civis, 565 peritos, 27.614 policiais militares e 2.872 bombeiros militares, o que representa 1 policial para cada 436 habitantes.[7] Cento e oitenta e oito municípios tinham guarda municipal em 2004, com um efetivo total de 6.739 guardas.[8]

A Bahia possui 415 municípios, dos quais 170 constituem sede de comarca.[9] Em 2004, atuavam no estado 538 juízes, sendo 508 na primeira instância e 30 na segunda instância – o que corresponde a uma taxa de 3,93 juízes por 100.000 habitantes.[10] Havia ainda 41 juízes na primeira instância da justiça federal, em 2003.[11]

A Defensoria Pública foi criada em 1986 e conta com 102 defensores.[12] O estado tem 37 juizados especiais criminais e 67 juizados especiais cíveis.[13] Tem ainda seis programas de administração alternativa de conflitos.[14]

Políticas de Direitos Humanos

A Bahia não tem um plano estadual de direitos humanos. Em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, tem um Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas e um Centro de Atendimento a Vítimas da Violência. O estado tem ainda, em parceria com o Ministério da Justiça, uma Central de Aplicação de Penas Alternativas e um programa destinado a ressocialização de presos no sistema penitenciário (Programa Liberdade e Cidadania).[15]

De 2002 a 2004, a Bahia assinou 32 convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 4.785.550, 37. Destes convênios, seis foram referentes à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, cinco à promoção dos direitos da criança e do adolescente, um à assistência a vítimas e testemunhas, onze à promoção dos direitos humanos (balcões de direito, mediação de conflitos, direitos de minorias), um a direitos humanos dos jovens, seis à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, e dois paz nas escolas.[16]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas da Bahia foi de 4,27%. A despesa média da justiça estadual por habitante foi de R$ 40,41. A participação da assistência judiciária gratuita no total das despesas justiça estadual foi 0,25% e no total das despesas públicas foi de 0,01%, o que representa um investimento médio de R$ 0,10 por habitante. O total

de pessoas atendidas foi de 168.975 e a taxa de congestionamento da justiça estadual foi de 87,18% na primeira instância, 89,42% na segunda instância e 75,82% no juizado especial.[17]

Direito à Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Violência Policial, Execução, Tortura

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste apresentou relatório em 2004, segundo o qual na Bahia: "Camaçari, Feira de Santana, Cruz das Almas, Juazeiro, Senhor do Bonfim, Santo Antônio de Jesus e bairros periféricos de Salvador são áreas de atuação mais intensa. Tráfico de drogas, máfia do combustível e roubos de cargas são os pontos de atuação do extermínio. No sertão baiano, mais precisamente na cidade de Juazeiro, um grupo agia sob o conhecimento e, segundo denúncia, sob o comando do Coronel da PM, Carlos Alberto Muller Andrare, que era comandante da PM de Juazeiro entre 1999 e 2003. Pelo menos 198 jovens foram assassinados 'por encomenda' na região".[18]

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 99 denúncias de tortura praticada por agentes públicos na Bahia, sendo 21 na capital e 78 no interior. Das 99 denúncias, 20 foram arquivadas devido a dados insuficientes. Sessenta e três denúncias foram enviadas ao Ministério Público, que não se manifestou em relação a 58 denúncias, devolveu quatro por dados insuficientes e abriu investigação de um caso. Nove denúncias foram encaminhadas à corregedoria da Polícia Militar, sem nenhuma resposta. Vinte e sete denúncias foram encaminhadas à corregedoria da Polícia Civil, que resultaram na abertura de um inquérito.[19]

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, 179 casos de violência policial na Bahia, com 261 vítimas fatais e 249 feridas, 41 casos de execução sumária, com 89 vítimas fatais e dez feridas, e 180 casos de linchamento com 158 vítimas fatais e 31 feridas.[20]

Violência Urbana

Em 2002, a Bahia registrou 1.731 mortes por homicídio (13,0/100 mil hab.), das quais 585 em Salvador (23,2/100 mil hab.). Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 23,1/100 mil no estado e 49,4/100 mil na capital.[21]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 51 conflitos de terra, envolvendo 31.529 pessoas, que resultaram em uma morte.[22] Em 2004, de janeiro a agosto, foram 88 conflitos, envolvendo 95.397 pessoas, sem mortes. Em 2005, no mesmo período, foram 61 conflitos, envolvendo 47.330 pessoas, que resultaram em três mortes.[23]

Trabalho Escravo/Forçado

No Nordeste, de 2003 a 2005, a Bahia é o estado com o segundo maior número de denúncias de trabalho escravo (atrás apenas do Maranhão), e o estado com número de trabalhadores resgatados da condição de escravidão. Houve registro de cinco denúncias de trabalho escravo na Bahia em 2003, com a libertação de 1.870 trabalhadores, quatro denuncias em 2004, com 119 trabalhadores libertados, e quatro denúncias de janeiro a junho de 2005, com 186 pessoas libertadas da no período. [24]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

Na Bahia, a população prisional em dezembro de 2005 era de 7.144 presos, todos em unidades do sistema penitenciário. O número de presos provisórios era 5.236 (73,29%), a mais alta porcentagem de presos provisórios na região nordeste e no país, sendo 5.066 homens e 170 mulheres. O número de presos condenados era 1.908 (26,71%), sendo 1.732 homens e 176 mulheres. Dos presos condenados, 975 estavam em regime fechado, 665 em regime semi-aberto, 185 em regime aberto e 83 em medida de segurança.[25]

A população prisional diminuiu de 13.404 presos em 2002 para 7.144 em 2005 (-46,70%). A taxa de encarceramento de presos por 100 mil habitantes passou de 100,61 em 2002 para 51,71 em 2005 (- 94,56%), a mais baixa entre os estados da Região nordeste e do país.[26]

O número total de vagas no sistema penitenciário passou de 4.086 em 2002 para 5.256 em 2005 (+ 2,30%), e o déficit de vagas caiu de 5.294 para 1.888 (- 64,34%). O número de presos por vaga caiu de 2,30 em 2002 para 1,36 em 2005 (- 40,87%).[27]

Em 2003, de um total de 9.717 presos, 490 estudavam (9,1%) e 789 trabalhavam (14,7%). Dos 5.376 presos no sistema penitenciário, 911 tinham

alguma doença grave, o que representava à época quase 17% do total de internos: 23 eram HIV positivo; 18 tinham tuberculose; 2, hepatite; e 868, outras doenças.[28]

No mesmo ano, dos 1.721 funcionários do sistema penitenciário, 67 eram responsáveis pela área técnica, 439 estavam na área administrativa, e 1.215 compunham a equipe de segurança. Apesar do elevado número de funcionários ligados à segurança – mais de 70% do total – no ano de 2002 ocorreram oito rebeliões e 273 fugas. Além disso, 318 sindicâncias foram instauradas entre 2001 e 2003, das quais resultaram 39 inquéritos administrativos.[29]

Liberdade de Expressão e de Assembléia

Imprensa – ameaças e agressões

Jutan Araújo, cronista da TV Camaçari, recebeu ameaças de morte por telefone em agosto de 2002, depois de ter feito, em princípios de julho, reportagem sobre grilagem de terras em Camaçari.[30]

Em março de 2002, Andréa Vaz, colaboradora do jornal *A tarde*, foi agredida por policiais e presa por desacato à autoridade ao presenciar e registrar ocorrência de omissão policial durante espancamento de Sônia Margarida dos Santos em Brotas.[31]

Liberdade de Participação Política

Políticos – assassinatos

Valdenor Cordeiro da Silva (PSDB), prefeito de Jussari, empossado em 1º de janeiro de 2005, foi encontrado morto em sua casa no dia seguinte. Em 16 de dezembro de 2004 ele denunciara, no programa Ponto Quatro, na Rádio Difusora de Itabuna, que estava sendo ameaçado de morte. Os autores das ameaças teriam dito que ele tinha sido eleito, mas não iria governar a cidade. As investigações realizadas sobre o caso trouxeram mais dúvidas e especulações do que respostas sobre a causa da morte do político. Vários laudos foram feitos e dois delegados presidiram o inquérito aberto para apurar as causas da morte, mas as dúvidas não foram eliminadas. Ainda não se sabe ao certo se a morte do ex-prefeito foi natural ou se ele foi envenenado. Um desses laudos afirma que não houve qualquer violência na morte do ex-prefeito e que não foi identificada qualquer substância letal. Porém sugere a

existência de danos à saúde de Valdenor Cordeiro causado por uma substância derivada de agrotóxico. Entretanto, em depoimento uma testemunha indica que houve assassinato, já que viu cinco homens entrando na casa de Valdenor Cordeiro no dia da sua morte. O caso, que teve repercussão em todo o país, é fonte de indignação por estar praticamente esquecido pelas autoridades.[32]

William Faria Valadão, prefeito de Maiquinique, município a 600 km de Salvador, foi assassinado na cidade de São Paulo no dia 23 de março de 2002. Valadão era dono de uma empresa de limpeza de condomínios em São Paulo e a polícia acredita que o assassinato tenha sido motivado por vingança.[33]

Crianças e Adolescentes

Na Bahia, há 84 conselhos tutelares, 228 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, cinco delegacias especializadas em crianças e adolescentes, duas promotorias da infância e da juventude, sete varas da infância e da juventude e três centros de defesa dos diretos das crianças e adolescentes.[34]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 12,3% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 16,1% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005..[35]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 1.063 denúncias da Bahia (8,48 por 100 mil habitantes).[36]

Trabalho Infanto-Juvenil

Na Bahia, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 24,3% da população total desta idade em 1995 para 8,6% em 2000, mas subiu para 15,4% em 2004.[37]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 62.199 crianças em 57 municípios do estado no início de 2005.[38]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, Alagoas tinha 475 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 292 (61%) em meio fechado e 183 (39%) em meio aberto.[39]

Mulheres

A população da Bahia está composta por 49,41% de homens (6.770.753) e 50,59% de mulheres (6.933.821). A esperança de vida ao nascer é de 68,7 anos para os homens e 74,5 anos para as mulheres.[40]

Em 2003, foram registradas 1.117 ocorrências de estupro no estado, com uma taxa de 16,43 ocorrências por 100 mil mulheres. Na capital, foram registradas 322 (28,83% das ocorrências e 19,90% da população feminina), o que representa 23,8 ocorrências/100 mil mulheres. De 2001 a 2003, esta taxa apresentou movimento decrescente: em 2001, foram 30,0 ocorrências/100 mil mulheres; em 2002, foram 29,6 ocorrências/100 mil mulheres. Apesar desta queda, a taxa média no período (27,8/100 mil mulheres) permanece acima da média nacional (20,7/100 mil).[41]

A comparação entre os dados de homicídio mostra que houve declínio no número de mortes violentas de mulheres. Em 2000, foram 3,2 homicídios por 100 mil habitantes.[42] Em 2002, 119 mulheres foram assassinadas (1,8/100 mil habitantes), sendo 43 na faixa etária de 15 a 24 anos (0,3/100 mil habitantes).[43]

O estado tem cinco Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs), uma em Salvador. Além do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, há 11 conselhos municipais na Região Metropolitana de Salvador e no interior do estado. O estado tem apenas uma casa-abrigo, "Pousada Maria", na Região Metropolitana de Salvador. Tem dois centros de referência para atendimento da mulher, e um aguardando instalação. Em Salvador, existem serviços de atendimento às vítimas de violência sexual em três hospitais do município.[44]

Em 2005 e 2006, quatro municípios aderiram ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres.[45] Em 2003, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres repassou R$ 270.000,00 para o estado (7,11% dos recursos repassados pela secretaria naquele ano). Em 2004, foram R$ 171.156,10 (1,68% dos recursos), e, em 2005, foram R$ 563.704,84 (4,84% dos recursos). A maior parte destes recursos foi empregada na instalação de serviços para atendimento de mulheres em situação de violência.[46]

Educação

No estado da Bahia a taxa de analfabetismo para pessoas de 15 anos ou mais de idade é de 20,9% para os homens e 20,0% para as mulheres. Na Região Metropolitana de Salvador são, respectivamente, 6,1% e 7,5%. As mulheres correspondem à maior parte da população com 12 anos ou mais de estudo (55,2%) e na população que freqüenta o ensino superior (59,0%).[47]

Trabalho

A participação feminina na população economicamente ativa é de 41,42% no estado. Na Região Metropolitana de Salvador é um pouco maior, 48,65%.[48] A população feminina ocupada está distribuída em cargos de dirigentes (2,7%), trabalhadores em serviço (26,6%) e trabalhadores agrícolas (33,0%). Na população masculina ocupada a proporção nestes grupos é de 3,5%, 10,0% e 43,7%.[49]

No estado o rendimento-hora médio para as mulheres era de R$ 2,80, 12,5% inferior ao rendimento-hora médio para os homens que era de R$ 3,20. No grupo com 12 anos ou mais de estudos o rendimento-hora para as mulheres era de R$ 9,30, 49,73% inferior ao rendimento para os homens que era de R$ 18,50. Na região metropolitana as diferenças são ainda maiores: o rendimento médio para as mulheres era de R$ 3,70/hora, 28,85% inferior ao rendimento para os homens R$ 5,20. No grupo com 12 anos ou mais de estudos as mulheres recebiam R$ 10,20/hora, 54,1% inferior ao valor para os homens que era de R$ 22,20.[50]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era de R$ 98,12 para as mulheres e R$ 154,69 para os homens. Entre os 10% mais ricos o rendimento apurado foi de R$ 1655,00 para as mulheres e R$ 2171,02 para os homens.[51]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm maior risco de serem vítimas de violência do que os brancos. De 2000 a 2002, para cada branco, 9,05 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrada uma redução desta taxa de 9,80 em 2000 para 8,89 em 2002.[52]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 17,83% para a população branca e 22,46% para a população negra. A escolaridade média era de 7,03 anos de estudo para a população branca e 5,93 anos de estudo para população negra.[53]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 288,45 para população branca e R$ 144,74 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 4,31 para população branca contra R$ 2,06 para população negra.[54]

Indígenas

A Bahia tem uma população indígena dividida em 10 povos indígenas:[55]

Nome	População censo/estimativa	Ano
Kaimbé	1.270	2001
Kantaruré	353	2003
Kiriri	1.401	2003
Pankararé	1.500	2001
Pankaru	84	1999
Pataxó	2.790	2001
Pataxó Hã-Hã-Hãe	2.219	2005
Tumbalalá	900	2001
Tupinambá	?	—
Tuxá (BA / PE)	1.630	1999

O Estado tem 25 terras indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica:[56]

Situação	Nº de terras
Registradas	9
Homologadas	0
Declaradas	2
Identificadas	0
A Identificar	5
Reservadas/Dominiais	5
Sem Providências	4

Os indígenas Pataxó Hã-Hã-Hãe, da Terra Indígena Caramuru – Catarina Paraguassu, no Município de Pau Brasil, Bahia, tiveram sua área demarcada em 1937 pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Mas a terra foi administrada pela política de "arrendamentos" (nome das que são atualmente as "parcerias" entre índios e os monocultores). Com a invasão do cacau na região, os índios foram aos poucos tendo que deixar suas terras, até terem sido praticamente todos expulsos na década de 1960. O estado passa então a titular das áreas da terra indígena. Dispersos por todo o Brasil os Pataxó Hã-Hã-Hãe começam a lutar pela recuperação de suas terras em 1982, com uma ação de nulidade de títulos, que foram distribuídos pelo estado aos "arrendatários". Mas o processo tramita até hoje nos tribunais brasileiros.[57]

Os fazendeiros da região contratam pistoleiros como seguranças contra os índios. Muitos deles oriundos de grandes centros urbanos, o que causa insatisfação à comunidade da cidade de Pau Brasil, devido aos crimes que têm ocorrido desde o ano de 2002.[58]

Como estão sem terra, muitos índios acabam aceitando trabalhar em fazendas da região, recebendo R$ 5, 00 ao dia. Além de receberem constantes ameaças de morte de grileiros e madeireiros.[59]

Idosos

Em 2004, a Bahia tinha 1.280.166 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 2,6% da população do estado. Desta população, 44,0% tinha um rendimento médio mensal familiar per capita de meio a um salário mínimo e 22,4% de um a dois salários mínimos.[60]

Migrantes

Em 2004, a Bahia tinha uma população de 936.360 migrantes, o que correspondia a 6,83% da população do estado.[61]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre 20 homossexuais assassinados na Bahia em 2002, 11 em 2003, oito em 2004 e sete em 2005.[62]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados diminuiu de 11,8% em 1991 para 5,3% em 2004 (-6,5%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 16,4% em 1991 para 23,5% em 2004.[63]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 20,4 e a média de anos de estudo era de 5,2 anos.[64]

O rendimento/hora da população ocupada era de R$ 3,00, a mesma que a média regional R$ 3,00, mas abaixo da média nacional de R$ 4,70.[65]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 133,57, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.992,09 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 72,71, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.286,33.[66]

Objetivos do Milênio

	1995	2000	2004
Alfabetização Feminina (%)	69,9	77,5	80
Alfabetização Masculina (%)	67,5	76,2	79,1
Água Canalizada (%)	54,7	89,4	74,3
Esgotamento Sanitário (%)	37,9	40,1	48,5
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	77,7	50,9	72,0
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	52,8	41	36,7
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	68,8	56,5	-
Sem Rendimento (%) *	28	48,1	32,1
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	23	27,4	43,9
Telefone (%)	12,2	24,5	29,3
Computador (%)	-	5,2	7,4

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
4.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
5.Estado da Bahia (www.ba.gov.br), páginas da Secretaria da Segurança Pública.
6.Estado da Bahia (www.ba.gov.br), páginas da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos.
7.Dados do efetivo policial em 2003, da Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003 do IBGE (www.ibge.gov.br).
8.Brasil, IBGE 2005.
9.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
10.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
11.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
12.Brasil, Ministério da Justiça 2004b.
13.Brasil, IBGE 2005.
14.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
15.Estado da Bahia (www.ba.gov.br), páginas da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos.
16.Mesquita e Loche 2005.
17.Relatório Anual do Conselho Nacional de Justiça: Justiça 2005
18.Brasil, Câmara dos Deputados, Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste, 2004.
19.Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/d.
20.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
21.Waiselfisz 2004.
22.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004.
23.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2005.
24.Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, "Cadastro dos Empregadores", atualizado em 08/09/2005 e 19/01/2006; Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004 e 2005.
25.Brasil, Depen 2006.
26.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.

27.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
28.Lemgruber 2004.
29.Lemgruber 2004.
30.Asociación para la Defensa del Periodismo Independiente.
31.Asociación para la Defensa del Periodismo Independiente.
32.*Agora*, "Morte de Valdenor será amplamente investigada", 04/01/2005; e *Atlântica News*, "Prefeito de Jussari tinha agrotóxico no corpo", 28/01/2005, "Delegado especial chega para investigar morte de Valdenor Cordeiro", 21/02/2005, "Morte de Valdenor Cordeiro é esquecida pela polícia", 31/03/2005, e "Tem fumaça no ar", 28/04/2005.
33.*Correio da Bahia* e Rádio Bandeirantes.
34.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12/01/2006.
35.Brasil, IBGE 2006. . Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
36.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
37.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
38.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
39.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no website da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
40.Brasil, IBGE 2006.
41.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança – Senasp (www.mj.gov.br/senasp/).
42.Mesquita e Affonso 2002.
43.Waiselfisz 2004.
44.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
45.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm/index.htm).
46.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
47.Brasil, IBGE 2005.
48.Brasil, IBGE 2006.
49.Brasil, IBGE 2006.
50.Brasil, IBGE 2006.
51.Brasil, IBGE 2006.
52.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
53.Pnud 2004.
54.Pnud 2004.
55.Instituto Sócio Ambiental – ISA (www.socioambiental.org).
56.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br). Dados atualizados em 17/12/2004.
57.Brasil, Câmara dos Deputados, Comissão de Direitos Humanos, VIII Caravana de Direitos Humanos 2003.
58.Relatório da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDH), "Conflitos em Terras Indígenas", VIII Caravana de Direitos Humanos, 2003.
59.O cacique Zelito denunciou as ameaças de mortes para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, na visita à Terra Indígena Caramuru realizada no dia 14 de outubro de 2003.
Relatório CDH, "Conflitos em Terras Indígenas", VIII Caravana de Direitos Humanos, 2003
60.Brasil, IBGE 2006.
61.Brasil, IBGE 2006.
62.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2006 e 2005.
63.Brasil, IBGE 2006.
64.Brasil, IBGE 2006.
65.Brasil, IBGE 2006.
66.Brasil, IBGE 2006.

5.3 Ceará

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

O Ceará tem uma área de 148.825,602 km2 e população de 8.097.276 habitantes (54,41 hab/km2), divididos em 184 municípios.[1] Fortaleza, capital do estado, tem uma população de 2.374.944 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Ceará passou de 0,593 em 1991 para 0,700 no ano 2000 (+ 18,04%).[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0,568, acima da média regional de 0,571 e nacional de 0,559.[4]

Estrutura Institucional

O Ceará tem uma Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, à qual estão vinculados: a Polícia Civil, o Instituto Médico Legal, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. A Secretaria possui uma Corregedoria Geral e uma Ouvidoria dos Órgãos de Segurança Pública e Defesa Social, que não têm, entretanto, autonomia em relação à secretaria. A Polícia Civil e a Polícia Militar têm ouvidorias próprias.[5]

O estado tem ainda uma Secretaria de Justiça e Cidadania, à qual estão vinculados: Coordenadoria do Sistema Penal, Conselho Penitenciário do Estado, Conselho Estadual Anti-Drogas, Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, e Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, e o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita-CE).[6]

O efetivo policial era 16.307 em 2003, sendo 1.971 policiais civis, 246 peritos, 12.636 policiais militares e 1.455 bombeiros militares, o que representa 1 policial para cada 476 habitantes.[7] Cinqüenta e quatro municípios tinham guarda municipal em 2004, com um efetivo total de 3.514 guardas.[8]

O Ceará possui 184 municípios, dos quais 136 constituem sede de comarca.[9] Em 2004, atuavam na justiça estadual 358 juízes, sendo 289 na primeira instância, 23 na segunda instância e 46 em juizados especiais – o que corresponde a uma taxa de 4,49 juízes por 100 mil habitantes.[10] Havia ainda 23 juízes na primeira instância da justiça federal, em 2003.[11]

A Defensoria Pública foi criada em 1997 e conta com 157 defensores.[12] O estado tem 78 juizados especiais criminais e 93 juizados especiais cíveis.[13] Tem ainda três programas de administração alternativa de conflitos.[14]

Políticas de Direitos Humanos

De 2002 a 2004, o Ceará assinou 14 convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 1.009.600,89. Destes convênios, três foram referentes à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, três à promoção dos direitos da criança e do adolescente, um à proteção de vítimas e testemunhas, dois à promoção dos direitos humanos (observatório de justiça e cidadania, direito e cidadania), e cinco à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência.[15]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Ceará foi de 3,83%. A despesa média anual da justiça estadual por habitante foi de R$ 33,56. O estado não disponibilizou informações sobre a assistência judiciária gratuita. O total de pessoas atendidas foi de 240.832 e a taxa de congestionamento da justiça no estado foi de 92,51% na primeira instância, 93,56% na segunda instância e de 85,52% no juizado especial.[16]

Em 2003, foram distribuídos na primeira instância da justiça federal 43.299 processos, dos quais 22.980 foram julgados, o que representa um total de 53% de processos julgados.[17]

Direito à Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Violência Policial, Execução, Tortura

Uma Comissão Especial para Investigar a Ação de Grupos de Extermínio no Estado do Ceará, estabelecida pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, em maio-junho de 2005, concluiu que havia um grupo de extermínio integrado por policiais militares, empregados ilegalmente em serviços de segurança privada, fornecendo serviços para a rede de farmácias "Pague Menos". A Comissão concluiu ainda que a intervenção da Polícia Federal e do Ministério Público Federal foi crucial para demonstrar a exis-

tência deste grupo de extermínio, uma vez que a polícia praticamente não investigou os casos de execução sumária. O Ministério Público Federal apresentou ao Judiciário três casos, envolvendo mais de trinta homicídios, com características similares, no curso da investigação de oito casos.[18]

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste apresentou relatório em 2004, segundo o qual: "A pistolagem no Ceará é formada por simbolismo e rígidos códigos de conduta. Em anos de eleição, a pistolagem é mais acentuada. A região do Vale do Jaguaribe é conhecida como o celeiro dos pistoleiros. As pessoas são executadas por motivo de vingança, queima de arquivo, envolvimento com o crime organizado e divergências políticas. Também são alvos dos exterminadores trabalhadores rurais, líderes sindicais e de associações, mototaxistas, topiqueiros, empresários, estudantes, radialistas, advogados, políticos, comerciantes e outros".[19]

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 32 denúncias de tortura praticada por agentes públicos no Ceará, sendo 15 na capital e 19 no interior. Das 32 denúncias, oito foram arquivadas devido a dados insuficientes. Dezesseis foram enviadas ao Ministério Público, que investigou sete e não prestou informações sobre nove denúncias. A Corregedoria Geral dos Órgãos de Segurança não prestou informações sobre 11 denúncias (três referentes a policiais militares e oito a policiais civis) encaminhadas pelo serviço.[20]

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, 109 casos de violência policial no Ceará, com 93 vítimas fatais e 603 feridas, 25 casos de execução sumária, com 43 vítimas fatais e 25 feridas, e 17 casos de linchamento com seis vítimas fatais e cinco feridas.[21]

Violência Urbana

Em 2002, o Ceará registrou 1.443 mortes por homicídio (18,9/100 mil hab.), das quais 707 em Fortaleza (31,8/100 mil hab.). Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 31,0/100 mil no estado e 55,6/100 mil na capital.[22]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 13 conflitos de terra, envolvendo 8.595 pessoas, sem mortes.[23] Em 2004, de janeiro a agosto, foram 11 conflitos, envolvendo 14.875 pessoas, sem mortes. Em 2005, no mesmo período, foram 15 conflitos, envolvendo 13.510 pessoas, sem mortes.[24]

Trabalho Escravo/Forçado

Não houve registro de denúncias de trabalho escravo no Ceará entre 2003-2005, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego e a Comissão Pastoral da Terra.[25]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

No Ceará, a população prisional em dezembro de 2005 era de 11.130 presos, sendo 10.116 em unidades do sistema penitenciário (39,05%) e 1.014 em unidades policiais (9,11%). No sistema penitenciário, o número de presos provisórios era 3.950 (39,05%), 3.781 homens e 169 mulheres. O número de presos condenados era 6.166 (60,95%), sendo 5.945 homens e 221 mulheres. Dos presos condenados, 3.759 estavam em regime fechado, 1.674 em regime semi-aberto, 585 em regime aberto e 148 em medida de segurança.[26]

A população prisional aumentou de 6.920 presos em 2002 para 11.130 em 2005 (+ 60,84%). A taxa de encarceramento de presos por 100 mil habitantes passou de 90,40 em 2002 para 137,45 em 2005 (+ 34,23%).[27]

O número total de vagas no sistema penitenciário passou de 4.839 em 2002 para 5.903 em 2005 (+ 21,99%), mas o déficit de vagas aumentou de 1.923 para 4.213 (+ 119,08%). O número de presos por vaga aumentou de 1,40 em 2002 para 1,71 em 2005 (+ 22,14%).[28]

A Cadeia de Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza, chegou a ser interditada, a pedido do Ministério Público, em virtude do excedente de presos (75% a mais de sua capacidade) e das condições insalubres do local, até que a Secretaria de Justiça tomasse as providências para recuperar o espaço. Em 20 de maio de 2004, três pessoas morreram em uma rebelião nesta cadeia.[29]

Segundo notícias publicadas na imprensa, ocorreram doze mortes no sistema prisional do estado de janeiro de 2002 a março de 2004:[30]

- 29/01/04 • Francisco Luzimar da Silva, acusado de três homicídios, aparece morto a faca na Cadeia Pública de Juazeiro;
- 25/12/03 • Inácio Loiola Paixão, acusado de estupro, é encontrado morto no 19º DP, no Conjunto Esperança, vítima de múltiplas lesões;
- 04/03/03 • O sul-africano Paul Shanabi, preso por tráfico de cocaína, é morto a pauladas no IPPS;

29/12/02 • Raimundo de Souza Lima é estrangulado no Manicômio Judiciário;

06/10/02 • Raimundo das Chagas Nascimento é assassinado a faca numa briga com outro detento, Cícero Aparecido da Silva, na Cadeia Pública de Nova Russas;

15/07/02 • Raimundo Nonato Lopes, preso por latrocínio, é morto com golpes de faca desferidos pelo companheiro de cela José Valdery Amâncio de Paula, no IPPS;

07/07/02 • Isaías Ferreira da Silva morre baleado em tentativa de fuga no IPPOO; José Newton Almeida da Silva sofre espancamento até a morte na cadeia de Morada Nova;

03/07/02 • Francisco Deniscleiton Souza é assassinado com perfurações de faca no presídio de Crateús;

04/04/02 • Samuel Lima Bezerra de Menezes e Marcelo Xavier de Lima são mortos à bala em tentativa de fuga no IPPOO;

29/01/02 • A detenta Aldacir SilvaCastro é encontrada morta no Presídio Feminino Auri Moura Costa, havendo suspeita de suicídio.

Relatório do representante da OAB-CE no Conselho Penitenciário do Estado pede o fim da terceirização do sistema penitenciário no estado do Ceará e afirma que presídios com administração terceirizada têm vagas ociosas, enquanto os administrados pelo estado e as delegacias ainda não resolveram o problema da superlotação.[31]

O relatório, apresentado pelo Conselho Penitenciário do Estado, ao Ministério da Justiça e ao Ministério Público, também questiona a contratação de uma única empresa para os três presídios administrados pela iniciativa privada no estado: a Companhia Nacional de Administração Prisional Ltda. (Conap). A empresa recebe recursos da Secretaria de Justiça e Cidadania, em situação emergencial, sem contrato. Enquanto nos chamados presídios estatais, onde estão os presos considerados mais perigosos, o governo gasta, oficialmente, R$ 660 por preso, nos geridos pela Conap, o valor per capita divulgado é de R$ 890. O Estado ainda paga remédios, transporte dos presos e infra-estrutura interna, entre outros. A Conap pertence a Luiz Gastão Bittencourt, Manoel Grilo Botelho e José Manuel Cigarro. Os dois últimos eram sócios na Humanitas Administração Prisional Privada, do Paraná, contratada em 2001 pelo governo estadual, sem licitação, para cuidar do primeiro presídio terceirizado no Ceará. Já Bittencourt foi sócio do deputado federal Léo Alcântara (PSDB), filho do governador do Ceará, Lúcio Alcântara, na Serval Vigilância Ltda. e na Praia Mansa Participações e Representações.[32]

Liberdade de Expressão e de Assembléia

Imprensa – assassinatos

Nicanor Linhares Batista, radialista e diretor-proprietário da Rádio "Vale do Jaguaribe AM", foi assassinado dentro do estúdio da própria rádio, em 30 de julho de 2003. Segundo testemunhas, dois homens encapuzados entraram no estúdio e dispararam mais de 10 tiros contra o radialista. Eles teriam fugido em uma motocicleta vermelha, encontrada no dia seguinte pela polícia. Batista era um radialista polêmico que não poupava críticas à má administração pública. Ele já havia sido agredido e ameaçado mais de uma vez por conta de suas denúncias. A polícia prendeu oito suspeitos de envolvimento no assassinato e mais quatro pessoas estão sendo procuradas – uma delas seria o executor do crime. Entre os suspeitos presos há um sargento do Exército. Segundo o delegado regional de Russas, Edmar Beserra Granja, responsável pela apuração do caso, os suspeitos estão envolvidos em outros crimes ocorridos na região nos últimos tempos, incluindo roubo de cargas, assalto a ônibus e assassinatos.[33]

O Ministério Público do Ceará fez a denúncia contra todos os oito envolvidos no caso; mas um dos acusados foi morto numa troca de tiros com a polícia e os demais estão presos – em relação a estes o processo está na fase de conclusão. A pedido do Ministério Público, o ministro Paulo Galotti, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), determinou a abertura de inquérito para investigar a participação do desembargador federal José Maria Lucena, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (de Recife, Pernambuco), e da então prefeita (e mulher do desembargador) de Limoeiro do Norte, Arivan Lucena, acusados de serem os mandantes da morte do radialista. Como a prefeita não foi reeleita, seu inquérito devia ter voltado para a comarca de Limoeiro do Norte. No entanto, até 15 de setembro de 2005, isto ainda não havia acontecido. Já o processo contra o desembargador José Maria Lucena está sendo analisado pelo ministro Hamilton Carvalhido, do Superior Tribunal de Justiça.[34]

Imprensa – agressões

O jornalista Marcelo Fraga, da TV Jangadeiro, foi agredido por Luciano Luque, coordenador de comunicações do Assembléia Legislativa, em 1º de agosto de 2002, quando entrevistava o presidente da Assembléia, deputado Welington Landim. Luque tentou puxar o microfone e colocou por várias vezes a mão na frente da câmera para impedir a gravação de imagens no

plenário. A certa altura Fraga gritou e disse ter levado um soco no estômago, desferido por Luque. Em seguida o coordenador deixou rapidamente o plenário e seguranças da Assembléia Legislativa retiraram o repórter do local.[35]

Liberdade de Participação Política

Políticos – assassinatos

O vereador Raimundo Nonato Sobrinho (PHS), da Câmara Municipal de Tabuleiro do Norte, foi executado a tiros por dois homens não identificados, em 17 de setembro de 2005. Para a polícia, o crime pode estar ligado a pistolagem ou acerto de contas, já que o vereador era investigado por ser mandante de um crime de pistolagem. A polícia apurou que Raimundo Nonato havia mandado matar o mecânico Valdecir Noronha Maia, fato ocorrido no dia 9 de março de 2003. Maia, que era primo do vice-prefeito de Tabuleiro do Norte, Odílio Norões, foi executado pelos pistoleiros Roberto dos Santos Nogueira (morto durante troca de tiros com policiais) e Cássio Santana de Souza (preso no Instituto Penal Paulo Sarasate). De acordo com o que foi apurado no inquérito policial, Nonato Sobrinho tinha um conflito com Maia, devido a construções de caixas d'água na localidade de Olho D'água da Bica, naquele município. O vereador havia sido preso, recentemente, por determinação do juiz Lúcio Alves Cavalcante, daquela Comarca, sob acusação de ter tido participação no assassinato do mecânico, mas estava em liberdade provisória.[36]

Francisco Carneiro da Silva (PC do B), vereador em Santana do Acaraú, foi vítima de um atentado no dia 04 de novembro de 2003. Carneiro foi alvo de tiros quando saía com sua esposa de sua residência. O vereador conseguiu escapar dos tiros, mas sua esposa, Maria do Socorro Oliveira da Silva, foi atingida no pescoço e faleceu. Segundo Carneiro, o crime teve conotação política, uma vez que ele presidia comissões processantes, que investigavam denúncias contra a administração do município. Três suspeitos foram presos pela polícia. Um deles, Ronaldo Rodrigues da Silva, acusou o prefeito de Santana do Acaraú, José Aldenir Farias (PSDB), de ser o mentor intelectual e mandante do crime, e disse ter sido contratado por R$ 5.000 para matar o vereador. O prefeito José Aldeny Farias, que chegou a ser afastado do cargo por improbidade administrativa, negou qualquer participação no crime.[37]

Ilário Marques (PT), prefeito de Quixadá, foi vítima de tentativa de homicídio no dia 16 de outubro de 2003, por volta da meia noite, em um restaurante da cidade. O agressor, José Helder Rodrigues, disparou dois

tiros, que não chegaram a atingir o prefeito. Chegou a ser preso pela polícia, por quatro dias, mas aguarda o julgamento em liberdade. Rodrigues é ligado ao grupo que faz oposição ao prefeito na administração petista e irmão de um médico que teria sido injustamente demitido pelo prefeito.[38]

Criança e Adolescente

No Ceará, há 123 conselhos tutelares, 185 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, seis delegacias especializadas em crianças e adolescentes, sete promotorias da infância e da juventude, dez varas da infância e da juventude e dois centros de defesa dos diretos das crianças e adolescentes.[39]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 23,1% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 28,5% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[40]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 917 denúncias do Ceará (13,47 por 100 mil habitantes).[41]

Trabalho Infanto-Juvenil

No Ceará, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 27,2% da população total desta idade em 1995 para 9,4% em 2000, mas subiu para 14,3% em 2004.[42]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 12.155 crianças em 69 municípios do estado no início de 2005.[43]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, o Ceará tinha 2.659 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 481 (18%) em meio fechado e 2.178 (82%) em meio aberto.[44]

Mulheres

A população do Ceará está distribuída em 49,41% de homens (6.770.753) e 50,59% de mulheres (6.933.821). A esperança de vida ao nascer era de 64,9 anos para os homens e 73,7 anos para as mulheres.[45]

Em 2003, foram registradas 92 ocorrências de estupro no estado (2,32/100 mil mulheres). Na capital, que tem 30,23% da população feminina, foram registradas 45,65% (42) das ocorrências no estado. A comparação no período de 2001 a 2003 mostra que houve uma redução no número de ocorrências registradas: a taxa por 100 mil foi 4,1 em 2001, 3,9 em 2002 e 2,3 em 2003. No período a média das taxas foi de 3,8 ocorrências por 100 mil mulheres, a mais baixa em todos os estados e bastante abaixo da média nacional (20,7).[46]

A comparação entre os dados de homicídio mostra que houve aumento no número de mortes violentas de mulheres. Em 2000, foram 2,8 homicídios por 100 mil habitantes.[47] Em 2002, 124 mulheres foram assassinadas (3,1/100 mil habitantes), sendo 44 na faixa etária de 15 a 24 anos (5,5/100 mil habitantes).[48] Entidades de defesa dos direitos da mulher denunciam o sub-registro de homicídios de mulheres em 2005: 118 mulheres teriam sido assassinadas de acordo com notícias publicadas na imprensa, enquanto as ocorrências registradas foram 98 em 2005 e 104 em 2004.[49]

O estado possui sete delegacias de polícia de atendimento à mulher. Além do Conselho Estadual de Direitos da Mulher, em Fortaleza, há cinco conselhos municipais. Há uma casa abrigo instalada em Fortaleza, e outra em Juazeiro do Norte, que, embora tenha sido construída, nunca foi ativada. O estado não tem centro de referência para a mulher e os três serviços de atendimento para mulheres vítimas de violência sexual são em hospitais de Fortaleza.[50]

Entidades de defesa dos direitos da mulher na região de Sobral denunciam desde 2003, quando a DEAM foi instalada no município, que a delegacia não cumpre de fato o seu papel de assegurar o acesso às mulheres à justiça.[51]

Para oferecer melhor atendimento às mulheres vítimas de violência, o governo estadual declarou 2005 o Ano Estadual de Mulher. Com o programa "Por amor à vida da mulher: compromissos do Governo do Estado do Ceará para 2005", as secretarias estaduais lançaram projetos e programas de melhoria de atendimento e oferta de novos serviços para atender mulheres vítimas de violência doméstica e sexual. No documento de balanço das ações, observa-se que, do total de 42 compromissos assumidos pelo governo, 25 (59,52%) foram realizados plenamente e 8 (19,05%) parcialmente realizados no final daquele ano.[52]

Em 2005, cinco municípios fizeram sua adesão ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres.[53] Em 2004 e 2005, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres repassou recursos o estado e municípios. Em 2004, foram repassados R$ 497.631,26 (4,87% do total de recursos repassados). Em 2005, R$ 357.475,94 (3,07% do total), parte deste recurso empregado na criação de centros de referência e reforma da casa abrigo.[54]

Educação

A taxa de analfabetismo para pessoas com 15 anos ou mais era de 24,9% para os homens e 18,9% para as mulheres. Na Região Metropolitana de Fortaleza, a taxa era de 12,7% para os homens e 10,6% para as mulheres. Entre a população com 12 anos ou mais de estudo a participação feminina era de 63,4%. No grupo que freqüenta o ensino superior, as mulheres representam 55,6%.[55]

Trabalho

A participação feminina na população economicamente ativa era 42,94%. Na Região Metropolitana de Fortaleza, esta participação era de 45,42%. A população feminina ocupada apresenta a seguinte distribuição entre os grupos de ocupação: 3,2% de dirigentes em geral, 25,7% de trabalhadores em serviços e 22,1% de trabalhadores agrícolas. Entre a população masculina são 3,0% de dirigentes, 12% de trabalhadores em serviços e 38% de trabalhadores agrícolas.[56]

O rendimento-hora médio para a população feminina ocupada era de R$ 2,60, 3,7% inferior ao rendimento para os homens que era de R$ 2,70. No grupo com 12 anos ou mais de estudos esta diferença era maior: R$ 7,60, 37,70% inferior ao rendimento para os homens que era de R$ 12,20. Na Região Metropolitana o rendimento médio para as mulheres era de R$ 3,60, 12,20% inferior ao rendimento para os homens que era de R$ 4,10. No grupo com 12 anos ou mais de estudos as mulheres recebiam R$ 9,50, 29,10% a menos do que os homens que recebiam R$ 13,40.[57]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era de R$ 73,39 para as mulheres e R$ 128,27 para os homens. Entre os 10% mais ricos o rendimento apurado foi de R$ 1699,08 para as mulheres e R$ 2138,91 para os homens.[58]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm maior risco de serem vítimas de violência do que os brancos. De 2000 a 2002, para cada branco, 4,11 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrado um aumento desta taxa de 3,50 em 2000 para 5,29 em 2002.[59]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 16,03% para a população branca e 25,99% para a população negra. A escolaridade média era de 7,05 anos de estudo para a população branca e 5,71 anos para população negra.[60]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 231,28 para população branca e R$ 135,23 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 2,90 para população branca contra R$ 1,71 para população negra.[61]

Indígenas

O Ceará tem uma população indígena distribuída em oito povos:[62]

Nome	População censo/estimativa	Ano
Jenipapo	220	1999
Kalabaça	?	—
Kanindé	?	—
Kariri	?	—
Pitaguari	817	1999
Tabajara	?	
Tapeba	2.491	1999
Tremembé	5000	

O Estado tem 10 terras indígenas, que se encontram na seguinte situação jurídica:[63]

Situação	Nº de terras
Registradas	0
Homologadas	1
Declaradas	1
Identificadas	3
A Identificar	0
Reservadas/Dominiais	0
Sem Providências	5
TOTAL	10

Idosos

Em 2004, o Ceará tinha 759.293 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 3,6% da população do estado. Desta população, 47,7% tinham um rendimento médio mensal familiar per capita de meio a um salário mínimo e 18,6% de um a dois salários mínimos.[64]

Migrantes

Em 2004, o Ceará tinha uma população de 402.385 migrantes, o que correspondia a 5,03% da população do estado.[65]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre três homossexuais assassinados na Ceará em 2002, seis em 2003, quatro em 2004 e seis em 2005.[66]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados passou de 9,9% em 1991 para 3,1% em 2004 (-6,8%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 12,3% em 1991 para 21,3% em 2004.[67]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 21,8% e a média de anos de estudo era de 5,4 anos.[68]

O rendimento/hora da população ocupada era de R$ 2,70, abaixo tanto da média regional de R$ 3,00, como também média nacional de R$ 4,70.[69]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 104,79, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.966,94 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 64,35, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.319,91.[70]

Objetivos do Milênio

	1995	2000	2004
Alfabetização Feminina (%)	72,8	77	81,1
Alfabetização Masculina (%)	62,2	69,6	75,1
Água Canalizada (%)	47,5	79,8	75,4
Esgotamento Sanitário (%)	24,8	32,6	38,7
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	76,3	71,8	68,5
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	58,5	39,8	33,2
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	67,0	45,6	-
Sem Rendimento (%) *	43,9	48,1	34,4
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	27,2	28,1	39,8
Telefone (%)	12,2	27,6	25,3
Computador (%)	-	5,0	6,4

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).

4.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
5.Estado do Ceará, Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (www.ce.gov.br e www.seguranca.ce.gov.br), estruturada de acordo com a Lei Estadual 13.297, de 07 de março de 2003.
6.Estado do Ceará, Secretaria da Justiça e Cidadania (www.sejus.ce.gov.br), estruturada de acordo com a Lei Estadual 13.297, de 07 de março de 2003.
7.Dados do efetivo policial em 2003, da Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003 do IBGE (www.ibge.gov.br).
8.Brasil, IBGE 2005.
9.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
10.Brasil, Conselho nacional de Justiça 2005.
11.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
12.Ministério da Justiça 2004a.
13.Brasil, IBGE 2005.
14.Ministério da Justiça 2004b.
15.Mesquita e Loche 2005.
16.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
17.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
18.Brasil, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana 2005.
19.Brasil, Câmara dos Deputados, Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste, 2004.
20.Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/d.
21.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
22.Waiselfisz 2004.
23.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004.
24.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2005.
25.Ministério do Trabalho e Emprego, "Cadastro dos Empregadores", atualizado em 08/09/2005 e 19/01/200619/01/2006. Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004 e 2005.
26.Brasil, Depen 2006.
27.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
28.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
29.*Diário do Nordeste* (www.diariodonordeste.com.br), 03/09/03.
30.*Diário do Nordeste* (www.diariodonordeste.com.br), 23/03/04.
31.*Diário do Nordeste* (www.diariodonordeste.com.br), 03/04/2004.
32.*Folha de S. Paulo*, "Ceará discute 'reestatizar' prisões", 09/05/2005.
33.Sociedade Interamericana de Imprensa, Informe Anual sobre Liberdade de Imprensa; Repórteres sem Fronteiras, Relatório do Comitê para a Proteção dos Jornalistas.
34.Sociedade Interamericana de Imprensa, Informe Anual sobre Liberdade de Imprensa; Repórteres sem Fronteiras, Relatório do Comitê para a Proteção dos Jornalistas.
35. Associação Nacional de Jornais, Relatório Anual sobre Liberdade de Imprensa no Brasil.
36.*O Povo*, "Polícia ainda procura acusados de matar vereador", 19/09/2005; *O Povo*, "Vereador é preso em Tabuleiro", 01/07/2005.
37.Partido dos Trabalhadores-Ceará, Secretaria de Direitos Humanos 2003, *O Povo*, "Suspeitos de atentado contra vereador são presos em Sobral", 07/11/2003; *Agência Folha*, "Mulher de vereador vítima de atentado morre no CE", 01/12/2003.
38.*Diário do Nordeste*, "Prefeito de Quixadá vítima de atentado", 17/10/2003; *O Povo*, "Aposentado tenta matar Ilário Marques", 17/10/2003.
39.Dados do Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12/01/2006.
40.Brasil, IBGE 2006. Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
41.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
42.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
43.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
44.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no website da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
45.Brasil, IBGE 2006.
46.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
47.Mesquita e Affonso 2002.
48.Waiselfisz 2004.
49.Conselho de Direitos da Mulher de Sobral, "Nota de apoio do Conselho de Direitos da Mulher de Sobral à Ação Civil proposta pelo Ministério Público pedindo interdição da DDM de Sobral", em Agência de Notícias Esperança (www.anote.org.br/novosite/destaque.asp?cod=238&busca).
50.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
51.Conselho de Direitos da Mulher de Sobral, Nota de apoio do Conselho de Direitos da Mulher de Sobral à Ação Civil proposta pelo Ministério Público pedindo interdição da DDM de Sobral", em Agência de Notícias Esperança (www.anote.org.br/novosite/destaque.asp?cod=238&busca).

52.Estado do Ceará, Secretaria Especial de Inclusão e Mobilização Social 2006.
53.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm/index.htm).
54.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
55.Brasil, IBGE 2006.
56.Brasil, IBGE 2006.
57.Brasil, IBGE 2006.
58.Brasil, IBGE 2006.
59.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
60.Pnud 2004.
61.Pnud 2004.
62.Instituto Sócio Ambiental – ISA (www.socioambiental.org).
63.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br). Dados de 17 de dezembro de 2004.
64.Brasil, IBGE 2006.
65.Brasil, IBGE 2006.
66.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2006 e 2005.
67.Brasil, IBGE 2006.
68.Brasil, IBGE 2006.
69.Brasil, IBGE 2006.
70.Brasil, IBGE 2006.

5.4 Maranhão

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

O Maranhão tem uma área de 331.983,293 km2 e população de 6.103.327 habitantes (18,38 hab/km2), divididos em 217 municípios.[1] São Luís, capital do estado, tem uma população de 978.824 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Maranhão passou de 0,543 em 1991 para 0,636 no ano 2000 (+ 17,13 %), o menor da região nordeste e do Brasil.[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0,609, o mais alto da região nordeste, acima da média regional de 0,571 e nacional de 0,559.[4]

Estrutura Institucional

O Maranhão tem uma Secretaria de Estado da Segurança Pública, à qual estão vinculados a Polícia Civil, Polícia Técnica, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Departamento de Trânsito. A Secretaria tem uma Corregedoria Sistema Estadual de Segurança Pública, uma Ouvidoria da Segurança Pública do Estado, não dotada de autonomia, e desenvolve o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Maranhão (Provita-MA).[5]

O estado tem também uma Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejusc), criada pela lei estadual 7.844 de 31 de fevereiro de 2003, à qual estão vinculadas as Secretarias Adjuntas do Sistema Prisional/Penal e de Direitos Humanos, a Subsecretaria de Estabelecimentos Penais, Supervisão dos Direitos Humanos e Superintendência de Defesa do Consumidor. À Sejusc está também vinculado o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, criado pela mesma lei que criou a secretaria, e regulamentado pelo decreto nº 20.405 de 7 de abril de 2004. Não há ouvidoria específica para o sistema de administração penitenciária .[6]

O efetivo policial era 9.715 em 2003, sendo 1.478 policiais civis, 123 peritos, 7.148 policiais militares e 957 bombeiros militares, o que representa 1 policial para cada 605 habitantes.[7] Quarenta e cinco municípios tinham guarda municipal em 2004, com um efetivo total de 1.162 guardas.[8]

O Maranhão possui 217 municípios, dos quais 99 são sedes de comarcas.[9] Em 2004, atuavam no estado 248 juízes, sendo 206 na primeira instância, 20 na segunda instância e 22 em juizados especiais, o que corresponde

a uma taxa de 4,12 juízes por 100.000 habitantes.[10] O estado tinha 13 juízes na primeira instância da Justiça Federal, em 2003.[11]

A Defensoria Pública foi criada em 1994 e conta com 24 defensores.[12] O estado tem 26 juizados especiais criminais e 33 juizados especiais cíveis.[13] Tem ainda dois programas de administração alternativa de conflitos.[14]

Políticas de Direitos Humanos

O Maranhão tem um Programa Estadual de Direitos Humanos, produzido pela 2ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, realizada de 27 a 29 de agosto de 2003, que contém propostas para proteção e promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. No programa, são propostas a criação de uma corregedoria geral e uma ouvidoria de polícia, o fortalecimento e garantia do funcionamento do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas e da Central de Penas Alternativas, a criação de programa de atendimento às vítimas e a criação de uma promotoria de direitos humanos no Ministério Público.[15]

De 2002 a 2004, o Maranhão assinou 14 convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 1.210.015,69. Destes convênios, três foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, um à proteção de vítimas e testemunhas ameaçadas, cinco à promoção dos direitos humanos (balcões de direitos e direitos de minorias), três à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, um à proteção dos direitos das pessoas idosas, e um programa paz nas escolas.[16]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Maranhão foi de 6,31%. A despesa anual média da justiça estadual por habitante foi de R$ 34,84. A participação da assistência judiciária gratuita no total das despesas justiça estadual foi 1,59% e no total das despesas públicas foi de 0,10%, o que representa um investimento médio de R$ 0,56 por habitante.[17] O total de pessoas atendidas pela justiça estadual foi de 27.990. A taxa de congestionamento da justiça no estado foi de 82,12% na primeira instância, 63,52% na segunda instância e 53,94% nos juizados especiais.[18]

Em 2003, foram distribuídos na primeira instância da justiça federal 18.624 processos, dos quais 4.417 foram julgados, o que representa 24% de processos julgados em relação a novos processos.[19]

Direito à Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Violência Policial, Execução, Tortura

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste apresentou relatório em 2004, segundo o qual: "A atuação de grupos de extermínio neste Estado (Maranhão) está ligada ao conflito de terras – áreas indígenas, exploração do meio ambiente (área de preservação ambiental), roubos de carros, exploração de minério, roubos de cargas e questões políticas. No Maranhão, geralmente, os grupos de extermínio têm o comando, apoio e proteção de fazendeiros, políticos e juízes".[20]

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 59 denúncias de tortura praticada por agentes públicos no Maranhão, sendo 18 na capital e 41 no interior. Das 59 denúncias, seis foram arquivadas por dados insuficientes. Cinqüenta e três foram enviadas ao Ministério Público, que investigou 32 denúncias (seis devolvidas por dados insuficientes, uma arquivada, dez sem conclusão), apresentou 10 denúncias ao Judiciário (duas recusadas, e uma resultando em sentença de absolvição), e não prestou informação sobre 21 denúncias. Sete denúncias foram enviadas à Corregedoria Geral, das quais três deram origem a inquéritos (dois deles arquivados e o terceiro resultando em punição disciplinar). Vinte e sete denúncias foram enviadas à gerência de Justiça, Segurança Pública e Cidadania, que não prestou informações sobre nenhuma delas.[21]

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, 18 casos de violência policial no Maranhão, com 14 vítimas fatais e 15 feridas, cinco casos de execução sumária, com nove vítimas fatais e uma ferida, e quatro casos de linchamento, com cinco vítimas fatais.[22]

Violência Urbana

Em 2002, o Maranhão registrou 576 mortes por homicídio (9,9/100 mil hab.), das quais 194 em São Luís (21,4/100 mil hab.). Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 15,0/100 mil no estado e 31,5/100 mil na capital.[23]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 129 conflitos de terra, envolvendo 53.554 pessoas, resultando em quatro assassinatos.[24] Em 2004, de janeiro a agosto, foram 89 conflitos, envolvendo 32.425 pessoas,

com três mortes. Em 2005, no mesmo período, foram 35 conflitos, envolvendo 20.650 pessoas, com duas mortes.[25] A Ouvidoria Agrária registrou duas ocupações de terra em 2004, com duas mortes (cuja relação com as ocupações está sob investigação) e nenhuma de janeiro a novembro de 2005.[26]

Trabalho Escravo/Forçado

No Nordeste, o Maranhão é o estado com maior número de denúncias de trabalho escravo e segundo maior número de trabalhadores resgatados da condição de escravidão (atrás apenas da Bahia). Houve registro de 30 denúncias de trabalho escravo no Maranhão em 2003, com a libertação de 440 trabalhadores, 23 denuncias em 2004, com 142 trabalhadores libertados, e 17 denúncias de janeiro a junho de 2005, com 219 pessoas resgatadas da no período.[27] No cadastro de empregadores que utilizam trabalho escravo (portaria 540/2004), há 24 empregadores do Maranhão – o estado com o segundo maior número de empregadores listados, perdendo apenas para o Pará.[28]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

O Maranhão enfrenta graves problemas de superlotação em seu sistema prisional. A população prisional em dezembro de 2005 era de 5.156 presos, sendo 2.964 em unidades do sistema penitenciário (57,49%) e 2.192 em unidades policiais (42,51%), a maior porcentagem de presos em unidades policiais na Região nordeste e a segunda maior do país. No sistema penitenciário, o número de presos provisórios era 1.053 (35,53%), 1.019 homens e 34 mulheres. O número de presos condenados era 1.911 (64,47%), sendo 1.862 homens e 49 mulheres. Dos presos condenados, 1.440 estavam em regime fechado, 422 em regime semi-aberto, 49 em regime aberto e nenhum em medida de segurança.[29]

A população prisional aumentou de 4.749 presos em 2002 para 5.156 em 2005 (+ 8,57%). A taxa de encarceramento de presos por 100 mil habitantes passou de 81,83 em 2002 para 84,48 em 2005 (+ 3,13%). O estado tem a segunda mais baixa taxa de encarceramento entre os estados da Região nordeste e do país, atrás apenas do Piauí.[30]

O número total de vagas no sistema penitenciário passou de 815 em 2002 para 1.497 em 2005 (+ 83,68%), e o déficit de vagas diminuiu de 2.090 para 1.467 (- 29,81%). Apesar de o número de presos por vaga ter

diminuído de 3,56 em 2002 para 1,98 em 2005 (- 44,38%), ainda é o estado com o mais alto número de presos por vaga na Região nordeste.[31]

Liberdade de Participação Política

Políticos – assassinatos

O prefeito de Buriti Bravo, João Henrique Leocádio (PDT), foi assassinado com um tiro na cabeça no dia 10 de março de 2005, no povoado Gameleira. Há suspeitas de que o crime tenha sido de encomendado. O inquérito, concluído mais de um ano após o crime, resultou no indiciamento do ex-prefeito de Buriti Bravo, Wellighton Coelho, apontado como mandante, além de Marcos Antônio Alves e Wytamar Costa da Silva, apontados como executores. Silva é réu confesso, embora haja alegações de que a confissão foi obtida mediante coação, ameaça de morte e tortura física.[32]

O vereador Belchor Branco de Sousa (PMDB), de São Francisco do Brejão (MA), foi morto com um tiro no peito, em 11 de setembro de 2003, em Itinga do Maranhão, 632 km de São Luís, divisa com o Pará. O crime ocorreu dentro do assentamento Babalândia, onde o vereador possuía um lote. Souza chegava ao local a cavalo, por volta das 18h, levou um tiro de escopeta, calibre 12, no peito e morreu na hora. Segundo a Secretaria da Segurança Pública do Maranhão, a motivação do crime não deve ter sido a propriedade do vereador no assentamento, pois não há litígios na área. Segundo familiares, o crime poderia ter motivação política.[33]

Crianças e Adolescentes

No Maranhão, há 80 conselhos tutelares, um conselho municipal de direitos da criança e do adolescente, onze delegacias especializadas em crianças e adolescentes, 93 promotorias da infância e da juventude, três varas da infância e da juventude e um centro de defesa dos diretos das crianças e adolescentes.[34]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 38,9% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 35% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[35]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 797 denúncias do Maranhão, o que representa 15,26 por 100 mil habitantes – taxa mais alta da Região nordeste e o terceira mais alta do país (após Amazonas e Distrito Federal).[36]

Trabalho Infanto-Juvenil

No Maranhão, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 36,9% da população total desta idade em 1995 para 9,7% em 2000, mas subiu para 19,3% em 2004.[37]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 39.427 crianças em 97 municípios do estado no início de 2005.[38]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, o Maranhão tinha 298 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 154 (52%) em meio fechado e 144 (48%) em meio aberto.[39]

Mulheres

No Maranhão a população do estado é composta por 49,12% de homens (2.964.902) e 50,88% de mulheres (3.071.705). A esperança de vida ao nascer era de 62,6 anos para os homens e 70,5 anos para as mulheres.[40]

Em 2003, foram registradas 511 ocorrências de estupro no estado (17,31/100 mil mulheres). A capital concentra 30,14% das ocorrências (154) e 16,68% da população feminina. Entre 2001 e 2003, os registros de ocorrência de estupro na capital apresentaram um movimento decrescente. Passaram de 34,6 por 100 mil mulheres em 2001 para 31,3 por 100 mil mulheres em 2003. A taxa média taxas no período, 31,2 por 100 mil mulheres, ficou acima da média nacional (20,7).[41]

A comparação entre os dados de homicídio mostra aumento no número de mortes violentas de mulheres no estado. Em 2000, foi registrado 1,0 homicídio por 100 mil habitantes no estado.[42] Em 2002, 37 mulheres foram assassinadas (1,2/100 mil habitantes), sendo oito na faixa etária de 15 a 24 anos (1,3/100 mil habitantes).[43]

A maior parte dos serviços de atendimento a mulheres em situação de violência está na capital, a exceção são as delegacias de defesa da mulher que existem em diferentes municípios e regiões. No Maranhão, existem 18 Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs), uma delas instalada na capital. Em São Luis, também estão instalados o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, o Conselho Municipal de São Luis e a Casa Abrigo São Luis. Outro Conselho Municipal está instalado no município de Imperatriz. No estado, não existem centros de referência para atendimento de mulheres em situação de violência. Os serviços de referência para atendimento de mulheres vítimas de violência sexual são oferecidos por 3 hospitais, todos localizados na capital.[44]

Em 2005 e 2006, apenas a Prefeitura de São Luis aderiu ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres.[45] Em 2003 e 2004, não foram realizados convênios entre o estado e as prefeituras com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Em 2005, um único convênio foi firmado, no valor de R$ 49.136,00 (0,42% do total de recursos repassados pela secretaria para aquele ano): um projeto do Tribunal de Justiça visando à realização de cursos de capacitação para o trabalho e geração de emprego e renda.[46]

Educação

Em 2004, a taxa de analfabetismo para pessoas de 15 anos ou mais era de 26,4% para os homens e 20,1% para as mulheres. Na população com 12 anos ou mais de estudos, a participação feminina era de 64,1%, a mais alta do país. Na população que freqüenta o ensino superior a participação feminina é de 65%.[47]

Trabalho

Em 2004, a participação das mulheres na população economicamente ativa correspondia a 43,63% do total. A população feminina ocupada estava distribuída, segundo os grupos de ocupação, em: 2,3% de dirigentes, 26,7% de trabalhadores em serviços e 35,2% de trabalhadores agrícolas. Entre a população masculina ocupada esta distribuição era de 2,8% em cargos de dirigentes, 8,5% em trabalhadores em serviços e 48,4% de trabalhadores agrícolas.[48]

Na população feminina ocupada, o rendimento/hora era R$ 3,00, 7,02% superior ao da população masculina ocupada, que era de R$ 2,80.[49] Entre o grupo com 12 anos ou mais de estudo, esta diferença volta a se inverter. As mulheres recebiam R$ 11,90/hora, 24,7% inferior que o rendimento para os homens que era de R$ 15,70/hora.[50]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 66,45, e dos 10% mais ricos era R$ 1.772,63. Nos dois casos, o rendimento médio mensal era inferior ao da população masculina. Na população masculina ocupada, o rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 105,45 e dos 10% mais ricos era R$ 2.769,21.[51]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm maior risco de serem vítimas de violência do que os brancos. De 2000 a 2002, para cada branco, 5,06 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrado um aumento desta taxa de 5,08 em 2000 para 5,36 em 2002 (havendo queda para 4,76 em 2001).[52]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 17,93% para a população branca e 25,31% para a população negra. A escolaridade média era de 6,85 anos de estudo para a população branca e 5,69 anos para população negra.[53]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 208,40 para população branca – a mais baixa entre os estados do Nordeste – R$ 126,95 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 3,12 para população branca contra R$ 1,82 para população negra.[54]

Indígenas

No Maranhão, a população indígena está dividida em sete povos:[55]

Nome	População censo/estimativa	Ano
Gavião	250	1998
Guajá	326	2004
Guajajara	13.100	2000
Kaapor	800	1998
Kanela Apaniekra	458	2000
Kanela Rankokamekra	1.337	2001
Krikati	620	2000

O estado tem 17 terras indígenas, na seguinte situação jurídica:[56]

Situação	Nº de terras
Registradas	13
Homologadas	2
Declaradas	1
Identificadas	0
A Identificar	1
Reservadas/Dominiais	0
Sem Providências	0

Violência

O território dos Guajajara em Grajaú é dividido entre duas terras, Cana Brava e Bacurizinho, que são separadas por uma estrada (BR 226). A construção da rodovia teve forte impacto social na terra Cana Brava, levando a prostituição e aumentando os níveis de violência.[57]

Na década de 80 a área indígena Bacurizinho foi demarcada com 82.432 hectares. Mas esta não consistia na terra indígena reivindicada pelos Guajajara, de aproximadamente 145.000 hectares. Desde então um processo de revisão de limites foi oficialmente instituído, no ano de 2001.[58] Os principais responsáveis pelos conflitos da região são os grupos que exploram carvão e

que plantam de forma irregular eucalipto e soja, que se instalaram lá nos últimos anos e agem com extrema violência ameaçando o povo indígena, para que desistam do processo de revisão dos limites da área.[59] No dia 18 de maio de 2004 os indígenas registraram boletim de ocorrência na polícia referente a constantes ameaças praticadas pelo produtor rural Milton Alves.[60]

O cacique do povo Guajajara, João Araújo de 70 anos, foi assassinado no dia 21 de maio de 2005, após um violento ataque, no qual cerca de 10 homens fortemente armados invadiram a aldeia, colocando fogo nas casas. O filho do cacique, Wilson Araújo, foi ferido com um tiro na cabeça. Além das lideranças indígenas, missionárias do Conselho Indigenista Missionário também foram perseguidas e ameaçadas.[61]

O território dos Guajajara do Araribóia, localizado no oeste do Maranhão, com 547 mil hectares, vem sendo depredado por madeireiros que atuam de forma ilegal na floresta amazônica. Levantamento da Funai de Imperatriz mostra que nos últimos 20 anos aproximadamente 70% da terra indígena foi devastada pelos madeireiros. Estima-se que há cerca de 87 caminhões e 27 tratores por dia derrubando árvores. O corte de árvores atraiu para região as carvoarias, que se instalam dentro e em volta da terra indígena. Os que trabalham no corte das árvores, tratoristas, motoristas, serralheiros, catraqueiros, cozinheiros, passam a viver na área indígena devastada. Foragidos da polícia com mandato de prisão por crimes como assassinato à mão armada vão se esconder na região. Há também presença de trabalhadores em situação de escravidão no corte de madeira e nas carvoarias na região sul do Maranhão, denunciada pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia.[62]

Saúde

O povo Guajajara que vive no território do Araribóia apresenta alta incidência de tuberculose e o fator principal é a desnutrição. Há também a presença de casos de HIV positivo. Segundo a Funai de Imperatriz, na terra indígena três pessoas já morreram infectadas pelo vírus. No entanto, este povo se encontra em total abandono no que diz respeito à saúde, pois há apenas uma equipe de saúde para cobrir as 49 aldeias da terra indígena.[63]

Awá

Os indígenas Guajajara do Araribóia encontraram, no mês de junho de 2005, cerca de 20 indígenas da etnia Awá. O povo Awá evita o contato com a sociedade, e até mesmo com outros povos indígenas. No entanto os

Guajajara já haviam notado a presença deles na região, onde há cerca de 60 vivendo, em grupos de 20 a 30 pessoas, isolados e de maneira nômade pelo que resta da floresta.[64] A floresta em que os Awá viviam foi invadida e destruída por colonizadores e fazendeiros que mataram muitos deles. No total ainda restam 300 indígenas. O projeto industrial Carajás também foi responsável por grande parte da devastação.[65]

Idosos

Em 2004, o Maranhão tinha 477.411 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 8,8% da população do estado – a mais alta taxa entre os estados da Região nordeste. Desta população, 41,1% tinha rendimento médio mensal familiar per capita de meio a um salário mínimo, e 23,9% de um quarto a meio a um salário mínimo.[66]

Migrantes

Em 2004, o Maranhão tinha uma população de 668.700 migrantes, 11,08% da população do estado – a mais alta taxa entre os estados da Região nordeste.[67]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre um homossexual assassinado no Maranhão em 2002, um em 2003, cinco em 2004 e quatro em 2005.[68]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados passou de 6,1% em 1991 para 2,6% em 2004 (-3,5%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 20,3% em 1991 para 27,5% em 2004.[69]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 23,1% e a média de anos de estudo era de 5 anos.[70]

O rendimento/hora da população ocupada era de R$ 2,90, abaixo da média regional de R$ 3,00 e abaixo da média nacional de R$ 4,70.[71]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 87,20, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 2.384,53 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 50,19, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.288,23.[72]

Objetivos do Milênio

	1995	2000	2004
Alfabetização Feminina (%)	69,1	73,5	79,9
Alfabetização Masculina (%)	62,6	69,6	73,6
Água Canalizada (%)	31,4	75,2	51,7
Esgotamento Sanitário (%)	30,5	23,1	47,6
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	72,7	79,4	71,1
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	62,9	49	43,6
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	69,9	53,8	-
Sem Rendimento (%) *	46,1	53,1	36
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	28	28,4	35,2
Telefone (%)	7,8	16,5	22,8
Computador (%)	-	2,3	3,9

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
4.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
5.Estado do Maranhão, Secretaria da Segurança Pública (www.ssp.ma.gov.br).
6.Estado do Maranhão, Secretaria de Justiça e Cidadania (www.sejuc.ma.gov.br).
7.Dados do efetivo policial em 2003, da Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003 do IBGE (www.ibge.gov.br).
8.Brasil, IBGE 2005.
9.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
10.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
11.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
12.Brasil, Ministério da Justiça 2004b.
13.Brasil, IBGE 2005.
14.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
15.Maranhão, Secretaria de Justiça e Cidadania (www.sejuc.ma.gov.br).
16.Mesquita e Loche 2005.
17.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005

18.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
19.Brasil, Ministério da Justiça 2004.
20.Brasil, Câmara dos Deputados, Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste, 2004.
21.Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/d.
22.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
23.Waiselfisz 2004.
24.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004.
25.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2005.
26.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ouvidoria Agrária 2005 e 2004.
27.Ministério do Trabalho e Emprego, "Cadastro dos Empregadores Portaria 540 de 15/10/2004", lista atualizada em 19/01/200619/01/2006, disponível no web-site do Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br). Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004 e 2005.
28.Ministério do Trabalho e Emprego, "Cadastro dos Empregadores Portaria 540 de 15/10/2004", lista atualizada em 19/01/200619/01/2006, disponível no web-site do Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br).
29.Brasil, Depen 2006.
30.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
31.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
32.Estado do Maranhão (www.ma.gov.br/cidadao/noticias.php?Id=2539); *Veja Agora* (www.jornalvejaagora.com.br/2006/9/7/Pagina17090.htm), "Série de matérias especiais disseca pontos e falhas intrigantes de inquérito", 08/09/2006, "Polícia identifica suposto mandante através de depoimentos contrários de presos", 09/09/2006, e "Estudos mostram tendência suicida no comportamento de Leocádio", 10/09/2006.
33.Folha Online, "Vereador é morto em assentamento no MA", 12/09/2003.
34.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12/01/2006.
35.Brasil, IBGE 2006. . Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
36.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
37.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
38.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
39.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no web-site da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
40.Brasil, IBGE 2006.
41.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
42.Mesquita e Affonso 2002.
43.Waiselfisz 2004.
44.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
45.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm/index.htm).
46.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
47.Brasil, IBGE 2006.
48.Brasil, IBGE 2006.
49.Brasil, IBGE 2006.
50.Brasil, IBGE 2006.
51.Brasil, IBGE 2006.
52.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
53.Pnud 2004.
54.Pnud 2004.
55.Instituto Sócio Ambiental – ISA (www.socioambiental.org).
56.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br).
57.Conselho Indigenista Milionário – Cimi (www.cimi.org.br), "Dez indígenas jurados de morte em Grajaú, no Maranhão", 01/06/2005.
58.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), "Índios no Maranhão: De Vítimas a Agressores", 30/05/2005.
59.Terras Cana Brava e Bacurizinho, do povo Guajajara, no município de Grajaú.
60.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), "Índios no Maranhão: De Vítimas a Agressores", 30/05/2005.
61.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), Informe 671, 07/07/2005; "Dez indígenas jurados de morte em Grajaú, no Maranhão", 01/06/2005.
62.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), "Guajajara do Araribóia, um triste horizonte devastado e sem alternativas", 11/06/2005.
63.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), "Guajajara do Araribóia, um triste horizonte devastado e sem alternativas", 11/06/05.
64.Survival International – ISA (www.survival-international.org), Brasil, 30/06/2005
65.Survival International – ISA (www.survival-international.org), Brasil, 10/03/2003
66.Brasil, IBGE 2006.
67.Brasil, IBGE 2006.

68.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2006 e 2005.
69.Brasil, IBGE 2006.
70.Brasil, IBGE 2006.
71.Brasil, IBGE 2006.
72.Brasil, IBGE 2006.

5.5 Paraíba

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

A Paraíba tem uma área de 56.439,838 km2 e população de 3.595.886 habitantes (63,71 hab/km2), divididos em 223 municípios.[1] João Pessoa, capital do estado, tem uma população de 660.798 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na Paraíba passou de 0,561 em 1991 para 0,661 no ano 2000 (+ 17,83%).[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0,589, acima da média regional de 0,571 e nacional de 0,559.[4]

Estrutura Institucional

A Paraíba tem uma Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social, à qual estão subordinados a Polícia Civil, Policia Militar, Corpo de Bombeiro, Instituto de Policia Cientifica e Departamento Estadual de Trânsito. O governo do estado apresentou minuta de projeto de lei para criar uma Ouvidoria de Polícia, disponível para consulta e sugestões no web-site da Secretaria da Segurança e Defesa Social.[5]

O estado tem uma Secretaria de Cidadania e Justiça, à qual está vinculada a Coordenadoria do Sistema Penitenciário da Paraíba (Cosipe).[6]

O efetivo policial era 10.337 em 2003, sendo 1.191 policiais civis, 180 peritos, 8.253 policiais militares e 713 bombeiros militares, o que representa 1 policial para cada 340 habitantes.[7] Vinte e sete municípios tinham guarda municipal em 2004, com um efetivo total de 2.034 guardas.[8]

A Paraíba possui 223 municípios, dos quais 72 são sedes de comarca.[9] Em 2004, atuavam na justiça estadual 251 juízes, sendo 207 na primeira instância, 19 na segunda instância e 25 em juizados especiais, o que corresponde a uma taxa de 7,03 juízes por 100 mil habitantes.[10] O estado tinha ainda 12 juízes na primeira instância da justiça federal, em 2003.[11]

A Defensoria Pública foi criada em 1985 e conta com 340 defensores, sendo a que tem maior número de defensores na região nordeste e uma das maiores do país.[12] O estado tem 41 juizados especiais criminais e 46 juizados especiais cíveis.[13] Tem ainda um programa de administração alternativa de conflitos.[14]

Políticas de Direitos Humanos

De 2002 a 2004, a Paraíba assinou 11 convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 679.028,35. Destes convênios, dois foram referentes à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, dois à promoção dos direitos da criança e do adolescente, um ao atendimento a vítimas de crimes, três à promoção dos direitos humanos (balcões de direitos e Defensoria Pública itinerante), três à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, um à proteção dos direitos das pessoas idosas, e um paz nas escolas.[15]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas da Paraíba foi de 5,38%. A despesa média anual da justiça estadual por habitante foi de R$ 47,09. A participação da assistência judiciária gratuita no total das despesas justiça estadual foi 0,22% e no total das despesas públicas foi de 0,01%, o que representa um investimento médio de R$ 0,10 por habitante. O total de pessoas atendidas pela justiça estadual foi de 140.000 e a taxa de congestionamento foi de 73,39% na primeira instância, 37,78% na segunda instância e 35,42% nos juizados especiais.[16]

Em 2003, foram distribuídos na primeira instância da justiça federal 27.690 processos, dos quais 13.739 foram julgados, o que representa 50% de processos julgados em relação a novos processos.[17]

Boas Práticas

Como forma de expandir o acesso à Justiça, está em funcionamento, na Grande João Pessoa, o Serviço de Atendimento Imediato (SAI), que atua vinculado aos Juizados Especiais, e cujo objetivo é atender aos conflitos de trânsito no mesmo local. O veículo utilizado pelo SAI está equipado com todo o material utilizado em um cartório, além de máquina fotográfica com revelação instantânea. A equipe é composta por um conciliador, um escrevente, um oficial de justiça e um policial militar.

O Estado mantém também a Justiça Itinerante, que percorre as cidades paraibanas que não são sedes de Comarca, garantindo aos usuários de todo o Estado um acesso mais rápido e fácil aos serviços judiciais e cartorários. Com a Justiça Itinerante, um ônibus transformado em unidade móvel é composto de gabinetes para juiz e promotor, cartório e sala de audiências, totalmente informatizado, interligado à rede do TJ.

Direito à Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Violência Policial, Execução, Tortura

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste apresentou relatório em 2004, segundo o qual na Paraíba: "Há três formas de atuação de grupos de extermínio na zona rural, na área urbana das cidades maiores e nas divisas com os Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte. Os crimes são ligados às questões da terra, tráfico de drogas, armas, roubos de cargas, proteção de políticos corruptos e máquinas caça-níqueis".[18]

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 19 denúncias de tortura praticada por agentes públicos no Ceará, sendo 13 na capital e 6 no interior. Das 19 denúncias, 17 foram enviadas ao Ministério Público, que investigou 10 denúncias (três resultaram em ação penal, e duas não foram comprovadas), e não prestou informações sobre sete denúncias. Cinco denúncias foram encaminhadas à Curadoria do Cidadão. Nenhuma denúncia foi enviada às corregedorias da Polícia Civil e da Polícia Militar devido à "inexistência de uma relação estabelecida com as mesmas".[19]

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, 11 casos de violência policial na Paraíba, com 20 vítimas fatais e sete feridas, quatro casos de execução sumária, com seis vítimas fatais, e oito casos de linchamento, com seis vítimas fatais e duas feridas.[20]

Violência Urbana

Em 2002, a Paraíba registrou 608 mortes por homicídio (17,40/100 mil hab.), das quais 263 em João Pessoa (42,5/100 mil hab.). Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 32,0/100 mil no estado e 87,1/100 mil na capital.[21]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 17 conflitos de terra, envolvendo 5.760 pessoas, resultando em uma morte.[22] Em 2004, de janeiro a agosto, foram 25 conflitos, envolvendo 17.085 pessoas, com uma morte. Em 2005, no mesmo período, foram 19 conflitos, envolvendo 8.720 pessoas, sem mortes.[23]

Trabalho Escravo/Forçado

Não houve registro de trabalho escravo em Paraíba entre 2003-2005, segundo o Ministério do Trabalho e a Comissão Pastoral da Terra.[24]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

Na Paraíba, a população prisional em dezembro de 2005 era de 6.118 presos, todos em unidades do sistema penitenciário. O número de presos provisórios era 2.094 (34,23%), 1.978 homens e 116 mulheres. O número de presos condenados era 4.024 (65,77%), sendo 3.823 homens e 107 mulheres. Dos presos condenados, 2.992 estavam em regime fechado, 611 em regime semi-aberto, 327 em regime aberto e nenhum em medida de segurança.[25]

A população prisional aumentou de 3.151 presos em 2002 para 6.118 em 2005 (+ 94,16%). A taxa de encarceramento de presos por 100 mil habitantes passou de 90,16 em 2002 para 170,14 em 2005 (+ 47,01%).[26]

O número total de vagas no sistema penitenciário passou de 1.908 em 2002 para 4.096 em 2005 (+ 114.68%), mas o déficit de vagas aumentou de 1.243 para 2.022 (+ 62,67%). O número de presos por vaga diminui de 1,65 em 2002 para 1,49 em 2005 (- 44,38%).[27]

Apesar da ausência de superlotação, as condições e o tratamento dos presos no sistema penitenciário são incompatíveis com os princípios básicos de direitos humanos referentes ao tratamento dos presos. A Pastoral Carcerária denunciou, em junho de 2002, que a situação do sistema penitenciário naquele período era de extrema precariedade com presos amontoados, superlotando as casas prisionais e, em algumas delas, sem espaço até para dormir. Ademais, a grande maioria dos presos dormia no chão, sem colchão e nem lençol, observando-se condições ainda piores nas celas de isolamento, onde lhes eram negadas, inclusive, roupas. [28]

Em outra visita, uma equipe da Pastoral Carcerária e dois procuradores do Ministério Público Federal constataram que a cela de castigo (isolamento) e de reconhecimento ocupavam o mesmo espaço, onde se encontravam cinco detentos, um deles com cirurgia recente no tórax dormindo no chão. Este reclamava de dores e mostrava a cirurgia com edema. Os presos estavam submetidos ao frio durante a madrugada e a péssimas condições de alojamento, além de não terem acesso a visitas médicas e, quando no isolamento, à comunicação com o mundo exterior. No isolamento, não era permitida a entrada de colchões, lençóis nem de qualquer material para a higiene pessoal. [29]

Em 2003, a Justiça Global constatou que tratamento aos detentos nos presídios do estado era péssimo. Grande parte dos agentes carcerários não adequadamente preparados, muitos sob um regime de trabalho temporário sem qualificação para a atividade penitenciária. O preso geralmente não podia reclamar de nada, nem pedir assistência à saúde, quando doente, ou tratamento mais humanizado para seus familiares por ocasião das visitas que recebiam. Em caso de reclamação, eram transferidos para as celas de castigo das prisões.[30]

A Justiça Global registrou a ocorrência de diversas rebeliões e mortes de apenados. Os motivos dos motins geralmente eram sempre os mesmos: superlotação dos presídios, maus tratos a presos e familiares, morosidade da justiça em julgar e em conceder os benefícios previstos na lei.[31]

Os apenados deslocados para a cela de isolamento reclamavam muito do tratamento de alguns agentes penitenciários que muitas vezes chegavam embriagados durante a noite gritando e torturando-os. Em junho de 2003, vários presos foram espancados na Penitenciária de Segurança Máxima Geraldo Beltrão porque protestaram contra a humilhação da revista íntima a que eram submetidos seus familiares. Ademais, vários presos foram encontrados machucados nas visitas semanais realizadas nos presídios paraibanos por terem sido torturados pelos agentes penitenciários que, por qualquer motivo, não hesitavam em recorrer à violência física contra os apenados.[32]

Segundo os dados da Central Estadual de Combate à Tortura do Estado da Paraíba, a prática de tortura era proporcionalmente muito maior nos municípios do interior que na capital, fato que se explicaria o menor interesse na fiscalização por parte da imprensa local e a menor pressão por parte da opinião pública em geral.[33]

Homicídios cometidos pelos próprios presos costumam ocorrer ocasionalmente nos presídios da Paraíba. Em julho de 2003, uma briga entre grupos rivais na Penitenciária do Serrotão, em Campina Grande, resultou na morte de cinco presidiários, um deles brutalmente decapitado pelos presos rivais.[34]

Em 2003, a Justiça da Paraíba desvendou a atuação de uma quadrilha que agia a partir da Penitenciária de Segurança Média em João Pessoa, promovendo fugas noturnas com ajuda de agentes penitenciários e do diretor-adjunto da unidade.[35] Também há suspeita de que em 2004, funcionários do sistema carcerário tenham contribuído para a fuga de sete presidiários da Penitenciária de Segurança Máxima Geraldo Beltrão, caso no qual a Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado da Paraíba afastou os agentes policiais de plantão no dia.[36]

Liberdade de Participação Política

Prefeitos – assassinatos

O prefeito do município de Santa Luzia, Airton Pereira de Morais, conhecido como Itó Morais, foi assassinado na entrada de sua chácara, juntamente com o motorista, João Ribeiro dos Santos, em 26 de maio de 2002. O julgamento, que deveria ocorrer na Comarca de Santa Luzia, foi transferido para o primeiro Tribunal do Júri, em João Pessoa, a pedido dos advogados de defesa. Em 9 de novembro de 2004, o Primeiro Tribunal do Júri condenou o comerciante Edmilson Paredes Morais, por 7 a 0, a 34 anos de prisão pelo assassinado do então prefeito de Santa Luzia e seu motorista. Durante o julgamento, Paredes Morais reafirmou ter contratado por R$ 25 mil os dois pistoleiros que mataram o prefeito e o motorista, Everaldo Domingos de Oliveira e Luciano Tavares de Melo. Disse ainda, pela primeira vez, que partiu de Antônio da Nóbrega Cesarino (então vice-prefeito de Santa Luzia) e Joácio Jairo de Medeiros, seus credores, a autorização para contratar os dois pistoleiros. Antônio Cesarino e Joácio de Medeiros, que estavam presos e eram acusados de serem mandantes dos crimes, deveriam ter sido julgados junto com Morais. Diante de um pedido feito pelos advogados de defesa dos dois réus, houve o desmembramento da sessão e os dois foram julgados separadamente.[37]

Em fevereiro de 2005, o Primeiro Tribunal do Júri absolveu Antonio Cesarino e Joácio de Medeiros, acusados de serem mandantes do assassinato do prefeito e do motorista. Nóbrega foi absolvido por 4 a 3 pelo assassinato do prefeito e por 5 a 2 no assassinato do motorista. Medeiros foi absolvido por 6 a 1.[38]

Em 24 de novembro de 2005, a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça da Paraíba anulou o julgamento realizado pelo Tribunal do Júri, que havia absolvido Cesarino e Medeiros. O desembargador Raphael Carneiro Arnaud, relator do recurso de apelação, entendeu que a decisão do corpo de jurados foi contrária às provas dos autos e decidiu que os réus devem ser submetidos a novo julgamento popular. O desembargador destacou que o depoimento de Edimilson Paredes de Moraes, perante o Tribunal do Júri, confirmando que Cesarino e Medeiros teriam sido os mandantes dos crimes "foi na verdade o corolário de todo um contexto de subsídios probatórios inquestionáveis e que foram descartados pela maioria dos integrantes do conselho de sentença".[39]

Crianças e Adolescentes

Na Paraíba, há 66 conselhos tutelares, 92 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, sete delegacias especializadas em crianças e adolescentes, uma promotoria da infância e da juventude e três varas da infância.[40]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 13,9% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 20,2% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[41]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 253 denúncias da Paraíba (7,65 por 100 mil habitantes).[42]

Trabalho Infanto-Juvenil

Na Paraíba, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 27,4 % da população total desta idade em 1995 para 10% em 2000, mas subiu para 17,2% em 2004.[43]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 14.382 crianças em 81 municípios do estado no início de 2005.[44]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, a Paraíba tinha 438 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 207 (47%) em meio fechado e 231 (53%) em meio aberto.[45]

Mulheres

No estado da Paraíba a população é composta por 1.747.617 homens (48,91%) e 1.825.815 mulheres (51,09%). Em 2004 a esperança de vida ao nascer era de 62,6 anos para os homens e 70,5 anos para as mulheres.[46]

Em 2003, foram registradas 146 ocorrências de estupro no estado (8,06/100 mil mulheres). A capital, João Pessoa, concentrava 31,51% das ocorrências (46) e 18,5% da população feminina. Entre 2001 e 2003, a capital teve uma redução na taxa de ocorrência de estupro, de 18,1 ocorrên-

cias/100 mil mulheres em 2001 para 13,7/100 mil mulheres em 2003. A taxa média no período foi de 14,0 ocorrências por 100 mil mulheres, abaixo da média nacional (20,7).[47]

A comparação entre os dados de homicídio mostra diminuição no número de mortes violentas de mulheres no estado. Em 2000, foram 2,5 homicídios por 100 mil habitantes no estado.[48] Em 2002, 44 mulheres foram assassinadas (2,0/100 mil habitantes), sendo 16 na faixa etária de 15 a 24 anos (3,9/100 mil habitantes).[49]

Os poucos serviços voltados para o atendimento de mulheres em situação de violência estão localizados na capital. No estado, esta rede de serviços é composta por seis Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs). Em João Pessoa, está sediado o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, o único conselho municipal do estado, e o Centro da Mulher "8 de Março" – um centro de Referência mantido por organização não-governamental. A única casa abrigo do estado está instalada no município de Campina Grande. Apenas um hospital localizado na capital fornece serviço de atendimento para mulheres vítimas de violência sexual.[50]

Em 2005 e 2006 apenas a prefeitura de João Pessoa aderiu ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres.[51] Em 2003, através de convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, foram repassados ao estado R$ 150.000,00 (3,95% do total de recursos repassados pela secretaria no ano) para a implantação de serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência e discriminação. Em 2004, o repasse foi de R$ 285.000,00 (2,79% do total). Em 2005, o repasse foi de R$ 82.837,80 (0,71% do total).[52]

Educação

Na Paraíba, a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade é 29,8% para os homens e 21,2% para as mulheres. A presença das mulheres se desataca na população com 12 anos ou mais de estudos (61,7%) e que freqüenta o ensino superior (68,8%), a maior no país.[53]

Trabalho

Em 2004, as mulheres representavam 40,21% da população economicamente ativa. A população feminina ocupada estava distribuída em 3,4% em cargos de dirigentes, 30,2% de trabalhadores em serviços e 22,3% de trabalhadores agrícolas. A população masculina ocupada estava distribuída em 3,4% em cargos de dirigentes, 11,7% entre os trabalhadores em serviços e 39,7% de trabalhadores agrícolas.[54]

O rendimento-hora médio para a população feminina ocupada era de R$ 3,30, 6,45% superior ao rendimento para os homens que era de R$ 3,10. No grupo com 12 anos ou mais de estudos a diferença era de R$ 8,70, 43,5% inferior ao rendimento para os homens que era de R$ 15,40.[55]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era de R$ 100,25 para as mulheres e R$ 117,92 para os homens. Entre os 10% mais ricos o rendimento apurado foi de R$ 1.915,86 para as mulheres e R$ 2.442,59 para os homens.[56]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm maior risco de serem vítimas de violência do que os brancos. De 2000 a 2002, para cada branco, 7,11 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrado um aumento desta taxa de 7,09 em 2000 para 8,64 em 2002.[57]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 19,77% para a população branca e 28,52% para a população negra. A escolaridade média era de 6,91 anos de estudo para a população branca e 5,26 anos para população negra.[58]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 236,69 para população branca e R$ 148,34 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 3,06 para população branca contra R$ 1,94 para população negra.[59]

Indígenas

A Paraíba tem apenas um único povo indígena, o Potyguara, com uma população de 7.575 indígenas, segundo estimativa do censo de 1999.

O Estado tem 3 terras indígenas, que se encontram nas seguintes situações jurídicas:[60]

Situação	Nº de terras
Registradas	2
Homologadas	0
Declaradas	0
Identificadas	1
A Identificar	0
Reservadas/Dominiais	0
Sem Providências	0

Idosos

Em 2004, a Paraíba tinha 366.160 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 2,0% da população do estado. Desta população, 42,8% tinha um rendimento médio mensal familiar per capita de meio a um salário mínimo, 24,1% de um a dois salários mínimos.[61]

Migrantes

Em 2004, a Paraíba tinha uma população de 286.597 migrantes, o que correspondia a 8,02% da população do estado.[62]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre um homossexual assassinado na Paraíba em 2002, nove em 2003 e treze em 2004 e três em 2005.[63]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados passou de 18,3% em 1991 para 5,1% em 2004 (-13,2%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 15,6% em 1991 para 22% em 2004.[64]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 25,3% e a média de anos de estudo era de 5 anos.[65]

O rendimento/hora da população ocupada era de R$ 3,10, acima da média regional de R$ 3,00, mas abaixo da média nacional de R$ 4,70.[66]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 111,51, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 2.256,04 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 65,26, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.593,45.[67]

Objetivos do Milênio

	1995	2000	2004
Alfabetização Feminina (%)	73,0	74	78,8
Alfabetização Masculina (%)	62,4	66,2	70,2
Água Canalizada (%)	65	89,9	79
Esgotamento Sanitário (%)	32,8	37,5	54
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	82,6	26,1	48,4
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	67,1	48,2	42,3
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	42,5	48,4	-
Sem Rendimento (%) *	42,4	47,9	38,4
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	26,1	28,3	35,3
Telefone (%)	15,4	23,2	29,2
Computador (%)	-	4,7	6,6

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
4.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
5.Estado da Paraíba, Secretaria de Segurança Pública (www.ssp.pb.gov.br).
6.Estado da Paraíba, Secretaria de Cidadania e Justiça (www.scj.pb.gov.br).
7.Dados do efetivo policial em 2003, da Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003 do IBGE (www.ibge.gov.br).
8.Brasil, IBGE, 2005.
9.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
10.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
11.Dados do Ministério da Justiça (juízes em 2003, calculados a partir das informações em Brasil, Ministério da Justiça 2004a) e do IBGE (www.ibge.gov.br) (população em 2003). Não há dados disponíveis para calcular o número de juízes na 2ª instância da Justiça Comum.

12.Brasil, Ministério da Justiça 2004b.
13.Brasil, IBGE 2005.
14.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
15.Mesquita e Loche 2005.
16.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
17.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
18.Brasil, Câmara dos Deputados, Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste, 2004.
19.Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/d.
20.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
21.Waiselfisz 2004.
22.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004.
23.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2005.
24.Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, "Cadastro dos Empregadores", atualizado em 08/09/2005 e 19/01/2006. Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004 e 2005.
25.Brasil, Depen 2006.
26.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
27.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
28.Justiça Global 2003b.
29.Justiça Global 2003b.
30.Justiça Global 2003b.
31.Justiça Global 2003b.
32.Justiça Global 2003b.
33.Justiça Global 2003b.
34.*O Estado de S. Paulo*, 06 de julho de 2003.
35.Estado da Paraíba (www.paraiba.pb.gov.br/noticias), 07/11/2003
36.Paraíba, Governo do Estado (www.paraiba.pb.gov.br/noticias), 13/09/2004.
37.*Correio Forense* site (www.portalcorreio.com.br), "Galego confessa que morte de Itó custou R$ 25 mil e júri é suspenso", 22/06/2005; "Caso Ito: réu é condenado por 7 votos a zero", 10/11/2004; e "Acusados da Morte de Itó serão julgados hoje", 09/11/2004.
38.*Correio da Paraíba*, "Caso Itó: Justiça absolve acusados", 19/02/2005. Disponível no web-site Juristas (www.juristas.com.br/noticias/noticia.jsp?idNoticia=2283).
39.*O Norte* (www.jornalonorte.com.br/noticias/?56068), "Caso Itó Morais: acusados vão a novo julgamento no TJ", 25/11/2005.
40.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12/01/2006.
41.Brasil, IBGE 2006. . Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
42.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
43.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
44.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
45.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no web-site da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
46.Brasil, IBGE 2006.
47.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
48.Mesquita e Affonso 2002.
49.Waiselfisz 2004.
50.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
51.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm/index.htm).
52.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
53.Brasil, IBGE 2006.
54.Brasil, IBGE 2006.
55.Brasil, IBGE 2006.
56.Brasil, IBGE 2006.
57.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
58.Pnud 2004.
59.Pnud 2004.
60.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br). Dados de 17 de dezembro de 2004.
61.Brasil, IBGE 2006.
62.Brasil, IBGE 2006.
63.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2006 e 2005.
64.Brasil, IBGE 2006.
65.Brasil, IBGE 2006.
66.Brasil, IBGE 2006.
67.Brasil, IBGE 2006.

5.6 Pernambuco

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

Pernambuco tem uma área de 98.311,616 km2 e população de 8.413.593 habitantes (85,58 hab/km2), divididos em 185 municípios.[1] Recife, capital do estado, tem uma população de 1.501.008 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Pernambuco, o maior da região nordeste, passou de 0,620 em 1991 para 0,705 no ano 2000 (+ 13,71%).[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0,588, acima da média regional de 0,571 e nacional de 0,559.[4]

Estrutura Institucional

Pernambuco tem uma Secretaria de Defesa Social, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Policia Militar, o Corpo de Bombeiros e a Secretaria Executiva de Ressocialização. A Secretaria da Defesa Social tem uma Corregedoria Geral e uma Ouvidoria Geral da Defesa Social. A Secretaria executiva de Ressocialização tem uma ouvidoria específica para o sistema penitenciário.[5]

O estado tem uma Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, à qual estão subordinadas secretarias executivas de Justiça (promoção da justiça, apoio a egressos e penas alternativas) e de Direitos Humanos (defesa e promoção dos direitos humanos, prevenção e mediação de conflitos). A Secretaria tem uma ouvidoria específica para a área de justiça e direitos humanos, mas não há informações sobre o tipo de denúncias recebidas pelo órgão. À secretaria, estão vinculadas a Defensoria Pública, Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac), Instituto de Pesos e Medidas, Procon, Conselho Estadual de Direitos Humanos (criado pela Lei nº 12.160, de 28 dezembro de 2001), o Conselho Estadual de Políticas Anti-Drogas (estruturado pelo decerto estadual 27.051/2004, que reestruturou o Conselho Estadual de Entorpecentes), o Centro de Apoio a Egressos e Liberados (Cael) e o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita-PE).[6]

O efetivo policial era 26.282 em 2003, sendo 4.418 policiais civis, 971 peritos, 18.927 policiais militares e 1.966 bombeiros militares, o que representa 1 policial para cada 311 habitantes.[7] Sessenta e um municípios tinham guarda municipal em 2004, com um efetivo total de 4.167 guardas.[8]

Pernambuco possui 139 comarcas, abrangendo 185 municípios.[9] Em 2004, atuavam na justiça estadual 464 juízes, sendo 353 na primeira instância, 30 na segunda instância e 81 em juizados especiais – o que corresponde a uma taxa de 5,57 juízes por 100 mil habitantes.[10] O estado tinha ainda 26 juízes na primeira instância da justiça federal, em 2003.[11]

A Defensoria Pública foi criada em 1998 e conta com 230 defensores.[12] O estado tem 38 juizados especiais criminais e 34 juizados especiais cíveis.[13] Tem ainda três programas de administração alternativa de conflitos.[14]

Políticas de Direitos Humanos

De 2002 a 2004, Pernambuco assinou 32 convênios com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R$ 7.810.307,24. Destes convênios, oito foram referentes ao atendimento sócio-educativo de adolescentes em conflito com a lei, quatro à promoção dos direitos da criança e do adolescente, cinco à promoção dos direitos humanos (balcão de direitos, mediação de conflitos, mutirão da cidadania, assistência judiciária e cidadania), quatro à proteção e assistência a vítimas e testemunhas, 10 à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, e um programa paz nas escolas.[15]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas de Pernambuco foi de 4,03%. A despesa média da justiça estadual por habitante foi de R$ 38,61. A participação da assistência judiciária gratuita no total das despesas da justiça estadual foi 0,04% e no total das despesas públicas foi de 0,002%, o que representa um investimento médio de R$ 0,02 por habitante. O total de pessoas atendidas pela justiça estadual foi de 231.003. A taxa de congestionamento foi de 81,82% na segunda instância e 35,42% nos juizados especiais.[16]

Em 2003, 179.601 processos deram entrada na primeira instância da justiça comum, e 95.075 foram julgados, o que corresponde a 53% de processos julgados em relação a novos processos. Ainda em 2003, foram distribuídos na primeira instância da justiça federal 59.305 processos e 29.559 foram julgados, o que representa 50% de processos julgados.[17]

De 2002 para 2003, é possível observar aumento da quantidade de processos distribuídos, tanto no primeiro quanto no segundo grau de juris-

dição. Por outro lado, no mesmo período, a quantidade de processos julgados caiu consideravelmente no primeiro grau e cresceu no segundo grau de jurisdição.

Processos distribuídos

	Primeiro grau	Segundo grau
2002	201.571	13.119
2003	153.985	15.792
Total	355.556	28.911

Fonte: Relatório de Gestão 2002-2003, TJPE.

Processos julgados

	Primeiro grau	Segundo grau
2002	119.380	9.522
2003	89.506	12.099
Total	208.886	21.621

Fonte: Relatório de Gestão 2002-2003, TJPE.

Ministério Público

Quanto à movimentação de inquéritos policiais, no período de 2002 a 2003, é possível verificar que houve um crescimento de inquéritos policiais distribuídos e que o numero de inquéritos que retornaram às delegacias acompanhou esse crescimento.

Movimentação dos inquéritos policiais

	2002	2003
Distribuídos	12.880	13.002
Redistribuídos	1.034	608
Baixados à delegacia	2.417	2.833
Remetidos ao procurador-geral	30	26

Fonte: Secretaria-Geral do MPPE.

De todos os inquéritos policiais distribuídos em 2002, o MPPE denunciou 79,10% ao Judiciário; já em 2003, foram oferecidas denúncias de 78,22% de todos os inquéritos distribuídos.

Inquéritos policiais distribuídos e denúncias oferecidas

Inquéritos policiais distribuídos		Denúncias oferecidas	
2002	2003	2002	2003
12.880	13.002	10.189	10.171

Fonte: Secretaria-Geral do MPPE.

Os crimes mais denunciados pelo Ministério Público e em andamento no Poder Judiciário são apresentados abaixo:

Denúncias oferecidas por crime, Juízo Criminal Comum

	2002	2003
Homicídio	2.193	2.068
Lesão corporal	494	562
Roubo	1.248	1.496
Furto	1.171	1.486
Crimes culposos	136	81
Estupro	290	236
Atentado violento ao pudor	276	277
Crimes ambientais	88	50
Crimes contra a ordem tributária	138	77
Tóxicos	711	677
Imprensa	15	5
Crimes eleitorais	71	14
Trânsito	561	501
Crimes contra menores	59	63
Crimes de responsabilidade	35	14
Outros	2.593	2.534
Total	10.079	10.141

Fonte: Relatórios de Atividades Funcionais do MPPE de 2002 e de 2003.

Processos em andamento por crime, Juízo Criminal Comum

	2002	2003
Homicídio	4.726	4.454
Lesão corporal	610	546
Roubo	978	397
Furto	937	639
Crimes culposos	153	75
Estupro	553	194
Atentado violento ao pudor	481	80
Crimes ambientais	81	709
Crimes contra a ordem tributária	16	11
Tóxicos	779	271
Imprensa	–	–
Crimes eleitorais	8	30
Trânsito	520	214
Crimes contra menores	78	49
Crimes de responsabilidade	458	6
Outros	7.443	3.180
Total	17.821	10.855

Fonte: Relatórios de Atividades Funcionais do MPPE de 2002 e de 2003.

Observa-se que em 2002 foram distribuídos 12.880 inquéritos, dos quais 10.189 foram revertidos em denúncias ao Judiciário. Em 2003, 13.002 inquéritos foram distribuídos e 10.171 denúncias foram oferecidas.

Denúncias oferecidas por crimes praticados por agentes públicos, Juízo Criminal Comum

	2002	2003
Crimes de responsabilidade	5	5
Crimes do Código Penal	1	3
Entorpecentes	13	1
Licitações	–	2
Imprensa	–	–
Crimes ambientais	3	–
Crimes eleitorais	2	1
Crimes contra a ordem tributária	52	12
Outros	13	6
Total	110	30

Fonte: Relatório de Atividades Funcionais do MPPE, 2002 e de 2003.

Processos em andamento por crimes praticados por agentes públicos, Juízo Criminal Comum

	2002	2003
Crimes de responsabilidade	2	2
Crimes do Código Penal	–	–
Entorpecentes	–	–
Licitações	–	–
Imprensa	–	–
Crimes ambientais	1	–
Crimes eleitorais	–	1
Crimes contra a ordem tributária	–	–
Outros	1	–
Total	4	3

Fonte: Relatório de Atividades Funcionais do MPPE, 2002 e de 2003.

Observa-se que o Ministério Público ofereceu 110 denúncias contra agentes públicos em 2002 e 30 em 2003 – a maior parte relativa a crimes contra a ordem tributária e a entorpecentes. Porém, quanto ao número de processos em andamento, há somente quatro processos em 2002 e três em 2003.

Audiências no Juízo Criminal Comum e no Juizado Especial Criminal

	Audiências designadas		Audiências realizadas	
	2002	2003	2002	2003
Juízo Criminal Comum	37.768	41.228	27.913	32.543
Juizado Especial Criminal	12.377	18.583	10.118	15.016
Total	50.145	59.811	38.058	47.559

Fonte: Relatórios de Atividades Funcionais do MPPE de 2002 e de 2003.

De todas as audiências designadas entre 2002 e 2003 no Juízo Criminal Comum foram realizadas 60.456 audiências. Já no Juizado Especial Criminal, verifica-se que, de todas as audiências designadas entre 2002 e 2003 – 30.960 audiências – 81,18% foram realizadas, o que significa 25.134 audiências realizadas. Esses indicativos demonstram uma produtividade consideravelmente maior dos Juizados Especiais Criminais em relação ao Juízo Criminal Comum.

Com relação às audiências no Juízo Cível, é possível observar taxas de produtividade bastante acima das verificadas no Juízo Criminal Comum e relativamente próximas daquelas alcançadas pelo Juizado Especial Criminal.

Audiências, Juízo Cível

Designadas		Realizadas		% de efetivação	
2002	2003	2002	2003	2002	2003
48.949	53.385	40.651	41.314	83	77,38

Fonte: Relatórios de Atividades Funcionais do MPPE de 2002 e de 2003.

Direito à Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Violência Policial, Execução, Tortura

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) considera sua participação nos processos criminais contra autoridades policiais, sejam aqueles legalmente reservados a essa classe profissional, sejam os tipificados no Código Penal, como parte da fiscalização das atividades da polícia. A tabela abaixo mostra que a maior parte das denúncias oferecidas pelo MPPE nessa área, em 2002

e 2003, diz respeito a crimes previstos na legislação penal militar (38%). Na seqüência, os crimes mais denunciados ao Poder Judiciário foram os previstos na lei penal comum (33%). Os crimes de tortura e abuso de autoridade, somados, significaram apenas 13% de todas as denúncias feitas pelo MPPE a respeito de crimes praticados por policiais nos anos de 2002 e 2003.

Os dados indicam que é o reduzido número de processos em tramitação em face da quantidade de denúncias oferecidas. Houve entre 2002 e 2003 uma quantidade praticamente insignificante de denúncias rejeitadas, tendo sido aceito pelo Poder Judiciário um total de 283 denúncias. Por outro lado, apenas 56 processos estiveram em tramitação no período, o que por si só já significa que processos criminais contra autoridades policiais avolumaram-se no Judiciário entre 2002 e 2003. Apenas 29 processos foram sentenciados nesses dois anos.

Movimentação processual, crimes praticados por autoridades policiais

	Denúncias oferecidas		Denúncias rejeitadas		Processos andamento		Condenações		Absolvições	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Abuso de autoridade	12	8	0	0	8	9	0	12	2	0
Crimes do Cod. Penal	78	16	0	0	3	0	0	0	0	0
Crimes do Cod. Penal Militar	37	72	0	3	0	1	0	0	0	0
Crime de tortura	14	4	0	0	11	9	0	14	0	0
Outros	15	3	0	0	13	2	0	1	0	0
Total	156	130	0	3	35	21	0	27	2	0

Fonte: Relatórios de Atividades Funcionais do MPPE de 2002 e de 2003.

O MPPE realiza inspeções mensais nos estabelecimentos policiais e carcerários como parte de suas atividades de controle externo da atividade policial. Embora a instituição tenha priorizado em 2002 inspecionar delegacias, cadeias públicas e distritos policiais, em 2003 houve, com relação a 2002, um crescimento brutal na quantidade de inspeções realizadas em penitenciárias. Esse fenômeno talvez possa ser explicado por um quadro de instabilidade, como rebeliões, em uma ou mais penitenciárias.

Inspeções em estabelecimentos policiais e carcerários

	2002	2003
Delegacias	616	524
Distritos policiais	121	97
Cadeias públicas	717	469
Casa de prisão provisória	7	2
Penitenciárias	10	123
Casa do albergado	2	9
Total	1.473	1.224

Fonte: Relatório de Atividades Funcionais do MPPE, 2002 e 2003.

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste apresentou relatório em 2004, apontando a existência de grupos de extermínio em Pernambuco, segundo o qual: "A ação de grupos de Pernambuco e da Paraíba é parecida. Aqui (Pernambuco) os crimes estão ligados às questões da terra, tráfico de drogas, armas, roubos de cargas, máfia do combustível, lavagem de dinheiro, máfia dos medicamentos e proteção de políticos corruptos".[18]

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 57 denúncias de tortura praticada por agentes públicos no estado de Pernambuco, sendo 32 na capital e 24 no interior, e uma de local não identificada. Das 57 denúncias, 13 foram arquivadas devido a dados insuficientes. Trinta e nove foram enviadas ao Ministério Público, que investigou nove, devolveu cinco por dados insuficientes e não prestou informações sobre as outras 25.[19]

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, 79 casos de violência policial em Pernambuco com 97 vítimas fatais e 167 feridas, 74 casos de execução sumária, com 167 vítimas fatais e 26 feridas, e 24 casos de linchamento, com 23 vítimas fatais e nove feridas.[20]

Violência Urbana

Em 2002, Pernambuco registrou 4.406 mortes por homicídio (54,5/100 mil hab.), das quais 1.311 em Recife (90,00/100 mil hab.), a capital com a mais alta taxa de homicídios no Brasil. Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 103,4/100 mil no estado (a maior do Nordeste e a terceira maior entre os estados do país, após o Rio de Janeiro e o Espírito Santo) e 192,9/100 mil na capital (a maior do Nordeste e a segunda maior entre as capitais do país, logo após Vitória) em 2002.[21]

Violência Rural

Pernambuco é o estado da Região nordeste com maior número de conflitos rurais e ocupações de terra, e maior intensidade de violência associada a estes conflitos e ocupações. Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 169 conflitos de terra, envolvendo 92.390 pessoas, dos quais resultaram 12 mortes.[22] Em 2004, de janeiro a agosto, foram 177 conflitos, envolvendo 108.945 pessoas, com uma morte. Em 2005, no mesmo período, foram 74 conflitos, envolvendo 54.435 pessoas, com duas mortes.[23]

A Ouvidoria Agrária registrou 76 ocupações de terra em 2004, com um total de 11 mortes (duas mortes decorrentes de conflitos, seis mortes não decorrentes de conflitos e três mortes cuja relação com as ocupações está sob investigação). Registrou ainda 33 ocupações de terra de janeiro a novembro de 2005, com um total de seis mortes (três mortes não decorrentes de conflitos e três mortes cuja relação com os conflitos rurais está sob investigação).[24]

Trabalho Escravo/Forçado

Apesar da intensidade da violência associada a conflitos rurais, que aproxima Pernambuco da situação do Pará e Maranhão, ao contrário do que acontece nestes dois estados, não houve registro de trabalho escravo em Pernambuco entre 2003-2005, segundo o Ministério do Trabalho e a Comissão Pastoral da Terra.[25]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

Pernambuco enfrenta graves problemas de superlotação em seu sistema prisional. Em Pernambuco, a população prisional em dezembro de 2005 era de 18.318 presos, sendo 15.917 (86,35%) em unidades do sistema penitenciário e 2.501 (13,65%) em unidades policiais. O número de presos provisórios no sistema penitenciário era 9.437 (59,66%), 9.051 homens e 386 mulheres. O número de presos condenados era 6.380 (40,34%), sendo 6.125 homens e 255 mulheres. Dos presos condenados, 4.045 estavam em regime fechado, 1.136 em regime semi-aberto, 895 em regime aberto e 304 em medida de segurança.[26]

A população prisional aumentou de 8.958 presos em 2002 para 18.318 em 2005 (+ 104,49%). A taxa de encarceramento de presos por 100 mil habitantes passou de 110,80 em 2002 para 217,72 em 2005 (+ 49,11%), a mais alta entre os estados da Região nordeste.[27]

O número total de vagas no sistema penitenciário passou de 4.345 em 2002 para 8.198 em 2005 (+ 88,68%), mas o déficit de vagas aumentou de 4.613 em 2002 para 7.619 em 2005 (+ 65,16%). O número de presos por vaga diminui de 2,06 em 2002 para 1,93 em 2005 (- 6,31%), o segundo mais alto entre os estados da Região nordeste, atrás apenas do Maranhão.[28]

Em maio de 2006, o perfil dos presos era o seguinte: 46% com idade de 22 a 30 anos, 24% de 31 a 40 anos, 15% de 18 a 21 anos, 8% de 41 a 50 anos e 7% de 51 ou mais anos de idade; 59% eram solteiros, 25% tinham união estável, 13% eram casados, 1% separado, 1% divorciado e 1% viúvo; 68% tinham ensino fundamental completo ou incompleto, 28% eram analfabeto, 3% tinham ensino médio completo ou incompleto e 1% tinha ensino superior completo ou incompleto.[29]

Em 2003, 72,7% das unidades prisionais ofereciam atividades educativas, mas, apesar do alto número de presos analfabetos e com primeiro grau completo ou incompleto, apenas 15% dos presidiários davam continuidade aos seus estudos dentro do sistema penitenciário. O número de presos que trabalhavam era ainda menor, correspondente a 9,2% da população penitenciária, com uma remuneração mensal média na faixa de R$ 180,00.[30]

Em 2002, segundo fontes oficiais, apenas duas rebeliões teriam ocorrido no sistema prisional do estado. Fugas, por sua vez, teriam sido 485, sendo 71 no regime fechado e 414 no regime semi-aberto. Ademais, pelo menos 25 mortes ocorreram no sistema penitenciário em 2002. Catorze mortes teriam sido por causa as naturais, dez presos teriam sido assassinados por outros presos e um preso teria cometido suicídio. O governo do estado não

forneceu informações relativas a mortes provocadas por funcionários do sistema penitenciário.[31]

Liberdade de Expressão e de Assembléia

Imprensa – assassinatos

José Carlos Araújo, que apresentava um programa de entrevistas na Rádio Timbaúba FM, no qual denunciava e criticava a criminalidade na região, foi assassinado com quatro tiros quando saída de um estúdio de gravação no dia 24 de abril de 2004. Em 27 de abril, foi preso o assassino do radialista, Elton Jonas Gonçalves de Oliveira, de 18 anos. Ele foi acusado da autoria de outros dois crimes de morte, tendo sido, inclusive, denunciado no programa de José Carlos. Segundo a polícia, o crime foi praticado juntamente com Marcelo Melo, de 22 anos, que está foragido, e contou ainda com o auxílio de outro cúmplice, conhecido como Fernando Motoqueiro, que teria emprestado a moto que serviu de veículo na prática do crime.[32]

Liberdade de Participação Política

Políticos – assassinatos

José Cândido Amorim Filho (PDT), vereador no município de Carpina, a 60 km de Recife, foi assassinado a tiros em 1º de julho de 2005, em frente à Rádio Alternativa, onde trabalhava, por quatro homens não identificados. O parlamentar era autor de um projeto de lei contra o nepotismo aprovado pela Câmara Municipal que, 25 dias antes do crime, foi vetado pelo prefeito Manuel Botafogo (PSDB). O vereador já havia sofrido um atentado em 21 de maio de 2005, além de constantes ameaças pelo telefone. Na época, o vereador entregou um documento ao Ministério Público e ao governo estadual denunciando as ameaças. A delegada Marta Rosana Alves, que também preside o inquérito do primeiro atentado, não descarta que o assassinato tenha sido cometido por motivação política e que os incidentes tenham relação. Além de José Cândido, as ameaças de morte teriam sido feitas a outros parlamentares que votaram a favor do projeto de lei contra o nepotismo: o vereador Zé Américo (PL), Maria da Conceição (PDT) e Eraldo José (PP). Os autores do crime permanecem desconhecidos.[33]

O vereador e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taquaritinga do Norte, Luís Manoel de Menezes (PPS), foi assassinado em sua residência, em 30 de outubro de 2005. A Polícia Civil trabalha com a possibilidade de latrocínio (assalto seguido de homicídio), mas não descarta as hipóteses de crime político, passional ou ligado à disputa pela terra.[34]

Valdenisso Salustiano da Silva foi assassinado a poucos metros de onde morava, no município de Quipapá. O crime ocorreu em 23 de julho de 2005, quando dois homens armados chegaram numa moto e efetuaram vários disparos. Salustiano da Silva, que foi candidato a vereador em 2004, era secretário de infra-estrutura do município.[35]

Sebastião Raimundo de Lima (PTC), vereador em Igarassu, foi assassinado com um tiro na cabeça, em 15 de julho de 2005, em seu escritório de contabilidade. O assessor Édson Bezerra afirmou que o vereador recebeu ameaças durante a campanha eleitoral de 2004. No entanto, segundo a polícia, o crime não teve motivação política. Os cinco acusados pelo crime foram presos e relataram que se tratou de latrocínio. Um dos acusados havia trabalhado na campanha do vereador.[36]

O vereador eleito de Pombos, Josias Gomes de Oliveira (PSDB), 62 anos, foi assassinado com oito tiros, na cidade de Vitória de Santo Antão, quando seguia para o fórum em seu carro, em 22 de novembro de 2004. Testemunhas contaram à polícia que dois homens numa motocicleta atiraram em Oliveira, que também era advogado criminalista, diretor da Ordem dos Advogado do Brasil de Vitória de Santo Antão e capitão reformado da Polícia Militar. A polícia local prendeu um homem, que não teve sua identidade revelada, para averiguação na delegacia do município. Pelo fato de o veículo não ter sido baleado, os policiais acreditam que o crime tenha sido praticado por matadores profissionais.[37]

José Antônio da Silva (PFL), candidato a vereador em Jaboatão dos Guararapes, foi assassinado em 22 de agosto de 2004. Era a segunda vez que ele se candidatava a vereador na cidade. O corpo foi encontrado na frente de um bar. Segundo testemunhas, José Antônio foi atingido por trás, levou três tiros e morreu na hora.[38]

Jonas Pereira Lyra, ex-vereador no município de Ipojuca, de 42 anos, foi morto a tiros, na madrugada de 24 de abril de 2004. Ele estava chegando em sua casa, localizada na praia de Serrambi, no litoral sul do estado, quando foi abordado por dois homens numa moto. Os assassinos efetuaram diversos disparos contra a vítima e fugiram em seguida, sem roubar nada. O caso está sendo investigado pela delegacia do município.[39]

O agricultor e pré-candidato a prefeito de Ouro Branco (AL) pelo PT, Fernando Martins de Albuquerque, foi assassinado em 15 de setembro de

2003, em Águas Belas (305 km de Recife). Albuquerque mantinha ligações com o MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra). Seu irmão, Ernandes Martins de Albuquerque, então presidente do diretório do PT em Itaíba (355 km de Recife), disse que grupos rivais da região vinham ameaçando matar o irmão, além dele mesmo e alguns aliados. Denúncias contra as ameaças sofridas foram feitas durante audiência pública, na Câmara Municipal de Itaíba dias antes, em 11/09/2003.[40]

Vereador no município de Ouricuri, Manoel Messias Ribeiro (sem partido), foi executado com vários tiros em 12 de julho de 2003. O vereador já tinha registrado duas queixas à polícia sobre ameaças de morte que vinha sofrendo. Ribeiro fez várias denúncias ao Ministério Público contra a administração do prefeito Francisco Ramos (PSDB). O vereador tinha um programa de rádio, "Ouricuri a Caminho da Verdade", no qual veiculava as supostas irregularidades na prefeitura e também as ameaças de morte que vinha sofrendo. Segundo concluiu a polícia, o vereador foi baleado pelo agricultor José Silva Viana, que fugiu em uma moto guiada, suspeita-se, por Expedito Macedo (dono da arma do crime e assassinado 11 dias após o episódio, não se sabe por quem). De acordo com o relatório da polícia, Viana e Macedo teriam recebido R$ 22 mil do prefeito Francisco Ramos e do vereador Francisco de Assis Ramos para executar o crime. Com o fim do inquérito policial, em março de 2004, foram indiciados o prefeito Francisco Ramos, o seu genro Lenarte Coelho (que na época estava foragido), o vereador Francisco de Assis Ramos (PSDB), além do ex-policial militar Wilson Simonal Freire e José Silva Viana (que estavam detidos). Em abril de 2004, após apreciação do Tribunal de Justiça de Pernambuco, foram expedidos os mandados de prisão preventiva contra o prefeito de Ouricuri, Francisco Ramos da Silva (PSDB), e o presidente da Câmara Municipal, Francisco de Assis Ramos (PSDB). Após 97 dias cumprindo prisão cautelar o então prefeito de Ouricuri, Francisco Ramos, foi posto em liberdade.[41]

Na seqüência do caso, em 4 de setembro de 2003, em pronunciamento, na Assembléia Legislativa, o deputado Isaltino Nascimento (PT), denunciou que o vereador Ivo Gomes da Silva (PT), de Ouricuri, sofreu duas ameaças de morte por telefone, em 28 de agosto e 2 de setembro de 2003. Segundo o deputado, uma voz dizia que o vereador seria morto em dois meses, assim como aconteceu com o vereador Manoel Messias. Ivo Gomes prestou queixa à polícia e ao Ministério Público e solicitou proteção à Secretaria de Defesa Social.[42]

Washington Nestor do Amaral Góes (PMDB), vereador em Custódia, e seu assessor Carlos Antônio Nunes da Silva, foram assassinados em 12 de dezembro de 2002, em Boa Viagem, Recife. O político e seu assessor foram

executados com mais de 10 tiros. O vereador já havia sofrido outros três atentados (todos com arma de fogo) e, segundo a assessoria política, vivia sob constante ameaça. Após o crime, familiares do vereador pediram proteção à Secretaria de Defesa Social, devido a ameaças de morte que estariam sofrendo. Um dos suspeitos, George Vilar de Sales, foi preso logo após o duplo homicídio, sendo ferido em troca de tiros com a polícia. Em depoimento, ele disse ter participado da ação junto com outros três homens. George acusou dois policiais militares de terem participado do assassinato do vereador, tendo desmentido em seguida, afirmando que prestou depoimento sob efeito de sedativos no Hospital de Restauração. Os policiais acusados – José Carlos da Silva (12º BPM) e Francivaldo dos Santos Lima (6º BPM) – foram afastados do exercício de suas funções e tiveram prisão preventiva decretada em dezembro de 2002. O crime, que teve grande repercussão, é atribuído a uma briga envolvendo as famílias Veríssimo do Amaral, Amaral Góes e Rafael de Rezende, no município de Custódia.[43] Edson Severiano de Oliveira (PFL), então vereador em Jaboatão dos Guararapes, recebeu um tiro no pescoço depois de ser abordado por três homens no bairro de Tejipió, Recife, em 19 de fevereiro de 2002. O vereador, que sobreviveu ao atentado, disse que os mandantes podem ter sido seus inimigos políticos.[44]

Crianças e Adolescentes

Em Pernambuco, há 150 conselhos tutelares, 188 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 12 delegacias especializadas em crianças e adolescentes, duas promotorias da infância e da juventude, quatro varas da infância e da juventude e dois centros de defesa dos diretos das crianças e adolescentes.[45]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 20,9% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 21,4% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[46]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 719 denúncias de Pernambuco, o que representa 9,72 por 100 mil habitantes.[47]

Trabalho Infanto-Juvenil

Em Pernambuco, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 25% da população total desta idade em 1995 para 8% em 2000, mas subiu para 13,6% em 2004.[48]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 68.753 crianças em 110 municípios do estado no início de 2005.[49]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, Pernambuco tinha 951 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 667 (70%) em meio fechado e 284 (30%) em meio aberto.[50]

Mulheres

A população do estado de Pernambuco é composta por 47,60% de homens (3.970.317) e 52,40% de mulheres (4.370.136). A esperança de vida ao nascer era de 63,7 anos para os homens e 70,7 anos para as mulheres.[51]

Em 2003, foram registradas 468 ocorrências de estupro no estado (11,10 por 100 mil mulheres). Em Recife, capital do estado, concentrava-se 20,94% das ocorrências (98) e 18,54% da população feminina. Entre 2001 e 2003 as taxas de ocorrências por 100 mil mulheres tiveram um aumento de 92,9%. Em 2001 foram registradas 6,5 ocorrências/100.000 mulheres, em 2002 houve uma queda para 2,1/100.000, mas em 2003 um aumento para 12,5/100 mil mulheres.[52]

A comparação entre os dados de homicídio mostra diminuição no número de mortes violentas de mulheres no estado. Em 2000, foram 7,3 homicídios por 100 mil habitantes no estado.[53] Em 2002, 279 mulheres foram assassinadas (6,5/100 mil habitantes), sendo 74 na faixa etária de 15 a 24 anos (8,6/100 mil habitantes), as mais altas taxas entre os estados da região nordeste.[54]

A ONG SOSCorpo, uma das mais antigas e atuantes no estado, implantou o Observatório sobre a situação da violência contra a mulher em Pernambuco em 2004. Segundo as informações da ONG, apenas em 2004, 300 mulheres foram assassinadas em todo o estado.[55]

O Segundo Relatório sobre os Direitos Humanos no Brasil informa que até 2002 o estado tinha apenas duas delegacias de defesa da mulher, ambas situadas na Região Metropolitana de Recife. De acordo com levantamento realizado pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, atual-

mente o estado tem quatro Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, além de um órgão de coordenadoria e outra de assessoria da mulher vítima de violência. A maior parte destes serviços continua situada na Região Metropolitana. O estado tem apenas um Conselho Municipal de Direitos da Mulher, em Recife.

Em Recife, estão instaladas duas casas para abrigar mulheres vítimas de violência. A Casa Abrigo Sempre Viva, criada em 2004, mantida pela prefeitura, com capacidade para abrigar 12 mulheres e até 40 crianças, já atendeu 32 mulheres desde sua abertura.[56] A Casa Abrigo Recife é mantida pelo governo do estado e ligada à Polícia Civil. Outras duas casas funcionam nos municípios de Petrolina e Floresta.[57]

No estado também funcionam dois centros de referência, um em Olinda e outro em Recife.[58] O centro de Referência Clarice Lispector é mantido pela Prefeitura de Recife e foi criado em 2002. Entre outras atividades de atendimento e orientação, o centro é responsável pela triagem das mulheres que vão para a Casa Abrigo. Em 2004, foi criada a Defensoria Especializada na Mulher "Bárbara Rominna". Todas essas ações integram o "Programa Municipal de Assistência e Prevenção à Violência Doméstica e Sexista – Nem com uma Flor", criado em 2001 e ligado à Coordenadoria da Mulher da Prefeitura de Recife.[59]

Em 2005, as prefeituras de Olinda e do Recife aderiram ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres.[60] A Secretaria Especial de políticas para Mulheres repassou ao estado R$ 122.293,50 em 2003 (3,22% do total de repasses da secretaria no ano). Em 2004, foram repassados R$ 768.073,48 (7,52% do total de repasses da secretaria). Em 2005, foram R$ 451.876,40 (3,88% do total de repasses da secretaria).[61]

Educação

Em Pernambuco, no ano de 2004, a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade era de 22,5% para homens e 20,2% para mulheres. Na Região Metropolitana do Recife, estas taxas eram de 10% para homens e 11,4% para mulheres. No mesmo ano, a participação feminina na população com 12 anos ou mais de estudos era de 60,3% e na população que freqüenta o ensino superior era de 57,5%.[62]

Trabalho

Em 2004, a população economicamente ativa era composta de 41,85% de mulheres. Na Região Metropolitana do Recife, a presença feminina era de

44,79%. A população feminina ocupada estava distribuída nos cargos de dirigentes (2,8%), trabalhadores em serviços (28,5%) e trabalhadores agrícolas (24,6%). Entre a população masculina ocupada esta distribuição era de 3,6% em cargos de dirigentes, 13,8% em cargos de trabalhadores em serviços e 34,7% de trabalhadores agrícolas.[63]

O rendimento-hora médio para a população feminina ocupada era de R$ 3,30, 8,30% inferior ao rendimento para os homens que era de R$ 3,60. No grupo com 12 anos ou mais de estudos esta diferença era maior: rendimento de R$ 9,80 para as mulheres, 47,02% inferior ao rendimento para os homens que era de R$ 18,50. Na Região Metropolitana o rendimento médio para as mulheres era de R$ 4,10, 21,15% inferior ao rendimento para os homens que era de R$ 5,20. No grupo com 12 anos ou mais de estudos as mulheres recebiam R$ 10,70, 47,80% a menos do que os homens que recebiam R$ 20,50.[64]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 103,64, e dos 10% mais ricos era R$ 2.091,92. Nos dois casos, o rendimento médio mensal era inferior ao da população masculina. Na população masculina ocupada, o rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 150,17 e dos 10% mais ricos era R$ 2.876,51.[65]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm maior risco de serem vítimas de violência do que os brancos. De 2000 a 2002, para cada branco, 6,56 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrado um aumento desta taxa de 6,02 em 2000 para 6,87 em 2002.[66]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 17,18% para a população branca e 24,57% para a população negra. A escolaridade média era de 7,26 anos de estudo para a população branca e 5,74 anos para população negra.[67]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 245,55 para população branca e R$ 137,38 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 3,16 para população branca contra R$ 1,95 para população negra.[68]

Indígenas

Pernambuco tem uma população indígena distribuída em nove povos. Além disso, abriga um outro povo que vive entre Pernambuco e Bahia:[69]

Nome	População censo/estimativa	Ano
Atikum	2.743	1999
Fulni-ô	2.930	1999
Kambiwá	1.578	1999
Kapinawá	422	1999
Pankará	1025	2005
Pankararu	4.146	1999
Pipipã	?	—
Truká	1.333	1999
Tuxá (PE/BA)	1.630	1999
Xukuru	6.363	1999

O Estado tem 14 terras indígenas, na seguinte situação jurídica:[70]

Situação	Nº de terras
Registradas	4
Homologadas	1
Declaradas	2
Identificadas	0
A Identificar	2
Reservadas/Dominiais	2
Sem Providências	3

Xukuru

Em novembro de 2004, Rivaldo Cavalcanti de Siqueira foi condenado a 19 anos de prisão por sua participação no do assassinato do cacique Chicão Xukuru, em maio de 1998, como intermediário entre o fazendeiro mandante, José Cordeiro de Santana, e o autor os disparos, José Libório Galindo. Esta é a primeira vez em que a Justiça Federal de Pernambuco pune um acu-

sado de participação em assassinato ligado a um povo indígena. O assassinato foi considerado crime de pistolagem, motivado por conflito de terra.[71]

Mais recentemente, em fevereiro de 2003, o atual cacique Xukuru, Marcos Luidson de Araújo, conhecido como Marcos Xukuru (filho do ex-cacique Chicão Xukuru), e seu sobrinho de 12 anos foram vítimas de tentativa de assassinato. Na ocasião, dois indígenas, José Adimilson Barbosa da Silva e Jozenilson José dos Santos, foram mortos. Após o atentado contra Marcos Xucuru, teve início um conflito entre os próprios índios, no qual Expedito Alves Cabral, conhecido como Biá, e um grupo dissidente dos Xukuru, do qual é líder, denominado de "Xukuru de Cimbres", foram expulsos da aldeia. O grupo dissidente, que vive em Recife, reivindica uma nova terra. Segundo o líder Biá, existem 1.600 índios em seu grupo.[72]

Os índios Xukuru vivem em uma área de 27 mil hectares próxima ao município de Pesqueira. A aldeia de Cimbres, também chamada de "Vila de Cimbres", concentra a maior parte da população. A demarcação da terra foi feita em 1992, mas os indígenas ocupam apenas uma parte dela, pois o registro final do território ainda não foi feito, devido a demandas de compensação e conflitos com fazendeiros da área que não foram resolvidos.[73]

Truká

Os índios Truká vivem em território de cerca de 6.000 hectares, localizado no interior do estado, próximo à divisa com a Bahia, na Ilha de Assunção, no rio São Francisco, município de Cabrobó. O maior problema que enfrentam se deve ao fato de a região ser uma área de grande cultivo de maconha. Como conseqüência, há fortes grupos armados concentrados no território a serviço do crime organizado.[74]

Os Truká vêm sofrendo acusações de crimes como os de formação de quadrilha e esbulho possessório desde a década de 1990, quando retomaram a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas existentes nas terras que tradicionalmente ocupam, nas quais vivem e produzem. Os Truká se encontram no meio de um conflito entre a polícia e grupos criminosos envolvidos com o narcotráfico. Além do medo da violência, sentem um profundo sentimento de impotência frente à polícia e aos criminosos. O que leva muitos indígenas a abandonar o território.[75]

Dois indígenas foram assassinados dentro da terra indígena Truká. Adenilson dos Santos, 38 anos, e seu filho Jorge dos Santos, de 17 anos, foram mortos a tiros por policiais militares na noite do dia 30 de julho de 2005. Os corpos foram retirados da terra indígena pela Polícia Militar, passaram pelo hospital da cidade de Petrolina e voltaram à terra indígena sem que

fosse realizada nenhuma perícia. Segundo informações da polícia, seus agentes teriam entrado na terra Truká para cumprir mandado de prisão e, tendo sido recebidos com tiros, reagiram. A versão da polícia foi contestada por vários indígenas que estavam reunidos na hora do assassinato. Os que presenciaram as mortes afirmam que a polícia não apresentou nenhum mandado de prisão e que não foi recebida a tiros. Os policiais estavam à paisana e só se identificaram após terem atirado.[76]

Idosos

Em 2004, Pernambuco tinha 791.148 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 3,6% da população do estado. Desta população, 41,4% tinha um rendimento médio mensal familiar per capita de meio a um salário mínimo e 21,1% de um a dois salários mínimos.[77]

Migrantes

Em 2004, Pernambuco tinha uma população de 584.646 migrantes, o que correspondia a 7,01% da população do estado.[78]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre 16 homossexuais assassinados em Pernambuco em 2002, 20 em 2003, 19 em 2004 e cinco em 2005.[79]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados passou de 17,8% em 1991 para 5% em 2004 (-13%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 16,1% em 1991 para 21,7% em 2004.[80]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 21,3% e a média de anos de estudo era de 5,6 anos.[81]

O rendimento/hora da população ocupada era de R$ 3,50, acima da média regional de R$ 3,00, mas abaixo da média nacional de R$ 4,70.[82]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 132,52, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 2.589,49 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 68,04, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.597,07.[83]

Objetivos do Milênio

	1995	2000	2004
Alfabetização Feminina (%)	74,6	76,8	79,8
Alfabetização Masculina (%)	71,2	74,1	77,5
Água Canalizada (%)	64,2	85,5	74,7
Esgotamento Sanitário (%)	45,7	41,7	38,4
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	75,6	50,2	52,7
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	65,3	48	42,7
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	70,1	50,7	-
Sem Rendimento (%) *	45,2	48,3	37,7
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	21,7	24,3	34,9
Telefone (%)	9,0	21,6	30,4
Computador (%)	-	6,0	8,2

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
4.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
5.Estado de Pernambuco (www.pe.gov.br), Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (www.sds.pe.gov.br), Secretaria Executiva de Ressocialização (www.seres.pe.gov.br).
6.Estado de Pernambuco, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (www.sejudh.pe.gov.br).
7.Efetivo policial em 2003, dados da Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003, do IBGE (www.ibge.gov.br).
8.Brasil, IBGE 2005.
9.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
10.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
11.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
12.Ministério da Justiça 2004b.
13.Brasil, IBGE 2005.
14.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
15.Mesquita e Loche 2005.
16.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005. O estado não disponibilizou informações para o cálculo da taxa de congestionamento na primeira instância.

17.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
18.Brasil, Câmara dos Deputados, Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste, 2004.
19.Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/d.
20.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
21.Waiselfisz 2004.
22.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004.
23.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2005.
24.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ouvidoria Agrária 2005 e 2004.
25.Ministério do Trabalho e Emprego, "Cadastro dos Empregadores Portaria 540 de 15/10/2004", lista atualizada em 19/01/200619/01/2006, disponível no web-site do Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br). Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004 e 2005.
26.Brasil, Depen 2006.
27.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
28.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
29.Estado de Pernambuco, Secretaria da Defesa Social, Secretaria Executiva de Ressocialização (www.seres.pe.gov.br), SIC – Sistema de Informação Carcerária – maio/2006.
30.Lemgruber 2004.
31.Lemgruber 2004.
32.Sociedade Interamericana de Imprensa, Associação Nacional de Jornais, Repórteres sem Fronteiras, jornais *Diário de Pernambuco* e *Folha Pernambuco*.
33.*Folha de S. Paulo*, "Vereador é assassinado a tiros em frente à rádio em PE", 02/07/2005; Assessoria de imprensa do Ministério Público de Pernambuco, "Medo toma conta de vereadores", 04/07/2005; Pernambuco.com, "Carpina protesta contra impunidade", 01/08/2005.
34.Pe360graus.com, "Vereador é assassinado em Taquaritinga do Norte com tiro na cabeça", 31/10/2005; Folha OnLine, "Em PE, 14 pessoas ligadas a movimentos agrários já foram ameaçadas", 31/10/2005.
35.Pe360graus.com , "Ex-candidato a vereador é assassinado a tiros em Quipapá", 25/07/2005.
36.JC OnLine, "Vereador é assassinado dentro do próprio escritório em Igarassu", 15/07/2005; Pe360graus.com, "Vereador assassinado", 17/07/2005; Pe360graus.com, "Polícia revela identidade dos acusados da morte do vereador de Igarassu", 28/07/2005.
37.*Jornal do Commercio*, "Vereador de Pombos é morto", 23/11/2004; *Redação Terra*, "Diretor da OAB é fuzilado no interior de PE", 23/11/2004.
38.Pe360graus.com, "Candidato a vereador é assassinado em Jaboatão dos Guararapes (PE)", 23/08/2004.
39.Pe360graus.com, "Ex-vereador de Ipojuca é assassinado na praia de Serrambi", 24/04/2004.
40.*Folha de S. Paulo*, "Agricultor assassinado", 16/09/2003.
41.*Jornal do Commercio*, "Vereador que revelou ameaças é assassinado", 14/07/2003, "Vereador assassinado fazia oposição usando rádio local", 20/03/2004, "Justiça determina prisão de prefeito", 23/04/2004; "Tensão e expectativa no Caso Ouricuri", 26/03/2004. *O Estado de S. Paulo*, "Acusado de crime, prefeito sai da prisão para o gabinete", 04/08/2004.
42.*Jornal do Commercio*, "Nova ameaça de morte em Ouricuri", 04/09/2003; *Diário de Pernambuco*, "Ouricuri revive clima de ameaça", 04/09/2003.
43.*Jornal do Commercio*, "Vereador assassinado já havia sido vítima de três atentados", 13/12/2002, e "Ameaça de morte. Família de vereador apela para SDS", 17/12/2002; *Diário de Pernambuco*, "Decreto afasta PMs suspeitos de crime", 21/12/2002.
44.JC Online, "Vereador é baleado em Tejipió", 20/02/2002.
45.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12/01/2006.
46.Brasil, IBGE 2006. . Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
47.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
48.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
49.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
50.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no web-site da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
51.Brasil, IBGE 2006.
52.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
53.Mesquita e Affonso 2002.
54.Waiselfisz 2004.
55.SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia: www.soscorpo.org.br..
56.Web-site Pernambuco.com, "Abrigo recebe mulheres ameaçadas de morte pelos ex-companheiros" (www.pernambuco.com/comunidade/mulher.shtml).
57.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
58.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
59.Estado de Pernambuco, Prefeitura do Recife, Boletim Diário (http://noticias.recife.pe.gov.br/index.php).
60.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm/index.htm).
61.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/convenios/htm).

62.Brasil, IBGE 2006.
63.Brasil, IBGE 2006.
64.Brasil, IBGE 2006.
65.Brasil, IBGE 2006.
66.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
67.Pnud 2004.
68.Pnud 2004.
69.Instituto Sócio Ambiental – ISA – ISA (www.socioambiental.org).
70.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br). Dados de 17 de dezembro de 2004.
71.*Carta Maior* (htpp://agenciacartamaior.uol.com.br), "Envolvido na morte de Chicão Xukuru julgado a 19 anos", 23/11/2004.
72.Brasil, Câmara dos Deputados, Comissão de Direitos Humanos, VIII Caravana de Direitos Humanos 2003.
73.Anistia Internacional 2005.
74.Anistia Internacional 2005.
75.Anistia Internacional 2005. Em agosto de 2004 a Anistia Internacional participou de um encontro público no território Truká. O representante da organização encontrou o líder dos Truká e ouviu outros indígenas presentes, que relataram a gravidade da situação em que estão inseridos. Eles admitiram haver uma pequena minoria entre os Truká, apenas alguns indivíduos, envolvida em atividades ilegais.
76.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), "Cimi exige punição aos assassinos de indígenas Truká", 01/07/2005.
77.Brasil, IBGE 2006.
78.Brasil, IBGE 2006.
79.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2006 e 2005.
80.Brasil, IBGE 2006.
81.Brasil, IBGE 2006.
82.Brasil, IBGE 2006.
83.Brasil, IBGE 2006.

5.7 Piauí

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

O Piauí tem uma área de 251.529,186 km2 e população de 3.006.885 habitantes (11,95 hab/km2), divididos em 221 municípios.[1] Teresina, capital do estado, tem uma população de 788.773 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Piauí passou de 0,566 em 1991 para 0,656 no ano 2000 (+ 15,90%).[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0,606, o segundo mais alto da região nordeste, atrás após do Maranhão, acima da média regional de 0,571 e nacional de 0,559.[4]

Estrutura Institucional

O Piauí tem uma Secretaria de Estado da Segurança Pública, à qual está subordinada a Polícia Civil, Polícia Técnica, Policia Militar e Corpo de Bombeiros.[5]

O estado tem uma Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, à qual estão vinculadas a Unidade de Administração Penitenciária, a Unidade de Reintegração Social e Penitenciária, a Unidade de Inteligência e Proteção externa e a de Direitos Humanos. À secretaria, estão vinculados ainda a Assessoria Estadual de Direitos Humanos, o Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher, o Conselho Penitenciário, o Conselho da Comunidade, e o Conselho Estadual de Entorpecentes.[6]

Não há uma ouvidoria de polícia nem uma ouvidoria do sistema penitenciário. Existe uma Ouvidoria Geral do Estado, subordinada à Controladoria-Geral do Estado, que recebe, entre outras, denúncias referentes aos sistemas de segurança pública e administração penitenciária.[7]

O efetivo policial era 10.337 em 2003, sendo 1.191 policiais civis, 180 peritos, 8.253 policiais militares e 713 bombeiros militares, o que representa 1 policial para cada 340 habitantes.[8] Treze municípios tinham guarda municipal em 2004, com um efetivo total de 200 guardas.[9]

O Piauí possui 99 comarcas, que abrangem 221 municípios.[10] Em 2004, atuavam na justiça estadual 160 juízes, sendo 127 na primeira instância, 16 na segunda instância e 17 em juizados especiais, o que corresponde a uma taxa de 5,37 juízes por 100.000 habitantes.[11] O estado tinha ainda nove juízes na primeira instância da justiça federal, em 2003.[12]

A Defensoria Pública foi criada em 1988 e conta com 24 defensores.[13] O estado tem 24 juizados especiais criminais e 25 juizados especiais cíveis.[14] Tem ainda um programa de administração alternativa de conflitos.[15]

Políticas de Direitos Humanos

De 2002 a 2004, o Piauí assinou 15 convênios com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R$ 1.581.393,12. Destes convênios, um foi referente ao combate do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, dois foram referentes ao atendimento sócio-educativo de adolescentes em conflito com a lei, quatro à promoção dos direitos da criança e do adolescente, dois à promoção dos direitos humanos (Balcão de Direitos itinerante e capacitação em direitos humanos), e seis à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência.[16]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Piauí foi de 4,97%. A despesa média da justiça estadual por habitante foi de R$ 40,97. O total de pessoas atendidas pela justiça estadual foi de 20.008. A taxa de congestionamento da justiça estadual foi de 70,83% na primeira instância, 35,83% na segunda instância e 43,12% nos juizados especiais.[17]

Em 2003, na primeira instância da justiça federal 8.069 processos foram distribuídos e 3.496 julgados, o que representa 43% de processos julgados em relação a novos processos.[18]

Direito à Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Violência Policial, Execução, Tortura

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste apresentou relatório em 2004, segundo o qual no Piauí: "A atuação de Grupos de Extermínio está ligada ao conflito de terras, roubos de cargas, tráfico de drogas e questões políticas".[19]

Segundo o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, no Piauí, Antônio Pedro de Almeida Neto, as acusações de uso de tortura por policiais militares aumentaram significativa-

mente em 2004. As denúncias de tortura eram normalmente direcionadas contra agentes da Polícia Civil. No ano de 2004, no entanto, grupos especiais da Polícia Militar passaram a ser cada vez mais envolvidos nas acusações de abusos perpetrados. O Movimento "Meninos e Meninas de Rua" denunciou que os policiais militares recorrem sistematicamente ao método de afogamento para obrigar adolescentes a confessassem crimes dos quais seriam suspeitos. Segundo a Comissão de Direitos Humanos, o método de enforcamento também é recorrentemente utilizado pelos agentes policiais interessados em obter confissões. Além disso, de acordo com as denúncias recebidas pela Comissão, muitas vezes policiais militares invadem casas de pessoas supostamente envolvidas em crimes com ameaças aos moradores e familiares.[20]

Tais formas de violência não são observadas apenas na relação com suspeitos, mas são observadas também no interior da própria corporação policial. Três oficiais da Polícia Militar foram acusados por alunas da academia de forçá-las a comer os restos de comida dos oficiais, punindo as que se negassem com a ingestão de pimenta ou ainda com a obrigação de colocar a mão em um copo que continha um escorpião. Outras punições adotadas consistiam em obrigar as alunas a cantar a "Canção do Soldado" por até quatro horas consecutivas, obrigá-las a dormir ao relento ou a carregar, por um longo tempo, uma pesada tora de madeira. Algumas alunas sofreram assédio sexual por parte de alguns oficiais da corporação. Uma das alunas chegou a ser assediada por dois tenentes: um deles usou até de força física para isso e passou a persegui-la posteriormente por meio de sanções disciplinares; o outro passou a persegui-la com retaliações vexatórias e humilhações públicas, apelando para detenções nos finais de semana pelo cometimento de faltas banais.[21]

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 20 denúncias de tortura praticada por agentes públicos no Piauí, sendo 11 na capital e nove no interior. Das 20 denúncias, oito foram arquivadas devido a dados insuficientes. Dez denúncias foram enviadas ao Ministério Público, que investigou sete e não prestou informações sobre três. Uma denúncia, encaminhada à Corregedoria da Polícia Civil, resultou em abertura de inquérito.[22]

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, 14 casos de violência policial no Piauí, com nove vítimas fatais e 24 feridas, sete casos de execução sumária, com seis vítimas fatais e três feridas, e três casos de linchamento com três vítimas feridas.[23]

Violência Urbana

Em 2002, o Piauí registrou 315 mortes por homicídio (10,9/100 mil hab.), das quais 206 em Teresina (27,8/100 mil hab.). Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 19,9/100 mil no estado e 58,7/100 mil na capital.[24]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 46 conflitos de terra, envolvendo 16.670 pessoas, sem mortes.[25] Em 2004, de janeiro a agosto, foram 40 conflitos, envolvendo 16.453 pessoas, com duas mortes. Em 2005, no mesmo período, foram 21 conflitos, envolvendo 4.475 pessoas, sem mortes.[26]

Trabalho Escravo/Forçado

Houve registro de duas denúncias de trabalho escravo no Piauí em 2004, com a libertação de 38 pessoas, segundo a Comissão Pastoral da Terra.[27] No cadastro de empregadores que utilizam trabalho escravo, há dois empregadores do Piauí.[28]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

No Piauí, a população prisional em dezembro de 2005 era de 1.785 presos, todos em unidades do sistema penitenciário. O número de presos provisórios era 1.072 (60,06%), 691 homens e 22 mulheres. O número de presos condenados era 713 (39,94%), sendo 691 homens e 22 mulheres. Dos presos condenados, 496 estavam em regime fechado, 154 em regime semi-aberto, 45 em regime aberto e 18 em medida de segurança.[29]

A população prisional diminuiu de 2.474 presos em 2002 para 1.785 em 2005 (- 27,85%). A taxa de encarceramento de presos por 100 mil habitantes passou de 85,36 em 2002 para 59,36 em 2005 (- 43,80%), a mais baixa entre os estados da Região nordeste e do país.[30]

Apesar do declínio da população prisional, o número total de vagas no sistema penitenciário passou de 707 em 2002 para 2.105 em 2005 (+ 197,74%), o maior aumento relativo entre os estados da Região nordeste.

O déficit de vagas foi eliminado passando de 1.088 em 2002 para um superávit de 320 vagas em 2005. O número de presos por vaga diminuiu de 2,54 em 2002 para 0,85 em 2005 (- 66,54%), o menor número de presos por vaga entre os estados da Região nordeste e o segundo menor do país, acima apenas do número e presos por vaga em Tocantins.[31]

O Piauí enfrentou até 2004, mas não enfrenta atualmente, problemas graves de superlotação de seus presídios. Pelo menos dois estabelecimentos penais enfrentaram dificuldades decorrentes de uma condição de superlotação em 2004: a Casa de Custódia de Teresina com capacidade para 336 presos e o presídio João de Deus em Picos com capacidade para 158 detentos, que tinham, na época, populações penitenciárias de 425 e 190 presidiários respectivamente, todos cumprindo penas em regime fechado.[32]

Em 2003, oito unidades prisionais (72,7% do total) ofereciam atividade educativa aos presidiários, mas apenas 13,5% dos detentos davam continuidade aos estudos. Apenas 7,3% dos presos exerciam atividades profissionais dentro dos presídios, ganhando rendimentos médios em torno de R$ 120,00 mensais.[33]

Fugas, rebeliões e mortes

Dados oficiais sobre a ocorrência de fugas, rebeliões e mortes são contrastantes com informações da imprensa e relatórios como o elaborado pelo Comitê Estadual de Combate à Tortura da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PI. Segundo as fontes oficiais, o Piauí presenciou apenas duas rebeliões e seis fugas em seu sistema prisional em 2002. Cabe ressaltar que quatro dessas fugas aconteceram em regime semi-aberto e apenas duas em regime fechado. Apenas duas mortes aconteceram no sistema penitenciário piauiense, sendo uma morte natural e a outra um homicídio cometido pelos próprios presos. A quantidade de suicídios e de homicídios cometidos pelos funcionários do sistema prisional não foi informada pelas autoridades.[34]

Em 2004, entretanto, quando havia ainda 490 presos em unidades policiais, a grande maioria dos distritos policiais de Teresina se encontrava com a estrutura física danificada e as celas não tinham condições mínimas para detenção de prisioneiros, o que facilitava fugas de presos. Ademais, os distritos policiais da capital se caracterizavam pela detenção de presos condenados além dos provisórios, e vários detentos manifestaram presença de doenças infecto-contagiosas.[35]

Em fevereiro de 2004, nove presos conduziram uma rebelião na Penitenciária Vereda Grande contra os maus tratos que vinham sofrendo por parte dos agentes penitenciários. Os detentos, na ocasião, renderam um

agente penitenciário roubando sua arma, arrombando em seguida o depósito de armas. Após troca de tiros e negociação com a polícia os presos se renderam, sendo encontradas com eles três escopetas e cinco revólveres.[36]

Tortura

Em julho de 2004, quatro servidores penitenciários foram afastados de suas atribuições após instauração de sindicância pela Secretaria da Justiça que visou apurar práticas de maus tratos e tortura aplicadas aos detentos do presídio Luiz Fortes Rebelo, em Esperantina. A sindicância confirmou indícios das denúncias recebidas, que fundamentaram o afastamento dos agentes penitenciários. Dois soldados da Polícia Militar também estavam envolvidos nas denúncias de tortura, o que foi comunicado ao comandante-geral da Polícia Militar.[37] Em outro caso de tortura ocorrido no estado um delegado e um grupo de policiais civis foram acusados de abuso de autoridade e de torturar três ou quatro prisioneiros simplesmente porque um deles reclamava de dor de dente e necessitava de atendimento odontológico.[38]

Boas Práticas

Por outro lado, pode-se destacar a boa iniciativa da Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos com o lançamento do Manual para os Servidores Penitenciários no dia 25 de junho, como parte integrante da programação do Dia Internacional Contra a Tortura – comemorado no dia 26 do mesmo mês.[39] A distribuição da publicação foi resultado de uma parceria entre a Embaixada Britânica, o Ministério da Justiça e a Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos do Estado do Piauí. O Manual traz uma compilação de conhecimentos sobre administração penitenciária, atendimento à saúde, reintegração social, segurança e inspeções permanentes, além de regras que visavam facilitar a compreensão dos detentos e do exercício profissional dos servidores penitenciários. Procura ser instrumento prático e fonte de referência para os agentes penitenciários integrando um programa de permanente capacitação desses funcionários.

Liberdade de Participação Política

Políticos – assassinatos

O vereador Pedro Barbosa da Silva de 57 anos foi morto com vários tiros pelo pistoleiro Odaly Soares, o qual, preso, confessou a autoria do crime, bem como o mandante, apontando como autor intelectual o Procurador aposentado Raimundo Neiwa Eulálio. Odali Soares teria sido contratado para matar um fazendeiro, mas a semelhança entre caminhões da mesma marca, cor e ano fez com que um pistoleiro matasse por engano o vereador. O pistoleiro teria sido contratado para eliminar um fazendeiro que se recusava a vender suas terras onde criava gado e plantava caju. Seu alvo era o agropecuarista Manuel Luiz Rodrigues da Silva, vulgo Manelão.[40]

O suplente de vereador do Partido Progressista (PP) do município de Alto Longá, João da Cruz Ferreira Dias, 35 anos, foi assassinado com dois tiros de revólver. O crime aconteceu em 26.06.2005, por volta das 22h30, dentro da casa da vítima, na presença da esposa e filhos. João da Cruz teve morte imediata ao sofrer um tiro no ouvido e outro na barriga. Segundo o delegado Wilon Gomes, da Gerência de Polícia Metropolitana, da Secretaria Estadual de Segurança Pública, a polícia procura dois homens que circulavam em um veículo Gol branco que teriam invadido a casa de João da Cruz e efetuado os disparos. "Quando os dois homens armados de revólver chegaram à casa da vítima, João da Cruz, ele estava conversando com um amigo, mas correu para um quarto da casa. No entanto, os homens arrebentaram a porta e mataram João da Cruz", conta o delegado Wilon Gomes, que recebeu comunicado do delegado de Alto Longá, Robert Sousa, sobre o ocorrido.[41]

Crianças e Adolescentes

No Piauí, há 119 conselhos tutelares, quatro conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, quatro delegacias especializadas em crianças e adolescentes, uma promotoria da infância e da juventude e duas varas da infância e da juventude.[42]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 30,7% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 31,9% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[43]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 131 denúncias do Piauí, o que representa 4,90 por 100 mil habitantes.[44]

Trabalho Infanto-Juvenil

No Piauí, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 32,3% da população total desta idade em 1995 para 10,7% em 2000, mas subiu para 22,8% em 2004.[45]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 20.775 crianças em 29 municípios do estado no início de 2005.[46]

Medidas Sócio-Educativas

O Piauí foi o único estado brasileiro que não forneceu dados sobre o número de adolescentes no sistema sócio-educativo em 2004.[47]

Um caso de grave violação dos direitos humanos com grande repercussão na imprensa do estado diz respeito à morte de seis jovens na sede do Complexo da Cidadania em Teresina.[48] Os adolescentes morreram queimados após princípio de rebelião no dia 08 de maio de 2004, o que levou duas famílias a entrarem na justiça contra o Estado, alegando omissão das autoridades competentes. Os jovens morreram após atearem fogo nos colchões e, segundo uma assistente social que trabalhava no complexo na ocasião, os menores não foram retirados porque os colchões estavam perto das grades, o que levou o cadeado a ficar incandescente sem condições de ser manuseado. As famílias dos menores, no entanto, reclamaram de omissão por parte das autoridades que possibilitaram a entrada de fósforos na unidade de detenção em Teresina. Ademais, a irmã de uma das vítimas, Maria dos Anjos de Sousa Ribeiro, questionou a omissão de informações por parte dos coordenadores do complexo. Segundo ela, o irmão chegou ao hospital por volta das 21h, passou a noite pedindo pela presença da mãe, fornecendo, inclusive, o telefone da família. Não obstante, os parentes só tomaram conhecimento do acidente às 9h da manhã do dia seguinte, três horas depois do falecimento do adolescente.[49]

O número de vítimas do incêndio ocorrido no complexo subiu para sete e o inquérito policial realizado para averiguação do caso apontou um dos adolescentes vitimados e sua mãe, que havia fornecido o fósforo, como culpados pela tragédia. Apontou ainda a responsabilidade do policial mili-

tar encarregado de realizar a vistoria na mãe e no adolescente no dia da visita, e da secretária de Assistência Social, Rosângela Souza, por participação indireta na morte dos adolescentes. Foram também indiretamente apontadas a coordenadora do Complexo de Defesa da Cidadania e a delegada titular da Delegacia de Segurança à Criança e ao Adolescente.[50]

Durante reunião do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, em agosto de 2004, representantes do grupo 8 de Maio (parentes dos adolescentes mortos na tragédia) e do grupo Amar (Associação das Mães de Crianças e Adolescentes em Risco) foram obrigados a se retirar do local, de forma humilhante, após denunciarem omissão por parte dos conselheiros no caso da morte dos adolescentes no Complexo de Defesa da Cidadania.[51] O único sobrevivente da tragédia do dia 8 de maio, um menor de 16 anos, foi posteriormente ameaçado de morte por dois homens no dia 6 de novembro de 2004.[52] Suspeita-se que os dois homens eram ligados a um dos policiais que cumpriam plantão no dia da tragédia e que, por ser o único sobrevivente do incêndio, o adolescente poderia incriminar alguns dos funcionários do complexo. Após solicitação da Amar, o adolescente acabou tendo seu nome incluído no programa de proteção às vítimas e se retirando do estado para assegurar sua sobrevivência.

Mulheres

O estado do Piauí tem sua população composta por 1.459.252 homens (48,92%) e 1.523.473 mulheres (51,08%). Em 2004 a esperança de vida ao nascer era de 64,8 anos para os homens e 70,9 anos para as mulheres.[53]

Em 2003, foram registradas 65 ocorrências de estupro na capital (16,28/100 mil mulheres). Entre julho e dezembro, a Secretaria de Segurança do Piauí informou terem ocorrido apenas cinco casos na Região Metropolitana e não divulgou os dados para os outros municípios do Estado.[54] Em 2003, Teresina concentrava 26,87% da população feminina do estado. Em 2001, a taxa de ocorrências de estupro no estado foi de 21,7 por 100 mil mulheres. Em 2002, a secretaria de segurança informou apenas os dados do último trimestre, o que permitiu apurar uma taxa de 23,9 ocorrências/100.000 mulheres. Em 2003, esta taxa caiu para 16,3. A taxa média no período foi de 20,6 ocorrências, muito próxima à média nacional (20,7).[55]

A comparação entre os dados de homicídio mostra aumento no número de mortes violentas de mulheres. Em 2000, foram 1,2 homicídios por 100 mil habitantes.[56] Em 2002, 28 mulheres foram assassinadas (1,9/100 mil habitantes), sendo sete na faixa etária de 15 a 24 anos (2,2/100 mil habitantes).[57]

A rede de serviços para atendimento de mulheres vítimas de violência sexual e doméstica é composta por quatro Delegacias Especializadas no Atendimento de Mulheres (DEAMs), duas delas localizadas em Teresina, um Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, instalado na capital, e um conselho municipal na cidade de Floriano. A única casa abrigo do estado está situada no município de São Raimundo Nonato. Não existem centros de referência para atendimento de mulheres em situação de violência ou serviços de referência na saúde para atendimento em casos de violência sexual. A rede ainda conta com a Defensoria Especializada para Mulheres.[58]

Até abril de 2006, não foram registradas adesões ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres neste estado.[59] Em 2003, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres não realizou convênios com o Piauí. Em 2004, foram feitos convênios e repassados ao estado R$ 329.207,64 (3,22% do total de repasses da secretaria naquele ano). Em 2005, foram repassados R$ 219.737,00 (1,88% do total), aplicados na Defensoria Pública e na estruturação de um centro de referência para atendimento das mulheres.[60]

Educação

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era 24,3% para as mulheres e 30,4% para os homens. A segunda mais alta do país, depois de Alagoas. No outro extremo, a presença feminina entre os grupos com 12 anos ou mais de estudos era de 62,9% e entre aqueles que freqüentam o ensino superior de 67,3%, também uma das mais altas do país.[61]

Trabalho

A população economicamente ativa está distribuída em 42,49% de mulheres e 57,51% de homens. Entre a população feminina ocupada, há uma distribuição de 2,4% das mulheres em postos de dirigentes, 21,1% de trabalhadores em serviços e 38,7% de trabalhadores agrícolas. Para os mesmos postos a distribuição masculina é de 2,0%, 7,9%, 56,1% – havendo, portanto, maior concentração de mulheres do que de homens em postos de dirigentes.[62]

Na população feminina ocupada, o rendimento/hora era R$ 2,80, 26,8% superior ao da população masculina ocupada, que era de R$ 2,20.[63] Esta situação se inverte no grupo com 12 anos ou mais de estudo, em que as mulheres recebem R$ 7,40/hora, 41,27% inferior ao rendimento para os homens que era de R$ 12,60/hora.[64]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 55,77, e dos 10% mais ricos era R$ 1.742,93. Nos dois casos, o rendimento médio mensal era inferior ao da população masculina. Na população masculina ocupada, o rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 74,97 e dos 10% mais ricos era R$ 1.965,57. Comparado aos outros estados e á média nacional, tanto para as mulheres quanto para os homens estes foram os menores valores apurados.[65]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm maior risco de serem vítimas de violência do que os brancos. De 2000 a 2002, para cada branco, 4,94 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrado um aumento desta taxa de 4,45 em 2000 para 5,66 em 2002.[66]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 20,63% para a população branca e 31,08% para a população negra – a taxa mais alta entre os estados do Nordeste. A escolaridade média era de 6,40 anos de estudo para a população branca e 4,97 anos para população negra – a mais baixa entre os estados do Nordeste.[67]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 240,30 para população branca e R$ 133,08 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 2,73 para população branca contra R$ 1,55 para população negra – o mais baixo entre os estados do Nordeste.[68]

Indígenas

De acordo com o Censo Demográfico (IBGE) de 2000 cerca de 2.664, o equivalente a 0,36% da população do Estado, se declarou indígena. No entanto, não há registros de povos ou etnias reconhecidos nos registros do governo (Funai, Funasa) e nem no Instituto Sócio-Ambiental ou Conselho Indigenista Missionário.[69]

Boas Práticas

O Hospital Infantil Lúcido Portela, localizado na cidade de Teresina, implantou uma série de medidas para diminuir o impacto nas mudanças que a população indígena sofre por conta do tratamento de saúde e pela mudança de ambiente. Uma delas faz parte do projeto "Rede no Berço", implantado em agosto de 2004, que facilita o atendimento à população infantil indígena, adequando suas acomodações aos valores e cultura das diferentes etnias que demandam os serviços de saúde do Hospital. Com isso, as famílias indígenas têm a disposição um tecido especial, com cantoneiras, para ser colocado nos berços, dando idéia de uma rede.[70]

Idosos

Em 2004, o Piauí tinha 319.758 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 2,5% da população do estado. Desta população, 48,5% tinha um rendimento médio mensal familiar per capita de meio a um salário mínimo e 19,6% de um a dois salários mínimos.[71]

Migrantes

Em 2004, o Piauí tinha uma população de 275.356 migrantes, o que correspondia a 9,23% da população do estado.[72]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Em dezembro de 2004, o operador de microcomputadores Cristiano Silva foi preso e torturado por policiais devido a sua orientação sexual.[73] Após se envolver em uma confusão num bar no centro de Teresina, onde foi ameaçado de morte, ele se dirigiu para a Central de Flagrantes para prestar queixa do ocorrido, onde terminou preso como acusado de roubo. Ele conta que foi agredido nas costas e no rosto ao mesmo tempo em que era xingado e humilhado pelos policiais. Ademais, a vítima, que é soropositivo, portadora do vírus HIV, conta que seus remédios foram apreendidos e jogados fora, de tal forma que seu tratamento acabou sendo prejudicado devido à violência sofrida. No mesmo mês, o bailarino Fernando Freitas foi espancado por dois jovens no centro de Teresina, mas desistiu de registrar a ocorrência por

já ter sido anteriormente maltratado por policiais em situações semelhantes a que havia passado naquele momento.[74]

Há informações sobre cinco homossexuais assassinados no Piauí em 2002, dois em 2003 e quatro em 2004.[75]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados passou de 2,2% em 1991 para 2,5% em 2004 (+0,3%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 13,5% em 1991 para 23,9% em 2004.[76]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 27,3% e a média de anos de estudo era de 4,8 anos.[77]

O rendimento/hora da população ocupada era de R$ 2,40, abaixo tanto da média regional de R$ 3,00, como também da média nacional de R$ 4,70.[78]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 67,69, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.885,94 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 57,36, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.384,13.[79]

Objetivos do Milênio

	1995	2000	2004
Alfabetização Feminina (%)	69,7	72,2	75,7
Alfabetização Masculina (%)	62,9	66,6	69,6
Água Canalizada (%)	40,6	87,2	60,9
Esgotamento Sanitário (%)	35,3	37,9	51,2
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	65,4	75,1	61,7
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	53,7	36,2	31,6
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	69,5	49,7	-
Sem Rendimento (%) *	48,1	49,6	41,3
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	27,2	30,5	36,9
Telefone (%)	12,8	21,0	23,6
Computador (%)	-	2,8	5,4

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
4.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
5.Estado do Piauí (www.pi.gov.br), Secretaria da Segurança Pública (www.ssp.pi.gov.br).
6.Estado do Piauí, Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos (www.justica.pi.gov.br).
7.A Ouvidoria-Geral do Estado foi criada no âmbito da Controladoria Geral do Estado (www.cge.pi.gov.br), através do Decreto 11.322/2004, e institucionalizada através da Lei Complementar 42/2004.
8.Efetivo policial em 2003, dados da Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003, do IBGE (www.ibge.gov.br).
9.Brasil, IBGE 2005.
10.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
11.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
12.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
13.Brasil, Ministério da Justiça 2004b.
14.Brasil, IBGE 2005.
15.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
16.Mesquita e Loche 2005.
17.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005. O estado não disponibilizou dados sobre a assistência e judiciária gratuita.
18.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
19.Brasil, Câmara dos Deputados, Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste, 2004.
20.*Acesse Piauí*, 16 /04/2004.
21.*Acesse Piauí*, 23/12/2004.
22.Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/d.
23.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
24.Waiselfisz 2004.
25.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004.
26.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2005.
27.Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, "Cadastro dos Empregadores", atualizado em 08/09/2005 e 19/01/200619/01/2006. Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004 e 2005.
28.Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, "Cadastro dos Empregadores Portaria 540 de 15/10/2004", lista atualizada em 19/01/200619/01/2006, disponível no web-site do Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br).
29.Brasil, Depen 2006.
30.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
31.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
32.Piauí, Governo do Estado, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos 2004.
33.Lemgruber 2004.
34.Lemgruber 2004.
35.Relatório do Comitê Estadual de Combate à Tortura da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PI, baseado em visitas às delegacias e distritos policiais de Teresina. Informações divulgadas em *Acesse Piauí* (www.acessepiaui.com.br/geral2.php?id=55639&ref=200607), 18/12/2004.
36.*Acesse Piauí*, 18/02/2004.
37.*Acesse Piauí*, 02/07/2004.
38.*Acesse Piauí*, 21/10/2004.
39.*Acesse Piauí*, 25/06/2004.
40.*Riachãonet*: (http://www.riachaonet.com.br/materia.php?id=3175)
41.*Meionorte.com* (www.meionorte.com/noticia.asp?id=3233)
42.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12/01/2006.
43.Brasil, IBGE 2006.. Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
44.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
45.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
46.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
47.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no web-site da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
48.*Acesse Piauí*, 09/05/2004.
49.*Acesse Piauí*, 10/05/2004.
50.*Acesse Piauí*, 02/08/2004.

51. *Acesse Piauí*, 05/08/2004.
52.*Acesse Piauí*, 13/12/2004.
53.Brasil, IBGE 2006.
54.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
55.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
56.Mesquita e Affonso 2002.
57.Waiselfisz 2004.
58.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
59.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm/index.htm).
60.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
61.Brasil, IBGE 2006.
62.Brasil, IBGE 2006.
63.Brasil, IBGE 2006.
64.Brasil, IBGE 2006.
65.Brasil, IBGE 2006.
66.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
67.Pnud 2004.
68.Pnud 2004.
69.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), *População Indígena no Brasil*.
70.Brasil, Ministério da Saúde, Fundação nacional da Saúde – Funasa (www.funasa.gov.br), notícia 24/02/2005
71.Brasil, IBGE 2005.
72.Brasil, IBGE 2005.
73.Acesse Piauí, 02/01/2005.
74.Acesse Piauí, 21 de dezembro de 2004.
75.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2006 e 2005.
76.Brasil, IBGE 2006.
77.Brasil, IBGE 2006.
78.Brasil, IBGE 2006.
79.Brasil, IBGE 2006.

5.8 Rio Grande do Norte

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

O Rio Grande do Norte tem uma área de 52.796,791 km2 e população de 3.003.087 habitantes (56,91 hab/km2), divididos em 166 municípios.[1] Natal, capital do estado, tem uma população de 778.040 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Piauí passou de 0,604 em 1991 para 0,705 no ano 2000 (+ 16,72%).[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0,566, abaixo da média regional de 0,571 e acima da média nacional de 0,559.[4]

Estrutura Institucional

O Rio Grande do Norte tem uma Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesed), à qual estão vinculadas a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e o Instituto Técnico e Científico da Polícia. Na secretaria, há uma Corregedoria-Geral e uma Ouvidoria da Defesa Social, para os órgãos de segurança pública e defesa social (criada no ano 2000 através da lei estadual nº 7.851, 28 de junho).[5]

O estado tem ainda uma Secretaria do Trabalho, da Justiça e da Cidadania (Sejuc), que conta com uma Coordenadoria de Direitos Humanos, à qual está vinculada a administração penitenciária.[6]

O efetivo policial era 13.722 em 2003, sendo 2.424 policiais civis, 373 peritos, 10.000 policiais militares e 925 bombeiros militares, o que representa 1 policial para cada 210 habitantes.[7] Vinte e um municípios tinham guarda municipal em 2004, com um efetivo total de 974 guardas.[8]

O estado tem 166 municípios, sendo 62 municípios sede de comarca.[9] Em 2004, atuavam na justiça estadual 231 juízes, sendo 186 na primeira instância, 15 na segunda instância e 30 em juizados especiais, o que corresponde a uma taxa de 7,80/100.000 habitantes.[10] O estado tinha ainda 12 juízes na primeira instância da justiça federal.[11]

O Rio Grande do Norte é um dos poucos estados que ainda não criaram a Defensoria Pública, mantendo no seu lugar, vinculada à Procuradoria Geral do Estado, uma Procuradoria de Assistência Judiciária.[12] O estado tem 64 juizados especiais criminais e 64 juizados especiais cíveis.[13] Não tem programa de administração alternativa de conflitos.[14]

Políticas de Direitos Humanos

O Rio Grande do Norte tem um Programa Estadual de Direitos Humanos, produzido pela 2ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, realizada 17-18 de dezembro de 1998, que contém propostas para proteção e promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Foi instituído, pelo decreto 15.987, de 3 de abril de 2002, que atribuiu ao Conselho Estadual de Direitos Humanos e Cidadania a responsabilidade de monitorar e acompanhar a execução do programa.[15]

De 2002 a 2004, o Rio Grande do Norte assinou 18 convênios com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R$ 4.391.828,20. Destes convênios, quatro foram referentes ao atendimento sócio-educativo de adolescentes em conflito com a lei, seis à promoção dos direitos da criança e do adolescente, dois à promoção dos direitos humanos (balcões de direitos e direitos de minorias), cinco à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, e um paz nas escolas.[16]

O corregedor-geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, Oswaldo Monte Filho, que havia assumido a Corregedoria em 13 de maio de 2004, foi exonerado do cargo em dezembro de 2005, em virtude de conflitos com o Secretário da Segurança Pública e Defesa Social e o comandante-geral da Polícia Militar sobre a investigação de crimes cometidos por policiais. No lugar de Oswaldo Monte Filho, assumiu a advogada Ana Maria Arruda. Durante a gestão de Oswaldo Monte, a Corregedoria Geral solicitou ao Comando Geral da Polícia Militar a abertura de 140 processos, a partir de denúncias de infrações disciplinares e crimes cometidos por 163 policiais. Nenhum processo foi instaurado. Entre as denúncias estão casos de tortura, espancamento, homicídio, maus tratos, formação de quadrilha, grupos de extermínios, agressão física, tráfico de drogas, roubo e extorsão.[17]

Segundo o ex-Coordenador de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça, Fábio dos Santos, que foi exonerado ao reafirmar as denúncias do ex-corregedor Oswaldo Monte Filho, apesar de poder contar com recursos do governo federal, o governo do estado não implantou o programa de proteção a vítimas e testemunhas.[18]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Rio Grande do Norte foi de 5,81%. A despesa média da justiça estadual por habitante foi de R$ 63,53. A taxa de congestionamento da justiça estadual

foi de 86,42% na primeira instância, 60,96% na segunda instância e 25,93% nos juizados especiais.[19]

Em 2003, na primeira instância da justiça federal, foram distribuídos 21.088 processos e 13.222 julgados, o que representa 63% de processos julgados em relação a novos processos.[20]

Direito à Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Violência Policial, Execução, Tortura

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste apresentou relatório em 2004, segundo o qual o Rio Grande do Norte é: "Área de atuação do grupo 'Meninos de Ouro', praticando crimes em favelas de Natal e também na Grande Natal. Um fato que chamou a atenção foi a chacina da Favela Mãe Luiza. O advogado Gilson Nogueira Carvalho, defensor dos direitos humanos, após denunciar assassinatos e torturas cometidas por agentes policiais comandados pelo então Secretário Adjunto da Segurança Pública, Sr. Maurílio Pinto de Medeiros, foi assassinado com 17 tiros. Ele havia feito um relatório identificando policiais como pertencentes a um grupo de extermínio denominado 'Meninos de Ouro'".[21]

Diversos casos de tortura ocorridos no estado foram objetos de reportagens pela imprensa local entre os anos de 2002 a 2004, indicando que a tortura é utilizada sistematicamente pelos policiais como método de punição e de obtenção de confissões por parte de suspeitos e acusados. Em julho de 2003, por exemplo, três homens acusados de assalto e homicídio foram levados por policiais a um matagal em Parnamirim e submetidos a cacetadas durante uma noite inteira até que confessassem o assassinato.[22]

Em outro caso explícito de truculência das autoridades, dois agricultores do assentamento Barra de Santo Estevam, em São Paulo do Potengi, alegaram ter sofrido violenta tortura dispensada pelos policiais na delegacia do município.[23] Os amigos Jair Bezerra da Silva e Paulo Cassimiro de Farias foram procurados por quatro policiais militares após a briga e a queixa prestada por um desafeto do assentamento por um motivo fútil. Paulo teve uma briga com um vizinho do assentamento, João Maria, por ter proibido o namoro de sua filha com o filho dele. Jair Bezerra apartou a briga, mas João Maria decidiu prestar queixa na delegacia municipal da cidade logo depois de ocorrida a contenda com Paulo Cassimiro.

Segundo relato dos agricultores, tão logo chegaram à delegacia os policiais ordenaram-lhes que retirassem as roupas e fossem para debaixo do chuveiro, onde foram espancados com cassetetes de madeira por aproximadamente 30 minutos. Ao final da tortura, Jair da Silva estava com uma fratura exposta no braço esquerdo, com hematomas nas pernas, mãos, braços e costas, além de um corte na cabeça que viria a ser fechado no hospital com três pontos posteriormente. O seu amigo, Paulo Cassimiro, teria sofrido menos pelo fato de ter levado um chute na cabeça e desmaiado, deixando de ser vítima das pancadas nos primeiros momentos dentro da delegacia, mas ainda assim ficando com hematomas espalhados por várias partes do corpo. O agricultor Jair Bezerra passou uma semana internado no Hospital Walfredo Gurgel tendo de ser depois submetido a uma cirurgia no braço em que sofrera a fratura exposta.

Em outro caso de tortura veiculado pela imprensa, uma empregada doméstica da casa do deputado federal Nélio Dias, em Morro Branco, denunciou ter sido torturada por policiais na Delegacia de Roubos e Furtos, na zona norte de Natal, para confessar o furto das jóias que haviam desaparecido do cofre da casa de seu patrão uma semana antes. Segundo ela, os policiais, na ocasião, apertaram seu pescoço, bateram em sua cabeça, nas costas e usaram uma palmatória contra uma de suas mãos insistentemente, determinados a obter sua confissão.[24]

Uma busca policial em abril de 2003, realizada no morro de Mãe Luiza em Natal, explicitou o abuso de autoridade por parte dos policiais revoltando os moradores do local. Um traficante de drogas foi preso na ação, mas conseguiu esconder anteriormente a maconha numa casa da Rua Camaragibe acusando seu proprietário, que não se encontrava, como verdadeiro dono da droga. O criminoso alegou ter sofrido "tortura até sangrar" por parte dos policiais para ter acusado o proprietário da casa enquanto real dono da droga, o que fez os policiais arrombarem as portas, destruírem os móveis, apreenderem quatro televisores e ameaçarem atirar na população caso houvesse qualquer tumulto.[25]

Em novembro de 2003, o coordenador de Direitos Humanos da Secretaria de Trabalho, Justiça e Cidadania, Fábio Santos, ouviu o relato de 21 detentos e observou que muitos estavam machucados, com curativos e mesmo com pontos na cabeça, conseqüência de abuso de força dispensado por agentes policiais dentro do presídio provisório Raimundo Nonato Fernandes. Os presos alegaram ter sido torturados e espancados por terem se revoltado por causa do atraso ocorrido na visita dos familiares.[26]

Outro caso ocorrido no estado foi o assalto de uma loja de supermercado perpetrado por policiais militares que, inclusive, utilizaram-se de pró-

pria viatura da corporação para colocar seu plano em execução. Um sargento e três soldados da Polícia Militar foram considerados culpados pela Auditoria Militar de Natal pelo assalto do supermercado RedeMais. Os policiais teriam cometido o crime em abril de 2003, assaltando os caixas, roubando celulares, um revólver calibre 38 e uma espingarda calibre 12, tendo agido com extrema violência na ocasião. Um empacotador teve os dedos quebrados pela tortura dos bandidos enquanto um dos açougueiros do supermercado teve a clavícula quebrada pelos policiais.[27]

O operário José Wilson Pimenta Carneiro, por sua vez, foi confundido com um assaltante de supermercado e espancado dentro do 2º Batalhão da Polícia Militar em Mossoró. O trabalhador, que naquele dia estava recebendo tratamento na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Alto de São Manoel, devido a um acidente que havia sofrido, comentou que foi retirado à força do ambulatório por policiais militares e conduzido para a sede do 2º Batalhão, onde foi vítima de tortura.[28]

José Wilson revelou ainda que foi espancado por aproximadamente seis policiais que exigiam sua confissão, que assumisse o roubo de uma moto e de um revólver e que reconhecesse um dos assaltantes que fora morto, como seu comparsa no assalto do supermercado. Levado para a estrada de Upanema o operário foi vítima de socos, pontapés e tapas na cara; depois conduzido para a cena do assalto, quase foi linchado pela população. O operário alegou que não pôde trabalhar por vários dias por conta dos ferimentos sofridos e das fortes dores de cabeça, nos rins e nas costas; teve uma recuperação lenta por não ter condições para comprar os remédios necessários.

O único suspeito identificado facilmente pela vítima, cabo Renickson, não foi inicialmente afastado de suas atividades pelo comandante do Segundo Batalhão da Polícia Militar.[29] Dois meses após a instauração do inquérito policial destinado à averiguação da denúncia, nenhum testemunho ainda havia sido colhido.[30] A maioria dos envolvidos acabou sendo ouvida apenas quatro meses depois da ocorrência da tortura.[31]

Em junho de 2003, o corretor de automóveis, André de Souza Teixeira, prestou depoimento ao então sub-secretário de Defesa Social, Maurílio Pinto de Medeiros, alegando ter sido vítima de tortura por aproximadamente 10 homens, dos quais pelo menos três, conforme ficou comprovado, eram policiais militares. Esses policiais, junto com o ex-PM João Grandão e outros homens que não faziam parte da corporação, integravam um grupo de extermínio atuante no Rio Grande do Norte, responsável pela execução de pelo menos duas pessoas.[32] Pelo menos mais um grupo de extermínio agia no Rio Grande do Norte à época, sendo atribuído aos dois grupos em conjunto ao menos seis execuções sumárias.[33] Em muitos dos casos as vítimas

eram torturadas antes de serem executadas, tal qual o acusado de assaltos João Batista Barbosa, de apenas 23 anos.

Em outro caso gravíssimo, depois da ocorrência de uma festa no município de Equador, policiais militares invadiram a casa de Josenilton Primo dos Santos alegando que ele teria feito baderna durante a festa. A brutalidade da polícia na invasão teria sido tamanha que o pai de Josenílton, que é doente de câncer, piorou. A mãe, em crise nervosa, não reconhecia mais os parentes. Retirado de dentro de casa à força, Josenilton foi então submetido a uma seqüência de torturas pelos policiais. Trancado no porta-malas da viatura, era jogado de um lado para o outro violentamente enquanto os policiais executavam "piruetas" e "cavalos de pau". No quintal da delegacia foi torturado com choques elétricos com esponjas molhadas nos testículos e surrado. A vítima contou ainda que foi impedido de receber visitas de sua família. Na hora das refeições os policiais colocavam a vasilha da comida longe da grade, para forçá-lo a esticar os braços para fora da cela e ser, assim, pisoteado. Quando não suportou mais a tortura, Josenilton foi levado para um hospital, onde também foi torturado por policiais que a toda hora ameaçavam tirar o soro fisiológico atado à sua veia.[34]

Num dos casos que teve mais destaque na imprensa do estado, acusado pelo envolvimento no homicídio do empresário Paulo Ubarana, o também espanhol e empresário Anxo Antón Valiño González, acusou a polícia de torturá-lo para obter sua confissão.[35] Segundo seu relato, ele e a mulher foram espancados em uma delegacia de Natal; os policiais ainda ameaçaram matar a sua esposa caso ele se recusasse a confessar sua participação no assassinato do ex-sócio. O delegado responsável pela investigação negou a acusação e afirmou que o espanhol havia sido submetido a exame de corpo de delito justamente para comprovar que não fora torturado pelos policiais.[36] No entanto, dias depois dessas declarações o espanhol voltou a afirmar durante escolta para a Divisão Especializada em Investigações e Combate ao Crime Organizado (Deicor) que não queria mais ser torturado pela polícia.[37]

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 31 denúncias de tortura praticada por agentes públicos em Rio Grande do Norte, sendo 16 na capital e 15 no interior. As 31 denúncias foram encaminhadas ao Ministério Público, que não prestou informações sobre os casos denunciados.[38]

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, oito casos de violência policial no Rio Grande do Norte, com 14 vítimas fatais e 16 feridas, cinco casos de execução sumária, com 30 vítimas fatais, três casos de linchamento com duas vítimas fatais e duas feridas.[39]

Violência Urbana

Em 2002, o Rio Grande do Norte registrou 301 mortes por homicídio (10,6/100 mil hab.), das quais 102 em Natal (13,9/100 mil hab.). Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 16,9/100 mil no estado e 31,0/100 mil na capital.[40]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 16 conflitos de terra, envolvendo 23.390 pessoas, sem mortes.[41] Em 2004, de janeiro a agosto, foram nove conflitos, envolvendo 5.979 pessoas, sem mortes. Em 2005, foram três conflitos, envolvendo 4.350 pessoas, também sem mortes.[42] A Ouvidoria Agrária registrou duas ocupações de terra em 2004, sem mortes, e nenhuma de janeiro a novembro de 2005.[43]

Trabalho Escravo/Forçado

Não houve registro de trabalho escravo em Sergipe em 2003 e de janeiro agosto de 2005, segundo a Comissão Pastoral da Terra. Em 2004, de janeiro a julho, houve uma denúncia de trabalho escravo, com resgate de 29 pessoas.[44]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

No Rio Grande do Norte, a população prisional em dezembro de 2005 era de 3.788 presos, 2.243 (59,21%) em unidades do sistema penitenciário e 1.545 (40,79%) em unidades policiais. O número de presos provisórios no sistema penitenciário era 673 (30,00%), 640 homens e 33 mulheres. O número de presos condenados era 1.570 (70,00%), sendo 1.495 homens e 75 mulheres. Dos presos condenados, 1.127 estavam em regime fechado, 293 em regime semi-aberto, 121 em regime aberto e 29 em medida de segurança.[45]

A população prisional aumentou de 1.168 presos em 2002 para 3.788 em 2005 (+ 224,32%). A taxa de encarceramento de presos por 100 mil habitantes passou de 40,94 em 2002 para 126,14 em 2005 (+ 67,50%), o maior aumento entre os estados da Região nordeste, e o segundo maior do país, atrás apenas do Rio Grande do Sul.[46]

Apesar do aumento da população prisional, o número total de vagas no sistema penitenciário praticamente não aumentou, passando de 1.324 em 2002 para 1.365 em 2005 (+ 3,10%). O superávit de 156 vagas em 202 se transformou em déficit de 878 vagas em 2005 (+ 662%). O número de presos por vaga aumentou de 0,88 em 2002 para 1,64 em 2005 (+ 86,36%).[47]

Em 2003, apenas 5,6% das unidades de detenção do Rio Grande do Norte ofereciam atividades educativas, e apenas 6,9% dos detentos davam continuidade a seus estudos dentro das unidades. A taxa de presos que se encontravam exercendo atividades profissionais no ano de 2003 era semelhante àquela relativa aos detentos que se encontravam estudando: 6,2%. Os detentos que trabalhavam recebiam um salário médio de R$ 240,00 reais. Nenhum defensor público e apenas cinco funcionários prestavam assessoria jurídica aos presos.[48]

Em dezembro de 2002, por exemplo, o governo do estado cortou a assistência aos presos de quarenta e três psicólogos, médicos, enfermeiros, auxiliares administrativos, assistentes sociais e outros profissionais, que trabalhavam no sistema penitenciário, mais especificamente em três presídios da Grande Natal: Alcaçuz, João Chaves, Presídio Raimundo Nonato Fernandes; e também nas cadeias do interior em Pau dos Ferros, Mossoró e Caicó. Tal situação culminou na impossibilidade de aplicação de alguns itens da rotina penitenciária, tais quais a aplicação de medicamentos em detentos que cumprem pena no manicômio judiciário e a execução de programas de ressocialização. A ausência desses serviços indispensáveis agravou o risco da ocorrência de rebeliões no cotidiano dessas prisões.[49]

No presídio de segurança máxima de Alcaçuz, a ausência desses profissionais que constituíam a Comissão Técnica e de Classificação se postergou até o segundo semestre do ano de 2003 incitando muitos dos 253 presos existentes na época a fugas e rebeliões. Alguns presos, que já haviam adquirido o direito à liberdade, continuavam detidos devido à falta de assistência jurídica, situação também vivenciada na penitenciária de Caicó. Outros, por sua vez, tomavam remédios controlados e não passavam por reavaliações médicas há mais de seis meses. Ademais, o presídio também padece de carência quanto a sua estrutura, embora tenha sido inaugurado há apenas sete anos. A penitenciária não tem telefone convencional, sendo a comunicação realizada via rádio ou pelo celular do diretor. O presídio de Parnamirim, inaugurado em 2004, também não possui linhas telefônicas.[50]

A penitenciária de Caicó, por sua vez, atravessou não somente os problemas causados pela falta de assistência já citada em outros presídios, como um quase total colapso no abastecimento de combustível de suas viaturas. Segundo denúncia do então presidente do conselho da comunidade de Caicó,

Eider Pereira de Brito, o presídio se encontrava em total abandono, resultado do descaso das autoridades competentes. Muitos presos não tinham outra opção senão dormir em redes, dada a insuficiência de colchões existentes no presídio[51]. Muito mais graves foram os casos de ansiedade, depressão e demais problemas psicológicos observados em alguns presos, responsáveis por alguns casos notórios como a libertação do preso Roosevelt Lopes, que não havia cumprido integralmente a sua pena, mas cuja suspensão da assistência psiquiátrica tornou impossível sua permanência na prisão; assim como os dois suicídios ocorridos na penitenciária de Caicó no breve período de somente noventa dias.[52]

Outro caso emblemático das deficiências do sistema carcerário é o da Penitenciária João Chaves. Depredada em rebeliões, foi interditada pela Coordenadoria de Vigilância Sanitária e os presos assumiram o controle de seu dia-a-dia, podendo circular livremente por seus vários setores devido aos rombos nas paredes de suas celas e corredores. Ademais, os presos detinham o controle até mesmo da energia elétrica e da água da cadeia, por estarem os dispositivos de transmissão mais próximos das celas do que da administração central. Tal situação favorece a ocorrência de rebeliões devido à disposição de lâmpadas destinadas à orientação dos guardas de segurança, já que os fios de transmissão podem ser arrancados conforme a conveniência dos detentos.[53]

Em 2002 foi necessária a transferência de 50 prisioneiros de quatro delegacias de polícia de Natal para o presídio provisório Professor Raimundo Nonato Fernandes, de modo a amenizar as tensões dentro das celas das delegacias, então superlotadas com a prisão de 400 apenados. Entretanto, a transferência de detentos para o presídio provisório levou à superlotação do mesmo que passou a abrigar 172 detentos, 12 a mais que a sua capacidade. Uma fossa aberta na calçada ao lado do portão da frente do presídio, causadora de um mau cheiro insalubre, também contribuía para tornar a permanência no presídio ainda mais insuportável.[54]

A Carceragem da Ribeira é outro exemplo onde a superlotação também acarreta dificuldades na administração do presídio. Além de favorecer a ocorrência de fugas e rebeliões, a estrutura do presídio não permite que os presos recebam visitas ou tomem banhos de sol. Alguns detentos alegavam não encontrar nenhum familiar há pelo menos seis meses, mantendo contatos unicamente através de cartas.[55]

Relatório preparado pela Pastoral Carcerária sobre a situação dos presídios do Rio Grande do Norte resume bem as condições de encarceramento no estado. A Pastoral constatou total desrespeito aos direitos humanos dos detentos, obrigados a conviver diariamente com a sujeira, a falta de banho,

o mau cheiro, a falta de comida, de água potável, de remédios e de qualquer tipo de atenção psicológica. Segundo relatos, alguns prisioneiros, sem assistência dental, chegam a arrancar os próprios dentes dentro da cela por conta da dor insuportável por falta de tratamento. A inspetora do ministério da Justiça, Maria Cláudia Villar, responsável pela vistoria do sistema do Rio Grande do Norte, chegou a declarar que o sistema penitenciário do estado não prevê trabalho de ressocialização ou oferecimento de lazer aos detentos, consistindo apenas num amontoado de prisioneiros cercados por muralhas.[56]

Rebeliões e Fugas

Segundo dados oficiais, em 2003, três rebeliões ocorreram no sistema prisional do Rio Grande do Norte em 2002. Ademais, somente duas fugas teriam ocorrido em todo o sistema penitenciário do estado. Ainda segundo os dados do relatório, cinco mortes teriam ocorrido no sistema prisional em 2002, sendo uma morte natural, três homicídios cometidos pelos próprios presos e um suicídio. Não há relatos de homicídios cometidos por funcionários do próprio sistema penitenciário.[57]

Segundo notícias divulgadas pela imprensa, no entanto, o sistema prisional sofreu nos últimos anos com seguidas rebeliões e tentativas de fugas de seus prisioneiros, merecendo destaque nesse tópico o presídio de segurança máxima de Alcaçuz. Em fevereiro de 2003, então com 253 criminosos, o presídio foi palco de um tiroteio entre os presos e os vigilantes da muralha. Além da existência de armas em poder dos presos, controlado o princípio de rebelião, os guardas não conseguiram encontrar as armas utilizadas no tiroteio.[58] Em agosto do mesmo ano, 17 presos tentaram fugir por um túnel escavado a partir de duas celas, medindo 15 metros de comprimento por 2 metros de altura, mas foram frustrados pela guarda do presídio que descobriu a tempo a passagem dos detentos. O túnel fora escavado com a utilização de marretas e picaretas oriundas de uma reforma nos pavilhões ocorrida no mês anterior e, provavelmente, repassadas aos presos pelos operários da reforma.[59]

Em abril de 2004, 88 detentos do pavilhão iniciaram uma rebelião rendendo dois agentes penitenciários e atirando contra os guardas das muralhas em protesto aos maus tratos que sofriam e à transferência de 10 detentos para presídios da Paraíba e do Ceará. Entre outras demandas os presos também pediam a saída do vice-diretor do presídio, a revisão de alguns processos e a inaplicação de qualquer tipo de retaliação aos rebelados. Os presos aproveitaram o fim da visita íntima conseguindo fazer, assim, um número expressivo de reféns: pelo menos mais um agente penitenciário e 23 mulhe-

res que visitavam familiares no presídio. Depredando telas do pavilhão os amotinados tiveram acesso ao telhado dando início a um tiroteio com os guardas da muralha.[60]

Os presos torturaram, utilizaram como escudo humano e ameaçaram jogar do telhado os agentes penitenciários caso não tivessem suas reivindicações atendidas pelas autoridades. Dois outros presos acusados de estupro foram ameaçados com armas e igualmente torturados, sendo também utilizados como escudos humanos no momento em que os amotinados tomaram o telhado do pavilhão. Um deles, que vinha sendo espancado pelos rebelados com pedaços de paus e telhas, atirou-se de uma altura de 8 metros tentando fugir dos agressores e escapando por sorte sem ferimentos mais graves. Durante a rebelião, segundo a imprensa local, os presos tinham consigo pelo menos três armas de fogo (dois revólveres e uma pistola). Depois de 42 horas os presos finalmente se renderam libertando os reféns e entregando as armas utilizadas ante a expectativa de retorno de pelo menos três detentos recém transferidos para o estado da Paraíba e a garantia de inaplicação de qualquer forma de retaliação.[61]

Contudo, apesar da entrega de algumas armas pelos detentos de Alcaçuz, a direção do presídio tinha conhecimento que os presos ainda tinham em seu poder armas como pistolas, revólveres e explosivos, cogitando até mesmo a existência de um fuzil 762.[62] Aliás, notícia veiculada pela imprensa depois da maior rebelião da história do Rio Grande do Norte, informa que seis detentos considerados de alta periculosidade obtiveram sucesso fugindo do presídio apenas uma semana depois do motim, utilizando como escada, ironicamente, dois portões arrancados durante a rebelião para saltar o muro e alcançar, assim, a liberdade. Coincidentemente, quatro dos seis fugitivos de Alcaçuz haviam liderado a rebelião. O delegado Ridagno Pequeno da Deicor (Divisão Especializada em Investigações e Combate ao Crime Organizado) protestou naquela oportunidade contra a corrupção e negligência dos policiais responsáveis pela segurança presídio.[63]

Outro caso que alcançou relativa repercussão foi a tentativa de fuga do preso Gessival do Nascimento do Presídio Provisório Raimundo Nonato Fernandes.[64] Após serrar as grades de sua cela, o detento aproveitou o instante em que os agentes carcerários abriram os cadeados para os presos da faxina para a fuga, mas acabou escorregando no chão. Inconformado e armado de um canivete fez como reféns os dois presos encarregados da limpeza e passou a liderar uma rebelião que arrombou as grades de todas as celas e deu acesso ao corredor a pelo menos 80 detentos. Os presos queimaram colchões em protesto à qualidade da alimentação servida no presídio e Gessival, que seria transferido para a Penitenciária de Caicó, passou a exigir sua transferência

para a Penitenciária João Chaves, onde sua mulher se encontrava encarcerada. Acabou tendo sua demanda atendida através de um despacho assinado pelo coordenador do sistema penitenciário, embora sem o aval do então juiz da Vara de Execuções Penais, Carlos Adel.[65]

Crianças e Adolescentes

O Rio Grande do Norte tem 92 conselhos tutelares, 131 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, três delegacias especializadas em crianças e adolescentes, uma promotoria da infância e da juventude e uma vara da infância e da juventude.[66]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 18,1% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 21,4% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[67]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 228 denúncias do Rio Grande do Norte (8,91 por 100 mil habitantes).[68]

Trabalho Infanto-Juvenil

No Rio Grande do Norte, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 21,2% da população total desta idade em 1995 para 5,9% em 2000, mas subiu para 9,1% em 2004.[69]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 36.329 crianças em 126 municípios do estado o início de 2005.[70]

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, o Rio Grande do Norte tinha 332 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 117 (35%) em meio fechado e 215 (65%) em meio aberto.[71]

Mulheres

A população do estado do Rio Grande do Norte é composta por 1.461.910 homens (49,23%) e 1.507.761 mulheres (50,77%). Em 2004, a esperança de vida ao nascer era de 65,6 anos para os homens e 73,4 anos para as mulheres.[72]

Em 2003, foram registradas 133 ocorrências de estupro no estado (9,02/100 mil mulheres). Natal, capital do estado, concentrava 54,14% das ocorrências registradas (72) e 26,82% da população. A comparação entre os anos 2001 e 2003 revela redução no número de ocorrências. Em 2001, a taxa foi de 19,1 ocorrências por 100 mil mulheres, e em 2003 foi de 18,2 ocorrências por 100 mil mulheres.[73]

A comparação entre os dados de homicídio mostra que houve declínio no número de mortes violentas de mulheres. Em 2000, foram 1,4 homicídios por 100 mil habitantes.[74] Em 2002, 23 mulheres foram assassinadas (1,6/100 mil habitantes), sendo seis na faixa etária de 15 a 24 anos (2,4/100 mil habitantes).[75]

O estado possui poucos serviços de atendimento a mulher vítima de violência doméstica e sexual, a maior parte instalada na capital. Existem cinco Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs), duas delas na capital. Em Natal, está sediada a COMDIM – Coordenadoria da Mulher, que coordena as DEAMs e um Disque Denúncia SOS-Mulher. O Rio Grande do Norte possui um Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e dois conselhos municipais, um deles em Natal. Existem dois centros de referência para o atendimento às mulheres, um em Natal e outro no município de Parnamirim, e uma casa abrigo ligada ao centro de referência em Natal, ambas mantidas pelo governo. O atendimento às mulheres vítimas de violência sexual é feito em quatro hospitais, todos localizados em Natal.[76]

Não há registros de adesão ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres no estado.[77] Em 2003, a Secretaria Especial de Política para Mulheres repassou ao estado R$ 149.300,30 (3,93% do total de repasses da secretaria no ano). Em 2004, foram repassados R$ 226.301,60 (2,22% do total). Em 2005, foram R$ 100.191,76 (0,86% do total de repasses).[78]

Educação

A taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade é de 25,5% para os homens e 19,2% para as mulheres. As mulheres predominam entre a população com 12 anos ou mais de estudos (61,3%) e entre a população que freqüenta o ensino superior (56,8%).[79]

Trabalho

A participação feminina na população economicamente ativa é de 40,71%. Entre a população feminina ocupada, 3,3% das mulheres estão em cargos de dirigentes, 30,1% de trabalhadores em serviços e 17,6% de trabalhadores agrícolas. Entre os homens os percentuais são: 4,2%, 12,4% e 30,2%, respectivamente.[80]

O rendimento-hora para as mulheres é de R$ 3,00, 3,22% inferior ao rendimento para os homens que era de R$ 3,10. Entre o grupo com 12 anos ou mais de estudos os valores são de R$ 8,20/hora para as mulheres e R$ 13,00/hora para os homens, ou seja, neste grupo as mulheres recebem 36,92% menos que os homens.[81]

Em 2004, o rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 126,21 para as mulheres e R$ 143,81 para os homens. Entre os 10% mais ricos, era de R$ 1.889,42 para as mulheres e de RR 2.525,35 para os homens. Nos dois casos, o rendimento médio mensal era inferior ao da população masculina.[82]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm maior risco de serem vítimas de violência do que os brancos. De 2000 a 2002, para cada branco, 3,20 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrado um aumento desta taxa de 2,85 em 2000 para 3,20 em 2002.[83]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 16,29% para a população branca e 27,02% para a população negra. A escolaridade média era de 7,40 anos de estudo para a população branca e 5,69 anos de estudo para população negra.[84]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 267,41 para população branca e R$ 148,17 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 3,14 para população branca contra R$ 1,99 para população negra.[85]

Indígenas

No Censo Demográfico de 2000 (IBGE) consta que 3.168 pessoas, o equivalente a 0,43% da população desse Estado, se declarou indígena. No entanto, não constam como povo ou etnia reconhecida nos registros da Fundação Nacional do Índio, Instituto Sócio-Ambiental ou Conselho Indigenista Missionário.[86]

Idosos

Em 2004, o Rio Grande do Norte tinha 283.210 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 2,8% da população do estado. Desta população, 47,3% tinha um rendimento médio mensal familiar per capita de meio a um salário mínimo e 21,5% de uma a dois salários mínimos.[87]

Migrantes

Em 2004, o Rio Grande do Norte tinha uma população de 260.269 migrantes, o que correspondia a 8,76% da população do estado.[88]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre dois homossexuais assassinados no Rio Grande do Norte em 2002, oito em 2003, seis em 2004 e um em 2005.[89]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados passou de 8,7% em 1991 para 2,9% em 2004 (-5,8%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 14,8% em 1991 para 22,1% em 2004.[90]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 22,3% e a média de anos de estudo era de 5,6 anos.[91]

O rendimento/hora da população ocupada era de R$ 3,10, acima da média regional de R$ 3,00, mas abaixo da média nacional de R$ 4,70.[92]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 137,07, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 2.294,44 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 72,97, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.417,31.[93]

Objetivos do Milênio

	1995	2000	2004
Alfabetização Feminina (%)	78,6	78,5	80,8
Alfabetização Masculina (%)	69,2	70,4	74,5
Água Canalizada (%)	57,3	92,1	81,6
Esgotamento Sanitário (%)	40,5	39,5	52,1
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	38,4	37,2	66,9
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	62,1	44,7	38,8
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	48,7	42,6	-
Sem Rendimento (%) *	41,6	48,3	32,8
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	26	25,1	34,4
Telefone (%)	11,8	25,8	29,5
Computador (%)	-	5,8	7,9

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
4.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
5.Estado do Rio Grande do Norte (www.rn.gov.br), Estado do Rio Grande do Norte, Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (www.defesasocial.rn.gov.br), Estado do Rio Grande do Norte, Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, Ouvidoria (www.ouvidoriasds.rn.gov.br).
6.Estado do Rio Grande do Norte (www.rn.gov.br),
7.Efetivo policial em 2003, dados da Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003, do IBGE (www.ibge.gov.br).
8.Brasil, IBGE 2005.
9.Brasil, Ministério da Justiça 2004.
10.Brasil, Conselho Nacional de Justiça, 2005.
11.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
12.Rio Grande do Norte (www.pge.rn.gov.br) e Ministério da Justiça 2005, *Estudo Diagnóstico: Defensoria Pública no Brasil*, disponível no web-site do Ministério da Justiça (www.mj.gov.br).
13.Brasil, IBGE 2005.
14.Brasil, Ministério da Justiça 2005.

15.DHNet (www.dhnet.org.br). O Programa Estadual de Direitos Humanos, entretanto, não consta do web-site do Governo do Rio Grande do Norte.
16.Mesquita e Loche 2005.
17.*Tecido Social* 172, 29/12/2005; *Diário de Natal*, "Corregedor destituído do Rio Grande do Norte sai acusando o secretário Glauberto Bezerra", 28/12/2005; e *Tribuna do Norte*, "Exonerado, corregedor acusa cúpula das polícias", 28/12/2005.
18.*Tecido Social* 174, 09/01/2006; *Diário de Natal*, "Fábio Santos deixa o cargo e confirma as denúncias" e "Fábio Santos diz que o governo do estado é incoerente", 30/122005.
19.Brasil, Conselho Nacional de Justiça, 2005. O estado não disponibilizou dados sobre o número de pessoas atendidas e a assistência e judiciária gratuita.
20.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
21.Brasil, Câmara dos Deputados, Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste, 2004.
22.*Diário de Natal*, 14/07/2003.
23.*Diário de Natal*, 30/06/2003.
24.*Diário de Natal*, 24/06/2003.
25.*Diário de Natal*, 03/04/2003.
26.*Diário de Natal*, 04/11/2003.
27.*Diário de Natal*, 24/06/2004.
28.*Jornal de Mossoró*, 17/03/2004.
29.*Jornal de Mossoró*, 17/03/2004.
30.*Jornal de Mossoró*, 20/05/2004.
31.*Jornal de Mossoró*, 26/06/2004.
32.*Diário de Natal*, 16/06/2003.
33.*Diário de Natal*, 04/03/2004.
34.*Diário de Natal*, 03/07/2004.
35.*Diário de Natal*, 14/10/2004.
36.*Diário de Natal*, 14/10/2004.
37.*Diário de Natal*, 21/10/2004.
38.Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/d.
39.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
40.Waiselfisz 2004.
41.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004.
42.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2005.
43.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ouvidoria Agrária 2005 e 2004.
44.Ministério do Trabalho e Emprego, "Cadastro dos Empregadores", atualizado em 08/09/2005 e 19/01/2006. Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004 e 2005.
45.Brasil, Depen 2006.
46.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
47.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
48.Lemgruber 2004.
49.*Diário de Natal*, 14/11/2002.
50.*Diário de Natal*, 10/08/2003.
51.*Diário de Natal*, 15/12/2002.
52.*Diário de Natal*, 15/12/2002.
53.*Diário de Natal*, 11/04/2004.
54.*Diário de Natal*, 24/10/2002.
55.*Diário de Natal*, 08/07/2004.
56.*Diário de Natal*, 30/07/2003.
57.Lemgruber 2004.
58.*Diário de Natal*, 28/02/2003.
59.*Diário de Natal*, 16/08/2003.
60.*Diário de Natal*, 29 e 30/04/2004.
61.*Diário de Natal*, 29 e 30/04/2004.
62.*Diário de Natal*, 30/04/2004.
63.*Diário de Natal*, 07/05/2004.
64.*Diário de Natal*, 01/04/2003.
65.*Diário de Natal*, 02/04/2003.
66.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12/01/2006.
67.Brasil, IBGE 2006.. Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
68.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
69.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
70.Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social 2005.
71.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no web-site da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidência.gov.br/sedh).
72.Brasil, IBGE 2006.

73.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
74.Mesquita e Affonso 2002.
75.Waiselfisz 2004.
76.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
77.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm/index.htm).
78.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/convenios/htm).
79.Brasil, IBGE 2006.
80.Brasil, IBGE 2006.
81.Brasil, IBGE 2006.
82.Brasil, IBGE 2006.
83.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM).
84.Pnud 2004.
85.Pnud 2004.
86.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), População Indígena no Brasil, Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.
87.Brasil, IBGE 2006.
88.Brasil, IBGE 2006.
89.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2006 e 2005.
90.Brasil, IBGE 2006.
91.Brasil, IBGE 2006.
92.Brasil, IBGE 2006.
93.Brasil, IBGE 2006.

5.9 Sergipe

Dados Demográficos, Sociais e Econômicos

Sergipe tem uma área de 21.910,348 km2 e população de 1.967.791 habitantes (89,81 hab/km2), divididos em 75 municípios.[1] Aracaju, capital do estado, tem uma população de 498.619 habitantes.[2] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em Sergipe passou de 0,597 em 1991 para 0,682 no ano 2000 (+ 14,24 %).[3] O Índice Gini da distribuição do rendimento mensal é 0,552, abaixo da média regional de 0,571 e nacional de 0,559.[4]

Estrutura Institucional

Sergipe tem Secretaria de Estado da Segurança Pública, à qual estão vinculadas a Polícia Civil, Coordenadoria Geral de Perícias, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Departamento Estadual de Trânsito.[5]

O estado tem uma Secretaria da Justiça e da Cidadania (Sejuc), criada pela lei 3.611, 25 de maio de 1995, à qual estão subordinados o Departamento Central do Sistema Penitenciário (Desipe), a Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor, e à qual estão vinculados a Defensoria Pública, o Conselho Penitenciário e o Conselho Estadual de Entorpecentes. Recentemente, foi criada a Ouvidoria da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. Em 22 de dezembro de 2005, as leis 5.783 e 5.784 determinaram a criação do Fundo Penitenciário e da Escola de Gestão Penitenciária do Estado. Em 23 de junho de 2005, a lei 5.565 determinou a criação da Corregedoria Geral dos Servidores do Sistema Penitenciário.[6]

O efetivo policial era 6.974 em 2003, sendo 1.274 policiais civis, 27 peritos, 5.067 policiais militares e 606 bombeiros militares, o que representa 1 policial para cada 269 habitantes.[7] Vinte e um municípios tinham guarda municipal em 2004, com um efetivo total de 974 guardas.[8]

Sergipe possui 75 municípios, dentre os quais 37 são sede de comarca.[9] Em 2004, atuavam no estado 108 juízes, sendo 82 na primeira instância, 13 na segunda instância e 13 nos juizados especiais – o que corresponde a uma taxa de 5,58 juízes por 100.000 habitantes.[10] O estado tinha nove juízes na primeira instância da justiça federal, em 2003.[11]

A Defensoria Pública foi criada em 1994, e conta com 69 defensores.[12] O estado tem 30 juizados especiais criminais e 35 juizados especiais cíveis.[13] Não tem programa de administração alternativa de conflitos.[14]

Políticas de Direitos Humanos

De 2002 a 2004, Sergipe assinou nove convênios com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, no valor total de R$ 1.190.147,27. Destes convênios, um foi referente à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, um à promoção dos direitos da criança e do adolescente, quatro à promoção dos direitos humanos (balcão de direitos, direitos de minorias e direitos das pessoas idosas) e três à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência.[15]

Acesso à Justiça

Em 2004, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Sergipe foi de 5,46%. A média da justiça estadual por habitante foi de R$ 71,74. A participação da assistência judiciária gratuita no total das despesas justiça estadual foi 4,48% e no total das despesas públicas foi de 0,27%, o que representa um investimento médio de R$ 3,02 por habitante. O estado não disponibilizou o número de pessoas atendidas. A taxa de congestionamento da justiça estadual foi de 51,90% na primeira instância, 44,09% na segunda instância e de 30,30% nos juizados especiais.[16]

Em 2003, foram distribuídos na primeira instância da justiça federal 18.186 processos, dos quais 4.957 foram julgados, o que representa 27% de processos julgados em relação a novos processos.[17]

Tempo Médio de Julgamento:
Primeira Instância da Justiça Comum

Feito	Tempo médio
Crime Comum	5 meses e 9 dias
Crime Doloso	6 meses e 15 dias
Cível Comum	8 meses e 29 dias
Cível Família	7 meses e 16 dias
Fazenda Pública	1 ano, 4 meses e 14 dias
Registro Público	1 ano, 4 meses e 16 dias
Total	10 meses e 8 dias

Fonte: Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Direito à Vida, Liberdade e Segurança Pessoal

Violência Policial, Execução, Tortura

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste apresentou relatório em 2004, segundo o qual em Sergipe: "Organizações criminosas agem com a conivência das autoridades responsáveis pela segurança no Estado. O assassinato do deputado estadual Joaldo Barbosa, há um ano, e a fuga do acusado de comandar uma rede criminosa, Floro Calheiros, que estava sob a guarda das polícias Civil e Militar, sugerem a conivência da polícia. É muito comum a ação de milícias no Estado, formadas na maioria das vezes por policiais".[18]

O serviço SOS Tortura, de 30 de outubro de 2001 a 31 de julho de 2003, recebeu 12 denúncias de tortura praticada por agentes públicos em Sergipe, sendo três na capital e seis no interior. Das 12 denúncias, seis foram arquivadas devido a dados insuficientes. As outras seis denúncias foram encaminhadas ao Ministério Público, que não prestou informações sobre os casos denunciados.[19]

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, no período de 1980 a 2005, 18 casos de violência policial em Sergipe, com 29 vítimas fatais e 82 feridas, oito casos de execução sumária, com oito vítimas fatais, um caso de linchamento com duas vítimas feridas.[20]

Violência Urbana

Em 2002, Sergipe registrou 549 mortes por homicídio (29,7/100 mil hab.), das quais 258 em Aracaju (54,4/100 mil hab.). Na faixa etária de 15 a 24 anos, a taxa de homicídio chegou a 53,7/100 mil no estado e 54,4/100 mil na capital.[21]

Violência Rural

Em 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 26 conflitos de terra, envolvendo 51.560 pessoas, sem mortes.[22] Em 2004, de janeiro a agosto, foram 12 conflitos, envolvendo 9.100 pessoas, sem mortes.[23] A Ouvidoria Agrária registrou 12 ocupações de terra em 2004 e nenhuma de janeiro a novembro de 2005.[24]

Trabalho Escravo/Forçado

Não houve registro de trabalho escravo em Sergipe entre 2003-2005, segundo o Ministério do Trabalho e a Comissão Pastoral da Terra.[25]

Tratamento de Prisioneiros, Sistema Penitenciário, Unidades Fechadas

Em Sergipe, a população prisional em dezembro de 2005 era de 2.732 presos, sendo 2.141 (78,40%) em unidades do sistema penitenciário e 590 em unidades policiais (21,60%). No sistema penitenciário, o número de presos provisórios era 1.150 (53,69%), 1.102 homens e 48 mulheres. O número de presos condenados era 992 (46,31%), sendo 954 homens e 38 mulheres. Dos presos condenados, 588 estavam em regime fechado, 113 em regime semi-aberto, 260 em regime aberto e 31 em medida de segurança.[26]

A população prisional aumentou de 1.621 presos em 2002 para 2.732 em 2005 (- 68,85%). A taxa de encarceramento de presos por 100 mil habitantes passou de 87,81 em 2002 para 138,84 em 2005 (+ 36,75%).[27]

O número total de vagas no sistema penitenciário passou de 658 em 2002 para 1.149 em 2005 (+ 74,62%). O déficit de vagas aumentou pouco, de 943 em 2002 para 993 em 2005 (+ 5,30%). O número de presos por vaga diminuiu de 2,43 em 2002 para 1,86 em 2005 (- 23,46%).[28]

Segundo informações da própria Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania de Sergipe, a situação do sistema prisional do estado poderia ser caracterizada por: superlotação carcerária, alto grau de insalubridade nas unidades prisionais, riscos de desabamento, ausência de assistência médica e odontológica e, finalmente, terceirização dos serviços em diversas penitenciárias.[29]

Em 2003, Sergipe apresentava uma média de novos ingressos mensais da ordem de 92 detentos em seu sistema prisional. Simultaneamente, apenas 20 presos eram liberados mensalmente, o que contribuía para a superlotação do sistema, uma vez que a população penitenciária do estado sofria aumento mensal da ordem de 72 novos presos.[30]

Apesar de 71,4% das unidades das unidades prisionais oferecessem atividades educativas, apenas 13,9% dos presos do estado se encontravam estudando dentro do sistema penitenciário. A taxa de presos que se encontravam trabalhando, no entanto, era um pouco mais significativa: pouco superior à quinta parte dos presidiários do estado (20,8%) exerciam atividades profissionais dentro dos presídios. Entretanto, esses detentos recebiam em média uma remuneração na faixa de 80 reais, uma das menores do Brasil. Além disso, apenas um defensor público prestava assistência jurídica nas unidades prisionais, o que ilustra bem a precariedade das condições de encarceramento observadas para o estado.[31]

Liberdade de Expressão e de Assembléia

Imprensa – assassinatos

Em março de 2003, José Ferreira de Melo, foi julgado e condenado pelo Tribunal de Júri de Aracaju, capital do Sergipe, a 19 anos de prisão em regime fechado, pelo assassinato do jornalista José Wellington Fernandez, em maio de 2000, na cidade de Canindé de São Francisco. Fernandez trabalhava na Rádio Xingó FM e, em seu programa, ele havia feito várias denúncias de corrupção contra o prefeito da cidade, Genivaldo Galindo da Silva, que o ameaçou publicamente de morte. O prefeito foi indiciado como mandante, mas se licenciou e fugiu em 2001. Galindo da Silva foi preso pela Polícia Federal no final de janeiro de 2003, numa praia do Ceará. Policiais federais tinham um mandado de prisão contra o ex-prefeito, porque ele responde também por crimes federais, como o roubo de urnas. Há pelo menos outros 30 processos contra o ex-prefeito por irregularidades administrativas.[32]

Liberdade de Participação Política

Políticos – assassinatos

O deputado estadual Joaldo Barbosa (PL) foi executado com seis tiros em 27 de janeiro de 2003, em sua residência, na Zona Sul de Aracaju, a poucos dias de assumir o seu 5º mandato na Assembléia Legislativa de Sergipe. Conforme consta nos autos do processo, o assassinato foi praticado a mando do então suplente a deputado estadual, Antônio Francisco Sobral Garcez, que chegou a assumir a vaga de Joaldo na Assembléia. Em 28 de maio de 2003, após ser denunciado pela polícia, teve o mandato cassado e no dia seguinte teve a prisão preventiva decretada. No entanto, só foi preso em 21 de março de 2004, após passar quase um ano foragido. Em 2005, devido a problemas de saúde foi concedida prisão domiciliar ao ex-deputado.[33]

Além de Antônio Francisco e do filho dele, Antônio Francisco Júnior, também são apontados como envolvidos no assassinato de Joaldo Barbosa os empresários Floro Calheiros, Marcos Nunes e Rosemberg Marques, um ex-delegado de polícia, um ex-assessor parlamentar e três policiais militares. Os tiros que mataram o deputado teriam sido deflagrados por Dorgeval Luciano dos Santos. Em 2004, foram julgados e condenados à prisão Marcos Nunes (21 anos de prisão), Antônio Brás dos Santos Neto (21 anos), Emílio Santos Nascimento (22 anos), Dorgeval Luciano dos Santos (21 anos) e o ex-policial militar Michael dos Santos (19 anos). Em junho de 2005, foi julgado e condenado Rosemberg Marques (19 anos e seis meses de prisão). Ainda faltavam ser julgados o ex-deputado estadual Antônio Francisco, o filho dele e o empresário Floro Calheiros. O outro indiciado foi o delegado Edvalson Júnior, encontrado morto em um motel, meses após a morte de Barbosa.[34]

Crianças e Adolescentes

Em Sergipe, há 83 conselhos tutelares, 75 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, quatro delegacias especializadas em crianças e adolescentes, uma promotoria da infância e da juventude e quatro varas da infância e da juventude.[35]

Apesar da aprovação da lei n 9.534, que assegura a gratuidade dos registros de nascimentos, ainda é elevado o percentual de sub-registros e registros tardios. Do total de certidões de nascimento emitidas em 2004, 15,8% eram registros tardios e, do total de crianças nascidas naquele mesmo ano 27,5% não haviam sido registradas até o primeiro trimestre de 2005.[36]

Exploração Sexual

O Disque-Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes recebeu, de 15 de maio de 2003 a 6 de janeiro de 2005, 95 denúncias de Sergipe (5,85 por 100 mil habitantes).[37]

Trabalho Infanto-Juvenil

Em Sergipe, o número de crianças de 10 a 14 anos trabalhando diminuiu de 21,4% da população total desta idade em 1995 para 6,9% em 2000 e manteve-se em 6,9% em 2004.[38]

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atingia 27.802 crianças em 68 municípios do estado o início de 2005.

Medidas Sócio-Educativas

Em 2004, Sergipe tinha 88 adolescentes no sistema sócio-educativo, sendo 72 (82%) em meio fechado e 16 (18%) em meio aberto.[39]

Mulheres

A população de Sergipe é composta por 50,62% de mulheres (982.386) e 49,38% de homens (958.335). Em 2004, a esperança de vida ao nascer era de 73,4 anos para as mulheres e 66,6 anos para os homens, inferiores às médias nacionais que são de 75,5 anos para as mulheres e 67,9 anos para os homens.[40]

Em 2003, em todo o estado foram registradas 98 ocorrências de estupro (10,26/100 mil mulheres). A capital concentrava 38,78% das ocorrências e 26,73% da população feminina. A taxa de registro de ocorrências na capital diminuiu de 28,5/100 mil mulheres em 2001 para 14,9/100 mil mulheres em 2003 (38 ocorrências em 2003).[41]

A comparação entre os dados de homicídio mostra que houve pequeno declínio no número de mortes violentas de mulheres. Em 2000, foram 4,0 homicídios por 100 mil habitantes.[42] Em 2002, 37 mulheres foram assassinadas (3,9/100 mil habitantes), sendo oito na faixa etária de 15 a 24 anos (4,0/100 mil habitantes).[43]

Em setembro de 2005 a União Brasileira de Mulheres (UBM), em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, lançou o programa "Em Briga de Marido e Mulher Queremos Meter a Colher",

cujo objetivo é tornar a violência doméstica um problema público. O símbolo da campanha é uma colher de pau que foi distribuída durante o lançamento do projeto.[44]

A rede de serviços para atendimento à mulher em situação de violência é composta por três Delegacias Especializada no Atendimento às Mulheres (DEAMs), um Conselho Municipal de Direitos da Mulher em Aracaju, um centro de referência para a saúde da mulher, e dois serviços de atendimento para as vítimas de violência sexual instalados em hospitais de Aracaju.[45]

Entre 2005/2006, dois municípios formalizaram a adesão ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres.[46] Em 2003 não foi realizado nenhum convênio com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, para o repasse de verbas. Em 2004, A secretaria repassou ao estado R$ 204.184,95 (2% dos repasses da secretaria naquele ano). Em 2005, foram repassados R$ 282.401,19 (2,42% dos repasses).[47]

Educação

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era 16,8% para as mulheres e 22,3% para os homens.[48] Neste estado as mulheres representam 62,9% da população com 12 anos ou mais de estudos e 65% daqueles que freqüentam o ensino superior.[49]

Trabalho

As mulheres representavam 44,23% da população economicamente ativa do estado. Entre a população feminina ocupada, havia 2,1% das mulheres em cargos de dirigentes, 25,9% de trabalhadores em serviços e 20,7% de trabalhadores agrícolas. Entre a população masculina ocupada, havia 3,6% de dirigentes, 11,5% de trabalhadores em serviço e 26,2% de trabalhadores agrícolas.[50]

Em 2004, na população feminina ocupada, o rendimento/hora era R$ 3,00, 11,76% inferior ao da população masculina ocupada, que era R$ 3,40.[51] No grupo com 12 anos ou mais de estudos a diferença é mais elevada: R$8,10/hora para as mulheres e R$ 11,30/hora para os homens, o que significa dizer que neste grupo as mulheres recebem 28,31% a menos que os homens.[52]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 120,44, e dos 10% mais ricos era R$ 1,.797,61. Nos dois casos, o rendimento médio mensal era inferior ao da população masculina. Na população masculina ocupada, o rendimento médio mensal dos 40% mais pobres era R$ 167,97 e dos 10% mais ricos era R$ 2.501,44.[53]

Afro-descendentes

Os afro-descendentes (negros e pardos) têm maior risco de serem vítimas de violência do que os brancos. De 2000 a 2002, para cada branco, 3,84 afro-descendentes foram mortos vítimas de agressão, sendo registrado um aumento desta taxa de 2,78 em 2000 para 5,72 em 2002.[54]

Educação

Em 2003, a taxa de analfabetismo era de 13,96% para a população branca e 21,13% para a população negra. A escolaridade média era de 7,50 anos de estudo para a população branca e 6,37 anos de estudo para população negra.[55]

Trabalho

A renda domiciliar média era de R$ 283,47 para população branca e R$ 182,19 para população negra. O salário-hora médio era de R$ 3,44 para população branca contra R$ 2,30 para população negra.[56]

Indígenas

Sergipe tem apenas um povo indígena, os Xokó, com uma população de 250 indígenas, de acordo com o censo de 1987. A terra indígena do povo Xocó já está registrada.[57]

Idosos

Em 2004, Sergipe tinha 157.944 pessoas idosas (mais de sessenta anos), o que representa 2,1% da população do estado. Desta população, 40,0% tinha um rendimento médio mensal familiar per capita de meio a um salário mínimo e 20,8% de uma a dois salários mínimos.[58]

Migrantes

Em 2004, Sergipe tinha uma população de 206.793 migrantes, o que correspondia a 10,66% da população do estado.[59]

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais

Há informações sobre dois homossexuais assassinados em Sergipe em 2005 e dois em 2003.[60]

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

A proporção dos óbitos de menores de um ano no total de óbitos registrados passou de 9,2% em 1991 para 5,3% em 2004 (-3,8%). A proporção de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos aumentou de 16,1% em 1991 para 20,5% em 2004.[61]

Em 2004, na população de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo era de 19,4% e a média de anos de estudo era de 5,8 anos.[62]

O rendimento/hora da população ocupada era igual de R$ 3,30, acima da média regional de R$ 3,00, mas abaixo da média nacional de R$ 4,70.[63]

O rendimento médio mensal dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 149,40, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 2.255,28 em 2004. O rendimento médio mensal familiar per capita dos 40% mais pobres da população ocupada era R$ 84,35, e dos 10% mais ricos chegava a R$ 1.575,89.[64]

Observatório do Milênio

	1995	2000	2004
Alfabetização Feminina (%)	76,7	76,9	83,2
Alfabetização Masculina (%)	73,0	72,6	77,7
Água Canalizada (%)	66,1	91,9	87,5
Esgotamento Sanitário (%)	57,7	41,5	73,6
Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)	49,6	83,5	62,4
Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)	56,8	43,4	37,5
Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)	42,2	28,3	-
Sem Rendimento (%) *	43,3	47	37,3
Rendimento até 1 Salário Mínimo (%) *	22,7	27,3	35,1
Telefone (%)	13,8	21,0	28,0
Computador (%)	-	5,4	9,0

* População economicamente ativa, 10 anos ou mais de idade.

1.Dados sobre território, da Resolução n. 5, de 10/10/2002 (www.ibge.gov.br). Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
2.Estimativa de população em 01/07/2005, do IBGE (www.ibge.gov.br).
3.Pnud 2000. O Índice de Desenvolvimento Humano mede os avanços de um país ou estado em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação de alfabetização de adultos (ponderação de 2/3) e taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); e padrão de vida, medido pelo Produto Interno Bruto per capita (em US$ PPC).
4.Brasil, IBGE 2004. Índice Gini da distribuição de rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento. O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de um distribuição perfeitamente igual. O valor 0.0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1.0 representa perfeita desigualdade.
5.Estado de Sergipe (www.se.gov.br), Secretaria da Segurança Pública (www.ssp.se.gov.br).
6.Estado de Sergipe, Secretaria da Justiça e da Cidadania: (www.sejuc.se.gov.br).
7.Efetivo policial em 2003, dados da Senasp (www.mj.gov.br/senasp). Estimativa de população em 2003, do IBGE (www.ibge.gov.br).
8.Brasil, IBGE 2005.
9.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
10.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
11.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
12.Brasil, Ministério da Justiça 2004b.
13.Brasil, IBGE 2005.
14.Brasil, Ministério da Justiça 2005.
15.Mesquita e Loche 2005.
16.Brasil, Conselho Nacional de Justiça 2005.
17.Brasil, Ministério da Justiça 2004a.
18.Brasil, Câmara dos Deputados, Comissão Parlamentar de Inquérito do Extermínio no Nordeste, 2004.
19.Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/d.
20.NEV-USP, Banco de Dados sobre Violações de Direitos Humanos.
21.Waiselfisz 2004.
22.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004.
23.Comissão Pastoral da Terra – CPT 2005. Em 2005, a CPT não registrou conflitos e mortes em Sergipe.
24.Ouvidoria Agrária 2005 e 2004, relatórios disponíveis no web-site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (www.mda.gov.br).
25.Ministério do Trabalho e Emprego, "Cadastro dos Empregadores", atualizado em 08/09/2005 e 19/01/2006. Comissão Pastoral da Terra – CPT 2004 e 2005.
26.Brasil, Depen 2006.
27.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
28.Brasil, Depen 2006, Mesquita e Affonso 2002.
29.Sergipe, Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (www.sejuc.se.gov.br/situacao.php).
30.Lemgruber 2004.
31.Lemgruber 2004.
32.Sociedade Interamericana de Imprensa e *Jornal da Cidade*.
33.*Correio de Sergipe*, "Antônio Francisco ficará em prisão domiciliar", 06/08/2005; *Jornal do Commercio*, "Deputado estadual Joaldo Barbosa foi assassinado", 28/01/2003.
34.*Correio de Sergipe*, "Antônio Francisco ficará em prisão domiciliar", 06/08/2005; *Jornal do Commercio*, "Deputado estadual Joaldo Barbosa foi assassinado", 28/01/2003.
35.Recria (www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp), consultado em 12/01/2006.
36.Brasil, IBGE 2006. . Sem a certidão de nascimento, a criança não é oficialmente reconhecida pelo Estado, e isto a impede de ter muitos de seus direitos garantidos como, por exemplo, a garantia de matrícula na escola na escola, atendimento nos serviços de saúde, participação nos programas sociais governamentais.
37.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005.
38.Brasil, IBGE, dados da Pnad 1995, Censo 2000, e Pnad 2004.
39.Dados de janeiro de 2004, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/SEDH, disponíveis no web-site da Secretaria Especial de Direitos Humanos (www.presidencia.gov.br/sedh).
40.Brasil, IBGE 2006.
41.Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança – Senasp (www.mj.gov.br/senasp).
42.Mesquita e Affonso 2002.
43.Waiselfisz 2004.
44.Prefeitura de Aracaju, Agência Aracaju de Notícias, "Projeto *Em Briga de Marido e Mulher Queremos Meter a Colher* será lançado hoje à tarde", 16/09/2005. Disponível no web-site da Agência Aracaju de Notícias (www.aracaju.se.gov.br/agencia/agenciaaracaju.asp?id=16235&titulo=Noticias).
45.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/atende/index.htm).
46.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/pnpm/index.htm).
47.Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SEPM (www.presidencia.gov.br/spmulheres/convenios/htm).

48.Brasil, IBGE 2006.
49.Brasil, IBGE 2006.
50.Brasil, IBGE 2006.
51.Brasil, IBGE 2006.
52.Brasil, IBGE 2006.
53.Brasil, IBGE 2006.
54.NEV-USP 2005, com base em dados do Datasus/SIM.
55.Pnud 2004.
56.Pnud 2004.
57.Conselho Indigenista Missionário – Cimi (www.cimi.org.br), dados atualizados em 17 de dezembro de 2004.
58.Brasil, IBGE 2006.
59.Brasil, IBGE 2006.
60.Mott e Cerqueira 2003; Grupo Gay da Bahia 2006 e 2005.
61.Brasil, IBGE 2006.
62.Brasil, IBGE 2006.
63.Brasil, IBGE 2006.
64.Brasil, IBGE 2006.

O Brasil no Sistema Internacional de Direitos Humanos

A respeito da posição do Brasil no sistema internacional de proteção e promoção dos direitos humanos, é importante distinguir a posição do país perante o sistema da Organização das Nações Unidas e o sistema da Organização dos Estados Americanos, e destacar: 1) a ação do governo federal em relação às organizações e instrumentos internacionais e interamericanos de proteção e promoção de direitos humanos; 2) a ação da sociedade civil em relação ao monitoramento da ação governamental no cumprimento dos tratados e convenções ratificados pelo país; e 3) as denúncias perante os órgãos responsáveis pela supervisão do cumprimento destes tratados e convenções frente ao não cumprimento das obrigações assumidas pelo país perante a comunidade internacional. É importante destacar também a visita de relatores especiais internacionais para averiguar o cumprimento das obrigações assumidas pelo país.

O Sistema da Organização das Nações Unidas

O Sistema das Nações Unidas para promoção e proteção dos direitos humanos é integrado por dois tipos principais de órgãos: 1) órgãos criados pela Carta das Nações Unidas, incluindo a Comissão de Direitos Humanos, transformada em Conselho de Direitos Humanos; e 2) órgãos criados por tratados e convenções internacionais de direitos humanos, entre os quais os comitês de Direitos Humanos, de Direitos Econômicos, Culturais e Sociais, Contra a Tortura, sobre a Eliminação da Discriminação Racial, sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, sobre os Direitos das Crianças e Comitê sobre os Trabalhadores Migrantes. Estes órgãos recebem apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Instrumentos Internacionais

O Brasil assinou o Protocolo Facultativo à Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes em 13 de outubro de 2003.[1] O Protocolo Facultativo foi enviado ao Congresso Nacional em junho de 2004, mas ainda não foi ratificado.[2] Este protocolo é um instrumento de prevenção que visa, como principal objetivo, estabelecer um sistema de visitas regulares a unidades de privação de liberdade, efetuadas de forma complementar por organizações nacionais e internacionais. Depois de ratificado o protocolo, o Brasil terá o prazo de um ano para estabelecer os mecanismos nacionais independentes para a prevenção da tor-

tura em nível doméstico. Podem ser designados para desempenhar essa função, qualquer tipo de mecanismo nacional independente, como por exemplo, comissões parlamentares ou organizações da sociedade civil.

Em 2002, o Brasil ratificou o Estatuto de Roma, de 1998, que estabeleceu o Tribunal Penal Internacional (TPI). O estatuto foi assinado pelo Governo Brasileiro em 7 de fevereiro de 2000, ratificado pelo Congresso Nacional (Decreto Legislativo 112, de 6 de junho de 2002) e sancionado pelo Presidente da República (Decreto 4.338, de 25 de setembro de 2002).

Em 2002, o Congresso Nacional ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em vigor desde 1991. A convenção foi promulgada pelo Decreto 5.051, de 1º de abril de 2004 e entrou em vigor no Brasil após a publicação do decreto no Diário Oficial da União, em 20 de abril de 2004. No entanto, a efetiva incorporação da Convenção 169 da OIT no sistema legal brasileiro, ainda requer a revisão do Estatuto dos Povos Indígenas, aprovado em 1973 com base na Convenção 107 da OIT.

O Brasil ainda não assinou os dois protocolos opcionais ao Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e à Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Família.

Em outubro de 2005, o Brasil apresentou o Segundo Relatório sobre o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos à Comissão de Direitos Humanos (Brasil, Ministério das Relações Exteriores, 2004). A Anistia Internacional e a Organização Mundial Contra a Tortura apresentaram relatórios alternativos ao Segundo Relatório do Brasil sobre o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. De acordo com os relatórios alternativos, o Brasil deixou de implementar ações para proteção e promoção dos direitos civis e políticos e aumentar as garantias dos direitos humanos (Anistia Internacional 2005 e Organização Mundial Contra a Tortura 2005).

Relatores Especiais

A relatora especial da Comissão de Direitos Humanos da ONU sobre execuções sumárias e extrajudiciais, Asma Jahangir, visitou Brasil entre os dias 16 de setembro e 10 de outubro de 2003, a convite do governo federal (Nações Unidas, Conselho Econômico e Social 2004). Visitou os Estados da Bahia, Paraíba, Pernambuco, Espírito Santo, Brasília, Pará, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Conforme o relatório, nestes dois últimos estados houve dificuldades para realizar sua missão. Em São Paulo, colheu informações sobre violações de direitos humanos e ouviu denúncias de vítimas e de entidades ligadas à causa. Não foi recebida pelo governador Geral-

do Alckmin. Mesmo tendo o pedido negado para visitar as unidades da Febem (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor), visitou as unidades de Pirituba e do Brás, constatando, em suas palavras, a horrível situação das unidades. Em sua visita ao Rio de Janeiro, criticou a ausência de dados oficiais sobre as mortes por policiais no Estado e a falta de informação das autoridades estatais que não conseguiram responder aos seus questionamentos. Ao término de sua visita a São Paulo, foi entregue à relatora o relatório "São Paulo: Política de Segurança Pública ou de Extermínio".[3]

No seu relatório, Asma Jahangir apresentou proposta referente à visita ao Brasil do relator da ONU sobre a Independência de Juízes e Magistrados ao Brasil, proposta aceita pelo governo federal. O relator da ONU para a Independência de Juízes e Magistrados, Leandro Despouy, visitou o Brasil de 13 a 25 de outubro de 2004. No seu relatório, Despouy propôs a elaboração de um dossiê, por organizações da sociedade civil, sobre a situação do judiciário no Estado de São Paulo (Nações Unidas, Conselho Econômico e Social 2005).

Entre 05 e 20 de dezembro de 2005, a Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Situação dos Defensores dos Direitos Humanos, Hina Jilani, visitou os estados de Pará, Bahia, Pernambuco, São Paulo e Santa Catarina. Durante sua visita ela esteve com autoridades governamentais e com representantes de organizações não-governamentais e da sociedade civil e recebeu denúncias de casos de perseguições a defensores de direitos humanos que ocorriam nesses estados.

Em 2003, o Brasil recebeu a visita do relator especial da ONU para o tráfico de crianças, prostituição e pornografia infantis, Juan Miguel Petit. O relator visitou as Cidades de Belém, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, entre os dias 4 e 15 de novembro. Em seu relatório apresentado à Comissão de Direitos Humanos da ONU em abril de 2004, enfatizou a necessidade de uma reforma policial e de uma mudança de mentalidade de nosso sistema judiciário, para assim, conseguirmos ter avanços significativos na luta contra a exploração infantil e outras violações dos direitos das crianças e adolescentes. Solicitou também que o governo brasileiro fiscalize e desarticule as rotas de tráfico nacional e internacional de crianças e adolescentes destinados à exploração sexual, sobretudo na Europa (Nações Unidas, Conselho Econômico e Social 2004).

Em maio e agosto de 2003, o Brasil recebeu a visita do *expert* independente das Nações Unidas sobre os direitos humanos e extrema pobreza, Arjun Sengupta. O relator da ONU participou de encontros e reuniões organizadas com o intuito de verificar a situação do Brasil em relação ao direito de desenvolvimento econômico e social (Justiça Global 2004).

Em outubro de 2005, visitou o Brasil o relator especial das Nações Unidas sobre as Formas Contemporâneas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, Doudou Diène (Nações Unidas Conselho Econômico e Social 2004).

Visitou o Brasil a secretária-geral da Anistia Internacional, Irene Khan, em novembro de 2003. A secretária esteve nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, e participou de uma reunião com especialistas de direitos humanos, em que foram debatidas questões relacionadas à segurança pública. Ao término de sua visita, a secretária encaminhou um memorando ao presidente Luis Inácio Lula da Silva, destacando a existência de obstáculos que entravam avanços na luta pelos direitos humanos.

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos, constituído no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), é integrado principalmente pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/OEA) e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Os dois órgãos supervisionam o cumprimento dos tratados e convenções interamericanos de proteção e promoção dos direitos humanos ratificados pelos estados membros da OEA.

A CIDH/OEA é responsável por promover os direitos humanos nos países da América, zelar pela observância e pelo respeito desses direitos nos estados americanos, e receber petições de vítimas de violações aos direitos essenciais da pessoa humana que apresentam denúncias contra o Estado por algum tipo de delito ou omissão em relação aos direitos humanos.[4] Ao receber estas petições, a Comissão Interamericana adota os seguintes procedimentos: examina as comunicações e queixas que lhe são dirigidas por pessoas ou instituições, denuncia violações dos direitos humanos em países americanos; formula, quando considerar conveniente, recomendações aos governos dos estados, a fim de que adotem medidas progressivas em prol da implementação dos direitos humanos no âmbito de sua legislação; solicita aos governos dos Estados ou entidades responsáveis por acompanhar o caso, que lhe proporcionem informações sobre as medidas adotadas para a superação do problema; e, por fim, apresenta à Corte Interamericana de Direitos Humanos os casos que, de acordo com o Estatuto e o Regulamento, devem ser submetidos à decisão desse Tribunal.[5]

Instrumentos Internacionais

O Brasil ainda não ratificou a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, adotada em sessão realizada em Belém do Pará, em 9 de julho de 1994.

Relatores Especiais

Em 2004, o Brasil recebeu a visita do Relator Especial Sobre Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/OEA), Eduardo Bertoni. Nesta visita, foram suscitadas questões relacionadas a reportagens veiculadas por alguns meios de comunicação que têm repercussão contrária aos direitos humanos.

Em 19 de março de 2004, o relator especial, junto com o representante especial do Secretário-Geral Sobre a Situação dos Defensores dos Direitos Humanos, enviaram ao Governo Brasileiro uma carta de denuncia a respeito do caso Senhor Valdez Marinho Lima, da comunidade indígena Xerente, e de um empregado da Fundação Nacional Indígena (Funai), que foram assassinados. Segundo informações, Valdez Marinho e outros seis representantes da Funai estavam na região para investigar queixas formuladas por lideres Yanomami na Assembléia Regional de Populações Indígenas em Roraima, fevereiro de 2004, acerca de supostos mineradores. Teme-se que a morte de Marinho esteja relacionada à sua atuação de defesa dos direitos humanos, em especial, dos índios Yanomami. Os relatores pediram ao governo federal detalhes do caso e apoio para investigar, processar e sancionar os culpados.

Em maio de 2005, o presidente da Comissão Interamericana, Clarke K. Roberts iniciou visita de caráter promocional ao Brasil, em sua condição de Relator Especial Sobre os Direitos Humanos dos Afro-descendentes e contra a Discriminação Racial da CIDH/OEA. A visita se fez em resposta a um convite do presidente do Brasil.

Casos na CIDH/OEA

Em 20 de fevereiro de 2003, a CIDH/OEA decidiu pela admissibilidade da petição apresentada, em 5 de setembro de 1996, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Centro pelo Direito e Justiça Internacional (CEJIL), referente à responsabilização do Estado brasileiro pela morte de 19 e ferimento de 69 trabalhadores rurais sem terra durante operação da polícia militar para reprimir uma manifestação na rodovia

PA – 150, em Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará. O caso ficou conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás.

Em 29 de agosto de 2003, a CIDH/OEA instaurou o caso sobre a morte de crianças no episódio conhecido como Meninos Emasculados do Maranhão, nos quais seus corpos apresentaram sinais de tortura, tendo seus órgãos genitais extirpados. Os peticionários enviaram em 16 de dezembro do mesmo ano observações adicionais de fundo sobre o mérito do caso.[6] No dia 21 de outubro de 2005 o governo estadual se comprometeu a indenizar as famílias das vítimas com 500 reais de pensão durante 15 anos, por admitir falha nas investigações. Essa decisão foi resultado de uma negociação entre o governo e a CIDH/OEA. A indenização começará a ser paga apenas depois que o acordo for aprovado pela Assembléia Legislativa.

Em 22 de outubro de 2003, a CIDH/OEA declarou admissível a petição apresentada, em 23 de setembro de 1999, pela Sociedade Interamericana de Imprensa, alegando responsabilidade do Estado brasileiro pela morte do jornalista Aristeu Guida da Silva. O jornalista foi assassinado em 12 de maio de 1995, após ter publicado notícia a respeito de casos de corrupção na administração pública, com críticas a membros do Conselho Municipal da Cidade de São Fidelis – 180 km da cidade do Rio de Janeiro, vinculados a roubo de automóveis e a um esquadrão da morte, conhecido como "Cerol".

Em setembro de 2003, o Brasil assinou na CIDH/OEA um acordo de solução amistosa, referente ao caso José Pereira. Com 17 anos na época, José Pereira foi forçado a trabalhar em condições análogas à escravidão na Fazenda Espírito Santo, no Estado do Pará. Ao tentar fugir ele foi alvejado por disparos de armas efetuados por pistoleiros. Pereira sofreu lesões permanentes nas mãos e no olho direito. Em decorrência dos fatos, no dia 16 de dezembro de 1996, as organizações não-governamentais Américas Watch e Centro pela Justiça e Direito Internacional apresentaram petição contra o Estado do Brasil. Após anos de investigação e apuração dos fatos por uma delegação da Comissão em visita ao Brasil, concluiu-se responsabilidade do Brasil no caso. Em 18 de setembro de 2003, o acordo de solução amistosa foi firmado por ambas as partes, vítimas e réus, a fim de reparar os danos causados a José Pereira, entre outros: fazer o reconhecimento público da responsabilidade do Estado Brasileiro; assumir o compromisso de continuar com esforços para o cumprimento dos mandatos judiciais contra os acusados dos crimes cometidos contra Pereira; pagar indenização à vítima e fiscalização contínua de combate a qualquer tipo de escravidão.

Em outubro de 2003, a CIDH/OEA fez a seguinte avaliação em relação ao cumprimento das recomendações feitas ao Brasil no acordo de solução amistosa referente ao caso do 42º Distrito Policial, Parada de Lucas,

acontecido em São Paulo em 1989[7]: as celas fortes das Delegacias de Polícia de São Paulo não foram desativadas; a responsabilização judicial dos policiais envolvidos foi realizada apenas parcialmente; as indenizações dos familiares ainda não foram todas pagas e a recomendação de transferência para a justiça penal comum do julgamento dos crimes comuns cometidos por policiais militares em exercício de suas funções foi parcialmente cumprida. Com relação a essa última recomendação, a CIDH ressalta que, apesar da Lei nº 9.299/96 constituir um progresso importante na matéria, não é suficiente, pois mantém a competência da polícia militar para investigar os crimes cometidos por policiais militares que não sejam dolosos contra a vida.

Em 13 de outubro de 2004, após averiguação e análise das informações fornecidas tanto pelos peticionários, como pelos acusados, a CIDH/OEA concluiu admissibilidade da petição referente ao caso das crianças Robson Willian da Silva Cassiano, Jorge Wellington da Silva Cassiano e Leonardo Cunha de Souza, assassinados por policiais militares em 19 de agosto de 1994, na cidade do Rio de Janeiro.[8]

Em março de 2004, a CIDH/OEA elaborou relatório sobre o caso acontecido na Fazenda Santa Elina, em Corumbiara, Rondônia, em 1995, no qual recomendou ao Estado Brasileiro: realizar uma investigação completa, imparcial e efetiva do caso, por órgãos não-militares, que determinem e sancionem a responsabilidade de todos os autores materiais ou intelectuais, tanto militares como civis, culpados pelas mortes, lesões e demais abusos ocorridos na Fazenda Santa Elina; reparar adequadamente as vítimas ou seus familiares pelas violações de direitos humanos; adotar medidas necessárias para evitar que se produzam erros similares no futuro; modificar o artigo 9 do Código Penal Militar, o artigo 82 do Código de Processo Penal e qualquer outra norma interna que dê competência à policia militar pra investigar violações de direitos humanos cometidas por seus pares.[9]

Corte Interamericana

O Brasil continua a não ter casos em tramitação na Corte Interamericana de Direitos Humanos. No entanto, em casos em que se é impossível evitar danos irreparáveis às vítimas de violações de seus direitos fundamentais, a Corte, aconselhada pela Comissão ou por ação própria, tem o poder de demandar medidas provisionais que considere pertinente ao país em juízo.

Há na Corte Interamericana três casos especiais em que se manifestou a necessidade de medidas provisionais e contenciosas. O primeiro é o caso da execução de presos na Detenção José Mario Alves, mais conhecida como Presídio Urso Branco, na cidade de Porto Velho, Rondônia. Em junho de

2002, a CIDH submeteu à apreciação da Corte um pedido de medidas provisionais ao Estado Brasileiro em favor de um grupo de detentos do Presídio Urso Branco, determinando ao Estado a devida proteção da vida dos detentos. Diante de novas denúncias levantadas pela Comissão, a Corte resolveu ordenar novas medidas provisionais em 22 de abril de 2004, que não foram implementadas pelo governo brasileiro. Mais uma vez, considerando novas observações da Comissão e dos peticionários, a Corte determinou em julho de 2004, novas medidas provisionais: requerem ao Estado Brasileiro que sejam adotadas de imediato as medidas necessárias para proteger eficazmente a vida dos presos e todas as outras pessoas que ingressem no presídio; que as condições dos presídios sejam adaptadas de acordo com as normas internacionais de proteção aos Direitos Humanos, entre outras.

Em 2005 foram outorgadas pela Corte Interamericana medidas provisionais com o propósito de fazer com que o Estado Brasileiro protegesse a vida e a integridade pessoal dos adolescentes privados de liberdade no Complexo Tatuapé da FEBEM, visto que o Estado nada havia feito no sentido de cumprir as recomendações da CIDH.

A fim de aconselhar necessárias medidas contenciosas, em outubro de 2004, a CIDH enviou à Corte o caso 12.237, Damião Ximenes Lopes contra o Governo Brasileiro. A razão de tal advertência são as condições desumanas e degradantes de hospitalização de Damião Ximenes – vítima de golpes e ataques por parte de funcionários da Casa de Repouso Psiquiátrico de Guarapares. A Corte destaca a necessidade de medidas contenciosas, entre outras razões, pela falta de investigação e garantias judiciais à vítima, que assim, mantêm a impunidade.

Emenda Constitucional 45/2004

Pelo menos no plano normativo, parece não haver muitas dúvidas de que o Brasil avançou consideravelmente no que diz respeito à adesão ao sistema internacional de proteção aos Direitos Humanos.[10] Mas a adesão aos tratados e convenções internacionais não significa que esses direitos estejam sendo plenamente respeitados e tutelados pelo Estado brasileiro.

É nesse contexto que se insere a polêmica do estatuto hierárquico de norma constitucional em relação aos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos. No Brasil, segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as normas internacionais estão situadas no mesmo plano hierárquico das normas infraconstitucionais. A partir de tal entendimento as normas internacionais são equiparadas à lei ordinária, estando ambas submetidas à Constituição Federal. Juristas com entendimento diferente afir-

mam, entretanto, que a Constituição Federal atribui *status* constitucional às normas de tratados e às convenções internacionais ratificadas pelo Brasil.

De acordo com a Emenda Constitucional 45/2004, promulgada no dia 08 do dezembro, que trata da reforma do Poder Judiciário, os instrumentos internacionais de direitos humanos passam a ter caráter de norma constitucional, desde que aprovados pelo Congresso Nacional nas duas Casas (Câmara dos Deputados Federais e Senado Federal), em dois turnos, com o quorum qualificado de 3/5, ou seja, o mesmo procedimento exigido para aprovação de emendas constitucionais.

Casos do Brasil no Sistema Interamericano de Direitos Humanos 2004-2005

Casos Admitidos

2004

ASSASSINATO DE ROBSON WILLIAM DA SILVA CASSIANO, JORGE WELLINGTON DA SILVA CASSIANO E LEONARDO CUNHA DE SOUZA

Em agosto de 1999, o Projeto Legal – Centro de Defesa, Garantia e Promoção de Direitos Humanos do Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (IBISS) apresentou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos uma petição contra o Brasil. O peticionário alegou que Robson William da Silva Cassiano, Jorge Wellington da Silva Cassiano e Leonardo Cunha de Souza foram assassinados em 19 de agosto de 1994, na cidade do Rio de Janeiro por policiais.

Medidas Cautelares

2005

POLINTER

Em 11 de novembro, a CIDH outorgou medidas cautelares para os presos da POLINTER, cadeia do Rio de Janeiro, devido às condições desumanas e degradantes em que se encontravam submetidos. A CIDH solicitou ao Estado que suspendesse imediatamente o ingresso de novos presos ao POLINTER e que transferisse um número de presos substancial com a finalidade de diminuir a superlotação e proteger a vida e a integridade pessoal dos beneficiários, entre outras medidas. Em cumprimento às medidas cautelares, o Estado informou que a POLINTER foi completamente desativada em 31 de janeiro de 2006 e todos os presos foram transferidos para penitenciárias do estado.

Medidas Cautelares
2004

FEBEM – COMPLEXO TATUAPÉ

Em 21 de dezembro de 2004, a CIDH outorgou medidas cautelares a favor dos adolescentes privados de liberdade da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – Complexo Tatuapé, em São Paulo. Em 6 de dezembro de 2004, uma rebelião na unidade 13 da Febem deixou um saldo de oito adolescentes feridos. Alega-se que os adolescentes se encontram em situação de perigo iminente de vida e integridade pessoal por ação dos funcionários da Febem, e pelas deploráveis condições sanitárias e de estrutura das unidades. As alegações dos peticionários encontram suporte em uma investigação administrativa do Ministério Público, Procuradoria da Infância e Juventude do Estado de São Paulo, que afirmam que existe uma prática sistemática de violência nas unidades 5 e 12 da Febem do Tatuapé. Em razão desse fato, a CIDH solicitou ao Estado brasileiro a adoção de medidas necessárias para proteger a vida e a integridade física dos beneficiários e informar sobre as ações empreendidas para investigar os fatos e por fim às agressões contra os adolescentes privados de liberdade.

RAPOSA SERRA DO SOL

Em 6 de dezembro de 2004 a CIDH, outorgou medidas cautelares para membros dos povos indígenas Ingaricó, Macuxi, Wapichana, Patamona e Taurepang, em Raposa Serra do Sol, estado de Roraima. Esses povos encontram-se em situação de perigo iminente de vida, integridade pessoal, sendo seu território objeto de processo de demarcação de terras que se encontra pendente desde 1997. No dia 23 de novembro de 2004, um grupo armado atacou as comunidades indígenas utilizando moto-serras, tratores e fogo, provocando uma morte, um desaparecimento e a destruição de 34 moradias, uma escola e uma clínica de saúde do local. Tendo em vista a situação, a CIDH solicitou ao estado brasileiro a adoção de medidas cautelares necessárias para proteger a vida, integridade física e a livre circulação dos beneficiários e informar sobre as ações empreendidas para investigar o ataque.

Medidas Provisionais
2005

FEBEM – COMPLEXO TATUAPÉ

Em 8 de novembro de 2005 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos solicitou à Corte Interamericana a adoção de medidas provisionais com o propósito de fazer com que o Estado Brasileiro protegesse a vida e a integridade pessoal dos adolescentes privados de liberdade no Complexo Tatuapé da FEBEM, visto que o Estado nada havia feito no sentido de cumprir as recomendações da CIDH.

Em 17 de novembro de 2005, a Corte Interamericana outorgou medidas provisionais e requereu que o Estado Brasileiro adotasse de forma imediata as medidas necessárias para proteger a vida e integridade pessoal de todos os adolescentes residentes no Complexo Tatuapé, assim como todas as pessoas que lá trabalham.

Em 29 de novembro de 2005, a Comissão compareceu ante ao Tribunal para audiência pública sobre este assunto. Em resolução do dia seguinte, a Corte decidiu reiterar ao Estado que adote de forma imediata as medidas provisionais.

PRESÍDIO URSO BRANCO

Durante o ano de 2005, a Comissão Interamericana apresentou suas observações periódicas aos informes do Estado em relação às medidas em favor dos internos da Casa de Detenção José Mario Alves, conhecida como Presídio Urso Branco. Em 25 de setembro, diante das várias comunicações sobre a morte de mais presos no Urso Branco, inclusive depois da Resolução de 7 de julho de 2004, a existência de situações de grave risco a integridade pessoal dos internos, dos agentes de segurança e dos visitantes, a Corte emitiu uma resolução em que reiterou as obrigações do Estado no processo, assim como a obrigação de apresentar os informes periódicos sobre a implementação das medias provisionais.

1.Em 18 de dezembro de 2002, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura. O Protocolo visa o estabelecimento de medidas adicionais e mais efetivas para se atingir os objetivos da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis (adotada pela ONU em 10/12/1984 e ratificada pelo Brasil em 28/09/1989).

2.Entidades da sociedade civil responsáveis pela campanha pela ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção da Onu contra a tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes: ACAT, Centro Santo Dias de Direitos Humanos, Coletivo Contra a Tortura, Comissão Teotônio Vilela, Fundação Projeto Travessia, Grupo Tortura Nunca Mais/SP; Instituto Intercultural; Instituto Sou da Paz, Observatório da Violência Policial em São Paulo e Pastoral Carcerária.

3.Relataram-se 31 casos de atuação de grupos de extermínio, casos de execuções sumárias envolvendo cerca de 50 e 8 mortes, respectivamente, além de casos de ameaças por parte de policiais a moradores que presenciaram abusos, arbitrariedades, maus

tratos e mortes na Febem e em estabelecimentos prisionais. Fez-se também uma análise da política de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Entidades envolvidas na elaboração do relatório: ACAT, AMAR, Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Sapobemba, Centro Santos Dias, Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP, CTV, Conectas, Conselho Ouvidor de D. Humanos de Cotia, Grupo Tortura Nunca Mais/SP, ILANUD, Justiça Global, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Núcleo de Estudos da Violência – USP e Pastoral Carcerária.

4. De acordo com a Convenção Americana de Direitos Humanos, a comissão compõe-se de sete membros que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e reconhecida competência em matéria de direitos humanos, eleitos a título pessoal pela Assembléia Geral da OEA. Os membros da Comissão são eleitos por quatro anos e só podem ser reeleitos uma vez. O Brasil tem como representante Paulo Sérgio Pinheiro, eleito no 33º período ordinário de Sessões da Assembléia Geral em 2003.
5. O Brasil ratificou em 25/9/92 a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto São José de Costa Rica) e aceitou a competência da Corte em 10/12/98. No entanto, o Governo entende que os artigos 43 e 48, alínea d, não incluem o direito automático de visitas e investigações *in loco* da Corte, sendo as mesmas dependentes da anuência expressa do Estado.
6. Petição apresentada por Centro de Justiça Global, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Padre Marcos Passerini e a Rede Social de Justiça de Direitos Humanos em 31 de outubro de 2001.
7. No dia 5 de fevereiro de 1989, dezoito detentos morreram e treze ficaram gravemente feridos no 42º Distrito Policial, localizado no Parque São Lucas, zona leste do município de São Paulo. Após uma tentativa frustrada de fugas, cinqüenta presos foram confinados numa cela pequena sem ventilação. Dezoito morreram por asfixia, em decorrência da rarefação de oxigênio, conforme aponta o laudo do exame de corpo de delito. Em 7 de fevereiro de 1989, a Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, a Human Rigths Watch/Américas e o CEJIL apresentaram denúncias do caso perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos das Organizações dos Estados Americanos (CIDH/OEA). Em 1997, o Governo brasileiro aceitou a oferta de solução amistosa efetuada pela CIDH/OEA, assumindo: a responsabilidade pela atuação da Polícia no massacre e o compromisso de indenizar os familiares dos mortos, eliminar todas as celas fortes das delegacias de polícia do Estado de São Paulo, promover a responsabilização administrativa e judicial dos policiais envolvidos e realizar um pronunciamento público admitindo a responsabilidade do governo pelas mortes.
8. Petição apresentada em 11 de agosto de 1999, pelo Projeto Legal – Centro de Defesa, Garantia e Promoção de Direitos Humanos do Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (IBISS).
9. No dia 9 de agosto de 1995, 187 policiais militares realizaram operação para retirar cerca de 500 famílias que ocupavam a fazenda Santa Eliana, nas proximidades de Corumbiara, no Estado de Rondônia. Os trabalhadores rurais reagiram à desocupação e houve troca de tiros. Esse confronto resultou na morte de nove trabalhadores, inclusive na de uma menina de 7 anos, e na morte de dois policiais. Além disso, aproximadamente 100 pessoas ficaram feridas. Laudos médicos mostraram que os trabalhadores foram espancados e mortos à queima-roupa pelos policiais. No dia 6 de outubro de 1996, a Comissão Teotônio Vilela (CTV), em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Human Rigths Watch/Américas, o Centro de Direitos Humanos da Arquidiocese e o CEJIL, apresentaram denúncias relativas ao caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos das Organizações dos Estados Americanos – CIDH/OEA. A denúncia foi considerada procedente e foi determinado que o Brasil pague indenização aos familiares das 11 pessoas assassinadas.
10. Ver tabela com as convenções e tratados de Direitos Humanos

Referências

Adesse, Leila e Souza, Cecília de Mello e. 2005. *Violência Sexual no Brasil: perspectivas e desafios*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Anistia Internacional. 2005a. *Brazil – They come in shooting: Policing socially excluded communities*. Disponível no web-site da Anistia Internacional (www.amnesty.org).

Anistia Internacional. 2005b. *Brazil – Estrangeiros em Nosso Próprio País: Comunidades Indígenas do Brasil*. Disponível no web-site da Anistia Internacional (www.amnesty.org).

Anistia Internacional. 2005c. *Brazil – Briefing on Brazil´s Second Periodic Report on the Implementation of the International Covenant on Civil and Political Rights*. Outubro de 2005.

Anistia Internacional. 2003. *Brazil – Rio de Janeiro 2003: Candelária e Vigário Geral 10 anos depois*. Disponível no web-site da Anistia Internacional (www.amnesty.org).

Associação Nacional de Jornais. 2005. *Relatório Anual sobre Liberdade de Imprensa no Brasil*, de 01/12/2005.

Associação Nacional de Jornais. 2004. *Relatório Anual sobre Liberdade de Imprensa no Brasil*, de 14/09/2004.

Associação Nacional de Jornais. 2002. *Relatório Anual sobre Liberdade de Imprensa no Brasil*, de 10/09/2002.

Brasil, Congresso Nacional. 2004. *Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito*, criada por meio do requerimento nº 02, de 2003-CN, com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Brasil, Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. 2003. *Relatório da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados – Conflitos em Terras Indígenas*.

Brasil, Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. 2002. *Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar Casos de Tortura e Maus-Tratos Praticados pro Agentes Públicos – Relatório*.

Brasil, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. 2005. *Relatório da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana*, constituída pela Resolução nº 22, de 14/10/2004, com a finalidade de apurar denúncias de graves violações a Direitos Humanos e descumprimento das normas do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA contidas no "Dossiê CAJE".

Brasil, Conselho Nacional de Justiça – CNJ. 2005. *Justiça em Números: Indicadores Estatísticos do Poder Judiciário Ano 2004*. Disponível no web-site do CNJ (www.cnj.gov.br).

Brasil, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda. 2006. "Relatório de visita ao Complexo do Tatuapé da Febem – São Paulo/SP, dias 16, 18, 19 e 20/11/2005", de 16 de fevereiro de 2006.

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2006. *Síntese dos Indicadores Sociais 2005*. Disponível no web-site do IBGE (www.ibge.gov.br).

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2005. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2004*. Disponível no web-site do IBGE (www.ibge.gov.br).

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2004. *Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio 2004*. Disponível no web-site do IBGE (www.ibge.gov.br).

Brasil, Instituto de Estudos Econômicos – Inesc. 2005. *A política de direitos humanos no governo Lula – Nota Técnica 99*. Disponível no web-site do Inesc: www.inesc.gov.br.

Brasil, Instituto de Estudos Econômicos – Inesc. 2004. *Plano Nacional de Direitos Humanos: Falta Executar – Nota Técnica 89*. Disponível no web-site do Inesc: www.inesc.gov.br.

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ouvidoria Agrária 2005. *Relatório da Ouvidoria Agrária 9/2005*.

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ouvidoria Agrária 2004. *Relatório da Ouvidoria Agrária 11/2004*.

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 2005. *Levantamento de Beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*. Maio de 2005.

Brasil, Ministério da Justiça. 2005. *Acesso à Justiça por Sistemas Alternativos de Administração de Conflitos: Mapeamento Nacional dos Programas Públicos e Não Governamentais*. Disponível no web-site do Ministério da Justiça (www.mj.gov.br).

Brasil, Ministério da Justiça. 2004a. *Diagnóstico do Poder Judiciário* (Brasília: Ministério da Justiça). Disponível no web-site do Ministério da Justiça (www.mj.gov.br).

Brasil, Ministério da Justiça. 2004b. *Estudo Diagnóstico: Defensoria Pública no Brasil*. Disponível no web-site do Ministério da Justiça (www.mj.gov.br).

Brasil, Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional - Depen. 2006. *Sistema Penitenciário no Brasil: Dados Consolidados*. Disponível no web-site do Depen (www.mj.gov.br/depen).

Brasil, Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional – Depen. 2005. *Sistemas Penitenciários no Brasil: Diagnósticos e Propostas*. Disponível no web-site do Depen (www.mj.gov.br/depen).

Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Treinamento de Pessoal. 2004. *Perfil Organizacional das Delegacias de Especiais de Atendimento a Mulher* (Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Treinamento de Pessoal).

Brasil, Ministério das Relações Exteriores. 2005. Segundo *Relatório Periódico ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos*. Documento ONU CCPR/C/BRA/2004/2.

Brasil, Ministério Público Federal 2005a. "Recomendação MPF/SP n° 13, de 5 de abril de 2005".

Brasil, Ministério Público Federal 2005b. "Relatório da Inspeção na Penitenciária de Tupi Paulista", de 13/05/2005.

Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2005. "Disque Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – 0800 99 0500 – Relatório de Extração de Dados".

Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. 2005.

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania et al. 2005. *Impunidade na Baixada Fluminense*. Disponível no web-site da Justiça Global (www.global.org.br).

Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação - CEPIA. 2005. *Projeto Capacitação para policiais das DEAMs - Relatório Final* (Rio de Janeiro: CEPIA).

Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação - CEPIA. 2004. *Violência contra a mulher. Guia de Defesa, Orientação e Apoio* (Rio de Janeiro: CEPIA/CEDIM).

Comissão Pastoral da Terra. 2005. "*Violência persiste no campo brasileiro*". Disponível no web-site da Comissão Pastoral da Terra (www.cptnac.com.br), seção notícias, 26 de setembro de 2005.

Comissão Pastoral da Terra. 2004. *Conflitos no Campo no Brasil 2003* (Goiânia: Comissão Pastoral da Terra).

Fórum de Entidades Autônomas de Mulheres de Alagoas. 2003. *Monitoramento da Situação da Mulher Considerando a Violência*. Disponível no web-site da Articulação de Mulheres Brasileiras (www.articulacaodemulheres.org.br/publique/media/rmalagoas.pdf).

Grupo Gay da Bahia. 2005. *Pura Maldade: Homofobia no Brasil 2003-2004*.

Grupo Gay da Bahia. 2006. *Relatório Anual 2005: Assassinato de Homossexuais no Brasil*. Disponível no web-site do Grupo Gay da Bahia (www.ggb.org.br).

Estado de São Paulo, Ouvidoria de Polícia 2005. *Relatório Anual 2005*. Disponível no web-site da Ouvidoria de Polícia (www.ouvidoria-policia.sp.gov.br).

Estado do Acre, Secretaria de Justiça e Segurança Pública, 2003. *Plano Sistêmico de Segurança Pública do Estado do Acre*. Disponível no web-site Segurança Cidadã (www.segurancacidada.org.br).

Estado do Ceará, Secretaria Especial de Inclusão e Mobilização Social. 2006. *Por Amor à Vida da Mulher: Compromissos do Governo do Estado do Ceará para 2005 – Ano Estadual da Mulher*. Disponível no web-site da Secretaria Especial de Inclusão e Mobilização Social

(www.sim.ce.gov.br/banner/Balan%C3%A7o%20de%20A%C3%A7%C3%B5es%20-%20Compromissos.doc).

Estado do Espírito Santo, Secretaria da Segurança Pública. 2003. "Plano de Segurança Pública". Disponível no web-site da Secretaria da Segurança Pública (www.sesp.es.gov.br/uploads/plano_de_seguranca_publica.pdf).

Estado do Paraná, Secretaria da Justiça e da Cidadania 2004.

Fundação Getúlio Vargas, Programa de Gestão Pública e Cidadania. 2005. *Histórias de um Brasil que Funciona* (São Paulo: Programa de Gestão Pública e Cidadania).

Fundação Getúlio Vargas, Programa de Gestão Pública e Cidadania. 2004. *Histórias de um Brasil que Funciona* (São Paulo: Programa de Gestão Pública e Cidadania).

Human Rights Watch. 2005. *Na Escuridão Abusos ocultos contra jovens internos no Rio de Janeiro*. Disponível no web-site da Human Rights Watch (www.hrw.org).

Human Rights Watch. 2004. *Verdadeiras Masmorras: Detenção Juvenil no Estado do Rio de Janeiro*. Disponível no web-site da Human Rights Watch (www.hrw.org).

Fórum de Mulheres do DF e Articulação de Mulheres Brasileiras. 2006. *Violência contra a mulher no Distrito Federal. Uma realidade a ser transformada. Relatório Final*. Brasília: Fórum de Mulheres do DF e Articulação de Mulheres Brasileiras. Disponível no web-site do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (www.cfemea.org.br/temasedados/temasedados.asp).

Justiça Global. 2004. *Relatório Anual Direitos Humanos no Brasil 2003*. Disponível no web-site da Justiça Global (www.global.org.br).

Justiça Global. 2004. *Relatório Rio: violência policial e insegurança pública*. Disponível no web-site da Justiça Global (www.global.org.br).

Justiça Global. 2003a. *Execuções Sumárias no Brasil 1997/2003*. Disponível no web-site da Justiça Global (www.global.org.br).

Justiça Global. 2003b. *Situação dos Direitos Humanos no Estado da Paraíba* - Relatório apresentado por ocasião da audiência, realizada em 27 de fevereiro de 2003, durante o 117º período de sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Disponível no web-site da Justiça Global (www.global.org.br).

Justiça Global. 2002. *Crise de Direitos Humanos no Espírito Santo: ameaças e violência contra os defensores de direitos humanos*. Disponível no web-site da Justiça Global (www.global.org.br).

Lemgruber, Julita. 2004. "Projeto Arquitetura Institucional do Susp: Grupo de Trabalho do Sistema Prisional". Disponível no web-site Segurança Cidadã (www.segurancacidada.org.br), seção Sistema Único de Segurança Pública, Arquitetura Institucional do Susp.

Leroy, Jean Pierre e Silvestre, Daniel Ribeiro. 2003. "Direito ao Meio Ambiente". Em Plataforma Brasileira de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais 2003.

Mello e Souza, Cecília de e Adesse, Leila. 2005. Violência Sexual no Brasil: Desafios e Perspectivas (Brasília: IPAS-Brasil e Secretaria Especial de Políticas para Mulheres).

Mesquita Neto, Paulo de e Affonso, Beatriz. 2002. *Segundo Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil* (São Paulo: Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos).

Mesquita Neto, Paulo de e Loche, Adriana. 2005. Os *Direitos Humanos no Governo Lula*. Manuscrito.

Mott, Luiz e Cerqueira, Marcelo. 2003. Matei porque odeio gay *(Salvador: Editora do Grupo Gay da Bahia).*

Movimento Nacional de Direitos Humanos, s/d. *Relatório Final da Campanha Nacional Permanente de Combate à Tortura* (Brasília: Movimento Nacional de Direitos Humanos e Secretaria Especial dos Direitos Humanos).

Organização das Nações Unidas, Conselho Econômico e Social. 2004. Civil and Political Rights, including Questions of the Independence of the Judiciary, Administration of Justice, Impunity – Report of the Special Rapporteur on the independence of judges and lawyers, Mr. Leandro Despoouy – Asddendum – Mission to Brazil. E/CN.4/2005/60/Add.3, 22 de fevereiro de 2005.

Organização das Nações Unidas, Conselho Econômico e Social. 2004. Civil and Political Rights, including the Question of Disappearances and Summary Executions – Extrajudicial, summary or arbitrary executions – Report of the Special Rapporteur Asma Jahangir – Addendum – Mission to Brazil. E/CN.4/2004/7/Add. 3, 28 de janeiro de 2004.

Organização das Nações Unidas, Conselho Econômico e Social. 2004. Racism, Racial Discrimnation, Xenophobia and All Forms of Discrimination. E/CN.4/2005/18, 13 de dezembro de 2004.

Organização das Nações Unidas, Conselho Econômico e Social. 2004. Rights of Children – Report Submitted by the Special Rapporteur on the state of children, child prostituion and child pornography, Juan Miguel Petit – Addendum - Mission to Brazil. E/CN.4/9/Add.2, 3 de fevereiro de 2004.

Organização Internacional do Trabalho. 2005. Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI. Brasília: Organização Internacional do Trabalho. Disponível no web-site da Organização Internacional do Trabalho – Brasil (www.oitbrasil.org.br).

Organização Mundial Contra a Tortura. 2005. Human Rights Violations in Brazil – An NGO Report to the United Nations Human Rights Committee - 85th session – Geneva (17th October – 4th November 2005). Genebra, Porto Alegre/São Paulo/Salvador – 1º de outubro de 2005. Disponível no web-site da Organização Mundial Contra Tortura (www.omct.org).

Peres, MFT e Cardia, N e Santos, Patrícia Carla. 2006. *Homicídios de Crianças e Jovens no Brasil: 1980-2002 – Relatório Nacional*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo.

Plataforma Brasileira de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. 2006. *Relatores Nacionais em Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais* (Rio de Janeiro: Plataforma Dhesc Brasil).

Plataforma Brasileira de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. 2003. *Relatório Brasileiro sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* (Recife: Edições Bagaço).

Plataforma Brasileira de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. 2003. *Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais: O Cumprimento do Pidesc pelo Brasil*. (Brasília: Plataforma Dhesc Brasil).

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud. 2005. *Relatório do Desenvolvimento Humano Brasil 2005: Racismo, Pobreza e Violência*. Disponível no web-site do Pnud (www.pnud.org.br).

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud. 2004. *Atlas Racial Brasileiro*. Disponível no web-site do Pnud (www.pnud.org.br).

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud. 2000. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Disponível no web-site do Pnud (www.pnud.org.br).

Repórteres sem Fronteiras. 2005. *Informe Anual 2005*.

Repórteres sem Fronteiras. 2004. *Informe Anual 2004*.

Schwartzman, Simon. 2004. Tendências do Trabalho Infantil no Brasil (1992-2002). Brasília: Organização Internacional do Trabalho. Disponível no web-site da Organização Internacional do Trabalho – Brasil (www.oitbrasil.org.br).

Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP. 2006. "Relatório sobre o Brasil" e "Impunidade no Brasil", Reunião de Meio Ano, Quito, Equador, 17 a 20 de março de 2006.

Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP. 2005. "Relatório sobre o Brasil" e "Impunidade no Brasil", 61ª Assembléia Geral, Indianápolis, Indiana, Estados Unidos, 7 a 11 de outubro de 2005.

Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP. 2005. "Relatório sobre o Brasil" e "Impunidade no Brasil", Reunião de Meio Ano, Panamá City, Panamá, 11 a 14 de março de 2005.

Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP. 2004. "Relatório sobre o Brasil" e "Resolução sobre o Brasil", 60ª Assembléia Geral, Antigua, Guatemala, 22-26 de outubro de 2004.

Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP. 2004. "Relatório sobre o Brasil" e "Impunidade no Brasil", Reunião de Meio Ano, San Salvador, El Salvador, 21 a 24 de março de 2004.

Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP. 2003. "Relatório sobre o Brasil" e "Impunidade no Brasil", Chicago, Illinois, 10 a 14 de outubro de 2003.

Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP. 2003. "Relatório sobre o Brasil" e "Impunidade no Brasil", Reunião de Meio Ano, San Salvador, El Salvador, 21 a 24 de março de 2003.

Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP. 2002. "Relatório sobre o Brasil", "Resolução sobre o Brasil" e "Impunidade no Brasil", 58ª Assembléia Geral, Lima, Peru, 12 a 16 de outubro de 2002.

Teixeira, Ângela e Oliveira, Fátima. 2004. *Relatório sobre a prevalência de deficiências, incapacidades e desvantagens* (Niterói, RJ: Ministério da Justiça, Coordenadoria Nacional pela Integração da pessoa portadora de deficiência – Corde e Associação Fluminense de Reabilitação).

Waiselfisz, Julio Jacobo. 2004. Mapa da Violência IV: Os Jovens no Brasil – Juventude, Violência e Cidadania (Brasília: Unesco, Instituto Ayrton Senna e Secretaria Especial de Direitos Humanos).

Web-Sites

- AfroReagge: www.afroreggae.org.br.
- Amazônia: www.amazonia.org.br.
- Anistia Internacional: www.amnesty.org.
- Articulação de Mulheres Brasileiras: www.articulacaodemulheres.org.br
- Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros: www.abglt.org.br.
- Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás – Astral
- Associação Goiana de Gays, Lésbicas e Travestis – AGLT: www.aglt.org.br.

- Associação Nacional de Jornais – ANJ: www.anj.org.br.
- Brasil: www.brasil.gov.br.
- Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: www.ibge.gov.br.
- Brasil, Instituto de Estudos Econômicos – Inesc: www.inesc.gov.br.
- Brasil, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea: www.ipea.gov.br.
- Brasil, Ministério da Justiça: www.mj.gov.br.
- Brasil, Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional – Depen: www.mj.gov.br/Depen.
- Brasil, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp: www.mj.gov.br/senasp.
- Brasil, Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio – Funai: www.funai.gov.br.
- Brasil, Ministério da Saúde: www.saude.gov.br.
- Brasil, Ministério da Saúde, Datasus: www.datasus.gov.br.
- Brasil, Ministério da Saúde, Fundação Nacional da Saúde – Funasa: www.funasa.gov.br.
- Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego: www.mte.gov.br.
- Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Direitos Humanos: www.presidencia.gov.br/sedh
- Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: www.presidencia.gov.br/spmulheres
- Brasil, Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: www.presidencia.gov.br/seppir.
- Brasil, Rede de Informações sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Recria: www.cecria.org.br/recria.
- Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, Universidade Federal de Minas Gerais – Crisp: www.crisp.ufmg.br.
- Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, Universidade Cândido Mendes – Cesec: www.candidomendes.br/cesec.
- Centro Feminista de Estudos e Assessoria: www.cfemea.org.br.
- Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional – Cejil: www.cejil.org
- Comissão Pastoral da Terra – CPT: www.cptnac.com.br.
- Comissão Teotônio Vilela – CTV: www.ctvdh.org.
- Conectas Direitos Humanos: www.conectas.org.
- Conselho Indigenista Missionário- Cimi: www.cimi.org.br.
- Consulado da Mulher: www.consuladodamulher.org.br.
- DHNet: www.dhnet.org.br.
- Distrito Federal: www.distritofederal.df.gov.br.
- Distrito Federal, Secretaria da Segurança pública e Defesa Social: www.distritofederal.df.gov.br.
- Estado da Bahia: www.ba.gov.br.
- Estado da Paraíba: www.portal.paraiba.pb.gov.br.
- Estado da Paraíba, Secretaria de Segurança Pública: www.ssp.pb.gov.br.
- Estado da Paraíba, Secretaria de Cidadania e Justiça: www.scj.pb.gov.br.
- Estado de Alagoas: www.al.gov.br.
- Estado de Alagoas, Agência Alagoas: www.agenciaalagoas.com.br.
- Estado de Goiás: www.goias.gov.br.
- Estado de Goiás, Conselho Estadual da Mulher – Conem: www.conem.go.gov.br.
- Estado de Goiás, Prefeitura de Cuiabá: www.cuiaba.mt.gov.br.
- Estado de Goiás, Secretaria da Segurança Pública e Justiça: www.sspj.go.gov.br.
- Estado de Goiás, Ouvidoria de Polícia: www.sspj.go.gov.br/ouvidoria.
- Estado de Goiás, Secretaria da Segurança Pública e Justiça, Agência Goiana do Sistema Prisional: www.agenciaprisional.go.gov.br.
- Estado de Minas Gerais: www.mg.gov.br.
- Estado de Minas Gerais, Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Violentos: www.conedh.mg.gov.br/direitos%20humanos/direitos_humanos/navcv.html.
- Estado de Minas Gerais, Ouvidoria da Polícia: www.ouvidoriadapolicia.mg.gov.br.
- Estado de Minas Gerais, Secretaria da Defesa Social: www.seds.mg.gov.br
- Estado de Minas Gerais, Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes: www.social.mg.gov.br.
- Estado de Minas Gerais, Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, Subsecretaria de Direitos Humanos: www.social.mg.gov.br/direitos%20humanos/sup_direitos_humanos.html.
- Estado de Minas Gerais, Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, Subsecretaria de Direitos Humanos, Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos: www.social.mg.gov.br/direitos%20humanos/direitos_humanos/navcv.html.
- Estado de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, Subsecretaria da Criança e do Adolescente: www.social.mg.gov.br/direitos%20humanos/sup_crianca_adolescente.html.

- Estado de Pernambuco: www.pe.gpv.br.
- Estado de Pernambuco, Ministério Público: www.mp.pe.gov.br.
- Estado de Pernambuco, Secretaria de Defesa Social: www.sds.pe.gov.br.
- Estado de Pernambuco, Secretaria de Defesa Sócia. Secretaria Executiva de Ressocialização: www.seres.pe.gov.br.
- Estado de Pernambuco, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos: www.sejudh.pe.gov.br.
- Estado de Pernambuco, Prefeitura do Recife: www.recife.pe.gov.br.
- Estado de Rondônia: www.ro.gov.br.
- Estado de Roraima: www.rr.gov.br/governo.
- Estado de Santa Catarina: www.sc.gov.br.
- Estado de Santa Catarina, Secretaria da Segurança Pública e da Defesa do Cidadão: www.ssp.sc.gov.br.
- Estado de Santa Catarina, Secretaria da Segurança Pública e da Defesa do Cidadão, Diretoria de Informação e Inteligência: www.ssp.sc.gov.br/dini.
- Estado de Santa Catarina, Tribunal de Justiça: www.tj.sc.gov.br.
- Estado de São Paulo: www.saopaulo.sp.gov.br
- Estado de São Paulo, Ouvidoria da Polícia: www.ouvidoria-policia.sp.gov.br.
- Estado de São Paulo, Secretaria da Administração Penitenciária: www.sap.sp.gov.br.
- Estado de São Paulo, Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania: www.justica.sp.gov.br.
- Estado de São Paulo, Secretaria da Segurança Pública: www.ssp.sp.gov.br.
- Estado de Sergipe: www.se.gov.br.
- Estado de Sergipe, Secretaria da Justiça e da Cidadania: www.sejuc.se.gov.br.
- Estado de Sergipe, Secretaria da Segurança Pública: www.ssp.se.gov.br.
- Estado de Sergipe Prefeitura de Aracaju, Agência Aracaju de Notícias: www.aracaju.se.gov.br/agencia/agenciaaracaju.asp?id=16235&titulo=Noticias.
- Estado do Acre: www.ac.gov.br.
- Estado do Acre, Secretaria de Justiça e Segurança Pública: www.sejusp.ac.gov.br.
- Estado do Amapá: www.ap.gov.br.
- Estado do Amazonas: www.am.gov.br.
- Estado do Amazonas, Secretaria de Segurança Pública: www.ssp.am.gov.br.
- Estado do Amazonas, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos: www.sejus.am.gov.br.
- Estado do Ceará: www.ceara.gov.br.
- Estado do Ceará, Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social: www.seguranca.ce.gov.br.
- Estado do Ceará, Secretaria da Justiça e da Cidadania; www.sejus.ce.gov.br.
- Estado do Espírito Santo: www.es.gov.br.
- Estado do Espírito Santo, Secretaria da Justiça: www.sejus.es.gov.br.
- Estado do Espírito Santo, Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social: www.sesp.es.gov.br.
- Estado do Maranhão: www.ma.gov.br.
- Estado do Maranhão, Secretaria da Segurança Pública: www.ssp.ma.gov.br.
- Estado do Maranhão, Secretaria de Justiça e Cidadania: www.sejuc.ma.gov.br.
- Estado do Mato Grosso: www.mt.gov.br.
- Estado do Mato Grosso, Secretaria de Justiça e Segurança Pública: www.seguranca.mt.gov.br.
- Estado do Mato Grosso, Secretaria de Justiça e Segurança Pública, Ouvidoria Geral de Polícia: www.seguranca.mt.gov.br/ouvidoria.
- Estado do Mato Grosso do Sul: www.ms.gov.br.
- Estado do Mato Grosso do Sul, Secretaria de Justiça e Segurança Pública: www.sejusp.ms.gov.br.
- Estado do Mato Grosso do Sul, Tribunal de Justiça: www.tj.ms.gov.br.
- Estado do Pará: www.pa.br.
- www.pa.go.br/secretarias/se_seteps_1mu.asp.
- Estado do Paraná: www.pr.gov.br.
- Estado do Paraná, Secretaria da Justiça e da Cidadania: www.pr.gov.br/seju.
- Estado do Paraná, Secretaria da Justiça e da Cidadania, Departamento Penitenciário do Paraná: www.pr.gov.br/depen.
- Estado do Paraná, Secretaria da Segurança Pública: www.pr.gov.br/sesp.
- Estado do Paraná, Prefeitura de Londrina, Centro de Atendimento a Mulher – CAM: http://ns.londrina.pr.gov.br/mulher/cam.php3.
- Estado do Piauí: www.pi.gov.br.
- Estado do Piauí, Controladoria Geral: www.cge.pi.gov.br.
- Estado do Piauí, Secretaria da Segurança Pública: www.ssp.pi.gov.br.
- Estado do Piauí, Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos: www.justica.pi.gov.br.
- Estado do Rio de Janeiro: www.governo.rj.gov.br.
- Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Segurança Pública: www.isp.rj.gov.br.

- Estado do Rio de Janeiro, Secretaria da Administração Penitenciária: www.seap.rj.gov.br.
- Estado do Rio de Janeiro, Secretaria da Família e Assistência Social: www.assistenciasocial.rj.gov.br.
- Estado do Rio de Janeiro, Secretaria da Família e Assistência Social, Subsecretaria da Infância e da Adolescência, Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas – Degase (www.degase.rj.gov.br).
- Estado do Rio de Janeiro, Secretaria da Justiça e Defesa do Cidadão: www.sejdic.rj.gov.br.
- Estado do Rio de Janeiro, Secretaria da Segurança Pública: www.ssp.rj.gov.br.
- Estado do Rio de Janeiro, Secretaria dos Direitos Humanos: www.direitoshumanos.rj.gov.br.
- Estado do Rio Grande do Norte: www.rn.gov.br.
- Estado do Rio Grande do Norte, Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social: www.defesasocial.rn.gov.br.
- Estado do Rio Grande do Norte, Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, Ouvidoria: www.ouvidoriasds.rn.gov.br.
- Estado do Rio Grande do Sul: www.rs.gov.br.
- Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Justiça e da Segurança: www.sjs.rs.gov.br.
- Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal de Justiça: www.tj.rs.gov.br.
- Estado do Rio Grande do Sul, Prefeitura de Porto Alegre: http://www2.portoalegre.rs.gov.br
- Estado do Rio Grande do Sul, Prefeitura de Porto Alegre, Secretaria Municipal da Saúde: www.portoalegre.rs.gov.br/sms.
- Estado do Tocantins: www.to.gov.br.
- Estado do Tocantins, Polícia Militar: www.pm.to.gov.br.
- Estado do Tocantins, Secretaria da Segurança Pública: www.to.gov.br/ssp.
- Estado do Tocantins, Secretaria da Cidadania e da Justiça: www.to.gov.br/seciju.
- Estado de Tocantins, Prefeitura de Palmas, Secretaria da Cidadania e da Justiça: www.palmas.to.gov.br/seciju.asp.
- Fala Preta: www.falapreta.org.br.
- Fundação Getúlio Vargas, Programa de Gestão Pública e Cidadania: http://inovando.fgvsp.br/index.htm.
- Geledés – Instituto da Mulher Negra: www.geledes.org.br.
- Grupo Estruturação – LGBT de Brasília:
- Grupo Dignidade – GLBT de Curitiba:
- Grupo Gay da Bahia: www.ggb.com.br
- Human Rights Watch: www.hrw.org.
- Instituto Sócio-ambiental – ISA: www.sociambiental.org.br.
- Justiça Global: www.global.org.br.
- Missão Urbana e Rural: www.mur.com.br.
- Movimento dos Atingidos por Barragens – Brasil: www.mabnacional.org.br.
- Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo – NEV-USP: www.nevusp.br
- Observatório da Imprensa: http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br.
- Organização das Nações Unidas, Alto Comissariado para os Direitos Humanos: www.ohchr.org.
- Organização das Nações Unidas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud: www.pnud.org.br
- Organização das Nações Unidas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil: www.pnud.org.br/atlas.
- Organização dos Estados Americanos, Comissão Interamericana de Direitos Humanos: www.cidh.org.
- Organização dos Estados Americanos, Corte Interamericana de Direitos Humanos: www.corteidh.or.cr.
- Organização Internacional do Trabalho – Brasil: www.oitbrasil.org.nr.
- Organização Mundial Contra Tortura (www.omct.org).
- Organização Mundial da Saúde: www.who.org.
- Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: www.odmbrasil.org.br.
- Rede Brasileira de Justiça Ambiental: www.justicaambiental.org.br.
- Rede de Defesa da Liberdade de Imprensa: www.liberdadedeimprensa.org.br.
- Rede de Informações sobre Violência Sexual Contra Crianças – Recria: www.cecria.org.br/recria.
- Rede Mulher de Educação: www.redemulher.org.br.
- Repórteres Fronteiras – RSF: www.rsf.org.
- Segurança Cidadã: www.segurancacidada.org.br.
- Sociedade Interamericana de Imprensa – SIP: www.sipiapa.org.
- SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia: www.soscorpo.org.br.
- Survival International: www.survival-international.org.
- Tribunal Penal Internacional: www.icc-cpi.int.
- União Brasileira de Mulheres: www.ubmulheres.org.br.

Lista de Tabelas

Tabela 1: População: Regiões, Estados e Capitais, Brasil, 2005.
Tabela 2: População por Área de Residência, Regiões e Estados, Brasil, 2004.
Tabela 3: População Residente, por Idade, Regiões e Estados, Brasil, 2004.
Tabela 4: População Residente, por Sexo, Regiões e Estados, Brasil, 2004.
Tabela 5: População Residente, por Cor/Etnia, Regiões e Estados, Brasil, 2004.
Tabela 6: População Residente, Portadora de Incapacidade, Cidades Selecionadas, Brasil, 1991-2002.
Tabela 7: População Residente de Migrantes, Regiões e Estados, Brasil, 2004.
Tabela 8: Homicídios, Regiões e Estados, Brasil, 2000-2004.
Tabela 9: Homicídios por 100 mil habitantes, Regiões e Estados, Brasil, 2000-2004.
Tabela 10: Homicídios, 0-19 anos, Regiões e Estados, Brasil, 2000-2004.
Tabela 11: Homicídios por 100 mil habitantes, 0-19 anos, Regiões e Estados, Brasil, 2000-2004.
Tabela 12: Homicídios, 15-24 anos, Regiões e Estados, Brasil, 2000-2004.
Tabela 13: Homicídios por 100 mil habitantes, 15-24 anos, Regiões e Estados, Brasil, 2000-2004.
Tabela 14: Homicídios, Homens, Regiões e Estados, Brasil, 2000-2004.
Tabela 15: Homicídios por 100 mil habitantes, Homens, Regiões e Estados, Brasil, 2000-2004.
Tabela 16: Homicídios, Mulheres, Regiões e Estados, Brasil, 2000-2004.
Tabela 17: Homicídios por 100 mil habitantes, Mulheres, Regiões e Estados, Brasil, 2000-2004.
Tabela 18: Homicídios, Capitais, Brasil, 2000-2004.
Tabela 19: Homicídios por 100 mil habitantes, Capitais, Brasil, 2000-2004.
Tabela 20: Homicídios, 0-19 anos, Capitais, Brasil, 2000-2004.
Tabela 21: Homicídios por 100 mil habitantes, 0-19 anos, Capitais, Brasil, 2000-2004.
Tabela 22: Homicídios, 15-24 anos, Capitais, Brasil, 2000-2004.
Tabela 23: Homicídios por 100 mil habitantes, 15-24 anos, Capitais, Brasil, 2000-2004.
Tabela 24: Homicídios, Homens, Capitais, Brasil, 2000-2004.
Tabela 25: Homicídios por 100 mil habitantes, Homens, Capitais, Brasil, 2000-2004.
Tabela 26: Homicídios, Mulheres, Capitais, Brasil, 2000-2004.
Tabela 27: Homicídios por 100 mil habitantes, Mulheres, Capitais, Brasil, 2000-2004.
Tabela 28: Homicídios por cor/raça, Regiões e Estados, Brasil, 2000-2004.
Tabela 29: Homossexuais Assassinados, Regiões e Estados, Brasil, 2003-2005.
Tabela 30: Conflitos Rurais, Pessoas Envolvidas e Mortes, Regiões e Estados, Brasil, 2003-2005.
Tabela 31: Trabalho Escravo, Regiões e Estados, Brasil, 2002-2004.
Tabela 32: Efetivo da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Técnica e Corpo de Bombeiros, Regiões e Estados, Brasil, 2003.
Tabela 33: Mortos e Feridos em Ações Envolvendo Policiais, Rio de Janeiro e São Paulo, 2002-2005.
Tabela 34: Reclamações em Ouvidorias de Polícia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, 2003-2005.
Tabela 35: População Encarcerada por Tipo de Regime, Regiões e Estados, Brasil, 2002-2005.
Tabela 36: População Encarcerada e Vagas para Presos, Regiões e Estados, Brasil, 2005.
Tabela 37: Denúncias de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Regiões e Estados, Brasil, 2003-2006.
Tabela 38: Trabalho Infantil, Regiões e Estados, Brasil, 1995, 2000 e 2004.
Tabela 39: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Regiões e Estados, Brasil, 2005.
Tabela 40: Adolescentes em medidas sócio-educativas, Regiões e Estados, Brasil, 2004.
Tabela 41: Proporção Estimada de Sub-Registros de Nascimento, Regiões e Estados, Brasil, 2004.
Tabela 42: Proporção de Registros Tardios de Nascimento, Regiões e Estados, Brasil, 2002 e 2004.

Tabela 1 • População: Regiões, Estados e Capitais, Brasil, 2005.

Regiões/Estados	População Residente				
	Pop Estado	% Total	Pop. Capital	% Total	Capital/Estado (%)
Brasil	**184,184,264**	**100.00**	**43,805,859**	**100.00**	**23.78**
Região Norte	**14,698,878**	**7.98**	**4,535,961**	**10.35**	**30.86**
Acre	669,736	0.36	305,731	0.70	45.65
Amazonas	3,232,330	1.75	1,644,690	3.75	50.88
Amapá	594,587	0.32	355,408	0.81	59.77
Pará	6,970,586	3.78	1,405,871	3.21	20.17
Rondônia	1,534,594	0.83	373,917	0.85	24.37
Roraima	391,317	0.21	242,179	0.55	61.89
Tocantins	1,305,728	0.71	208,165	0.48	15.94
Região Nordeste	**51,019,091**	**27.70**	**11,158,029**	**25.47**	**21.87**
Alagoas	3,015,912	1.64	903,463	2.06	29.96
Bahia	13,815,334	7.50	2,673,560	6.10	19.35
Ceará	8,097,276	4.40	2,374,944	5.42	29.33
Maranhão	6,103,327	3.31	978,824	2.23	16.04
Paraíba	3,595,886	1.95	660,798	1.51	18.38
Pernambuco	8,413,593	4.57	1,501,008	3.43	17.84
Piauí	3,006,885	1.63	788,773	1.80	26.23
Rio Grande do Norte	3,003,087	1.63	778,040	1.78	25.91
Sergipe	1,967,791	1.07	498,619	1.14	25.34
Região Centro-Oeste	**13,020,767**	**7.07**	**4,817,682**	**11.00**	**37.00**
Distrito Federal	2,333,108	1.27	2,333,108	5.33	100.00
Goiás	5,619,917	3.05	1,201,006	2.74	21.37
Mato Grosso	2,803,274	1.52	533,800	1.22	19.04
Mato Grosso do Sul	2,264,468	1.23	749,768	1.71	33.11
Região Sudeste	**78,472,017**	**42.61**	**19,710,809**	**45.00**	**25.12**
Espírito Santo	3,408,365	1.85	313,312	0.72	9.19
Minas Gerais	19,237,450	10.44	2,375,329	5.42	12.35
Rio de Janeiro	15,383,407	8.35	6,094,183	13.91	39.62
São Paulo	40,442,795	21.96	10,927,985	24.95	27.02
Região Sul	**26,973,511**	**14.64**	**3,583,378**	**8.18**	**13.28**
Paraná	10,261,856	5.57	1,757,904	4.01	17.13
Santa Catarina	5,866,568	3.19	396,778	0.91	6.76
Rio Grande do Sul	10,845,087	5.89	1,428,696	3.26	13.17

Fonte: IBGE, Estimativa 01.07.2005.

Tabela 2 • População por Área de Residência, Regiões e Estados, Brasil, 2004.

Regiões/Estados	População Residente					
	Total	% do Total	Urbana	Rural	Urbana (%)	Rural (%)
Brasil	**182.060.108**	**100,00**	**151.124.470**	**30.935.638**	**83,01**	**16,99**
Região Norte	**14.434.109**	**7,93**	**10.612.240**	**3.821.869**	**73,52**	**26,48**
Acre	632.174	0,35	432.581	199.593	68,43	31,57
Amazonas	3.191.287	1,75	2.444.279	747.008	76,59	23,41
Amapá	577.274	0,32	530.937	46.337	91,97	8,03
Pará	6.856.713	3,77	4.970.684	1.886.029	72,49	27,51
Rondônia	1.511.433	0,83	1.010.097	501.336	66,83	33,17
Roraima	381.447	0,21	306.236	75.211	80,28	19,72
Tocantins	1.283.781	0,71	917.426	366.355	71,46	28,54
Região Nordeste	**50.534.403**	**27,76**	**36.133.116**	**14.401.287**	**71,50**	**28,50**
Alagoas	2.987.371	1,64	1.978.718	1.008.653	66,24	33,76
Bahia	13.704.574	7,53	9.267.139	4.437.435	67,62	32,38
Ceará	7.998.849	4,39	6.120.513	1.878.336	76,52	23,48
Maranhão	6.036.607	3,32	4.111.010	1.925.597	68,10	31,90
Paraíba	3.573.432	1,96	2.708.667	864.765	75,80	24,20
Pernambuco	8.340.453	4,58	6.295.116	2.045.337	75,48	24,52
Piauí	2.982.725	1,64	1.861.501	1.121.224	62,41	37,59
Rio Grande do Norte	2.969.671	1,63	2.196.370	773.301	73,96	26,04
Sergipe	1.940.721	1,07	1.594.082	346.639	82,14	17,86
Região Centro-Oeste	**12.816.392**	**7,04**	**11.057.995**	**1.758.397**	**86,28**	**13,72**
Distrito Federal	2.291.475	1,26	2.172.706	118.769	94,82	5,18
Goiás	5.528.852	3,04	4.855.974	672.878	87,83	12,17
Mato Grosso	2.759.134	1,52	2.119.328	639.806	76,81	23,19
Mato Grosso do Sul	2.236.931	1,23	1.909.987	326.944	85,38	14,62
Região Sudeste	**77.577.219**	**42,61**	**71.416.745**	**6.160.474**	**92,06**	**7,94**
Espírito Santo	3.362.426	1,85	2.758.178	604.248	82,03	17,97
Minas Gerais	19.038.693	10,46	16.165.975	2.872.718	84,91	15,09
Rio de Janeiro	15.236.905	8,37	14.764.932	471.973	96,90	3,10
São Paulo	39.939.195	21,94	37.727.660	2.211.535	94,46	5,54
Região Sul	**26.697.985**	**14,66**	**21.904.374**	**4.793.611**	**82,05**	**17,95**
Paraná	10.158.730	5,58	8.488.701	1.670.029	83,56	16,44
Santa Catarina	5.791.231	3,18	4.726.107	1.065.124	81,61	18,39
Rio Grande do Sul	10.748.024	5,90	8.689.566	2.058.458	80,85	19,15

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2005.

Tabela 3 • População Residente, por Idade, Regiões e Estados, Brasil, 2004.

Regiões/Estados	População Residente							
	Total	% do Total	0-17 anos	0-17(%)	15-24 anos	15-24 (%)	Mais 60 anos	Mais 60 (%)
Brasil	**182,060,108**	**100.00**	**60,086,341**	**33.00**	**34,814,362**	**19.12**	**17,662,715**	**9.70**
Região Norte	**14,434,109**	**7.93**	**5,885,464**	**40.77**	**3,024,819**	**20.96**	**893,154**	**6.19**
Acre	632,174	0.35	279,949	44.28	128,996	20.41	36,774	5.82
Amazonas	3,191,287	1.75	1,354,772	42.45	649,695	20.36	167,129	5.24
Amapá	577,274	0.32	254,051	44.01	124,170	21.51	28,380	4.92
Pará	6,856,713	3.77	2,790,848	40.70	1,463,532	21.34	450,644	6.57
Rondônia	1,511,433	0.83	550,675	36.43	310,036	20.51	89,473	5.92
Roraima	381,447	0.21	165,025	43.26	86,374	22.64	17,049	4.47
Tocantins	1,283,781	0.71	490,144	38.18	262,016	20.41	103,705	8.08
Região Nordeste	**50,534,403**	**27.76**	**18,529,382**	**36.67**	**10,511,736**	**20.80**	**4,701,653**	**9.30**
Alagoas	2,987,371	1.64	1,165,429	39.01	587,477	19.67	265,766	8.90
Bahia	13,704,574	7.53	4,886,538	35.66	2,880,643	21.02	1,280,166	9.34
Ceará	7,998,849	4.39	2,967,814	37.10	1,666,295	20.83	759,293	9.49
Maranhão	6,036,607	3.32	2,470,753	40.93	1,335,796	22.13	478,208	7.92
Paraíba	3,573,432	1.96	1,293,754	36.20	701,122	19.62	366,160	10.25
Pernambuco	8,340,453	4.58	2,981,162	35.74	1,672,210	20.05	791,148	9.49
Piauí	2,982,725	1.64	1,058,512	35.49	629,553	21.11	319,758	10.72
Rio Grande do Norte	2,969,671	1.63	1,018,115	34.28	646,480	21.77	283,210	9.54
Sergipe	1,940,721	1.07	687,305	35.41	392,160	20.21	157,944	8.14
Região Centro-Oeste	**12,816,392**	**7.04**	**4,338,211**	**33.85**	**2,511,114**	**19.59**	**977,749**	**7.63**
Distrito Federal	2,291,475	1.26	765,253	33.40	479,002	20.90	140,766	6.14
Goiás	5,528,852	3.04	1,825,844	33.02	1,049,823	18.99	473,524	8.56
Mato Grosso	2,759,134	1.52	975,356	35.35	546,747	19.82	181,149	6.57
Mato Grosso do Sul	2,236,931	1.23	771,758	34.50	435,542	19.47	182,310	8.15
Região Sudeste	**77,577,219**	**42.61**	**23,232,862**	**29.95**	**14,086,884**	**18.16**	**8,299,667**	**10.70**
Espírito Santo	3,362,426	1.85	1,075,548	31.99	640,448	19.05	306,349	9.11
Minas Gerais	19,038,693	10.46	6,066,803	31.87	3,621,456	19.02	1,945,415	10.22
Rio de Janeiro	15,236,905	8.37	4,151,109	27.24	2,550,947	16.74	2,026,952	13.30
São Paulo	39,939,195	21.94	11,939,402	29.89	7,274,033	18.21	4,020,951	10.07
Região Sul	**26,697,985**	**14.66**	**8,100,422**	**30.34**	**4,679,809**	**17.53**	**2,790,492**	**10.45**
Paraná	10,158,730	5.58	3,198,406	31.48	1,776,106	17.48	979,269	9.64
Santa Catarina	5,791,231	3.18	1,766,508	30.50	1,054,668	18.21	525,341	9.07
Rio Grande do Sul	10,748,024	5.90	3,135,508	29.17	1,849,035	17.20	1,285,882	11.96

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2005.

Tabela 4 • População Residente, por Sexo, Brasil, Regiões e Estados, 2004.

Regiões/Estados	População Residente					
	Total	% do Total	Homens	Mulheres	Homens (%)	Mulheres (%)
Brasil	**182,060,108**	**100.00**	**88,673,733**	**93,386,375**	**48.71**	**51.29**
Região Norte	**14,434,109**	**7.93**	**7,268,518**	**7,165,591**	**50.36**	**49.64**
Acre	632,174	0.17	315,941	316,233	49.98	100.09
Amazonas	3,191,287	0.88	1,604,347	1,586,940	50.27	98.92
Amapá	577,274	0.15	280,182	297,092	48.54	106.04
Pará	6,856,713	1.90	3,457,773	3,398,940	50.43	98.30
Rondônia	1,511,433	0.42	772,634	738,799	51.12	95.62
Roraima	381,447	0.10	189,859	191,588	49.77	100.91
Tocantins	1,283,781	0.36	647,782	635,999	50.46	98.18
Região Nordeste	**50,534,403**	**27.76**	**24,668,991**	**25,865,412**	**48.82**	**51.18**
Alagoas	2,987,371	1.64	1,457,107	1,530,264	48.78	51.22
Bahia	13,704,574	7.53	6,770,753	6,933,821	49.41	50.59
Ceará	7,998,849	4.39	3,878,798	4,120,051	48.49	51.51
Maranhão	6,036,607	3.32	2,964,902	3,071,705	49.12	50.88
Paraíba	3,573,432	1.96	1,747,617	1,825,815	48.91	51.09
Pernambuco	8,340,453	4.58	3,970,317	4,370,136	47.60	52.40
Piauí	2,982,725	1.64	1,459,252	1,523,473	48.92	51.08
Rio Grande do Norte	2,969,671	1.63	1,461,910	1,507,761	49.23	50.77
Sergipe	1,940,721	1.07	958,335	982,386	49.38	50.62
Região Centro-Oeste	**12,816,392**	**7.04**	**6,259,127**	**6,557,265**	**48.84**	**51.16**
Distrito Federal	2,291,475	1.26	1,070,045	1,221,430	46.70	53.30
Goiás	5,528,852	3.04	2,715,982	2,812,870	49.12	50.88
Mato Grosso	2,759,134	1.52	1,379,567	1,379,567	50.00	50.00
Mato Grosso do Sul	2,236,931	1.23	1,093,533	1,143,398	48.89	51.11
Região Sudeste	**77,577,219**	**42.61**	**37,377,195**	**40,200,024**	**48.18**	**51.82**
Espírito Santo	3,362,426	1.85	1,643,603	1,718,823	48.88	51.12
Minas Gerais	19,038,693	10.46	9,294,071	9,744,622	48.82	51.18
Rio de Janeiro	15,236,905	8.37	7,175,607	8,061,298	47.09	52.91
São Paulo	39,939,195	21.94	19,263,914	20,675,281	48.23	51.77
Região Sul	**26,697,985**	**14.66**	**13,099,902**	**13,598,083**	**49.07**	**50.93**
Paraná	10,158,730	5.58	4,993,563	5,165,167	49.16	50.84
Santa Catarina	5,791,231	3.18	2,858,814	2,932,417	49.36	50.64
Rio Grande do Sul	10,748,024	5.90	5,247,525	5,500,499	48.82	51.18

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2005.

Tabela 5 • População Residente, por Cor/Etnia, Regiões e Estados, Brasil, 2004.

Regiões/Estados	População Residente					
	Total	Branca (%)	Negra+Parda (%)	Negra (%)	Parda (%)	Amar/Ind (%)
Brasil	**182,060,108**	**51.4**	**48.0**	**5.9**	**42.1**	**0.6**
Região Norte	**14,434,109**	**24.0**	**75.6**	**4.2**	**71.4**	**0.4**
Acre	632,174	20.2	79.3	4.0	75.3	0.5
Amazonas	3,191,287	26.3	73.5	4.7	68.8	0.2
Amapá	577,274	21.8	76.7	3.2	73.5	1.4
Pará	6,856,713	20.9	78.8	3.9	74.9	0.3
Rondônia	1,511,433	35.6	63.9	4.8	59.1	0.5
Roraima	381,447	22.4	74.2	6.5	67.7	3.5
Tocantins	1,283,781	24.7	75.0	3.4	71.6	0.2
Região Nordeste	**50,534,403**	**29.7**	**69.9**	**6.3**	**63.6**	**0.4**
Alagoas	2,987,371	36.5	63.3	3.9	59.4	0.2
Bahia	13,704,574	21.4	78.1	13.1	65.0	0.5
Ceará	7,998,849	33.3	75.8	2.6	73.2	0.2
Maranhão	6,036,607	24.5	74.6	5.0	69.6	0.9
Paraíba	3,573,432	38.3	61.7	4.7	57.0	0.0
Pernambuco	8,340,453	37.1	62.6	4.5	58.1	0.3
Piauí	2,982,725	24.1	75.8	2.6	73.2	0.2
Rio Grande Norte	2,969,671	37.0	62.9	2.4	60.5	0.0
Sergipe	1,940,721	30.3	69.4	5.9	63.5	0.3
Região Centro-Oeste	**12,816,392**	**43.1**	**56.1**	**4.9**	**51.2**	**0.8**
Distrito Federal	2,291,475	44.0	55.1	6.4	48.7	0.8
Goiás	5,528,852	43.2	56.6	3.6	53.0	0.2
Mato Grosso	2,759,134	38.9	59.9	6.7	53.2	1.3
Mato Grosso do Sul	2,236,931	46.9	51.4	4.2	47.2	1.7
Região Sudeste	**77,577,219**	**61.2**	**38.1**	**7.0**	**31.1**	**0.8**
Espírito Santo	3,362,426	43.3	56.5	7.5	49.0	0.2
Minas Gerais	19,038,693	48.0	51.6	7.9	43.7	0.4
Rio de Janeiro	15,236,905	57.3	42.5	10.8	31.7	0.2
São Paulo	39,939,195	70.5	28.3	5.0	23.3	1.2
Região Sul	**26,697,985**	**82.8**	**16.7**	**3.4**	**13.3**	**0.5**
Paraná	10,158,730	74.7	24.5	2.3	22.2	0.8
Rio Grande do Sul	5,791,231	89.3	10.3	2.8	7.5	0.3
Santa Catarina	10,748,024	87.0	12.8	4.9	7.9	0.2

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2005.

Tabela 6 • População Residente, Portadora de Incapacidade, Cidades Selecionadas, Brasil, 1991-2002.

Regiões/Estados	Ano	População Total	Pop c/ Incapacidade	Pop c/Incapacidade (%)
Região Norte				
Belém	2002	1,280,614	93,485	7.3
Boa Vista	2002	200,568	13,438	6.7
Macapá/Santana	2002	363,747	35,283	9.7
Palmas	2002	137,355	10,164	7.4
Porto Velho	2002	334,661	29,785	8.9
Rio Branco	2002	253,059	23,281	9.2
Região Nordeste				
Feira de Santana	1994	406,477	39,022	9.6
Jequié	2001	170,745	10,586	6.2
João Pessoa	2001	169,799	8,320	4.9
Maceió	1996	629,041	43,404	6.9
Região Centro-Oeste				
Brasília	1996	243,460	6,817	2.8
Campo Grande	1994	562,126	26,982	4.8
Taquatinga	1994	228,249	10,271	4.5
Região Sudeste				
Niterói	1991	416,123	31,209	7.5
Santo André	1998	615,655	46,174	7.5
Santos	1996	412,243	25,147	6.1
São José dos Campos	1999	505,029	29,797	5.9
Silva Jardim	1996	19,027	1,161	6.1
Região Sul				
Canoas	1994	269,253	11,578	4.3

Fonte: Teixeira & Fatima 2004.

Tabela 7 • População Residente de Migrantes, Regiões e Estados, Brasil, 2004.

Estado/Região	População (1)	Nasc. Estado	Migrantes (2)	Migrantes (%)
Brasil	**182,060,108**	**152,522,959**	**29,537,149**	**16.22**
Região Norte	**14,434,109**	**11,078,734**	**3,355,375**	**23.25**
Acre	632,174	559,386	72,788	11.51
Amazonas	3,191,287	2,751,157	440,130	13.79
Amapá	577,274	400274	176,792	30.63
Pará	6,856,713	5,557,692	1,299,021	18.95
Rondônia	1,511,433	748,843	762,590	50.45
Roraima	381,447	189,598	191,849	50.30
Tocantins	1,283,781	871,784	411,997	32.09
Região Nordeste	**50,534,403**	**46,699,311**	**3,835,092**	**7.59**
Alagoas	2,987,371	2,773,385	213,986	7.16
Bahia	13,704,574	12,768,214	936,360	6.83
Ceará	7,998,849	7,596,464	402,385	5.03
Maranhão	6,036,607	5,367,907	668,700	11.08
Paraíba	3,573,432	3,286,835	286,597	8.02
Pernambuco	8,340,453	7,755,807	584,646	7.01
Piauí	2,982,725	2,707,369	275,356	9.23
Rio Grande do Norte	2,969,671	2,709,402	260,269	8.76
Sergipe	1,940,721	1,733,928	206,793	10.66
Região Centro-Oeste	**12,816,392**	**8,162,712**	**4,653,680**	**36.31**
Distrito Federal	2,291,475	1,116,266	1,175,209	51.29
Goiás	5,528,852	3,934,468	1,594,384	28.84
Mato Grosso	2,759,134	1,565,994	1,193,140	43.24
Mato Grosso do Sul	2,236,931	1,545,984	690,947	30.89
Região Sudeste	77,577,219	63,052,029	14,525,190	18.72
Espírito Santo	3,362,426	2,738,442	623,984	18.56
Minas Gerais	19,038,693	17,521,305	1,517,388	7.97
Rio de Janeiro	15,236,905	12,611,507	2,625,398	17.23
São Paulo	39,939,195	30,180,775	9,755,804	24.43
Região Sul	**26,697,985**	**23,530,173**	**3,167,812**	**11.87**
Paraná	10,158,730	8,265,161	1,893,569	18.64
Rio Grande do Sul	10,748,024	10,306,637	441,387	4.11
Santa Catarina	5,791,231	4,958,375	832,276	14.37

Fonte: IBGE, PNAD 2004. (1) Incluindo população sem declaração de naturalidade. (2) População residente não natural do estado.

Tabela 8 • Homicídios, Regiões e Estados, Brasil, 2000-2004.

Região/Estado	2000	2001	2002	2003	2004	Var. (%)
Brasil	**45,360**	**47,943**	**49,695**	**51,043**	**48,374**	**6.64**
Região Norte	**2,391**	**2,645**	**2,943**	**3,169**	**3,175**	**32.79**
Acre	106	121	151	147	114	7.55
Amapá	156	182	181	185	172	10.26
Amazonas	552	485	513	558	526	-4.71
Pará	806	965	1,192	1,404	1,519	88.46
Rondônia	466	573	615	566	563	20.82
Roraima	130	108	122	106	85	-34.62
Tocantins	175	211	169	203	196	12.00
Região Nordeste	**9,245**	**10,592**	**10,965**	**11,861**	**11,581**	**25.27**
Alagoas	727	830	991	1,039	1,035	42.37
Bahia	1,242	1,622	1,759	2,164	2,261	82.05
Ceará	1,232	1,284	1,444	1,562	1,582	28.41
Maranhão	351	562	606	792	729	107.69
Paraíba	507	484	607	615	675	33.14
Pernambuco	4,290	4,709	4,396	4,517	4,174	-2.70
Piauí	230	262	308	298	327	42.17
Rio Grande do Norte	257	322	299	405	344	33.85
Sergipe	409	517	555	469	454	11.00
Região Centro-Oeste	**3,409**	**3,453**	**3,641**	**3,701**	**3,725**	**9.27**
Distrito Federal	687	693	641	742	696	1.31
Goiás	1,082	1,166	1,368	1,346	1,524	40.85
Mato Grosso	990	973	948	908	853	-13.84
Mato Grosso do Sul	650	621	684	705	652	0.31
Região Sudeste	**26,448**	**26,898**	**27,423**	**27,214**	**24,479**	**-7.44**
Espírito Santo	1,432	1,452	1,644	1,629	1,619	13.06
Minas Gerais	2,107	2,366	2,993	3,865	4,283	103.27
Rio de Janeiro	7,328	7,349	8,298	7,819	7,374	0.63
São Paulo	15,581	15,731	14,488	13,901	11,203	-28.10
Região Sul	**3,867**	**4,355**	**4,723**	**5,098**	**5,414**	**40.01**
Paraná	1,779	2,034	2,238	2,531	2,805	57.67
Rio Grande do Sul	1,664	1,853	1,912	1,906	1,980	18.99
Santa Catarina	424	468	573	661	629	48.35

Fonte: SIM/DATASUS.

Tabela 9 • Homicídios por 100 mil habitantes, Regiões, Estados, Brasil, 2000-2004.

Região/Estado	2000	2001	2002	2003	2004	Var. (%)
Brasil	**26,71**	**27,81**	**28,46**	**28,86**	**27,01**	**1,10**
Região Norte	**18,53**	**19,97**	**21,79**	**22,99**	**22,57**	**21,80**
Acre	19,01	21,07	25,73	24,48	18,56	-2,38
Amapá	32,70	36,49	35,04	34,59	31,10	-4,91
Amazonas	19,63	16,72	17,32	18,41	16,97	-13,55
Pará	13,02	15,22	18,47	21,35	22,69	74,29
Rondônia	33,77	40,70	42,95	38,88	38,04	12,64
Roraima	40,07	32,02	35,17	29,67	23,12	-42,32
Tocantins	15,12	17,81	14,00	16,50	15,64	3,41
Região Nordeste	**19,36**	**21,92**	**22,45**	**24,03**	**23,23**	**19,94**
Alagoas	25,76	29,06	34,32	35,61	35,11	36,32
Bahia	9,50	12,27	13,20	16,10	16,68	75,57
Ceará	16,58	17,01	18,86	20,13	20,12	21,36
Maranhão	6,21	9,81	10,44	13,48	12,26	97,48
Paraíba	14,72	13,95	17,37	17,48	19,06	29,44
Pernambuco	54,18	58,80	54,37	55,34	50,66	-6,49
Piauí	8,09	9,12	10,63	10,19	11,09	37,07
Rio Grande do Norte	9,26	11,44	10,48	14,02	11,77	27,14
Sergipe	22,92	28,45	30,06	25,02	23,86	4,09
Região Centro-Oeste	**29,30**	**29,05**	**30,09**	**30,05**	**29,72**	**1,46**
Distrito Federal	33,49	33,04	29,87	33,88	31,16	-6,97
Goiás	21,63	22,79	26,26	25,37	28,21	30,44
Mato Grosso	39,53	38,00	36,40	34,25	31,62	-20,01
Mato Grosso do Sul	31,28	29,42	31,95	32,49	29,65	-5,20
Região Sudeste	**36,52**	**36,61**	**36,84**	**36,10**	**32,07**	**-12,20**
Espírito Santo	46,23	46,02	51,35	50,12	49,08	6,16
Minas Gerais	11,78	13,05	16,32	20,83	22,83	93,84
Rio de Janeiro	50,92	50,48	56,36	52,55	49,05	-3,67
São Paulo	42,07	41,80	37,95	35,91	28,55	-32,14
Região Sul	**15,40**	**17,11**	**18,35**	**19,59**	**20,57**	**33,58**
Paraná	18,60	20,98	22,84	25,55	28,01	50,56
Rio Grande do Sul	16,33	17,97	18,37	18,13	18,66	14,22
Santa Catarina	7,92	8,59	10,37	11,79	11,06	39,74

Fonte: NEV-USP, dados SIM/DATASUS e IBGE.

Tabela 10 • Homicídios, 0-19 anos, por Regiões e Estados, Brasil, 2000-2004.

Região/Estado	2000	2001	2002	2003	2004	Var. (%)
Brasil	**8.132**	**8.480**	**8.817**	**8.787**	**8.309**	**2,18**
Região Norte	**438**	**456**	**511**	**547**	**526**	**20,09**
Acre	28	15	37	23	24	-14,29
Amapá	50	41	41	52	53	6,00
Amazonas	116	101	114	121	96	-17,24
Pará	129	177	195	246	224	73,64
Rondônia	60	69	75	66	86	43,33
Roraima	32	18	23	12	15	-53,13
Tocantins	23	35	26	27	28	21,74
Região Nordeste	**1.603**	**1.861**	**1.831**	**1.890**	**2.001**	**24,83**
Alagoas	136	154	162	198	197	44,85
Bahia	207	275	306	371	352	70,05
Ceará	202	202	208	216	232	14,85
Maranhão	65	93	85	102	114	75,38
Paraíba	111	84	107	78	113	1,80
Pernambuco	745	885	781	749	839	12,62
Piauí	41	48	60	49	43	4,88
Rio Grande do Norte	32	47	40	51	48	50,00
Sergipe	64	73	82	76	63	-1,56
Região Centro-Oeste	**589**	**610**	**620**	**636**	**637**	**8,15**
Distrito Federal	167	178	132	193	167	0,00
Goiás	193	207	238	202	258	33,68
Mato Grosso	128	143	142	124	106	-17,19
Mato Grosso do Sul	101	82	108	117	106	4,95
Região Sudeste	**4.877**	**4.892**	**5.060**	**4.863**	**4.190**	**-14,09**
Espírito Santo	245	258	319	290	323	31,84
Minas Gerais	368	402	512	698	765	107,88
Rio de Janeiro	1.281	1.255	1.419	1.313	1.245	-2,81
São Paulo	2.983	2.977	2.810	2.562	1.857	-37,75
Região Sul	**625**	**661**	**795**	**851**	**955**	**52,80**
Paraná	314	307	405	464	521	65,92
Rio Grande do Sul	258	296	307	282	328	27,13
Santa Catarina	53	58	83	105	106	100,00

Fonte: SIM/DATASUS.

Tabela 11 • Homicídios por 100 mil habitantes, 0-19 anos, por Regiões e Estados, Brasil, 2000-2004.

Região/Estado	2000	2001	2002	2003	2004	Var. (%)
Brasil	**11,92**	**12,24**	**12,56**	**12,36**	**11,54**	**-3,23**
Região Norte	**6,92**	**7,02**	**7,72**	**8,09**	**7,63**	**10,14**
Acre	9,88	5,14	12,41	7,54	7,70	-22,11
Amapá	20,39	15,99	15,44	18,91	18,64	-8,55
Amazonas	8,12	6,86	7,59	7,87	6,11	-24,83
Pará	4,25	5,70	6,17	7,64	6,83	60,58
Rondônia	9,48	10,68	11,41	9,87	12,65	33,39
Roraima	19,70	10,66	13,24	6,71	8,15	-58,63
Tocantins	4,24	6,31	4,60	4,69	4,77	12,48
Região Nordeste	**7,52**	**8,63**	**8,40**	**8,58**	**8,99**	**19,57**
Alagoas	10,31	11,54	12,02	14,54	14,33	38,99
Bahia	3,59	4,72	5,21	6,26	5,90	64,15
Ceará	6,10	6,00	6,09	6,24	6,62	8,58
Maranhão	2,31	3,26	2,94	3,49	3,85	66,85
Paraíba	7,54	5,67	7,16	5,19	7,47	-0,92
Pernambuco	22,28	26,18	22,89	21,74	24,13	8,30
Piauí	3,15	3,65	4,53	3,67	3,19	1,16
Rio Grande do Norte	2,70	3,91	3,28	4,13	3,84	42,46
Sergipe	8,00	8,96	9,90	9,04	7,38	-7,77
Região Centro-Oeste	**12,48**	**12,65**	**12,62**	**12,72**	**12,51**	**0,24**
Distrito Federal	20,66	21,53	15,61	22,36	18,97	-8,17
Goiás	9,71	10,17	11,47	9,55	11,97	23,29
Mato Grosso	11,98	13,09	12,78	10,96	9,21	-23,18
Mato Grosso do Sul	11,82	9,45	12,27	13,11	11,72	-0,80
Região Sudeste	**18,42**	**18,20**	**18,57**	**17,62**	**14,99**	**-18,62**
Espírito Santo	20,08	20,75	25,28	22,64	24,85	23,76
Minas Gerais	5,30	5,72	7,19	9,70	10,51	98,25
Rio de Janeiro	25,95	25,12	28,07	25,69	24,10	-7,14
São Paulo	22,29	21,88	20,34	18,28	13,07	-41,37
Região Sul	**6,68**	**6,96**	**8,28**	**8,77**	**9,73**	**45,71**
Paraná	8,49	8,19	10,69	12,11	13,45	58,34
Rio Grande do Sul	7,12	8,08	8,30	7,54	8,69	21,96
Santa Catarina	2,59	2,79	3,93	4,91	4,89	88,51

Fonte: NEV-USP, dados SIM/DATASUS e IBGE.

Tabela 12 • Homicídios, 15 a 24 anos, por Regiões e Estados, Brasil, 2000-2004.

Região/Estado	2000	2001	2002	2003	2004	Var. (%)
Brasil	**17.501**	**18.135**	**19.207**	**19.731**	**18.599**	**6,27**
Região Norte	**925**	**953**	**1.088**	**1.184**	**1.177**	**27,24**
Acre	50	49	68	57	51	2,00
Amapá	81	91	94	103	89	9,88
Amazonas	249	203	218	254	212	-14,86
Pará	290	362	425	528	546	88,28
Rondônia	139	151	175	153	184	32,37
Roraima	53	40	52	34	34	-35,85
Tocantins	63	57	56	55	61	-3,17
Região Nordeste	**3.586**	**4.111**	**4.180**	**4.512**	**4.493**	**25,29**
Alagoas	282	336	390	430	456	61,70
Bahia	471	610	697	872	856	81,74
Ceará	431	439	480	497	554	28,54
Maranhão	137	215	207	265	266	94,16
Paraíba	210	198	221	213	235	11,90
Pernambuco	1.745	1.934	1.748	1.811	1.743	-0,11
Piauí	87	89	122	108	122	40,23
Rio Grande do Norte	77	99	98	136	117	51,95
Sergipe	146	191	217	180	144	-1,37
Região Centro-Oeste	**1.183**	**1.223**	**1.274**	**1.352**	**1.370**	**15,81**
Distrito Federal	305	340	313	355	319	4,59
Goiás	387	419	479	485	579	49,61
Mato Grosso	278	287	278	270	248	-10,79
Mato Grosso do Sul	213	177	204	242	224	5,16
Região Sudeste	**10.551**	**10.417**	**10.967**	**10.890**	**9.502**	**-9,94**
Espírito Santo	528	553	681	633	644	21,97
Minas Gerais	790	873	1.123	1.566	1.752	121,77
Rio de Janeiro	2.818	2.746	3.178	2.979	2.810	-0,28
São Paulo	6.415	6.245	5.985	5.712	4.296	-33,03
Região Sul	**1.256**	**1.431**	**1.698**	**1.793**	**2.057**	**63,77**
Paraná	622	684	859	947	1.138	82,96
Rio Grande do Sul	532	607	666	625	722	35,71
Santa Catarina	102	140	173	221	197	93,14

Fonte: SIM/DATASUS.

Tabela 13 • Homicídios por 100 mil habitantes, 15 a 24 anos, por Regiões e Estados, Brasil, 2000-2004.

Região/Estado	2000	2001	2002	2003	2004	Var. (%)
Brasil	**51,35**	**52,39**	**54,77**	**55,53**	**51,68**	**0,65**
Região Norte	**32,75**	**32,86**	**36,79**	**39,21**	**38,20**	**16,64**
Acre	40,51	38,53	52,32	42,86	37,50	-7,42
Amapá	75,81	81,46	81,25	85,98	71,83	-5,25
Amazonas	39,84	31,50	33,12	37,71	30,77	-22,76
Pará	21,40	26,08	30,08	36,69	37,25	74,11
Rondônia	47,24	50,29	57,31	49,26	58,28	23,35
Roraima	75,74	54,98	69,49	44,10	42,85	-43,42
Tocantins	25,28	22,30	21,49	20,68	22,48	-11,07
Região Nordeste	**35,16**	**39,81**	**40,05**	**42,77**	**42,16**	**19,91**
Alagoas	46,51	54,77	62,89	68,63	72,04	54,88
Bahia	16,25	20,81	23,57	29,23	28,45	75,11
Ceará	28,65	28,73	30,97	31,63	34,79	21,40
Maranhão	10,91	16,67	16,05	20,29	20,12	84,46
Paraíba	29,50	27,40	30,58	29,27	32,07	8,73
Pernambuco	105,74	114,76	103,72	106,43	101,47	-4,03
Piauí	14,00	14,05	19,26	16,90	18,92	35,12
Rio Grande do Norte	13,53	16,93	16,76	22,97	19,52	44,29
Sergipe	38,23	48,36	54,94	44,88	35,37	-7,48
Região Centro-Oeste	**48,89**	**49,47**	**50,59**	**52,73**	**52,50**	**7,39**
Distrito Federal	66,42	72,40	65,15	72,41	63,79	-3,95
Goiás	37,76	39,96	44,84	44,56	52,23	38,33
Mato Grosso	53,16	53,65	51,08	48,72	43,97	-17,29
Mato Grosso do Sul	51,62	42,21	47,97	56,14	51,27	-0,68
Região Sudeste	**75,47**	**73,42**	**76,27**	**74,77**	**64,42**	**-14,64**
Espírito Santo	83,16	85,49	103,74	94,98	95,21	14,49
Minas Gerais	22,23	23,95	30,81	42,47	46,98	111,31
Rio de Janeiro	107,71	102,54	118,67	110,06	102,77	-4,58
São Paulo	89,40	84,38	80,87	76,11	56,46	-36,85
Região Sul	**26,97**	**30,29**	**35,54**	**37,09**	**42,07**	**56,01**
Paraná	34,16	37,04	46,01	50,15	59,58	74,41
Rio Grande do Sul	29,19	32,90	35,74	33,21	37,98	30,12
Santa Catarina	10,05	13,56	16,51	20,78	18,26	81,61

Fonte: NEV-USP, dados SIM/DATASUS e IBGE.

Tabela 14 • Homicídios, Homens, por Regiões e Estados, Brasil, 2000-2004.

Região/Estado	2000	2001	2002	2003	2004	Var. (%)
Brasil	**41.585**	**44.040**	**45.775**	**47.082**	**44.519**	**7,06**
Região Norte	**2.190**	**2.374**	**2.734**	**2.930**	**2.949**	**34,66**
Acre	93	109	140	132	104	11,83
Amapá	152	170	169	170	157	3,29
Amazonas	516	430	478	523	477	-7,56
Pará	743	868	1.119	1.310	1.426	91,92
Rondônia	419	508	569	514	529	26,25
Roraima	108	101	110	100	78	-27,78
Tocantins	159	188	149	181	178	11,95
Região Nordeste	**8.479**	**9.809**	**10.183**	**11.060**	**10.715**	**26,37**
Alagoas	663	775	921	972	960	44,80
Bahia	1.108	1.500	1.634	2.012	2.063	86,19
Ceará	1.125	1.170	1.319	1.459	1.459	29,69
Maranhão	319	508	567	723	676	111,91
Paraíba	463	439	551	578	611	31,97
Pernambuco	3.980	4.408	4.118	4.243	3.898	-2,06
Piauí	214	226	279	265	301	40,65
Rio Grande do Norte	235	297	276	373	323	37,45
Sergipe	372	486	518	435	424	13,98
Região Centro-Oeste	**3.066**	**3.118**	**3.275**	**3.337**	**3.370**	**9,92**
Distrito Federal	644	649	591	678	642	-0,31
Goiás	937	1.034	1.223	1.201	1.377	46,96
Mato Grosso	909	880	856	818	754	-17,05
Mato Grosso do Sul	576	555	605	640	597	3,65
Região Sudeste	**24.378**	**24.824**	**25.338**	**25.132**	**22.598**	**-7,30**
Espírito Santo	1.319	1.319	1.494	1.487	1.482	12,36
Minas Gerais	1.855	2.124	2.699	3.489	3.910	110,78
Rio de Janeiro	6.773	6.754	7.711	7.286	6.865	1,36
São Paulo	14.431	14.627	13.434	12.870	10.341	-28,34
Região Sul	**3.472**	**3.915**	**4.245**	**4.623**	**4.887**	**40,75**
Paraná	1.613	1.834	2.033	2.302	2.552	58,21
Rio Grande do Sul	1.488	1.673	1.714	1.729	1.785	19,96
Santa Catarina	371	408	498	592	550	48,25

Fonte: SIM/DATASUS.

Tabela 15 • Homicídios por 100 mil habitantes, Homens, por Regiões e Estados, Brasil, 2000-2004.

Região/Estado	2000	2001	2002	2003	2004	Var. (%)
Brasil	**49,76**	**51,90**	**53,25**	**54,07**	**50,49**	**1,48**
Região Norte	**33,52**	**35,39**	**39,97**	**41,97**	**41,40**	**23,51**
Acre	33,10	37,66	47,33	43,62	33,60	1,53
Amapá	63,48	67,90	65,18	63,32	56,55	-10,91
Amazonas	36,48	29,49	32,10	34,32	30,61	-16,10
Pará	23,72	27,05	34,27	39,37	42,08	77,42
Rondônia	59,17	70,28	77,39	68,73	69,58	17,59
Roraima	65,05	58,51	61,95	54,68	41,44	-36,29
Tocantins	26,87	31,03	24,15	28,78	27,79	3,44
Região Nordeste	**36,21**	**41,39**	**42,51**	**45,70**	**43,83**	**21,03**
Alagoas	48,08	55,55	65,31	68,23	66,71	38,74
Bahia	17,15	22,96	24,81	30,29	30,80	79,64
Ceará	31,00	31,75	35,29	38,52	38,01	22,60
Maranhão	11,34	17,81	19,63	24,74	22,86	101,56
Paraíba	27,69	26,07	32,48	33,84	35,54	28,34
Pernambuco	104,01	113,90	105,40	107,58	97,91	-5,87
Piauí	15,30	16,00	19,58	18,43	20,76	35,65
Rio Grande do Norte	17,28	21,54	19,75	26,37	22,56	30,57
Sergipe	42,52	54,54	57,23	47,33	45,44	6,87
Região Centro-Oeste	**52,85**	**52,63**	**54,29**	**54,35**	**53,95**	**2,08**
Distrito Federal	65,62	64,67	57,57	64,71	60,08	-8,45
Goiás	37,59	40,57	47,13	45,44	51,18	36,15
Mato Grosso	70,62	66,85	63,92	60,00	54,35	-23,04
Mato Grosso do Sul	55,38	52,53	56,48	58,95	54,27	-2,02
Região Sudeste	**68,81**	**69,06**	**69,56**	**68,12**	**60,49**	**-12,09**
Espírito Santo	85,94	84,37	94,17	92,34	90,69	5,53
Minas Gerais	20,96	23,68	29,74	38,01	42,13	101,01
Rio de Janeiro	98,15	96,74	109,19	102,09	95,19	-3,02
São Paulo	79,56	79,34	71,82	67,85	53,78	-32,40
Região Sul	28,00	31,14	33,40	35,97	37,61	34,32
Paraná	34,05	38,19	41,89	46,92	51,46	51,13
Rio Grande do Sul	29,79	33,10	33,59	33,55	34,31	15,16
Santa Catarina	13,90	15,03	18,08	21,19	19,42	39,70

Fonte: NEV-USP, dados SIM/DATASUS e IBGE.

Tabela 16 • Homicídios, Mulheres, por Regiões e Estados, Brasil, 2000-2004.

Região/Estado	2000	2001	2002	2003	2004	Var. (%)
Brasil	**3.743**	**3.851**	**3.867**	**3.937**	**3.830**	**2,32**
Região Norte	**200**	**271**	**207**	**237**	**225**	**12,50**
Acre	13	12	11	15	10	-23,08
Amapá	4	12	12	15	15	275,00
Amazonas	36	55	35	35	49	36,11
Pará	63	97	73	93	93	47,62
Rondônia	46	65	44	51	33	-28,26
Roraima	22	7	12	6	7	-68,18
Tocantins	16	23	20	22	18	12,50
Região Nordeste	**761**	**773**	**764**	**798**	**858**	**12,75**
Alagoas	64	54	70	67	75	17,19
Bahia	132	122	123	152	195	47,73
Ceará	106	114	125	103	123	16,04
Maranhão	32	54	39	69	53	65,63
Paraíba	44	45	46	35	60	36,36
Pernambuco	310	294	274	274	276	-10,97
Piauí	14	35	27	32	26	85,71
Rio Grande do Norte	22	24	23	32	21	-4,55
Sergipe	37	31	37	34	29	-21,62
Região Centro-Oeste	**336**	**331**	**364**	**359**	**348**	**3,57**
Distrito Federal	41	44	50	62	52	26,83
Goiás	142	131	145	143	142	0,00
Mato Grosso	81	92	92	90	99	22,22
Mato Grosso do Sul	72	64	77	64	55	-23,61
Região Sudeste	**2.055**	**2.039**	**2.055**	**2.070**	**1.876**	**-8,71**
Espírito Santo	113	132	149	141	137	21,24
Minas Gerais	252	241	294	376	373	48,02
Rio de Janeiro	540	566	560	524	505	-6,48
São Paulo	1.150	1.100	1.052	1.029	861	-25,13
Região Sul	**391**	**437**	**477**	**473**	**523**	**33,76**
Paraná	164	197	204	227	249	51,83
Rio Grande do Sul	174	180	198	177	195	12,07
Santa Catarina	53	60	75	69	79	49,06

Fonte: SIM/DATASUS.

Tabela 17 • Homicídios por 100 mil habitantes, Mulheres, por Regiões e Estados, Brasil, 2000-2004.

Região/Estado	2000	2001	2002	2003	2004	Var. (%)
Brasil	**4,34**	**4,40**	**4,36**	**4,38**	**4,21**	**-2,98**
Região Norte	**3,14**	**4,15**	**3,11**	**3,48**	**3,24**	**3,20**
Acre	4,70	4,21	3,78	5,03	3,28	-30,19
Amapá	1,68	4,83	4,66	5,63	5,45	223,42
Amazonas	2,57	3,81	2,38	2,32	3,18	23,43
Pará	2,06	3,10	2,29	2,86	2,81	36,57
Rondônia	6,85	9,49	6,32	7,20	4,59	-33,04
Roraima	13,89	4,25	7,09	3,44	3,90	-71,93
Tocantins	2,83	3,97	3,39	3,66	2,94	3,79
Região Nordeste	**3,13**	**3,14**	**3,07**	**3,17**	**3,38**	**7,92**
Alagoas	4,43	3,70	4,74	4,49	4,97	12,14
Bahia	2,00	1,83	1,83	2,24	2,84	42,41
Ceará	2,79	2,95	3,19	2,59	3,06	9,65
Maranhão	1,13	1,88	1,34	2,34	1,77	57,43
Paraíba	2,48	2,52	2,56	1,93	3,29	32,54
Pernambuco	7,58	7,10	6,56	6,50	6,48	-14,43
Piauí	0,97	2,40	1,83	2,15	1,73	78,99
Rio Grande do Norte	1,55	1,67	1,58	2,17	1,41	-9,34
Sergipe	4,07	3,35	3,93	3,56	2,99	-26,50
Região Centro-Oeste	**5,76**	**5,55**	**6,00**	**5,81**	**5,54**	**-3,85**
Distrito Federal	3,83	4,02	4,47	5,43	4,46	16,47
Goiás	5,66	5,10	5,54	5,37	5,24	-7,42
Mato Grosso	6,65	7,39	7,27	6,99	7,55	13,52
Mato Grosso do Sul	6,94	6,07	7,20	5,90	5,01	-27,82
Região Sudeste	**5,56**	**5,43**	**5,41**	**5,38**	**4,81**	**-13,37**
Espírito Santo	7,23	8,29	9,22	8,60	8,23	13,81
Minas Gerais	2,79	2,63	3,17	4,01	3,93	41,13
Rio de Janeiro	7,21	7,47	7,31	6,77	6,46	-10,44
São Paulo	6,09	5,73	5,40	5,21	4,30	-29,31
Região Sul	**3,08**	**3,39**	**3,66**	**3,59**	**3,93**	**27,60**
Paraná	3,40	4,03	4,13	4,54	4,93	44,93
Rio Grande do Sul	3,35	3,42	3,73	3,30	3,60	7,57
Santa Catarina	1,97	2,19	2,70	2,45	2,77	40,35

Fonte: NEV-USP, dados SIM/DATASUS e IBGE.

Tabela 18 • Homicídios, Capitais, Brasil, 2000-2004.

Região/Estado	2000	2001	2002	2003	2004	Var. (%)
Brasil	**16.083**	**16.347**	**16.409**	**16.687**	**15.575**	**-3,16**
Região Norte	**1.275**	**1.222**	**1.289**	**1.325**	**1.266**	**-0,71**
Acre – Rio Branco	89	95	117	96	82	-7,87
Amapá – Macapá	123	125	132	132	119	-3,25
Amazonas – Manaus	456	373	385	443	404	-11,40
Pará – Belém	281	285	323	358	325	15,66
Rondônia – Porto Velho	203	231	217	178	242	19,21
Roraima – Boa Vista	93	73	85	81	60	-35,48
Tocantins – Palmas	30	40	30	37	34	13,33
Região Nordeste	**2.739**	**3.278**	**3.349**	**3.713**	**3.655**	**33,44**
Alagoas – Maceió	302	388	426	435	494	63,58
Bahia – Salvador	289	484	546	685	723	150,17
Ceará – Fortaleza	520	527	600	674	582	11,92
Maranhão – São Luís	130	211	168	239	270	107,69
Paraíba – João Pessoa	191	227	224	216	207	8,38
Pernambuco – Recife	959	1.013	929	970	964	0,52
Piauí – Teresina	145	136	177	183	157	8,28
Rio Grande do Norte – Natal	48	87	96	138	94	95,83
Sergipe – Aracaju	155	205	183	173	164	5,81
Região Centro-Oeste	**1.494**	**1.451**	**1.400**	**1.525**	**1.448**	**-3,08**
Distrito Federal – Brasília	687	693	641	742	696	1,31
Goiás – Goiânia	243	207	321	319	327	34,57
Mato Grosso – Cuiabá	317	336	233	235	218	-31,23
Mato Grosso do Sul – Campo Grande	247	215	205	229	207	-16,19
Região Sudeste	**9.794**	**9.594**	**9.418**	**9.148**	**8.071**	**-17,59**
Espírito Santo – Vitória	159	181	172	169	187	17,61
Minas Gerais – Belo Horizonte	631	677	775	1.106	1.218	93,03
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro	2.902	2.741	3.153	2.850	2.711	-6,58
São Paulo – São Paulo	6.102	5.995	5.318	5.023	3.955	-35,19
Região Sul	**781**	**802**	**953**	**976**	**1.135**	**45,33**
Paraná – Curitiba	335	384	431	477	590	76,12
Rio Grande do Sul – Porto Alegre	408	356	432	402	437	7,11
Santa Catarina – Florianópolis	38	62	90	97	108	184,21

Fonte: SIM/DATASUS.

Tabela 19 • Homicídios por 100 mil habitantes, Capitais, Brasil, 2000-2004.

Região/Estado	2000	2001	2002	2003	2004	Var. (%)
Brasil	**39,75**	**39,84**	**39,46**	**39,63**	**36,54**	**-8,07**
Região Norte	**32,73**	**30,43**	**31,37**	**31,48**	**29,38**	**-10,25**
Acre – Rio Branco	35,17	36,34	43,70	34,97	29,15	-17,13
Amapá – Macapá	43,42	42,24	43,06	41,54	36,06	-16,93
Amazonas – Manaus	32,44	25,69	25,86	29,01	25,80	-20,45
Pará – Belém	21,94	21,85	24,42	26,67	23,87	8,77
Rondônia – Porto Velho	60,66	67,49	62,38	50,29	67,21	10,80
Roraima – Boa Vista	46,37	35,01	39,62	36,65	26,37	-43,12
Tocantins – Palmas	21,84	26,51	18,62	21,49	18,56	-15,02
Região Nordeste	**26,95**	**31,70**	**31,90**	**34,86**	**33,82**	**25,48**
Alagoas – Maceió	37,86	47,46	51,12	51,19	57,03	50,66
Bahia – Salvador	11,83	19,47	21,66	26,80	27,89	135,78
Ceará – Fortaleza	24,28	24,13	27,03	29,87	25,39	4,54
Maranhão – São Luís	14,94	23,73	18,53	25,88	28,71	92,14
Paraíba – João Pessoa	31,94	37,37	36,18	34,35	32,41	1,47
Pernambuco – Recife	67,40	70,48	64,11	66,38	65,42	-2,93
Piauí – Teresina	20,27	18,66	23,92	24,35	20,58	1,53
Rio Grande do Norte – Natal	6,74	12,05	13,07	18,53	12,45	84,75
Sergipe – Aracaju	33,58	43,78	38,61	36,06	33,78	0,58
Região Centro-Oeste	**34,82**	**33,12**	**31,33**	**33,52**	**31,26**	**-10,21**
Distrito Federal – Brasília	33,49	33,04	29,87	33,88	31,16	-6,97
Goiás – Goiânia	22,23	18,62	28,43	27,83	28,12	26,48
Mato Grosso – Cuiabá	65,58	68,17	46,57	46,25	42,25	-35,58
Mato Grosso do Sul – Campo Grande	37,22	31,65	29,60	32,44	28,78	-22,69
Região Sudeste	**52,03**	**50,62**	**49,25**	**47,50**	**41,61**	**-20,03**
Espírito Santo – Vitória	54,40	61,15	57,46	55,84	61,13	12,38
Minas Gerais – Belo Horizonte	28,19	29,97	33,92	47,97	52,34	85,68
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro	49,54	46,48	53,11	47,71	45,10	-8,96
São Paulo – São Paulo	58,48	57,10	50,17	47,04	36,78	-37,11
Região Sul	**23,74**	**23,97**	**28,12**	**28,42**	**32,62**	**37,40**
Paraná – Curitiba	21,10	23,70	26,21	28,54	34,75	64,67
Rio Grande do Sul – Porto Alegre	29,99	25,92	31,23	28,84	31,11	3,75
Santa Catarina – Florianópolis	11,10	17,59	24,96	26,28	28,61	157,69

Fonte: NEV-USP, dados SIM/DATASUS e IBGE.

Tabela 20 • Homicídios, 0-19 anos, Capitais, Brasil, 2000-2004.

Região/Estado	2000	2001	2002	2003	2004	Var. (%)
Brasil	**3.363**	**3.401**	**3.368**	**3.349**	**3.113**	**-7,43**
Região Norte	**291**	**263**	**274**	**285**	**258**	**-11,34**
Acre - Rio Branco	24	13	31	18	18	-25,00
Amapá - Macapá	39	31	26	33	38	-2,56
Amazonas - Manaus	102	77	83	96	70	-31,37
Pará - Belém	67	78	72	94	58	-13,43
Rondônia - Porto Velho	33	44	37	32	56	69,70
Roraima - Boa Vista	23	14	21	9	12	-47,83
Tocantins - Palmas	3	6	4	3	6	100,00
Região Nordeste	**563**	**686**	**681**	**659**	**765**	**35,88**
Alagoas - Maceió	69	89	85	103	116	68,12
Bahia - Salvador	54	86	114	129	131	142,59
Ceará - Fortaleza	97	104	105	86	96	-1,03
Maranhão - São Luís	29	43	28	33	51	75,86
Paraíba - João Pessoa	47	36	48	36	45	-4,26
Pernambuco - Recife	201	233	199	184	256	27,36
Piauí - Teresina	34	35	48	38	29	-14,71
Rio Grande do Norte - Natal	7	22	22	28	17	142,86
Sergipe - Aracaju	25	38	32	22	24	-4,00
Região Centro-Oeste	**334**	**333**	**290**	**355**	**311**	**-6,89**
Distrito Federal - Brasília	167	178	132	193	167	0,00
Goiás - Goiânia	53	44	63	66	62	16,98
Mato Grosso - Cuiabá	64	76	59	46	37	-42,19
Mato Grosso do Sul - Campo Grande	50	35	36	50	45	-10,00
Região Sudeste	**2.017**	**1.981**	**1.948**	**1.869**	**1.577**	**-21,81**
Espírito Santo - Vitória	26	45	41	38	45	73,08
Minas Gerais - Belo Horizonte	142	127	174	251	254	78,87
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro	613	586	664	594	569	-7,18
São Paulo - São Paulo	1236	1223	1069	986	709	-42,64
Região Sul	**158**	**138**	**175**	**181**	**202**	**27,85**
Paraná - Curitiba	74	68	79	87	94	27,03
Rio Grande do Sul - Porto Alegre	78	59	81	68	78	0,00
Santa Catarina - Florianópolis	6	11	15	26	30	400,00

Fonte: SIM/DATASUS.

Tabela 21 • Homicídios por 100 mil habitantes, 0-19 anos, Capitais, Brasil, 2000-2004.

Região/Estado	2000	2001	2002	2003	2004	Var. (%)
Brasil	**22,78**	**22,70**	**22,17**	**21,76**	**19,96**	**-12,37**
Região Norte	**16,97**	**14,87**	**15,13**	**15,36**	**13,58**	**-20,01**
Acre - Rio Branco	20,35	10,67	24,85	14,07	13,73	-32,54
Amapá - Macapá	27,84	21,19	17,15	21,00	23,29	-16,34
Amazonas - Manaus	16,11	11,78	12,38	13,96	9,93	-38,38
Pará - Belém	13,07	14,94	13,60	17,49	10,64	-18,59
Rondônia - Porto Velho	21,47	27,99	23,16	19,68	33,86	57,72
Roraima - Boa Vista	24,00	14,05	20,49	8,52	11,04	-54,00
Tocantins - Palmas	4,88	8,88	5,54	3,89	7,32	49,97
Região Nordeste	**14,07**	**16,84**	**16,47**	**15,70**	**17,97**	**27,70**
Alagoas - Maceió	21,10	26,56	24,89	29,57	32,67	54,84
Bahia - Salvador	5,87	9,18	12,01	13,39	13,41	128,64
Ceará - Fortaleza	11,21	11,79	11,70	9,43	10,36	-7,56
Maranhão - São Luís	7,72	11,20	7,15	8,28	12,56	62,70
Paraíba - João Pessoa	20,37	15,36	20,09	14,84	18,26	-10,35
Pernambuco - Recife	38,82	44,55	37,74	34,60	47,75	22,99
Piauí - Teresina	11,19	11,30	15,27	11,90	8,95	-20,02
Rio Grande do Norte - Natal	2,50	7,75	7,62	9,56	5,72	129,11
Sergipe - Aracaju	13,81	20,69	17,22	11,69	12,60	-8,74
Região Centro-Oeste	**20,12**	**19,64**	**16,77**	**20,16**	**17,35**	**-13,76**
Distrito Federal - Brasília	20,66	21,53	15,61	22,36	18,97	-8,17
Goiás - Goiânia	13,31	10,86	15,31	15,80	14,63	9,95
Mato Grosso - Cuiabá	32,76	38,14	29,17	22,39	17,74	-45,85
Mato Grosso do Sul - Campo Grande	19,36	13,24	13,36	18,20	16,07	-16,97
Região Sudeste	**32,11**	**31,32**	**30,53**	**29,08**	**24,36**	**-24,14**
Espírito Santo - Vitória	25,60	43,75	39,41	36,14	42,33	65,38
Minas Gerais - Belo Horizonte	18,55	16,44	22,27	31,83	31,92	72,07
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro	33,51	31,82	35,82	31,84	30,32	-9,54
São Paulo - São Paulo	34,47	33,90	29,35	26,87	19,19	-44,34
Região Sul	**14,31**	**12,29**	**15,39**	**15,70**	**17,29**	**20,80**
Paraná - Curitiba	13,49	12,15	13,90	15,07	16,03	18,77
Rio Grande do Sul - Porto Alegre	17,78	13,32	18,15	15,12	17,22	-3,14
Santa Catarina - Florianópolis	5,15	9,16	12,21	20,68	23,33	353,34

Fonte: NEV-USP, dados SIM/DATASUS e IBGE.

Tabela 22 • Homicídios, 15-24 anos, Capitais, Brasil, 2000-2004.

Região/Estado	2000	2001	2002	2003	2004	Var. (%)
Brasil	**7.114**	**7.132**	**7.261**	**7.493**	**6.873**	**-3,39**
Região Norte	**577**	**542**	**576**	**604**	**565**	**-2,08**
Acre - Rio Branco	44	46	56	40	40	-9,09
Amapá - Macapá	61	68	68	72	63	3,28
Amazonas - Manaus	208	161	164	206	168	-19,23
Pará - Belém	134	145	148	177	140	4,48
Rondônia - Porto Velho	82	78	85	72	111	35,37
Roraima - Boa Vista	42	31	45	26	29	-30,95
Tocantins - Palmas	6	13	10	11	14	133,33
Região Nordeste	**1.283**	**1.501**	**1.536**	**1.672**	**1.721**	**34,14**
Alagoas - Maceió	145	190	205	224	266	83,45
Bahia - Salvador	140	222	283	343	354	152,86
Ceará - Fortaleza	217	203	238	230	222	2,30
Maranhão - São Luís	54	92	63	97	113	109,26
Paraíba - João Pessoa	96	97	99	89	95	-1,04
Pernambuco - Recife	483	490	422	473	494	2,28
Piauí - Teresina	67	62	92	77	74	10,45
Rio Grande do Norte - Natal	13	42	49	68	43	230,77
Sergipe - Aracaju	68	103	85	71	60	-11,76
Região Centro-Oeste	**637**	**639**	**628**	**702**	**630**	**-1,10**
Distrito Federal - Brasília	305	340	313	355	319	4,59
Goiás - Goiânia	95	81	134	140	128	34,74
Mato Grosso - Cuiabá	132	137	109	111	91	-31,06
Mato Grosso do Sul - Campo Grande	105	81	72	96	92	-12,38
Região Sudeste	**4.305**	**4.154**	**4.113**	**4.103**	**3.486**	**-19,02**
Espírito Santo - Vitória	65	86	95	83	76	16,92
Minas Gerais - Belo Horizonte	304	281	358	531	576	89,47
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro	1.294	1.227	1.414	1.281	1.199	-7,34
São Paulo - São Paulo	2.642	2.560	2.246	2.208	1.635	-38,12
Região Sul	**312**	**296**	**408**	**412**	**471**	**50,96**
Paraná - Curitiba	133	149	197	198	243	82,71
Rio Grande do Sul - Porto Alegre	171	122	171	160	175	2,34
Santa Catarina - Florianópolis	8	25	40	54	53	562,50

Fonte: SIM/DATASUS.

Tabela 23 • Homicídios por 100 mil habitantes, 15-24 anos, Capitais, Brasil, 2000-2004.

Região/Estado	2000	2001	2002	2003	2004	Var. (%)
Brasil	**173,54**	**171,47**	**172,19**	**175,43**	**158,88**	**-8,45**
Região Norte	**133,59**	**121,70**	**126,34**	**129,31**	**118,12**	**-11,58**
Acre - Rio Branco	161,82	163,77	194,67	135,59	132,32	-18,23
Amapá - Macapá	199,78	213,23	205,80	210,23	177,16	-11,33
Amazonas - Manaus	130,36	97,70	97,05	118,83	94,54	-27,48
Pará - Belém	94,66	100,57	101,23	119,30	93,01	-1,74
Rondônia - Porto Velho	239,56	222,81	238,92	198,88	301,40	25,81
Roraima - Boa Vista	194,02	137,75	194,34	108,99	118,11	-39,12
Tocantins - Palmas	34,88	68,80	49,56	51,02	61,03	74,96
Região Nordeste	**119,44**	**137,32**	**138,41**	**148,46**	**150,62**	**26,11**
Alagoas - Maceió	175,04	223,84	236,93	253,87	295,75	68,96
Bahia - Salvador	50,82	79,20	99,57	118,98	121,10	138,31
Ceará - Fortaleza	100,95	92,61	106,81	101,55	96,47	-4,44
Maranhão - São Luís	54,34	90,59	60,84	91,96	105,20	93,59
Paraíba - João Pessoa	157,23	156,38	156,61	138,60	145,68	-7,35
Pernambuco - Recife	346,13	347,65	296,94	330,05	341,86	-1,23
Piauí - Teresina	84,80	77,01	112,56	92,77	87,82	3,57
Rio Grande do Norte - Natal	18,20	58,00	66,52	91,04	56,79	212,04
Sergipe - Aracaju	134,64	200,99	163,87	135,24	112,93	-16,13
Região Centro-Oeste	**134,53**	**132,18**	**127,37**	**139,81**	**123,25**	**-8,38**
Distrito Federal - Brasília	130,41	142,16	127,92	142,17	125,25	-3,95
Goiás - Goiânia	77,72	65,16	106,10	109,23	98,42	26,64
Mato Grosso - Cuiabá	253,11	257,61	201,93	202,45	163,45	-35,42
Mato Grosso do Sul - Campo Grande	160,93	121,28	105,74	138,31	130,08	-19,17
Região Sudeste	**238,91**	**228,96**	**224,67**	**222,50**	**187,69**	**-21,44**
Espírito Santo - Vitória	218,51	285,49	311,83	269,50	244,14	11,73
Minas Gerais - Belo Horizonte	131,07	120,06	151,25	222,26	238,89	82,27
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro	250,12	235,57	269,66	242,79	225,86	-9,70
São Paulo - São Paulo	258,29	248,73	216,14	210,95	155,09	-39,95
Região Sul	**98,20**	**91,58**	**124,61**	**124,13**	**140,01**	**42,58**
Paraná - Curitiba	83,73	91,90	119,71	118,40	143,04	70,83
Rio Grande do Sul - Porto Alegre	138,16	97,66	135,87	126,16	136,95	-0,87
Santa Catarina - Florianópolis	22,78	69,15	108,12	142,60	136,83	500,67

Fonte: NEV-USP, dados SIM/DATASUS e IBGE.

Tabela 24 • Homicídios, Homens, Capitais, Brasil, 2000-2004.

Região/Estado	2000	2001	2002	2003	2004	Var. (%)
Brasil	**14.878**	**15.138**	**15.295**	**15.575**	**14.500**	**-2,54**
Região Norte	**1.184**	**1.092**	**1.201**	**1.236**	**1.178**	**-0,51**
Acre - Rio Branco	79	87	106	86	76	-3,80
Amapá - Macapá	119	118	125	124	109	-8,40
Amazonas - Manaus	428	330	360	416	370	-13,55
Pará - Belém	263	255	303	335	306	16,35
Rondônia - Porto Velho	186	198	202	165	229	23,12
Roraima - Boa Vista	82	68	77	76	57	-30,49
Tocantins - Palmas	27	36	28	34	31	14,81
Região Nordeste	**2.520**	**3.034**	**3.134**	**3.504**	**3.433**	**36,23**
Alagoas - Maceió	279	360	400	416	471	68,82
Bahia - Salvador	262	449	520	651	687	162,21
Ceará - Fortaleza	473	487	545	625	540	14,16
Maranhão - São Luís	114	193	157	221	253	121,93
Paraíba - João Pessoa	180	208	209	209	198	10,00
Pernambuco - Recife	882	946	876	915	883	0,11
Piauí - Teresina	136	120	163	172	152	11,76
Rio Grande do Norte - Natal	47	79	90	130	94	100,00
Sergipe - Aracaju	147	192	174	165	155	5,44
Região Centro-Oeste	**1.380**	**1.336**	**1.285**	**1.398**	**1.346**	**-2,46**
Distrito Federal - Brasília	644	649	591	678	642	-0,31
Goiás - Goiânia	215	179	290	292	311	44,65
Mato Grosso - Cuiabá	296	313	215	213	195	-34,12
Mato Grosso do Sul - Campo Grande	225	195	189	215	198	-12,00
Região Sudeste	**9.082**	**8.943**	**8.806**	**8.527**	**7.501**	**-17,41**
Espírito Santo - Vitória	149	160	158	159	174	16,78
Minas Gerais - Belo Horizonte	565	630	732	1.022	1.131	100,18
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro	2.683	2.551	2.952	2.682	2.518	-6,15
São Paulo - São Paulo	5.685	5.602	4.964	4.664	3.678	-35,30
Região Sul	**712**	**733**	**869**	**910**	**1.042**	**46,35**
Paraná - Curitiba	314	340	399	439	547	74,20
Rio Grande do Sul - Porto Alegre	368	335	390	378	400	8,70
Santa Catarina - Florianópolis	30	58	80	93	95	216,67

Fonte: SIM/DATASUS.

Tabela 25 • Homicídios por 100 mil habitantes, Homens, Capitais, Brasil, 2000-2004.

Região/Estado	2000	2001	2002	2003	2004	Var. (%)
Brasil	**77,52**	**77,77**	**77,53**	**77,97**	**71,70**	**-7,51**
Região Norte	**62,58**	**55,98**	**60,15**	**60,43**	**56,25**	**-10,11**
Acre - Rio Branco	64,10	68,33	81,29	64,31	55,46	-13,47
Amapá - Macapá	85,40	81,08	82,90	79,33	67,16	-21,35
Amazonas - Manaus	62,44	46,61	49,59	55,86	48,47	-22,38
Pará - Belém	43,24	41,16	48,23	52,55	47,31	9,42
Rondônia - Porto Velho	111,55	116,11	116,56	93,56	127,65	14,43
Roraima - Boa Vista	81,73	65,19	71,75	68,73	50,09	-38,71
Tocantins - Palmas	39,28	47,68	34,72	39,46	33,82	-13,91
Região Nordeste	**52,92**	**62,62**	**63,71**	**70,20**	**67,79**	**28,10**
Alagoas - Maceió	74,09	93,30	101,70	103,71	115,20	55,49
Bahia - Salvador	22,78	38,37	43,82	54,09	56,29	147,13
Ceará - Fortaleza	47,19	47,65	52,46	59,19	50,33	6,64
Maranhão - São Luís	28,05	46,47	37,07	51,23	57,59	105,31
Paraíba - João Pessoa	64,41	73,26	72,23	71,11	66,33	2,99
Pernambuco - Recife	133,30	141,55	129,99	134,65	128,87	-3,32
Piauí - Teresina	40,57	35,13	47,00	48,84	42,51	4,80
Rio Grande do Norte - Natal	14,06	23,31	26,10	37,19	26,52	88,68
Sergipe - Aracaju	68,09	87,65	78,48	73,53	68,25	0,23
Região Centro-Oeste	**66,97**	**63,50**	**59,89**	**63,98**	**60,51**	**-9,64**
Distrito Federal - Brasília	65,62	64,67	57,57	64,71	60,08	-8,45
Goiás - Goiânia	41,26	33,78	53,87	53,44	56,10	35,96
Mato Grosso - Cuiabá	125,65	130,30	88,18	86,00	77,54	-38,29
Mato Grosso do Sul - Campo Grande	69,72	59,03	56,12	62,63	56,60	-18,82
Região Sudeste	**101,86**	**99,62**	**97,23**	**93,47**	**81,64**	**-19,86**
Espírito Santo - Vitória	108,02	114,54	111,84	111,34	120,54	11,59
Minas Gerais - Belo Horizonte	53,44	59,05	67,84	93,84	102,90	92,56
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro	97,63	92,20	105,98	95,70	89,29	-8,54
São Paulo - São Paulo	114,32	111,96	98,26	91,66	71,77	-37,23
Região Sul	**45,57**	**46,13**	**54,00**	**55,79**	**63,04**	**38,33**
Paraná - Curitiba	41,27	43,78	50,61	54,80	67,22	62,88
Rio Grande do Sul - Porto Alegre	57,88	52,20	60,32	58,02	60,94	5,29
Santa Catarina - Florianópolis	18,11	34,00	45,83	52,06	51,98	187,12

Fonte: NEV-USP, dados SIM/DATASUS e IBGE.

Tabela 26 • Homicídios, Mulheres, Capitais, Brasil, 2000-2004.

Região/Estado	2000	2001	2002	2003	2004	Var. (%)
Brasil	**1.200**	**1.206**	**1.108**	**1.107**	**1.070**	**-10,83**
Região Norte	**91**	**130**	**88**	**88**	**88**	**-3,30**
Acre - Rio Branco	10	8	11	10	6	-40,00
Amapá - Macapá	4	7	7	8	10	150,00
Amazonas - Manaus	28	43	25	27	34	21,43
Pará - Belém	18	30	20	22	19	5,56
Rondônia - Porto Velho	17	33	15	13	13	-23,53
Roraima - Boa Vista	11	5	8	5	3	-72,73
Tocantins - Palmas	3	4	2	3	3	0,00
Região Nordeste	**218**	**241**	**210**	**207**	**222**	**1,83**
Alagoas - Maceió	23	28	26	19	23	0,00
Bahia - Salvador	27	35	26	34	36	33,33
Ceará - Fortaleza	46	40	55	49	42	-8,70
Maranhão - São Luís	16	18	11	18	17	6,25
Paraíba - João Pessoa	11	19	12	6	9	-18,18
Pernambuco - Recife	77	66	53	55	81	5,19
Piauí - Teresina	9	15	12	10	5	-44,44
Rio Grande do Norte - Natal	1	7	6	8	0	-100,00
Sergipe - Aracaju	8	13	9	8	9	12,50
Região Centro-Oeste	**112**	**115**	**115**	**125**	**100**	**-10,71**
Distrito Federal - Brasília	41	44	50	62	52	26,83
Goiás - Goiânia	28	28	31	27	16	-42,86
Mato Grosso - Cuiabá	21	23	18	22	23	9,52
Mato Grosso do Sul - Campo Grande	22	20	16	14	9	-59,09
Região Sudeste	**710**	**651**	**611**	**621**	**570**	**-19,72**
Espírito Santo - Vitória	10	21	14	10	13	30,00
Minas Gerais - Belo Horizonte	66	47	43	84	87	31,82
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro	217	190	200	168	193	-11,06
São Paulo - São Paulo	417	393	354	359	277	-33,57
Região Sul	**69**	**69**	**84**	**66**	**90**	**30,43**
Paraná - Curitiba	21	44	32	38	40	90,48
Rio Grande do Sul - Porto Alegre	40	21	42	24	37	-7,50
Santa Catarina - Florianópolis	8	4	10	4	13	62,50

Fonte: SIM/DATASUS.

Tabela 27 • Homicídios por 100 mil habitantes, Mulheres, Capitais, Brasil, 2000-2004.

Região/Estado	2000	2001	2002	2003	2004	Var. (%)
Brasil	**5,64**	**5,59**	**5,07**	**5,00**	**4,78**	**-15,34**
Região Norte	**4,54**	**6,30**	**4,17**	**4,07**	**3,97**	**-12,54**
Acre - Rio Branco	7,70	5,97	8,01	7,10	4,16	-46,03
Amapá - Macapá	2,78	4,66	4,49	4,95	5,96	114,65
Amazonas - Manaus	3,89	5,78	3,28	3,45	4,24	9,03
Pará - Belém	2,68	4,38	2,88	3,12	2,66	-0,73
Rondônia - Porto Velho	10,12	19,22	8,59	7,32	7,20	-28,92
Roraima - Boa Vista	10,97	4,80	7,46	4,53	2,64	-75,96
Tocantins - Palmas	4,37	5,31	2,48	3,49	3,28	-25,02
Região Nordeste	**4,04**	**4,39**	**3,76**	**3,66**	**3,87**	**-4,24**
Alagoas - Maceió	5,46	6,49	5,91	4,24	5,03	-7,90
Bahia - Salvador	2,09	2,66	1,95	2,51	2,62	25,66
Ceará - Fortaleza	4,04	3,44	4,66	4,08	3,44	-14,71
Maranhão - São Luís	3,45	3,80	2,28	3,66	3,39	-1,70
Paraíba - João Pessoa	3,45	5,87	3,64	1,79	2,65	-23,39
Pernambuco - Recife	10,12	8,58	6,84	7,04	10,28	1,59
Piauí - Teresina	2,37	3,87	3,05	2,50	1,23	-47,90
Rio Grande do Norte - Natal	0,26	1,83	1,54	2,02	0,00	-100,00
Sergipe - Aracaju	3,26	5,22	3,57	3,13	3,48	6,94
Região Centro-Oeste	**5,02**	**5,05**	**4,95**	**5,29**	**4,15**	**-17,28**
Distrito Federal - Brasília	3,83	4,02	4,47	5,43	4,46	16,47
Goiás - Goiânia	4,90	4,81	5,25	4,50	2,63	-46,29
Mato Grosso - Cuiabá	8,48	9,10	7,02	8,45	8,70	2,59
Mato Grosso do Sul - Campo Grande	6,45	5,73	4,50	3,86	2,44	-62,26
Região Sudeste	**7,17**	**6,53**	**6,07**	**6,13**	**5,58**	**-22,10**
Espírito Santo - Vitória	6,48	13,43	8,86	6,26	8,05	24,22
Minas Gerais - Belo Horizonte	5,59	3,94	3,57	6,90	7,08	26,80
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro	6,98	6,07	6,35	5,30	6,05	-13,32
São Paulo - São Paulo	7,64	7,15	6,38	6,42	4,92	-35,55
Região Sul	**3,99**	**3,93**	**4,72**	**3,66**	**4,93**	**23,36**
Paraná - Curitiba	2,54	5,22	3,74	4,37	4,53	78,09
Rio Grande do Sul - Porto Alegre	5,52	2,87	5,70	3,23	4,94	-10,40
Santa Catarina - Florianópolis	4,53	2,20	5,37	2,10	6,67	47,33

Fonte: NEV-USP, dados SIM/DATASUS e IBGE.

Tabela 28 • Homicídio por cor/raça, por Regiões e Estado, Brasil, 2000-2004.

Regiões/Estados	População Residente					
	Total	Branca (%)	Negra+Parda (%)	Negra (%)	Parda (%)	Amar/Ind (%)
Brasil	**242.415**	**37,7**	**54,4**	**8,6**	**45,8**	**0,5**
Região Norte	**14.323**	**16,2**	**79,1**	**5,1**	**73,9**	**0,8**
Acre	2.783	30,1	60,5	7,1	53,5	0,4
Amazonas	639	30,4	62,4	2,8	59,6	0,6
Amapá	2.634	10,2	86,4	1,1	85,2	0,9
Pará	551	11,4	76,4	3,8	72,6	9,6
Rondônia	5.886	10,9	86,3	5,6	80,7	0,3
Roraima	876	7,2	89,0	3,0	86,1	0,3
Tocantins	954	26,3	71,9	12,3	59,6	0,6
Região Nordeste	**54.244**	**11,1**	**72,3**	**4,6**	**67,6**	**0,3**
Alagoas	3.040	14,3	81,2	15,2	66,0	0,9
Bahia	1.425	13,4	73,7	9,9	63,8	0,9
Ceará	7.104	11,4	50,0	2,6	47,4	0,4
Maranhão	1.627	21,4	69,3	3,4	65,9	0,2
Paraíba	2.888	8,6	75,0	2,3	72,7	0,4
Pernambuco	22.086	11,6	78,9	2,6	76,2	0,3
Piauí	4.622	9,2	67,4	1,0	66,4	0,1
Rio Grande Norte	2.404	13,7	57,7	7,6	50,2	0,0
Sergipe	9.048	7,6	76,5	8,8	67,7	0,2
Região Centro-Oeste	**132.462**	**44,6**	**49,9**	**11,3**	**38,6**	**0,5**
Distrito Federal	15.614	29,5	64,4	10,1	54,3	0,2
Goiás	7.776	17,9	51,9	7,9	44,0	0,0
Mato Grosso	38.168	34,4	59,5	16,0	43,6	0,1
Mato Grosso do Sul	70.904	56,4	41,3	9,3	31,9	0,8
Região Sudeste	**23.457**	**79,4**	**17,4**	**6,4**	**11,0**	**0,3**
Espírito Santo	11.387	79,3	18,0	3,3	14,6	0,4
Minas Gerais	2.755	75,7	14,6	6,0	8,5	0,4
Rio de Janeiro	9.315	80,8	17,7	10,3	7,4	0,2
São Paulo	17.929	29,4	62,5	6,4	56,1	0,9
Região Sul	**3.312**	**41,2**	**51,2**	**5,4**	**45,8**	**3,7**
Paraná	4.672	32,5	64,4	9,7	54,7	0,4
Rio Grande do Sul	6.486	29,0	55,6	6,0	49,6	0,3
Santa Catarina	3.459	14,6	83,6	3,8	79,8	0,1

Fonte: NEV-USP, dados SIM/DATASUS.

Tabela 29 • Homossexuais Assassinados, por Regiões e Estados, Brasil, 2003-2005.

	2003				2004				2005				2003-2005
Região/Estado	Gays	Lésbicas	Travestis	Total	Gays	Lésbicas	Travestis	Total	Gays	Lésbicas	Travestis	Total	Total
Brasil	**81**	**8**	**36**	**125**	**119**	**3**	**35**	**157**	**53**	**1**	**24**	**78**	**36**
Região Norte	**7**	**1**	**1**	**9**	**18**	**0**	**3**	**21**	**6**	**0**	**0**	**6**	**36**
Acre				0				0				0	0
Amazonas	5	1	1	7	13	0	1	14	3	0	0	3	24
Amapá				0				0				0	0
Pará	2	0	0	2	5	0	2	7	1	0	0	1	10
Rondônia				0				0				0	0
Roraima				0				0				0	0
Tocantins				0				0	2	0	0	2	2
Região Nordeste	**45**	**3**	**11**	**59**	**51**	**3**	**6**	**60**	**18**	**0**	**10**	**28**	**147**
Alagoas				0	1	0	0	1				0	1
Bahia	9	0	2	11	7	0	1	8	4	0	3	7	26
Ceará	6	0	0	6	4	0	1	5	5	0	1	6	17
Maranhão	0	0	1	1	5	0	0	5	0	0	4	4	10
Paraíba	8	0	1	9	9	0	3	12	3	0	0	3	24
Pernambuco	12	3	5	20	16	3	0	19	3	0	2	5	44
Piauí	2	0	0	2	4	0	0	4				0	6
Rio Grande Norte	7	0	1	8	5	0	1	6	1	0	0	1	15
Sergipe	1	0	1	2				0	2	0	0	2	4
Região Centro-Oeste	**4**	**2**	**4**	**10**	**7**	**0**	**10**	**17**	**8**	**0**	**4**	**12**	**39**
Distrito Federal	3	0	0	3	1	0	0	1				0	4
Goiás				0	4	0	10	14	4	0	3	7	21
Mato Grosso	1	1	2	4	1	0	0	1	3	0	1	4	9
Mato Grosso do Sul	0	1	2	3	1	0	0	1	1	0	0	1	5
Região Sudeste	**23**	**2**	**18**	**43**	**31**	**0**	**14**	**45**	**16**	**1**	**7**	**24**	**112**
Espírito Santo	2	0	2	4	1	0	0	1	1	0	0	1	6
Minas Gerais	3	0	2	5	7	0	3	10	1	0	1	2	17
Rio de Janeiro	7	0	1	8	12	0	3	15	8	1	3	12	35
São Paulo	11	2	13	26	11	0	8	19	6	0	3	9	54
Região Sul	**2**	**0**	**2**	**4**	**12**	**0**	**2**	**14**	**5**	**0**	**3**	**8**	**26**
Paraná	1	0	1	2	7	0	2	9	0	0	2	2	13
Rio Grande do Sul	1	0	0	1	1	0	0	1	2	0	0	2	4
Santa Catarina	0	0	1	1	4	0	0	4	3	0	1	4	9

Fonte: Grupo Gay da Bahia.

Tabela 30 • Conflitos Rurais, Pessoas Envolvidas e Mortes, por Regiões e Estados, Brasil, 2003-2005.

Regiões/Estados	Nº de Conflitos					Nº de Pessoas Envolvidas					Mortes (1)				
	2002	2003	2004	2005	Total	2002	2003	2004	2005	Total	2002	2003	2004	2005	Total
Brasil	**925**	**1.690**	**1.801**	**1.881**	**6.297**	**444.277**	**1.190.578**	**1.083.232**	**1.021.355**	**3.739.442**	**52**	**87**	**70**	**102**	**311**
Região Norte	**286**	**492**	**441**	**605**	**1.824**	**129.639**	**186.258**	**134.828**	**250.703**	**701.428**	**32**	**48**	**28**	**25**	**133**
Acre	3	13	18	10	44	2.550	5.206	15.901	6.887	30.544		1			1
Amapá	9	12	28	44	93	960	1.470	3.025	5220	10.675					0
Amazonas	1	23	38	16	78	150	14.805	20.755	11.750	47.460					0
Pará	227	317	233	328	1.105	91.352	103.547	69.500	157.104	421.503	27	36	27	21	111
Rondônia	33	39	24	44	140	32.895	36.568	15.013	21.692	106.168	5	8		1	14
Roraima		1	2	20	23		5	615	32.605	33.225		1	1		2
Tocantins	13	87	98	143	341	1.732	24.657	10.019	15.445	51.853		2		3	5
Região Nordeste	**308**	**501**	**624**	**610**	**2.043**	**122.803**	**305.178**	**401.284**	**275.733**	**1.104.998**	**11**	**19**	**21**	**15**	**66**
Alagoas	39	39	31	46	155	27.380	21.640	19.864	22.772	91.656	2	1	10	3	16
Bahia	42	51	114	111	318	5.491	31.529	111.656	64.179	212.855	2	1		3	6
Ceará	15	13	16	20	64	10.625	8.595	20.050	24.245	63.515					0
Maranhão	85	129	137	146	497	20.900	53.554	38.662	50.304	163.420		4	3	2	9
Paraíba	24	17	36	26	103	8.585	5.760	24.565	10.565	49.475		1	1		2
Pernambuco	70	164	205	200	639	31.470	92.390	141.335	84.385	349.580	4	12	5	4	25
Piauí	23	46	49	57	175	3.802	16.670	18.198	14.433	53.103			2	3	5
Rio Grande Norte	**5**	**16**	**16**	**4**	**41**	**5.550**	**23.390**	**7.379**	**4.850**	**41.169**	**3**				**3**
Sergipe	5	26	20		51	9.000	51.650	19.575		80.225					0
Região Centro-Oeste	**107**	**286**	**241**	**256**	**890**	**84.913**	**310.592**	**221.880**	**184.465**	**801.850**	**2**	**14**	**5**	**43**	**64**
Distrito Federal		14	2	9	25		12.670	3.500	6.700	22.870					0
Goiás	25	92	97	72	286	19.680	46.820	82.011	58.438	206.949				1	1
Mato Grosso	60	149	80	117	406	48.052	212.488	70.364	85.351	416.255	2	13	5	11	31
Mato Grosso Sul	22	31	62	58	173	17.181	38.614	66.005	33.976	155.776		1		31	32
Região Sudeste	**173**	**259**	**321**	**218**	**971**	**90.242**	**265.720**	**207.970**	**120.467**	**684.399**	**7**	**2**	**13**	**18**	**40**
Espírito Santo	12	9	11	11	43	11.200	27.810	11.809	6.190	57.009	6				6
Minas Gerais	95	103	111	61	370	41.417	75.249	73.464	42.943	233.073	1	1	9	3	14
Rio de Janeiro	14	18	39	23	94	7.730	11.845	23.995	11.391	54.961				2	2
São Paulo	52	129	160	123	464	29.895	150.816	98.702	59.943	339.356		1	4	13	18
Região Sul	**51**	**152**	**174**	**192**	**569**	**16.680**	**122.830**	**117.270**	**189.987**	**446.767**	**0**	**4**	**3**	**1**	**8**
Paraná	12	110	122	95	339	2.580	89.210	59.325	85.217	236.332		4	2		6
Rio Grande Sul	31	18	32	61	142	10.950	22.350	33.035	66.855	133.190					0
Santa Catarina	8	24	20	36	88	3.150	11.270	24.910	37.915	77.245			1	1	2

Fonte: Comissão Pastoral da Terra. (1) Soma das mortes ocasionadas em decorrência dos conflito e assassinatos.

Tabela 31 • Trabalho Escravo, por Regiões e Estados, Brasil, 2002-2004.

Regiões/Estados	2002		2003		2004	
	Escravos	Libertados	Escravos	Libertados	Escravos	Libertados
Brasil	**5559**	**s/ info**	**8385**	**5010**	**6075**	**3221**
Região Norte	**4.299**	**s/ info**	**4.985**	**2.638**	**3.341**	**1.606**
Acre	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info
Amapá	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info
Amazonas	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info
Pará	4.227	s/ info	3.923	1.870	2.476	1.043
Rondônia	55	s/ info	355	355	18	18
Roraima	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info
Tocantins	17	s/ info	707	413	847	545
Região Nordeste	**432**	**s/ info**	**1.708**	**1.529**	**627**	**436**
Alagoas	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info
Bahia	s/ info	s/ info	1.094	1.089	150	150
Ceará	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info
Maranhão	432	s/ info	614	440	410	219
Paraíba	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info
Pernambuco	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info
Piauí	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	38	38
Rio Grande Norte	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	29	29
Sergipe	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info
Região Centro-Oeste	**749**	**s/ info**	**1.268**	**729**	**1.273**	**591**
Distrito Federal	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info
Goiás	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	261	261
Mato Grosso	723	s/ info	1.268	729	1.012	330
Mato Grosso Sul	26	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info
Região Sudeste	**79**	**s/ info**	**424**	**114**	**834**	**588**
Espírito Santo	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	244	244
Minas Gerais	29	s/ info	s/ info	s/ info	206	19
Rio de Janeiro	s/ info	s/ info	408	98	183	183
São Paulo	50	s/ info	16	16	201	142
Região Sul	**s/ info**	**s/ info**	**s/ info**	**s/ info**	**s/ info**	**s/ info**
Paraná	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info
Rio Grande Sul	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info
Santa Catarina	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info

Fonte: Comissão Pastoral da Terra e Ministério do Trabalho e Emprego.

Tabela 32 • Efetivo da Polícia Civil, Militar, Técnica e Corpo de Bombeiros, por Regiões e Estados, 2003.

Estado/Região	Pol. Civ.	Pol. Mil.	Pol. Téc.	C. de Bombeiros	PC+PM+PT	Hab./PC+PM+PT	PC+PM+PT+CB	Hab./PC+PM+PT+CB	População
Brasil	**115.960**	**390.451**	**12.544**	**61.735**	**518.955**	**340,83**	**580.690**	**304,60**	**176.876.251**
Norte	**10.082**	**32.613**	**1.526**	**3.444**	**44.221**	**311,73**	**47.665**	**289,20**	**13.784.895**
Acre	900	2.718	117	303	3.735	160,81	4.038	148,74	600.607
Amapá	1.198	2.618	204	488	4.020	133,04	4.508	118,64	534.821
Amazonas	2.071	6.806	211	374	9.088	333,53	9.462	320,34	3.031.079
Pará	2.542	11.705	224	1.990	14.471	454,36	16.461	399,43	6.574.990
Rondônia[1]	1.262	4.108	292		5.662	257,14	5.662	257,14	1.455.914
Roraima	1.284	1.490	179	159	2.953	120,99	3.112	114,81	357.296
Tocantins	825	3.168	299	130	4.292	286,62	4.422	278,20	1.230.188
Nordeste	**21.993**	**103.460**	**2.652**	**9.761**	**128.105**	**385,29**	**137.866**	**358,01**	**49.357.119**
Alagoas[1]	2.247	8.047	125		10.419	280,03	10.419	280,03	2.917.678
Bahia	5.783	27.614	565	2.872	33.962	395,75	36.834	364,90	13.440.544
Ceará	1.971	12.636	245	1.455	14.852	522,38	16.307	475,77	7.758.437
Maranhão	1.487	7.148	123	957	8.758	670,66	9.715	604,60	5.873.646
Paraíba	1.191	8.253	180	713	9.624	365,61	10.337	340,39	3.518.607
Pernambuco	4.418	18.927	971	1.966	24.316	335,66	26.282	310,55	8.161.828
Piauí	1.198	5.768	43	267	7.009	417,13	7.276	401,83	2.923.695
Rio Grande do Norte	2.424	10.000	373	925	12.797	225,68	13.722	210,47	2.888.087
Sergipe	1.274	5.067	27	606	6.368	294,38	6.974	268,80	1.874.597
Centro-Oeste	**12.279**	**40.167**	**1.583**	**10.075**	**54.029**	**227,97**	**64.104**	**192,14**	**12.317.233**
Distrito Federal	5.032	16.006	647	6.600	21.685	100,98	28.285	77,42	2.189.792
Goiás	3.477	13.139	316	1.697	16.932	313,40	18.629	284,85	5.306.424
Mato Grosso	2.210	6.698	620	767	9.528	278,27	10.295	257,53	2.651.313
Mato Grosso do Sul[2]	1.560	4.324		1.011	5.884	368,75	6.895	314,68	2.169.704
Sudeste	**57.111**	**168.246**	**5.303**	**30.800**	**230.660**	**326,85**	**261.460**	**288,35**	**75.392.023**
Espírito Santo	3.324	7.257	266	615	10.847	299,64	11.462	283,56	3.250.205
Minas Gerais[2]	9.934	37.403		4.202	47.337	391,94	51.539	359,99	18.553.335
Rio de Janeiro[3]	11.230	43.774	1.160	16.513	56.164	264,92	72.677	204,73	14.879.144
São Paulo	32.623	79.812	3.877	9.470	116.312	332,81	125.782	307,75	38.709.339
Sul	**14.495**	**45.965**	**1.480**	**7.655**	**61.940**	**420,16**	**69.595**	**373,95**	**26.024.981**
Paraná	6.704	13.750	219	2.864	20.673	479,22	23.537	420,90	9.906.812
Rio Grande do Sul	5.210	20.670	912	2.780	26.792	392,32	29.572	355,44	10.511.009
Santa Catarina	2.581	11.545	349	2.011	14.475	387,37	16.486	340,12	5.607.160

Fonte: Efetivo policial: MJ/SENASP; População: IBGE. 1.Estados nos quais o efetivo do Corpo de Bombeiros faz parte do efetivo da Polícia Militar. 2.Os policiais lotados na Coordanadoria de Perícia (Polícia Técnica) pertencem ao quadro da Polícia Civil, fizeram parte do cálculo para totalização do efetivo da Polícia Civil. 3.A Polícia Militar do Rio de Janeiro enviou o número de efetivo previsto para 2003.

Tabela 33 • Mortos e Feridos em Ações Envolvendo Policiais, Rio de Janeiro e São Paulo, 2002-2005.

	2002			2003			2004			2005			2002-2005
Estado/Região	**RJ**	**SP**	**Total**	**RJ**	**SP**	**Total**	**RJ**	**SP**	**Total**	**RJ**	**SP**	**Total**	**Total Geral**
Civis Mortos	**694**	**826**	**1.520**	**1.195**	**975**	**2.170**	**983**	**739**	**1.722**	**1.098**	**469**	**1.567**	**6.979**
PM Serviço	-	558	558	-	766	766	-	559	559	-	303	303	2.186
PM Folga	-	167	167	-	157	157	-	134	134	-	131	131	589
PC Serviço	-	71	71	-	34	34	-	28	28	-	24	24	157
PC Folga	-	30	30	-	18	18	-	18	18	-	11	11	77
Civis Feridos	**-**	**1.040**	**1.040**	**-**	**1.023**	**1.023**	**-**	**901**	**901**	**-**	**830**	**830**	**3.794**
PM Serviço	-	567	567	-	576	576	-	529	529	-	499	499	2.171
PM Folga	-	343	343	-	369	369	-	313	313	-	262	262	1.287
PC Serviço	-	89	89	-	51	51	-	37	37	-	33	33	210
PC Folga	-	41	41	-	27	27	-	22	22	-	36	36	126
Policiais Mortos	**164**	**144**	**308**	**183**	**126**	**309**	**50**	**125**	**175**	**33**	**88**	**121**	**913**
PM Serviço	33	40	73	43	19	62	50	25	75	24	22	46	256
PM Folga	119	75	194	133	76	209	-	81	81	-	49	49	533
PC Serviço	12	16	28	7	14	21	0	2	2	9	6	15	66
PC Folga	-	13	13	-	17	17	-	17	17	-	11	11	58
Policiais Feridos	**-**	**1.038**	**1.038**	**-**	**1.048**	**1.048**	**-**	**1.123**	**1.123**	**-**	**918**	**918**	**4.127**
PM Serviço	-	449	449	-	458	458	-	442	442	-	398	398	1.747
PM Folga	-	478	478	-	497	497	-	562	562	-	408	408	1.945
PC Serviço	-	77	77	-	71	71	-	81	81	-	69	69	298
PC Folga	-	34	34	-	22	22	-	38	38	-	43	43	137
Civis Mortos/Feridos Serviço	**-**	**0,96**	**0,96**	**-**	**1,28**	**1,28**	**-**	**1,04**	**1,04**	**-**	**0,61**	**0,61**	**0,98**
Policiais Mortos/Feridos Serviço	**-**	**0,11**	**0,19**	**-**	**0,06**	**0,16**	**-**	**0,05**	**0,15**	**-**	**0,06**	**0,13**	**0,16**
Civis/Policiais Mortos Serviço	**-**	**11,23**	**6,23**	**23,90**	**24,24**	**9,64**	**19,66**	**21,74**	**7,62**	**33,27**	**11,68**	**5,36**	**7,28**
Civis Mortos/Feridos Folga	**-**	**0,51**	**0,51**	**-**	**0,44**	**0,44**	**-**	**0,45**	**0,45**	**-**	**0,48**	**0,48**	**0,47**
Policiais Mortos/Feridos Folga	**-**	**2,59**	**6,09**	**-**	**4,23**	**10,27**	**-**	**2,58**	**2,58**	**-**	**1,40**	**1,40**	**4,31**
Civis/Policiais Mortos Folga	**-**	**2,24**	**0,95**	**-**	**1,88**	**0,77**	**-**	**1,55**	**1,55**	**-**	**2,37**	**2,37**	**1,13**
Civis Mortos/Feridos Total	**-**	**0,79**	**1,46**	**-**	**0,95**	**2,12**	**-**	**0,82**	**1,91**	**-**	**0,57**	**1,89**	**1,84**
Policiais Mortos/Feridos Total	**-**	**0,14**	**0,30**	**-**	**0,12**	**0,29**	**-**	**0,11**	**0,16**	**-**	**0,10**	**0,13**	**0,22**
Civis/Policiais Mortos Total	**4,23**	**5,74**	**4,94**	**6,53**	**7,74**	**7,02**	**19,66**	**5,91**	**9,84**	**33,27**	**5,33**	**12,95**	**7,64**

Fontes: Secretarias da Segurança Pública do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Tabela 34 • Reclamações em Ouvidorias de Polícia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, 2003-2005.

	2003			2004			2005		
	MG	RJ	SP	MG	RJ	SP	MG	RJ	SP
Abuso de autoridade/poder			160	35	130	82	63	106	10
Abordagem com excesso			-	-	-	23	-	-	52
Agressão			124	244	99	159	381	64	174
Ameaça			95	208	114	124	286	93	95
Constrangimento ilegal			-	118	-	92	147	-	135
Invasão domicílio			8	-	-	35	-	-	49
Prisão ilegal			-	85	-	21	134	-	22
Violência arbitrária			-	9	-	-	14	-	-
Outros			-	151	-	187	268	-	108
Assédio Moral			-	-	-	1	-	-	9
Atendimento inadequado			263	98	330	546	236	453	583
Concussão/Extorsão			57	16	227	14	22	148	65
Corrupção			21	41	30	64	11	50	74
Discriminação			-	10	-	15	7	-	13
Enriquecimento ilícito			13	16	-	3	14	-	2
Estelionato			-	5	5	-	1	2	2
Facilitação de fuga			4	-	2	10	-	1	4
Falta de policiamento			205	10	233	341	13	318	379
Grupo de extermínio			-	-	15	-	-	12	-
Homicídio			624	45	14	284	27	24	248
Infração disciplinar			331	192	29	466	87	51	506
Lesão corporal			98	163	2	7	174	4	42
Maus tratos			18	-	-	5	-	-	24
Negilgência			30	57	-	63	62	-	41
Peculato			15	7	12	41	8	3	67
Porte ilegal arma			-	-	8	-	-	8	-
Posse/uso droga			-	-	15	-	-	24	-
Prevaricação			35	34	90	51	32	118	150
Reclamação contra superior			-	-	-	1	-	-	157
Roubo/furto			19	-	-	18	-	-	16
Roubo/furto carga			1	-	-	5	-	-	11
Roubo/furto veículo			-	-	15	-	-	10	-
Sequestro			-	-	7	-	-	1	-
Tentativa de homicídio			7	10	13	15	22	3	12
Tortura/Espancamento			60	57	12	42	71	6	26
Tráfico de armas			-	-	18	-	-	7	-
Tráfico de drogas			57	12	15	58	15	13	76

Fontes: Ouvidoria de Polícia de MG, RJ, SP.
OBS: Inclui as principais reclamações recebidas pelas ouvidorias.

ERRATA, p. 562

Tabela 35 • População Encarcerada, por Regiões e Estados, Brasil, 2002-2005.

Regiões/Estados	Presos 02	Presos 05	Var (%)	Pr 02/100 mil	Pr 05/100 mil	Var (%)	Vagas 02
Brasil	**248.153**	**361.516**	**45,68**	**142,10**	**196,28**	**27,60**	**157.772**
Região Norte	**11.946**	**21.866**	**593,52**	**88,46**	**148,76**	**40,54**	**7.480**
Acre	1.451	2.565	76,77	247,21	382,99	35,45	691
Amapá	850	1.584	86,35	164,56	266,40	38,23	518
Amazonas	1.901	3.673	93,21	64,18	113,63	43,52	639
Pará	3.059	7.298	138,57	47,40	104,70	54,73	3.095
Rondônia	3.052	4.568	49,67	213,16	297,67	28,39	1.391
Roraima	393	997	153,69	113,30	254,78	55,53	444
Tocantins	1.240	1.181	-4,76	102,73	90,45	-13,58	702
Região Nordeste	**36.572**	**58.842**	**824,79**	**74,87**	**115,33**	**35,08**	**19.354**
Alagoas	852	2.671	213,50	29,51	88,56	66,68	672
Bahia	9.380	7.144	-23,84	70,40	51,71	-36,15	4.086
Ceará	6.762	11.130	64,60	88,34	137,45	35,73	4.839
Maranhão	2.905	5.156	77,49	50,06	84,48	40,74	815
Paraíba	3.151	6.118	94,16	90,16	170,14	47,01	1.908
Pernambuco	8.958	18.318	104,49	110,80	217,72	49,11	4.345
Piauí	1.795	1.785	-0,56	61,94	59,36	-4,33	707
Rio Grande do Norte	1.168	3.788	224,32	40,94	126,14	67,54	1.324
Sergipe	1.601	2.732	70,64	86,73	138,84	37,53	658
Região Centro-Oeste	**17.183**	**33.129**	**461,60**	**141,99**	**254,43**	**44,19**	**10.458**
Distrito Federal	5.039	7.413	47,11	234,83	317,73	26,09	2.902
Goiás	5.608	9.802	74,79	107,63	174,42	38,29	4.145
Mato Grosso	2.101	7.221	243,69	80,66	257,59	68,69	1.212
Mato Grosso do Sul	4.435	8.693	96,01	207,18	383,89	46,03	2.199
Região Sudeste	**150.996**	**196.235**	**167,36**	**202,82**	**250,07**	**18,89**	**97.565**
Espírito Santo	3.774	7.054	86,91	117,87	206,96	43,05	1.976
Minas Gerais	19.936	23.310	16,92	108,68	121,17	10,31	4.336
Rio de Janeiro	20.726	27.755	33,91	140,76	180,42	21,98	20.766
São Paulo	106.560	138.116	29,61	279,12	341,51	18,27	70.487
Região Sul	**31.456**	**51.444**	**201,57**	**122,23**	**190,72**	**35,91**	**22.915**
Paraná	10.815	18.715	73,05	110,38	182,37	39,48	5.937
Rio Grande do Sul	14.931	22.621	51,50	143,45	208,58	31,23	3.685
Santa Catarina	5.710	10.108	77,02	103,30	172,30	40,05	13.293

Fonte: MJ/Depen (número de presos em junho/2002 e dezembro2005) e IBGE (população em 2005). Os valores sublinhados incluem dados de 2004 sobre presos na polícia ou no sistema penitenciário. O número de presos inclui presos no sistema penitenciário e em unidades policiais. O número de vagas, deficit de vagas e presos/vaga inclui apenas vagas e presos no sistema penitenciário.

ERRATA, p. 563

Vagas 05	Var (%)	Pr/Vag 02	Pr/Vag 05	Var (%)	Déf V 02	Déf V 05	Déf V Var (%)
206.559	**30,92**	**1,57**	**1,75**	**11,27**	**90.381**	**154.957**	**71,45**
12.648	**69,09**	**1,60**	**1,73**	**8,25**	**4.466**	**9.218**	**106,40**
1.029	48,91	2,10	2,49	18,71	760	1.536	102,11
842	62,55	1,64	1,88	14,64	332	742	123,49
1.352	111,58	2,97	2,72	-8,68	1.262	2.321	83,91
5.267	70,18	0,99	1,39	40,19	-36	2.031	5.741,67
2.098	50,83	2,19	2,18	-0,77	1.661	2.470	48,71
462	4,05	0,89	2,16	143,81	-51	535	1.149,02
1.598	127,64	1,77	0,74	-58,16	538	-417	-177,51
31.136	**60,88**	**1,89**	**1,89**	**0,01**	**17.218**	**27.706**	**60,91**
1.567	133,18	1,27	1,70	34,44	180	1.104	513,33
5.256	28,63	2,30	1,36	-40,79	5.294	1.888	-64,34
5.903	21,99	1,40	1,89	34,93	1.923	5.227	171,81
1.497	83,68	3,56	3,44	-3,37	2.090	3.659	75,07
4.096	114,68	1,65	1,49	-9,56	1.243	2.022	62,67
8.198	88,68	2,06	2,23	8,38	4.613	10.120	119,38
2.105	197,74	2,54	0,85	-66,60	1.088	-320	-129,41
1.365	3,10	0,88	2,78	214,57	-156	2.423	1653,21
1.149	74,62	2,43	2,38	-2,28	943	1.583	67,87
16.709	**59,77**	**1,64**	**1,98**	**20,67**	**6.725**	**16.420**	**144,16**
5.679	95,69	1,74	1,31	-24,82	2.137	1.734	-18,86
3.167	-23,59	1,35	3,10	128,76	1.463	6.635	353,52
4.181	244,97	1,73	1,73	-0,37	889	3.040	241,96
3.682	67,44	2,02	2,36	17,06	2.236	5.011	124,11
115.496	**18,38**	**1,55**	**1,70**	**9,78**	**53.431**	**80.739**	**51,11**
3.680	86,23	1,91	1,92	0,36	1.798	3.374	87,65
3.057	-29,50	4,60	7,63	65,84	15.600	20.253	29,83
19.767	-4,81	1,00	1,40	40,68	-40	7.988	20.070,00
88.992	26,25	1,51	1,55	2,66	36.073	49.124	36,18
30.570	**33,41**	**1,37**	**1,68**	**22,59**	**8.541**	**20.874**	**144,40**
7.385	24,39	1,82	2,53	39,12	4.878	11.330	132,27
16.037	335,20	4,05	1,41	-65,19	11.246	6.584	-41,45
7.148	-46,23	0,43	1,41	229,21	-7.583	2.960	-139,03

Tabela 36: População Encarcerada e Vagas para Presos, por Regiões e Estados, Brasil, 2005.

	Fechado		Semi-aberto		Aberto		MedSeg		Condenados		Provisório	
Regiões/Estados	**Presos**	**(%)**	**Presos**	**(%)**	**Presos**	**(%)**	**Presos**	**(%)**	**Presos**	**(%)**	**Presos**	**(%)**
Brasil	**149.229**	**50,26**	**33.856**	**11,40**	**7.873**	**2,65**	**3.845**	**1,29**	**194.803**	**65,61**	**102.116**	**34,39**
Região Norte	**7.043**	**36,61**	**1.764**	**9,17**	**1.033**	**5,37**	**159**	**0,83**	**9.999**	**51,97**	**9.240**	**48,03**
Acre	888	34,85	276	10,83	297	11,66	7	0,27	1.468	57,61	1.080	42,39
Amapá	563	35,77	230	14,61	174	11,05	0	0,00	967	61,44	607	38,56
Amazonas	836	27,76	216	7,17	202	6,71	4	0,13	1.258	41,77	1.754	58,23
Pará	1.921	31,62	500	8,23	72	1,18	76	1,25	2.569	42,28	3.507	57,72
Rondônia	2.272	55,09	408	9,89	203	4,92	72	1,75	2.955	71,65	1.169	28,35
Roraima	286	29,42	74	7,61	72	7,41	0	0,00	432	44,44	540	55,56
Tocantins	277	29,69	60	6,43	13	1,39	0	0,00	350	37,51	583	62,49
Região Nordeste	**16.170**	**31,79**	**5.562**	**10,93**	**2.695**	**5,30**	**776**	**1,53**	**25.203**	**49,54**	**25.667**	**50,46**
Alagoas	748	29,44	494	19,44	228	8,97	69	2,72	1.539	60,57	1.002	39,43
Bahia	975	13,65	665	9,31	185	2,59	83	1,16	1.908	26,71	5.236	73,29
Ceará	3.759	37,16	1.674	16,55	585	5,78	148	1,46	6.166	60,95	3.950	39,05
Maranhão	1.440	48,58	422	14,24	49	1,65	0	0,00	1.911	64,47	1.053	35,53
Paraíba	2.992	48,90	611	9,99	327	5,34	94	1,54	4.024	65,77	2.094	34,23
Pernambuco	4.045	25,57	1.136	7,18	895	5,66	304	1,92	6.380	40,34	9.437	59,66
Piauí	496	27,79	154	8,63	45	2,52	18	1,01	713	39,94	1.072	60,06
Rio Grande do Norte	1.127	50,25	293	13,06	121	5,39	29	1,29	1.570	70,00	673	30,00
Sergipe	588	27,45	113	5,28	260	12,14	31	1,45	992	46,31	1.150	53,69
Região Centro-Oeste	**14.428**	**50,38**	**3.279**	**11,45**	**880**	**3,07**	**120**	**0,42**	**18.707**	**65,32**	**9.930**	**34,68**
Distrito Federal	3.751	51,39	2.001	27,41	116	1,59	58	0,79	5.926	81,19	1.373	18,81
Goiás	3.498	56,18	485	7,79	230	3,69	23	0,37	4.236	68,04	1.990	31,96
Mato Grosso	2.741	37,96	199	2,76	18	0,25	39	0,54	2.997	41,50	4.224	58,50
Mato Grosso do Sul	4.438	56,24	594	7,53	516	6,54	-	-	5.548	70,31	2.343	29,69
Região Sudeste	**89.285**	**57,54**	**17.141**	**11,05**	**648**	**0,42**	**2.200**	**1,42**	**109.274**	**70,42**	**45.891**	**29,58**
Espírito Santo	2.179	41,74	218	4,18	0	0,00	67	1,28	2.464	47,19	2.757	52,81
Minas Gerais	3.508	55,78	1.183	18,81	348	5,53	43	0,68	5.082	80,81	1.207	19,19
Rio de Janeiro	13.315	57,76	2.535	11,00	300	1,30	1.389	6,02	17.539	76,08	5.515	23,92
São Paulo	70.283	58,28	13.205	10,95	-	-	701	0,58	84.189	69,81	36.412	30,19
Região Sul	**22.303**	**51,86**	**6.110**	**14,21**	**2.617**	**6,08**	**590**	**1,37**	**31.620**	**73,52**	**11.388**	**26,48**
Paraná	7.656	70,78	1.012	9,36	306	2,83	0	0,00	8.974	82,96	1.843	17,04
Rio Grande do Sul	9.883	43,69	4.148	18,34	1.657	7,33	469	2,07	16.157	71,42	6.464	28,58
Santa Catarina	4.764	49,78	950	9,93	654	6,83	121	1,26	6.489	67,81	3.081	32,19

Fonte: MJ/Depen (número de presos em junho/2002 e dezembro2005) e IBGE (população em 2005). Os valores sublinhados referem-se a 2004; valores não disponíveis indcados com hífen (-).

Sist. Penitenciário					Polícia		Total Geral	
Presos	(%)	Vagas	Def. V	P/V	Presos	(%)	Presos	(%)
296.919	**82,13**	**206.559**	**90.360**	**1,44**	**64.597**	**17,87**	**361.516**	**100,00**
19.239	**87,99**	**12.648**	**6.591**	**1,52**	**2.627**	**12,01**	**21.866**	**6,05**
2.548	99,34	1.029	1.519	2,48	17	0,66	2.565	0,71
1.574	99,37	842	732	1,87	10	0,63	1.584	0,44
3.012	82,00	1.352	1.660	2,23	661	18,00	3.673	1,02
6.076	83,26	5.267	809	1,15	1.222	16,74	7.298	2,02
4.124	90,28	2.098	2.026	1,97	444	9,72	4.568	1,26
972	97,49	462	510	2,10	25	2,51	997	0,28
933	79,00	1.598	-665	0,58	248	21,00	1.181	0,33
50.870	**86,45**	**31.136**	**19.734**	**1,63**	**7.972**	**13,55**	**58.842**	**16,28**
2.541	95,13	1.567	974	1,62	130	4,87	2.671	0,74
7.144	100,00	5.256	1.888	1,36	0	0,00	7.144	1,98
10.116	90,89	5.903	4.213	1,71	1.014	9,11	11.130	3,08
2.964	57,49	1.497	1.467	1,98	2.192	42,51	5.156	1,43
6.118	100,00	4.096	2.022	1,49	0	0,00	6.118	1,69
15.817	86,35	8.198	7.619	1,93	2.501	13,65	18.318	5,07
1.785	100,00	2.105	-320	0,85	0	0,00	1.785	0,49
2.243	59,21	1.365	878	1,64	1.545	40,79	3.788	1,05
2.142	78,40	1.149	993	1,86	590	21,60	2.732	0,76
28.637	**86,44**	**16.709**	**11.928**	**1,71**	**4.492**	**13,56**	**33.129**	**9,16**
7.299	98,46	5.679	1.620	1,29	114	1,54	7.413	2,05
6.226	63,52	3.167	3.059	1,97	3.576	36,48	9.802	2,71
7.221	100,00	4.181	3.040	1,73	0	0,00	7.221	2,00
7.891	90,77	3.682	4.209	2,14	802	9,23	8.693	2,40
155.165	**79,07**	**115.496**	**39.669**	**1,34**	**41.070**	**20,93**	**196.235**	**54,28**
5.221	74,01	3.680	1.541	1,42	1.833	25,99	7.054	1,95
6.289	26,98	3.057	3.232	2,06	17.021	73,02	23.310	6,45
23.054	83,06	19.767	3.287	1,17	4.701	16,94	27.755	7,68
120.601	87,32	88.992	31.609	1,36	17.515	12,68	138.116	38,20
43.008	**83,60**	**30.570**	**12.438**	**1,41**	**8.436**	**16,40**	**51.444**	**14,23**
10.817	57,80	7.385	3.432	1,46	7.898	42,20	18.715	5,18
22.621	100,00	16.037	6.584	1,41	0	0,00	22.621	6,26
9.570	94,68	7.148	2.422	1,34	538	5,32	10.108	2,80

Tabela 37 • Denúncias Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 2003-2006.

Estado/Região	Nº de casos	% Nacional	Casos/ 100.000
Brasil	**13.763**	**100,0%**	**8,5**
Região Norte	**1.221**	**8,9%**	**10,8**
Acre	39	0,3%	8,1
Amapá	42	3,5%	11,1
Amazonas	475	3,5%	19,9
Pará	466	3,4%	8,5
Rondônia	87	0,6%	7,1
Roraima	23	0,2%	9,3
Tocantins	89	0,6%	8,5
Região Nordeste	**4.936**	**35,9%**	**9,9**
Alagoas	170	1,2%	6,5
Bahia	1.063	7,7%	8,5
Ceará	917	6,7%	13,5
Maranhão	1.147	8,3%	15,3
Paraíba	466	3,4%	7,7
Pernambuco	719	5,2%	9,7
Piauí	131	1,0%	4,9
Rio Grande do Norte	228	1,7%	8,9
Sergipe	95	0,7%	5,9
Região Centro-Oeste	**910**	**6,6%**	**8,7**
Distrito Federal	313	2,3%	17,2
Goiás	294	2,1%	6,5
Mato Grosso do Sul	141	1,0%	7,3
Mato Grosso	162	1,2%	7,3
Região Sudeste	**4.551**	**33,1%**	**6,8**
Espírito Santo	259	1,9%	9,2
Minas Gerais	1.147	8,3%	6,9
Rio de Janeiro	1.497	10,9%	11,2
São Paulo	1.648	12,0%	4,8
Região Sul	**2.145**	**15,6%**	**9,1**
Paraná	497	3,6%	5,5
Rio Grande do Sul	1.362	9,9%	14,1
Santa Catarina	286	2,1%	5,9

Fonte: SEDH/Disque Denúncia: 0800 99 0500.

Tabela 38 • Trabalho Infantil, por Regiões e Estados, Brasil, 1995, 2000, 2004.

Estado/Região	1995	2000	2004
Brasil	**18,7**	**6,6**	**10,1**
Região Norte	**13,7**	**8,7**	**14**
Acre	12,5	8,4	17,4
Amapá	5,9	3,7	3
Amazonas	13,1	6,8	9,1
Pará	16,4	8,8	16,4
Rondônia	9,8	11,5	18,7
Roraima	3,5	5,6	9
Tocantins	26,3	12,2	13,3
Região Nordeste	**26,7**	**8,8**	**15,2**
Alagoas	20,9	9,4	12,2
Bahia	24,3	8,6	15,4
Ceará	27,2	9,4	14,3
Maranhão	36,9	9,7	19,3
Paraíba	27,4	10	17,2
Pernambuco	25	8	13,6
Piauí	32,3	10,7	22,8
Rio Grande do Norte	21,2	5,9	9,1
Sergipe	21,4	6,9	6,9
Região Centro Oeste	**17,7**	**6**	**8,3**
Distrito Federal	5,2	1,7	0,8
Goiás	20,1	6,7	8,5
Mato Grosso	20,6	7,2	13,4
Mato Grosso do Sul	19,2	6,7	8,3
Região Sudeste	**11**	**4**	**4,4**
Espírito Santo	19,2	8,6	10,1
Minas Gerais	19	6,4	7,7
Rio de Janeiro	4,7	2,5	1,8
São Paulo	8,3	2,9	3,1
Região Sul	**24,1**	**7,4**	**12,5**
Paraná	25,4	8,8	11,4
Rio Grande do Sul	21,6	7,4	13,4
Santa Catarina	26,1	8,4	13

Fonte: PNAD 1995 e 2004, Censo 2000, Crianças de 10 a 14 anos de idade, ocupadas na semana de referência.

Tabela 39 • Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) - 2005.

Regiões/Estados	Municípios Atendidos			Número de crianças		
	Meta	Quantidade	% do Total	Meta	Quantidade	% do Total
Brasil	**2.781**	**1.982**	**71,3**	**913.003**	**552.094**	**60,5**
Região Norte	**395**	**258**	**65,3**	**85.386**	**45.615**	**53,4**
Acre	22	18	81,8	17.801	16.514	92,8
Amapá	16	12	75	4.091	2.636	64,4
Amazonas	55	35	63,6	14.766	7.621	51,6
Pará	142	81	57	30.926	14.382	46,5
Rondônia	47	39	83	15.306	10.997	71,9
Roraima	14	6	42,9	10.455	3.396	32,5
Tocantins	99	67	67,7	9.842	6.583	66,9
Região Nordeste	**1.179**	**843**	**71,5**	**523.343**	**330.722**	**63,2**
Alagoas	102	85	83,3	30.715	31.608	102,9
Bahia	99	57	57,6	122.718	62.199	50,7
Ceará	92	69	75	19.659	12.155	61,8
Maranhão	132	97	73,5	66.744	39.427	59,1
Paraíba	142	81	57	43.209	31.674	73,3
Pernambuco	175	110	62,9	133.791	68.753	51,4
Piauí	222	150	67,6	30.050	20.775	69,1
Rio Grande do Norte	140	126	90	41.846	36.329	86,8
Sergipe	75	68	90,7	34.611	27.802	62
Região Centro Oeste	**327**	**199**	**60,9**	**115.832**	**56.282**	**48,6**
Distrito Federal	1	1	100	4.200	2.041	48,6
Goiás	209	140	67	66.838	37.688	56,4
Mato Grosso	40	29	72,5	16.289	8.547	52,5
Mato Grosso do Sul	77	29	37,7	28.505	8.006	28,1
Região Sudeste	**493**	**367**	**74,4**	**107.269**	**61.230**	**57,1**
Espírito Santo	76	65	85,5	12.142	8.443	69,5
Minas Gerais	183	127	69,4	39.284	21.738	55,3
Rio de Janeiro	47	35	74,5	22.685	10.498	46,3
São Paulo	187	140	74,9	33.158	20.551	62
Região Sul	**387**	**315**	**81,4**	**81.173**	**58.245**	**71,8**
Paraná	156	132	84,6	44.434	34.969	78,7
Rio Grande do Sul	51	37	72,5	8.055	2.928	36,3
Santa Catarina	180	146	81,1	28.684	20.348	70,9

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Tabela 40 • Adolescentes em medidas sócio-educativas por Regiões e Estados, Brasil, 2004.

Estado/Região	Meio Aberto	Meio Fechado	Total	Meio Aberto	Meio Fechado
Brasil	**26.089**	**13.489**	**39.578**	**66%**	**34%**
Região Norte	**1.411**	**637**	**2.048**	**69%**	**31%**
Acre	86	136	222	39%	61%
Amapá	297	105	402	74%	26%
Amazonas	231	113	344	67%	33%
Pará	276	208	484	57%	43%
Rondônia	393	30	423	93%	7%
Roraima	22	32	54	41%	59%
Tocantins	106	13	119	89%	11%
Região Nordeste	**3.455**	**2.039**	**5.494**	**63%**	**37%**
Alagoas	204	49	253	81%	19%
Bahia	183	292	475	39%	61%
Ceará	2.178	481	2.659	82%	18%
Maranhão	144	154	298	48%	52%
Paraíba	231	207	438	53%	47%
Pernambuco	284	667	951	30%	70%
Piauí	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info	s/ info
Rio Grande do Norte	215	117	332	65%	35%
Sergipe	16	72	88	18%	82%
Região Centro-Oeste	**2.596**	**1.005**	**3.601**	**72%**	**28%**
Distrito Federal	897	526	1.423	63%	37%
Goiás	1.442	176	1.618	89%	11%
Mato Grosso	145	127	272	53%	47%
Mato Grosso do Sul	112	176	288	39%	61%
Regiã Sudeste	**14.185**	**7.837**	**22.022**	**64%**	**36%**
Espírito Santo	s/ info	196	196	s/ info	s/ info
Minas Gerais	s/ info	373	373	s/ info	s/ info
Rio de Janeiro	810	896	1.706	47%	53%
São Paulo	13.375	6.372	19.747	68%	32%
Região Sul	**4.442**	**1.971**	**6.413**	**69%**	**31%**
Paraná	2.553	692	3.245	79%	21%
Rio Grande do Sul	s/ info	1.018	1.018	s/ info	s/ info
Santa Catarina	1.889	261	2.150	88%	12%

Fonte: SEDH/Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Crinça e do Adolescente, Janeiro/2004.

Tabela 41 • Proporção Estimada de Sub-Registros de Nascimento, 2004.

Estado/Região	
Brasil	**16,4**
Norte	
Acre	18,9
Amapá	24
Amazonas	41,4
Pará	37,6
Rondônia	20,6
Roraima	30,3
Tocantins	32,1
Nordeste	
Alagoas	21,4
Bahia	16,1
Ceará	28,5
Maranhão	35
Paraíba	20,2
Pernambuco	21,4
Piauí	31,9
Rio Grande do Norte	21,4
Sergipe	27,5
Centro-Oeste	
Distrito Federal	0,6
Goiás	18,5
Mato Grosso	19,6
Mato Grosso do Sul	4,7
Sudeste	
Espírito Santo	10,1
Minas Gerais	16,3
Rio de Janeiro	5,1
São Paulo	4,6
Sul	
Paraná	11,2
Rio Grande do Sul	7,5
Santa Catarina	8,5

Fonte: IBGE.

Tabela 42 • Proporção de Registros Tardios de Nascimento, 2002 e 2004.

Estado/Região	2002	2004
Brasil	**29,9**	**15,1**
Norte		
Acre	54,1	36,1
Amapá	58,1	43,4
Amazonas	63,7	45,6
Pará	65	44,4
Rondônia	35	16,2
Roraima	58,9	30,6
Tocantins	54	35,2
Nordeste		
Alagoas	56,8	30,6
Bahia	24,7	12,3
Ceará	46,3	23,1
Maranhão	71,1	38,9
Paraíba	23,5	13,9
Pernambuco	40,7	20,9
Piauí	56,5	30,7
Rio Grande do Norte	36,7	18,1
Sergipe	31,1	15,8
Centro-Oeste		
Distrito Federal	11,6	5
Goiás	20,9	10,5
Mato Grosso	36,4	20,6
Mato Grosso do Sul	22,4	13,7
Sudeste		
Espírito Santo	13,2	6,5
Minas Gerais	13	5,9
Rio de Janeiro	12,8	7,5
São Paulo	5,3	2,5
Sul		
Paraná	11	4,9
Rio Grande do Sul	13,3	6,3
Santa Catarina	8	3,5

Fonte: IBGE.

Entidades Coloboradoras

Organização	Estado	Material enviado	Tema(s)
ANCED (Associação Nacional de Centros de Defesa)	Brasil	Relatório	Criança e adolescente
Centro Projeto Axé de Proteção e Defesa à Criança e ao Adolescente	Bahia	Relatório de atividades	Criança e adolescente
CEDICA – Centro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente	Rio Grande do Sul	CD	Criança e adolescente
Fundação ABRINQ	Brasil	Relatórios	Criança e adolescente
Associação de Apoio às Meninas e Meninos da Sé	São Paulo	Relatório de Atividades 2003	Criança e adolescente
ABRAPIA	Brasil	Relatórios de 1997 a 2004	Criança e adolescente
Centro Estadual de Referência no Estudo e Prevenção da Violência Contra Criança e Adolescente	Minas Gerais	Dados estatísticos	Criança e adolescente
Grupo de Ex–Diretores da FEBEM	São Paulo	Relatório	Adolescentes em conflito com a lei
Comissão Pastoral da Terra	Brasil	Relatórios – 2002, 2003 e 2004	1. Trabalho Escravo 2. Conflito Agrário
Grupo Gay da Bahia	Bahia	Dados estatísticos	Homossexuais
Além Fronteiras	Brasil	Relatórios e artigos	Refugiados e migrações
CLADEM	Brasil	Relatório – 2002	Mulheres
AMA – Articulação de Mulheres do Amapá	Amapá	Relatório – 2003	Mulheres
Centro Feminista de Estudos e Assessoria	Brasil	Artigos e textos	Mulheres
INESC	Brasil	Artigo sobre a política de direitos humanos no governo Lula	Política de Direitos Humanos

Organização	Estado	Material enviado	Tema(s)
Anistia Internacional	Brasil	Relatório – 2003	1. Direitos Humanos no Brasil 2. Homicídios cometidos por policiais 3. Execuções extrajudiciais e "esquadrão da morte" 4. Defensores de Direitos Humanos 5. Tortura e maus-tratos 6. Condições de detenção e morte sob custódia 7. Violência contra os ativistas do direito à terra e povos indígenas
Anistia Internacional	Rio de Janeiro	Publicação: *Rio de Janeiro: Candelária e Vigário Geral, 10 anos Depois*.	1. Análise dos massacres da Candelária e Vigário Geral
Pastoral Carcerária	São Paulo	Relatórios	Prisões Tortura Denúncias de violações
Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Acre	Acre	Casos	Direitos Humanos
Núcleo de Violência Doméstica da Central Disque Denúncia Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Relatório	Violência contra criança, adolescentes, mulheres e idosos
INESC	Brasil	Publicação: *O INESC e a Agenda Brasileira – 2003/2006*	Perspectivas para o desenvolvimento econômico, social e cultural no Brasil

Governo	Estado	Material enviado	Tema(s)
Câmara Legislativa do Distrito Federal, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e decoro parlamentar	Distrito Federal	1. Relatórios 2003, 2004 e 2005 2. Audiência Pública	1. Sistema Prisional 2. Violência Policial 3. Criança e adolescentes 4. Saúde Mental 5. Índios 6. Idosos 7. Afrodescendentes 8. Direitos humanos
Governo de Minas Gerais – Secretaria-Adjunta de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais – Núcleo de Atendimento as Vítimas de Crimes Violentos	Minas Gerais	Relatórios	Todos os temas
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	Brasil	2. Revistas 3. Livros	1. Criança e adolescente 2. Igualdade racial 3. Políticas Públicas em Direitos humanos
Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – SEDH	Brasil-CE	Relatório sobre grupos de extermínio – Ceará	Grupos de extermínio
Senado Federal – Subsecretaria de Pesquisa e Opinião Pública	Brasil	Relatório de Pesquisa: Violência Contra Mulher – 2005	Mulheres
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Projetos na área de direitos humanos	Projetos na área de direitos humanos
Governo do Mato Grosso do Sul – Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária	Mato Grosso do Sul	Relatórios 2003 a 2005	Todos os temas
Governo do Mato Grosso do Sul – Secretaria de Estado da Juventude e do Esporte e Lazer (SEJEL)	Mato Grosso do Sul	Projetos	Adolescentes
Governo do Rio Grande do Norte – Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS) – Fundação Estadual da Criança e do Adolescente	Rio Grande do Norte	Relatórios de Atividades 2003/2004	Criança e Adolescente

Governo	Estado	Material enviado	Tema(s)
Governo do Rio Grande do Norte – Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESPDS)	Rio Grande do Norte	Relatório de Atividades 2004	1. Segurança Pública 2. Violência Policial
Governo do Rio Grande do Norte – Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social – Coordenadoria da Defesa dos Direitos da Mulher e das Minorias (CODIM)	Rio Grande do Norte	Relatórios de atividades 2004 e 2005	1. Mulheres 2. Homossexuais
Governo do Rio Grande do Norte – Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania – Ouvidoria do Cidadão e do Sistema Prisional	Rio Grande do Norte	Relatórios de atividades 2004	Sistema Prisional
Governo do Espírito Santo – Secretaria de Justiça (SEJUS)	Espírito Santo	Relatório de atividades 2004/2005	Sistema Prisional
Governo do Espírito Santo	Espírito Santo	Projeto de erradicação da Tortura	Tortura
Governo do Rio de Janeiro – Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH)	Rio de Janeiro	Relatórios 2003 e 2004	1. Proteção a Testemunha 2. Denúncias de violações de direitos 3. Projetos na área de direitos humanos 4. Atendimento a vítimas de violência
Governo do Rio de Janeiro – Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP)	Rio de Janeiro	Relatórios	Sistema Prisional
Governo do Rio de Janeiro – Secretaria de Estado da Saúde	Rio de Janeiro	Relatórios	Violência contra: 1. Mulheres 2. Crianças/ adolescentes 3. Idosos 4. Afrodescendentes

Governo	Estado	Material enviado	Tema(s)
Governo do Rio de Janeiro – Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão – SEJDIC – Centro de Referência para as Comunidades Especiais (CERAES)	Rio de Janeiro	Relatórios e projetos	
Governo do Rio de Janeiro – Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão – SEJDIC – Centro de Referencia à Discriminação Religiosa (CRDR)	Rio de Janeiro	Atuação	Religiosidade
Governo do Rio de Janeiro – Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão – SEJDIC – Centro de Referencia e Segurança e Crimes Ambientais (CRESA)	Rio de Janeiro	Relatórios e projetos	Meio ambiente
Governo do Rio de Janeiro – Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão – SEJDIC – Conselho Estadual Antidrogas (CEAD)	Rio de Janeiro	Relatórios e projetos	Drogas
Governo do Rio de Janeiro – Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão – SEJDIC – Centro de Referência Contra a Violência e Discriminação ao Homossexual (CERCONVIDH)	Rio de Janeiro	Relatórios e projetos	Homossexuais
Governo do Rio de Janeiro – Secretaria de Estado de Defesa Civil	Rio de Janeiro	Projetos	

Governo	Estado	Material enviado	Tema(s)
Governo do Rio de Janeiro – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Baixada e da Região Metropolitana (SEDEBREM)	Rio de Janeiro	Projetos	
Governo do Rio de Janeiro – Secretaria de Estado de Ação Social	Rio de Janeiro	Programa de Atendimento ao Idoso	Idosos
Governo do Rio de Janeiro – Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) – Instituto de Segurança Pública (ISP) – Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública	Rio de Janeiro	Relatório sobre as Ações e Propostas de Políticas Públicas de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	1. Criança e Adolescentes 2. Mulheres 3. Afrodescendentes 4. Homossexuais 5. Desarmamento 6. Violência Policial 7. Segurança Privada 8. Instituições Estaduais de Direitos Humanos
Governo do Rio de Janeiro – Secretaria de Estado de Infância e Juventude (SEIJ)	Rio de Janeiro	Relatório Anual 2005 – projetos	1. Criança e adolescente 2. Portadores de deficiência
Governo do Rio de Janeiro – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMADUR)	Rio de Janeiro		
Assembléia Legislativa do Amapá – Comissão de Direitos Humanos	Amapá	Relatório de Atividades 2003/2004	Todos os temas
Governo do Estado do Espírito Santo – Secretaria de Estado da Justiça	Espírito Santo	Dados estatísticos	1. Violência 2. Tortura 3. Pessoas desaparecidas
Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo	Espírito Santo	Dados estatísticos	Acesso à Justiça
Assembléia Legislativa do Amapá – Comissão de Direitos Humanos	Amapá	Relatório de Atividades 2003/2004	Todos os temas

Governo	Estado	Material enviado	Tema(s)
Governo do Estado do Mato Grosso – Gabinete do Governador – Ouvidoria da Policia	Mato Grosso	Relatório de Atividades da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado do Mato Grosso	Segurança
Governo do Mato Grosso – Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	Mato Grosso	Relatórios, planos e projetos	Segurança

Ministério Público	Estado	Material enviado	Tema(s)
Ministério Público do Estado da Bahia – Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Cidadania	Bahia	Relatório 2005	1. Idosos 2. Deficientes físicos 3. Afrodescendentes
Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Relatório 2004	
Ministério Público de Goiás – Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAEOER)	Goiás	Relatório	Tortura
Ministério da Justiça – Secretaria Nacional de Segurança Pública	Brasil	Relatório – Perfil organizacional das delegacias especiais de atendimento à mulher	Mulheres
Ministério Público do Estado do Espírito Santo	Espírito Santo	Relatório de 2003 – 2004	

Ouvidoria	Estado	Material enviado	Temas(s)
Ouvidoria da Polícia do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Relatórios 2004 e 2005	Segurança pública
Ouvidoria de Polícia de Minas Gerais	Minas Gerais	Relatórios Publicações	Segurança pública
Ouvidoria de Polícia de São Paulo	São Paulo	Relatórios	Segurança pública

Equipe Técnica

COORDENAÇÃO DE PESQUISA
Paulo de Mesquita Neto
Renato Alves

PESQUISA
Aline Girardo Galafassi
Bruna Charifker
Caren Ruotti
Cássia Santos Garcia
Denise Carvalho
Eder Marques Loiola
Felipe da Silva Fernandes
Fernado Afonso Salla
Flávia Valle Vernaschi
Frederico Castelo Branco Teixeira
João Marcelo Gomes
Juliana Brandão
Júlio César Bezerra
Kelly Ludkiewicz Alves
Lílian Ronchi Oliveira
Marcos César Alvarez
Maria Cecília França de Abreu
Maria Gorete Marque de Jesus
Marina Amendola Pinheiro
Paula Karina Rodrigues Ballesteros
Renato Oliveira de Faria
Simone Ribeiro
Thiago Rocha
Viviane de Oliveira Cubas
Wânia Pasinato

ELABORAÇÃO DO TEXTO E REDAÇÃO FINAL
Paulo de Mesquita Neto

REVISÃO TÉCNICA E REVISÃO DO TEXTO
Eduardo Manoel de Brito

EQUIPE ADMINISTRATIVA
Adoralina Rodrigues Bruno
Cleide Dias dos Santos
Jorge Pereira Correa
Jucília A. Pereira
Sérgia Maria Souza Santos

PROJETO GRÁFICO
Camila Mesquita

DIAGRAMAÇÃO
Guilherme Rodrigues Neto